

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSEANE PREZOTTO

SEXTO EMPÍRICO: *CONTRA OS GRAMÁTICOS*
INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSEANE PREZOTTO

SEXTO EMPÍRICO: *CONTRA OS GRAMÁTICOS*
INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS

CURITIBA
2015

JOSEANE PREZOTTO

SEXTO EMPÍRICO: *CONTRA OS GRAMÁTICOS*
INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto
Coorientador: Prof. Dr. Alessandro Rolim de Moura

CURITIBA
2015



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

PARECER

Defesa de tese de doutorado de **JOSEANE PREZOTTO** para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo-assinados José Borges Neto, Alessandro Rolim de Moura, Helena Franco Martins, Luiz Antonio Alves Eva, Bernardo Guadalupe dos Santos Lins Brandão e Rodrigo Tadeu Gonçalves arguiram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a tese: "**SEXTO EMPÍRICO: CONTRA OS GRAMÁTICOS. INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS**".

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Doutor em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

| Banca | Assinatura | APROVADO Não APROVADO |
|--|------------|-----------------------------|
| Dr. José Borges Neto (Presidente) | | A |
| Dr. Alessandro Rolim de Moura (co-orientador) | | A |
| Dr ^a Helena Franco Martins | | A |
| Dr. Luiz Antonio Alves Eva | | A |
| Dr. Bernardo Guadalupe dos Santos Lins Brandão | | A |
| Dr. Rodrigo Tadeu Gonçalves | | A |

Curitiba, 06 de abril de 2015.

Prof^a Dr^a Maria José Foltran
Vice-Coordenadora

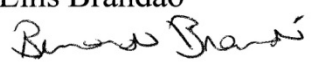


Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata seiscentésima octogésima segunda, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de doutor a que se submeteu a doutoranda **JOSEANE PREZOTTO**. No dia seis de abril de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sala 1013, 10.º andar, no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: José Borges Neto, Presidente, Alessandro Rolim de Moura (co-orientador), Helena Franco Martins, Luiz Antonio Alves Eva, Bernardo Guadalupe dos Santos Lins Brandão e Rodrigo Tadeu Gonçalves designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada: “**SEXTO EMPÍRICO: CONTRA OS GRAMÁTICOS. INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS**”, apresentada por **JOSEANE PREZOTTO**. A sessão teve início com a apresentação oral da doutoranda sobre o estudo desenvolvido. Logo após, o senhor presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor José Borges Neto retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, o senhor Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Doutor em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da dissertação deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia seis de abril de dois mil e quinze.


Dr. José Borges Neto



Dr.ª Helena Franco Martins


Dr. Bernardo Guadalupe dos Santos
Lins Brandão


Dr. Alessandro Rolim de Moura


Dr. Luiz Antonio Alves Eva


Dr. Rodrigo Tadeu Gonçalves


Joseane Prezotto

Dedicado às grandes mulheres
cujos nomes foram apagados d(est)a história,
em memória da minha mãe,
Marli, força e afeto.

AGRADEÇO

Ao Prof. Borges, pelos anos de orientação e inspiração;
aos professores da banca, por seu tempo e dedicação;
ao Prof. Bernardo e ao Prof. Luiz Eva, pelas valiosas sugestões na qualificação;
ao Prof. Pierre Swiggers, que gentilmente me recebeu na K.U. Leuven durante meu estágio;
ao Rodrigo, à Teca e à Mazé, por não deixarem de exigir, mas também apoiar e confiar;
aos professores e colegas do Curso de Letras da UFPR.

À Eloana, ao Júnior e ao Heitor, por seu carinho;
à Ana, à Nathalia e à Penélope, por iluminarem o inverno europeu;
à Bia e ao Ronie, por estarem por perto;
ao Carlos, por estar aqui;
a todos meus amigos e amigas queridos, pelo *dolce far niente*.

Ao meu pai, Luiz Carlos,
e aos meus irmãos, Zinho e Juliano, pelo amor, pela confiança;
às irmãs e irmãos do meu pai, porque são seu porto seguro e foram o meu;
aos meus primos, e, especialmente,
Eliane, Karen, Miguel, Wanda, Telma, Anita e Maria Ivone,
muito obrigada.

E agradeço ao meu coorientador, Prof. Alessandro Rolim de Moura,
por sua paciência, confiança e dedicação a este projeto.

RESUMO

Esta tese contém a tradução anotada do tratado *Contra os Gramáticos* escrito por volta do século II d.C. pelo cético pirrônico e médico Sexto Empírico como parte de sua obra intitulada *Contra os Professores*. Também traduzimos a seção inicial dessa obra que introduz a discussão e traz uma argumentação geral contra a possibilidade do ensino. As traduções estão precedidas por um estudo no qual buscamos delinear o perfil filosófico de Sexto, expor e analisar as discussões central ou transversalmente abordadas no tratado aqui traduzido, e na obra de que ele faz parte, além de contextualizar tais discussões. Os tópicos essenciais desta contextualização dizem respeito às escolas filosóficas do período helenístico, principalmente o epicurismo e o estoicismo, em relação às quais Sexto determina sua própria adesão filosófica: o ceticismo pirrônico. Frente ao ambiente intelectual do período helenístico estão dispostas também questões essenciais para a compreensão da argumentação sextiana: em uma posição central está o conflito entre empirismo e racionalismo na medicina, pois, além de Sexto ter sido um médico empírico, este debate congrega grande parte das controvérsias epistemológicas da Antiguidade. Relacionado a esta polêmica está o ataque às *tekhnai* fundadas em um corpo sistemático de conhecimentos teóricos; ‘artes’ ou ‘ciências’ cujo papel como disciplinas semelhantes ou necessárias à prática filosófica foi o centro da polêmica a que se vincula o tratado aqui traduzido. Paralelo a estes debates, configura-se o papel da Gramática neste ambiente. Com o intuito de disponibilizar ao leitor um panorama do desenvolvimento desta área e suas especificidades na Antiguidade, relacionadas ao estudo amplo da literatura, traçamos um percurso histórico em que estão presentes os principais personagens e suas contribuições. O tratado de Sexto é uma fonte de informação importante acerca dos estudos gramaticais durante o século I a.C., no período que se estende entre a produção dos eruditos das escolas filológicas de Alexandria e Pérgamo e a especialização dos estudos formais da chamada gramática técnica. Procuramos, portanto, fornecer o contexto necessário para a integração das informações presentes no tratado em um cenário maior. Tal cenário é fundamental para a compreensão dos termos mobilizados por Sexto em sua polêmica contra os estudos gramaticais. Nas notas à tradução tecemos comentários sobre as peculiaridades de alguns conceitos de acordo com o contexto de produção da obra. Também apresentamos justificativas para nossas escolhas tradutórias e esclarecimentos pontuais sobre personagens, situações ou outros elementos do texto.

Palavras-chave: Filosofia Helenística. Ceticismo. História da Gramática. Gramática Helenística. *Tekhne*. Sexto Empírico.

ABSTRACT

This thesis contains the annotated translation of the treatise *Against the Grammarians* written by the second century AD pyrrhonist skeptic and physician Sextus Empiricus as part of his work entitled *Against the Professors*. We have also translated the initial section of this work, which introduces the discussion and brings a general argument against the possibility of learning. The translations are preceded by a study in which we seek to outline the philosophical profile of Sextus, expose and analyze the central and transversal discussions addressed in the translated treatise herein and the work that it is part of, as well as contextualizing such discussions. The essential topics in such context refer to the philosophical schools of the Hellenistic period, mainly Epicureanism and Stoicism, for which Sextus determines its own philosophical bias: Pyrrhonian Scepticism. Amongst such intellectual environment of the Hellenistic period are key issues for understanding the sextan argument: in a central position we have the conflict between empiricism and rationalism in medicine, due to the fact that, in addition to Sextus being an empirical physician, this debate brings together great part of epistemological controversies of antiquity. Related to this controversy is the attack on *tekhnai* based on a systematic body of theoretical knowledge: 'expertise' or 'science', whose roles as similar or necessary disciplines for philosophical practice was the center of the controversy related to the treatise herein translated. The role of Grammar in this environment is parallel to these discussions. In order to provide the reader with an overview of the development of this area and its specificities in Antiquity, related to the extensive scholarship and literary studies, we draw a historical path in which are present the main characters and their contributions. Sextus' treatise is an important source of information on the grammatical studies during the first century BC, the period extending between the production of scholars of the philological schools of Alexandria and Pergamum and the specialization of formal studies of the so called technical grammar. Therefore, we sought to provide the context necessary for the integration of the information contained in the treatise to a bigger picture. Such a scenario is key to understanding the terms mobilized by Sextus in his controversy against grammatical studies. In the translation notes we weave comments on the peculiarities of some concepts in accordance to the context in which the work was produced. We also present justifications for our translational choices and specific comments on characters, situations or other text elements.

Key words: Hellenistic Philosophy. Scepticism (Skepticism). History of Grammar. Hellenistic Grammar. *Tekhne*. Sextus Empiricus

TABELA CRONOLÓGICA

| | | | |
|------|-----|-----|--|
| a.C. | V | 400 | Parmênides (c. 540-460) Empédocles (c. 483-430) Protágoras (c. 480-410) Pródico (fl. 441) Demócrito (460-370) <i>Sócrates</i> (470-399) Euclides (c. 450-380) <i>Platão</i> (428-347) <i>Aristóteles</i> (c. 384-322) Teofrasto (c. 372-288) Pirro de Élis (c. 360-270) <i>Epicuro</i> (c. 341-270) <i>Zenão de Cítio</i> (c. 335-264) Metrodoro (c. 330-277) Tímon de Fliunte (c. 320-235) Ariston de Quios (c. 320-250) <i>Arcesilau</i> (c. 315-241) <i>Crisipo</i> (c. 281-208) |
| | IV | 300 | <i>Aristófanes de Bizâncio</i> (c. 260 – 185) <i>Diógenes da Babilônia</i> (c. 240-152) <i>Aristarco de Samotrácia</i> (c. 216 – 144) <i>Carnéades</i> (c. 214-129) <i>Crates de Malos</i> (c. 180-150) <i>Dionísio Trácio</i> (c. 170-90) |
| | III | 200 | Fílon de Larissa (fl. 100) Varrão (116-27) Cícero (106-43) |
| | II | 100 | <i>Asclepiades de Mirleia</i> (séc. I) <i>Enesidemo</i> (fl. 70) |
| | I | | Antíoco de Ascalon (fl. 70) Lucrecio (c. 96-55) Filodemo de Gadara (fl. 60) Horácio (65-8) |
| d.C. | I | 100 | Fílon de Alexandria (c. 25 a.C.-50) Sêneca (c. 4-65) Paulo (São) (morto c. 67) Quintiliano (c. 35-95) |
| | II | 200 | Plutarco (c. 45-125) Marco Aurélio (121-180) Aulo Gêlio (c. 125-180) Galeno (c. 130-200) SEXTO EMPÍRICO (séc. II) Apolônio Díscolo (séc. II) |
| | III | | Herodiano (séc. II) Diógenes Laércio (fl. c. 225-250) |

ABREVIATURAS

- Blank* BLANK, David L. (Trad.) *Sextus Empiricus: Against the Grammarians* (Adversus Mathematicos I). With an introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- Dalimier* DALIMIER, Catherine (Trad.). Contre les grammairiens. In: PELLEGRIN, Pierre. *Sextus Empiricus: Contre les professeurs*. Introduction, glossaire et index. Paris: Éditions du Seuil, 2002. p. 67-245.
- DK* DIELS, H.; KRANZ, W. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. 2 vols. Berlin: Weidmannsche Verlagsbuchhandlung, 1960.
- DL* HICKS, R.D. (Trad.) *Diogenes Laertius: Lives of eminent philosophers*. 2 vol. London: Heinemann, 1945.
- DThr.* UHLIG, G (Ed.). *Dionysii Thracis ars grammatica*. Grammatici Graeci I, 1. Bibliotheca Teubneriana. Lipsiae: Teubner, 1883.
- LS* LONG, A. A.; SEDLEY, David. (Eds. e Transl.) *The Hellenistic Philosophers*. 2 vols. Cambridge, 1987.
- Sch. DThr.* HILGARD, A. (Ed.) *Scholia in Dionysium Thracis Artem Grammaticam*. Grammatici Graeci I, 3. Leipzig: Teubner, 1901. (GG I, 3).
- SVF* ARNIN, Ioannes AB. (Ed.) *Stoicorum Veterum Fragmenta*. 2 vols. Stuttgart: Teubner, 1964.
- Giusta* GIUSTA, M. Review of Mau. In: *Riv. di Filologia e d'Istruzione Classica*, n. 40, 1962. p. 425-432.
- Blomqvist* BLOMQVIST, J. Textkritisches zu Sextus Empiricus. In: *Eranos*, n. 66, 1968, p. 73-100

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1.1 GERAL..... | 11 |
| 1.2 SEXTO EMPÍRICO..... | 14 |
| 1.2.1 Período de atuação..... | 14 |
| 1.2.2 Obras..... | 17 |
| 1.3 CETICISMO ANTIGO..... | 21 |
| 1.3.1 Ceticismo Acadêmico..... | 23 |
| 1.3.2 Ceticismo em Sexto Empírico..... | 30 |
| 1.4 SEXTO: MÉDICO EMPÍRICO..... | 36 |
| 1.5 ESCOLAS MÉDICAS, POSICIONAMENTOS FILOSÓFICOS E O ATAQUE ÀS <i>TEKHNAI</i> | 40 |
| 1.5.1 Evolução da Medicina e do conceito de <i>tekhne</i> | 41 |
| 1.5.1.1 Medicina Empírica..... | 48 |
| 1.5.2 <i>Enkuklia mathemata</i> e <i>Tekhnai</i> | 53 |
| 1.5.3 O Ataque às <i>Tekhnai</i> | 55 |
| 1.6 GRAMÁTICA ANTIGA..... | 58 |
| 1.6.1 Período Clássico..... | 62 |
| 1.6.2 Lógica Estoica..... | 65 |
| 1.6.3 Gramática Helenística..... | 72 |
| 1.6.3.1 Escola de Pérgamo: Crates e Taurisco..... | 73 |
| 1.6.3.2 Escola de Alexandria..... | 76 |
| 1.6.3.2.1 Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia..... | 76 |
| 1.6.3.2.2 Dionísio Trácio..... | 78 |
| 1.6.3.3 Analogistas x Anomalistas..... | 81 |
| 1.6.3.4 Gramática Empírica?..... | 87 |
| 1.7 CONTRA OS GRAMÁTICOS..... | 88 |
| 1.7.1 As partes da Gramática no <i>Contra os Gramáticos</i> | 94 |
| 1.7.2 Sobre Dogmatismo Negativo no <i>Contra os Professores</i> M 1. 1-6..... | 99 |
| 1.8 SOBRE A TRADUÇÃO..... | 99 |
| 2 TEXTO GREGO E TRADUÇÃO..... | 103 |
| <i>CONTRA OS PROFESSORES</i> | 103 |
| <i>CONTRA OS GRAMÁTICOS</i> | 115 |
| 2.1 NOTAS À TRADUÇÃO..... | 197 |
| 3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 237 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 GERAL

Contra os Gramáticos é um texto escrito pelo médico e filósofo céptico pirrônico Sexto Empírico por volta do século II d.C. Compõe uma obra maior, *Contra os Professores*, dedicada ao ataque de seis disciplinas (*mathemata*) centrais na vida intelectual dos gregos antigos (e também dos romanos): gramática, retórica, geometria, aritmética, astronomia e teoria musical. Desses tratados, o *Contra os Gramáticos* é, de longe, o mais extenso. Além de ser, em sentido amplo, expressão do posicionamento filosófico sextiano, esses textos representam importante fonte de informação histórica sobre estas áreas do conhecimento.

Essas disciplinas devem ser compreendidas, no entanto, em um sentido adequado ao contexto histórico. Se entendermos gramática, por exemplo, como “o conjunto de prescrições e regras que convencionam o uso considerado correto de uma língua escrita ou falada”, verificar-se-á que esta disciplina não existiu de forma independente na Grécia Antiga. Tal tipo de abordagem da língua foi um subproduto de áreas com objetivos mais abrangentes, tais como a retórica, a poética, a lógica ou dialética. E descreve apenas uma das preocupações da área então denominada *gramática* (algumas vezes ‘crítica’ ou ‘filologia’), cujo empreendimento amplo relacionava-se, no período helenístico, como veremos, ao estudo da literatura, mais especificamente, com a correção, edição, exegese e valoração do cânone literário.

Além da especificidade do desenvolvimento histórico de cada uma dessas disciplinas e de seu estatuto particular durante a Antiguidade, há que se atentar para o fato de terem composto – ora todas, ora algumas, ora junto a outras – *ciclos* de estudos. Ou seja, estiveram vinculadas a projetos educacionais, impulsionados, essencialmente, por concepções filosóficas. O conjunto de disciplinas abordado por Sexto pode ser considerado, desse ponto de vista, um ciclo disciplinar, com matérias complementares entre si, dispostas de acordo com uma proposta educativa.

Intermediários entre a formação básica disponível para uma parte da população e a formação superior restrita aos futuros sábios ou filósofos, o entendimento do papel desses estudos acompanha, conseqüentemente, as polêmicas filosóficas e culturais em torno aos conceitos de educação e sabedoria. De forma que certamente não foram alvo de tratamento unânime, pelo contrário. Por um lado, parece ter havido um debate fecundo em relação a quais disciplinas deveriam estar presentes nessa etapa da formação. Um debate, no entanto,

em que os participantes costumavam compartilhar ao menos noções similares em relação à constituição dos saberes. Por outro, tal como a discussão sextiana não nos deixará esquecer, houve uma oposição mais drástica a tais modelos educacionais, disposta a questionar pressupostos conceituais, proposta filosófica e utilidade.

Sexto propõe um ataque aos que *professam* estes estudos (*mathematikoi*), aos especialistas. Pois, houve, claro, aqueles que se dedicavam com mais afinco a uma área, aqueles cuja produção se tornava referência, e que era preciso acatar ou criticar, aqueles que se destacaram em várias áreas, aqueles cujas lições se tornaram célebres, multiplicando discípulos e propagando seus métodos, por fim, aqueles cuja influência era tamanha que acabavam por originar mesmo uma ‘escola’. De forma que, nesse sentido, Sexto ataca, propriamente, *estudos especializados*, pois seus seguidores compartilhavam, além de uma tradição, um corpo de conhecimentos cada vez mais especializados e teóricos. Todos esses saberes, além de serem abordados, com efeito, como conhecimentos especializados, são atacados precisamente onde supõem ou exigem abstração teórica.

O ataque a uma tradição é visível no *Contra os Gramáticos*. Sexto provê, nesse livro, tal como tentaremos demonstrar à frente, um panorama da constituição dos saberes nesta área. Que ele mimetiza, talvez ironicamente, a disposição de um tratado gramatical é algo que pode ser notado desde o início da obra. A princípio alude às introduções laudatórias da gramática, logo a seguir, expõe e critica suas definições e, então, passa ao ataque das partes da gramática: *técnica* (que se ocupa de letras, sílabas, nomes, partes da sentença, ortografia, correção, etimologia), ‘histórica’ (que trata dos personagens, lugares, etc.), e específica (o exame das obras literárias, propriamente ditas, em verso ou prosa).

Este livro sobre a gramática é muito mais longo que aqueles dedicados às outras disciplinas. É razoável supor, tendo em vista a autoridade de que a filosofia estoica desfrutou no período helenístico e a inter-relação entre o desenvolvimento da disciplina gramatical e a lógica estoica, que Sexto tivesse um interesse especial pela questão, além de, possivelmente, ter tido a sua disposição suficiente material a respeito dessa matéria. Com relação a esse último ponto, veremos que o espaço que ele destina a argumentos que, muito provavelmente, são de origem epicurista, e não cética, é considerável. Isso poderia sugerir que sua fonte principal fosse não um tratado gramatical, mas uma obra de ataque à doutrina gramatical, nos moldes daquelas ligadas à tradição epicurista de polêmica contra disciplinas que pretendiam se antepor à filosofia.

Apresentamos, além do livro I, *Contra os Gramáticos* (M 1. 41-320), a tradução da *Introdução* (M 1. 1-40) ao *Contra os Professores*. Nela, Sexto expõe um ataque geral contra

as disciplinas, por meio do que lhes é comum, i.e., os elementos essenciais do ensino: conteúdo, método, aluno e professor (os dois últimos atacados em conjunto). As aporias direcionadas, neste ataque, de forma generalizada às disciplinas do *estudo cíclico* (*enkuklia mathemata*) valem-se de paradoxos comuns desde a primeira sofística, e foram, em outras obras sextianas (*M* 11. 170ss; *PH* 3. 239ss), desenvolvidas contra o ensino da *tekhne peri ton bion* (arte de viver) dos estoicos. Este elemento nos insere em uma das principais, senão a principal, problemática levantada através do *Contra os Professores*: as disciplinas (*mathemata*) são atacadas, em seu fundamento ou utilidade, por sua pretensão de serem *tekhnai* ('artes') – em um *sentido estoico* (ou dogmático): um corpo *sistemático* de conhecimentos 'racionais', organizados por meio de uma 'metodologia', fundados e guiados pela 'razão' (universal). Essa caracterização faz com que o cético considere tais disciplinas, com tais pretensões, *inúteis* à vida.

Nos capítulos iniciais, apresentamos informações gerais sobre Sexto Empírico com o objetivo de delinear o ambiente em relação ao qual seu posicionamento intelectual se configura. Sexto Empírico dedica parte de sua obra à exposição de sua orientação filosófica; ele próprio, portanto, é nossa fonte principal. Acerca das discussões filosóficas do período helenístico, demasiado complexas para o escopo dessa introdução, assim como as polêmicas concernentes à interpretação dos textos sextianos, procuramos selecionar alguns questionamentos e posições que, tendo sido relevantes para nossa abordagem dos textos, possam contribuir para a apreciação de nossa tradução. Nosso esforço direcionou-se à visualização do contexto de produção do *Contra os Gramáticos*. Algumas questões receberam tratamento privilegiado devido à importância que adquirem ou na caracterização da posição sextiana em geral ou, especialmente, dentro da argumentação do *Contra os Gramáticos*.

Informações adicionais referentes a escolhas tradutórias, por exemplo, assim como indicações de outras associações potencialmente interessantes entre passagens do texto e outros textos antigos, e uma tentativa de contextualização e compreensão de argumentos específicos encontram-se nas notas ao final da tradução.

1.2 SEXTO EMPÍRICO

1.2.1 Período de Atuação

Sexto Empírico é o único cético grego da antiguidade de quem possuímos obras completas. Seu posicionamento filosófico exercerá grande influência (ainda que indiretamente) no pensamento ocidental a partir do momento em que sua obra é redescoberta durante o Renascimento¹. Seus escritos são uma das principais fontes de informação sobre os estoicos (seus principais adversários) e demais escolas helenísticas, além de conter muitos dos fragmentos que possuímos dos filósofos pré-socráticos. É também uma das mais importantes vias de acesso à gramática helenística, além de outras disciplinas do período. Sobre a vida de Sexto Empírico, porém, não sabemos praticamente nada. Viveu em um período entre o fim do século I d.C. e início do III d.C. A datação é imprecisa, pois as poucas indicações em seus textos são incertas e as informações a partir de outras fontes, duvidosas.

Também é essa a situação em relação ao lugar em que teria atuado — consideram-se prováveis, por terem sido os centros intelectuais mais importantes naquele momento, as três principais cidades helenizadas do período: Roma, Alexandria e/ou Atenas². Também não nos é possível identificar seus contemporâneos com base nos adversários filosóficos propriamente nomeados por Sexto Empírico, pois, dentre estes, não há nenhum cuja atuação possa ser datada para além do séc. I a.C. O personagem histórico mais tardio a que faz referência não-ambígua é ao Imperador Tibério, morto em 37 d.C. (*PH* 1. 84). Sexto parece isolar-se das correntes filosóficas de sua geração. Da mesma forma, o interesse por sua obra parece ter sido bastante restrito durante a antiguidade; ao contrário do impacto que causará no início da era moderna.³

¹ Ver Floridi, 2010: acerca de manuscritos gregos de Sexto Empírico em bibliotecas de influentes pensadores do Renascimento e informações sobre suas primeiras traduções latinas neste ambiente. Sobre a ausência de Sexto durante o período medieval e a existência de uma tradução latina nesta época, ver Porro, 1994.

² House, 1980, *passim* e Blank, p. xiii – xv.

³ Bett, 2005, p. x; e Gallego Cao e Muñoz Diego, 2008, p. 7-12. “A redescoberta e publicação das obras de Sexto Empírico nos séculos XVI e XVII induziram diretamente o ceticismo de Montaigne, Gassendi, Descartes, Bayle, e outras figuras importantes e, provavelmente, a preocupação da filosofia moderna, até os dias de hoje, em refutar ou senão combater o ceticismo filosófico.” (MATES, 1996, p. 4). Convém, no entanto, recordar que os filósofos do princípio da era moderna fazem parte de uma tradição *teológica* que remonta, principalmente, a Santo Agostinho, cuja formação intelectual deve muito aos escritos de Cícero, expoente do ceticismo de viés acadêmico (ver adiante). O ceticismo apresentado por Sexto Empírico parece diferir em muitos aspectos, e em pontos cruciais, das formas de ceticismo modernas que são, de algum modo, suas descendentes históricas. Sobre possíveis causas

O principal episódio a sugerir uma datação mais tardia para a atuação de Sexto, ao redor de 200 d.C., é o fato de ele não ter sido citado por Galeno (morto por volta de 200 d.C.) em suas meticulosas obras dedicadas às correntes médicas do período.⁴ E, considerando que Hipólito de Roma, autor das *Refutações de todas as heresias* (*Refutatio Omnium Haeresium*), escritas algum tempo antes de 235 d.C., tenha copiado a partir da obra sextiana (e não a partir de uma fonte comum a ambos) as passagens que ataca, esta seria a data limite para que tivessem sido compostas por Sexto. Por outro lado, se considerarmos fidedigna a lista de ‘dirigentes’ da ‘Escola Cética’ transmitida por Diógenes Laércio (DL 9. 115-116), Sexto teria estado no comando dessa suposta escola entre, aproximadamente, os anos 110 e 140 d.C., época de certa influência do estoicismo, o que poderia justificar o papel de destaque que esta filosofia ocupa em sua obra. No entanto, Sexto Empírico invariavelmente refere-se à filosofia estoica dos três últimos séculos a.C. Em *M* 8. 258, Sexto menciona o estoico Basílides, com a possibilidade de que se refira a um dos preceptores de Marco Aurélio, que nasceu em 121 d.C., o que poderia reforçar a hipótese de Sexto ter atuado ao redor de 140 d.C. Porém, há um outro Basílides, um estoico do século II a.C., e a indicação permanece ambígua.⁵

Assim, Sexto parece nunca se referir a um pensador que lhe seja contemporâneo e dos filósofos que critica o mais recente teria morrido três ou mais gerações antes dele, não havendo qualquer menção a um filósofo atuante por volta do século I-II d.C. Contudo, como apontam Annas e Barnes (2000, p. xvi), não devemos nos esquecer que:

Sexto não está sozinho em sua obsessão com o passado: muitos dos ensaios filosóficos de Plutarco, por exemplo, discutem figuras de um passado remoto. Além disso, a obsessão com o passado era, em parte, fãhada: no século II d.C., discutir os pensamentos dos grandes já mortos não era uma forma de escapismo ou marca de nostalgia da Era de Ouro; pelo contrário, era um modo padrão de abordagem das questões filosóficas – e, portanto, de

para este fenômeno, principalmente sobre o ceticismo ter sido historicamente compreendido como a posição ‘dogmática’ de que nada é, ou pode ser, conhecido com certeza, ver a argumentação de Frede, 1987, p. 201-222. Ademais, as questões que interessaram os cétricos antigos estariam, hoje em dia, associadas a discussões em áreas como a epistemologia, filosofia da linguagem, ou teoria da ação, entre outras; aquilo que geralmente seria apontado como a cena contemporânea cética parece envolver questões que não desempenharam papel fundamental naquele contexto. *Cf.* Vogt, 2014.

⁴ O próprio Galeno parece ter sido alvo do silêncio de seus contemporâneos, entre eles o imperador Marco Aurélio, que, tendo sido seu paciente, não o menciona nenhuma vez em suas *Meditações*, obra que contém várias referências à medicina. (Manzano, 2002, p. 10). Também é interessante mencionar o comentário da tradutora espanhola (*idem*, p. 14): “frequentemente [Galeno] distorce o pensamento de seus adversários e o interpreta de maneira tendenciosa – especialmente o dos médicos contemporâneos, que nunca menciona, exceto para rebaixá-los, apontar seus erros e ocasionalmente oferecer-lhes conselhos.”

⁵ Gallego Cao e Muñoz Diego, 2008, p. 22-24; e Annas e Barnes, 2000, p. 140.

engajamento em controvérsias filosóficas vivas. “Isto é o que diz Platão”, “Crísipo afirma isto” – tais declarações eram tópicos dentro das escolas filosóficas. Este procedimento pode declinar em ‘mera’ doxografia e exegese, como mais de um crítico antigo observou; mas, a princípio, faz parte de um exercício filosófico, e não histórico.

De forma que o anacronismo das obras de Sexto Empírico é uma característica compartilhada com outros filósofos de sua época. Mesmo assim, a visão que ele nos passa é realmente a de estar isolado, pois, considerando o interesse de seus contemporâneos por Platão e Aristóteles, o interesse de Sexto pelo passado é seletivo: seus adversários são, prioritariamente, os estoicos. Que ele coloque em cena inclusive pensadores tão antigos como os pré-socráticos é, por sua vez, outra característica comum da filosofia helenística, que foi mesmo descrita como “*large-scale conversation*” (Vogt, 2014).

Sexto floresceu, portanto, ao que tudo indica, durante ou ao fim do século II d.C., em pleno Império Romano. Os temas de seu interesse, no entanto, configuram-se ao longo de no mínimo cinco séculos, tendo sido abordados, antes dele, por pensadores e estudiosos com distintas filiações e interesses. O ponto crucial dessas discussões retomadas por Sexto é o conflito entre as escolas filosóficas helenísticas. Este é, propriamente, o ambiente intelectual com o qual dialoga sua obra. É com base nos ataques à filosofia estoica do período helenístico que ele desenvolve seu exercício filosófico (inclusive seu vocabulário é fortemente contíguo ao estoicismo e epicurismo), posicionando-se frente ao embate que constitui as três linhas filosóficas que ele menciona no começo de *PH*: acadêmicos, dogmáticos e céticos. Dessa característica advém o largo valor doxográfico de sua obra.

Dentre os gramáticos que cita: Aristófanes de Bizâncio (c. 257-180 a.C.), Aristarco de Samotrácia (c. 216-144 a.C.), Crates de Malos (c. 180-150 a.C.), Taurisco (discípulo de Crates), Dionísio Trácio (c. 170-90 a.C.), Pindário (prov. contemporâneo de Dionísio), aquele cuja atuação seria mais recente é Asclepiades de Mirleia (séc. I a.C.), cuja concepção de gramática parece ter servido de base à crítica sextiana (ou à sua fonte). Alguns, porém, não puderam ser identificados com clareza pela tradição: Ptolomeu, o Peripatético; Cáres e Demétrio Cloro.

Lembrando que o fato de Sexto não se referir a pensadores mais atuais cujas obras foram fundamentais para o desenvolvimento dos tópicos de que trata não é evidência de que ele estivesse totalmente alheio a esta produção. Devido à sua característica de apoiar-se fortemente em fontes anteriores, poderíamos, inclusive, supor o contrário. De qualquer forma, as ausências são notáveis. Considerem-se nomes gregos e latinos como Varrão, Cícero, Sêneca, Filodemo de Gádara, Lucrécio, Fílon de Alexandria, Quintiliano, Plutarco, Aulo

Gélio, por exemplo, jamais mencionados. Além de seus prováveis contemporâneos: Galeno e Apolônio Díscolo; entre tantos outros (inclusive aqueles cujos nomes não conhecemos justamente por Sexto não ter creditado suas fontes).

1.2.2 Obras

De Sexto Empírico, chegaram até nós, através de manuscritos medievais, as seguintes obras⁶:

- 1) *Hipotiposes Pirrônicas*⁷ (*Pyrrhoniae Hypotyposes*) - três livros acerca do ceticismo, onde estão expostas sua natureza e propósito. Sexto apresenta e demonstra recursos da posição cética e distingue o ceticismo de outras práticas filosóficas. O primeiro livro é uma apresentação geral do ceticismo pirrônico, os dois últimos trazem argumentos contra as principais teses dos filósofos dogmáticos nas três ‘áreas’ da filosofia pós-aristotélica⁸: Lógica (tema do segundo livro); Física (ou Filosofia da Natureza) e Ética (ambas no terceiro livro). Tal como as outras obras de Sexto teria sido, muito

⁶ Adoto o seguinte esquema de referência: PH. 1-3: *Hipotiposes Pirrônicas* 1-3 (*Pyrrhoniae Hypotyposes*); M. 1-6: *Contra os Professores* 1-6 (*Adversus Mathematicos*): M. 1.1-40 Introdução; M. 1.41-320 *Contra os Gramáticos* (*Adv. Grammaticos*); M. 2 *Contra os Retóricos* (*Adv. Rhetores*); M. 3 *Contra os Geômetras* (*Adv. Geometras*); M. 4 *Contra os Aritméticos* (*Adv. Arithmeticos*); M. 5 *Contra os Astrólogos* (*Adv. Astrologos*); M. 6 *Contra os Músicos* (*Adv. Musicos*); M. 7-11 *Contra os Dogmáticos* (*Adv. Dogmaticos*) (transmitido junto com o *Contra os Professores*, mas na verdade um tratado diferente): M. 7 e 8 *Contra os Lógicos* 1-2 (*Adv. Logicos*); M. 9 e 10 *Contra os Físicos* I-II (*Adv. Physicos*); e M. 11 *Contra os Éticos* (*Adv. Ethicos*). Em Dumont, 1972, p. 4, há uma tabela de equivalência das diferentes opções utilizadas até então pelos críticos.

⁷ Sobre a tradução do título, Marcondes, 1997, p. 122: “Optamos por manter o título original ‘Hipotiposes’, embora Bury, Annas e Barnes, e Mates o traduzam por ‘*outlines*’, e em espanhol se encontra frequentemente a tradução ‘*bosquejos*’, sendo que ambos os termos poderiam ser traduzidos por ‘esboços’. Consideramos, entretanto, que o termo ‘hipotipose’ tem um sentido bastante específico, designando um tipo de texto, de resto bastante comum na época. Enesidemo (séc. I. a.C.), fundador do movimento cético de que Sexto Empírico foi um seguidor, escreveu também *Hipotiposes*, obra hoje perdida. O termo ‘hipotipose’ designa uma figura de linguagem consistindo em uma descrição tão vívida de algo que é como se o tivéssemos diante de nós. Esta é a definição que encontramos, por exemplo, na *Institutio Oratoria* (9. 2, 40) de Quintiliano: ‘trata-se de uma representação dos fatos em termos tão expressivos que cremos vê-los e não apenas ouvi-los.’ É com base nesta acepção de ‘hipotipose’, bastante distante de um simples ‘esboço’, que preferimos manter o termo original.” De nossa parte, mantemos ‘hipotiposes’ por ter-nos parecido comum referir-se à obra dessa forma, ainda que não estejamos convencidos da argumentação de Marcondes pela acepção de ‘descrição vívida’ e tendamos a considerar que a acepção seria mesmo ‘esboço’, ou talvez ‘síntese’.

⁸ “Divisão que, não sendo de origem estoica, foi imposta pelos estoicos à prática filosófica ocidental por dois milênios.” Pellegrin, 2002, p. 9.

provavelmente, escrita com base em fontes anteriores heterogêneas.⁹ Partes das *Hipotiposes* podem ter sido copiadas de textos anteriores, palavra por palavra, e há razão para suspeitar que esse fosse o *modus operandi* normal de Sexto.¹⁰ Contudo, *PH* é uma obra bem escrita e organizada: Sexto não parece se apropriar de forma passiva do material preexistente, mas esforçar-se por expor de maneira consistente seu ponto de vista.¹¹

- 2) *Contra os Professores (Adversus Mathematicos)* – tradicionalmente dá-se este título ao conjunto dos onze livros restantes, pois estão assim agrupados nos manuscritos antigos: contudo, deve-se separá-los em duas obras distintas: seis livros, chamados propriamente de *Contra os Professores*¹², em que Sexto desenvolve um ataque crítico aos que se envolvem em estudos teóricos, na ordem *M.* 1-6 *Contra os Gramáticos*,

⁹ “Como tem sido constantemente sugerido, a obra de Sexto depende fortemente de fontes anteriores. A razão principal para acreditar nisto são as correspondências muito próximas que podem ser frequentemente observadas entre Sexto e outros autores, particularmente Diógenes. Algumas vezes a linguagem é idêntica ou extremamente semelhante, algumas vezes apenas a estrutura argumentativa; mas a extensão das correspondências nos impele a supor que ou um autor se vale do outro, ou ambos utilizam fontes anteriores agora perdidas para nós. Diógenes é posterior a Sexto no mínimo uma geração (DL 9. 116), então, se um copia o outro, seria Diógenes quem copia Sexto. No entanto, este não parece ser o caso se se consideram as diferenças igualmente marcantes entre os dois. No relato de Diógenes sobre o Pirronismo (9. 74-101) há muito material que certamente não provém de Sexto. Mas ele dificilmente teria inventado tais informações; e, em todo caso, Diógenes, ao contrário de Sexto, é bastante explícito sobre estar seguindo fontes anteriores, e sua vida de Pirro não é uma exceção. Consequentemente, Diógenes e Sexto devem ter ambos baseado-se em fontes anteriores.” Bett, 1997, p. xxvii.

¹⁰ Algumas passagens parecem entrar em contradição entre si, e estas discrepâncias talvez se devam a diferentes variedades do ceticismo presentes nas fontes que Sexto Empírico teria utilizado (Annas; Barnes, 2000, p. xv). Vogt (2014) chama a atenção para o fato de estarem em jogo dois tipos de consistência nos escritos sextianos. Por um lado, Sexto aspira à consistência de um posicionamento filosófico; por outro, preocupa-se em ter uma resposta para cada objeção adversária. Dessa forma, alguns ataques, ainda que consistentes ao preservarem o cético da crítica dogmática, podem ter implicações que estão em conflito com o modo como explica o ceticismo em outras passagens (Vogt, 2014).

¹¹ Bett, 2005, p. xx; Mates, 1996, p. vii.

¹² *Pros mathematikous*: poder-se-ia tentar definir melhor a classe de pensadores que estão sendo atacados: *Contra os que professam as Disciplinas do Estudo Cíclico*, uma opção muito longa. Talvez alguma dentre as seguintes seria mais adequada: *Contra os Especialistas*, *Contra os Teóricos*, *Contra os Eruditos*, *Contra os Estudiosos*, *Contra os Instruídos (nos estudos cíclicos ou especializados)*, *Contra os Doutos* (cf. Bett, 1997, p. x: “Against the Learned”), ou ainda, “*Contra os Homens de Ciência*” (Bolzani, 2011, p. 6). A verdade é que *Contra os Professores* talvez seja mesmo uma das piores opções para transmitir ao público atual o conteúdo desta obra. Porém, muitos já a conhecem por este título, e as outras opções mencionadas também nos parecem gerar algum tipo de equívoco.

*Contra os Retóricos, Contra os Geômetras, Contra os Aritméticos, Contra os Astrólogos e Contra os Músicos;*¹³ e

- 3) *Contra os Dogmáticos M. 7-11*, título que tem sido usado para os outros cinco livros restantes, compostos por: dois livros *Contra os Lógicos M. 7-8*, dois livros *Contra os Físicos M. 9-10*, e um livro *Contra os Éticos M. 11*. Há, nessa obra, muito material semelhante aos dois últimos livros das *Hipotiposes*, ou seja, argumentos contra os filósofos dogmáticos, mas também argumentação cética adicional contra suas doutrinas, assim como valiosa informação sobre as principais escolas filosóficas do período helenístico. Sexto refere-se a um escrito introdutório aos mesmos, hoje supostamente perdido.

No *Contra os Professores M. 1-6* encontramos algumas referências cruzadas (por exemplo: *M 1. 35, M 3. 116*) que remetem, muito provavelmente, a discussões presentes no *Contra os Dogmáticos M. 7-11*, de forma que parecem sugerir que estes últimos livros foram escritos antes daqueles. *Hipotiposes Pirrônicas* costumava ser apontada como a primeira das três obras: Sexto estaria reformulando, no *Contra os Dogmáticos*, questões tratadas sucintamente nos dois últimos livros das *PH* – como continuação à argumentação antidogmática ali efetuada. Contudo, ainda que a questão permaneça controversa, as

¹³ As seis disciplinas que Sexto discute são muito semelhantes às sete *artes liberais* do cânone escolástico medieval, que inclui também a lógica (ou dialética): o *Trivium* (gramática, retórica e dialética/lógica) mais *Quadrivium* (geometria, aritmética, astronomia [o alvo de Sexto é a *astrologia*] e música). Sexto parece sugerir que o ciclo de estudos (*enkuklia mathemata*) de que trata estava geralmente estabelecido em sua época (*M 1. 7*), sem fazer qualquer menção a alguma disputa acerca do lugar da lógica. Contudo, as evidências apontam para um cenário mais complexo, certamente bastante diferente da fixidez das sete disciplinas escolásticas e seu estatuto no currículo medieval. (Sobre a questão das *artes liberais* na antiguidade, ver Hadot, 2005). Sexto discute a lógica como uma das três partes da filosofia, divisão canônica do período helenístico. Mas a lógica, por vezes, foi considerada uma disciplina liberal, enfatizando-se o seu caráter de ‘ferramenta’ para a filosofia. E, em alguns ambientes, ao estudo da lógica subordinou-se o estudo da gramática e da retórica. De forma que a situação mais provável é que existissem diferentes *currículos* em ‘competição’ durante a antiguidade. A relação entre a lógica estoica e a gramática helenística, será discutida adiante. Além da questão deste conjunto de disciplinas ser ou não uma formação padrão em sua época, duas outras polaridades estão latentes: *especialização x generalização* dos conteúdos e *formação comum x formação para a filosofia*. Como mencionamos brevemente anteriormente, consideramos que, do ponto de vista cético (e epicurista), essas disciplinas são descritas e atacadas propriamente como *estudos especializados*, e não genéricos. Em relação ao tipo de formação, enfatizamos que, independente de se propagarem como uma formação *comum* (geral, ampla ou preliminar), a origem da polêmica é o estatuto da lógica frente à filosofia. Mais informações adiante.

Hipotiposes atualmente são geralmente qualificadas como posteriores ao *Contra os Dogmáticos*.¹⁴

Contra os Professores difere das outras obras sextianas descritas: seu alvo são estudos especializados, e não teses filosóficas (embora estas desempenhem algum papel na caracterização destes estudos); seus argumentos parecem conter um viés antiteórico¹⁵ acentuado e fórmulas do discurso cético, principalmente a suspensão do julgamento, não são aparentes. Além do comum sarcasmo, Sexto parece demonstrar um desprezo especial por esses estudiosos, principalmente pelos gramáticos e astrólogos.

Discussões acerca da cronologia dessa obra costumaram envolver uma valoração *negativa* de seu conteúdo: como versão pouco madura (ou pouco prudente, e normalmente menos interessante, do ceticismo de Sexto Empírico), foi considerada obra de juventude. Por outro lado, certas características linguísticas (apontadas por Janàcek, 1972, especialmente) parecem sugerir que fosse, de fato, tardia e interpretações de seu conteúdo levaram à suposição de Sexto ter abandonado, no momento em que a produz, sua orientação cética¹⁶. Essas opiniões, e o fato de esta obra não tratar explicitamente de assuntos filosóficos, contribuíram para sua marginalização na história de estudo do ceticismo, tendo sido muitas vezes inclusive totalmente ignorada. *Contra os Professores* acabou por ser tradicionalmente considerada um desafio à formulação de uma abordagem ampla do pirronismo. Contudo, mesmo que *sui generis*, parece representar um momento importante e autêntico do ceticismo sextiano, e pode mesmo ser considerada uma obra intermediária, anterior à composição de *PH*.¹⁷

¹⁴ Cf. Bett, 1997, 2005. Tem-se sugerido uma maior sofisticação filosófica para a redação das *PH*: Sexto evita deixar sem qualificação conclusões com viés dogmático, tal como encontramos em *M*. 1-6 e *M*. 11, por exemplo (talvez estas obras representem uma versão anterior do ceticismo, supõe-se, ainda não totalmente ajustado à expressão da suspensão do juízo), ao mesmo tempo em que consolida discussões presentes em *M* 7-10. Ver Bett, 1997; Brunschwig, 1988; Vogt, 2012 e 2014.

¹⁵ Alguns estudiosos aproximaram o discurso de Sexto no *Contra os Professores* à posição *quasi* dogmática dos primeiros médicos empíricos, Janàcek (1972, p. 87) supôs mesmo que Sexto teria abandonado o ceticismo quando escreve esta obra. Pellegrin, 2002, p. 11 considera a suposição imprudente e chama a atenção para a passagem *M* 1.6-7, em que Sexto revela a mesma disposição para tratar dos estudos especializados que teve para com a filosofia. Por outro lado, é possível aproximar as passagens claramente céticas, desses tratados, com a linguagem de Sexto em passagens do *Contra os Dogmáticos*, ou mesmo de *PH*, ainda que, de fato, nesta última obra haja uma preocupação evidente em contrapor argumentos equipolentes e conduzir a argumentação à equipolência e suspensão do juízo.

¹⁶ Ver nota acima.

¹⁷ É a opinião de Bett, por exemplo. cf. Bett, 1997, p. 225.

1.3 CETICISMO ANTIGO¹⁸

Costuma-se apontar duas correntes com orientação cética na antiguidade: o ceticismo acadêmico e o ceticismo pirrônico.¹⁹ Apenas os pirrônicos se autodenominaram ‘céticos’ (em grego: *skeptikos*, de *skeptomai*: ‘investigar’, ‘observar’, ‘examinar’, ‘considerar’), e, provavelmente, somente depois do século I d.C. Enesidemo, séc. I a.C., parece ter usado somente o termo *zetesis* (de *zeteo*: ‘investigar’, ‘questionar’, ‘buscar’). Sexto Empírico utiliza com naturalidade, entre outros termos, o termo *skeptikos*.²⁰

Pirronismo, por sua vez, deve-se a Pirro de Élis, uma figura pouco conhecida de fins do século IV a.C. e princípio do III a.C., c. 365-270 a.C., contemporâneo mais jovem de Aristóteles. Diz-se que foi pintor, interessou-se pelo atomismo²¹, estudou filosofia indiana²², e possuía uma personalidade excêntrica. Este pensador parece ter logo atraído alguns seguidores, como Tímon de Fliunte (c. 320-235 a.C.), cujos fragmentos remanescentes nos legaram algumas das poucas informações que possuímos sobre a vida e pensamento de Pirro

¹⁸ O intuito foi traçar um panorama bastante genérico em que fosse possível visualizar algumas das principais questões que ocuparam os pensadores do período; foge do escopo deste trabalho considerar as inúmeras interpretações modernas para cada um dos termos e passagens aqui mencionados. Procuramos identificar de maneira clara os estudiosos cujas obras permitiram nossa visão geral do assunto, e citar algumas das problemáticas referentes a pontos cruciais, no entanto, o fato de não nos atermos a questões específicas aqui levantadas pode mascarar sua complexidade e dar uma ideia superficial do trabalho dos pesquisadores. Remetemos os leitores para os textos e a bibliografia presentes no verbete sobre o Ceticismo Antigo na *Enciclopédia Online Stanford* redigida por Vogt, 2014, no artigo de Bolzani, 2011, na coletânea de Bett, 2010, e Hankinson, 1995.

¹⁹ Na obra de Cícero e de Plutarco (*Adversus Colotem* 1121E=LS 68H1), os acadêmicos são aqueles que praticam a suspensão do julgamento. O termo ‘pirronismo’ parece ter sido reivindicado por Enesidemo para designar sua nova escola de pensamento, talvez para enfatizar a dissidência com os acadêmicos. No século II, o termo *skeptikoi* foi usado (junto com *ephektikoi*, *aporetikoi*, *zetetikoi*, gradualmente adquirindo primazia sobre estes) indistintamente para referir-se a pensadores de ambas as filiações: acadêmicos e pirrônicos. A obra de Sexto parece ter sido determinante para que se preservasse uma denominação distinta para as duas filiações, já que ele negou aos acadêmicos a alcunha de céticos, designando-os como dogmáticos.

²⁰ “*Skeptikos* é usado como um nome para os neo-pirronistas pela primeira vez, até onde sabemos, por Fílon de Alexandria (*Congr.* 52) (cf. Bett 2003, p. 148). Durante o século II, o adjetivo *skeptikoi*, referindo-se à escola de pensamento filosófico aparece em fontes diferentes: no sofista Luciano de Samósata, (*Vit. Auct.* 27.40), no escritor romano Aulo Gélcio (*NA* 11.5) e nos escritos de Sexto Empírico (*PH* 1.3-21). No século III, nas obras de Diógenes Laércio (DL 9.70), é já um termo técnico bem estabelecido. Sexto também usa *skepsis* como nome para sua filiação filosófica (*PH* 1.5,7).” Ziemińska, 2013.

²¹ A posição de Demócrito é geralmente apontada como precursora do ceticismo. O mesmo acerca de Xenófanes. Tanto epicuristas quanto estoicos foram, em geral, atomistas.

²² Pirro teria tido contato com os gimnosofistas da Índia durante sua participação na expedição de Alexandre, o Grande. Para uma leitura da relação entre filosofia indiana e a suposta posição de Pirro, ver Nanajivako, 1985. Sobre Pirro, Decleva Caizzi, 1981a 1981b.

(de forma que teriam sido, em grande parte, responsáveis pela imagem que a posteridade formou dele).

Os ensinamentos de Pirro, transmitidos oralmente a seus seguidores, parecem ter sido eminentemente de caráter moral. Sobre a filosofia pirroniana tal como Tímon a representou, encontramos o relato de Aristócles de Messena:

Aquele que pretende ser feliz deve considerar estes três pontos: (1) como as coisas são; (2) qual deveria ser nossa disposição com relação a elas; e (3) qual será o resultado para aqueles que estiverem assim dispostos. [Tímon] diz que [Pirro] declara que as coisas são igualmente indiferentes (*adiaphora*), não mensuráveis (*astathmeta*) e indecidíveis (*anepikrita*), e que por esta razão nem nossas percepções sensíveis nem nossas crenças dizem a verdade ou mentem, e assim não devemos confiar (*pisteuein*) nelas, mas devemos ao invés disso ser sem crenças (*adoxastous*) e não nos comprometermos e não nos influenciarmos, dizendo de cada uma e de todas as coisas que não são mais isto que aquilo (*ou mallon*), ou que são e não são, ou que nem são nem não são. Tímon diz que o resultado para aqueles que estiverem assim dispostos será a afasia e então a serenidade de espírito (*ataraxia*). Enesidemo [diz que eles alcançarão satisfação]. (Aristocles *apud* Eusébio, *Praeparatio Evangelica* 14.18.758c-d in: GERSON, 2009, p. 113).

Este relato assemelha-se ao núcleo do ceticismo conclamado por Sexto Empírico em sua obra, e a sentença “nenhuma coisa é mais” (*ou(den) mallon*) será reiterada como *leitmotiv*. No entanto, resulta-nos difícil, dada as escassas evidências e problemas interpretativos, julgar até que ponto Pirro foi algo mais que um vivo personagem cujo nome e caráter notável teriam sido sua única contribuição ao ceticismo.²³

Com base no fragmento acima não é possível afirmar claramente se Pirro considera serem as coisas *indeterminadas* ou *indetermináveis*. Para Gerson (2009, p. 114), a partir do testemunho dos céticos posteriores, que afirmam inspirar-se em Pirro, seria coerente afirmar que considerasse as coisas ‘*indetermináveis*’ (em suas relações).²⁴ Fica evidente, nos escritos

²³ Gerson, 2009, p. 112. A passagem em *PH* 1. 7 parece sugerir que Sexto não se compromete de maneira especial nem com o termo ‘pirronismo’ nem com a figura de Pirro, que pouco aparece em sua obra. Bett (1997, p. 11), embora tenha argumentado a favor de uma diferença substancial entre a perspectiva pirroniana e a sextiana, afirma: “Mas Pirro parece mesmo ter chegado a algum tipo de desconfiança acerca do modo como o mundo se apresenta para nós tanto na experiência ordinária quanto na teoria filosófica ou científica; e ele aparenta, como resultado desta atitude, ter alcançado um nível extraordinário de tranquilidade e indiferença às circunstâncias. Estes pontos – bem como, de maneira igualmente significativa, a conexão entre eles – podem ser justamente entendidos como antecipando a perspectiva do posterior movimento que toma dele seu nome.”

²⁴ Cícero menciona Pirro como um moralista, famoso por sua indiferença, mas não endossa sua aderência à *epokhe*. Ao contrário do que escreveriam sobre ele mais tarde Sexto Empírico e Diógenes Laércio.

sextianos, que os céticos tiveram de defender-se de acusações de dogmatismo em pronunciamentos como o mencionado. Em *PH* 1. 198, Sexto descreve a *indeterminação* como um ‘estado da mente’ (*pathos dianoias*) que diz respeito a não assentir ou rejeitar nada; porém em *PH* 1. 14-15, ele sustenta que as fórmulas céticas (aí implícitas àquelas que envolvem a indeterminação) “cancelam-se” a si mesmas: “Se o dogmatismo estabelece como realmente existente aquilo que dogmatiza, enquanto o cético apresenta suas expressões de forma que implicitamente se auto-cancelam (*perigraphein*), não se pode então dizer que o cético dogmatiza ao expô-las”²⁵.

A hipótese de uma ‘Escola Pirrônica’ que tenha se mantido ativa durante todo o período helenístico, desde Pirro até Sexto, parece estar sugerida no testemunho de Diógenes Laércio (9. 115), mas ele próprio não se mostra muito seguro da consistência de sua lista dos dirigentes céticos. Estudiosos que tentaram conferir nexos temporais à esta lista encontraram grande dificuldade. Além disso, podemos afirmar que o ceticismo não se configurou como uma instituição, como foram as outras escolas filosóficas do período, nem mesmo como uma tradição contínua e fechada. O próprio Sexto insiste no fato de que os céticos não formaram uma escola no sentido usual do termo (*PH* 1. 16-17).

Durante os séculos III e II a.C., momento de manifesta descontinuidade em uma suposta linhagem pirrônica, o lugar em que o ‘antidogmatismo’ floresceu foi a Academia, e seria a partir de Arcesilau, então, que teria tido início uma tradição contínua e consistente de ceticismo dentro das escolas filosóficas.

1.3.1 Ceticismo Acadêmico

Entre o começo e o meio do século III a.C., a Academia, a escola fundada por Platão, liderada agora por Arcesilau (c. 316-240 a.C.)²⁶, tomou uma direção cética, tendo como

²⁵ Sobre a auto-refutação no ceticismo em geral, no pirronismo anterior a Sexto e no próprio Sexto, ver Castagnoli, 2010, p. 249-352.

²⁶ Do pensamento de Arcesilau foi dito (Aríston de Quios) que tinha Platão à frente, Pirro atrás e Diodoro no centro (*PH* 1.234): “Porque ele empregou a dialética de Diodoro, sendo na verdade um platonista.” “Se Pirro está por trás de sua filosofia é porque ele inspirou em Arcesilau a noção de que suspender o julgamento poderia realmente ser mais desejável que comprometer-se com uma posição dogmática, e não somente um artifício pouco confiável para resguardar a integridade intelectual (*a bleak expedient in the cause of intellectual honesty*), como alguns antigos parecem ter suposto. Se Diodoro está no coração de sua filosofia, é porque Arcesilau adotou as melhores técnicas dialéticas disponíveis na sua época, aquelas tornadas conhecidas por Diodoro e seus associados. [...] Se, finalmente, Platão estava à frente da filosofia de Arcesilau, é porque Arcesilau declarou-se não estar

principal adversário a mais fértil e prestigiosa fonte de dogmas filosóficos do período, a epistemologia estoica de Zenão de Cítio (c. 340-264 a.C.). Não é implausível que Arcesilau tenha recebido inspiração do pensamento de Pirro, Diógenes afirma que eles teriam se conhecido (DL. 9. 66), porém não há evidência direta que o comprove.

Fundamentada em elementos da descrição platônica de Sócrates, e enfatizando as tendências aporéticas dos diálogos platônicos contra o dogmatismo dos sucessores de Platão, a Academia Nova (ou Média, como a chama Sexto) parece ter compreendido e defendido o método socrático como um método *cético* de inquirição intelectual. Os conhecimentos deveriam, a exemplo da posição socrática naqueles diálogos, ser investigados dialogicamente a partir das próprias premissas e descobertas alardeadas por seus defensores. Seria pernicioso para o processo do conhecimento comprometer-se, antes ou durante a investigação, com qualquer proposição: a defesa da consistência de descobertas ficaria a cargo daqueles que as sustentavam, de forma que os próprios defensores de uma tese ficassem expostos aos dilemas e conflitos que suas afirmações pudessem gerar. Tal procedimento conduziria à aporia, como nos diálogos platônicos, em que Sócrates leva seu interlocutor a questionar a natureza do conhecimento que afirma possuir sobre algo.

Esta orientação cética conservou-se também sob a direção dos sucessores de Arcesilau, dos quais o mais famoso é Carnéades (c. 214-129 a.C.). Sexto, contudo, diferencia o pensamento de Arcesilau e Carnéades, chamando somente a Academia sob a direção deste último, Carnéades, de Academia Nova, e caracterizando o pensamento dele como mais afim ao dogmatismo.²⁷

Determinadas afinidades intelectuais entre as duas correntes céticas eram reconhecidas por pirrônicos e acadêmicos: ambas professavam o antidogmatismo, no sentido antigo de não possuírem dogmas ou doutrinas, e se opunham aos estoicos.²⁸ Em comum,

inovando, mas revivendo a dialética sem dogmas que teria caracterizado a Academia sob Platão.” Sedley, 1980, p. 11.

²⁷ Acerca da sucessão na Academia e o abandono da posição de Arcesilau: “Carnéades teve um pupilo famoso, Clitômaco (187/6 – 110/09 a.C.), que foi o professor de Fílon de Larissa (158-84 a.C.). Filon argumentou que a Antiga e a Nova Academias eram, na verdade, uma só, baseando-se, em parte, na revisão de Carnéades sobre o argumento de Arcesilau contra nada ser apreensível. Seu discípulo, Antíoco de Ascalon (c. 130-68 a.C.), rejeitou a interpretação cética de Platão implícita em Filon, e apoiou um retorno à Academia Antiga. Antíoco entendeu a Academia Antiga em harmonia com a filosofia estoica e peripatética. Entre outras coisas isto significa uma reavaliação positiva do critério de verdade estoico, ‘a representação cataléptica’. Talvez tenha sido contra o alegado dogmatismo adulator de Fílon que Enesidemo (I a.C.) reagiu, abrindo caminho para a fundação de um ‘novo’ ceticismo pirrônico.” Gerson, 2009, p. 117.

²⁸ Para o ‘estado da questão’ acerca das diferenças e semelhanças entre as duas tradicionais correntes céticas ver Bolzani, 2011.

parecem ter defendido a suspensão do julgamento (*epokhe*) como uma atitude intelectual desejável e necessária, de forma que evitassem o compromisso com uma proposição, já que não haveria um critério imparcial para julgá-la.

Os cétricos pirrônicos consideravam que: “suspensão do juízo é esse equilíbrio da mente (*stasis dianoias*) que nos leva a não rejeitarmos (*airomen*) e nem propormos (*tithemen*) nada” (*PH* 1. 10). Tal suspensão tinha um efeito prático muito significativo: ela levaria à *ataraxia* ou ausência de perturbação, livrando-os da agitação intelectual e emocional que estaria associada ao sustentar firmemente convicções sobre como as coisas de fato são. Já os cétricos acadêmicos parecem não ter dado ênfase especial aos benefícios práticos da suspensão do julgamento. Arcesilau e Carnéades esforçaram-se em defender que escolhas e ações adequadas são possíveis na ausência de convicções ou crenças. Mas parece não haver sugestão explícita de que se estaria *melhor* ao se desfazer destas crenças, não mais que em termos de ‘integridade intelectual’. De qualquer forma, considerando que a filosofia socrática foi essencialmente uma filosofia moral, é de se esperar que houvesse alguma consequência nesta direção.

Na disputa com os primeiros estoicos, é dito que Arcesilau concentrou seus ataques à célebre distinção, que teria estreado com Parmênides, entre dois tipos de conhecimento: opinião (*doksa*)²⁹ e conhecimento verdadeiro (*episteme*), base de todos os sistemas dogmáticos. Arcesilau visou o critério de verdade estoico e argumentou contra a existência de uma ‘representação apreensiva’ (*phantasia kataleptike*) tal que fosse distintiva do conhecimento verdadeiro, próprio do sábio, como afirmavam os estoicos. A contenda aparece resumida por Sexto Empírico no *Contra os Lógicos* (*M* 7. 150-189), passagem que retomamos abaixo.

O critério estoico da *representação apreensiva* não é suficiente para a distinguir de uma representação ‘inapreensível’, ou seja, não distingue ‘conhecimento verdadeiro’ de ‘opiniões’, teria criticado Arcesilau. Nenhuma representação verdadeira teria sido encontrada, afirma ele, que não pudesse também ser dita falsa, o que faz com que todas devam ser consideradas inapreensíveis. Por isso, se o sábio assentir a alguma representação, sendo todas igualmente inapreensíveis, estará necessariamente apenas dando sua opinião. E os

²⁹ O termo grego, *doksa*, pode ser traduzido também por crença. “A raiz de *doksa* é *dokein*, ‘parecer’. Em uma crença, algo parece ser de tal maneira para alguém. Mas há também um elemento de julgamento ou assentimento. O verbo em questão, *doksazein*, geralmente significa ‘julgar que algo é de tal maneira’. As discussões helenísticas prevêm três atitudes cognitivas às impressões [ou representações] (‘como as coisas parecem’): assentimento, rejeição ou suspensão do julgamento (*epokhe*).” Vogt, 2014.

próprios estoicos recomendavam ao sábio a ‘suspensão do julgamento’ frente a tudo que fosse opinável (mesmo que não tenham usado especificamente o termo *epokhe*, atribuído a eles pela tradição).³⁰ Logo, de acordo com os estoicos eles mesmos, a atitude do sábio *deveria ser* a suspensão do julgamento³¹; se o assentimento segue o julgamento, a impossibilidade de julgar indicaria, no mínimo, que é *apropriado* não assentir.³² Com esta generalização de Arcesilau, a atitude estoica da *epokhe* parece ter se convertido em ‘emblema da tradição cética’, e o ceticismo teria, então, entrado decididamente no problema da *validade* do conhecimento.

Demonstrar que não existe critério de verdade, por outro lado, não impede que se estabeleça um critério para a ação, defenderam os acadêmicos. Supunham que o critério de ‘razoabilidade’ (*to eulogon*) (M 7. 158) seria suficiente para guiar nossas ações, sem requerer, obviamente, *conhecimento verdadeiro*, no sentido estoico, sequer implicando a existência de crenças. Arcesilau teria dito que “a felicidade se dá através do discernimento (*phronesis*), e o discernimento se assenta em ações corretas (*katorthoma*), e a ação correta é aquela que, realizada, tem defesa (*apologia*) razoável (*eulogon*).” (M 7. 158).

Carnéades teria compartilhado as críticas que Arcesilau dirigiu aos primeiros estoicos. Também ele, com efeito, estava de acordo que a distinção entre impressões, ou representações, verdadeiras e falsas seria gratuita, reiterando que o critério estoico não permite distinguir umas das outras. Mas, uma vez rechaçada esta pretensão dogmática, Carnéades teria considerado excessivo aderir ao princípio, pirrônico, do ‘nada é mais’. Por isso, propôs deixar de lado a distinção ‘verdadeiro-falso’ e aceitar uma classificação das representações baseada em seu grau de fiabilidade. Aparentemente, tal posicionamento visava dar conta da objeção de que o cético, por não possuir opiniões e crenças, porque suspende o julgamento, estaria fadado à inação. Carnéades distinguiu então “conhecimentos persuasivos (*pithanas*) e não-persuasivos” e, dentre os persuasivos: “conhecimentos persuasivos e

³⁰ Bolzani, 2011, p. 15, discorre sobre a possibilidade de se concluir, a partir das *Academica* de Cícero, que Arcesilau foi, historicamente (se lembramos as dificuldades presentes na tentativa de atribuí-la a Pirro), o primeiro a propor uma noção cética de suspensão de juízo. Esta discussão foi feita por Coussin, 1929.

³¹ “Em contraposição ao ideal estóico de sábio - aquele que nunca emite opinião e dá sempre assentimento ao verdadeiro -, Arcesilau concluirá, em face das dificuldades apresentadas ao otimismo cognitivo do estóico, que ao sábio só restará recusar assentimento e suspender o juízo (PH 2. 67). O estatuto desta ‘sabedoria’ a que chega a argumentação é controverso. Pode-se, de fato, sustentar que tem função meramente dialética: numa espécie de *reductio ad absurdum*, partindo do conceito dogmático de sábio, chegamos à sua inviabilização, à sua impossibilidade. Contudo, por que não dizer que, doravante, com a constatação daquelas dificuldades, suspender o juízo se faz sinal de ‘sabedoria’ (cf. PH 2.77)? Questão polêmica, a ser examinada mais detidamente.” Bolzani, 2011, p. 16-17

³² Gerson, 2009, p. 118.

comprovados (*dieksodeumenas*)” e “conhecimentos persuasivos, plenamente comprovados e não controversos (*periodeumenas kai aperispastous*)” (*PH* 1. 227 ss.). Assim, alguém poderia ter opiniões melhor ou pior formadas. Elas ainda seriam opiniões, e não conhecimento, porque mesmo uma impressão aparentemente verdadeira, não controversa e plenamente testada, poderia ainda ser falsa. Ainda, àquilo que não é aparente e, portanto, não pode ser uma impressão aparentemente verdadeira, não convém assentimento.

Carnéades teria distinguido duas formas de assentir às impressões, traçando uma linha entre assentimento teórico e prático (*Cícero, Acad. 2. 104*)³³. A impressão aparentemente verdadeira pode provocar o assentimento a determinadas proposições, mas ela seria, com efeito, somente guia para a ação, mesmo que pudesse parecer um critério de verdade.³⁴ Sexto, por sua vez, dirá que para Carnéades uma impressão que é aparentemente verdadeira (*phainomene alethes*) e adequadamente representativa (*hikanos emphainomene*) é, efetivamente, um tal critério de verdade (*M* 7. 173).

Sexto não considera os acadêmicos como céticos legítimos, nem admite sua posição como genuína suspensão do julgamento. Para Pellegrin (2010, p. 128), poderia ser dito que os acadêmicos, os estoicos, e até mesmo Enesidemo, praticaram uma suspensão do julgamento que é na verdade apenas uma *recusa* em assentir; enquanto Sexto teria enfatizado a *impossibilidade* radical da decisão sobre ser ou não adequado assentir a uma proposição. No começo das *PH*, Sexto assim diferencia céticos e acadêmicos:

O resultado natural de qualquer investigação é: quem investiga ou encontra aquilo que busca, ou nega que possa ser encontrado e o declara inapreensível, ou, ainda, persiste em sua busca. O mesmo ocorre com as investigações filosóficas, e é provavelmente por isso que alguns afirmaram ter descoberto a verdade, outros que a verdade não pode ser apreendida, enquanto outros continuam buscando. Aqueles que afirmam ter descoberto a verdade são os propriamente ‘dogmáticos’, assim são chamados especialmente Aristóteles, por exemplo, Epicuro, os estoicos e alguns outros. Clitômaco, Carnéades e outros acadêmicos consideram a verdade inapreensível. E os céticos continuam buscando (*zetousi*). Portanto, parece razoável manter que há três tipos de filosofia: a dogmática, a acadêmica e a cética. (*PH* 1. 1-4) (*Tradução nossa*).

³³ Seguimos preferencialmente o relato de Sexto, mas as *Academica* de Cícero são, em realidade, obra fundamental para a compreensão do ceticismo acadêmico. Nesta obra, Cícero expõe, contra as pretensões de Antíoco, escolarca da Academia simpatizante do estoicismo, o posicionamento filosófico de Carnéades, Clitômaco e Filon, que teriam cultivado o genuíno espírito da filosofia platônica e socrática. Ver tradução e introdução para o inglês de Brittain, 2006 e, para o português, Seabra, 2013.

³⁴ Cícero (*Acad. 2. 105*) para seu interlocutor: “nós dizemos *aceitar* as mesmas impressões que vocês dizem *apreender*, contanto que sejam persuasivas.”

Parece-nos forçoso supor, então, que, para Sexto Empírico, os acadêmicos eram o que costumamos designar como ‘dogmáticos negativos’, pois teriam se manifestado dogmaticamente negando a possibilidade de conhecimento. A suspensão do julgamento seria apenas expressão de sua *convicção* de que não se pode conhecer a verdade. Se esta tendência dogmática percebida por Sexto era de fato característica dos acadêmicos céticos ou um traço que Sexto teria enfatizado em razão da posterior tradição (estoica) na Academia, é uma questão a ser verificada dentro da história da filosofia acadêmica. Sexto confirma, é verdade, que os acadêmicos (especialmente Arcesilau) (*PH* 1. 232) dizem muitas coisas semelhantes ao que dizem os pirrônicos. Mas, do seu ponto de vista, os Acadêmicos dizem estas coisas como se fossem definitivas, o que os desqualificaria do título de céticos: “Os da Academia Nova, ao dizerem também eles que tudo é inapreensível, certamente diferem dos céticos justamente nisso de dizer que tudo é inapreensível. Pois eles fazem desta uma convicção, enquanto o cético supõe que seja possível haver coisas que sejam apreensíveis.” (*PH* 1. 226). Se Sexto está mesmo correto em sua crítica do ceticismo na Academia Nova é uma questão aberta a debate³⁵, como dissemos, mas o que ele repetidamente expressa é que para ele o pirronismo é algo distinto da Academia, e não apenas pelo papel conferido à ataraxia.

Lembrando que a Academia Nova, apesar do esforço de Arcesilau em atualizar o ceticismo do método socrático como distintivo da dialética platônica e definidor da investigação filosófica, não abandona os princípios essencialmente dogmáticos da filosofia platônica. Como disse Sexto, “se [Arcesilau] percebia que os havia predisposto [seus discípulos] à compreensão dos dogmas platônicos, passava-se ainda por aporético [:cético] mas, aos assim predispostos, transmitia a doutrina platônica.” (*PH* 1. 234).

O ceticismo na Academia persistiu até o início do século I a.C. Nessa época, provavelmente como reação ao abandono do ceticismo pela Academia, um novo movimento cético aparece, reivindicando inspiração direta em Pirro e liderado por Enesidemo de Cnossos (c. 80 a.C). Outro de quem possuímos escassas informações, ele próprio provavelmente um acadêmico a princípio, e, talvez por isso, especialmente empenhado em distinguir seu pensamento maduro do da Academia. O impulso cético da Academia parece, de qualquer forma, determinante para a formação do pensamento de Enesidemo e essencial para sua concepção do pirronismo e para a influência intelectual que exerce.

³⁵ Cf. Frede, 1987; Bolzani, 2011.

É interessante ressaltar que o renascimento do ceticismo de inspiração pirrônica parece ter acontecido como reação à aproximação do pensamento cético, dentro da Academia Nova, com o estoicismo. Costuma-se apontar, no entanto, uma possível versão do Pirronismo, provavelmente anterior a Sexto (e implícita em seus escritos), relacionada geralmente a Enesidemo, que encorajaria o dogmatismo negativo, de modo similar, talvez, ao que faz a Academia. Segundo os padrões defendidos por Sexto, esse método seria autodestrutivo: as proposições, após atingirem seu alvo, se autocancelariam, como citamos acima, o processo estaria sinalizado pela fórmula da suspensão do julgamento. Porém, na prática, o ceticismo sextiano poderia afigurar-se tão antiteórico quanto teriam sido, supõe-se, alguns médicos empíricos, isto é, atacando posicionamentos dogmáticos por meio da asserção (aparentemente dogmática) de sua falsidade, inutilidade e inexistência. Tal ataque parece algumas vezes supor a inapreensibilidade do não-manifesto, premissa dogmática compartilhada por acadêmicos e médicos empíricos, segundo o próprio Sexto. Além disso, e por outro lado, também há um bom número de passagens em que Sexto atribui posições filosóficas positivas bastante teóricas, diríamos, a Enesidemo.³⁶

As ideias de Enesidemo são reconstruídas em linhas gerais considerando o testemunho de Fócio, patriarca em Constantinopla no século IX, que nos legou um resumo dos seus *Discursos Pirrônicos*. Enesidemo teria criticado a autocontradição implícita no conceito acadêmico de ‘aparentemente verdadeiro’, pois os acadêmicos estariam, ao mesmo tempo, sustentando que as coisas são inapreensíveis, mas que eles, não obstante, seriam capazes de ‘reconhecer’ (*ginoskonta*) algumas como verdadeiras e outras como falsas: se são inapreensíveis, tal reconhecimento não se sustém. O acadêmico compartilharia, desta forma, as pressuposições dogmáticas do estoicismo, teria notado Enesidemo.³⁷ Ao movimento fundado por Enesidemo irá filiar-se Sexto Empírico. Enesidemo é citado por Sexto como o autor, ou ao menos o compilador, de oito modos de argumentar contra as explanações causais dogmáticas (*aitialogian*).

Outro nome que parece ter sido importante para a formação do pensamento sextiano é Agripa. Ele próprio não é citado por Sexto, ou por qualquer outro autor da antiguidade além de Diógenes Laércio (9. 88-89), que afirma que ele foi o autor dos *cinco* modos da suspensão do juízo, amplamente utilizados por Sexto na sua refutação aos dogmáticos. Como são praticamente nulas as informações de outras fontes, a suposição de que as aparentes camadas

³⁶ Sobre isso, ver os comentários de Bett (1997, 2005, 2013) a suas traduções de Sexto Empírico.

³⁷ Gerson, 2009, p. 125.

argumentativas da obra sextiana reflitam diferenças existentes em versões díspares do ceticismo não pode, a princípio, ser comprovada.

Menções esporádicas dão a conhecer alguns outros cétricos pirrônicos por nome, porém nada mais sabemos sobre eles. Deve-se admitir, dessa forma, a impossibilidade de traçar com alguma clareza factual as diferentes posições cétricas que possivelmente coexistiam na antiguidade. Fazendo nossas as palavras de Barnes (1988, p. 53), quando diz acreditar fortemente que “o ceticismo antigo tenha se desenvolvido em muito mais formas e variedades além das que estamos normalmente inclinados a imaginar”, resta-nos a conclusão de que é bastante plausível que o cenário real fosse muito menos homogêneo do que possa aparentar ser.

1.3.2 Ceticismo em Sexto Empírico

O ceticismo é apresentado por Sexto como um modo de conduzir-se (*agoge*)³⁸ tanto nas investigações quanto na vida (ao menos onde a ação toma como guia o pensamento); e não uma doutrina, sistema de pensamento ou conjunto de convicções. Sua definição é:

O ceticismo é uma habilidade [ou capacidade] (*dunamis*) que opõe as coisas que aparecem (*phainomena*) e que são pensadas (*nooumenon*) de todos os modos possíveis, com o resultado de que devido à equipolência nesta oposição tanto no que diz respeito aos objetos (*pragmasi*) quanto às explicações (*logoi*), somos levados inicialmente à suspensão (*epokhe*) e depois à tranqüilidade (*ataraksia*). Nós o denominamos ‘habilidade’, não em um sentido especial, mas simplesmente no sentido de ‘ser hábil ou capaz de algo’. As coisas que aparecem (*phainomena*) são entendidas neste contexto como objetos da percepção sensível (*aistheta*), os quais contrastamos com objetos do pensamento (*noeta*). A expressão ‘de todos os modos possíveis’ pode ser relacionada seja com a palavra ‘habilidade’, em seu sentido usual, como dissemos; ou pode ser relacionada com ‘opõe as coisas que aparecem e que são pensadas’, na medida em que opomos coisas que aparecem a coisas que aparecem, coisas pensadas a coisas pensadas, coisas que aparecem a coisas pensadas e vice-versa, a expressão ‘de todos os modos possíveis’ permitindo designar todas estas diferentes formas de oposição. Ou ainda, podemos relacionar ‘de todos os modos possíveis’ com ‘coisas que aparecem

³⁸ *Agoge*: ‘orientação’, ‘direção’, ‘persuasão’, ‘movimento’, ‘método’, ‘procedimento’, ‘linha de pensamento’. Sobre seu uso em Sexto: “é o termo padrão usado por Sexto nas seções iniciais de *PH* (*PH* 1. 4, 6, 7, 11, 12, 21, 22, etc.) para referir-se ao ceticismo: *skeptike agoge*. O termo foi usado por historiadores da filosofia para escolas filosóficas, mas em Sexto é normalmente utilizado para o movimento cético e parece implicar apenas uma afinidade, menos restrita e mais aberta, e não uma escola ou seita (*hairesis*) filosófica, que demandaria aderência a certos dogmas (*PH* 1. 16ss). Em *PH* 1. 145, distingui-se *agoge* de *ethe*, *nomoi*, *mithike pistis*, *dogmatike hupolepsis*, e é definida como: ‘uma escolha de modo de vida [*hairesis biou*] ou de ação que diz respeito a uma ou mais pessoas, a Diógenes ou aos espartanos, por exemplo.’

e que são pensadas’, indicando que não temos que nos perguntar sobre como o que aparece aparece, ou como o que é pensado é pensado, mas tomamos estes termos no sentido habitual (*aplos*). A expressão ‘explicações que se opõem’ é tomada não na acepção de negação e afirmação (*apophasin kai kataphasin*), mas na de explicações conflitantes (*makhomenous*). Equipolência (*isostheneian*) nós usamos no sentido de equivalência quanto a ser crível (*pistin*) ou não crível (*apistian*), indicando que nenhuma das explicações em conflito é mais crível do que a outra. A suspensão (*epokhe*) é um estado mental de repouso (*stasis dianoias*) no qual não afirmamos nem negamos nada. Ataraxia é a tranquilidade ou ausência de perturbação da alma (*psukhes*). (*PH* 1. 8-10) (*Tradução*: Marcondes, 1997, p. 116-117) (transliteração dos termos gregos é nossa).

A atitude cética, portanto, guia a conduta do pensador através dos estágios de sua inquirição intelectual: 1) *zetesis* – investigação: o cético empenha-se em investigar e observar³⁹ (*PH* 1. 7); 2) *diaphonia* – desacordo, disputa: o cético se depara com inúmeras convicções conflitantes sobre o mesmo fenômeno e com as anomalias nas coisas; 3) *isostheneia* – equipolência: percebe que as opiniões conflitantes são equivalentes em sua força persuasiva⁴⁰; 4) *epokhe* – suspensão do juízo: sendo as opiniões conflitantes equipolentes em sua força persuasiva, não se pode dizer a qual teoria deve-se dar crédito ou não (*PH* 1. 196); 5) *aphasia* – não se pronunciar: não assentir a uma proposição dogmática (afirmativa ou negativa) (*PH* 1. 193 e 197); 6) *ataraksia* – imperturbabilidade:

Dizemos que a finalidade do ceticismo é a tranquilidade de espírito nas questões de opinião e moderação de sentimentos naquilo que nos é imposto. Pois o cético, tendo começado a filosofar a fim de decidir quais dentre as aparências são verdadeiras e quais falsas, de modo a alcançar a

³⁹ Cf. Vogt, 2010: “o cético é um investigador genuíno, o objetivo da sua investigação é a verdade.” A estudiosa mantém uma opinião algo polêmica e afirma ainda que, mesmo que Sexto aponte como objetivo da investigação pirrônica, nos primeiros céticos, a suspensão do julgamento (em paralelo à tranquilidade da alma), este não é o objetivo que o próprio Sexto atribui ao ceticismo: cf. *PH* 1. 2; *PH* 2. 11. A estudiosa afirma que para entender a investigação pirrônica é preciso ter em mente as três considerações a seguir: “primeiro, que ela herda uma concepção muito mais complexa de investigação, moldada por Sócrates e Platão, cujo fazer filosófico nem sempre visa imediatamente à descoberta de verdades. Segundo, possui uma origem motivacional – o desacordo insolúvel entre pensamentos conflitantes – distinta de qualquer objetivo particular que alguém possa ter. Terceiro, o valor de verdade tem um papel importante na investigação pirrônica, embora a investigação pirrônica esteja mais prontamente preocupada em evitar o falso do que em descobrir a verdade. Uma investigação deve responder ao valor de verdade. A Premissa da Verdade [uma investigação deve guiar-se por normas epistêmicas que respondem ao valor de verdade] é crucial para qualquer atividade que reivindique ser algum tipo de investigação.” Vogt, 2011, p. 34. O posicionamento dela toma partido frente as polêmicas atuais acerca da classificação do pensamento cético sextiano como uma filosofia possível, ou como uma demissão filosófica.

⁴⁰ O cético pirrônico é descrito como em um estado de aporia: ele enfrenta a impossibilidade objetiva de classificar as opiniões como falsas, verdadeiras, ou nem uma coisa nem outra, por isso a suspensão do julgamento. A *dúvida* pode ser uma de suas atitudes, mas não é aquela que o define.

tranquilidade, encontrou-se diante da equipolência nas controvérsias, e sem poder decidir sobre isto, adotou a suspensão do julgamento e, em consequência da suspensão, seguiu-se a tranquilidade em matérias de opinião. (PH 1. 25-26) (Tradução nossa).

Um dos princípios básicos do ceticismo seria, portanto, o de contrapor argumentos (PH 1. 12). Este princípio poderia sugerir que haveria ao menos uma crença *a priori*, a do ‘equilíbrio’ entre proposições dogmáticas, mas Sexto explica:

Quando eu digo que ‘a cada argumento se opõe outro argumento equivalente’ digo implicitamente isto: ‘Para mim é manifesto que, a cada argumento dos analisados por mim que estabelece algo dogmaticamente, se opõe outro argumento que estabelece algo dogmaticamente e que é equivalente àquele quanto à força de persuasão ou falta dela’; de forma que o que digo não é dogmático, mas relato de uma disposição de espírito que, para quem a experiencia, é sim algo manifesto. (PH 1. 203) (Tradução nossa).

A inclinação a crenças dogmáticas é apresentada como um estado *patológico* que deve ser enfrentado por meio da *prescrição* cética⁴¹: constatar que as posições conflitantes (defendidas por diferentes sistemas filosóficos, ou pelo mesmo sistema, por pessoas comuns, por pensadores ou eruditos), acerca do mesmo fenômeno, ou essas posições possuem a mesma força persuasiva, ou não possuem força persuasiva, pois não há, ainda, critério infalível, ou sequer imparcial que as verifique.

Sexto parece qualificar como dogmáticas *todas* as proposições assertivas, pois valem-se, invariavelmente, de premissas em que entidades não-verificáveis são postuladas como entidades *reais* cujo acesso dar-se-ia por meio de racionalização ou teorização: “dizemos que o cético não dogmatiza, usando ‘dogma’ no sentido, mantido por alguns, de ‘assentimento a objetos não-evidentes da investigação (*ta kata tas epistemas dzetoumena*)’, pois os pirrônicos não dão assentimento (*sugkatatithetai*) a nada que seja não-evidente (*adela*).” (PH 1. 13). Mais adiante ele afirma: “Ninguém, penso eu, disputa se o objeto externo tem esta ou aquela *aparência*, mas sim se ele é tal qual parece (*éstin hopoion phainetai*).” (PH 1. 22 grifo nosso)⁴².

⁴¹ PH 3. 280: “*curar* a presunção e a temeridade dos dogmáticos.” Sobre a ‘terapêutica’ cética, ver Voelke, 1990.

⁴² PH 3. 65-81, como exemplo de uma abordagem cética a uma questão que envolve uma afirmação sobre a real natureza de um fenômeno: “De modo geral, três foram – creio – as posições acerca do movimento. As pessoas em geral, de fato, e alguns filósofos supõem que o movimento existe. Parmênides e Melisso e alguns outros, que não existe. E os céticos disseram que o movimento existe e

Também é dogmático, para Sexto, afirmar que é *impossível* descobrir a verdade, que é impossível conhecer o mundo para além das aparências. O cético pirrônico insiste ser *uma questão em aberto* saber se o não observável pode ser conhecido pela ‘razão’ (PH I 13-14). Como colocou Frede (1987, p. 255):

Eles [os céticos pirrônicos] reconhecem a possibilidade de que, num caso particular qualquer, pode ser falsa a conclusão a que nos conduz nossa prática cognitiva ordinária. Eles também reconhecem a possibilidade de que o mundo possa ser muito diferente do que, dada nossa ação cognitiva ordinária, parece ser. Eles também reconhecem a possibilidade de que pode haver um método que nos permita determinar como as coisas realmente são. *O que eles não aceitam é a afirmação de que tal método foi descoberto.* (grifo nosso)

A suspensão do julgamento acerca de proposições dogmáticas, em geral, seria induzida, principalmente, mas não somente, através dos *modos*, em grego: *tropoi*.⁴³ Os *modos* são modelos de ou para argumentos. Poderiam também ser descritos como trajetórias investigativas, retórica e intelectualmente funcionais, que nos auxiliam na percepção e contra-argumentação do posicionamento dogmático, com força tanto terapêutica quanto demonstrativa.

Descreverei os modos através dos quais se induz a suspensão do julgamento, sem fazer uma firme asserção nem sobre seu número nem sobre seu poder, já que é possível que alguns sejam menos importantes e que existam mais do que esses mencionados. (PH 1.35).

Entre os primeiros céticos [...] são dez modos. Primeiro: o da diversidade dos animais. Segundo: o da diferença entre os homens. Terceiro: o das diferentes constituições dos sentidos. Quarto: o modo das circunstâncias. Quinto: o das posições, distâncias e lugares. Sexto: o das interferências. Sétimo: o das quantidades e composições dos objetos. Oitavo: o da relação com algo. Nono: acerca das ocorrências frequentes ou raras. Décimo: o que contrasta as formas de pensar, costumes, leis, crenças míticas e opiniões dogmáticas. (PH 1. 36-37).

Os céticos mais recentes informam esses cinco modos da suspensão do juízo: Primeiro: a partir do desacordo (*diaphonia*). Segundo: o que leva ao regresso

não existe, pois quanto aos fenômenos parece que o movimento existe, mas quanto ao raciocínio filosófico, que não existe. Assim, pois, se nós, ao expormos a disputa entre os que supõem que o movimento existe e os que demonstram que o movimento não é nada, achamos a disputa equilibrada: então, em vista do que se diz sobre ela nos veremos forçados a dizer que o movimento tanto existe quanto não existe [...] Pois bem, isso e muito mais dizem os que negam o movimento. E nós, não podendo desqualificar nem estes argumentos nem o que é evidente, em que se baseiam os que concluem a realidade do movimento, em vista desta contradição entre fenômenos e raciocínios, suspendemos o julgamento acerca do movimento existir ou não existir.”

⁴³ A bibliografia sobre os modos é extensa, ver, por exemplo: Annas e Barnes, 1985, para uma discussão dos dez modos; Barnes, 1990, trata dos cinco modos; Hankinson, 1995 e Woodruff, 2010, para uma explicação geral.

ao infinito (*eis apeiron ekballonta*). Terceiro: o da relação com algo (*pros ti*). Quarto: o das hipóteses. Quinto: o do círculo vicioso (*ton diallelon*). (*PH* 1. 164)

Enesidemo acrescenta oito modos segundo os quais acredita que pode refutar toda explanação causal dogmática e asseverar sua inconsistência. Primeiro: explanações causais, que residem todas no que é não-evidente, não têm confirmação unânime pelo que é aparente. Segundo: embora existam inúmeras possibilidades de se explicar o que se investiga de maneiras diferentes, alguns dão apenas uma explicação de um só jeito. Terceiro: eles atribuem causas desordenadas a coisas que se dão ordenadamente. Quarto: quando compreendem como se dão as coisas que são aparentes, acreditam que também compreenderam como se dá o que é não-evidente. Mas o não-evidente talvez se dê de forma parecida ao aparente ou talvez não se dê desta forma, mas em outra particular. Quinto: todos dão explanações causais de acordo com suas hipóteses pessoais sobre os elementos e não segundo abordagens comuns e aceitas. Sexto: normalmente aceitam o que concorda com suas próprias hipóteses e rechaçam o que vai contra, inclusive quando é igualmente plausível. Sétimo: muitas vezes propõem causas que contradizem não só o que é aparente, mas suas próprias hipóteses. Oitavo: muitas vezes, quando o que é aparente é tão absurdo quanto o que está sendo investigado, eles apóiam sua exposição do que é absurdo naquilo que é tão absurdo quanto. (*PH* 1. 180-184).

Sexto faz pouco uso dos dez modos, porém uso mais extenso do poder retórico dos cinco modos, chamados de cinco modos de Agripa (como nos transmitiu Diógenes Laércio). Diógenes Laércio (*DL*. 9. 90) afirma que os cinco modos negam toda “prova, critério, signo, causa, movimento, ensino (*mathesis*), vir a ser, e também que há algo bom ou ruim por natureza”.

Assim mesmo, várias estratégias da refutação sextiana têm sido apontadas como frágeis e comprometedoras, ou por tentar imputar aos seus adversários conclusões externas ao seu sistema, ou por fazer uso de algum expediente dogmático e, assim, autorrefutar-se, ou pela própria debilidade de seus expedientes retóricos. No entanto, o cético, por não sustentar nenhuma convicção, afirma não estar sujeito à refutação nos mesmos moldes que definem seu ataque ao dogmatismo.

Polêmicas acerca da coerência do ceticismo pirrônico, desde a antiguidade, levantaram, simplificando a pauta, as seguintes questões: se o pirrônico não afirma nada acerca de como as coisas são, o que ele fala sobre sua filosofia possui algum significado?⁴⁴ Se o pirrônico suspende o juízo acerca de qualquer proposição, não estaria cometendo ‘suicídio

⁴⁴ Ver Corti, 2009 e Bett, 2013. Esta polêmica toma a forma da acusação de que o cético abusa da linguagem comum.

cognitivo’, ou admitindo sua ‘demissão filosófica’?⁴⁵ Se o pirrônico não possui nenhuma crença (ou opinião), mas age guiado pelos fenômenos, ele não estaria manifestando alguma ‘(des)crença’ nos fenômenos?⁴⁶ Os desdobramentos das possíveis respostas a estas questões na interpretação da obra sextiana são inúmeros, de forma que não surpreende a complexidade do debate que têm ocasionado.

Sexto, por sua vez, descreve o seu ataque como um ataque efetivo contra as filosofias dogmáticas e ciências teóricas (ainda que talvez tivesse em mente, ao menos a princípio, essencialmente a filosofia estoica), portanto, no escopo deste trabalho, nos interessamos não tanto por detectar as incongruências do discurso sextiano, mas por compreender aquilo que, de seu ponto de vista, unificava seus adversários.

O ceticismo sextiano esclarece também de que forma o pirrônico age comumente na vida, frente à acusação dogmática de inação, da qual tiveram de se defender também os acadêmicos, como mencionamos acima:

Que nos atemos às aparências é óbvio pelo que foi dito acerca do critério da orientação cética. A palavra ‘critério’ (*kriterion*) é usada de dois modos: primeiro, para o critério que se assume em relação à crença na existência e não-existência, e que discutimos em nossas objeções; segundo, para o critério de ação, pelo qual, na condução de nossa vida diária, fazemos algumas coisas e não outras; é sobre este último que falamos agora. Assim, dizemos que o critério da orientação cética é a aparência – usando aqui este termo para a representação – pois já que a aparência liga-se à sensação e sentimento involuntário, ela não está aberta a questionamento. Assim, ninguém, penso eu, disputa se o objeto externo tem esta ou aquela aparência, mas sim se ele é tal qual parece. Atendo-nos às aparências, portanto, vivemos sem crenças, em observação à vida comum, pois não é possível que vivamos de todo inativos. E a observação da vida comum parece compor-se de quatro partes [...]: a orientação da natureza – aquela pela qual nós naturalmente somos capazes de sensação e pensamento; a impulsão do que se sente – a fome nos leva a comer e a sede nos faz beber; seguir costumes e leis – por meio do que aceitamos que ser piedoso na condução da vida é bom, e ser impiedoso é ruim; e a instrução nas artes (*tekhnai*) – não somos inativos nas artes (*tekhnai*) em tivermos sido instruídos. (PH 1. 21-24)

Em vista disso, receber instrução, conforme a passagem citada, não parece ser algo a que o cético se opõe. Nem mesmo parece haver qualquer oposição ao prover instrução, que é como o próprio Sexto qualifica, por vezes, sua exposição: *didaskalia*. Assim, o cético poderia

⁴⁵ Ver Annas e Barnes, 1985; Burnyeat, 1980. Nesta questão está envolvida a polêmica acerca das interpretações ditas ‘rústica’ e ‘urbana’ do ceticismo, concernente ao escopo da suspensão do juízo. Ver Brunschwig, 1988; Barnes, 1982 e 1990 e os outros textos reunidos em Burnyeat e Frede, 1997.

⁴⁶ Ver Barney, 1992; Vogt, 2010. Esta crítica envolve a discussão a respeito do que significa *phainomenon* (‘fenômeno – o que aparece’) nos textos sextianos.

receber uma formação e dedicar-se a uma atividade. Sexto mesmo, como afirmamos, dedicar-se-ia à arte médica. Veremos adiante que esta atitude positiva em relação à instrução e às ‘artes’ (*tekhnai*) parece mesmo integrar-se à demolição das disciplinas do estudo cíclico (*enkuklia mathemata*) presente no *Contra os Professores*.⁴⁷

1.4 SEXTO: MÉDICO EMPÍRICO

Se não podemos afirmar onde e quando atuou Sexto, ao menos uma informação biográfica muito importante depreende-se de sua obra. Em *M* 1. 260, Sexto refere-se a Asclépio (ou Esculápio) como “o fundador de *nossa* ciência”; em *PH* 2. 238, ao argumentar que apenas os entendidos em cada arte em particular, e não os dialéticos, são capazes de refutar sofismas cuja solução seja útil, ele apresenta um exemplo da medicina e usa a primeira pessoa do plural, autointitulando-se médico.

Além destas evidências, Sexto faz uso constante de exemplos técnicos da área médica para ilustrar seus argumentos, embora nunca explicitamente mencione alguma experiência particular como médico. Em duas passagens, Sexto faz menção ao que poderiam ter sido seus escritos na área médica: em *M* 7. 202, ele diz que não há necessidade de tratar novamente das opiniões de Asclépio, pois estas haviam sido consideradas nos *Tratados Médicos*; em *M* 1. 61, ele menciona *Tratados Empíricos*, que poderiam ser a mesma obra médica, ou não. Não chegou até nós qualquer obra sua com conteúdo especificamente médico – embora algumas das questões filosóficas, éticas e técnicas de que se ocupa fossem geralmente de interesse comum entre médicos e filósofos desde no mínimo o século III a.C.

Diógenes Laércio (9. 116) e Ps.-Galeno (*Introductio*, 14. 683) afirmam que Sexto pertencia à Escola Empírica de medicina. Ps.-Galeno (*Introductio*, 14. 684,1) diz que Menódoto e Sexto “fortaleceram em muito” (*akribos ekkratunan*)⁴⁸ a Medicina Empírica. Outros céticos foram também mencionados como médicos empíricos pelos antigos.

⁴⁷ Barnes (1988, p. 61ss) propõe uma distinção entre ‘instrução (*didaskalia*) formal’ x ‘instrução informal’. A primeira, que envolve um professor, um aprendiz e conhecimentos articulados em um sistema de proposições, é rejeitada pelo pirrônico, pois ela representa a posse e transmissão de crenças. A segunda diria respeito à relação entre mestre e aprendiz, na qual se transmitem habilidades práticas e se adquirem capacidades. Embora afirme ele, não se faça, explicitamente, uma distinção como essa em *M* 1. 1-6

⁴⁸ Para uma interpretação desta passagem, ver Frede, 1987, p. 251ss.

House (1980, p.234 ss.) examinou três passagens nas quais Sexto comenta acerca das escolas médicas (*PH* 1. 236-41; *M* 8. 326-328; *M* 8. 191) e, para ele, se Sexto foi um médico da Escola Empírica, ele o foi *em conflito* com sua posição como pirrônico. Na primeira passagem em questão, Sexto discute a diferença entre o ceticismo e outras posições ou escolas filosóficas às quais é comumente comparado, e aborda a diferença entre o ceticismo e a Escola Empírica. Nesta passagem, Sexto afirma que, embora a corrente empírica na medicina afirme a inapreensibilidade (*akatalepsia*) das coisas não-manifestas (*adela*), o cético não deveria aderir a este ‘grupo’ (*hairesis*). Sexto conclui que ao cético conviria melhor a corrente metódica (o ‘Método’), pois esta não se aventura a dizer se as coisas não-manifestas são ou não são inapreensíveis, mas atém-se às coisas manifestas, tomando delas o que lhes parece conveniente, sendo, portanto, afim ao ceticismo ou, ao menos, não divergente.

Na segunda passagem mencionada (*M* 8. 326-328), Sexto também diferencia a orientação cética do pensamento dos médicos empíricos. Ao argumentar que a ‘demonstração’ ou ‘prova’ (*apodeiksis*) é algo não-evidente, ele diz haver opiniões conflitantes a esse respeito: os filósofos dogmáticos e os médicos racionais fazem uso de provas; os médicos empíricos as destróem; e os céticos, em uma terceira posição, suspendem o julgamento. Em *M* 8. 191, no entanto, ele aproxima empíricos de céticos ao afirmar que os dois grupos dizem em comum que as coisas não-manifestas são inapreensíveis. Sexto refere-se, supomos, ao fato de os dois grupos compartilharem uma mesma experiência, o que não implica dizer que tiram daí as mesmas consequências: enquanto o médico empírico parte desta experiência e chega a uma conclusão decisiva – a inapreensibilidade do não-manifesto, o cético estaria apenas reportando como lhe parecem ser as coisas, sem comprometer-se com julgamentos definitivos. Tal como Sexto se posiciona nas *Hipotiposes*:

Nossa atitude é semelhante quando dizemos que ‘tudo é inapreensível’, esse ‘tudo’ nós o interpretamos de forma parecida e subentendemos o ‘para mim’, de modo que o que se diz é algo como: ‘Para mim, todas as coisas não-manifestas investigadas de forma dogmática, tal como examinei, me parecem inapreensíveis.’ E isso não é a afirmação tácita de alguém que diria que as coisas que se estudam entre os dogmáticos são de natureza tal que resultam inapreensíveis, mas estamos expondo nossa maneira de sentir ‘segundo a qual – dizemos – não ter apreendido até agora nenhuma dessas coisas, devido à equipolência das coisas contrapostas’. (*PH* 1. 200)

Entre a corrente empírica na medicina e o ceticismo pirrônico, contudo, parece ter havido algum tipo de interinfluência possivelmente determinante para a constituição do posicionamento epistemológico de ambas. Nos escritos de Sexto, em nenhum momento ele

declara sua filiação médica, embora tenha mencionado, como vimos, e para surpresa dos críticos, que a Escola Metódica é que seria mais apropriada ao pirrônico (*PH* 1. 236 ss), pois, tal como o cético, o médico metódico guiar-se-ia apenas pelo fenômeno.

As três correntes principais da medicina na época: Racionalismo, Empirismo e Metodismo (esta última a mais tardia, tendo surgido, aparentemente, no começo da nossa era), protagonizaram um debate cujo núcleo pode ser definido em termos de posicionamentos epistemológicos.

Os Racionalistas não formaram propriamente uma ‘escola’, eles teriam sido classificados baixo uma mesma denominação pelos Empíricos, representando aquilo a que estes se opunham, ou seja, a primazia do conhecimento teórico e do método racional. Os médicos Racionalistas teriam considerado fundamental fornecer explicações racionais de seus procedimentos. Com base em proposições, que parecem ter tido como pretensão definir a *natureza* do corpo, explicariam a relação entre estados patológicos e suas respectivas terapias. Tal posicionamento, a favor da produção do discurso que validasse a prática, teria levado a uma proliferação desenfreada de teorias especulativas acerca da composição do corpo e do desenvolvimento de doenças, e uma conseqüente hiper-racionalização do procedimento médico.⁴⁹

Os Empíricos, por sua vez, sustentariam, contra este cenário, que a prática médica é apenas uma questão de experiência guiada por observação; teorias racionais sobre a natureza do corpo seriam não só inúteis como prejudiciais. Os Empíricos teriam, no entanto, ultrapassado a simples crítica à natureza especulativa dos discursos racionalistas, alegando, então, que qualquer teoria deveria ser rejeitada – pois toda teoria faria referência a entidades e estados que não podem ser observados. De acordo com os empíricos, não podemos ter *qualquer* conhecimento de entidades e estados não-observáveis. Convém talvez lembrar que o objeto dos médicos é, de saída, o corpo humano e, assim, observável e não-observável

⁴⁹ “A medicina racionalista tendeu a tornar-se acadêmica e escolástica, um termo que realmente foi usado por Galeno para referir-se aos médicos Alexandrinos que não mais atendiam pacientes (In Hipp. *De nat. horn.*, CMG V, 9, 1, p. 88, Iss.). De outra passagem em Galeno (*De dogm. Hipp. et Platan*, p. 598 M.), sabemos que Erasítrato havia realmente parado de praticar a medicina. Supostamente, ele e Herófilo dedicavam-se exclusivamente ao desenvolvimento de suas teorias fisiológicas e anatômicas e assim teriam transformado a medicina em um assunto acadêmico de grande sutileza e complexidade (cf. Plin. *H.N.* XI, 219; XXVI, 11). Plínio (*H.N.* XXVI, 11) definiu a situação desta maneira: “Mesmo sendo a prática real o mais eficiente dos professores acerca de qualquer coisa, e especialmente da medicina, tal celebrada disciplina racional pouco a pouco degenerou em meras palavras e verbosidade. Pois parece ser mais prazeroso sentar em uma escola e dedicar-se a leituras ao invés de ir à natureza em busca de diferentes ervas nas diferentes estações do ano.” Frede, 1987, p. 236.

possuiria, neste contexto, ao menos a princípio, um sentido próprio: aquilo que pode ou não ser observável apenas com os olhos e os instrumentos e técnicas disponíveis à época.

Os primeiros médicos empíricos parecem ter negado que a razão (*logos*) ou o pensamento racional teriam qualquer papel na aquisição de conhecimento. Contudo, é bastante provável que esta posição tenha se abrandado no decorrer da tradição, ou convivido com posições mais moderadas. Galeno atribui aos empíricos tardios o reconhecimento do uso da razão, ainda que de forma distinta de seus adversários racionalistas, na construção de conhecimento médico.⁵⁰

Diferentes teorias tentaram harmonizar a latente divergência entre a pertença de Sexto aos empíricos, um dado suposto, mas consistente em sua biografia (inclusive sendo este seu epíteto), e seu ceticismo; visto que o próprio Sexto parece considerar esta uma posição incongruente ou, ao menos, indesejável. Uma dessas teorias é a de que, tendo-se profissionalizado como médico empírico, Sexto, ao voltar-se para o ceticismo pirrônico, teria simplesmente desconsiderado as afirmações desta Escola como ‘verdades’, mas teria seguido atuando como médico de acordo com a máxima pirrônica da utilidade em se aprender uma arte, como vimos acima, parte da ‘observação da vida’, como ele explica em *PH* 1. 24.⁵¹ Frede (1987, p. 252 ss.), no entanto, considera provável que Sexto estivesse empenhado em uma ‘reforma’ no movimento empírico, criticando como dogmática a posição negativa tradicional da escola. Allen (2001, p. 90-91) considera que as observações de Sexto soam como um aviso contundente contra a tendência dogmática dentro da medicina empírica, mais do que como uma suposta renúncia de fato do empirismo.

Certa tensão entre uma postura mais afim ao ‘radicalismo’ característico, supõe-se, da medicina empírica e a postura cética, que deveria conduzir à suspensão do juízo e à moderação é, no entanto, latente na obra sextiana. Infelizmente, nenhuma das obras, que provavelmente escreveu acerca do assunto, sobreviveu para que pudéssemos ter uma melhor compreensão sobre como vivenciou este conflito, e se vivenciou. Se a Escola Metódica surgiu, no entanto, como contrarreação a duas facetas do empirismo, quais sejam: tendências dogmáticas e tendência teórica (ao complicar, posteriormente, a explicação dos métodos de conhecimento admitidos, como tratamos na sequência); é provável que a afirmação de Sexto, sobre essa escola ser mais adequada ao cético, expresse uma frustração com certas características da medicina empírica.

⁵⁰ Frede, 1987, p. 247-249.

⁵¹ Cf. Blank, p. xvi, o autor dessa hipótese seria Hossenfelder.

Numa tentativa de mapear o que chamaremos de ‘herança empírica’ não só na formação do posicionamento filosófico sextiano, mas extensiva a outros debates, especialmente o gramatical, na antiguidade, retomamos abaixo a história do confronto entre estas escolas, em paralelo a posturas filosóficas acerca do ‘conhecimento’ e das ‘artes’ (*tekhnai*). Apresentaremos elementos que buscam contribuir para o entendimento da relação entre medicina, artes (*tekhnai*) e filosofia, importante para a apreciação da posição sextiana. Como expressou Frede (1987, p. 245):

Parece bastante justo afirmar que a medicina empírica contribuiu para o reflorescimento do Pirronismo no século I a.C., a forma do ceticismo Pirrônico em Sexto Empírico é claramente influenciada pela corrente empírica; além disso, suspeito que o modo como Acadêmicos e Estoicos conceberam as artes e habilidades técnicas foi amplamente influenciado pelo Empirismo. A famosa definição de gramática dada por Dionísio Trácio no início de seu tratado reflete um ponto de vista empírico, assim como a observação introdutória de Varrão sobre o método da agricultura (I, 18, 7). Encontramos na medicina grega desde o tempo do *Corpus Hipocrático* até Galeno, e além, uma rica tradição de controvérsias filosóficas concernentes à natureza do conhecimento médico, que – ainda que fortemente influenciada pelas discussões das escolas filosóficas – ainda assim manteve um alto nível de independência e originalidade e até mesmo teve alguma influência no pensamento dos filósofos e dos representantes de outras artes e ciências.

1.5 ESCOLAS MÉDICAS, POSICIONAMENTOS FILOSÓFICOS E O ATAQUE ÀS *TEKHNAI*

O ataque empreendido por Sexto nos seis livros do *Contra os Professores* insere-se no contexto amplo de oposição às filosofias dogmáticas, como temos visto, através da crítica aos conhecimentos teóricos construídos com base em raciocínios especulativos. A crítica sextiana envolve a identificação das disciplinas do ensino cíclico (*enkuklia mathemata*) com artes (*tekhnai*) racionais ou teóricas. O propósito destas artes seria não a transmissão e aquisição de habilidades com fins práticos, mas a construção de teorias postulando a natureza das coisas. Com base no chamado método racional, o objetivo destas artes seria postular propriedades definidoras da natureza de seus objetos, elaborando explanações causais de por que as coisas *são* como *são*. Como parte desses estudos, configuram-se entidades teóricas, relacionadas por meio de um sistema cuja apreensão depende, portanto, da aceitação tanto do valor *existencial* de suas entidades componentes, como, e principalmente, do assentimento às

inferências (constatações hipotéticas tomadas como verdadeiras) que as relacionam. A edificação desses estudos em sistemas envolve, portanto, um *método de descoberta* e um *conjunto de teoremas* que sustenta a conexão de seus elementos. Sexto ataca, em vista disso, o estudo racional com pretensões teóricas, a incoerência interna e as consequências do *método racional*.

As artes (*tekhnai*) teriam tido, por outro lado, pelo menos historicamente, um apelo prático, a aplicabilidade prática foi inclusive requisito para uma habilidade ser considerada uma arte. É possível detectar, no entanto, uma tendência, desde no mínimo a geometria pitagórica, de as artes buscarem por respaldo filosófico e passarem a medir seu grau de sofisticação pelo seu grau de abstração teórica, daí a aproximação com o método racional. O termo para arte, *tekhne*, soa polissêmico durante a antiguidade, havendo uma tensão constante entre um uso reivindicado pela filosofia, e um uso corrente de *tekhne* referindo-se também a habilidades *puramente* ‘empíricas’, como a carpintaria ou equitação.

A polarização entre empirismo e racionalidade relativa às artes (*tekhnai*) tem uma longa tradição de discussão entre os gregos. Essa discussão nos interessa sobremaneira, pois relaciona-se diretamente à constituição dos pressupostos epistemológicos das escolas médicas do período helenístico, mencionadas brevemente anteriormente, e é essencial para a abordagem de questões relevantes na argumentação de Sexto no *Contra os Professores*.

1.5.1 Evolução da Medicina e do conceito de *tekhne*

Por volta do século V a.C., como parte de uma tendência intelectualizante ampla de rejeição a explicações mitológicas ou religiosas, reconhecível desde ao menos o século VI a.C., e valorização de hipóteses de cunho mecanicista e naturalístico para a descrição dos fenômenos, a prática médica, bem como outras práticas, procura afastar-se de concepções tradicionais então consideradas supersticiosas. Uma fronteira hierárquica se estabelece entre um discurso etiológico sobrenatural que, doravante, pode vir a caracterizar práticas suspeitas e charlatães, e concepções atentas aos processos transformativos da matéria. Estas últimas, influenciadas pela filosofia materialista do período, passam a compor o arsenal dos saberes médicos. Do ofício do médico fará parte, doravante, isolar e identificar elementos, definir suas propriedades e a natureza de seus processos, por meio da observação dos fenômenos naturais que estejam envolvidos no curso das doenças e das terapias.

Por um lado, o impulso intelectual do período é empírico e prático, por voltar-se aos elementos e suas combinações, e à observação de transformações no curso do tempo. Por

outro, no intuito de interpretar, controlar e prever fenômenos, desenvolver-se-á, concomitantemente, uma faceta declaradamente racionalista e uma tendência metafísica. Pois, ao extrapolar deliberadamente o observável em busca de leis gerais, pretende-se contribuir para o entendimento do funcionamento *profundo* do mundo. Poder-se-ia dizer, nesse sentido, que cooperam neste momento disposições da filosofia da natureza jônica e da filosofia idealista eleática.

Some-se a isso a valorização do discurso público: lembremos da importância de discursos jurídicos de acusação e defesa, bem como do poder das declamações militares e políticas de exortação ou repúdio a determinadas linhas de ação, que parece fazer parte do impulso intelectual ao qual a medicina se adapta e do qual se alimenta. Legitimar discursivamente um proceder prático, persuadindo o público de sua confiabilidade e poder, qual se defende uma causa, é ferramenta fundamental numa profissão que depende da conquista de ‘clientes’. Médicos precisam se provar confiáveis dentro de uma nova configuração social que não quer mais apenas confiar na tradição, e, assim, vincular seu saber ao domínio e compreensão global de uma *arte racional* parece um modo efetivo de divulgar sua profissão. O incentivo à racionalização de seu conhecimento também se deve à necessidade de garantir que serão capazes de transmitir tal conhecimento aos possíveis futuros pupilos. Tal discurso era seu *epangelma* ou ‘profissão’, aí declaravam as *promessas* de sua arte.

Os escritos hipocráticos dos séculos V e IV a.C. trazem (além de críticas àqueles que conferem má fama à prática por exercê-la de forma dolosa) indicações de como um médico deve proceder na defesa da medicina perante aqueles que alegam que ela não é uma *tekhnē*. Como resumiu Blank (p. xix):

O tratado hipocrático do século V a.C., *Sobre as doenças*, começa sublinhando aquilo que todos devem ter em mente ao desejarem participar de um debate, sendo a favor ou contra a medicina: a etiologia da doença; o curso da enfermidade, assim como a forma em que os males progridem uns nos outros; quais tratamentos são bem-sucedidos e quais seus resultados; o que paciente e médico dizem e fazem por acharem que está correto ou por terem certeza de que está correto, junto com o que é correto e incorreto na ciência médica; quais pontos de início e fim da medicina foram demonstrados; que coisas realmente existem na medicina; o que pode ser conhecido, dito, visto, ou feito, de forma que um não realize o que não pode; o que é competência e o que é falta de habilidade, oportuno ou inoportuno; quais outras *tekhnai* são semelhantes ou diferentes da medicina; quais qualidades o corpo contém, e como estas modificam-se para melhor ou pior; que males produzem bem ou mal quando adicionados aos males presentes. E sempre deve-se atentar aos erros dos oponentes em relação a estas matérias e então atacar na contra-argumentação.

Este relato não só comprova a exigência do conhecimento empírico como a centralidade da racionalização da prática com vistas a uma arguição pública.

A defesa da medicina como uma verdadeira *tekhne* floresce junto à discussão sobre o papel da experiência *versus* os papéis da inferência e da justificativa racional na construção do conhecimento. O debate acerca do *status* da medicina como *tekhne*, e, conjuntamente, a discussão mais geral sobre o que é uma *tekhne*, parece ter sido também influenciado pelo contexto de atuação do movimento sofista em Atenas, nos séculos V e IV a.C. Tal movimento promoveu um novo modelo de educação civil juvenil: os jovens poderiam receber instrução especializada frequentando seminários, palestras, ou cursos pagos. Até este momento, a educação formal, para os filhos de cidadãos, significava aprender a ler e escrever, praticar ginástica e tocar um instrumento musical, normalmente a lira. Alguns jovens de famílias mais influentes possuíam preceptores particulares que iam além desta formação geral. Mas, comumente, a educação juvenil, especialmente aquela que visava à formação de líderes políticos, possuía uma dinâmica social distinta: dependia da participação ativa do jovem nos eventos da comunidade e de seu convívio com homens sábios e/ou influentes, eles próprios ‘instruídos’ dentro da mesma dinâmica.

A atuação dos sofistas desestabiliza esse quadro porque eles não se propuseram a uma tutela individual e específica como a dos preceptores, ou um serviço de orientação jurídica como o dos logógrafos (que escreviam discursos para serem usados nos tribunais), eles reivindicam o papel de educadores dentro da sociedade, ou seja, um papel a ser disputado ao poeta, ao sábio, e, sublinhe-se, ao filósofo. Os sofistas teriam se apropriado do conceito de excelência (*arete*), com profundas raízes éticas para os gregos, e, no contexto da atuação política, passam a oferecer uma instrução técnica em táticas para desenvolver habilidades discursivas (entre outras), às quais vinculam a aquisição de conhecimento.

A pretensão social destes estrangeiros em Atenas incitou uma ampla discussão sobre as consequências da democratização do saber. A atuação dos sofistas estabelece o questionamento acerca de quais habilidades deveriam fazer parte da formação de um cidadão livre adulto, e de um sábio, fomentando discursos que valoravam ou depreciavam as atividades conforme a natureza das competências demandadas ou exercitadas por elas. O movimento sofista foi também responsável, em último caso, por impulsionar a criação de escolas, a produção de material ‘técnico’, a ‘profissionalização’ do ensino, em suma: por provocar a gradual criação de um ‘sistema’ de ensino de jovens e adultos.

Parece ter havido entre os próprios sofistas, que não formaram uma escola, mas caracterizam-se melhor como um movimento genérico, ainda que bastante incisivo, uma

disputa acerca do que deveria tipicamente compor sua instrução. Vemos isso no discurso de Protágoras no diálogo homônimo platônico, em que Górgias é acusado de seguir exigindo de seus pupilos o estudo das disciplinas do ensino básico ao invés de conduzi-los a assuntos importantes, como a *política*.

Alguns deles parecem ter apresentado a sofística como, não só necessária, mas superior às outras *tekhnai* e teriam angariado ainda mais inimigos por afirmar que qualquer discurso seria tão eficaz quanto eficazes fossem as técnicas sofisticas utilizadas para construí-lo. Essa teria sido a promessa, feita por alguns, a respeito de sua *tekhne*.

A reação de pensadores importantes contrários ao movimento sofista, como Platão e Aristóteles, valeu-se, por sua vez, da desqualificação da sofística como *tekhne*, enquadrando-a como um mero ‘saber fazer’. O termo, *tekhne*, representava algo que os gregos respeitavam e valorizavam, e negar a uma prática a alcunha de *tekhne* era questionar seu prestígio e sua utilidade social⁵², o que acaba por pavimentar o caminho da tensão entre, por um lado, (mero) treino de habilidades e, por outro, (verdadeiro) conhecimento. Este debate acaba por tomar grandes proporções ao implicar uma disputa acerca de quais artes seriam de fato artes, ou quais seriam *superiores*, e a quais características estaria vinculado seu *status*. Bem como, quais delas eram importantes para a sabedoria, quais indiferentes, quais desprezíveis. Ou seja, entra em cena um critério filosófico para a hierarquização das *tekhnai*.

Dar o aval de *tekhne* a certa área do conhecimento envolve, neste cenário, normalmente, questões semelhantes às mencionadas no relato hipocrático acima: uma *tekhne* deveria a) ter um objetivo determinado (distinto do objetivo de outras *tekhnai*); b) ser útil⁵³; c) ter a capacidade de atingir seu objetivo; d) ser *transferível*, ou seja, poder ser ensinada e aprendida⁵⁴. Desse último critério faz parte: e) ter preceitos estabelecidos de forma clara acerca do que é certo e do que é errado, pois quem domina a arte deve ser capaz de explicar a correção de seu procedimento, ao contrário de uma pessoa despreparada, que age

⁵² Na poesia grega antiga e sua mitologia, as *tekhnai* são presentes divinos que conduziram a humanidade ao seu lugar especial no mundo, tendo permitido que sobrevivêssemos às incertezas da sorte. (*Iliada* XXIII. 325-318, *Odisseia* XVII. 383, Platão, *Gorgias*, 448c)

⁵³ O critério da utilidade foi particularmente enfatizado pelos epicuristas. A utilidade também faz parte da definição estoica padrão, atribuída a Zenão de Cítio: ‘arte é um sistema de apreensões (*katalepseis*) organizado para algum fim útil na vida’ (SVF i. 73).

⁵⁴ Argumentos contra o ensino, tais como os paradoxos que encontramos em Sexto, foram levantados pelos sofistas, por exemplo, no *Dissoi Logoi*, tratado sofístico do século IV a.C. Ver Prezotto, 2009. Outros argumentos aparecem comumente em Platão, especialmente nas discussões com os sofistas: *Górgias* e *Protágoras*, mas também no *Eutidemo* e *Menon*.

corretamente apenas por acaso.⁵⁵ Seppänen (2013, p. 19) acrescenta a esta lista: produtividade⁵⁶, *completude*⁵⁷, sistematicidade e método⁵⁸. Durante toda a antiguidade, esses elementos são recorrentes na discussão sobre as *tekhnai*, e permanecem fundamentais para a concepção sextiana.

Os desdobramentos dessa questão em Platão conduzem a uma discussão sobre a natureza das *tekhnai*: aquelas que são próprias da educação básica de todo cidadão livre e que devem ser aprendidas de maneira geral e até certo ponto (a partir deste ponto, quando alguém se dedica a elas com rigor, tende a se tornar um trabalhador vulgar)⁵⁹; as *tekhnai* que não deveriam receber este nome, mas sim o de *empeiria* (ou *tribe*: prática) pois são irracionais (*alogoi*)⁶⁰, já que não fornecem explicações referentes à natureza (*phusis*) das coisas com que lidam, e não se preocupam com o bem real; e as *tekhnai* propriamente ditas, que fornecem uma explicação (*logos*) concernente a razões, causas e naturezas, demandando definições e critérios para a explanação causal.⁶¹

Platão promove assim uma relação entre *tekhnai* e conhecimento verdadeiro, por um lado, e *empeiria* e opinião, por outro. As últimas direcionadas ao mundo fenomênico, e as *tekhnai* (verdadeiras) preocupadas em explicar *racionalmente* o mundo real. Esta distinção irá dominar a terminologia dos debates sobre ‘tecnicidade’ pelo resto da antiguidade.⁶² Platão aplicou diretamente esta valoração ao trabalho médico. Nas *Leis* (720 ac, 857 cd), Platão

⁵⁵ Blank, p.xx.

⁵⁶ De acordo com Aristóteles (*Ét. Nic.* 1140a10): ‘habilidade produtiva que acompanha a verdade sob a direção da razão’ (*heksis meta logou alethous poietike*).

⁵⁷ Se o conhecimento for realmente uma *tekhne*, aquele que o possui não domina apenas Homero, por exemplo, mas *toda* a arte da poesia. Seppänen, 2005, p. 19.

⁵⁸ Faz parte da interpretação estoica, por exemplo em Cícero (SVF i 73): ‘as artes compõem-se de conhecimentos e contém em si o que é constituído por razão e método’.

⁵⁹ Cf. Platão, *Protágoras*, 318e; *Leis* 7. 817e-819a; *Górgias*, 464e-465a; Isócrates 15. 264; Aristóteles, *Política*, 8. 2, 1337b 4 ss. Blank (p. xxii) aponta para a similaridade entre esta distinção platônica e as posições de Epicuro e Sexto, que são contra formas teóricas, mas aceitam os níveis elementares de formação prática na gramática, astronomia e música, por exemplo, disciplinas comuns no ensino básico. De forma que a insistência em aprofundar estas habilidades levaria não à pretendida ‘sofisticação’ de uma habilidade, mas, ao contrário, transformaria seus praticantes, os gramáticos, digamos, em ‘trabalhadores vulgares’.

⁶⁰ “Os praticantes empíricos de várias *tekhnai* muito provavelmente não consideraram isto um insulto, já que era mesmo a própria fundação de sua epistemologia que *logos* não tinha nada a ver com qualquer *tekhne*.” Seppänen, 2013, p. 64. Por outro lado, possivelmente foi uma afronta o querer privar-lhes o uso de *tekhne*.

⁶¹ *Górgias*, 462c, 463a, 464c, 464e – 465a.

⁶² Blank, p. xxiii.

distingue entre médicos escravos e médicos livres: os primeiros aprendem de uma maneira ‘empírica’, observando seus mestres no tratamento de pacientes e dispõem seus tratamentos sem discussão ou explanação; enquanto os últimos aprendem cientificamente, dando explicações para persuadir o paciente do tratamento proposto, e discutindo teoria, inclusive as causas das doenças e a natureza do corpo, quase como um filósofo. A descrição do médico livre reaparecerá (exceto por sua boa vontade em conversar com pacientes) como antítese do praticante empírico, tal como o encontramos descrito por Sexto.

Outra operação explicitada em Platão é a subordinação das ‘artes reais’, que visam ao ‘bem’, à dialética (‘a ciência do bem’), capaz de discriminar a real natureza das coisas. Na *República* (7. 533a-534c), ele afirma que algumas *tekhnai*, tal como a geometria e suas irmãs, estão relacionadas ao *real*, por fazerem uso de hipóteses e princípios não demonstráveis. Elas são também chamadas *epistemai*, mas, afirma ele, apenas a dialética merece ser chamada *episteme*, a geometria, a aritmética, etc. são apenas uma preparação (*propaideia* 536d).

Aristóteles também argumentou que *tekhne* seria mais que simples experiência: “*tekhne* é um hábito produtivo acompanhado de *logos* verdadeiro” (*Ética a Nicômaco* 6.4, 1140a4), mas não a subordinou a uma filosofia do bem ou denegriu o papel da experiência. Para ele o conhecimento é produto da experiência, havendo, contudo, uma faculdade não relacionada à experiência sensorial imediata, chamada ‘mente’ (*nous*), na qual nos apoiamos para compreender, a partir da experiência acumulada, os princípios gerais ou universais, e articulá-los no entendimento das causas.⁶³ Dessa forma é que poderíamos passar de saber que ‘algo é o caso’ para o ‘saber por quê’ (*Analíticos Posteriores* 2. 100a3-9): “Outros animais vivem por impressões e memórias, tendo pouca troca de experiência; mas os seres humanos vivem também pela arte e pelo raciocínio.” (*Metafísica*, I 1 981a).

Além disso, Aristóteles também considera que uma *tekhne* deve ser transmissível e para isso ela precisa tomar corpo através de algo como uma forma proposicional (*Metafísica*, I 1. 981b7-10), por isso a proeminência do *logos*. Para Aristóteles, embora fruto de experiência acumulada, a *tekhne*, em oposição aos casos particulares que compõem a experiência, lida com universais: “a arte se dá quando, de muitas observações da experiência, nasce uma noção universal única concernente aos casos semelhantes.” (*Metafísica*, I 1 981a5). Mesmo considerando *tekhne* superior à experiência, ele adota uma posição moderada: “sempre que

⁶³ Aristóteles (*Tóp.* 124b17-20) chamou *grammatike*, ‘a arte das letras e sons’, de *episteme*, mas não é claro se, neste ponto, quis usar este termo diferentemente de *tekhne*: “O importante é que a arte das letras e sons aparece como um campo exemplar do conhecimento: pode ser claramente definido, e, já que pode ser usado como um exemplo, seu domínio não é, até certo ponto, disputado.” Seppänen, 2013, p. 26.

alguém compreende a teoria sem a experiência, e conhece o universal, mas é ignorante do particular, que está à sua frente, irá, com frequência, cometer erros no tratamento, já que é o particular que requer tratamento.” (*Metafísica*, I 1, 980a12-24).

Assim, na visão aristotélica, teoria e experiência são ambas imprescindíveis para o domínio da arte, no entanto, a experiência, embora seja o único material para a construção das leis universais, é apenas uma primeira etapa: somente na articulação destes universais através da ‘teoria’, e na aplicação da racionalidade para o entendimento das causas é que o praticante se torna mestre na sua arte: “O homem de experiência conhece o fato, mas não a razão; enquanto o que possui a arte compreende tanto a razão como a causa.” (*Metafísica* I 1. 981a30). Para Aristóteles, um médico necessita articular conhecimentos *causais* para estar apto a lidar com as novas situações que vier a enfrentar.⁶⁴

Agir de maneira consistente, não aleatória e efetiva é próprio do que domina uma arte, em oposição ao que acumula mero conhecimento empírico. Este último pode ainda produzir bons resultados, porém, de maneira acidental, sem saber explicar como se produziram os efeitos observados. Portanto, assim como em Platão, a verdadeira arte é aqui definida como aquela que torna seus praticantes aptos a proverem uma explicação das causas de seu sucesso. Portanto, “se a medicina pode aspirar a ser mais que uma coleção de experiências, como enfatiza Aristóteles, torna-se a questão metodológica principal na epistemologia médica grega” (HANKINSON, 2004, p. 7).

Que a medicina seja a arte frequentemente citada na discussão tanto aristotélica quanto platônica deve-se talvez ao fato de existir, já nesta época, uma longa tradição de debate nesta área: “por volta de 350 a.C., a medicina grega poderia lançar olhos para mais de um século de discussões acerca não apenas de assuntos da ordem da terapêutica e prognose, mas também sobre os fundamentos teóricos da ciência.” (HANKINSON, 2004, p. 8)

No tratado hipocrático *Sobre a medicina antiga*, supostamente do fim do século V a.C.⁶⁵, é dito que a medicina desviou-se em estéreis disputas teóricas acerca dos elementos bases da fisiologia humana (fogo, água, quente, frio, úmido, seco), afastando-se da fonte de sua efetividade, qual seja, a observação empírica detalhada da conexão entre certos tipos de regime, saúde e doença. A tendência a que se opõe o tratado hipocrático parece estar, então, firmemente estabelecida. Neste tratado também se afirma que as disputas entre os teóricos haviam se multiplicado de tal forma que não se vislumbrava maneira óbvia de resolvê-las.

⁶⁴ *Ética a Nicômaco* 10.9; *Metafísica*, I 1. 981a2-12.

⁶⁵ Ver a tradução e estudo de Schiefsky, 2005.

Hankinson (*ibidem*) compara a situação da medicina por volta de 400 a.C. àquela que existiu na filosofia pré-socrática e motivou a expressão do pessimismo cético de Xenófanes (Fr. 21 B 34 DK) de que talvez a estrutura real das coisas haveria de permanecer para sempre oculta ao entendimento humano.

Durante os séculos IV e começo do III a.C. delinea-se uma reação à excessiva ou irrelevante teorização na medicina, responsável por transformar os médicos em estudiosos de teorias gerais de filosofia natural⁶⁶. Porém, em geral, embora se criticasse a inaplicabilidade prática de algumas generalizações teóricas, parece ter sido mais ou menos consenso que um médico deveria ser capaz de lidar com argumentos e explicações causais. Pois, considerando a influência aristotélica e platônica, bem como a resposta às provocações no ambiente de atuação da sofística, defender a medicina como uma *tekhne* envolvia defendê-la nos moldes de uma arte explicativa e não apenas conjectural. Parece ter sido esse consenso, portanto, que permitiu que a oposição definisse seu adversário. Como expressou Hankinson (2004, p. 11):

Esta noção, de que a prática médica verdadeira repousaria em um entendimento causal da natureza do corpo humano e sua suscetibilidade à doença, foi o traço subjacente que possibilitou que todas as várias escolas posteriores de medicina, conhecidas sob a alcunha sintetizante de ‘Dogmáticas’ ou ‘Racionalistas’, fossem postas baixo o mesmo *guarda-chuva*, apesar de suas teorias radicalmente diferentes acerca da fisiologia e patologia.

1.5.1.1 Medicina Empírica

Por volta da metade do século III a.C., tomará corpo o movimento de rejeição em bloco ao racionalismo na medicina, o Empirismo⁶⁷. As tendências empíricas já eram uma contra-corrente forte no tempo de Aristóteles, ou mesmo anterior a ele, como vimos na reação presente no *Sobre a Medicina Antiga*. A medicina empírica existia já no século V a.C., ela

⁶⁶ *cf. Sobre a medicina antiga*, 20.

⁶⁷ “Num primeiro momento, a medicina helenística foi dogmática porque a filosofia da época era dogmática. A experiência pessoal do médico era incapaz de prevalecer sobre a convicção filosófica, e o ceticismo empírico foi esquecido. Somente quando o dogmatismo perdeu força na filosofia com a reação cética, uma medicina cética, não dogmática, pode reaparecer.” Edelstein, 1967, p. 201. Como vimos, as opiniões divergem acerca de conferir à medicina ou à filosofia um papel precursor neste movimento. De qualquer forma, a reação empírica na medicina parece acompanhar o antidogmatismo cético da Academia sob o comando de Arcesilau.

não passou a ser ensinada somente quando a Escola Empírica é fundada no período Helenístico, mas o Empirismo ganha nova interpretação neste momento.⁶⁸

A atitude ponderada em relação ao papel da experiência faz parte, como vimos, da própria concepção aristotélica, e parece ter influenciado a posição de Diocles (IV a.C.) (*in Galeno, apud Hankinson, 1995, p. 200*) de que não é necessário prover explicações em todos os casos, mas de que é mais seguro confiar naquilo que é apreendido através da experiência durante um longo tempo, e que isso não afeta o *status* de *tekhne* conferido à medicina.

Também Herófilo teria escrito: “deixe os fenômenos apresentarem-se antes, mesmo se eles não forem primários” (*apud Hankinson, 1995, p. 203*). Embora Herófilo tenha dito, segundo Galeno, que todas as explicações causais seriam hipotéticas e provisórias, isso não seria, para ele e seus seguidores, motivo em si para que estas explicações fossem rejeitadas. Para Herófilo, tanto quanto para Diocles, a medicina é mais que pura experiência.⁶⁹ Contudo, teria sido um pupilo de Herófilo, Serapião, o fundador do Empirismo radical na medicina. Essa escola, a partir do século III a.C. e nos próximos quatro séculos, ou mais, desenvolve-se consideravelmente.

Seguindo a apresentação de Blank (1998, p. xxvi): os empíricos não admitiam que o *logos* (‘teoria’ ou ‘razão’) tivesse qualquer papel na prática médica. Experiência provinda da própria observação (*teresis, autopsia*) e de registros das observações de outros médicos (*historia*) compunha a totalidade da arte médica. Novos fenômenos poderiam ser tratados com base na extrapolação a partir de casos similares, um procedimento chamado ‘transição ao similar’. Cada um desses três pilares da medicina empírica foi tomado pelos empíricos em oposição direta aos métodos usados por seus oponentes. Os racionalistas (*logikoi*), diziam eles, utilizavam raciocínios formais indutivos e dedutivos a fim de aprender acerca de entidades teóricas que não eram em princípio passíveis de ser percebidas. Esse processo de raciocínio os empíricos denominaram ‘analogismo’ (*analogismos*). Os processos de pensamento sancionados pelos empíricos eram aqueles que eles tomavam por ser como os da vida ordinária, ditos ‘epilogismo’ (*epilogismos*). O epilogismo, sustêm eles, não conduz a entidades teóricas, mas aplica-se apenas àquelas coisas que são evidentes, na sua natureza, mas temporariamente não-evidentes devido a circunstâncias. Um pensamento, deste tipo,

⁶⁸ Ver Edelstein, 1967, p. 195-6.

⁶⁹ Hankinson, 2004, p. 14.

levaria a outro, e se o poder sugestivo deles fosse forte o bastante, o médico, por consequência, agiria.⁷⁰

Embora o papel exato da ‘transição ao similar’ dentro de sua prática fosse questão de debate entre os empíricos, o princípio não-negociável do Empirismo teria sido a oposição implacável à medicina etiológica e teórica.⁷¹

Dizemos que a arte da medicina originou-se da experiência, e não da indicação (*endeixis*). Por ‘experiência’, queremos dizer conhecimento de algo baseado em observação pessoal (*autopsia*), por ‘indicação’, conhecimento baseado em consequência racional: pois a percepção nos conduz à experiência, enquanto a razão conduz os Dogmáticos à indicação. (Galeno, *Subf. Emp.*, 2, 44)

O Empírico [...] não dá ocasião a algo como indicação, nem a algo que possa ser conhecido com base em outra coisa: pois tudo precisa ser conhecido por si próprio: não há signo de nada que seja oculto por natureza. (Galeno, *de Sect.*, 1, 77)

O empirismo que encontramos nos escritos hipocráticos, por outro lado, admitia que aquilo que não pode ser experienciado poderia, a princípio, ser explicado através de hipóteses.⁷²

Além da elaboração de uma explicação de seus procedimentos em oposição aos métodos racionalistas, salvaguardando a possibilidade do conhecimento médico se desenvolver sem a necessidade de ‘teoria’ ou ‘razão’, fundamentado somente na experiência (caracterizada de forma muito parecida ao que vimos em Aristóteles), os empíricos também tomaram a via negativa, atacando as teorias, construtos teóricos, inferências e definições usadas pelos racionalistas. Também argumentaram que se a Medicina Racional fosse uma *tekhne*, tal como os racionalistas a definiam, ela deveria ser capaz de resolver seus conflitos internos, o que não aconteceria jamais.⁷³

Para os Empíricos radicais, aqueles que rejeitaram totalmente a transição ao similar, a memória é tudo que é necessário para organizar a experiência.⁷⁴ De qualquer forma, a memória é um elemento importante, anterior à experiência atual, e construído a partir de evidências compartilhadas.

⁷⁰ Cf. Frede, 1985, p. xxii ss.

⁷¹ Hankinson, 2004, p. 14.

⁷² Edelstein, 1967, p. 197. Comparar com Schiefsky, 2005, *Introduction*.

⁷³ Ver Blank, p. xxvii.

⁷⁴ Acerca do papel desempenhado pela ‘memória’ na epistemologia antiga, Frede (1990) aponta a existência de uma ‘competição’, protagonizada pelos empiricistas, entre memória e razão.

O Empírico não somente emprega definições e determinações (que repousam somente no que é evidente), mas também faz uso de exposições causais e provas baseadas no que tem sido anteriormente atestado através da percepção de uma maneira evidente. [...] Devemos manter em mente nunca fazer qualquer asserção baseada em consequência lógica, mas somente aquelas baseadas na observação evidente e na memória. É de acordo com isso, então, que os Empíricos constroem sua arte e ensinam outros. (Galeno, *Subf. Emp*, 8, 67-68).

Portanto, o tipo de explicação causal que o empírico rejeita é a *endeixis* do dogmático, ou seja, a *indicação*: “a inferência a condições internas não-evidentes alegadas como responsáveis pelos fenômenos visíveis, ou, de forma equivalente, estruturas internas teoricamente postuladas para as coisas” (HANKINSON, 2004, p. 17). Assim, um empírico utilizar-se-ia da noção de causa quando ela estivesse correlacionada a eventos antecedentes, porém nunca produziria uma etiologia, no sentido de uma explicação teórica sobre como tais influências causais seriam transmitidas.⁷⁵

O empírico, portanto, não praticaria a arte de forma ‘insensata’, pois ele tem como base a experiência: pessoal ou compartilhada. Com isso, o médico empírico poderia considerar sua arte uma *tekhne*, ainda que a chame de *empeiria*, pois possui um método; não o método racional, obviamente. Entre os adeptos do Empirismo, porém, parece ter havido muita disputa acerca de quão longe, ou mesmo se era permitido, usar este tipo de raciocínio causal, expresso na ‘transição ao similar’. Pois, ainda que impeça totalmente a inferência a condições internas ocultas e atenha-se ao conhecimento empírico, há empíricos radicais que se recusaram a dar crédito a qualquer tipo de inferência combinatória na construção de teoremas e na concepção dos tratamentos, pois tal método pode aproximar-se do procedimento ‘analógico’. O chamado método epilogístico de descoberta, portanto, foi negado por alguns empíricos que parecem ter se esforçado em defender que muitas de suas práticas haviam sido descobertas ao *acaso*, e não através de qualquer raciocínio.⁷⁶

Críticas à corrente empírica na medicina envolveram questões como as que Asclepiades de Bitínia traz à tona em seu ataque à escola escrito por volta de 125 a.C. O cerne da discussão envolve a acusação de que os empíricos utilizam-se da razão na construção de seus teoremas, de que há algum critério na passagem de casos específicos para um teorema da

⁷⁵ Hankinson, 2004, p. 18.

⁷⁶ Ver Galeno, *De Exp. Med*, 7, 9, 16, 17, 22.

similaridade, e que há inferência para além da experiência já que não é possível determinar quantos casos seriam suficientes para se chegar a uma descoberta.⁷⁷

A defesa dos empíricos, considerando Galeno, parece ter provido resposta a todas essas críticas: eles dirão que a experiência, em um sentido não-técnico, é suficiente para as demandas da arte; que os próprios dogmáticos utilizam-se de fatos evidentes da experiência como premissas na construção de suas inferências; que as descobertas dos dogmáticos para além dessas premissas evidentes são confusas entre si; que os dogmáticos discordam sobre as causas ocultas, ou seja, seus raciocínios não levariam a nada útil para a prática. Assim, visto que os dogmáticos também necessitam da experiência e de fatos evidentes para a construção de suas teorias, também eles estão fadados a lidar com o paradoxo de sorites⁷⁸, e admitir que todos os conceitos têm fronteiras vagas, são suspeitos, e que, mesmo assim, são utilizados a todo momento. Ao empírico não interessa encontrar ou demonstrar uma ou a razão pela qual o paradoxo de sorites seria falacioso, bastaria apontar a partir dos resultados que ele o é.

A configuração do posicionamento empiricista contribui para a compreensão tanto do ataque de Sexto às *tekhnai* quanto para a própria concepção e estruturação de seu empreendimento filosófico. A argumentação sextiana aproxima-se muito das estratégias e concepções empíricas. Para os empíricos:

a argumentação racionalista e seus construtos teóricos são incoerentes, e os racionalistas sequer são capazes de fornecer razões adequadas para que se acredite em qualquer deles; mesmo que alguém possa compreender as teorias racionalistas, isso não seria de qualquer benefício prático, já que a experiência é tudo que é necessário para a arte médica. (BLANK, p. xxvii)

Talvez o empirismo tenha se aproximado do ceticismo em busca de respaldo filosófico, ou, ao contrário, o ceticismo tenha se reafirmado através do empirismo, de qualquer forma, parece razoável afirmar que as duas posições compartilham não apenas técnicas argumentativas, mas também posicionamentos filosóficos e propostas. Como vimos acima, características do empirismo tais como: definição clara do adversário a partir de um posicionamento epistemológico; ênfase na exposição de contradições e inconsistências do

⁷⁷ Ver Galeno, *De Exp. Med.*, 7. Esta última crítica envolveu o paradoxo de sorites: quantos grãos são necessários para formar um monte?, atribuído ao megárico Eubulides de Mileto e semelhante ao paradoxo do grão de milho, atribuído a Zenão de Eleia por Aristóteles (*Ph.*, 250a 20). Ver o verbete: *Sorites Paradox*, na *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (online).

⁷⁸ Ver nota anterior.

método racional; crítica ao ‘signo indicativo’⁷⁹; uso do modo do desacordo (*diaphonia*) e do regresso ao infinito; acusação de inutilidade contra teorias racionalistas; defesa da observação e do conhecimento voltados para a prática – são todas características que podem ser postas em paralelo com a obra sextiana. É interessante também aproximar a indiferença com que os médicos empíricos dizem adotar práticas dos seus adversários, caso se mostrem promissoras, e o desdém de Sexto ao apropriar de argumentos dogmáticos, utilizando-os e descartando-os, conforme lhe convém. Além disso, compõe este cenário a própria concepção terapêutica da argumentação cética, os diversos momentos em que metáforas médicas são utilizadas para descrever o processo cético de cura da precipitação e orgulho dogmáticos.

A discussão empírica contra os métodos racionais na medicina alimenta a discussão empirismo *x* racionalismo em outras áreas. Como seria de se esperar, a partir do julgamento platônico e aristotélico acerca das *tekhnai*, que, na verdade, é herdeiro de uma tradição filosófica e intelectual anterior, onde o conhecimento empírico é admitido como uma ‘mera’ etapa primária em direção à racionalização, mais complexa, diversas áreas passam a incorporar um discurso racionalista em busca de legitimação filosófica. Como consequência, a pretensão de ‘racionalismo’ se alastra a diversas áreas. Até mesmo a parte ‘histórica’ da gramática, cuja função é, basicamente, semelhante a de prover ‘glossários’ para obras literárias, irá reivindicar um vínculo com o método racional e com o conhecimento ‘verdadeiro’, como veremos.

1.5.2 *Enkuklia mathemata* e *Tekhnai*

O tratamento que Platão dispensa às *tekhnai*, como mencionamos acima, parece ter tido mais propriamente o intuito de assegurar a superioridade dos estudos matemáticos e sua ligação com a filosofia; e não o de estabelecer uma *enkuklios paideia* (‘formação cíclica’) anterior aos estudos filosóficos.⁸⁰ No entanto, seu posicionamento parece ter servido para impulsionar a discussão acerca da constituição de ciclos de estudos (*enkuklia mathemata*) como formação (*paideia*) propedêutica ao estudo filosófico. Os termos *logikai tekhnai* (‘artes racionais’), *enkuklioi tekhnai* (‘artes cíclicas’), *enkuklia paideia* (‘formação cíclica’) aparecem

⁷⁹ Para um estudo aprofundado acerca das relações entre racionalismo, empirismo e ceticismo, com foco no tratamento da inferência e das noções de ‘signo indicativo’ e ‘signo comemorativo’, cuja origem é definida a partir dos debates das escolas médicas, ver Allen, 2001, p. 87ss. (Convém ter em mente, no entanto, as ressalvas expressadas por Barnes, 2002). Ver também Glidden, 1983.

⁸⁰ Clarke, 2012, p. 3.

durante a antiguidade em argumentações que asseveram o caráter teórico destes estudos e a mútua similaridade e complementaridade metodológica e conceitual entre eles, e sua utilidade para a filosofia.⁸¹ Portanto, os estudos cíclicos não foram, a princípio, nesse ambiente, considerados estudos comuns, de cultura geral ou enciclopédica.

Também em Sexto os estudos cíclicos dificilmente podem ser vistos como estudos de cultura geral, pelo contrário, são abordados como *estudos especializados*, cujo *status* busca respaldo na filosofia, ainda que com um desenvolvimento, em grande parte, independente dela.⁸² Em Galeno encontramos um suposto desdobramento da divisão platônica – *logikai tekhnai* (‘artes racionais’ ou ‘fundadas sobre o raciocínio’): medicina, retórica, música, geometria, aritmética, cálculo, astronomia, gramática, direito; e *kheironaktikai* ou *banausoi tekhnai* (‘artes manuais’): das quais menciona apenas a escultura e o desenho, provavelmente porque as considera as principais deste grupo.

A tensão originada pela ‘profissionalização’ dos saberes com os sofistas teria motivado a discussão filosófica acerca de conhecimentos especializados, estudos teóricos e conhecimento verdadeiro. Tendo em vista as divergências entre as escolas filosóficas (entre outros aspectos do cenário educacional helenístico), não surpreende que houvesse diferentes propostas. Algumas tratavam da necessidade de outros conhecimentos para a boa prática em uma área, para ser um bom médico, ou arquiteto, por exemplo. Outras voltaram-se especificamente para a discussão do ciclo de estudos propedêuticos à filosofia. Isócrates, Varrão, Cícero, Fílon de Alexandria⁸³, Plutarco, Sêneca, Cícero, todos opinaram neste debate. Na verdade, manifestar-se sobre esse tema passa a ser obrigatório entre os eruditos, bem como passa a ser lugar-comum argumentos que implicam uma fronteira entre sabedoria prática, pretensa sabedoria e sabedoria verdadeira.

⁸¹ “Os termos *enkuklios paideia* ou *encyclios disciplina* designam um ciclo de estudos, unificados pelo método e estrutura, que se deve percorrer e completar para possuir uma educação completa [...]. Mas este ciclo não se relaciona, na Antiguidade, a um número definido, como o das ‘sete artes’, por exemplo, mas corresponde à ideia de uma unidade interior e de completude.” Hadot, 2005, p. 472.

⁸² “A ideia de que a gramática era a base de todo estudo subsequente encontra-se na primeira menção da gramática como uma disciplina separada no século I a.C. Gramática foi considerada parte das ‘Artes Liberais’ nas obras retóricas de Cícero e no enciclopédico *Disciplinarum libri novem* de Varrão. Tanto Cícero como Quintiliano afirmaram que o propósito último de todo estudo é a filosofia e a aquisição de virtude. Dentro deste panorama, o papel da gramática foi sempre preparatório e não um fim em si mesmo.” Luhtala, 2007, p. 68

⁸³ Oito listas diferentes de disciplinas do estudo cíclico podem ser encontradas na obra de Fílon de Alexandria.

1.5.3 O Ataque às *Tekhnai*⁸⁴

A oposição socrática às *tekhnai*, tal como Platão a constroi, parece ter motivado que escolas que tinham Sócrates como modelo as desprezassem. Diógenes Laércio (6. 73, 104) diz que os cínicos ignoraram a música, a geometria, a astronomia, etc. como inúteis e desnecessárias, e que Diógenes de Sinope (c. 412-323 a.C.) zombou dos gramáticos, que investigavam os problemas de Homero enquanto ignoravam os seus próprios (DL 6. 27-28). Bión de Borístenes (Frag. 3, 4, 5A, 6; DL 4. 53) teria ridicularizado gramáticos, astrônomos, músicos, geômetras e retóricos, que, incapazes de alcançar a filosofia, perdiam seu tempo em estudos inúteis. Isócrates (*Ant.* 261 ss), por outro lado, ainda que classifique-as como preparação para a filosofia, afirma que aqueles que são hábeis em certas *tekhnai* como a erística, astrologia, geometria, etc., não são prejudiciais, pelo contrário, podem ajudar (ainda que muitas pessoas acreditem que tais estudos sejam uma perda de tempo e estejam em oposição à vida comum e não sejam de nenhum valor na prática, estando totalmente distantes do que é necessário).⁸⁵

A oposição às *tekhnai* mais célebre na antiguidade parece ter sido a dos Epicuristas. Segundo Blank (p. xxx), está atestada a existência de vinte e dois tratados epicuristas contra as disciplinas. Destes, possuímos grande quantidade de fragmentos provenientes de três tratados de Filodemo: *Sobre a Retórica*, *Sobre a Música* e *Sobre Poemas*. É comum aos três uma discussão sobre estes estudos serem ou não *tekhnai*, ou seja, sobre possuírem ou não um corpo de regras gerais, aplicáveis de um modo fixo a casos particulares; a conclusão, no entanto, é a de que uma disciplina somente é útil para a sabedoria ou ‘felicidade’ na medida em que for conduzida e utilizada *pela filosofia*. A filosofia (ou *phusiologia*) é o único estudo, para os Epicuristas, capaz de promover a tranquilidade da alma, enquanto o estudo de pormenores ‘técnicos’ resulta apenas em trabalho, preocupação e perturbação. Filodemo afirma, ainda, que os resultados de algumas *tekhnai* podem ser alcançados pelo leigo, ainda

⁸⁴ As informações apresentadas nesta seção, e na seguinte, seguem a pesquisa de Blank, 1998, *passim*.

⁸⁵ “Parece-me que aqueles que sustentam que tal treinamento não tem utilidade na vida prática estão certos e que aqueles que falam a favor dele têm a verdade de seu lado. Se há uma contradição nesta afirmação, é porque estas disciplinas são diferentes em sua natureza daqueles estudos que constituem nossa educação; pois estas outras áreas nos são benéficas somente depois que tivermos adquirido conhecimento delas, enquanto estes estudos podem não trazer benefício algum depois que os dominamos, a menos que escolhamos fazer deles nossa fonte de renda, e somente nos ajudam enquanto estamos no processo de aprendizagem. Não penso, portanto, que é apropriado aplicar o termo ‘filosofia’ a tal treinamento que não nos ajuda no presente nem em nossas falas nem em nossas ações, mas antes eu os chamaria de ‘ginástica mental’ e uma preparação para a filosofia. (Isócrates, *Ant.* 263; cf. Norlin, 1929)

que de uma maneira menos precisa e consistente, de forma que o filósofo poderia alcançar resultados positivos sem ter que se aprofundar nestes estudos.⁸⁶ Para Filodemo, entre as artes *próprias*, ou seja, aquelas que sempre alcançam seu objetivo quando bem aplicadas, estão a gramatística (i.e. ler e escrever), música, pintura e escultura; entre as artes conjecturais, nas quais o sucesso depende em parte de fatores externos, estão a medicina e navegação. Um epicurista era aconselhado a não se envolver com técnicas muito especializadas, para não negligenciar o que é verdadeiramente importante na vida. Uma arte, para ter valor para o filósofo, deveria conter, necessariamente, algum propósito útil para a vida. Desta forma, eles atacaram *tekhnai* que pareciam desnecessariamente especializadas e argumentaram que elas eram, em geral, inúteis. Eles teriam atacado também *tekhnai* que não davam a conhecer abertamente regras claras e firmes de aplicação geral. Esses são, saliente-se, exatamente os dois pontos centrais da definição estoica de *tekhne* como um sistema de conhecimentos: utilidade e método.⁸⁷

A atitude epicurista contrapõe a estoica. Os estoicos, a despeito de Zenão de Cítio, seu fundador, ter falado contra algumas disciplinas⁸⁸, dão testemunho de terem compreendido *tekhne* como um conhecimento da mais alta importância, comparável ou intercambiável com *episteme*.⁸⁹ *Tekhne* foi definida pelos estoicos como: “sistema de *representações verdadeiras* coexercitadas” (*sustema ek katalepseon suggegumnasmenon*) e “direcionadas a alguma finalidade útil” (M 11. 182), definição repetidamente citada por Sexto.⁹⁰

Bastante interessante é a possibilidade de, nos termos estoicos, definir a própria filosofia como *tekhne*, a mais elevada delas, aquela que ordena toda a vida. A elevada concepção estoica de *tekhne*, bem como de *tekhnai* individuais e sua relação com a filosofia

⁸⁶ “Filodemo diz que *tekhnai* floresceram nas sociedades antigas antes de haver qualquer *tekhneologia* (*On Rhetoric* 1 col. viii 8 p. 59 Longo)” Blank, 1995, p. 188.

⁸⁷ Para detalhes acerca da posição dos epicuristas e, por extensão, daquela de Epicuro, principalmente em relação à poesia e retórica, ver Blank, 1995 e os artigos coletados em Obbink, 1995.

⁸⁸ Talvez Zenão não as tenha considerado ‘verdadeiras’ *tekhnai*: “*Tekhne* para Zenão é uma *poietike* ativa ou criativa, da mesma forma que Deus, ou Natureza, ou *Logos*, são ativos ou criativos. *Tekhne* comunica um conteúdo – pertence ao *logos* criativo que é parte da natureza humana.” Cf. Mansfeld, 1983, p. 65.

⁸⁹ SVF i. 68, ii. 117, 130; iii 112; M 11. 170: “enquanto os estoicos disseram diretamente que a sabedoria prática (*phronesis*), que é uma ciência (*episteme*) do que é bom, ruim, ou nenhum dos dois, é uma arte de viver (*tekhne peri ton bion*).”

⁹⁰ A definição de Zenão veio a ser *quase* universalmente aceita, cf. Quintiliano, 2. 27: *ab omnibus fere probatus*. Ver a argumentação de Barnes, 1988, p. 63 ss sobre o conceito de ‘utilidade’ para os cétricos, epicuristas e estoicos, a partir de M 1. 1-6.

(gramática e retórica, por exemplo)⁹¹, parece ter servido de modelo para ataques como os de Filodemo. Ataques estes que vieram especialmente de filósofos que consideraram necessário reiterar a supremacia da filosofia frente às *tekhnai*: epicuristas, platônicos, e mesmo o (alegado) dissidente estoico Aríston de Quios. A estrutura subjacente à crítica sextiana contra a gramática e retórica, via epicuristas, parece mesmo estar relacionada a esta concepção da relação das artes com a filosofia.⁹²

Apesar da divulgada hostilidade de Pirro às *tekhnai*, em Sexto não parece legítimo que o cético as ignore, tendo em vista o critério prático da ‘instrução nas artes’, como apontamos acima; o mais adequado talvez seja supor que também o cético fez sua divisão entre *tekhnai* aceitáveis e não aceitáveis.

Para finalizar, podemos apontar, seguindo a distinção operada por Blank (p. xxxiv) entre passagens de origem epicurista e cética, no *Contra os Professores*, alguns ‘critérios’ positivos expressos por Sexto quando fala sobre as *tekhnai* que o cético não ataca: devem ser úteis à vida comum (*M* 1. 49, 2. 29); são avaliadas através de seus resultados práticos (*M* 11. 188); estão fundadas sobre a observação, articulada através da estrutura do ‘signo comemorativo’ (*M* 1. 55; *M* 5. 2); (como a escrita) são adaptáveis às circunstâncias (*M* 11. 67); contêm um corpo de observações ao longo do tempo (tal como fazem os timoneiros e fazendeiros), e algumas regras gerais que se aplicam a casos particulares, mas não um corpo de doutrinas (*M* 8. 270); são um tipo de capacidade (*dunamis*), mais um *saber-fazer* que um *saber-quê*; são aprendidas por orientação ‘corretiva’ (*M* 1. 191).⁹³

⁹¹ “Entre os estoicos a situação é mais complexa. A doutrina estoica da Razão como princípio corpóreo divino, por se espalhar através de todos os níveis da existência e se manifestar de uma maneira privilegiada no raciocínio e linguagem humanos, leva os estoicos a se interessarem por todas as formas da linguagem e a definir as estruturas e as leis que as regem. Por isso é que eles contribuem, em larga medida, à elaboração da gramática e ao aperfeiçoamento da lógica. [...] Quanto à retórica e a dialética que, para os estoicos, tornaram-se virtudes fundadas sobre a verdade e não mais sobre o provável, como em Aristóteles, elas constituem para eles a terceira parte da filosofia, a lógica. Não são mais estudadas, uma para adquirir eloquência, outra para possuir resposta para tudo, mas dão lugar sobretudo à exercícios destinados a assegurar a retidão da expressão verbal e a aprender a como conduzir uma dedução lógica conclusiva.” Hadot, 2005, p. 478. No fragmento de Diógenes da Babilônia (8 *P.Herc.* 1506) analisado por Obbink e Waerdt (1991), o estoico afirma que o sábio: “não é apenas um bom dialético e gramático e poeta e orador, e perfeito no método (*metodikos*), tendo se tornado bom em todas as artes (*tekhnai*), mas também, além destes (tipos de) benefícios, ele acrescenta no governo das cidades, e não somente daquelas habitadas por atenienses e lacedemônios.” Ver os comentários dos autores: *idem*, p.368 ss.

⁹² Este é um direcionamento possível a partir da leitura de alguns fragmentos estoicos, não pretendemos palpar acerca da interpretação da epistemologia estoica. Para este assunto, ver Hankinson, 2003. Acerca da aproximação da ‘arte de viver’ dos estoicos com a concepção socrática de virtude como ‘arte’, ver Striker, 1991, parte 3.

⁹³ Ver Blank, p. xxxiv.

1.6 A GRAMÁTICA ANTIGA⁹⁴

A pesquisa sobre o desenvolvimento dos estudos gramaticais na Antiguidade tem se mostrado uma área extremamente produtiva nas últimas décadas. Não só podemos contar com bons panoramas, mas, principalmente, com uma grande quantidade de investigações de questões específicas, que, inclusive, puderam rever posições tradicionais que agora nos parecem ter sido equívocos.⁹⁵ Aquilo com que não podemos contar, no entanto, são fontes primárias propriamente ‘gramaticais’. O período que cobrimos aqui é justamente um em que temos de lamentar a perda massiva das fontes: excluindo o tratado de Dionísio Trácio, em que apenas algumas linhas são unanimemente consideradas genuínas, nenhuma obra gramatical anterior à produção de Apolônio Díscolo, no século II d.C., sobreviveu senão em fragmentos ou de forma indireta e, normalmente, em testemunhos tardios, onde os termos, não raro, são anacronicamente empregados⁹⁶. Ademais, as primeiras ‘artes gramaticais’ (*artes grammaticales*) como ‘manuais técnicos que possuímos são romanas.’⁹⁷

Nosso intuito neste momento é traçar um panorama genérico frente ao qual possamos visualizar o lugar e o papel da contribuição sextiana. Pretendemos alcançar as especificidades do campo gramatical do final do período helenístico, para tanto, começaremos expondo reflexões concernentes à linguagem em outras áreas, especialmente na filosofia. Pois, como mencionamos brevemente anteriormente, o estudo da linguagem na Antiguidade esteve, via de regra, subordinado a áreas em que desempenhou um papel restrito frente a seus objetivos maiores. Em geral, abordou-se a linguagem a partir de um ponto de vista ‘filosófico’ (lógica), persuasivo (retórica) e/ou moralizante (poética) e filológico (crítica textual e literária). Além disso, o estudo gramatical do período helenístico e as investigações da filosofia estoica, que,

⁹⁴ Aqui passamos a traçar um panorama dos estudos gramaticais na antiguidade a fim de relacionar esse ambiente com aquele mais geral das discussões epistemológicas do período helenístico, com o intuito de visualizar o interesse de Sexto pelo assunto e o modo como aborda esta ‘arte’. Nossas referências principais são: Seppänen, 2013; Atherton e Blank, 2013; Pagani, 2011; Blank, 2005; Blank, 2000; Schenkeveld, 1990b; Taylor, 1987; Pinborg, 1975.

⁹⁵ Pensamos principalmente na famosa e, tal como apresentamos à frente, muito provavelmente equivocada, caracterização da disputa entre anomalistas x analogistas e a consequente polarização entre gramática filosófica x técnica, de que falamos na sequência.

⁹⁶ A tradição indireta coloca claros obstáculos às reconstruções de teorias com base na terminologia que uma fonte lhe credita, é, de fato, difícil estabelecer se a terminologia transmitida é original ou se se deve a algum intermediário. A introdução de conceitos gramaticais especializados parece ter sido um dos tipos mais comuns de interpolação nos textos dos primeiros alexandrinos. Cf. Pagani, 2011, p. 50 n. 127.

⁹⁷ A primeira gramática latina conhecida pelo nome de seu autor, a *ars grammatica* de Remmius Palaemon (séc. I d.C.), sobreviveu apenas em fragmentos.

inclusive, representam muito do que sabemos acerca do interesse direcionado de forma sistemática à linguagem nos séculos III e II a.C., estabelecem conexões estreitas.⁹⁸

Tal como implícito no relato de Sexto no início de seu ataque à gramática, os gregos desde muito cedo em sua história associaram este termo com o estudo das ‘letras’ (*grammata*) – em seus dois significados contíguos: o que chamaríamos de alfabetização e letramento, aprender a ler e escrever, e entrar em contato com a tradição literária.⁹⁹ ‘Gramática’¹⁰⁰ referir-se-á geralmente, no período helenístico, independente das nuances, a esse cenário: a inserção na tradição literária – o domínio das habilidades concernentes à compreensão do texto literário por meio do tratamento de seus elementos: *grosso modo*, leitura e interpretação

⁹⁸ Frede e Inwood (2005, p. 3) parecem querer enfatizar a direção contrária àquela que normalmente se dá a este influxo: “O fato de o estudo da linguagem estar tão fortemente atado a diferentes partes da filosofia também explica porque o desenvolvimento da gramática como uma disciplina sistemática foi tardiamente abordado pelos filósofos. Sua sistematização e maturidade deve muito ao trabalho de um grupo bastante distinto de pensadores: se o estudo da gramática finalmente encontrou seu lugar na história isto se deve em larga medida aos grandes filólogos e críticos literários da biblioteca de Alexandria, cujos resultados gradualmente começaram a exercer uma influência sobre os filósofos. Apenas depois do estudo da estrutura gramatical do latim e do grego e suas peculiaridades ter atingido um certo nível de sofisticação é que questões de gramática e sintaxe tornaram-se um assunto de reflexão filosófica e suplemento para a análise da estrutura lógica das proposições.” Costuma ser comum, no entanto, a afirmação de que os gramáticos devem aos filósofos, estoicos principalmente, desde meta-linguagem à própria concepção do fenômeno linguístico como sistema racional. (Atherton e Blank, 2013, p. 1). Porém, talvez não seja mesmo o caso de determinar unidirecionalmente as influências nesse contexto, mesmo restritos ao material fragmentário que possuímos e à sua interpretação, podemos supor que as influências teriam sido multilaterais. Sobre dificuldades específicas com as fontes nesta área de estudo, ver os trabalhos de Wolfram Ax (geralmente em língua alemã). A título de exemplo, procurar pela história da edição dos *Herculaneum Papyri*, que possui obras do epicurista Filodemo de Gadara, entre as quais encontramos ataques ao estoico Diógenes da Babilônia e às *tekhnai*. Acerca dos gramáticos alexandrinos, um ótimo panorama do estado da arte é o artigo de Lara Pagani, 2011. A reconstrução das relações entre estoicos e alexandrinos tem se voltado ao trabalho acurado com as fontes e à revisão de concepções sobre o período (ver Taylor, 1987). Algumas questões cruciais continuam bastante polêmicas, como aquela da datação das seções do tratado atribuído a Dionísio Trácio, fundamental para a caracterização dos estudos linguísticos entre os primeiros alexandrinos e a compreensão de seu papel no desenvolvimento da gramática como uma disciplina técnica independente da filologia (ver os artigos coletados em Law e Sluiter, 1995).

⁹⁹ O quadro geralmente aceito (Marrou, 1971, segunda parte) acerca da educação no período helenístico distingue algumas etapas sucessivas: primeiro a escola elementar (*grammatodidaskaleion*), onde o professor (*grammatistes*) instrui os alunos na leitura, escrita e alguma aritmética. Então, por volta dos 12 anos, as crianças passam à educação secundária. Aqui o *grammatikos* ensina gramática e literatura, especialmente poesia; finalmente vem o *rhetor*, cuja instrução envolve discursos e o estudo dos oradores clássicos. O terceiro estágio também poderia incluir frequentar escolas filosóficas ou seguir dedicando-se à aritmética e geometria. Esta é, contudo, uma simplificação genérica, não existia um modelo fixo. E, em geral, apenas a elite tinha acesso a uma educação ‘continuada’. Cf. Schenkeveld, 2000, p. 432-433. Ver também Crihiore, 2001, em especial, p. 185 ss. Para um relato mais ‘cuidadoso’, porém ainda panorâmico, sobre a evolução do conceito de ‘arte gramatical’ no período pré-helenístico, ver Seppänen, p. 19ss.

¹⁰⁰ Para um estudo acerca da definição e escopo de *grammatike* na Antiguidade, ver Seppänen, 2013.

textual: tarefas cujas especificidades constróem-se em relação com características dos textos: condição física, dialetos, gêneros e períodos literários, entre outras; e são direcionadas por uma compreensão de como o sujeito deve se relacionar culturalmente com esse saber. Esse é o sentido predominante de Gramática no período helenístico, educação literária.¹⁰¹

Alfabetização e letramento estiveram constantemente conectadas como facetas de um mesmo projeto; porém, como as habilidades demandadas para conduzir uma e outra etapa, bem como seus resultados, são distintos, não surpreende que houvesse uma tendência à especialização. Num sentido técnico, o termo ‘gramático’ passará a ser utilizado, preferencialmente, para o professor ou estudioso da segunda etapa: aquele que transmite a tradição literária. Em pouco tempo serão também aqueles que estabelecem esta tradição e, assim, ‘guardiões da linguagem’¹⁰².

O desenvolvimento e especialização das atribuições do gramático, vinculados à constituição de escolas filológicas, está na origem de um corpo de conhecimentos e procedimentos metodológicos que irá, em última análise, restringir o conceito de gramática ao tratamento técnico da língua. Num processo de incorporação de influências multilaterais, de readaptações e acomodações de conteúdos, provenientes de áreas com propósitos não completamente convergentes, terá início a gramática como disciplina independente.¹⁰³

¹⁰¹ Antes do período helenístico, e talvez ainda no princípio dele, a educação literária, poética, relacionava-se à ‘atuação’ de sofistas, ‘sábios’ ou ‘filósofos’ (ver Platão, *Protágoras*, 338e6-339a3). O conceito de gramática pode se restringir, portanto, ao ensino elementar das letras sem se referir a interpretação ou estudo poético dos textos, menos ainda a sua ‘autenticação’ e exegese, tarefas ‘filológicas’ que irão incorporar o conceito de ‘gramática completa’ a partir da instituição dos ‘centros culturais’ que são as Bibliotecas de Alexandria e Pérgamo. Sobre a ‘crítica literária’ antes do período helenístico, ver Ford, 2002.

¹⁰² Para o papel social dos gramáticos e professores de literatura no mundo antigo, ver Kaster, 1997, obra que contém um estudo detalhado acerca do uso dos ‘títulos’ profissionais; ver também Seppänen, 2013, p. 34ss, sua é a tabela que reproduzimos abaixo (grifo nosso):

| palavra | período | uso | significado |
|---------------------|-----------------|------------------|--|
| <i>grammatistes</i> | séc. V a.C. | título | especializado em letras / professor elementar |
| <i>philologos</i> | sécs. V-IV a.C. | adjetivo | ‘amante’ dos discursos; ‘amante’ do estudo, estudioso |
| <i>grammatikos</i> | séc. IV a.C. | epíteto/adjetivo | literato; treinado nas letras |
| <i>philologos</i> | séc. III a.C. | epíteto/nome | treinado nas letras, erudito |
| <i>grammatikos</i> | séc. II a.C. | título | <i>especialista (entendido) na língua e na literatura.</i> |

¹⁰³ Swiggers e Wouters, 2002, p. 17.

O panorama a seguir foca em seis temas: estudos da linguagem como estudos de poética e retórica; estudos da linguagem em relação à dialética argumentativa; estudos da linguagem na filosofia estoica; estudos da linguagem na filologia helenística; estudo formal da linguagem como uma parte da filologia; estudos da linguagem com orientação morfológica e sintática no tratamento de uma segunda língua. Esta última área, da qual não tratamos diretamente, numa sequência de acidentes históricos, constitui, em última análise, o corpo de conhecimentos que se transmite na tradição ocidental da chamada ‘gramática tradicional’ – que retrocede, propriamente, no mínimo ao começo do período medieval.¹⁰⁴

Dois critérios coextensivos orientam nosso resumo: a recorrência dos termos (em geral, ressignificados), e a proximidade com questões que tendemos a reconhecer como ‘gramaticais’. Convém mencionar que não tratamos diretamente de uma das facetas da gramática mais produtivas da antiguidade: aquela relativa ao ensino das ‘primeiras letras’. Ou seja, ainda que todas as abordagens aqui relatadas, de uma forma ou de outra, estejam relacionadas com a educação letrada, não mapeamos diretamente o desenvolvimento desse processo instrucional ao qual estaria relacionada uma pesquisa pedagógica.

A cada uma das áreas aqui mencionadas pode-se aplicar o termo ‘gramática’, em um sentido mais ou menos apropriado, pois todas elas envolvem o estudo formal de aspectos da linguagem. Alguns dos elementos desenvolvidos por estes estudos contribuirão para a ‘gramática tradicional’, outros, no entanto, são melhor compreendidos de um ponto de vista mais abrangente: a história da linguística. De qualquer forma, o leitor deve estar atento à polissemia do termo ‘gramática’, que é usado em referência à ‘gramática completa’ do período helenístico, ou seja, ao estudo da literatura; à ‘gramática técnica’, no sentido em que o termo é mais habitualmente empregado na atualidade; além de ser empregado com referência aos tratados gramaticais propriamente ditos, que podiam ser manuais escolares ou tratados mais eruditos. Sexto (*M* 1. 43) referir-se-á à concepção destes tratados (*tekhnologia*) como uma das habilidades práticas de que a arte gramatical mais se orgulhava.

Poderíamos ter feito uso, no panorama a seguir, do termo ‘gramática estoica’, tal como justificou Frede (1987), mas, para não nos desviarmos em considerações a respeito desse uso, falaremos em ‘estudos gramaticais’ dentro da filosofia estoica. Para a filologia helenística, usaremos o termo ‘gramática helenística’, que procura envolver as contribuições

¹⁰⁴ “A expressão ‘gramática tradicional’ refere-se ao corpo de conhecimento sobre o uso correto das formas de palavras e da sintaxe transmitido no Ocidente ao menos desde o princípio da Idade Média para o estudo do latim e do grego e cujas categorias foram usadas como modelo para o estudo de outras línguas.” Atherton e Blank, 2003, p. 310.

das escolas filológicas de Pérgamo e Alexandria e o clima de opinião do momento, bem como reiterar que *é este o sentido de gramática para Sexto Empírico*. Para a parte da gramática helenística que se ocupou do estudo de elementos formais da linguagem, falaremos em ‘gramática técnica’.

1.6.1 Período Clássico

Do período clássico, temos alguma informação acerca do trabalho dos *glossographoi*, que se dedicavam a explicar palavras de difícil compreensão usadas nos poemas homéricos.¹⁰⁵ A poesia homérica, devido a sua importância para os gregos, foi continuamente o alvo de maior convergência do interesse linguístico durante toda a antiguidade.¹⁰⁶ E, convém supor, provavelmente esteve mesmo conectada ao processo de adaptação do alfabeto fenício à língua grega durante o século VIII a.C. À literatura é concedido, como apontamos acima, *status* privilegiado no estudo da linguagem na antiguidade.

Bastante influente nesse período parece ter sido o interesse vinculado a sofistas tais como Pródico, Protágoras e Górgias pela *orthoepia* e *orthotes onomaton*, ou seja, a correta adequação dos ‘nomes’. Sob essa alcunha ficaram conhecidos desde estudo de sinônimos, homônimos e parasinônimos, envolvendo questões de sonoridade, até especulações acerca da correspondência entre linguagem e realidade, envoltas, em algum momento, pela controvérsia *phusei* (‘natureza’) x *thesei* (‘convenção’).¹⁰⁷ Tal controvérsia parece ter se alimentado da confusão entre explicações semânticas e questões de origem da linguagem.¹⁰⁸

Como testemunho dessas especulações temos o diálogo *Crátilo* de Platão, que parece condenar a prática, possivelmente comum em sua época, de investigar o nome com o intuito

¹⁰⁵ “O interesse pela linguagem já é manifesto na épica homérica onde o poeta frequentemente explica nomes e palavras. Assim o nome *Oduisseus* reflete ambos *odussomai* (‘odiar’), e *oduromai* (‘lamentar’). (*Odisseia* I. 55;62).” Schenkeveld, 2000, p. 430. Sobre o interesse da sociedade grega pela linguagem, não só entre os filósofos, ver Schenkeveld, 2000. Para uma interpretação do diálogo *Ion* de Platão como fonte de informação acerca da crítica homérica no século IV a.C., ver Hunter, 2011.

¹⁰⁶ Para mais informações acerca dos ‘intérpretes’ de Homero, ver Lamberton e Keaney, 1992.

¹⁰⁷ Protágoras 80 A1, A21, A29 DK, Pródico 84 A16, A17, A 19 DK, ver também Górgias e sua noção do *logos* como *megas dunastes*, 82 B11.49ss DK.

¹⁰⁸ Ver Atherton e Blank, 2013, p. 12-24, para um panorama dos problemas implícitos nas discussões do período; Luhtala, 2011, sobre a influência dessa discussão na concepção das partes da oração como categorias ontológicas.

de adquirir conhecimento sobre a natureza das coisas que nomeiam. Esta prática é relacionada muito diretamente à pesquisa ‘etimológica’, que busca revelar sobre o ‘referente’ algo de sua ‘função originária’ no mundo através de um ‘desdobramento’ descritivo de seu nome. A ‘correção’ do nome, portanto, estaria relacionada à sua capacidade de revelar a natureza daquilo que nomeia. Subjacente a tais especulações está uma visão atômica da linguagem, em que os níveis mais complexos se explicam a partir dos elementos básicos e suas combinações.¹⁰⁹ Veremos que a pesquisa etimológica como uma ferramenta de crítica e interpretação literária permanece ocupando um lugar de prestígio na gramática helenística.

Um aspecto mais prontamente relacionado às investigações sofisticadas do período é o estudo de elementos linguísticos e suas combinações por causa de seu efeito discursivo. De maneira ampla, tais abordagens relacionavam-se a estudos nas áreas da composição poética e retórica, que ocupam um lugar central na vida intelectual dos antigos. Desses estudos, temos o testemunho de Aristóteles, que escreveu tratados em ambas as áreas e contribuiu para a sistematização não só de termos como de conceitos linguísticos. Para Aristóteles, aquilo que é genuinamente pertencente à área da poética (*Poética*, 1456b20ss) é o estudo das ‘partes da expressão’ (*mere lekseos*)¹¹⁰: elemento (letra), sílaba, conjunção, nome, verbo, artigo, caso, sentença (ou discurso) (*logos*)¹¹¹. Vê-se aí implícito um arranjo hierárquico de itens linguísticos, e também uma descrição incipiente das ‘partes da oração’ e dos acidentes nominais e verbais; além de uma organização que, em última análise, tornar-se-á tradicional.¹¹²

A virtude da expressão, afirma Aristóteles, é ser clara (*saphes*), mas não pobre (*tapeine*), de forma que o poeta deve saber a correta medida entre o uso de palavras apropriadas (*kuriai*) e o uso daquelas particulares (*idiotika*) e estrangeiras (*ksenika*), que garantem um tom elevado, mas comprometem a claridade. O pupilo de Aristóteles, Teofrasto, parece ter desenvolvido esse tema, talvez em relação à retórica, em seu *Peri lekseos*.¹¹³

¹⁰⁹ Demócrito, no entanto, teria considerado os nomes convencionais. Um comentador do século V d.C. atribui a ele a opinião de que os nomes fossem corretos de maneira distributiva ou numérica, não descritiva. (Cf. Proclus, *Crat.* 16.23-36)

¹¹⁰ Procuramos manter os vocábulos gregos, pois geralmente a tradução pode mascarar a recorrência do termo, já que pretende se aproximar do valor da expressão no contexto. *Leksis* é um termo especialmente polissêmico, pode significar: palavra, expressão, dicção, estilo...

¹¹¹ Vale chamar a atenção para o fato de Aristóteles apontar *logos* como uma parte (*meros*) da *leksis*. Ver abaixo que ele dispensa um tratamento diferente às *mere logou*.

¹¹² Taylor, 1995, p. 84.

¹¹³ A Teofrasto foi atribuído, pelos comentadores aristotélicos do século sexto, o estudo de *lekseis qua leksis* – como expressões linguísticas (território da retórica e poética), distintas de *logos*, o discurso

Outra faceta do estudo linguístico no período clássico é a lógica, ou seja, o entendimento das propriedades associativas entre os elementos de proposições, e entre as proposições elas mesmas, i.e., o estudo de raciocínios válidos e contraditórios, no intuito de descobrir regras subjacentes a suas realização. No diálogo platônico intitulado *Sofista*, Sócrates enfrenta a dicotomia entre o valor existencial e equacional da cópula, por meio desta discussão Platão irá contribuir para uma ‘teoria da predicação’ ao conceber a sentença não como mera justaposição de palavras, mas atentando para o papel ‘semântico’ de seus componentes: *onoma* (‘nome’) – que se aplica ao que realiza a ação, e *rhema* (‘predicado’ ou ‘verbo’) – que se aplica às ações; os dois constituintes de uma sentença mínima, doravante: portadora do valor de verdade.¹¹⁴

O estudo do *logos* será empreendido em relação ao valor de verdade no *De Interpretatione* de Aristóteles, que introduz o conceito de ‘proposição’ (*logos apophantikos*). Nesta obra, ele apresenta uma lista de ‘partes do discurso’ (*mere logou*): nome, verbo (ou predicado) e sentença; chamando-as de partes significativas do ‘discurso’.¹¹⁵ O verbo é definido como algo que carrega a ideia de tempo, ao contrário do nome, e que aponta para a predicação (*Int.* 16b 6ss). Nas *Categoriae*, Aristóteles parece equiparar categorias linguísticas e ontológicas em seu exaustivo estudo dos dez tipos de predicados, onde desenvolve noções mais apuradas de sujeito e predicado.

Também teria sido Aristóteles o primeiro a usar o conceito de *hellenizein* (*Rhet.* 1407a19ss): ‘expressar-se corretamente em grego’, por meio do qual desenvolveu discussões sobre o lugar exato das conjunções, o uso de nomes apropriados, a concordância correta de gênero e número, sobre como evitar ambiguidades no discurso e sobre a produção adequada de textos fáceis de ler e pronunciar. E opôs a estas discussões uma análise dos solecismos: as

racional (território da filosofia). Atherton e Blank, 2013, p. 36-37. Comparar adiante esta divisão, reivindicada pela tradição peripatética, e a concepção estoica de *leksis* e *logos*. Muito se lamenta, na história do pensamento sobre a linguagem, a perda deste tratado de Teofrasto que poderia esclarecer muito acerca das origens e características da prática dos gramáticos helenísticos.

¹¹⁴ Ver Taylor, 1995, p. 84.

¹¹⁵ Aristóteles usa a expressão *kata suntheken* (normalmente traduzido por ‘por convenção’, em oposição a ‘por natureza’) para qualificar as partes significativas. No entanto, para Pinborg, 1975, p. 75, a oposição não seria entre natureza e convenção, mas “entre sons naturalmente inarticulados e sons articulados obtidos por *combinação*.”

construções inapropriadas.¹¹⁶ Aristóteles também definiu metáfora como uma *analogia* do significado.¹¹⁷

1.6.2 A Lógica Estoica¹¹⁸

Nenhum texto estoico sobre lógica sobreviveu. Nosso relato, portanto, depende de fontes doxográficas. Apresentamos aqui, principalmente, o relato de Diógenes Laércio com base na interpretação de Schenkeveld (1990a). A princípio, os estoicos não estavam ‘fazendo’ gramática, nem parecem ter usado este termo para se referir a qualquer parte de seu sistema; lidaram, no entanto, com ‘questões gramaticais’ em decorrência do papel que a racionalidade linguística assume em sua filosofia e de sua própria concepção investigativa, que os direcionava a estudos sistemáticos e exaustivos.

Os estoicos acreditavam em um mundo impregnado e controlado pela razão (*logos*), e na alma humana como parte deste mundo racional. Seu sistema filosófico pretendia espelhar a harmonia do mundo, representando sua coerência e integridade, e suas três partes – lógica, física e ética – pretendiam-se intimamente conectadas. O sábio estoico (o ideal de homem, provido de sabedoria perfeita) vive em harmonia completa com a razão universal e é infalível, ele tem absoluto domínio do que é correto (verdadeiro) pensar e dizer em toda situação e de como isso deve ser expressado. É exatamente este último ponto o conteúdo da lógica estoica: a sabedoria linguística. A lógica não é vista como ‘ferramenta’ para a filosofia, mas parte dela, inclusive sua parte central (DL 7. 83). O correto entendimento do pensamento, e da linguagem que o expressa, é, segundo o estoico, fundamental para alcançar a ‘felicidade’.

A estrutura do conteúdo das sentenças, individual ou logicamente relacionadas entre si, foi suposta pelos estoicos como espelho da estrutura do mundo. Em nossa linguagem, falada ou escrita, estas estruturas estão expressas pelas partes da sentença, e pelas sentenças, que relacionam-se umas às outras por meio de conjunções, que expressam as relações lógicas entre os conteúdos. Para o estoico, era preciso saber, portanto, como cada elemento contribui na formação da sentença completa e de seu conteúdo (ou também, no caso das conjunções, na

¹¹⁶ Pagani, 2011, p. 22-23.

¹¹⁷ Sobre as contribuições de Aristóteles a partir da perspectiva da história da linguística, ver Allan, 2004. Pinborg (1975, p. 77) assevera que o desenvolvimento da gramática na Grécia Antiga é inexplicável sem Aristóteles. Lembremos que não possuímos nenhuma obra de Crísipo, ao contrário da permanência da lógica aristotélica.

¹¹⁸ Para abordagens mais completas ver, entre outras: Frede, 1987; Atherton, 1993; Luhtala, 2000; Bobzien, 2003; Barnes e Schenkeveld, 2005.

formação da estrutura das sentenças). Além de também saber definir cada parte da sentença e cada um de seus tipos. Os estoicos concebem a linguagem como uma hierarquia de níveis, cujas combinações são governadas por regras que devem ser adequadamente compreendidas.

Três componentes foram distinguidos pelos estoicos na análise do significado ou conteúdo (*M* 8. 11-12): o signo ou expressão sonora (*semainon* ou *phone*); o que é significado (*semainomenon* ou *lekton*); e, em termos modernos, o ‘referente’ (‘extra-linguístico’) (*tunkhanon*)¹¹⁹. Destes, expressão sonora e ‘referente’ são corpóreos. De acordo com Diógenes Laércio (DL 7. 41-42) alguns estoicos dividiram a parte lógica da filosofia – a que se ocupa do *logos* (‘discurso racional’) em: retórica – a ciência do bem falar no que diz respeito a discursos contínuos; e dialética – a ciência de argumentar corretamente de acordo com perguntas e respostas. Alguns estoicos teriam acrescentado a estas também a *definição* – que se ocupa da verdade. A dialética¹²⁰, por sua vez, foi dividida (43) em duas seções (*topoi*): uma relativa às coisas significadas (*semainomena*); outra, à ‘expressão sonora’ (*phone*).

A seção sobre coisas significadas (*semainomena*) se divide no estudo das representações e dos dizíveis (*lekta*), que subsistem dependentes delas (*grosso modo*, o conteúdo dos pensamentos e os significados comunicáveis pela linguagem) – incluindo proposições, predicados de vários tipos, silogismos e sofismas¹²¹. O conceito de *lekton* parece ser mais específico que aquele geral de *semainomenon*. O *lekton* é um incorpóreo. As representações seriam a fonte potencial do conteúdo semântico de uma proposição. O estoicos evitaram a formulação de que os *lekta* seriam ‘causados’ pelos processos do pensamento, dos quais eles são, de alguma forma, como dito antes, dependentes. Pois os elementos do processo cognitivo, em seu sistema, são corpóreos e consistem em várias afecções físicas da mente (corpórea), por isso poderiam enfrentar o problema da natureza da ‘transferência’ (*metabasis*) entre a matéria e o *lekton* incorpóreo.¹²²

¹¹⁹ Em inglês, costuma-se preferir a expressão *bearer*, ‘portador’. Harven, p. 57.

¹²⁰ “Dialética foi definida como a prática do discurso em perguntas e respostas, em referência a suas origens socráticas, mas também, idealmente, como uma área do conhecimento científico que permite a distinção segura entre verdades e falsidades, por guiar a aplicação do critério de verdade, manejar os constituintes do *logos*, através de análise conceitual, e através da condução do argumento.” Atherton e Blank, 2013, p. 35.

¹²¹ Para uma abordagem do estudo estoico sobre sofismas, falácias e paradoxos, ver o artigo de Bobzien, 2005.

¹²² Sobre a *metabasis*, ver Sluiter, 2000, p. 381ss. Sobre *lekton* em relação à ontologia estoica, ver as valiosas contribuições de Harven, p. 54ss, que também discorre sobre a *metabasis*, além de sua sugestiva leitura da teoria estoica do *lekton* como uma doutrina do significado como uso: “Considero que os estoicos tenham uma certa doutrina do tipo ‘significado é uso’, tal que o que pode ser dito é uma função do que é dito. O propósito primário da linguagem é expressar nossos pensamentos, que

A seção sobre a expressão sonora (*phone*) (DL 7.44) trata de: a expressão sonora dividida em elementos (letras – *stoikheia*); partes da sentença (*mere logou*), solecismo, barbarismo, poemas, ambiguidades, expressão melódica e, de acordo com alguns, também das definições, divisões e palavras (*lekseis*)¹²³.

Relacionando esta passagem com aquela em DL 7. 55-62, poderíamos supor, então, que a seção sobre a expressão sonora (*phone*) seria composta de três partes: 1) definições – da expressão sonora (*phone*), da ‘palavra’ (*leksis*), da sentença (*logos*)¹²⁴, e dos elementos ou letras; diferenças – entre ‘palavra’ (*leksis*) e sentença (*logos*) e partes da sentença (*mere logou*)¹²⁵; 2) virtudes¹²⁶ e vícios da linguagem (*logos*); expressão (*logos*), poema, poesia, ambiguidade; 3) definição (*horos*), gênero (*genos*), conceito (*ennoema*), espécies (*eidos*), divisão (*diairesis*), distribuição (análise ou partição) (*merismos*).

A informação que temos para organizar estas seções dentro da lógica estoica provém, em grande parte, da sequência das obras de Crísipo (c. 281-208 a.C.) (DL 7. 190-192) e do relato de Diógenes Laércio acerca da *Tekhne peri phones* de Diógenes da Babilônia (fim do século III a.C. princípio do II a.c.), discípulo de Crísipo. No entanto, não está claro qual

são dizíveis, o que eu interpreto como sendo o sentido fundamental do modo passivo; mas, por termos um sistema recursivo para fazê-lo, i.e., a linguagem, muitas coisas são dizíveis independente de serem ditas, o que é um sentido secundário do modo passivo.” (p. 52)

¹²³ ‘Palavra’ poderia estar em dois níveis: como entidade formal (como parece ser o caso na sequência) e como elemento significativo do *logos*, como parece ser o caso aqui. Ver abaixo.

¹²⁴ Todo *logos* é *phone* e *leksis*, mas não o inverso.

¹²⁵ As partes do *logos* são: nome (*onoma*), nome próprio (*prosegoria*), verbo (*rhema*), artigo (*arthron*), conjunção (*sundesmos*), às quais estoicos tardios acrescentaram a categoria do advérbio (*mesotes*). A distinção entre nome e nome próprio reflete, no nível da *phone*, a distinção ontológica do sistema estoico entre qualidade individual e comum. O ‘caso’ não se aplica ao nome no nível da *phone*, mas a sua contrapartida no nível do *lekton*. Zenão falou em ‘elementos’ do *logos* e não ‘partes’: ‘o filósofo deve se preocupar em conhecer os ‘elementos’ do *logos*, o que cada um deles é, como eles se combinam entre si, e suas consequências (*akoloutha*)’ LS 31 J. A tradução por ‘partes da sentença’ talvez não seja a mais apropriada, tampouco ‘partes da oração’. Preferimos aquela por ter-nos parecido um pouco menos ‘técnica’ e, assim, manter uma certa imprecisão terminológica que nos parece característica do uso da expressão em ambientes filosóficos, principalmente. É justamente o fato de filósofos (peripatéticos e estoicos), retóricos e gramáticos terem usado a mesma expressão *mere logou* – cuja tradição chega a nossos dias – para o resultado da aplicação de distintas metodologias que faz da história das ‘partes da oração’ a peça chave para o entendimento do desenvolvimento da gramática na antiguidade. Qualquer abordagem que tenha o intuito de preservar o significado estoico da expressão, e não sua apropriação histórica, deve aprofundar-se em detalhes do sistema filosófico estoico, diferente desse nosso resumo.

¹²⁶ A primeira das virtudes é o grego ‘puro’ ou ‘correto’ (helenismo: *hellenismos*), e os dois vícios, barbarismo e solecismo, são violações do helenismo. As outras virtudes são: clareza (*sapheneia*), concisão (*suntomia*), propriedade (*prepon*) e ornamento (*kataskeue*). Os epicuristas afirmariam que as únicas virtudes do discurso com que temos que nos preocupar são clareza e propriedade, que não demandam uma *tekhne*.

estoico teria organizado daquela forma a bibliografia de Crísipo, e a organização do tratado de Diógenes da Babilônia pode ter sido invenção de seu compilador. De qualquer forma, a organização de cada uma das duas áreas (*semainomena* e *phone*), em Diógenes Laércio, segue o princípio básico de partir do menos para o mais complexo, e do geral para o específico.

A seção relativa à expressão sonora (7. 55-62) está organizada, em Diógenes Laércio, na sequência: expressão sonora, expressão sonora emitida por impulso pelos animais, expressão sonora articulada ('palavra') (*leksis*), expressão sonora articulada com significado (*logos*) – que somente possuem as criaturas racionais – e, então, 'língua' (*dialektos*). A *leksis* ('palavra') diz-se ser composta de elementos (*stoukheia*): as 24 letras (*grammata*), que são divididas em vogais, mudas, semivogais, etc. A diferença entre *logos*, que é sempre significativo, e *leksis*, que ainda não é, dá-se em paralelo à diferença entre 'dizer' (*legein*) *pragmata* ou *lekta* e 'proferir' (*propheresthai*) sons. A seguir, vem a lista e as definições das partes do *logos*, na sequência, as virtudes do *logos* e as definições de *poiema* e *poiesis*. *Poiema* e *poiesis* são os paralelos rítmicos de *leksis* e *logos*: *poiema* é uma *leksis* organizada em métrica ou ritmo; *poiesis* é um *poiema* significativo, contendo representação de matérias divinas e humanas. A definição de 'definição' também está incluída, presumivelmente por que é um tipo especial, e especialmente importante, de *logos*, necessário para a análise conceitual.¹²⁷ O mesmo para a presença das definições de conceitos relacionados, ou seja, gênero, conceito, espécies, divisão, análise. Por fim, está a ambiguidade, cuja importância os estoicos parecem não ter cansado de enfatizar, pois, por conta dela, pode-se gerar assentimento a uma proposição falsa.¹²⁸

A linguagem falada somente começa a ser significante, para os estoicos, no nível das partes da sentença: *leksis* é articulada, mas não ainda significativa. Ainda, a capacidade de cada palavra de realizar sua função como uma parte da sentença depende de sua forma – uma *leksis* é corpórea e perecível, e não pode mudar de forma sem perder sua identidade. Para estar correto acerca desses assuntos, o estoico precisava estudar a maneira como a expressão sonora se divide em sons, chamados elementos ou letras; como estes sons eram combinados em sílabas e palavras, e como estas palavras podiam ser formadas com elementos variáveis para permitir relações específicas com outras palavras na sentença, expressando estruturas particulares de conteúdo inteligível. O sábio deveria saber também tudo que fosse possível

¹²⁷ Sexto trata do papel das definições para a teoria estoica em *PH 2*. 205ss.

¹²⁸ Referência no estudo da ambiguidade na lógica estoica é o livro de Atherton, 1993.

sobre a relação entre o *conteúdo* e sua *expressão linguística*, incluindo os problemas que podiam ocorrer: solecismo – a falha na consistência entre estrutura da expressão e conteúdo; barbarismo – uso de uma forma incorreta ou não aceita de uma palavra; e ambiguidade – quando a expressão falha em corresponder a um e apenas um conteúdo; e também sobre modos alternativos de expressão, tais como a poesia.

Sobre a área que trata das ‘coisas (*pragmaton*) e dos significados (*semainomenon*)’, o relato de Diógenes procede (7. 63-83) de maneira análoga: começando com a definição de *lekton* e sua divisão em *lekta* completos e incompletos. De novo avançamos do simples para o complexo, mas aqui a importância da lógica como um estudo sistemático acerca da inferência se percebe mais claramente. *Lekta* incompletos¹²⁹ são os predicados (*kategoremata*), dos quais há vários tipos; outros *lekta* são completos, ou seja, *axiomata* ou proposições, que possuem valor de verdade; mas alguns *lekta* são não-proposicionais, tais como perguntas, questões, comandos e pedidos; e alguns são a combinação de proposições simples em proposições completas e em argumentos, especialmente os silogismos. Na sequência, explica-se a divisão dos *axiomata* em simples e não simples, por meio de sua estrutura interna e da conexão lógica respectivamente, lista-se seus tipos. Tipos de proposições (*axiomata*) não simples são analisados em relação a condições de verdade. Essa seção culmina, de maneira significativa, na classificação dos tipos de *logos*, ou seja, dos argumentos (76ss).

Na dialética estoica encontramos, portanto, quase todos os elementos cruciais abordados nos tratados de gramática posteriores, bem como grande parte da terminologia gramatical. Esses elementos, contudo, estão aí organizados, descritos e nomeados de acordo com a área a que estão subordinados: *phone* ou *lekta*. Foram analisados, portanto, de acordo com a organização de cada uma das sub-partes da parte lógica da filosofia estoica, e servem a propósitos inerentes a esta organização.¹³⁰ Devem ser interpretados, assim, de acordo com

¹²⁹ “Se o predicado é formado pelo que chamaríamos de verbo de ‘um-lugar’, tudo que ele requer é um caso nominativo para formar uma proposição completa. O ‘caso nominativo’ ele mesmo não é nunca chamado de *lekton* incompleto, presumivelmente precisamente porque, diferente dos predicados, ele designa algo.” Sluiter, 2000, p. 378.

¹³⁰ Sobre a necessidade de ler os elementos da dialética estoica de acordo com seu próprio sistema: “Nosso conhecimento da doutrina estoica dos *genera verbi* é amplamente derivada de Diógenes Laércio (DL 7. 64). Diógenes discute vários tipos de predicados, isto é, *lekta* incompletos do tipo que correspondem a verbos, mas que são explicitamente distinguidos de verbos como seus *lekta* correspondentes (58). Percebe-se que a distinção entre *lekta* e expressões correspondentes deve ser levada a sério, e que deve-se estar ciente que muitas das distinções gramaticais são introduzidas em relação à *lekta*, e não às expressões, já que, como exemplo do que corresponderia a um verbo ativo, ele apresenta *dialegethai* (58).” Frede, 1987, p. 304. Deve-se ter o mesmo cuidado ao abordar o sistema do tempo verbal. As distinções estoicas entre ‘perfeito’ e ‘imperfeito’, por exemplo, são feitas em termos lógicos, não gramaticais, e concernem ao valor de verdade da proposição. (Cf. *ibidem*, p. 306)

esse sistema, sob risco de serem equivocadamente aproximados a conceitos gramaticais homônimos. Sobre a necessidade de ler os elementos da dialética estoica de acordo com seu próprio sistema, sob pena de serem mal compreendidos, encontramos um exemplo na advertência de Frede (1987, p. 304):

Nosso conhecimento da doutrina estoica dos *genera verbi* é amplamente derivada de Diógenes Laércio (DL 7. 64). Diógenes discute vários tipos de predicados, isto é, *lekta* incompletos daqueles que correspondem a verbos, mas que são explicitamente distinguidos de verbos, que são seus *lekta* correspondentes (58). Percebe-se que a distinção entre *lekta* e expressões [*phonai*] correspondentes deve ser levada à sério, e que deve-se estar ciente que muitas das distinções gramaticais são introduzidas em relação à *lekta*, e não às expressões, já que, como exemplo do que corresponderia a um verbo ativo, ele apresenta *dialegesthai* (58).

Deve-se ter o mesmo cuidado ao abordar o sistema do tempo verbal. As distinções estoicas entre ‘perfeito’ e ‘imperfeito’, por exemplo, são feitas em termos lógicos, não gramaticais, e concernem ao valor de verdade da proposição.¹³¹

A análise da poesia aparece também conectada à parte ética da filosofia estoica. Além da obra de conteúdo desconhecido sobre *leksis*, Zenão teria escrito (DL 7, 4) um tratado sobre a apreciação da poesia. Também lhe são atribuídos cinco livros acerca de ‘problemas homéricos’ (DL 7. 4), onde, provavelmente, tratou do estudo de passagens homéricas cuja interpretação causava problemas, especialmente para aqueles empenhados em demonstrar que Homero continha bons preceitos morais.¹³² A quinta seção da parte da bibliografia de Crísipo relativa ao “discurso ético e à articulação de conceitos éticos” menciona que Crísipo compôs: um tratado sobre provérbios, um sobre poemas, um que trata de como os jovens devem ouvir os poetas, e um contra os críticos. Do tratado de Plutarco, *De audiendis poetis*, cuja fonte principal foi Crísipo, podemos ter uma ideia de qual seria o conteúdo geral dos tratados de Zenão e Crísipo: ensinar uma pessoa jovem a entender os bons preceitos morais contidos na poesia, para que evitassem a armadilha de pensar que valorosos poetas poderiam estar exaltando os maus ensinamentos que frequentemente aparecem em seus poemas.

A esta concepção ‘edificante’ da linguagem parece ser possível aproximar o interesse de alguns estoicos por ‘etimologia’¹³³ e ‘alegoria’. Tal interesse parece ter sido motivado pela

¹³¹ Ver Frede, 1987, p. 306.

¹³² Para mais informações, ver Long, 1996, capítulo 3.

¹³³ Crísipo chegou a ser creditado pela criação do termo ‘etimologia’ (ver DL 7.200). Plutarco, no livro mencionado no parágrafo anterior (*De aud.* 31e), diz que a etimologia estoica era uma tolice. Mesmo

estoica concepção ‘racionalizante’ do mundo e sua ideia de sabedoria ‘ancestral’, aparentemente, recuperável pelo processo ‘etimológico’. A linguagem, por meio da descoberta da ‘mensagem’ original, seria fonte de sabedoria, pois o discurso, sendo racional, deveria refletir as leis do universo. Do mesmo modo, a interpretação dos poetas antigos através da alegoria deveria desvelar algo sobre a real natureza do mundo, pois sua sabedoria os qualificava a transmitir tal conhecimento.¹³⁴

À dialética estoica será também atribuído um papel organizador para as artes. Cícero (*De or.* 1, 187-188) dirá que ‘sem a disciplina dos filósofos’ os elementos das artes, geometria, música, astronomia, gramática e retórica, estavam dispersos e desconectados, mas com a ajuda da dialética eles foram organizados em um conjunto sistemático de conhecimento.¹³⁵

No primeiro século da era comum, Filon de Alexandria (ou Filon Judeu), por sua vez, usando o vocabulário comum à lógica estoica e à gramática, irá ‘acusar’ os gramáticos de terem roubado da filosofia as descobertas de que se vangloriam. Sua crítica é uma tentativa, similar à crítica epicurista, de restringir as pretensões ‘filosóficas’ da arte gramatical:

Escrever e ler é tarefa dessa mais imperfeita forma de gramática, que alguns, mudando o nome, chamam ‘gramatística’. Mas à mais perfeita forma de gramática pertence a explicação das grandes obras de poetas e historiadores. Quando eles [os gramáticos] explicam as partes da sentença, por acaso não roubam as descobertas da filosofia e fazem-nas trabalhar para eles? Pois é tarefa da filosofia investigar o que é uma conjunção, ou um nome, ou um verbo, ou o nome comum e o nome próprio, ou o que está deficiente ou a mais no discurso, o que é declarativo, o que é uma pergunta, uma questão, o que é uma expressão compreensiva, ou um pedido ou um impropério. Pois é a filosofia que abrange a investigação de itens completos independentes e de proposições e predicados. E também como saber o que é um elemento semi-vocálico, ou um vocálico, ou um completamente não-vocálico, e como cada um destes é costumeiramente chamado, e toda a divisão que diz respeito às expressões sonoras e elementos e partes do discurso, não foi isto realizado e completado pela filosofia? Mas, tendo se apoderado de algumas gotas de

Sêneca questionou seu valor (*De beneficiis* 1.3.6–10 = *SVF* 2.1082). Sobre a relação dos estoicos com a etimologia, ver Allen, 2005 e Long, 2005.

¹³⁴ “Long (2005) contesta a teoria de que os estoicos usaram a alegoria como um método, e sugere que o procedimento em questão era o etimológico: ‘A tarefa do etimologista estoico é tentar recuperar as verdadeiras crenças codificadas nos nomes e epítetos dos deuses – crenças que foram encobertas pela superstição posterior.’ (p. 38). No mesmo espírito de Long, Porter (1992, 86 e 86 n. 52) também sustentou que não há prova de que os estoicos tivessem qualquer interesse na crítica literária em si mesma, e que o interesse deles pela alegoria não se dava na forma de uma interpretação literária; as contribuições estoicas para o desenvolvimento da crítica literária seriam, então, acidentais.” Seppänen, 2013, p. 31.

¹³⁵ Ver Hadot, 2005, p. 55-57.

uma torrente, por assim dizer, e após tentar impregnar suas almas ainda menores com o que roubaram, não se envergonham de proclamar o que tomaram dela como se fosse seu. (*Congress. Erud. Grat.* 146-150).

A crítica de Sêneca (*Ep.* 88), ao contrário, dirigir-se-á aos filósofos, acusando-os de terem se rebaixado a discutir assuntos insignificantes, desprovidos de valor na filosofia, admoestando-os a se resguardar de competir com gramáticos.

1.6.3 Gramática Helenística

A influência exercida pelos estudos estoicos da linguagem no desenvolvimento da gramática helenística e da disciplina gramatical, que irá emergir como uma área independente tanto da própria filologia, quanto da dialética, da retórica e da filosofia, no começo da era comum, está longe de ser algo descrito em comum acordo.¹³⁶ Essa situação se deve, em grande parte, à questão das dificuldades de interpretação das fontes fragmentárias, indiretas e tardias, mencionada antes, e, conectada a esta, à discussão a respeito da datação do tratado atribuído a Dionísio Trácio.¹³⁷

A figura chave dessa relação parece ter sido o estoico Diógenes da Babilônia (tradicionalmente, *c.* 240-152 a.C.), discípulo do próprio Crísipo, e seu tratado *Peri tes phones*, fonte da descrição de Diógenes Laércio exposta na seção anterior. Um dos mais importantes nomes da gramática helenística, o fundador da escola ‘crítica’ de Pérgamo, Crates de Malos (primeira metade do séc. II a.C.), teria sido discípulo de Diógenes.¹³⁸ Também na Biblioteca de Alexandria aponta-se um discípulo de Diógenes, Apolodoro de Atenas, que

¹³⁶ Outro desdobramento dessa questão diz respeito à influência estoica nas ‘artes gramaticais’ romanas. Antigamente, havia-se postulado uma oposição radical (em geral, contestada hoje em dia) entre a escola de Pérgamo, conectada à filosofia estoica, e a escola de Alexandria, de influência aristotélica e filológica, de forma que a gramática romana teria tido origem direta na tradição estoico-pergamena, através de Crates, e teria depois influenciado a gramática técnica grega. Ver Pagani, 2011, p. 43ss (para a exposição das opiniões de Ax, a favor de um modelo como este) e a contra-argumentação de Schenkeveld, 1990b, p. 298-306. “Diferente de suas opiniões sobre a retórica, as ideias linguísticas dos estoicos foram extremamente influentes. Gramáticos gregos assim como latinos seguiram seus passos, mas cada grupo seguiu seu próprio caminho no que diz respeito às virtudes e vícios do estilo e ao restante da estoica *tekhne peri phones*.” Schenkeveld, 1990a, p. 107. Os estudos mais recentes parecem preferir lidar com modelos menos unilaterais e mais complexos para abordar as influências e inter-relações, ver a introdução dos autores à coletânea de artigos em Swiggers e Wouters, 2002.

¹³⁷ Há que se apontar também, claro, o papel da própria dinâmica de evolução dos estudos em historiografia linguística.

¹³⁸ A identificação de Crates como estoico é questionada por Porter, 1992.

estudou com Aristarco de Samotrácia (c. 216 – 144) e teria influenciado Dionísio Trácio, também discípulo daquele.¹³⁹

Crates e Aristarco, líderes, respectivamente, da escola de Pérgamo e da escola de Alexandria, junto com o predecessor de Aristarco, Aristófanes de Bizâncio (c. 260 – 185), são apontados por Sexto (M 1. 44) como aqueles que aperfeiçoaram a gramática. Os comentadores do tratado atribuído a Dionísio Trácio (Sch. *DThr.*)¹⁴⁰ reportam, no entanto, uma história diferente. Eles apontam o alegorista Teágenes de Régio (VI a.C.)¹⁴¹ como o criador da disciplina gramatical, que foi então aperfeiçoada pelos peripatéticos Praxífanos¹⁴² e Aristóteles (Sch. *DThr.* [Vat.] 164.24).

A obra de Aristóteles e Teofrasto, de que falamos acima, teve grande importância tanto para a poética e para a retórica, quanto para o desenvolvimento de uma teoria geral acerca da expressão linguística, ou do estilo. Tal influência seria uma das responsáveis pela divisão estoica entre retórica e dialética e a concepção dos elementos que são tratados no nível da *phone*. Mas, certamente, Crates, Aristarco e Aristófanes seriam mais adequados para representar especificidades da gramática helenística.

1.6.3.1 Escola de Pérgamo: Crates e Taurisco

Crates, tal como nos relata Sexto (M 1. 79), teria tentado restringir o escopo da gramática:

Crates dizia que o crítico é superior ao gramático. O crítico, diz ele, precisa ser experiente na totalidade do saber linguístico (*logikes epistemes*), enquanto o gramático precisa simplesmente explicar palavras raras, restaurar a prosódia e dominar coisas deste gênero; por isso, o crítico é como um arquiteto, e o gramático, um ajudante.

¹³⁹ Acerca da influência de Apolodoro, treinado na lógica estoica, sobre os alexandrinos, ver Frede, 1987, 358-359; Janko, 1995, p. 215 e Jonge, 2008, p. 100-101.

¹⁴⁰ Estes comentários (*Scholia*), referidos como Sch. *DThr.*, são tardios, datando, provavelmente, do século IX ao XIV; no entanto, desempenham um papel fundamental neste relato, por terem preservado diversos testemunhos relativos a uma época em que o desenvolvimento da arte gramatical nos seria, de outra forma, praticamente desconhecido.

¹⁴¹ Sobre Teágenes e suas alegorias, ver Domaradzki, 2011

¹⁴² Sobre Praxífanos, ver Martano, Matelli e Mirhady, 2012.

Supõe-se geralmente que Crates¹⁴³, nesta passagem, esteja rivalizando com a escola de Alexandria, cujos membros se autodenominaram ‘gramáticos’.¹⁴⁴ Porém, o que de fato diferenciava a prática do crítico e a do gramático é difícil definir. Parece que a escola de Alexandria, a princípio, entendia a tarefa *crítica* do gramático somente em relação à avaliação das condições de transmissão textual de uma obra e sua autenticidade. Enquanto Crates teria incentivado a exegese dos textos por meio da alegoria. Ou seja, em termos modernos, teríamos uma oposição entre *crítica textual* e *crítica literária*. De forma que, enquanto os alexandrinos dedicavam-se a desenvolver um ‘aparato’ crítico para a edição das obras homéricas, a escola de Pérgamo estaria mais preocupada com os métodos interpretativos. No entanto, esta é uma distinção unilateral, não há evidências de os alexandrinos terem se conformado a ela¹⁴⁵ e, além disso, esta diferenciação não se sustém se comparamos a produção das duas escolas.

É verdade que Crates e Aristarco discordaram com frequência em suas interpretações de Homero, e que Aristarco e alguns de seus pupilos teriam escrito livros contra as interpretações de Crates, mas, fora algumas extravagâncias filosóficas da parte de Crates (por exemplo, interpretar passagens homéricas de acordo com ‘teoremas lógicos’ e encontrar nelas elementos de física estoica¹⁴⁶), dificilmente seus métodos filológicos se distinguem daqueles de Aristarco. Em particular, ambos parecem ter feito uso constante da etimologia como um critério para estabelecer o significado e a ortografia de palavras homéricas.¹⁴⁷

Crates teria escrito sobre vários tópicos de gramática e crítica literária, mas não possuímos nenhuma indicação de que tenha escrito uma obra geral sobre *kritike*. Um de seus

¹⁴³ Para os fragmentos atribuídos a Crates, ver Broggiato, 2000.

¹⁴⁴ Ver Sch. *DThr* 7, 23-29: ‘deve-se saber que antigamente a gramática foi chamada de ‘crítica’ a partir da ‘crítica da poesia’; um gramático chamado Antidoro a denominou ‘gramática’, como o conhecimento da literatura.’ Antidoro de Cime, séc. III a.C., foi considerado o primeiro *grammatikos*.

¹⁴⁵ Lembremos que Dionísio Trácio irá qualificar o julgamento (*krisis*) dos poemas como a ‘mais bela parte’ da gramática.

¹⁴⁶ Ver Gutzwiller, 2010, p. 356 ss, e o capítulo todo, p. 337ss, para um panorama da crítica literária no período.

¹⁴⁷ Blank, 2005, p. 222. “Por exemplo: os dois gramáticos deram explicações distintas para o epíteto de Apolo ἦτε (Sch. A 15.365a), Aristarco argumentou que a palavra provinha de ἦμι (‘lançar’) e, por isso, era aspirada, enquanto Crates (F 23 Broggiato) quis derivá-la de ἰάομαι (‘curar’), portanto, sem aspiração. Nesse caso, nossa fonte, Herodiano, que levou as regras da analogia a seu nível mais alto, argumentou que Crates estava correto acerca da aspiração, mas que ele deveria tê-lo provado com referência à regra de que o *eta* não é nunca aspirado antes de uma vogal. Crates, no entanto, estava interessado em resolver um problema de interpretação: se Apolo era capaz, na *Iliada*, de curar.” Blank, 2005, p. 222, ver a sequência para outros exemplos como esse.

alunos, no entanto, pode ter escrito, e é através de Sexto que temos alguma informação acerca de como poderia estar organizado tal tratado. Sexto afirma (M 1. 248):

Taurisco, o discípulo de Crates, subordinando a gramática à crítica, tal como fizeram os outros críticos, disse que a crítica se compõe de uma parte racional (*logikos*), uma parte prática (*tribikos*) e uma parte ‘histórica’.

Relacionando as duas passagens citadas, em que Sexto menciona Crates, poderíamos sugerir que o crítico fizesse uso das ‘partes’ de sua arte como preliminares para a atividade da crítica ela mesma, que envolveria então *todo* o saber (*episteme*) linguístico. O fato de Crates usar *episteme* para qualificar o tipo de conhecimento de sua área aproxima-o da discussão a respeito do estatuto epistemológico de sua arte: primeiro ele ‘rebaixa’ o papel da gramática, baseada em conhecimento empírico, depois ele alça a crítica à *episteme*. De forma que ele não precisa encontrar um lugar na arte para a parte ‘crítica’, pois já é o nível mais alto. A arte gramatical (a crítica textual) é subordinada à crítica (a crítica literária) – que incorpora toda a *episteme* linguística. Qual das partes da crítica ele poderia ter identificado com ‘gramática’ é algo que tentaremos abordar adiante. Vale lembrar que Sexto faz equivaler ‘crítica’ a ‘gramática’ e trata a divisão de Taurisco, discípulo de Crates, como um exemplo de que a parte ‘histórica’ era considerada parte da gramática.

A discussão sobre a divisão de uma arte em suas partes, objetivos, instrumentos, etc. é conhecida de outros campos, filosofia e medicina por exemplo. De fato os prólogos das ‘artes’ (tratados técnicos) geralmente seguiam uma ordem de tópicos padrão: definição¹⁴⁸ e objeto da arte, defesa da utilidade da arte, e, logo, assuntos tratados em cada uma das partes (*mere*) da arte, funções (*erga*) da arte e ‘instrumentos’ (*organa*).¹⁴⁹ As distinções entre estas três últimas, no entanto, não foram nunca muito claras. Nas disciplinas técnicas, ‘parte’ pode se referir a uma área, a uma tarefa, a uma habilidade, ou ao resultado de um procedimento.

Os termos com que Taurisco denomina suas ‘partes’ são termos tradicionais nas discussões epistemológicas no campo da medicina, podemos supor que ele pretendia indicar

¹⁴⁸ Cf. Platão, *Fedro*, 237c: ‘a menos que uma determinada discussão comece com a definição do tópico, estará totalmente baseada em suposições, com o resultado que os participantes não irão concordar nem consigo próprios nem uns com os outros.’

¹⁴⁹ Os manuais iniciavam frequentemente com um prefácio no qual o autor enfatizava a extraordinária utilidade da ‘arte’ em questão justificando o ter-se dedicado à presente sistematização do assunto; exemplo disso é o tratado *De inventione* escrito por Cícero em sua juventude (cf. Yonge, 1888). A seguir, viria um tratamento de todos ou de alguns dos tópicos especiais, mais tarde codificados em uma lista: causa, origem, definição, matéria, partes, funções, instrumentos, finalidade; tal como a que aparece no Sch. *DThr.* (Vat.) 113. 11. Assim é que Cícero (*De inventione* I. 5) afirma: “Mas, antes de começarmos a tratar dos preceitos da retórica, penso que devemos dizer algo sobre a natureza desta arte, sua função, finalidade, material e partes.” (cf. Yonge, 1888).

assim o ‘método’ pelo qual cada parte tratava seu objeto.¹⁵⁰ De forma que a parte ‘racional’ deveria, nesta interpretação, ter de contribuir com leis gerais explanativas. Pode, no entanto, parecer estranho que à parte racional esteja subordinado o estudo de *leksis* e figuras gramaticais. Talvez considerasse tarefa da parte racional a elaboração dos padrões da expressão linguística, enquanto a parte prática designava a repetida experiência com estilos e dialetos diferentes por observação e treino.

1.6.3.2 Escola de Alexandria

1.6.3.2.1 Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia¹⁵¹

A principal questão acadêmica acerca da contribuição de Aristófanes e Aristarco para o desenvolvimento da gramática técnica diz respeito a quanto de autonomia eles conferiram aos estudos formais da linguagem em relação a seu empreendimento filológico. Esses estudos tomam duas direções principais no período helenístico: a doutrina dos elementos constituintes da linguagem, com destaque para as ‘partes da oração’; e a questão da correção linguística (*hellenismos*) no que diz respeito a palavras individuais (ortografia, prosódia, flexão e significado) e à construção (por meio dos critérios da analogia, etimologia, dialetos, uso e tradição literária).

Aristófanes teria composto coleções de *lekseis*, as quais teria organizado usando o princípio da analogia como uma regra gramatical. Aristarco teria desenvolvido ‘sistemas’ para a abordagem de particularidades e peculiaridades da linguagem homérica que podem ser derivados dos testemunhos que possuímos de sua exegese da obra de Homero. Seus métodos parecem ter envolvido conhecimento gramatical fundado em princípios linguísticos, tal como paradigmas de declinação e conjugação, bem como entendimento de funções sintáticas, ‘morfologia’ e uso de partículas. Porém, grande parte da reconstrução do suposto sistema gramatical de Aristarco e seus contemporâneos depende da admissão ou não da autenticidade do tratado *DThr.*, pois Dionísio Trácio foi pupilo de Aristarco. Voltaremos a esta questão na sequência.

¹⁵⁰ *Tribe* (‘prática’) é o exercício prático da experiência (Galeno, *Subf. Emp.*, 48.25). ‘Experiência prática’ (*tribike*) é o que resulta do uso da ‘transição ao similar’ ou analogia; é chamada assim porque demanda muita prática e não pode ser usada simplesmente por qualquer um (Galeno, I. 69. 1; cf. *Subf. Emp.* 45.20; 49.17).

¹⁵¹ Esta seção segue a exposição de Pagani, 2011.

Matthaios (*apud* Pagani, 2011, p. 57ss) examinou exaustivamente todas as evidências tradicionalmente ligadas a Aristarco no que concerne à doutrina das partes da oração. Com base em suas conclusões¹⁵², poderíamos afirmar que, de acordo com a tradição dos testemunhos, Aristarco teria conhecimento de um sistema com oito partes da oração¹⁵³. Seria possível, também, creditar a Aristarco um aparato conceitual de descrição linguística que envolveria um certo grau de abstração, diferenciação e sistematização da doutrina gramatical.

O conhecimento de Aristarco no campo gramatical pode ser extraído de sua aplicação de ideias linguísticas à crítica textual e literária, contudo não é possível restaurar com segurança suas premissas teóricas, nem afirmar que Aristarco tenha realmente passado da observação empírica para a descrição teórica do fenômeno gramatical.¹⁵⁴

O levantamento de Matthaios permite identificar a influência do pensamento estoico, mas também a tradição aristotélico-peripatética. Como sintetiza Pagani (2011, p. 60-61):

A evidência que ele [Matthaios] acumulou nos permite ver que a tradição aristotélico-peripatética teve um efeito notável na descrição alexandrina da linguagem; também nos permite supor, *em contraste com a teoria tradicional* de evolução linear (Platão-Aristóteles > Estoicos > Alexandrinos), *desenvolvimentos paralelos* entre a filologia alexandrina e a filosofia, especialmente estoica, que, em alguns casos, exerceram *influências mútuas* entre si. (grifos nosso)

A influência estoica teria se intensificado na geração seguinte à de Aristarco, em parte devido à *secessio doctorum* (145 a.C.), que obrigou diversos estudiosos a abandonarem Alexandria e estabelecerem-se em Rodes, Pérgamo, Atenas e, mais tarde, em Roma.¹⁵⁵

Embora haja ainda muito desacordo a respeito da interpretação do material relacionado a Aristarco, parece-nos que uma posição moderada pode ser coerentemente defendida. Aristarco e seus contemporâneos não parecem ter aspirado a uma sistematização

¹⁵² Ver Pagani, 2011, p. 58-59.

¹⁵³ A expressão *mere logou* não aparece nos fragmentos atribuídos a Aristarco: “Aristarco parece ter usado o termos *leksis* ao discutir a categoria à qual uma palavra pertencia, e gramáticos posteriores ainda usaram *leksis* ao definir classes individuais de palavras. Mas os gramáticos não disseram que ‘há oito (ou nove) *lekseis*’. Schenkeveld (1994) 279- 280 acredita que as ‘partes’ dos alexandrinos (Aristófanes e Aristarco) foram na verdade *mere lekseos* no sentido aristotélico; porém, é preciso enfatizar que Aristóteles inclui também outras unidades além de palavras entre as *mere lekseos*.” Jonge, 2006, p. 88, n.45. Muitas versões diferentes da teoria das partes da oração parecem ter estado em circulação nos séculos entre Aristarco e Apolônio, e o número canônico de oito partes pode ter sido fixado apenas no séc. II de nossa era. Cf. Seppänen, 2013, p. 39.

¹⁵⁴ Pagani, 2011, p. 57, n 160.

¹⁵⁵ Ptolomeu VIII Evérgeta atacou e expulsou os intelectuais de Alexandria. Dionísio Trácio, bem como Tirânio e Aélío Estilo viveram em Rodes.

linguística abrangente, nem parecem ter produzido tratados específicos sobre tais assuntos. Como expressou Ax (*apud* Pagani, 2011, p. 42 e 63), é quase certo que a gramática alexandrina nasce ‘*im Kopf*’ (na cabeça), como base ou instrumento para a compreensão e interpretação de textos literários. Mas também é possível demonstrar que algumas observações de Aristarco sugerem um certo grau de abstração e pressupõem alguma referência teórica. Crítica textual e exegese são, no entanto, as motivações originais das intervenções ‘gramaticais’ sobre os textos.¹⁵⁶

A principal característica compartilhada por estes estudiosos é, de fato, o seu vastíssimo conhecimento literário. Vitrúvio (7, 4-7) reporta, por exemplo, uma competição de poesia em Alexandria em que Aristófanes de Bizâncio teria apontado como ganhador o único competidor que não seria um plagiário. O que ele poderia saber de imediato, pois conhecia toda a literatura grega coletada na Biblioteca.¹⁵⁷

1.6.3.2.2 Dionísio Trácio

A amplamente discutida autenticidade do tratado *DThr.* é considerada uma das questões-chave para a compreensão das origens e primeiros desenvolvimentos da teoria gramatical no mundo antigo: a *DThr.* é um manual que contém uma descrição sistemática da língua, e, se realmente for obra de um pupilo de Aristarco, atesta uma compreensão de propriedades gramaticais bastante desenvolvida em sua época.

A atribuição do tratado a Dionísio Trácio foi posta seriamente em dúvida pela primeira vez por Di Benedetto (1958 e 1959). A primeira seção deste tratado, aquela da definição e das partes da gramática, citada por Sexto em seu tratamento da gramática (*M* 1. 57 e 250), é considerada genuína. É certamente um produto alexandrino por enfatizar interpretação e crítica textual e conter elementos pressupostos por gramáticos como Asclepiades de Mirleia (séc. I a.C.) e Varrão (116-27 a.C.). As seções 2 a 4 são defendidas como autênticas por alguns estudiosos. Menos numerosos são aqueles que defendem a autenticidade de 6 a 10. E raros são os que defendem a autenticidade de todo o tratado (1-20).¹⁵⁸

¹⁵⁶ Ver Pagani, 2011, p. 63-64.

¹⁵⁷ Cf. Seppänen, 2013, p. 35.

¹⁵⁸ A favor da autenticidade, ver Swiggers e Wouters, 2002, p. 16-17. Outra maneira de olhar a questão é ver a *DThr.* como uma edição final, canonizada e ‘modernizada’ do tratado autêntico de Dionísio Trácio. Alguns estudiosos sugerem que é possível relacionar muito do material presente no tratado que

A seção inicial, com a definição e partes da gramática, é seguida pela assim chamada seção técnica, em dezenove pequenos capítulos. São abordados diferentes aspectos da linguagem: leitura, acentuação, pontuação, rapsódia, elementos (letras e sons), sílaba (longa, breve, comum) e palavra. Os dez últimos capítulos introduzem as oito partes da oração: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Os termos são simplesmente listados e acompanhados de muitos exemplos, o que poderia apontar para sua praticidade e finalidade enquanto manual escolar. Não aborda a sintaxe, tampouco a correção linguística.

A combinação de fatores, principalmente o testemunho de Apolônio Díscolo, que atribui a Dionísio opiniões diferentes daquelas que aparecem em *DThr.*, nos levaria a situar a *DThr.*, na forma que a conhecemos, por volta dos séculos III-V de nossa era. De forma que estaria assim não mais na origem, mas no fim do desenvolvimento da ‘ciência’ grega da linguagem. Campo que só teria tido início sistemático no século I a.C. com figuras como Tirânio e Asclepiades de Mirleia e atingido seus primeiros estágios de sistematização pouco depois com Trifo e Habro.

O nascimento da ciência gramatical no século I a.C. foi hipoteticamente relacionado, por Di Benedetto, a fatores como a necessidade de preservar o grego clássico, contato com a cultura romana, que trouxe consigo confrontação no nível linguístico, e o papel da *secessio doctorum*, que propiciou, entre outros, o contato mútuo entre retórica e gramática e pode ter favorecido o estabelecimento das fronteiras respectivas entre as instruções linguísticas do domínio de uma e outra. Pinborg acrescenta a isso a tendência geral do período de coletar observações feitas pelos predecessores em manuais técnicos sistemáticos.

A questão da autenticidade da *DThr.* continua polêmica, mas o quadro geral serve para nos precaver de considerá-la prova de que um sistema gramatical evoluído existia já entre os primeiros alexandrinos. Por outro lado, é possível, através de outras fontes, como afirmamos acima, considerar a existência de alguma teorização linguística neste período. E, mesmo se a *DThr.*, tal como a possuímos, não foi integralmente escrita por Dionísio, podemos afirmar que ele escreveu *algum* tratado cuja(s) seção(ões) inicial(is) conhecemos. A parte autêntica não sugere uma exposição técnica e completa de morfologia ou partes da oração, mas é possível inferir uma estrutura de alguma forma sistematizada e uma consciência incipiente da autonomia da disciplina. Disciplina que, no genuíno espírito alexandrino, era

possuímos com conhecimentos que de fato datariam da época de Dionísio. Cf. Seppänen, 2013, p. 52 e Chapanski, 2003 (tradução da *DThr.* em português).

uma combinação de estudo linguístico e filológico, direcionada à interpretação de textos literários.

Em geral, deve-se sublinhar a distinção conceitual entre acúmulo de observações linguísticas individuais, abundantes desde Aristóteles e o estoicos, e a incorporação destas observações em um *sistema gramatical* coerente, algo que, em geral, supõe-se não ter ocorrido antes do século I a.C. Os estudiosos alexandrinos dificilmente quiseram estabelecer um sistema linguístico: sua pretensão central era a interpretação dos poetas. Ao fazer isso, no entanto, eles ocasionalmente construíram e talvez mesmo descreveram algumas categorias gramaticais.

Naquilo que Apolônio Díscolo credits a Dionísio Trácio, pode-se detectar a influência linguística da tradição estoica, também visível no que se credits a Tirânio, que teria escrito um tratado intitulado *Peri merismou ton tou logou meron* ('*Sobre a análise das partes da sentença*'). O processo de evolução teria levado a uma primeira codificação por Trifo (segunda metade do século I a.C.) (muito citado por Apolônio Díscolo), que parece ter rejeitado algumas classificações com viés estoico, e estabelecido as bases teóricas do sistema alexandrino. Depois de Trifo, no entanto, esta evolução teria se prolongado por séculos de vacilação e flutuação até atingir o sistema canônico com Apolônio Díscolo:

Algo que fica evidente, na história desse desenvolvimento, que perdura por cerca de 400 anos, é que o papel desempenhado por Aristarco, seus predecessores imediatos e seus contemporâneos foi decisivo para a codificação e estabelecimento de conceitos e terminologia concernente ao sistema da linguagem. Este sistema foi então estudado em um nível teórico e gradualmente aperfeiçoado no curso de uma longa tradição de erudição e pesquisa. (PAGANI, 2011, p. 62)

Dionísio define gramática como *empeiria*, e não *tekhne*, mas veremos que o próprio Sexto (*M* 1.57-63) neutraliza a suposição de que ele estivesse, assim, posicionando-se em relação a um debate entre *empeiria* e *tekhne*, e teria considerado os termos equivalentes. De qualquer forma, que ele use o termo *empeiria* poderia talvez refletir alguma influência da discussão na medicina, e talvez enfatizasse o procedimento metodológico da gramática com base no conhecimento empírico. Mesmo que Dionísio considerasse, tal como parecem ter considerado os próprios médicos empíricos, que sua prática era, incontestavelmente, uma *tekhne*. Seppänen (2013, p. 62) afirma que essa polêmica é um indício de que a influência da filosofia, particularmente estoica e peripatética, começa a se fortalecer a partir da geração de Dionísio e, então, a oposição entre os conceitos de *empeiria* e *tekhne* se estabelece, fazendo

com que as gerações seguintes os considerem conceitos diferentes e contraditórios. De forma que o fato de Dionísio ter usado aquele termo transforma-se num problema bastante sério para os comentadores da *DThr.* (*Sch. DThr.* 165. 16-24 e 448. 22-25, por exemplo), que irão, então, considerar imprescindível justificar e explicar por que ele usou este termo. Os gramáticos posteriores ver-se-ão compelidos, portanto, a ‘consertar’ o termo de Dionísio em suas próprias definições de gramática.¹⁵⁹

1.6.3.3 Analogistas x Anomalistas

A historiografia da gramática antiga moldou-a, desde o início, em uma grande cisão, que teria começado no século II a.C., entre ‘filólogos’ alexandrinos, seguidores de Aristarco de Samotrácia, proponentes da tese da ‘analogia’ ou regularidade linguística¹⁶⁰, e, do outro lado, os ‘críticos’ de Pérgamo, seguidores de Crates de Malos, que teria atacado a ‘analogia’ e argumentado que a linguagem se definia pela ‘anomalia’.

A importância do conflito entre analogistas e anomalistas, largamente enfatizada com base na obra de Varrão¹⁶¹ e Aulo Gélío¹⁶² foi primeiro colocada em perspectiva por Fehling (1956). Fehling demonstrou que Crates teria simplesmente diminuído o papel da analogia como critério do *hellenismos* (‘correção linguística’), e colocado *sunetheia* (‘uso comum’) em seu lugar; de forma que um tal conflito entre analogistas x anomalistas não teria sequer

¹⁵⁹ Como afirmou Seppänen, 2013, p. 64, o debate sobre o *status* epistemológico das artes parece nunca ter ficado fora de moda. Assim, Filodemo usará proficua e fluentemente o vocabulário empírico no séc I. E Galeno (*Subf. Emp.* 88. 18ss) dirá que uma medicina estritamente empírica conforma-se totalmente ao título de *tekhne*. Dionísio de Halicarnasso (c. 60-7 a.C.) (*Thuc.* 27) pensa que um critério irracional de valoração estética julga o encanto da literatura, mas um critério racional julga suas qualidades técnicas. Não é a toa que a ambiguidade da natureza das artes provocara críticas como a de Sexto Empírico, que se constrói com base no argumento de que os gramáticos não têm a mínima ideia do que estão fazendo.

¹⁶⁰ Siebenborn (*apud* Seppänen, 2013, p. 69) listou três tipos de uso para a analogia gramatical: 1) a simples comparação de duas palavras nos casos em que há incertezas em relação à ortografia, prosódia, som, ou flexão; 2) a analogia flexional e derivacional, que na prática é a compração de ao menos dois itens lexicais básicos e duas formas flexionadas ou derivadas (*ktesis – ktasthai* e *kresis – krasthai*, por exemplo); que é a versão estendida do primeiro tipo de analogia. 3) Consultar *kanones* (‘regras’) que são elaborados com base na mencionada analogia de quatro membros, em casos em que um acidente gramatical não está claro (ortografia, prosódia ou flexão). Tais procedimentos analógicos são mesmo utilizados como parâmetro para se estabelecer a linha evolutiva da arte gramatical na Antiguidade. Ver Pagani, 2011, p. 38ss.

¹⁶¹ *De Lingua Latina*, livros 8 e 9, especialmente, 9. 1, ver adiante.

¹⁶² *Noct. Att.* 2.25. I-II, especialmente 4: “Dois gramáticos famosos, Aristarco e Crates, altamente experientes, defenderam, respectivamente, analogia e anomalia.” Fehling argumentou que esta passagem em Aulo Gélío é totalmente dependente daquela de Varrão (*cf.* Blank, 2005, p. 211).

existido. A questão aqui, entenda-se, não é demonstrar que não existiu um debate acerca do papel da analogia e da anomalia em relação à elaboração da metodologia ‘gramatical’, este debate certamente existiu, mas que não existiram ‘gramáticos anomalistas’ no sentido de tais gramáticos teriam contraposto ao método analogista, um ‘método anomalista’.¹⁶³ No *De Lingua Latina*, que foi usado como fonte principal para estabelecer este debate, Varrão estaria, na verdade, lidando com duas visões acerca da linguagem, e não do método gramatical. Uma dessas visões seria que a linguagem é regulada por regras e teoria, essa seria, propriamente, a visão dos gramáticos, em conjunto. A outra visão sobre a linguagem, por sua vez, seria a de que falar sobre ela demanda somente a observação do uso comum, uma visão empírica da linguagem. O argumento diria respeito à abordagem do ‘fenômeno linguístico’ de um ponto de vista racionalista (gramatical) ou empirista.

De um lado, estariam os gramáticos cujos estudos culminam na obra de Apolônio Díscolo. Apolônio sustenta que observações do uso linguístico devem ser julgadas de acordo com uma compreensão *teórica* do sistema linguístico. Para ele, a existência de um sistema linguístico garantiria nossa habilidade de julgar o que é correto e incorreto na linguagem:

Já que tais construções como essas são tão óbvias, algumas pessoas irão pensar que podem observar a sintaxe correta mesmo se não compreendem a razão que há por trás dela. Irão experienciar algo similar àquelas pessoas que aprendem as formas das palavras apenas a partir da experiência, mas não a partir do poder explicativo do uso comprovado dos gregos e a analogia concomitante. O que acontece com eles é que, se eles erram em alguma forma, não estão aptos a corrigir seu erro, por causa da ignorância que se origina da sua prática. (*Sintaxe* I. 60, p. 51 Iss. Uhlig *apud* Blank, p. xxxv)

A crítica de Apolônio aqui parece ter por alvo alguém com uma visão muito similar à que Sexto irá elogiar em seu ataque à ‘arte da correção’ (*M I.* 189ss), ou seja, alguém com uma espécie de proposta ‘empírica’ para a gramática, que tenha defendido que o necessário para a correção linguística pode ser alcançado apenas através da observação do uso comum.

Em sua contribuição para esclarecer a questão da suposta polêmica analogistas x anomalistas, Blank (1994, p. 151-153) argumentou que Crates não poderia ser a fonte da maioria dos argumentos contra a analogia presentes no livro 8 do *De Lingua Latina* de Varrão¹⁶⁴, tampouco seria ele a fonte do ataque de Sexto à ‘arte da analogia’¹⁶⁵. O pesquisador

¹⁶³ Cf. Blank, 2005, p. 211.

¹⁶⁴ Varrão organizou seu *De Lingua Latina* da seguinte forma: dividindo a ‘razão linguística’ (*ratio*) em ‘imposição’, ‘flexão’ e ‘combinação’, escreveu, para cada um dos dois primeiros tópicos, quais sejam, ‘imposição’: estudo da etimologia e ‘flexão’: estudo da analogia na flexão-derivação, seis livros – os três primeiros abordando a disciplina ela mesma (um com argumentos contra a disciplina, outro

assevera (p. xxxvi *ss*) que a fonte de Varrão seria um empírico, um epicurista ou um cético, que teria usado as posições de Aristarco e Crates, por considerá-los igualmente gramáticos e colegas um do outro, para montar um argumento a partir do desacordo (*diaphonia*). O argumento seria: se os representantes da analogia discordam na sua aplicação, então a analogia é inútil. Pois, diferente dos critérios de antiguidade, autoridade e uso, a analogia (e também a etimologia) depende de uma teoria da linguagem, sua aplicação, portanto, pode facilmente resultar em um conflito entre a forma teoricamente postulada como correta e aquela que é comumente aceita.¹⁶⁶

A atitude ‘empírica’, em prol da observação do uso, não seria, dessa forma, a de um ‘gramático’, nenhum deles, muito menos um do porte de Crates. O conflito descrito por Varrão teria a mesma característica daquele que aparece em Sexto¹⁶⁷. Ou seja, nas palavras de Blank (2005, p. 212):

Um debate acerca da ‘tecnicidade’ da gramática, incluindo o *status* epistemológico de suas regras e sua utilidade para a vida. O lado analogista era técnico e racionalista, sustentando que a linguagem era um sistema racional ordenado que poderia ser descrito e compreendido através de regras precisas que levariam à solução de questões que poderiam surgir no curso da leitura, escrita e interpretação. O lado empírico teria argumentado que nenhuma arte complexa da gramática poderia existir, que as regras da gramática técnica eram incoerentes, e que tudo que é necessário é a habilidade de observar o uso comum e moldar sua prática linguística de acordo com ele.

com argumentos a favor da disciplina, e o terceiro com sua exposição), os outros três livros são acerca das aplicações da disciplina. Provavelmente, teria seguido o mesmo modelo na parte sobre a ‘combinação’: sintaxe, porém, com o dobro da extensão, somando os vinte e cinco livros totais. Possuímos os livros 5-10 em um manuscrito algo corrompido do século onze e passagens que aparecem citadas em obras de outros pensadores. Por muito tempo sugeriu-se que a fonte do primeiro livro sobre a flexão, o livro 8, com argumentos contra a existência e adequabilidade de analogias na flexão, teria sido tomado à obra de Crates de Malos, que foi, por isso, considerado um anti-analogista ou um ‘anomalista’. Cf. Blank, 2005. Veremos, na sequência da exposição, argumentos que sugerem que esta leitura está equivocada. Fehling (*apud* Blank, 2005, p. 214) teria inclusive ironizado que apenas a perda dos livros 2-4 evitou que os historiadores da linguística postulassem um debate, que teria se arrastado por mil anos, entre ‘*Etymologisten*’ und – *wie soll ich sagen* – ‘*Anti-Etymologisten*.’ (*Etimologistas e – como deveria dizer – Anti-Etimologistas*).

¹⁶⁵ Sexto, em M 1. 176, diz que a correção a que se opõe procede da analogia, mas ele também se refere diretamente à correção (*hellenismos*) como ‘a arte da analogia’ (M 1. 214; cf. 179 e 199).

¹⁶⁶ Ver Blank, 2005, p. 215.

¹⁶⁷ Além de outras, sugerimos comparar, entre o livro 8 do *De Lingua Latina* e o *Contra os Gramáticos*, respectivamente, as passagens: (27) e (50, 176, 191-3); (33) e (177-9); (34) e (237); (37-8) e (224-5).

A par da famosa passagem geral no livro 9 do *De Lingua Latina* de Varrão que introduz o argumento do analogista, onde Crates é acusado de interpretar de forma equivocada tanto o uso de ‘anomalia’ por Crísipo quanto as intenções de Aristarco ao defender a ‘analogia’ (9.1)¹⁶⁸ – passagem em que, infelizmente, não fica claro qual era a posição de Crates¹⁶⁹ – Crates é citado por Varrão apenas em relação a dois outros pontos. O primeiro está relacionado à universalidade da analogia da declinação nominal, e o outro envolve regras de definição das classes de nomes, dentro das quais deveriam aparecer as mesmas formas para os casos. Blank (p. xxxvii) acredita que Crates e Aristarco são citados por terem divergido acerca do critério da analogia nominal, e a fonte de Varrão teria usado o desacordo entre eles para desacreditar seu projeto *comum*: “ambas as menções a Crates podem ser interpretadas da mesma forma: Crates diz que certas palavras são similares e deveriam declinar de forma análoga. Aristarco teria contestado, negando que tais palavras fossem similares, portanto a analogia não deveria ser aplicada entre elas.” (BLANK, 2005, p. 232).¹⁷⁰

Para reforçar sua tese de que os argumentos apresentados por Varrão não provêm de um suposto projeto dogmático que pretende destruir a analogia e provar que a anomalia deveria ser o princípio diretriz de nosso comportamento ou prática linguística¹⁷¹, Blank (p xxxviii) enfatiza as seguintes passagens:

¹⁶⁸ “Famoso erro é o daqueles que preferem ensinar o que não sabem a aprender o que desconhecem: neste erro caiu Crates, um nobre gramático, apoiado em Crísipo, homem muito engenhoso que deixou três livros ‘Sobre Anomalias’, se pôs contra a analogia e contra Aristarco, mas, como indicam seus escritos, parece não ter compreendido a intenção de nenhum deles. Pois Crísipo, quando escreve sobre a desigualdade nos discursos, tem o propósito de mostrar que coisas parecidas são denotadas por palavras diferentes e que coisas diferentes são denotadas por vocábulos parecidos, o que é verdade, e Aristarco, quando escreve sobre a regularidade [nos discursos], ordena seguir certa semelhança das palavras na sua mudança, como permite o uso.” (Trad. Valenza, 2010 com alterações).

¹⁶⁹ “Parece que Crates, de alguma forma, usou a ‘descoberta’ de Crísipo de uma correspondência imperfeita entre expressão e significado (‘anomalia’) contra os argumentos de Aristarco a favor da regularidade (‘analogia’) na flexão e derivação - desde que formas teoricamente corretas não estivessem em conflito com formas estabelecidas pelo uso. Talvez Crates estivesse simplesmente se referindo aos três livros de Crísipo sobre a anomalia como se aí estivesse estabelecido que o papel da razão em questões linguísticas, morfológicas e semânticas, era limitado.” Blank, p. xxxvi. A sugestão é que Varrão pode não ter percebido que Crates não era, na verdade, um protagonista no debate, mas que teria sido citado como um exemplo. Ver Blank, 2005, p. 211.

¹⁷⁰ Sobre uma análise dos critérios para a similaridade, ver Siebenborn, 1976. A interpretação de Blank (2005), seguindo os argumentos de Fehling, é que Crates na verdade seria um proponente da extensão do critério do uso comum, pois formas similares não se comportam de forma análoga, enquanto Aristarco diria que as formas supostas não eram similares, portanto, não iríamos mesmo encontrar analogia entre elas.

¹⁷¹ Vale a pena ressaltar que, a par do tratado de Crísipo que possui outro viés, não há qualquer menção à existência de um tratado ‘gramatical’ cujo título remeta à ‘anomalia’, tal como estão atestados vários sobre o ‘helenismo’, ‘latinitude’ e ‘analogia’. Cf. Blank, 2005, p. 215. n. 19.

Em diversos momentos a fonte de Varrão mostra sua cara. Um é a caracterização da regra de Aristarco sobre o vocativo como ‘vergonhosa’ (*impudenter*), junto com a espirituosa referência aos gêmeos cômicos (8.41-42 e 9. 43).¹⁷² Outro é o argumento: se a analogia está no discurso, está ou em parte dele ou em todo ele; não está em todo ele, e estando somente em parte dele não é suficiente – tal como não é suficiente ter os dentes brancos para um etíope ser branco; logo, não há analogia no discurso (8. 38). Esta é claramente uma versão (ligeiramente truncada) de um argumento cético, tal como o próximo ponto (em que se fala dos gêmeos). Já que aqueles que são a favor das analogias estão confusos sobre onde deve ser encontrada a similaridade (se na forma ou no significado das palavras), e sobre como estabelecer sua ausência ou presença, então eles não possuem qualquer autoridade ou competência nestas matérias e não se deve segui-los (8.39). A mesma conclusão se repete ao fim desta seção: ‘Então, já que eles não sabem como a similaridade deve ser entendida, eles não estão aptos a falar sobre analogia’ (8.43). Note que cada um destes pontos foi colocado para mostrar que ‘não há analogia no discurso’, ou que ‘não devemos seguir a regularidade’ (por exemplo, 8.33, 35, 37, 38).¹⁷³

Além disso, e sustentando a hipótese de que Crates e Aristarco foram criticados por sua divergência em relação à aplicação do critério da analogia, dentro de um projeto comum de método gramatical, ao final do livro 9, do *De Lingua Latina*, temos, aparentemente, a resposta a um argumento padrão construído com base na *diaphonia*:

Sobre o último ponto no livro precedente, de que a analogia não existe porque aqueles que escreveram sobre ela não estão de acordo uns com os outros ou porque aquilo em que concordam não está de acordo com o uso comum (*consuetudo*), ambos os pontos <são insignificantes>. Pois, se assim fosse, deveríamos rejeitar todas as artes, já que os escritores discordam na medicina, na música, e em muitas outras artes. O mesmo é verdade para os pontos em que os escritores concordam, se a natureza (*natura*) nega estes pontos: não se deveria culpar a arte, mas o ‘artista’ – deveríamos dizer que ele não revelou a verdade em seus escritos, não que a verdade não pode ser descrita. Pois, assim como alguém diz, [no ablativo], *monti* e *fonti*, enquanto outros dizem *monte* e *fonte*, e outras palavras que também são ditas de dois modos, se um modo é verdadeiro e outro falso, não é o caso de que a analogia vai ser destruída por aquele que erra, enquanto aquele que fala corretamente a afirma. Mas, assim como aquele que erra nestas palavras, quando elas possuem duas maneiras de ser ditas, não destrói a racionalidade por seguir o que é falso, assim também ocorre com aquelas que não são ditas de dois modos, se alguém pensa que elas são ditas diferentemente de como

¹⁷² Aristarco teria insistido que, para se estabelecer uma classe de nomes similares, a similaridade no nominativo deveria ser reforçada pela similaridade no vocativo. Varrão afirma que este procedimento é tão tolo quanto insistir em comparar os filhos dos gêmeos de Menecmo (uma comédia de Plauto), antes de se admitir que os gêmeos seriam eles mesmos idênticos. (nota nossa)

¹⁷³ Para um argumentação mais detalhada, ver Blank, 2005, p. 223 ss.

devem ser, não destrói a ciência do discurso, mas expõe sua própria falta de conhecimento científico. (*De Lingua Latina*, 9. 111-112) (*tradução nossa*)¹⁷⁴

A resposta de Varrão comprovaria que ele está se referindo a um argumento geral do desacordo aplicado à gramática, o qual encontra em Aristarco e Crates evidência de dois eminentes gramáticos discordando acerca da extensão da analogia e de como suas regras deveriam ser formuladas e aplicadas. De fato, dificilmente poderíamos sustentar que as atitudes que Varrão atribui, em geral, a seu ‘anti-analogista’ seriam características de Crates, tais como: sustentar que o uso é tudo que é necessário para falar corretamente, que clareza e brevidade são as únicas virtudes do discurso, que é inútil e prejudicial seguir investigando acerca de questões linguísticas uma vez que já tivermos adaptado nosso uso ao uso linguístico da comunidade, e que o critério racional para a analogia e etimologia deveria ser rejeitado se alguém quisesse falar corretamente.¹⁷⁵

Talvez isso não seja suficiente para identificar a fonte de Varrão como um epicurista, mas possuímos outro relato independente de um ataque epicurista ao helenismo como arte da correção linguística. No quarto livro de sua *Retórica* (*PHerc.* 1423, cols. I ss), Filodemo inclui uma discussão do estilo (*leksis*) na qual os ‘sofistas’ ou retóricos são criticados por estabelecerem regras (*thematizein*) arbitrárias do estilo que eles não seguem de verdade e que são em todo caso desnecessárias, em vista do fato de que há apenas um modo naturalmente bom de falar (*heis phusikos kalos logos*: col. 7. 7-8); ou seja, o estilo claro e simples. Um dos tópicos mencionados é o ‘helenismo’, o uso correto do grego (II. 4.12-13):

Agora, em relação ao estilo grego (*he Hellenike hermeneia*), que alguns dizem consistir em manter as particularidades dos vários dialetos (*tas ethnikas te phulattein idiotetas*) e evitar solecismo e barbarismo (alguns referem-se à não observação de particularidades étnicas como ‘solecismo’, outros pensam que falar de uma maneira distinta do uso comum em relação à aspiração, não aspiração, ou nos acentos é ‘barbarismo’), neste momento não é oportuno acrescentar nada; basta dizer que ... os sofistas fizeram o levantamento de muitos solecismos em todos os livros – de qualquer forma, coloquei este capítulo mais adiante. Mesmo assim, esse tipo de estilo não possui uma arte tal como eles reivindicam e tal como muitos elaboraram para outros estudos. (*apud* Blank, p. xl)

É o mesmo que afirma Sexto: não há uma *tekhne* relativa ao helenismo (*M* 1. 179, 180, 193).

¹⁷⁴ Ver Blank, xxxviii e Blank, 2005, p. 233-234. Comparar a passagem citada com *M* 1. 170, 173, 178 e 195.

¹⁷⁵ Blank, 2005, p. 221-222.

É difícil dizer quão confiável é o testemunho de Maximus Planudes quando ele diz que Epicuro afirmou que “a natureza é quem corrige os discursos, e não a arte” – mas este testemunho estaria de acordo com o panorama do qual damos mais informações na sequência.¹⁷⁶

1.6.3.3.1 Gramática Empírica?

É preciso ainda esclarecer alguns pontos acerca da seção anterior. Diferente do que foi, de fato, o caso com a arte médica, não houve uma ‘escola empírica de gramática’. Os argumentos que supõem uma visão empírica da correção linguística são oriundos de um ambiente de disputas filosóficas, interconectadas com a tradição dessas discussões na medicina.¹⁷⁷ É justo afirmar que tais argumentos provavelmente teriam exercido certa influência sobre a prática de alguns gramáticos, no entanto, eles concernem à ‘não-existência’ e inutilidade da arte gramatical *in totum*. Ou seja, eles visam a *tekhne grammatike* enquanto *tekhne*. A habilidade gramatical que pode ser ‘defendida’ é a ‘não-gramática’, i.e., a ‘gramatística’. A discussão *dentro* do ambiente gramatical acerca de seu *status* como *tekhne* ou *empeiria* em nenhum momento sugere que fossem totalmente descartados os critérios racionais, mas somente discute as limitações de sua aplicação.¹⁷⁸

Poderíamos mesmo sustentar que a observação do uso comum, ou do uso de autores consagrados, deveria ser a base de qualquer projeto que versasse a boa expressão escrita ou falada. E a observação do uso é, realmente, a base da gramática ou filologia antiga. O que está em jogo, de acordo com a leitura que estamos defendendo aqui, diz respeito, na verdade, à compreensão, ou pretensão, de gramáticos e filólogos de que o que eles praticam é uma arte ou ciência (*tekhne*), um conhecimento sistemático e universal. Tal que faria parte do seu sistema regras e uma metodologia de aplicação, por meio das quais todos ou quase todos os casos ou problemas poderiam ser regulados, logo, neste caso, a observação do uso não seria suficiente. Não temos qualquer indício de que tenha havido uma corrente ou escola gramatical

¹⁷⁶ Blank, p. xl.

¹⁷⁷ “Enquanto houve claramente divergências entre os gramáticos sobre o modo em que as regras e critérios gramaticais deveriam ser empregados, os empíricos evidentemente não foram gramáticos, antes devemos contá-los entre epicuristas, céticos pirrônicos e, provavelmente, acadêmicos.” Blank, 2005, p. 215.

¹⁷⁸ Por exemplo, Sch. *DThr.* [Vat.] 165. 166ss, ver Blank, 2005, p. 217.

baseada somente em princípios empíricos: observação do uso, pesquisa em fontes anteriores, e transição ao similar, e que desprezasse um método racionalista.¹⁷⁹

1.7 CONTRA OS GRAMÁTICOS

Sexto afirma no princípio da ‘Introdução’ ao *Contra os Professores* (M 1.1-7) que tanto epicuristas quanto pirrônicos propuseram, ainda que por motivos diferentes¹⁸⁰, contra-argumentos aos especialistas nas *tekhnai*. Ele, como pirrônico, diz que irá tentar, ‘sem espírito de rivalidade’ (*khoris philoneikias*), escolher e expor os argumentos que ‘efetivamente’ (*pragmatikos*) depõem contra as disciplinas. Tudo indica que esteja afirmando que irá incorporar argumentos céticos ou epicuristas, evitando uma postura dogmática (tanto por não descartar os argumentos dogmáticos *a priori* quanto no enquadramento que lhes confere).

A argumentação de Sexto contra os elementos do ensino, em sua ‘Introdução’, é, como mencionamos antes, tipicamente cética e encontra paralelo em outras obras sextianas (*PH* 3. 250 ss; *M* 11. 168 ss). Por outro lado, o ataque específico a cada arte contém muito material de origem epicurista e, embora Sexto realmente se aproprie deste material, por vezes ele faz questão de distinguir sua procedência. Tais distinções são feitas, geralmente, quando os argumentos se assentam sobre premissas dogmáticas ou quando violam o espírito cético, como, por exemplo, quando os argumentos contra a gramática são direcionados em primeiro lugar contra a própria poesia, pois os pirrônicos se recusam a atacar a poesia (*M* 1. 278, 299). Muitos argumentos revelam, supomos, um viés epicurista, mas Sexto não os diferencia, o que poderia sugerir que estes argumentos não violam o espírito cético, ou estão mesmo de acordo com ele.¹⁸¹

Um exemplo muito claro da alternância de Sexto entre argumentos céticos e epicuristas, e o uso desta alternância como um princípio estrutural, é o sexto e último livro, *Contra os Músicos*. Sexto adverte (*M* 6. 4-6) que, ‘tal como no caso da gramática’, o primeiro

¹⁷⁹ Blank, 2005, p. 216: “Ver Herodiano, que diz (909.18 Lentz): ‘sejam as palavras raras ou comuns, serão conhecidas pela analogia, que produz predições sobre qualquer palavra grega e com sua arte contém, como uma rede, a múltipla expressão da linguagem humana.’”

¹⁸⁰ Sexto caracteriza a gramática alvo de seu ataque como aquela que se ocupa da natureza de sons e letras. Epicuro, que possuía suas próprias teorias acerca da natureza e invenção da linguagem (*Carta a Heródoto* 37-8, 75-6), não deve ter atacado a gramática com base nisso. O ataque epicurista é, a princípio, motivado pela pretensão das artes de equiparar-se à filosofia. Ver Blank, 1995, p. 184-185. Sobre as ideias de Epicuro acerca da origem da linguagem, ver o artigo, bastante completo, de Verlinsky, 2005.

¹⁸¹ Blank, xliv.

tipo de ataque à teoria musical é feito de forma ‘bastante dogmática’. Tal polêmica, ver-se-á, é epicurista: o estudo da teoria musical não contribui para a felicidade e é, na verdade, prejudicial. Os argumentos desta seção (7-37) apresentam, inclusive, semelhanças verbais com o tratado do epicurista Filodemo de Gádara, *Sobre a Música*.¹⁸² A segunda polêmica, no entanto, é pirrônica: a ‘destruição da música’ resultará das aporias céticas direcionadas a suas hipóteses teóricas fundamentais, e depende do que Sexto chama de uma investigação ‘mais efetiva’ (*pragmatikotera*), mais relacionada à teoria musical ela própria, que aos efeitos da música (38). Sexto ataca melodia e ritmo a partir das noções de som, tom e ritmo usando argumentos contra intervalos: alto, baixo e homófono, dissonante e consonante; tons: longos e curtos, e tempo – já utilizados em M 10. 169-247. Com tais argumentos ‘efetivos’ (*pragmatikos*) dirigidos contra os princípios da música (68), Sexto dá por encerrada sua exposição contra as disciplinas.¹⁸³

A afirmação de Sexto de que há dois tipos de polêmica (M 6. 4-6), dogmática e aporética, tais que se revelam epicurista e cética, ‘como foi o caso com a gramática’, reitera a divisão em argumentos céticos e epicuristas como um princípio estrutural seguido também no *Contra os Gramáticos*. Assim, uma longa seção de M 1 é atribuída por Sexto a ‘outros, especialmente os epicuristas’ (M 1. 299). Esta seção (277-298) contém a primeira parte do ataque de Sexto à parte da gramática que trata dos poetas. Na sequência, o ataque segue uma orientação diferente (299-320), Sexto não critica a poesia ela mesma, seu alvo é a ignorância dos gramáticos acerca tanto das palavras usadas na poesia como de seus significados. Esta segunda parte do ataque, Sexto descreve como uma refutação cética (299). As seções se dividem da maneira já indicada por Sexto: a réplica epicurista contesta a utilidade da poesia e da poética para a ‘felicidade’; o ataque cético, por sua vez, mira nos princípios fundamentais e nos teoremas do gramático. A contra-argumentação de viés epicurista segue, ponto por ponto, os argumentos que foram antes mencionados em defesa da utilidade desta parte da gramática (270-6).

O padrão geral de Sexto é a exposição da posição sustentada pelos gramáticos acerca de uma determinada questão seguida pela crítica desta posição. O mesmo padrão que segue no *Contra os Músicos*. Seu livro mimetiza a estrutura de um tratado gramatical: definição de gramática, divisão em partes, discussão de cada uma das partes. Tal como apontou Blank (p. xlv), transparece, na estrutura da argumentação, que o tratado subjacente à

¹⁸² Sobre isso, e sobre o *Contra os Músicos* em geral, ver Roeder, 2013.

¹⁸³ Cf. Blank, xlii-xliv.

crítica poderia ser aquele de Asclepiades de Mirleia. Este gramático é citado (47) para a etimologia da palavra ‘gramática’ a partir de *gramma*, no sentido de ‘obra literária’. De acordo com Asclepiades o domínio da ‘gramática’ é a literatura¹⁸⁴. Também é sua a definição de gramática que critica aquela dada por Dionísio Trácio e pretende aprimorá-la (72-75). A divisão da gramática em três partes: ‘histórica, técnica e especial’ (91), escolhida por Sexto como ponto de partida para sua discussão, parece ser uma adaptação da tripartição de Asclepiades em ‘técnica, histórica e gramatical’, citada em § 252. Além disso, Sexto usa como base para sua crítica da ‘parte histórica’ a descrição e estruturação atribuída a Asclepiades (252). Com isso, poderíamos inferir que o tratado de Asclepiades seria, em última análise, a origem das seções de *M 1* que expõem a *tekhne* gramatical.¹⁸⁵

Asclepiades foi famoso na Antiguidade por seu tratado acerca da taça de Nestor (*Iliada*, 11. 632 ss), interpretando-a como uma representação da esfera celestial.¹⁸⁶ Com base neste livro, que critica Dionísio Trácio e outros alexandrinos, e em sua teoria da esfera celestial, Asclepiades foi associado a Crates de Malos e à Escola de Pérgamo. Mas ele teria também criticado Crates. Suas pesquisas sobre astronomia transparecem em sua obra *Sobre a Esfera Bárbara*, onde explica mitos associados às figuras zodiacais. Escreveu sobre a *Iliada* e a *Odisseia*, tal como provavelmente todos os gramáticos helenísticos antes dele, talvez tenha escrito também sobre Píndaro e Teócrito, e em todos os seus livros parece ter citado muita poesia helenística. Asclepiades também escreveu dez ou mais livros sobre a Bitínia (seu país de origem), explicando mitos e lendas dessa área, e um *Guia dos Povos da Turdetânia*, que foi usado por Estrabão, uma revisão da história mítica das relações hispano-grecas. Finalmente, ele é o autor do livro *Sobre Gramática*, cujo título é citado por Sexto em § 252, presumivelmente também o lugar de onde provém as outras citações: § 47 e § 91. Tal livro parece ter sido utilizado também por Quintiliano em *De Oratore* e, com base nas passagens

¹⁸⁴ Tal reivindicação de Asclepiades, por um lado, reafirma o *status* da gramática ‘completa’ frente àquela ‘menor’, a ‘gramatística’, que teria mesmo perdido o direito de chamar-se ‘gramática’, mas, por outro lado, talvez ele estivesse reagindo à especialização da gramática ‘técnica’ que, conforme indicamos no relato histórico do desenvolvimento da gramática, começa a despontar como campo independente da ‘filologia’ por volta da época em que Asclepiades teria atuado, começo do século I a.C. Sexto, no entanto, não faz qualquer menção de que a gramática pudesse ser entendida como estando desvinculada do estudo da literatura. Di Benedetto (p. 399) aponta a definição de Asclepiades, em polêmica com a de Dionísio Trácio, como indício de que, neste momento, depois de Dionísio, a gramática técnica desponta como estudo especializado, ainda vinculado à filologia, mas doravante seguindo um desenvolvimento próprio.

¹⁸⁵ Blank, p. xlv.

¹⁸⁶ Sobre Asclepiades, ver Pagani, 2007.

similares em Sexto e Quintiliano e, em menor medida, em Dionísio de Halicarnasso, pode-se ter uma ideia de seu conteúdo.

Sexto, no entanto, não parece ter utilizado diretamente o tratado de Asclepiades. As exposições das partes de seu sistema gramatical estão, em geral, conectadas a refutações de viés epicurista, com isso, tanto exposição quanto refutação foram, provavelmente, retiradas de uma mesma fonte. Com base nisso, poderíamos concluir, tal como faz Blank (p. xlvii), que a fonte de Sexto seria um tratado epicurista que critica e ataca o *Sobre a Gramática* de Asclepiades.

Cada um dos tópicos apresenta excertos de maior ou menor extensão, provenientes, irá afirmar Blank (*ibidem*), da obra de Asclepiades, seguidos, ou imediatamente ou depois de uma exposição completa, por uma refutação que visa demonstrar que a gramática não é uma *tekhne* e não é útil. Esta técnica de excerto e crítica é comum às obras de Filodemo: *Sobre os poemas*, *Sobre a música* e *Sobre a retórica*. Não temos conhecimento de nenhuma obra de Filodemo acerca da gramática, mas é plausível que a fonte de Sexto fosse algum tratado como os de Filodemo ou de seu mestre Zenão de Sídon (c. 150-75 a.C.), que é conhecido por ter usado um formato similar em suas obras. Filodemo (*PHerc.* 1005, col. 10. 9-21 = fr. 12 Angeli-Colaizzo *apud* Blank, p. x.vii) afirma que Zenão “respondia às objeções contra a doutrina (*logos*) e modo de vida dos seguidores de Epicuro por meio daquilo mesmo que estava em seus livros, coletando muitíssimas evidências sobre cada ponto, como ele fez em seu *Sobre a Gramática*, *Sobre a História*, *Sobre Provérbios e Similares*, *Sobre a Expressão*, *Sobre o Uso dos Poemas* e *Sobre a Piedade*”.¹⁸⁷ De forma que é razoável supor que teria reunido nestas obras as informações que os epicuristas usavam para construir seus ataques à ‘gramática’, quais sejam: o trabalho dos filólogos alexandrinos e dos críticos de Pérgamo é inútil; todos devem aprender a ler e escrever, e falar corretamente, de acordo com os costumes correntes, um processo que não depende e não necessita de teoria gramatical; somente os filósofos podem realizar a elucidação dos textos filosóficos.¹⁸⁸

A seção explicitamente marcada como epicurista não seria, portanto, a única a conter elementos epicuristas: a exposição da teoria gramatical e as citações dos gramáticos teriam origem na mesma fonte, da qual proviria também uma refutação epicurista a cada uma das doutrinas gramaticais. Blank (*ibidem*) relaciona a referência cruzada presente em *M* 6. 30

¹⁸⁷ Note que todos os títulos listados encontram eco na argumentação sextiana: gramática técnica, ‘história’, papel da gramática na explicação da poesia, tratamento poético dos deuses.

¹⁸⁸ Cf. frs. 13-14 Angeli-Colaizzo *apud* Blank, p. xlvii. Infelizmente, não obtivemos acesso aos fragmentos presentes nesta publicação de Angeli e Colaizzo.

(onde a reivindicação de que se deve estudar a teoria musical porque “seus elementos são os mesmos que aqueles das coisas estudadas pela filosofia” é comparada com ‘tal como dissemos antes a respeito da gramática’) com a abertura da seção inicial de *M 1* e sua afirmação de que a gramática é a mais pretensiosa das ciências, pois vai tão longe a ponto de prometer o que prometem as Sereias: “ensinar o que é” (41-42).¹⁸⁹ Com tal aproximação, Blank conclui que, assim como aquela passagem no *Contra os Músicos* deriva de uma fonte epicurista, o mesmo deve ser verdade em relação à passagem sobre a gramática à qual faz referência. Teriam origem epicurista, exceto pela discussão a respeito de Tímon em § 53-55, supõe Blank, também as passagens seguintes (44-56), que diferenciam o estudo gramatical útil, do ler e escrever, de um estudo especializado inútil, já que cita Asclepiades e contém uma longa citação de Epicuro (49-53).

Além destas passagens, e também § 210-299, para as quais há evidência positivamente compatível com o epicurismo, os argumentos de viés epicurista seriam mais difíceis de localizar. Blank (p. xlvi) reitera que uma obra epicurista teria sido usada como fonte para a doutrina gramatical a ser criticada, mas, de fato, não é sempre claro se os argumentos que Sexto oferece contra a doutrina gramatical são seus ou desta fonte epicurista. No tratamento das definições de gramática (57-89) haveria, por exemplo, perceptivelmente, três vozes: Asclepiades, que primeiro reportou e aperfeiçoou tais definições; a suposta fonte epicurista; e o próprio Sexto. Ademais, em nenhum lugar em *M 1-6* pode-se dizer com certeza se Sexto estaria ou não seguindo um predecessor pirrônico, tal como Enesidemo. Sua alusão aos ‘seguidores de Pirro’ em § 1, provavelmente deve ser lida como uma indicação de que ele tinha ao menos uma fonte pirrônica para a discussão de § 1-38, assim também em relação a *M 6. 5*. Blank (p. xlix) admite que o esquema interpretativo que tenta delinear é barrado pelas próprias complexidades do texto, que traz, por exemplo, lado a lado, uma citação do epicurista Metrodoro e uma referência cruzada a uma passagem do próprio Sexto (61).

Poderíamos considerar, a partir de *M 6. 4-5*, que uma polêmica epicurista ou dogmática visa demonstrar que uma arte ou estudo não é útil para a felicidade, mas prejudicial, por meio do ataque e destruição dos argumentos principais dos estudiosos; enquanto a refutação aporética evita tal método e pretende destruir *toda* a disciplina pelo ataque direcionado a suas hipóteses. Os epicuristas atacariam, então, no ponto da utilidade e, assim, anulariam qualquer reivindicação à *tekhne*. De forma que seus argumentos seriam,

¹⁸⁹ Por outro lado, esta referência poderia ser à passagem em § 72, onde Sexto menciona a afirmação de Asclepiades de que a gramática é uma arte como a música e a filosofia.

portanto, aqueles que começam com as declarações ou apologias feitas em nome da ‘arte’ e/ou aqueles que concluem que ela é inútil ou não é uma *tekhne*. Os céticos, por sua vez, se ocupariam dos princípios mais importantes – definições, teoremas, hipóteses – da *tekhne* e demonstrariam que eles são incoerentes ou insubsistentes. Seguindo este princípio de diferenciação, teríamos que a seção geral § 9- 40 seria inteira de origem pirrônica. O mesmo pode ser dito acerca do objetivo abrangente da polêmica específica contra a teoria gramatical que visa mostrar que a ‘gramática, na concepção dos gramáticos, é insubsistente’ (90 e 96), bem como o cenário de discussão de duas das partes da gramática: a técnica (insubsistente 247) e a histórica (inconsistente 269) (:a impossibilidade da exposição técnica e da parte histórica (270)). Além disso, os ataques contra as entidades postuladas pela parte técnica da gramática seriam céticos: os gramáticos não possuem elementos ou primeiros princípios (letras: 99, 120); não existe algo como uma sílaba longa ou breve (126, 130); é impossível que exista a palavra (131); a sentença e suas partes não existem (138, 140, 158); a divisão da sentença em partes é impossível (161, 164, 168). Obviamente, se consideramos que a fonte epicurista que reporta as doutrinas, supostamente de Asclepiades, também as critica, é provável que Sexto tenha incorporado alguns argumentos desta fonte em seu próprio tratamento.¹⁹⁰

Permanece dúvida a análise da natureza de algumas seções do ataque contra a parte técnica em que a não-subsistência de seu objeto não parece ser o alvo. Em particular: a discussão da ortografia (169-175), do helenismo (176-240) e da etimologia (241-7), todas concluem que, para falarmos corretamente, não precisamos seguir nenhum *critério técnico*, mas moldarmo-nos ao uso comum, de forma que o *critério técnico*, bem como todos os tópicos de gramática técnica, são inúteis. Apesar da presença constante da noção de utilidade nestas seções, noção esta que está ausente das discussões prévias sobre os constituintes da parte técnica da gramática, Blank (p. 1) mostra-se relutante em conferir-lhes uma origem epicurista, e somos levados a concordar com seu posicionamento. Pois, se está claro que existem precedentes epicuristas para estas discussões, por outro lado seu tratamento tem muito em comum com outros tópicos em Sexto, especialmente em relação ao ‘critério prático’, que apresentamos antes, e faz uso de termos característicos de Sexto, como simples (*apheles*: 153, 179, 232) e não-técnico (*atekhnos*: 153, 180, 181, 183, 219). Destas três seções mencionadas, somente aquela sobre ortografia começa com uma exposição da respectiva doutrina gramatical, sugerindo o uso da fonte epicurista, enquanto as outras duas começam

¹⁹⁰ Cf. Blank, p. xlix.

diretamente com a refutação. A seção sobre helenismo, no entanto, inclui uma discussão da visão do pupilo de Aristarco, Pindário, junto com uma refutação do ‘que os gramáticos dizem’ que, em sua maior parte, lida com definições de barbarismo e solecismo (209-16), respondidas por Sexto (230-235) – essas passagens provavelmente exigiram uma fonte gramatical, que poderia ter sido o suposto ataque epicurista à gramática de Asclepiades, conforme a argumentação acima.

1.7.1 As partes da Gramática no *Contra os Gramáticos*

Dionísio Trácio, de acordo com Sexto Empírico (*M* 1. 250), listou seis partes da gramática:

Dionísio Trácio, quando diz que a gramática tem seis partes, às quais nos referimos mais acima, de forma genérica, como três, inclui a parte ‘histórica’ entre elas. Pois diz que as partes da gramática são: a leitura treinada (*entribes*) de acordo com a prosódia; a interpretação de acordo com as figuras poéticas presentes; explicação de palavras e histórias; a descoberta das etimologias; o estabelecimento das analogias; e a crítica dos poemas.

As partes parecem estar listadas de acordo com a ordem em que se procedia à análise filológica da obra literária: 1) ‘reconhecimento’ das qualidades do discurso que não estavam graficamente marcadas – fronteira de palavras, pontuação, letras maiúsculas; bem como dos traços prosódicos – acentos, aspiração, etc.; 2) compreensão das expressões literárias típicas; 3) tratamento das palavras inusuais – obsoletas ou raras e das referências a lugares, pessoas e acontecimentos, fictícios ou reais; 4) justificativas ‘etimológicas’ que ajudavam a verificar o significado e forma das palavras; 5) justificativas ‘analógicas’ para conferir ou corrigir a forma e significado das palavras; 6) valorização da obra (provavelmente tanto em relação à sua autenticidade quanto, em um segundo momento, com relação a seu valor literário [como item a ser incorporado em uma coleção da biblioteca]). Num ambiente escolar, os passos seriam os mesmos, mas realizados de maneira a funcionar como um treinamento da técnica gramatical, ou seja, da exegese literária.

A divisão de Dionísio revela a função da gramática: tornar a literatura compreensível em todos seus níveis – pronúncia, escansão, significado de cada expressão, ortografia – e, por fim, estimar seu valor como produto literário. A gramática técnica – o tratamento de letras, sílabas, e partes da sentença – está ausente da definição de Dionísio e de sua lista das partes.

Não sabemos quão importante foi a gramática técnica para Dionísio, que descreve a tarefa de valorar e editar textos em sua lista, mas não se preocupa em incluir aí o tratamento técnico da linguagem que, no entanto, provavelmente deve ter ocupado uma seção em seu tratado original.¹⁹¹

De acordo com Sexto (*M* 1. 250) a divisão de Dionísio foi criticada por ‘apresentar alguns dos resultados da gramática, ou suas subdivisões, como se fossem partes dela’, além de “obviamente, tomar a leitura treinada, a explicação e a crítica dos poemas da parte que trata de poetas e escritores, e a etimologia e a analogia da parte *técnica*; as quais contrapõem a parte ‘histórica’, que trata da explicação de palavras e histórias”. Tal crítica provavelmente foi feita por Asclepiades de Mirleia, que é citado logo na frase seguinte (251) como aquele que propõe tal divisão tripartite da gramática: “Asclepiades, em seu tratado *Sobre a Gramática*, afirma serem três as partes primárias da gramática: *técnica*, ‘histórica’ e gramatical.” Divisão que é praticamente a mesma escolhida por Sexto em § 91: “de forma a gerar menos conflito, [...]: *técnica* (*to tekhnikon*), ‘histórica’ (*to historikon*) e específica (*to idiaiteron*)”. Dessa forma, poderíamos aproximar a concepção do que é responsabilidade de cada uma das partes, descrita nas seções anteriores e nas seguintes, e considerar que reflitam a exposição do tratado de Asclepiades. Como sugere Blank (200, p. 413), podemos supor que Asclepiades considerou: ‘leitura’, interpretação e crítica dos poemas como um *resultado* da parte gramatical; explicação de palavras e histórias como uma sub-parte da parte ‘histórica’; etimologia e analogia como sub-partes da parte *técnica*.

A estrutura apresentada por Sexto não é característica de nenhum dos tratados gramaticais que possuímos, e nenhuma gramática helenística sobreviveu para que tivéssemos outro termo de comparação.¹⁹² Mas a outra divisão apresentada, a de Taurisco (248), também é tripartite: racional (*logikon*), prática (*tribikon*) e ‘histórica’ (*historikon*). No entanto, exceto a parte ‘histórica’, não há equivalência completa destas para o sistema que atribuímos a Asclepiades na Tabela 1 abaixo. A aproximação mais óbvia seria entre a parte racional e a *técnica* – que compartilham, além do método, provavelmente, a abordagem da *expressão* (*leksis*); e a parte prática com a gramatical (ou específica) – que lidam ambas com dialetos e estilos¹⁹³.

¹⁹¹ Cf. Seppänen, 2013, p. 70ss.

¹⁹² Ver Seppänen, 2013, p. 75. Por outro lado, acreditamos que estes tratados diziam respeito geralmente apenas aos elementos da parte técnica, por isso *tekhnologia*.

¹⁹³ “Não está claro onde Asclepiades posicionou o estudo de dialetos e estilos, que constituem a parte ‘empírica’ [prática] de Taurisco, mas provavelmente estivessem na parte gramatical de Asclepiades, já

TABELA 1: CONSTITUINTES DA ‘GRAMÁTICA’ PARA ASCLEPÍADES DE MIRLEIA DE ACORDO COM SEXTO EMPÍRICO (M 1)

| nome: | lida com: | |
|---|--|---|
| <i>tekhnikon</i> técnica | letras (elementos), sílabas, <i>leksis</i> , partes da sentença, análise métrica e análise da sentença | todas discutidas por Sexto (97-247). |
| | ortografia | |
| | correção: analogia, etimologia, virtudes e vícios do discurso | |
| <i>historikon</i> ‘histórica’ | palavras inusuais | atribuído diretamente a Asclepiades (252-3) |
| | histórias: verdadeiras, falsas, verossimilhantes | |
| | provérbios e definições | |
| <i>grammatikon</i> gramatical ou <i>idiaiteron</i> específica | interpretação, julgamento de adequação e autenticidade | descritas por Sexto (93) |
| | valoração (ética?) da poesia (e prosa) | discutido por Sexto (270ss) |
| | (leitura treinada, explicação e crítica dos poemas) | criticado à divisão de Dionísio (252) |

1.7.2 Sobre Dogmatismo Negativo no *Contra os Professores*, M 1. 1-6

Como mencionamos brevemente no início desta exposição introdutória, o *Contra os Professores*, bem como outras passagens sextianas, costumam ser acusados de conter proposições dogmáticas negativas, bem como de não conduzir à suspensão do juízo, em prejuízo da caracterização do empreendimento cético pretendida por Sexto.

Barnes (1988, p. 76) compara a ‘esquizofrenia’ destes textos a uma ‘drogaria’ de argumentos: diferentes argumentos para curar diferentes tipos de dogmatismo. Com isso, os argumentos que asseveram a incoerência e não subsistência de um teorema técnico ou de uma *tekhne* valeriam como contrapostos equipolentes à argumentos técnico-dogmáticos.

A exposição de Blank (p. lii-lv) oferece um resumo padrão da contextualização dos argumentos em relação a outras passagens sextianas. Segundo o estudioso, as diferenças entre as discussões sobre ortografia, helenismo, etimologia e ‘história’, que envolvem prioritariamente a noção de utilidade, e o tratamento aporético anterior dos elementos da parte técnica, são diferenças que devem ser consideradas. Tais seções empregam estratégias céticas

que não estão nem na parte técnica nem na histórica e dizem respeito a gêneros poéticos particulares.” (Blank, 2000, p. 409-10).

comuns, mas também focam na inutilidade daquelas partes da gramática, porém são, de fato, tipicamente sextianas justamente por esta tentativa de afirmar a inutilidade e a insubsistência ou inexistência delas. A mesma combinação de objetivos pode ser detectada em *PH 2* no tratamento do critério de verdade (80, 94). Sexto introduz a discussão dizendo que não é seu propósito dar a entender que o critério de verdade não existe, pois isto seria dogmático (2. 79), logo no parágrafo seguinte, ele afirma que o critério de verdade é inútil porque a verdade não existe e o verdadeiro é insubsistente (80). No começo da discussão sobre o critério (14-15), Sexto nos advertiu que aborda o critério dogmático da verdade, aquele que pretende julgar a realidade ou não-realidade de algo, e não o critério prático que nos guia na vida comum. A seguir, Sexto diferencia três usos da palavra critério (*kriterion*): geral, específico e muito especializado (*koinos, idia, idiaitata*). O primeiro envolve todo critério de conhecimento, mesmo os sentidos; o segundo diz respeito a critérios técnicos tais como normas e rotinas, e estes não são alvos do ataque de Sexto (16). Seu alvo é o terceiro tipo de critério, aquele muito especializado, que despreza os critérios da vida e diz respeito somente a critérios lógicos usados pelos dogmáticos.

Também a discussão sobre os signos desenvolve-se de maneira análoga. Sexto afirma que não lhe interessa atacar todos os signos, mas somente o signo indicativo (*to endeiktikon*), inventado pelos dogmáticos (102). Pois, atacar o signo comemorativo (*to hupomnestikon*) é lutar contra a vida comum. A seguir, ele novamente assevera que não pretende em absoluto demonstrar que o signo indicativo é algo inexistente (*anuparkton*), que seu propósito é deixar clara a equipolência entre os argumentos a favor e contra sua existência. Todavia, muitos dos argumentos que se seguem concluem simplesmente que o signo indicativo é inexistente (129) ou incognoscível ou incompreensível. A estes argumentos, no entanto, segue-se, de fato, uma série de argumentos contrapostos de maneira equipolente (130ss) e uma conclusão que assevera a equipolência (132).

A discussão sobre a demonstração (134ss) se assemelha a essa. A princípio, Sexto diz que a demonstração é um tipo de signo e, como tal, também teremos de suspender o juízo acerca dela. Depois de apresentar definições e tipos de demonstração, ele desenvolve uma longa lista de argumentos que concluem que a demonstração não existe (144ss). A estes argumentos seguem-se as réplicas dos dogmáticos (185ss) e, por fim, as tréplicas equipolentes dos céticos (187ss) que levam à conclusão equipolente (192).

Além disso, a seção sobre o helenismo, com sua ênfase na necessidade de seguir o uso comum e a inutilidade da analogia técnica, lembraria muito a discussão em *PH 2* acerca de sofismas e ambiguidades. Nas *Hipotiposes*, está exposto que, na medida em que a

eliminação de alguns sofismas e a solução de certas ambiguidades são, realmente, úteis para a vida, de fato somos capazes de evitar os problemas que elas nos causariam com base apenas na observação da vida cotidiana e comum (254-257), sem termos de recorrer às habilidades do dialético. Ademais, a solução de problemas propriamente dialéticos é inútil (236). Sempre que surgem ambiguidades no escopo de uma disciplina particular, aqueles que são experientes neste campo estarão aptos a resolvê-la, de forma que novamente a arte do dialético é inútil (256). Por outro lado, ambiguidades que não dizem respeito às experiências da vida cotidiana e comum (*biotikai empeiriai*) são invenções dogmáticas e certamente são inúteis para uma vida ‘livre de crenças’ (*adoksastos*) (258).

Com base nessas comparações mencionadas, poderíamos concluir, com Blank (p. liv) que, no conflito entre o inútil e o útil (ou seja, no choque entre o que é especializado e dogmático com o que é geral, cético e necessário para vida), Sexto tende a argumentar pela não existência do que é ‘especializado’. Tal procedimento não seria muito diferente entre *M* 1-6 e *PH* 2, mesmo porque há uma introdução geral na qual se diz que o cético ataca as artes a partir de sua experiência aporética, e as refutações céticas são consistentemente caracterizadas como aporéticas. Dessa forma, talvez não poderíamos dizer que as polêmicas em *M* 1-6 são exemplos de dogmatismo negativo, se supomos que aquelas em *PH* também não o são.

Outro exemplo útil pode ser encontrado em *M* 9. Depois dos comentários iniciais acerca das diferenças entre o método acadêmico de produzir uma infinidade de argumentos detalhados sobre tudo que o dogmático sustenta e o método cético de atacar os princípios mais fundamentais, Sexto introduz uma discussão aporética (*diaporoumen*: 12) relativa aos princípios (estoicos) do ativo e passivo. Primeiro, diz ele, investigará *dogmaticamente* sobre ‘deus’ e, então, *aporeticamente*, discorrerá sobre a não existência de ativo e passivo. Porém, antes disso, ele diz que é preciso, já que cada investigação deve começar por uma concepção do que se busca, abordar como poderíamos adquirir uma noção de ‘deus’. Ao fim desta seção (191), apresentados os argumentos dogmáticos a favor da existência e não-existência de deuses, e introduzida a suspensão cética do juízo, ele dá início à discussão ‘mais cética’ que provará que o princípio passivo é tão aporético quanto o ativo. Nessa discussão, ele irá contrapor argumentos céticos a argumentos dogmáticos (207). Tal como supõe Blank (*ibidem*), os mesmos termos utilizados em *M* 1-6 aparecem aí, acompanhados do reconhecimento explícito do princípio geral segundo o qual, mesmo quando os argumentos céticos asseveram a não-existência, eles continuam sendo exemplos de argumentos equipolentes.

Esse panorama apresentado e sua conclusão está de acordo com a leitura de Barnes, mencionada no início desta seção, além disso, preserva o cenário puramente cético da argumentação sextiana que, não somente revela as aporias relativas a estas disciplinas, como reitera o critério prático contra a teorização dogmática. Tal exposição, no entanto, apenas seleciona e enfatiza argumentos que, supomos, o próprio Sexto ofereceria em sua defesa; isso contribui para a compreensão de como ele pretendia conferir coerência ao seu empreendimento, porém, tal defesa não parece eliminar os motivos pelos quais muitos produtos de sua ‘farmácia’ têm sido constantemente acusados de serem ‘placebos’, simulações, cuja eficácia contra o dogmatismo estaria ameaçada por causa de sua composição inadequada e apenas agiriam se houvesse uma predisposição ao efeito.

Ainda assim, talvez devêssemos salientar que Sexto está disputando um território com seus ‘adversários’, há uma resposta, mas também há uma proposta; e esta se coloca em relação à condução da vida, à formação cultural e à filosofia, em uníssono. Aquilo que, pessoalmente, nos intriga é que suas obras não parecem expressar a *ataraksia* que sugerem, muito menos propiciar qualquer tipo de ‘paz de espírito’, especialmente entre aqueles que seguem, nos últimos séculos, escrevendo fervorosamente sobre ela. Tampouco suas obras refletem moderação de opinião, principalmente em relação aos resultados das outras propostas concorrentes com a sua. Contudo, pode-se sim afirmar que o cético segue investigando. E, neste sentido, Sexto não se põe à margem de um território, ele continua o exercício filosófico, dialogando, pesquisando, falando adequadamente e agindo normalmente, supomos, e isso talvez já expresse moderação e ‘serenidade’ suficientes.

1.8 SOBRE A TRADUÇÃO

Nossa preocupação principal foi encontrar um equilíbrio entre a imprescindível permanência e padronização de termos e conceitos técnico-filosóficos e a fluidez da argumentação, procurando salvaguardar características do estilo retórico sextiano, mas sem nos restringirmos a mimetizar as propriedades da língua grega em português. A padronização de termos acontece por ser necessário preservar, ainda que artificialmente, a especificidade, polissêmica talvez, daquele termo em um contexto maior, que o relaciona a uma ‘tradição’. Tal tradição, no entanto, não é somente, e necessariamente, a do contexto de produção. Pelo contrário, é geralmente a do contexto de recepção. É a história do termo como parte de uma cultura de recepção da filosofia helenística, em específico, ou da cultura grega, em geral, que

costuma gerar muitas das dúvidas do processo tradutório. Procuramos, portanto, não perder de vista o lugar em que se insere nossa contribuição, herdeira dessa tradição, e expressar, em nota, ao menos parte de nossas hesitações, fornecendo nosso roteiro de leitura do termo e da passagem em que ocorre.

Assim, as notas de fim procuram esclarecer o leitor acerca de nosso caminho interpretativo e disponibilizar informações que permitam outras associações e leituras não necessariamente contempladas aqui. Frequentemente colocamos na tradução, entre parênteses, a transliteração de termos gregos: pareceu-nos um recurso para trazer à memória do leitor que não segue o original as tradições de leitura daquele termo e expressar uma distância possível entre esta tradição e nossa tradução. Assim, serve para conferir ênfase a um termo, ou mesmo sugerir nossa insatisfação com a solução que encontramos para ele. Sentimo-nos particularmente descontentes com as traduções de *tekhne* e termos correlatos. ‘Arte’ é uma tradução que, malgrado sua imprecisão, já está consideravelmente estabelecida e pode não gerar problemas maiores justamente por continuar problemática e não haver se cristalizado em um sentido equivocado. Por outro lado, não conseguimos manter o paralelo e usar os termos familiares como ‘artista’, ‘artífice’, ‘artístico’ e *quetais*, e tivemos, então, de optar por ‘técnica’, que além de também não poder ser padronizada, mas dar lugar, em alguns contextos, a outras escolhas, se justifica apenas por espelhar o termo grego, pois, em geral, uma leitura desavisada do termo pode mesmo prejudicar a compreensão do texto. A solução foi manter o termo em itálico, para lembrarmos-nos de que se relaciona à *tekhne*. Em um sentido bastante geral e comum, acreditamos que *tekhne*, em alguns contextos, poderia ser traduzida por ‘ciência’, da forma como, cotidianamente, se fala em ‘cientificamente comprovado’ para algo que, através de um método, conforma-se a um sistema de proposições e descobertas teóricas e práticas compartilhado por especialistas e iniciados. Além de evocar, também, a questão da ‘superioridade’, os cientistas são aqueles cuja opinião sobre o assunto possui autoridade. Também contém o elemento da *exclusividade*, de forma que não se permitiria chamar ciência a estudos ‘proféticos’, por exemplo. Dessa forma, contém também o gérmen da discórdia, pois usa-se ‘ciência’ em um sentido bastante corriqueiro e não especializado (‘ciência doméstica’ para truques culinários), e também quando o intuito é defender a integridade de um estudo, mesmo quando ele não se adapta às regras de uma comunidade científica ‘dominante’. Mas esta é apenas uma aproximação canhestra, teríamos que confrontar ainda muitos outros problemas históricos, sociais e filosóficos relativos ao termo ‘ciência’.

Em geral, preferimos não modernizar os termos, no sentido de não procurar atingir seu sentido com um conceito moderno que poderia nos remeter mais rapidamente a seus significados. Por exemplo, mantivemos ‘gramática’, que certamente possui, no contexto da discussão do texto, uma abrangência distinta da atual, e que poderia ser coberta, imperfeitamente também, pelo termo ‘filologia’. Gostaríamos, especialmente, de chamar a atenção para as ocorrências de: *mathemata*, *mathema*, *mathesis*, *tekhne*, *tekhnikos*, *tekhnites*, *atekhnos*, *theoremata*, *historia*, e remeter o leitor às notas explicativas em que esclarecemos acerca de suas especificidades e nossas escolhas.

As citações de trechos poéticos feitas por Sexto, com exceção das citações da *Iliada* e da *Odisseia*, em que usamos as traduções de Carlos Alberto Nunes, foram traduzidas sem atentar para a métrica, nos atemos apenas ao argumento sextiano.

O texto grego de base é o de J. Mau e H. Mutschmann, *Sexti Empirici opera*, vol. 3, 2ª edição. Leipzig: Teubner, 1961, presente no *corpus online Thesaurus Linguae Graecae*. A mesma edição serviu de base para a tradução de Blank (1998). Blank (p. lvi) afirma não haver notado diferenças com o texto de Bury (1949) para as edições Loeb, no entanto, Bury afirma ter seguido a edição de I. Bekker (1842). Dalimier segue a primeira edição de Mutschmann e Mau (vol. 3, 1954) e encontramos algumas diferenças entre seu texto e o que seguimos. Não apontamos especificamente estas diferenças, mas consideramos sua tradução em passagens que nos pareceram problemáticas e citamos algumas de suas colocações e sugestões em notas.

Foram mantidos os símbolos originais no texto grego:

[...] supressão: ausente da tradução,

<...> inserção.

Blank procede a algumas modificações no texto nem sempre completamente justificadas ou situadas em relação à tradição dos manuscritos. De maneira geral, no entanto, seguimos suas recomendações, por acreditarmos que sua minuciosa exegese do texto, apresentada nos comentários, à moda de ensaios, a cada linha do texto, confere-lhe autoridade sobre ele. Ainda assim, talvez algumas delas fossem mesmo supérfluas, e buscamos apontar nas notas quando esse parece ser o caso.

Quando a inserção foi sugerida por Blank usamos o mesmo sinal <...>, mas informamos em nota de rodapé. Quando Blank propõe uma supressão, colocamos nota de rodapé com o texto grego suprimido usando os símbolos: {...}, bem como traduzimos, também em nota, a passagem. Lembrando que o livro de Blank não traz o texto grego, apenas acompanha a tradução com notas que justificam suas opções. Em alguns momentos (poucos, é

verdade), sua tradução parece implicar alguma modificação no texto grego que ele, no entanto, não anotou.

2 TEXTO GREGO E TRADUÇÃO

ΠΡΟΣ ΜΑΘΗΜΑΤΙΚΟΥΣ

[1] Τὴν πρὸς τοὺς ἀπὸ τῶν μαθημάτων ἀντίρρησιν κοινότερον μὲν διατεθεῖσθαι δοκοῦσιν οἳ τε περὶ τὸν Ἐπίκουρον καὶ οἱ ἀπὸ τοῦ Πύρρωνος, οὐκ ἀπὸ τῆς αὐτῆς δὲ διαθέσεως, ἀλλ' οἱ μὲν περὶ τὸν Ἐπίκουρον ὡς τῶν μαθημάτων μηδὲν συνεργούντων πρὸς σοφίας τελείωσιν, ἢ, ὡς τινες εἰκάζουσι, τοῦτο προκάλυμμα τῆς ἑαυτῶν ἀπαιδευσίας εἶναι νομίζοντες (ἐν πολλοῖς γὰρ ἀμαθῆς Ἐπίκουρος ἐλέγχεται, οὐδὲ ἐν ταῖς κοιναῖς ὁμιλίαις καθαρεύων), [2] τάχα δὲ καὶ διὰ τὴν πρὸς τοὺς περὶ Πλάτωνα καὶ Ἀριστοτέλη καὶ τοὺς ὁμοίους δυσμένειαν πολυμαθεῖς γεγονότας· οὐκ ἀπέοικε δὲ καὶ διὰ τὴν πρὸς Ναυσιφάνην τὸν Πύρρωνος ἀκουστὴν ἔχθραν· πολλοὺς γὰρ τῶν νέων συνεῖχε καὶ τῶν μαθημάτων σπουδαίως ἐπεμελεῖτο, μάλιστα δὲ ῥητορικῆς· [3] γενόμενος οὖν τούτου μαθητῆς ὁ Ἐπίκουρος ὑπὲρ τοῦ δοκεῖν αὐτοδίδακτος εἶναι καὶ αὐτοφυῆς φιλόσοφος ἤρνεῖτο ἐκ παντὸς τρόπου, τὴν τε περὶ αὐτοῦ φήμην ἐξαλείφειν ἔσπευδε, πολὺς τε ἐγένετο τῶν μαθημάτων κατήγορος, ἐν οἷς ἐκεῖνος ἐσεμνύετο. [4] φησὶ γοῦν ἐν τῇ πρὸς τοὺς ἐν Μυτιλήνῃ φιλοσόφους ἐπιστολῇ ‘οἴμαι δὲ ἔγωγε τοὺς βαρυστόνους καὶ μαθητὴν με δόξειν τοῦ πλεύμονος εἶναι, μετὰ μεираκίων τινῶν κραιπαλώντων ἀκούσαντα’,

CONTRA OS PROFESSORES¹

[1] Em comum, tanto o círculo de Epicuro quanto seguidores de Pirro parecem ter proposto um ataque (*antirrhesis*)² contra os que professam as disciplinas do *estudo cíclico* (*mathematikoi*), mas não pelo mesmo motivo (*diathesis*).³ Os epicuristas fizeram-no ou por terem concluído que estes estudos (*mathemata*)⁴ não contribuem em nada para a sabedoria, ou por imaginarem, como supõem alguns, que isso pudesse encobrir sua própria falta de cultura. De fato, Epicuro foi censurado por não ter instrução (*amathes*) em muitos assuntos, nem falar corretamente a língua em conversas cotidianas.⁵ [2] Ou talvez tenha sido por causa de sua má vontade com Platão e Aristóteles e outros como eles, que eram polímatas - o que não é improvável, visto a hostilidade contra Nausífanos⁶, discípulo de Pirro⁷. Nausífanos atraía muitos jovens e dedicava-se com seriedade a estas disciplinas, principalmente à retórica. [3] E Epicuro, para parecer que fora autodidata e filósofo nato, negava de todas as formas ter sido seu aluno, dedicando-se a destruir a reputação daquele. Tornou-se então um acusador constante dos *estudos cíclicos*, em que Nausífanos se destacava.⁸ [4] Em sua *Carta aos filósofos em Mitilene*, expressou-se mesmo dessa forma: “Suponho que os linguarudos⁹ vão dizer que sou discípulo da ‘água-viva’ porque estive escutando-a junto àquele bando de jovens de ressaca”

νῦν πλεύμονα καλῶν τὸν Νουσιφάνην ὡς ἀναίσθητον· καὶ πάλιν προβάς πολλά τε κατειπὼν τάνδρὸς ὑπεμφαίνει τὴν ἐν τοῖς μαθήμασιν αὐτοῦ προκοπὴν λέγων ‘καὶ γὰρ πονηρὸς ἄνθρωπος ἦν καὶ ἐπιτετηδευκῶς τοιαῦτα ἐξ ὧν οὐ δυνατὸν εἰς σοφίαν ἐλθεῖν’, αἰνισσόμενος τὰ μαθήματα. [5] πλὴν ὁ μὲν Ἐπίκουρος, ὡς ἂν τις εἰκοβολῶν εἴποι, ἀπὸ τοιούτων τινῶν ἀφορμῶν πολεμεῖν τοῖς μαθήμασιν ἤξιου, οἱ δὲ ἀπὸ Πύρρωνος οὔτε διὰ τὸ μηδὲν συνεργεῖν αὐτὰ πρὸς σοφίαν, δογματικὸς γὰρ ὁ λόγος, οὔτε διὰ τὴν προσοῦσαν αὐτοῖς ἀπαιδευσίαν· σὺν γὰρ τῷ πεπαιδεῦσθαι καὶ πολυπειροτέρους παρὰ τοὺς ἄλλους ὑπάρχειν φιλοσόφους ἔτι καὶ <ἀ>διαφόρως ἔχουσι πρὸς τὴν παρὰ τοῖς πολλοῖς δόξαν· [6] καὶ μὴν οὐδὲ δυσμενείας χάριν τῆς πρὸς τινὰς (μακρὰν γὰρ αὐτῶν τῆς πραότητός ἐστιν ἢ τοιαύτη κακία)· ἀλλὰ τοιοῦτόν τι ἐπὶ τῶν μαθημάτων παθόντες ὁποῖον ἐφ’ ὅλης ἔπαθον τῆς φιλοσοφίας¹. καθὰ γὰρ ἐπὶ ταύτην ἦλθον πόθῳ τοῦ τυχεῖν τῆς ἀληθείας, ἰσοσθενεῖ δὲ μάχῃ καὶ ἀνωμαλία τῶν πραγμάτων ὑπαντήσαντες ἐπέσχον, οὕτω καὶ ἐπὶ τῶν μαθημάτων ὀρμήσαντες ἐπὶ τὴν ἀνάληψιν αὐτῶν, ζητοῦντες καὶ τὸ ἐνταῦθα μαθεῖν ἀληθές, τὰς δὲ ἴσας εὐρόντες ἀπορίας, οὐκ ἀπεκρύψαντο.

(chamando Nausífanos de água-viva como alguém incapaz de perceber algo (*anaisthetos*)).¹⁰ E depois de já o ter insultado várias vezes, parece aludir a sua competência nos estudos especializados ao dizer: “Era um homem sem qualquer valia, alguém que se dedicava a coisas pelas quais é impossível alcançar sabedoria”, insinuando os *estudos cíclicos*. [5] Pois bem, deste modo, como podem supor, a partir de coisas como tais, que fogem ao assunto, é que Epicuro justifica sua guerra a estes estudos. Os seguidores de Pirro, no entanto, criticaram estes estudos não porque não fossem de nenhum proveito para a sabedoria (pois esse argumento é dogmático), nem porque fosse comum entre eles a falta de cultura (*apaidousia*) – uma vez que, a par da formação recebida e de serem muito mais experientes que outros filósofos, são também indiferentes à opinião do vulgo.¹¹ [6] Nem certamente teria sido por qualquer espécie de inimizade com alguém, já que tal tipo de maldade está bem longe de seu caráter gentil¹². Mas sim, por sentirem em relação a estes estudos algo como o que sentiram em relação à filosofia como um todo. Pois a procuraram movidos pelo desejo de encontrar a verdade, porém, ao deparar-se com um conflito entre argumentos equipolentes (*isosthenes makhe*) e anomalia nas coisas (*anomalía ton pragmaton*)¹³, acabaram por suspender o julgamento (*epekho*). Da mesma forma dispuseram-se a se dedicar (*analepsis*) a estes estudos, procurando (*zetountes*), também aqui, aprender a verdade. Porém, tendo encontrado aporias iguais àquelas, não as ocultaram.¹⁴

¹ Blank, *ad loc.*: de acordo com todos os manuscritos exceto um. Por σοφίας.

[7] διόπερ καὶ ἡμεῖς τὴν αὐτὴν τούτοις ἀγωγὴν μεταδιώκοντες πειρασόμεθα χωρὶς φιλονεικίας τὰ πραγματικῶς λεγόμενα πρὸς αὐτὰ ἐπιλεξάμενοι θεῖναι.

Τὸ μὲν οὖν διδάσκειν ἀπὸ τίνος ἐγκύκλια προσηγόρευται μαθήματα καὶ πόσα τὸν ἀριθμὸν ἔστι, περιττὸν ἡγοῦμαι, <πρὸς τοῦς>² ἱκανὴν ἤδη τὴν περὶ τούτων ἔχοντας κατήχησιν γινομένης ἡμῖν τῆς διδασκαλίας. [8] ὁ δὲ ἔστιν ἀναγκαῖον ἐπὶ τοῦ παρόντος, ὑποδεικτέον ὅτι τῶν λεγομένων πρὸς τὰ μαθήματα τὰ μὲν καθολικῶς λέγεται πρὸς πάντα τὰ μαθήματα, τὰ δὲ ὡς πρὸς ἕκαστα, καὶ καθολικώτερον μὲν τὸ περὶ τοῦ μηδὲν εἶναι μάθημα, ἰδιαίτερον δὲ πρὸς μὲν γραμματικούς, εἰ τύχοι, περὶ τῶν τῆς λέξεως στοιχείων, πρὸς δὲ γεωμέτρας περὶ τοῦ μὴ δεῖν ἐξ ὑποθέσεως λαμβάνειν τὰς ἀρχάς, πρὸς δὲ μουσικούς περὶ τοῦ μηδὲν εἶναι φωνὴν μηδὲ χρόνον. ἴδωμεν δὲ τάξει πρῶτον τὴν καθολικωτέραν ἀντίρρησιν.

Εἰ ἔστι μάθημα

[9] Τὴν μὲν οὖν γενομένην παρὰ τοῖς φιλοσόφοις περὶ μαθήσεως διαφωνίαν πολλὴν καὶ ποικίλην οὔσαν οὐ τοῦ παρόντος ἔστι καιροῦ ἐπικρίνειν· ἀπόχρη δὲ παραστῆσαι ὡς εἶπερ ἔστι τι μάθημα καὶ τοῦτο ἀνυστὸν ἀνθρώπῳ, τέσσαρα δεῖ προομολογήσασθαι, τὸ διδασκόμενον πρᾶγμα, τὸν διδάσκοντα, τὸν μανθάνοντα, τὸν τρόπον τῆς μαθήσεως. οὔτε δὲ τὸ διδασκόμενον ἔστιν οὔτε ὁ διδάσκων οὔτε ὁ μανθάνων οὔτε ὁ τρόπος τῆς μαθήσεως,

É por isso que também nós, que seguimos a mesma orientação (*agoge*)¹⁵ deles, tentaremos, sem espírito de rivalidade, apresentar, tendo-os selecionado, argumentos efetivos (*pragmatikos*)¹⁶ contra os *estudos cíclicos*.

Creio ser desnecessário expor (*didaskain*) por que são chamados *estudos cíclicos* (*enkuklia*)¹⁷ ou quantos são em número, pois nossa exposição (*didaskalia*) dirige-se a quem já ouviu falar suficientemente sobre isto. [8] Nesse momento, o necessário é indicar que, contra estes estudos, existem os argumentos gerais, que falam contra todos os estudos especializados; e os específicos, que se dirigem a cada disciplina em particular.¹⁸ Não existir estudo¹⁹ é o argumento mais geral. Um mais específico seria, por exemplo, contra os gramáticos sobre os elementos da palavra²⁰, ou contra os geômetras acerca de não ser necessário assumir princípios a partir de uma hipótese²¹; ou contra os músicos sobre não existirem som (*phone*) e tempo²². Por ordem, veremos primeiro o ataque mais geral.

Se existe estudo

Este não é o momento adequado para examinar o longo e variado desacordo (*diaphonia*) que existe entre os filósofos sobre o ensino (*mathesis*)²³. Basta colocar que, se existe algo como um estudo (*mathema*), acessível para o homem, quatro coisas precisam ser admitidas de antemão: uma coisa (*pragma*) que se ensina, quem ensina, quem aprende, e um modo de ensinar. E não existe o que se ensina, nem quem ensina, tampouco quem aprende ou o modo de ensinar, conforme demonstraremos; portanto, não

² Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 429.

καθάπερ ὑποδείξομεν· οὐκ ἄρα ἔστι τι μάθημα.

Περὶ τοῦ διδασκομένου

[10] Καὶ δὴ περὶ τοῦ πρώτου λέγοντες πρῶτόν φαμεν ὡς εἴπερ διδάσκεται τι, ἦτοι τὸ ὄν τῷ εἶναι διδάσκεται ἢ τὸ μὴ ὄν τῷ μὴ εἶναι. οὔτε δὲ τὸ ὄν τῷ εἶναι διδάσκεται οὔτε τὸ μὴ ὄν τῷ μὴ εἶναι, καθάπερ παραστήσομεν· οὐκ ἄρα διδάσκεται τι. καὶ δὴ τὸ μὴ ὄν τῷ μὴ εἶναι οὐκ ἂν διδάσκοιτο· εἰ γὰρ διδάσκεται, διδακτὸν ἔστι, διδακτὸν δὲ καθεστῶς τῶν ὄντων γενήσεται,

[11] καὶ διὰ τοῦτο ἔσται μὴ ὄν τε καὶ ὄν· οὐχὶ δὲ γε δυνατόν ἔστι τὸ αὐτὸ καὶ ὄν τε καὶ μὴ ὄν ὑπάρχειν· οὐκ ἄρα τὸ μὴ ὄν τῷ μὴ εἶναι διδάσκεται. τῷ τε μὴ ὄντι οὐδὲν συμβέβηκεν, ᾧ δὲ μηδὲν συμβέβηκεν, οὐδὲ τὸ διδάσκεσθαι συμβήσεται· ἐν γὰρ τι ἦν τῶν συμβεβηκότων καὶ τὸ διδάσκεσθαι·

[12] τοίνυν οὐδὲ ταύτη διδακτὸν ἔστι τὸ μὴ ὄν. καὶ μὴν τὸ διδασκόμενον φαντασίαν κινουῦν εἰς μάθησιν ἡμῶν ἔρχεται, τὸ δὲ μὴ ὄν ἀδυνατοῦν φαντασίαν κινεῖν οὐδὲ διδακτὸν ἔστιν. ἔτι δὲ οὐδ' ὡς ἀληθὲς τὸ μὴ ὄν <διδασκόμενον>³ ἔστιν. οὔτε γὰρ τῶν μὴ ὄντων ἔστι τὰ ἀληθῆς οὔτε τι ἀληθὲς ὡς μὴ ὄν διδακτὸν ἔστιν.⁴

existe algo como um estudo.

Sobre o que se ensina

Ao abordar o primeiro ponto, diremos primeiro que se alguma coisa é ensinada²⁴, ou é ensinado o que existe (*to on*), por existir, ou o que não existe (*to me on*), por não existir. Mas nem o que existe é ensinado por existir, nem o que não existe por não existir, conforme provaremos: logo coisa alguma é ensinada.²⁵ O que não existe não viria a ser ensinado por não existir, pois, se é ensinado, é ensinável, e, sendo ensinável, tornar-se-á das coisas²⁶ que existem.

E por isso seria algo que existe e não existe: e certamente não é possível existir (*huparkhein*) uma mesma coisa que existe e não existe²⁷: portanto o que não existe não é ensinado por não existir. Ao que não existe, nada é atribuído (*sumbebeke*), ao que nada é atribuído, não se atribuirá nem o ser ensinado, pois mesmo 'ser ensinado' é um atributo.²⁸

Assim, por esta razão, o que não existe não é ensinável. E mais, o que se ensina nós o apreendemos através da representação (*phantasia*) que provoca²⁹; o que não existe, sendo incapaz de provocar qualquer representação, tampouco é ensinável. Ainda, o que não existe também não é ensinável como algo verdadeiro. De fato, algo verdadeiro não está entre as coisas que não

³ Blank, *ad loc.*: com Bekker.

⁴ Blank, *ad loc.*: deleta, por considerar interpolação: {εἰ δὲ καὶ μηδὲν ἀληθές, εἴπερ διδακτὸν ἔστιν, τῶν γὰρ ὄντων ἔστι τὸ ἀληθές, ἀδίδακτον ἄρα τὸ μὴ ὄν. μηδ' ἀληθές διδάσκεται.}: {Também não é algo verdadeiro, no caso de ser ensinável, visto que uma coisa verdadeira faz parte *do que é*; conclui-se que *o que não existe* é não-ensinável. Tampouco é ensinado como verdadeiro.}.

[13] εἰ δὲ μηδὲν ἀληθὲς διδάσκεται, πᾶν τὸ διδασκόμενον ψευδὸς ἐστίν· ὅπερ ἀλογώτατον ὑπάρχει. οὐ τοίνυν τὸ μὴ ὄν διδάσκεται.⁵

[14] καὶ μὴν οὐδὲ τὸ ὄν τῷ εἶναι διδακτὸν ἐστίν, ἐπειδήπερ τῶν ὄντων⁶ πάντα ἔσται διδακτά. ὃ ἀκολουθήσει τὸ μηδὲν εἶναι διδακτὸν· δεῖ γὰρ ὑποκεῖσθαι τι ἀδίδακτον, ἵνα ἐκ τούτου γένηται ἡ μάθησις⁷. τοίνυν οὐδὲ τὸ ὄν τῷ εἶναι διδάσκεται.

[15] Ὁ δὲ ὁμοίος τῆς ἀπορίας γενήσεται τρόπος καὶ πρὸς τοὺς ἐροῦντας τὸ οὐ τι ὄν ἢ τι διδάσκεσθαι. εἰ γὰρ τὸ οὐ τι ὄν διδάσκοιτο, ἔσται ἢ διδάσκεται τί, καὶ διὰ τοῦτο <τὸ> αὐτὸ τάναντία οὐτι καὶ τι ἔσται, ὅπερ ἦν τῶν ἀδυνάτων. τῷ τε οὐτινι οὐδὲν συμβέβηκεν, διὸ οὐδὲ τὸ διδάσκεσθαι·

[16] καὶ γὰρ τοῦτο τῶν συμβεβηκότων ἐστίν. οὐ τοίνυν τὸ οὐτι διδάσκεται. κατὰ δὲ τὴν αὐτὴν ἀναλογίαν καὶ τὸ τι τῶν ἀδιδάκτων γενήσεται· εἰ γὰρ διὰ τοῦτο διδακτὸν ἔσται ὅτι ἔστιν, οὐδὲν ἀδίδακτον ἔσται, ὃ ἔπεται τὸ μηδὲν εἶναι διδακτὸν.

[17] καὶ μὴν εἰ διδάσκεται <τὸ> τί, ἦτοι διὰ τῶν οὐτινῶν διδαχθήσεται ἢ διὰ τῶν τινῶν.

existem, e tampouco algo verdadeiro é ensinável como algo que não existe.³⁰

E se não é ensinado nada verdadeiro, tudo que se ensina é falso: o que é totalmente ilógico. Pois bem, não é ensinado o que não existe.

Mas o fato é que também o que existe não é ensinável por existir, pois, de outro modo, todas as coisas que existem serão ensináveis³¹. A consequência disto é que nada seria ensinável. Pois é preciso assumir (*hupokeisthai*) algo não-ensinável, para que o ensino possa acontecer a partir dele. Assim, tampouco o que existe é ensinado por existir.

O mesmo modo de revelar aporias será usado contra os que dizem que ou é ensinado algo ou nada.³² Pois, se nada fosse ensinado, tornar-se-ia algo ensinado - de forma que a mesma coisa viria a ser coisas contrárias: nada e algo, o que foi considerado impossível. Ao nada, nada é atribuído, por isso, nem mesmo o ser ensinado, já que este é um atributo. Portanto, o nada não é ensinado. De maneira análoga, também o que é algo vem a ser não-ensinável. Pois, se fosse ensinável simplesmente porque é algo, nenhuma coisa seria não-ensinável, com a consequência de que coisa alguma seria ensinável.

De fato, se algo é ensinado, terá de ser ensinado ou por meio de algo, ou por meio de nada. Mas

⁵ Blank, *ad loc.*: deleta, por considerar interpolação: {ἦτοι γὰρ τὸ διδασκόμενον ψευδὸς ἐστίν ἢ ἀληθές. ἀλλὰ ψευδὸς μὲν ἀλογώτατον, τὸ δὲ ἀληθὲς ὄν ὑπῆρχεν. οὐκ ἄρα τὸ μὴ ὄν διδακτὸν.}: {Pois, o que se ensina ou é falso ou é verdadeiro. Não faz o menor sentido dizer que é falso. E aquilo que é verdadeiro existe. Conclui-se então que *o que não existe* não é ensinável.}.

⁶ Blank, *ad loc.*: deleta {πᾶσι φαινομένων}. Optamos por suprimir também a expressão seguinte: {πᾶσι φαινομένων ἐπ' ἴσης} {visto serem todas aparentes *de maneira igual* para todos}. A expressão é recorrente na obra sextiana como parte de argumento distinto.

⁷ Passagem problemática, seguimos uma das modificações sugeridas por Blank, *ad loc.*: ἵνα ἐκ τούτου {γινωσκομένου} γένηται ἡ {τούτου} μάθησις. Por ser semelhante à passagem *M XI. 222*.

ἀλλὰ διὰ μὲν τῶν οὐτινῶν οὐχ οἶόν τε διδαχθῆναι· ἀνυπόστατα γὰρ ἐστὶ τῆ διανοία ταῦτα κατὰ τοὺς ἀπὸ τῆς στοᾶς. λείπεται οὖν διὰ τῶν τινῶν γίνεσθαι τὴν μάθησιν. ὁ πάλιν ἄπορόν ἐστιν·

[18] ὥσπερ γὰρ αὐτὸ τὸ διδασκόμενον κατὰ τοῦτο διδάσκεται καθὸ τί ἐστίν, οὕτως ἐπεὶ καὶ τὰ ἐξ ὧν ἡ μάθησις τινὰ ἐστὶ, <πάντα> γενήσεται διδακτά. καὶ ταύτη μηδενὸς ὄντος <ἀ>διδάκτου ἀναιρεῖται ἡ μάθησις.

[19] Ἄλλως τε, ἐπεὶ τῶν τινῶν τὰ μὲν ἐστὶ σώματα τὰ δὲ ἀσώματα, δεήσει τὰ διδασκόμενα τινὰ ὄντα ἤτοι σώματα εἶναι ἢ ἀσώματα· οὔτε δὲ σώματα δύναται ὑπάρχειν οὔτε ἀσώματα, ὡς παραστήσομεν· οὐκ ἄρα ἐστὶ τινὰ διδασκόμενα.

Περὶ σώματος

[20] Τὸ μὲν οὖν σῶμα, καὶ μάλιστα κατὰ τοὺς Στωικούς, οὐκ ἂν εἶη τῶν διδασκῶν· δεῖ γὰρ τὰ διδασκόμενα λεκτὰ τυγχάνειν, τὰ δὲ σώματα οὐκ ἐστὶ λεκτά, διόπερ οὐ διδάσκεται. εἴπερ δὲ τὰ σώματα μήτε αἰσθητὰ ἐστὶ μήτε νοητά, δῆλον ὡς οὐδὲ διδακτά γενήσεται. αἰσθητὰ μὲν οὖν οὐκ ἐστίν, ὡς ἐκ τῆς ἐννοίας αὐτῶν συμφανές.

[21] ἢ⁸ γὰρ σύνοδος ἐστὶ κατὰ ἄθροισμὸν μεγέθους καὶ σχήματος καὶ ἀντιτυπίας τὸ σῶμα, ὡς φησὶν Ἐπίκουρος, ἢ τὸ τριχῆ διαστατόν, τουτέστι τὸ ἐκ μήκους καὶ πλάτους καὶ βάθους, καθάπερ οἱ μαθηματικοὶ λέγουσιν, ἢ τὸ τριχῆ διαστατόν μετὰ

não é possível para ele ser ensinado por meio de nada, pois para o pensamento (*dianoia*) o nada é insubsistente (*anupostatos*), segundo os estoicos. Resta-nos, portanto, que o ensino se dê por meio de algo. O que é novamente aporético.

Pois, da mesma forma que o que se ensina é ele próprio ensinado por esta condição, ou seja, porque é algo, então, visto também serem algo as coisas a partir das quais acontece o ensino, todas elas serão ensináveis. Por essa razão, se não existe nada não-ensinável, anula-se (*anairetai*)³³ o ensino.

E, além disso, já que algo ou é corpóreo (*soma*) ou incorpóreo (*asoma*), será preciso que, se o que se ensina é algo, seja ou corpóreo ou incorpóreo. Mas não é possível ser nem corpóreo nem incorpóreo, como demonstraremos. Logo não existe algo que se ensina.

Sobre corpo³⁴

O corpo, de acordo principalmente com os estoicos, não poderia ser uma coisa ensinável: pois as coisas que se ensinam precisam ser dizíveis (*lekta*)³⁵, e coisas corpóreas não são dizíveis, por isso, não são ensinadas. E se realmente as coisas corpóreas não são nem sensíveis (*aistheta*) nem inteligíveis (*noeta*), é evidente que não serão ensináveis. Não serem sensíveis é algo que está claro na definição dos estoicos.³⁶

Pois, ou o corpo é, como diz Epicuro, uma combinação, por junção, de grandeza, forma e solidez; ou, conforme dizem os matemáticos, é algo de três dimensões, ou seja, comprimento, largura e profundidade; ou, de novo segundo Epicuro, o que tem três dimensões mais solidez (a

⁸ Blank, *ad loc.*: conforme Blomqvist, p. 73. Lê ἢ ao invés de εἶ .

ἀντιτυπίας, ὡς πάλιν ὁ Ἐπίκουρος, ἵνα τούτῳ διορίζῃ τοῦ κενοῦ⁹ –

[22] ὅπως δ' ἂν ἔχη, ἐπεὶ κατὰ σύνοδον πολλῶν ιδιωμάτων νοεῖται, ἡ δὲ πλειόνων ἐπισύνθεσις οὐχ ἀπλῆς τινος καὶ ἀλόγου αἰσθήσεώς ἐστὶν ἔργον ἀλλὰ λογικῆς διανοίας εἰ δὲ λογικῆς διανοίας <νοητόν τι>¹⁰, οὐκ ἔσται τῶν αἰσθητῶν τὸ σῶμα.

[23] κἂν αἰσθητὸν δὲ <πάλιν>¹¹ αὐτὸ ὑποθώμεθα, πάλιν ἐστὶν ἀδίδακτον. τὸ γὰρ αἰσθητὸν¹², ἧ αἰσθητόν ἐστὶν, οὐ διδάσκεται· οὐδεὶς γὰρ λευκὸν ὄραν μαθάνει, οὐδὲ γλυκεὸς γεύεσθαι, οὐδὲ θερμοῦ ἄπτεσθαι, οὐκ εὐώδους ὀσφραίνεσθαι, ἀλλ' ἔστι ταῦτα τῶν ἀδιδάκτων καὶ φυσικῶς ἡμῖν προσόντων.

[24] λείπεται οὖν νοητόν τε λέγειν τὸ σῶμα καὶ ταύτη διδακτόν. ὅπως δ' ἂν ἀληθὲς εἶη, σκοπῶμεν. εἰ γὰρ μήτε μήκός ἐστι κατ'ἰδίαν τὸ σῶμα μήτε πλάτος ἢ βάθος, τὸ δὲ ἐξ ἀπάντων νοούμενον, ἀνάγκη πάντων ἀσωμάτων ὄντων καὶ τὸ ἐξ αὐτῶν συστὰν ἀσώματον νοεῖν καὶ οὐ σῶμα, διὰ δὲ τοῦτο καὶ ἀδίδακτον,

[25] πρὸς τῷ τὸν νοοῦντα τὸ ἐκ τούτων συνεστῶς σῶμα πρότερον ὀφείλειν αὐτὰ ταῦτα νοεῖν, ἵνα κάκεῖνο δυνατὸν ἦ νοεῖν. ἡ γὰρ περιπτωτικῶς αὐτὰ νοήσει ἢ κατὰ

fim de diferenciá-lo do vazio);

- seja como for, visto ser concebido (*noeitai*) por uma conjunção de diversas propriedades específicas, e a combinação de muitos elementos não é tarefa de um sentido (*aisthesis*) simples e não-racional (*alogos*), mas de pensamento racional (*logike dianoia*) e, se é tarefa de pensamento racional, é um inteligível, o corpo não será um sensível.

E, mesmo supondo que seja sensível, novamente é algo não-ensinável. Pois o sensível, na medida em que é sensível, não é ensinado: pois ninguém aprende a ver o branco, nem a sentir um gosto doce, ou o calor, ou um odor agradável; estas coisas são daquelas que não são ensináveis, mas fazem parte, naturalmente, do que somos.³⁷

Resta-nos, neste caso, considerar o corpo um inteligível e, por esta razão, algo ensinável.

Vamos então examinar de que forma isto poderia ser verdadeiro. Pois se o corpo não é nem comprimento, nem largura, nem profundidade, separadamente, mas o que se concebe (*noein*) a partir de todas estas qualidades juntas, é forçoso, então, já que elas são todas incorpóreas, que o que se concebe a partir delas seja também incorpóreo, e não um corpo, por isso, também é não-ensinável. E mais, o que concebe o corpo como um conjunto daqueles elementos deve primeiro conceber os próprios elementos, para que seja então possível conceber o tal conjunto. Assim, ou irá concebê-los

⁹ Blank, *ad loc.*: deleta {ἡ ὄγκος ἀντίτυπος, ὡς ἄλλοι}: {ou, ainda, uma massa sólida, de acordo com outros}, pois esta definição não envolve diversas propriedades, nem aparece em *M IX* ou em *M XI*. Já a tradutora francesa considera que se possa conceder valor argumentativo à passagem por implicar a conjunção de massa e resistência (*cf.* Dalimier, *ad loc.*).

¹⁰ Blank, *ad loc.*: conforme Giusta, p. 74. Para [εἰ δὲ λογικῆς διανοίας], οὐκ.

¹¹ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 74.

¹² Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 74. Deleta {πάλιν}: {novamente}.

μετάβασιν ἀπὸ περιπτώσεως. οὔτε δὲ περιπτωτικῶς· ἀσώματα γάρ ἐστι, καὶ τῶν ἀσωμάτων οὐκ ἀντιλαμβανόμεθα περιπτωτικῶς, ἀεὶ κατὰ θίξιν γινομένης τῆς περὶ τὴν αἴσθησιν ἀντιλήψεως. καὶ μὴν οὐδὲ κατὰ μετάβασιν ἀπὸ περιπτώσεως, τῷ μηδὲν ἔχειν αἰσθητὸν ἀφ' οὗ μετιῶν τις ποιήσεται τούτων ἐπίνοιαν. τοίνυν οὐδὲ τὰ ἐξ ὧν τὸ σῶμα νοεῖν δυνάμενοι πάντως οὐδὲ διδάσκειν τοῦτο ἰσχύσομεν.

[26] Ἀλλὰ περὶ μὲν τῆς τοῦ σώματος νοήσεώς τε καὶ ὑποστάσεως ἐν τοῖς σκεπτικοῖς ὑπεμνήσαμεν ἀκριβέστερον· νυνὶ δὲ ἀποστάντες τούτων τῶν ἐλέγχων ἐκεῖνο λέγωμεν ὅτι τῶν σωμάτων κατὰ τὸ ἀνωτάτω διττὴ τίς ἐστι διαφορά· τὰ μὲν γὰρ αὐτῶν αἰσθητὰ καθέστηκε τὰ δὲ νοητά. καὶ εἰ τὸ διδασκόμενόν ἐστι σῶμα. πάντως ἤτοι νοητὸν ἐστὶν ἢ αἰσθητὸν.

[27] ἀλλ' οὔτε αἰσθητὸν εἶναι δύναται διὰ τὸ πᾶσιν ἐπ' ἴσης ὀφείλειν φαίνεσθαι καὶ πρόδηλον ὑπάρχειν, οὔτε νοητὸν διὰ τὸ ἀδηλεῖσθαι καὶ αὐτὸ τοῦτο ἀνεπικρίτως διαφωνεῖσθαι παρὰ πᾶσι τοῖς φιλοσόφοις, τῶν μὲν ἄτομον τοῦτο λεγόντων ὑπάρχειν τῶν δὲ τμητὸν, καὶ τῶν τμητὸν φαιμένων εἶναι ἐνίων μὲν εἰς ἄπειρον τέμνεσθαι τοῦτο ἀξιούντων, ἐνίων δὲ εἰς ἐλάχιστον καὶ ἀμερὲς καταλήγειν. οὐκ ἄρα διδακτὸν ἐστὶ τὸ σῶμα.

[28] Καὶ μὴν οὐδὲ τὸ ἀσώματον. πᾶν γὰρ καὶ ὁποῖον ἂν τις ἀσώματον λέγη

por experiência direta (*periptotikos*), ou por transferência (*metabasis*) a partir de uma experiência direta.³⁸ Não os concebe por experiência direta, já que são incorpóreos e os incorpóreos não são apreendidos por experiência direta³⁹: a apreensão (*antilepsis*) sensória⁴⁰ é sempre motivada por contato.⁴¹ Mas tampouco, com efeito, por transferência a partir de uma experiência direta, porque não há nenhum sensível a partir do qual se possa fazer a transferência e chegar à concepção destes elementos.⁴² De forma que, não sendo sequer capazes de conceber os elementos que o compõem, muito menos seremos capazes de ensinar o corpo.

Mas, da concepção do corpo e de sua subsistência (*hupostasis*), tratamos mais detidamente nos *Discursos Céticos*⁴³. Por ora, deixando de lado tais refutações (*elenkhai*), voltaremos àquele argumento que diz que os corpos diferem, primeiramente, de duas formas: uns são sensíveis, outros inteligíveis. E, se o que se ensina é corpóreo, terá de ser obrigatoriamente ou sensível ou inteligível.

Porém, não é possível que seja sensível, por ter de ser igualmente manifesto (*prodelon*) e aparente (*phainesthai*) para todos. Tampouco é um inteligível, por ser não-evidente e objeto de discussão sem fim entre todos os filósofos: uns dizem que é indivisível, outros que pode ser dividido; dos que dizem ser divisível, uns acreditam que se divide ao infinito (*apeiros*), outros dizem que cessa em uma parte mínima indivisível. O corpo não é, portanto, ensinável.

E, certamente, tampouco o incorpóreo. Pois todo e qualquer incorpóreo que alguém afirme ser

διδάσκεσθαι, ἐάν τε τὴν Πλατωνικὴν ἰδέαν, ἐάν τε τὸ παρὰ τοῖς Στωικοῖς λεκτόν, ἐάν τε τόπον ἢ κενὸν ἢ χρόνον ἢ ἄλλο τι τῶν τοιούτων, ἴνα μηδὲν προπετὲς περὶ τῆς ὑποστάσεως αὐτῶν λέγωμεν, μηδ' ἑτέρας σκέψεις ἐν ἑτέραις διεξοδύωμεν παριστάντες τὸ ἀνυπόστατον ἐκάστου, < ὁ > προδήλως μὲν ἐπιζητεῖται καὶ ἔς τ' ἂν ὕδωρ τε νάη καὶ δένδρεα μακρὰ τεθήλη ζητήσεται παρὰ τοῖς δογματικοῖς, τῶν μὲν εἶναι ταῦτα διαβεβαιουμένων, τῶν δὲ μὴ εἶναι, τῶν δὲ ἐπεχόντων· τὸ δὲ τὰ ἔτι ἐπίδικα καὶ ἐν μετεώροις ἀμφισβητήσεσι κείμενα ὡς σύμφωνα καὶ ὁμόλογα διδάσκεσθαι λέγειν τῶν ἀτόπων ἐστίν.

[29] Εἰ οὖν τῶν ὄντων τὰ μὲν ἐστὶ σώματα τὰ δὲ ἀσώματα, δέδεικται δὲ οὐδέτερα τούτων διδασκόμενα, οὐδὲν διδάσκειται.

Ἐπιχειρητέον δὲ καὶ οὕτως. εἰ διδάσκειται τι, ἤτοι ἀληθές ἐστὶν ἢ ψεῦδος. οὐτε δὲ ψεῦδος διδακτόν ἐστὶν, ὡς αὐτόθεν ὁμόλογον, οὐτε ἀληθές· τὸ γὰρ ἀληθές ἄπορον, ὡς ἐν τοῖς σκεπτικοῖς ὑπομνήμασι δέδεικται, καὶ τῶν ἀπόρων οὐκ ἔστι μάθησις.

[30] οὐκ ἄρα ἐστὶ τι τὸ διδασκόμενον. καθόλου τε, εἰ διδάσκειται τι, ἤτοι τεχνικόν ἐστὶν ἢ ἄτεχνον. καὶ ἄτεχνον μὲν ὄν οὐκ ἔστι διδακτόν, τεχνικὸν δὲ εἴπερ καθέστηκεν, αὐτόθεν μὲν φαινόμενον οὐτε τεχνικόν ἐστὶν οὐτε διδακτόν, ἄδηλον δὲ καθεστῶς διὰ τὸ ἀδηλεῖσθαι πάλιν ἐστὶν ἀδίδακτον.¹³

ᾧ συναναίρεται καὶ ὁ διδάσκων διὰ τὸ μὴ ἔχειν ὃ διδάξει [ἢ ἄδηλόν ἐστιν], ὃ τε

ensinado – seja a ideia platônica ou o dizível (*lekton*) dos estóicos, seja o lugar, o vazio ou o tempo, ou qualquer outro como estes – sem intenção de fazer qualquer afirmação precipitada (*propetes*)⁴⁴ sobre sua subsistência, ou repassar exaustivamente outras investigações, provando a insubsistência de cada um, continuam todos sendo investigados pelos dogmáticos. E isso ‘enquanto as águas correrem e as altas árvores florescerem’,⁴⁵ uns sustentando firmemente que existem estas coisas; outros que não existem; e outros suspendendo o juízo. E é absurdo dizer das coisas que ainda estão sob disputa e que permanecem em controvérsia indefinida que são ensinadas, como se houvesse acordo unânime sobre elas.

Portanto, se das coisas que existem umas são corpóreas e outras incorpóreas, e está provado que nenhuma destas se ensina, nada é ensinado.

Também se pode argumentar da seguinte maneira: se algo é ensinado, ou é verdadeiro ou é falso. Mas nem é ensinável o falso (admitte-se de imediato), nem o verdadeiro: pois o que é verdadeiro está sujeito a aporia, como foi demonstrado nos nossos *Comentários Céticos*⁴⁶, e não existe ensino de coisas aporéticas⁴⁷;

logo não existe algo que se ensina. E, no geral, se alguma coisa é ensinada: ou ela faz parte de uma arte (*tekhnikon*), ou não faz (*atekhnon*). O que não faz parte de uma arte, não é ensinável. E, se faz parte de uma arte, ou é aparente em si mesma e, então, nem faz parte de uma arte nem é ensinável, ou é não-evidente e, por ser não-evidente, novamente é não-ensinável.⁴⁸

Com isso anula-se também aquele que ensina,

¹³ Blank, *ad loc.*: com De Marco, 1956, p. 153. Não inserção de <οὐκ ἄρα ἐστὶ τι τὸ διδασκόμενον.>

μανθάνων διὰ τὸ μὴ ἔχειν ὃ μάθη. ὅμως δ' οὖν καὶ περὶ ἑκατέρου τούτων κατ' ἰδίαν ἐπελθόντες ἀπορήσομεν.

Περὶ τοῦ διδάσκοντος καὶ μανθάνοντος

[31] Εἰ γὰρ ἔστι τις τούτων, ἦτοι ὁ ἄτεχνος τὸν ὁμοίως ἄτεχνον διδάξει ἢ ὁ τεχνίτης τὸν ὁμοίως τεχνίτην ἢ ὁ ἄτεχνος τὸν τεχνίτην ἢ ἀνάπαλιν. οὔτε δὲ ὁ ἄτεχνος τὸν ἄτεχνον δύναται διδάσκειν, ὡς οὐδὲ ὁ τυφλὸς τὸν τυφλὸν ὀδηγεῖν, οὔτε ὁ τεχνίτης τὸν ὁμοίως τεχνίτην· οὐδέτερος γὰρ αὐτῶν ἐδεῖτο μαθήσεως, καὶ οὐ μᾶλλον οὗτος ἐκείνου ἢ ἐκεῖνος τούτου χρεῖαν ἔχει πρὸς τὸ μανθάνειν, τοῖς ἴσοις περιουσιαζόμενοι. οὔτε ὁ ἄτεχνος τὸν τεχνίτην·

[32] ὅμοιον γὰρ ὡς εἴ τις λέγοι τὸν βλέποντα ὑπὸ τοῦ πεπηρωμένου ὀδηγεῖσθαι. καὶ γὰρ ὁ ἄτεχνος πρὸς τὰ τεχνικὰ τῶν θεωρημάτων πεπηρωμένος οὐκ ἂν δύναιτό τινα διδάσκειν ἄ μηδὲ τὴν ἀρχὴν οἶδεν, καὶ ὁ τεχνίτης διαβλέπων ἐν τοῖς τεχνικοῖς θεωρήμασι καὶ γνῶσιν αὐτῶν ἐσχηκῶς οὐ δεήσεται τοῦ διδάξοντος.

[33] λείπεται οὖν τὸν τεχνίτην τοῦ ἀτέχνου διδάσκαλον εἶναι λέγειν. ὃ τῶν προτέρων ἐστὶν ἀτοπώτερον· ὃ τε γὰρ τεχνίτης συνηπόρηται ἡμῖν τοῖς τῆς τέχνης θεωρήμασι ἐν τῷ σκεπτικῷ τόπῳ, ὃ τε ἄτεχνος οὔτε ὅτε ἐστὶν ἄτεχνος δύναται γενέσθαι τεχνίτης, οὔτε ὅτε ἐστὶ τεχνίτης ἔτι γίνεται τεχνίτης ἄλλ' ἔστιν.

[34] ἄτεχνος μὲν γὰρ ὢν ὁμοίως ἐστὶ τῷ ἐκ γενετῆς τυφλῷ ἢ κωφῷ, καὶ ὄν τρόπον οὗτος

pois não há o que ensinar; e também aquele que aprende, já que não há o que aprender. Não obstante, revelaremos as aporias relativas a cada um deles, atacando-os em específico.

Sobre o que ensina e o que aprende

Pois bem, se existe algum destes, ou o leigo (*atekhnos*) ensinará ao igualmente leigo, ou o entendido (*tekhmites*) ensinará ao igualmente entendido; ou, ainda, o leigo ao entendido, ou o entendido ao leigo. O leigo não pode ensinar o leigo, como um cego não guia outro cego. Nem o entendido ao igualmente entendido, porque a nenhum deles falta ensino, nem nenhum tem mais necessidade que o outro de aprender - estando os dois já igualmente supridos. Tampouco o leigo pode ensinar ao entendido, que é o mesmo que supor o que enxerga sendo guiado pelo que é completamente cego. Pois, o leigo é completamente cego diante dos teoremas (*theoremata*) de uma arte (*tekhnika*)⁴⁹, de forma que não é possível que ensine aquilo de que não sabe o princípio. E o entendido, que enxerga com clareza em meio aos teoremas da arte e possui conhecimento deles, não irá ter necessidade de um professor.⁵⁰

Faltou então considerar o entendido como professor do leigo, o que é um disparate maior que o anterior. Pois, ao tratar do ceticismo⁵¹, revelamos as aporias a que está sujeito o entendido por meio dos teoremas de sua arte. E é impossível que o leigo se torne um entendido quando é leigo, tampouco quando é entendido ainda irá tornar-se entendido, pois já o é.

Porque ser leigo é igual a ser cego ou surdo de nascimento: quem é assim jamais adquire

οὐδέποτε ἢ εἰς χρωμάτων ἢ εἰς φωνῶν ἐλθεῖν ἔννοιαν πέφυκεν, οὕτως οὐδὲ ὁ ἄτεχνος, ἐφ' ὅσον ἐστὶν ἄτεχνος, τετυφλωμένος καὶ κεκωφωμένος πρὸς τὰ τεχνικὰ θεωρήματα οὔτε ἰδεῖν οὔτε ἀκοῦσαι τι τούτων οἷός τε ἐστίν· τεχνίτης δὲ γενόμενος οὐκέτι διδάσκεται ἀλλὰ δεδίδακται.

[35] Μετακτέον δὲ τὰς ἀπορίας ἐκ τῶν περὶ μεταβολῆς καὶ πάθους γενέσεώς τε καὶ φθορᾶς προεγκεχειρισμένων ἡμῖν ἐν ταῖς πρὸς τοὺς φυσικοὺς ἀντιρρήσεσι. τὰ δὲ νῦν συγχωρήσαντες τοῖς ἀπὸ τῶν μαθημάτων εἶναι τι τὸ διδασκόμενον πρᾶγμα καὶ εἶναι τινα τὸν ὑφηγούμενον, ὡσαύτως δὲ καὶ τὸν μανθάνοντα, τὸ μετὰ τοῦτο ἀπαιτῶμεν τὸν τρόπον τῆς μαθήσεως.

Περὶ τρόπου μαθήσεως

[36] Ἡ γὰρ ἐναργεῖα γίνεται ἢ λόγῳ τὰ τῆς διδασκαλίας. ἀλλὰ τούτων ἢ μὲν ἐνάργεια τῶν δεικτῶν ἐστὶ, τὸ δὲ δεικτὸν φαινόμενον, τὸ δὲ φαινόμενον, ἧ φαίνεται, κοινῶς πᾶσι ληπτόν, τὸ δὲ κοινῶς πᾶσι ληπτὸν ἀδίδακτον· οὐκ ἄρα τὸ ἐναργεῖα δεικτὸν διδακτόν.

[37] ὁ δὲ λόγος ἥτοι σημαίνει ἢ οὐ σημαίνει. καὶ μηδὲν μὲν σημαίνων οὐδὲ διδασκαλός τινός ἐστι, σημαίνων δὲ ἥτοι φύσει τι σημαίνει ἢ θέσει. καὶ φύσει μὲν οὐ σημαίνει διὰ τὸ μὴ πάντας πάντων ἀκούειν, Ἕλληνας βαρβάρων καὶ βαρβάρους Ἑλλήνων ἢ Ἕλληνας Ἑλλήνων ἢ βαρβάρους βαρβάρων·

[38] θέσει δὲ εἴπερ σημαίνει, δῆλον ὡς οἱ μὲν προκατειληφότες τὰ καθ' ὧν αἱ λέξεις κεῖνται

naturalmente a noção (*ennoia*) das cores ou dos sons; tal é o leigo naquilo em que é leigo: cego e surdo para os teoremas da arte, incapaz de ver ou entender qualquer deles. E assim que se torna entendido, não se ensina mais nada a ele: pois já terá sido ensinado.⁵²

Também poderíamos ainda acrescentar aporias com base nos argumentos relativos à mudança, passividade, vir-a-ser e perecer, que expusemos em nossas refutações dos físicos⁵³. Por ora, faremos uma concessão aos que professam *estudos cíclicos*, supondo que existam: a coisa que se ensina, alguém que conduz o ensino e, igualmente, alguém que aprende; isto feito, vamos questionar o modo de ensinar.

Sobre o modo de ensinar

A instrução ocorre ou por meio de evidência (*enargeia*)⁵⁴, ou por meio do discurso (*logos*). Mas destes, a evidência é algo que pode ser apontado, e o que pode ser apontado é aparente, e o que é aparente, por ser aparente, pode ser percebido por todos em comum. E o que é percebido comumente por todos é não-ensinável. Portanto, o que pode ser apontado pela evidência não é ensinável.

O discurso, por sua vez, ou significa ou não significa. E, nada significando, tampouco é instrutivo. Porém, se significa, ou significa por natureza (*phusei*) ou por convenção (*thesei*). Não significa por natureza, por isso é que não se compreendem todos: gregos a bárbaros; bárbaros a gregos; gregos a gregos; bárbaros a bárbaros.⁵⁵

E, se significa por convenção, então é evidente que os que previamente apreenderam

καὶ ἀντιλήψονται τούτων, οὐ τὸ ἀγνοούμενον ἐξ αὐτῶν διδασκόμενοι, τὸ δ' ὅπερ ἤδεισαν ἀνανεούμενοι, οἱ δὲ χρήζοντες τῆς τῶν ἀγνοουμένων μαθήσεως οὐκέτι.

Εἰ οὖν οὔτε τὸ διδασκόμενον ἔστιν οὔτε ὁ διδάσκων οὔτε ὁ μαθάνων οὔτε ὁ τρόπος τῆς μαθήσεως, δῆλον ὡς οὐδὲ μάθημα, οὐδὲ ὁ μαθήματος προεστῶς.

[39] ἀλλ' ἐπεὶ οὐ καθολικὴν μόνον πρὸς πάντας τοὺς μαθηματικοὺς ὑπεσχόμεθα ποιήσασθαι τὴν ἀντίρρησιν ἀλλὰ καὶ ἐιδικωτέραν πρὸς ἕκαστον, ὑποτιθέμενοι τὸ εἶναι τι μάθημα καὶ δυνατὴν ὑπάρχειν τὴν μάθησιν, σκοπῶμεν εἰ καὶ τὸ ἐκάστου μαθήματος ἐπάγγελμα δυνατόν ἐστι, λαμβάνοντες πρὸς τοὺς ἐλέγχους μὴ πάντα τὰ παρὰ τοῖς ἐλεγχόμενοις λεγόμενα (τοῦτο γὰρ σὺν τῷ περισκελεῶς καὶ ἀμέθοδον εἶναι τάχα καὶ ἀδύνατόν ἐστι),

[40] μήτε δ' ἐκ πάντων τὰ ὁποιοῦν (τοῦτο γὰρ ἴσως οὐδὲ καθικνεῖται αὐτῶν), ἀλλὰ τὰ ὧν ἀναιρουμένων συναναίρειται πάντα. καὶ ὄν τρόπον οἱ πόλιν λαβεῖν σπεύδοντες ἐκείνων μάλιστα ἐγκρατεῖς γίνεσθαι σπουδάζουσιν ὧν ἀλόντων καὶ ἡ πόλις ἐάλωκεν, οἷον τείχη καθαιροῦντες ἢ στόλον ἐμπιπράντες ἢ τὰς εἰς τὸ ζῆν ἀφορμὰς ἀποκλείοντες, οὕτω καὶ ἡμεῖς τοῖς ἀπὸ τῶν μαθημάτων διαγωνιζόμενοι τὸ αὐτὸ πειράζομεν ἐξ ὧν αὐτοῖς σώζεται τὰ πάντα, οἷον ἢ ἀρχὰς ἢ τὰς ἐκ τῶν ἀρχῶν καθολικὰς μεθόδους ἢ τὰ τέλη· ἐν τούτοις γὰρ ἢ ἐκ

(*prokatalambaino*) as coisas às quais se aplicam as palavras também irão entender (*antilambaino*) as palavras (*lekseis*): não se lhes está ensinando, a partir delas, algo desconhecido (*to agnooumenon*), mas eles se recordam o que já é conhecido. Já os que esperam pelo ensino de coisas desconhecidas, não irão entendê-las.⁵⁶

Portanto, se não existem: o que se ensina, aquele que ensina, aquele que aprende, nem o modo de ensinar, é evidente que não existem nem estudo, nem aquele que professa o estudo.

Mas, como nos dispusemos a apresentar não apenas um ataque geral contra a totalidade dos *estudos cíclicos*, mas também um mais específico, contra cada disciplina, vamos admitir hipoteticamente que exista algo como um estudo e que é possível existir o ensino; e verificaremos, então, se o que cada estudo propõe é possível. Na refutação, não trataremos de tudo o que é dito pelos que estão sendo refutados (pois isto, além de excessivo e assistemático, provavelmente é impossível);

tampouco faremos uma escolha aleatória (porque talvez não os destruíssemos deste modo); mas escolheremos justamente o que, anulado, anula todo o resto. E, assim como os que atacam uma cidade se esforçam, principalmente, em derrubar muralhas, pôr fogo nos navios, ou cortar suas provisões - porque a conquista destas coisas significa a conquista da cidade; o mesmo faremos nós ao combater os que professam *estudos cíclicos*, atacaremos o que para eles é a sustentação do todo: por exemplo, os princípios (*ta arkha*), ou os métodos gerais calcados nos princípios, ou suas finalidades.⁵⁷ Pois todo estudo

τούτων συνίσταται πᾶν μάθημα.

ou fundamenta-se nestes pontos, ou se constitui a partir deles.⁵⁸

ΠΡΟΣ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΟΥΣ

CONTRA OS GRAMÁTICOS

[41] Ἀρχέτω δὲ ἡμῖν εὐθὺς ἢ πρὸς τοὺς γραμματικοὺς ζήτησις, πρῶτον μὲν ἐπέειπερ ἀπὸ νηπιότητος σχεδὸν καὶ ἐκ πρώτων σπαργάνων γραμματικῆ παραδιδόμεθα, ἔστι δὲ αὕτη οἷον ἀφετήριόν τι πρὸς τὴν τῶν ἄλλων μάθησιν, εἶθ' ὅτι παρὰ πάσας θρασύνεται τὰς ἐπιστήμας, σχεδὸν τι τὴν τῶν Σειρήνων ὑπόσχεσιν ὑπισχνουμένη.

[42] ἐκεῖναι μὲν γὰρ εἰδυῖαι ὅτι φύσει φιλομαθῆς ἐστὶν ἄνθρωπος καὶ πολὺς αὐτῶ κατὰ στέρνων τῆς ἀληθείας ἴμερος ἐντέτηκεν, οὐ μόνον θεσπεσίους μέλεσι κηλήσειν τοὺς παραπλέοντας ὑπισχνουῦνται ἀλλὰ καὶ τὰ ὄντα αὐτοὺς διδάξειν· φασὶ γὰρ

*δεῦρ' ἄγ' ἰὼν, πολύαιν' Ὀδυσεῦ, μέγα κῦδος
Ἀχαιῶν,*

*νῆα κατάστησον, ἵνα νοιτέρην ὄπ' ἀκούσης.
οὐ γὰρ πῶ τις τῆδε παρέπλω νηὶ μελαίνῃ
πρίν γ' ἡμέων μελίγηρυν ἀπὸ στομάτων ὄπ'
ἀκούση,*

*ἀλλ' ὄ γε τερψάμενος νεῖται καὶ πλείονα
εἰδώς.*

*ἴδμεν γὰρ τοὶ πάνθ' ὅσ' ἐνὶ Τροίῃ εὐρείῃ
Ἀργεῖοι Τρωῆς τε θεῶν ἰότητι μόγησαν,
ἴδμεν δ' ὅσσα γένηται ἐπὶ χθονὶ
πουλυβοτείρῃ.*

Vamos começar nossa investigação diretamente contra os gramáticos (*grammatikoi*)⁵⁹. Em primeiro lugar, porque desde a primeira infância, praticamente em fraldas, somos entregues à gramática: ela funciona como ponto de partida para o ensino das outras disciplinas.⁶⁰ E em segundo, porque é a mais pretenciosa das ‘ciências’ (*epistemai*), prometendo quase o mesmo que prometem as Sereias⁶¹.

Pois as Sereias sabem que o homem é, por natureza, ávido de conhecimento e guarda no fundo do peito intenso desejo pela verdade. Assim, aos que navegam ao seu redor, não prometem apenas o deleite de seus doces cantos divinais, mas também ensinar-lhes quanto existe (*ta onta*), pois dizem:

*“Vem para perto, famoso Odisseu, dos Aquivos
orgulho,
traz para cá teu navio, que possas o canto
escutar-nos.*

*Em nenhum tempo ninguém por aqui navegou em
nau negra,
sem nossa voz inefável ouvir, qual dos lábios nos
soa.*

*Bem mais instruído prossegue, depois de se haver
deleitado.
Todas as coisas sabemos, que em Troia e vastas
campinas,*

*pela vontade dos deuses, Troianos e Argivos
sofreram,
como, também, quanto passa no dorso da terra
fecunda.’”*

[*Od.* XII. 184-91. Trad.: Carlos Alberto Nunes]

E assim a gramática é capaz de provocar grande desejo por ela em quem a escuta vangloriar-se do trabalho prático (*to pragmatikon*) acerca de dialetos, exposições técnicas (*tekhnologiai*) e críticas textuais (*anagnoseis*)⁶², somado ao de explicar racionalmente (*logoi*) detalhes de mitos e histórias. Mas, para não parecer que damos voltas ao assunto, convém indicar quantas gramáticas existem e qual se pretende investigar.

Em quantos sentidos se diz ‘gramática’

Pois bem, gramática se diz, por homonímia, num sentido geral e noutro específico. Diz-se, em geral, do aprendizado das letras, sejam gregas ou estrangeiras, o que chamamos correntemente de ‘gramatística’. No sentido específico, diz-se daquela completa, organizada por Crates de Malos, Aristófanes, Aristarco e seus seguidores.

Ambas parecem estar assim denominadas a partir do significado da palavra de origem. A primeira, a partir de ‘letras’ (*grammata*), que usamos como signos dos sons articulados. E a segunda, acreditam alguns, por extensão da primeira, pois as letras são uma seção (*moira*) dela. Do mesmo modo como a medicina (*iatrike*), no passado, recebeu este nome por remover venenos (*ioi*), mas hoje se encarrega do tratamento de outros males,

[43] ἡ δὲ γραμματικὴ, σὺν τῷ τὰ ἐκ τῶν μύθων τε καὶ ἱστοριῶν λόγῳ διορίζειν καὶ τὸ περὶ τὰς διαλέκτους καὶ τεχνολογίας καὶ ἀναγνώσεις πραγματικὸν ἀρχοῦσα, πολλὸν ἑαυτῆς ἐργάζεται τοῖς ἀκούουσι πόθον. ἀλλ’ ἵνα μὴ παρὰ θύραν πλανᾶσθαι δοκῶμεν, ὑποδεικτέον πόσαι τέ εἰσι γραμματικαὶ καὶ περὶ τίνος αὐτῶν πρόκειται ζητεῖν.

Ποσαχῶς λέγεται γραμματικὴ

[44] Γραμματικὴ τοῖνυν λέγεται κατὰ ὁμωνυμίαν κοινῶς τε καὶ ἰδίως, καὶ κοινῶς μὲν ἡ τῶν ὁποίωνδηποτοῦν γραμμάτων εἴδησις, ἐὰν τε Ἑλληνικῶν ἐὰν τε βαρβαρικῶν, ἣν συνήθως γραμματιστικὴν καλοῦμεν, ἰδιαιτέρον δὲ ἡ ἐντελής καὶ τοῖς περὶ Κράτητα τὸν Μαλλώτην Ἀριστοφάνην τε καὶ Ἀρίσταρχον ἐκπονηθεῖσα.

[45] δοκεῖ δὲ τούτων ἑκατέρα καὶ ἀπὸ τινος ἐτύμου φερωνύμως προσηγορευθῆσαι. ἡ μὲν γὰρ πρώτη ἀπὸ τῶν γραμμάτων οἷς σημειούμεθα τὰς ἐνάρθρους φωνάς, ἡ δὲ δευτέρα τάχα μὲν, ὥς τινες ἠξιώκασι, διατατικώτερον¹⁴ ἀπὸ τῆς πρώτης· μοῖρα γὰρ ἐστὶν αὐτῆς, καὶ ὄν τρόπον ἡ ἰατρικὴ εἴρηται μὲν τὸ παλαιὸν ἀπὸ τῆς τῶν ἰῶν ἐξαιρέσεως, ἐπικατηγορεῖται δὲ νῦν καὶ τῆς τῶν ἄλλων

¹⁴ Blank, *ad loc.*: “com os editores anteriores e a maioria dos MSS.”. Para διατα<κ>τικώτερον em Mau.

παθῶν ἀνασκευῆς πολλῶ τεχνικωτέρας
οὔσης,

[46] καὶ ὡς γεωμετρία ἔσπακε μὲν τὴν κληῖσιν
ἀρχικῶς ἀπὸ τῆς κατὰ τὴν γῆν
καταμετρήσεως, τάττεται δὲ ἐπὶ τοῦ παρόντος
καὶ κατὰ τῆς τῶν φυσικωτέρων θεωρίας,
οὔτω καὶ ἡ τέλειος γραμματικὴ ἀπὸ τῆς τῶν
γραμμάτων εἰδήσεως κατ' ἀρχὰς
ὀνομασθεῖσα διετάθη καὶ ἐπὶ τὴν ἐν τοῖς
ποικιλωτέροις αὐτῶν καὶ τεχνικωτέροις
θεωρήμασι γινῶσιν.

[47] τάχα δέ, ὡς φασιν οἱ περὶ τὸν
Ἀσκληπιάδην, καὶ αὐτὴ ἀπὸ μὲν γραμμάτων
ὠνόμασται, οὐκ ἀπὸ τούτων δὲ ἀφ' ὧν καὶ ἡ
γραμματιστικὴ, ἀλλ' ἐκείνη μὲν, ὡς ἔφην,
ἀπὸ τῶν στοιχείων, αὕτη δὲ ἀπὸ τῶν
συγγραμμάτων περὶ οἷς πονεῖται. γράμματα
γὰρ καὶ ταῦτα προσηγορεύετο, καθὰ καὶ
δημόσια καλοῦμεν γράμματα, καὶ πολλῶν
τινὰ γραμμάτων ἔμπειρον ὑπάρχειν φαμέν,
τουτέστιν οὐ τῶν στοιχείων ἀλλὰ τῶν
συγγραμμάτων.

[48] Καλλίμαχος δέ, ποτὲ μὲν τὸ ποίημα
καλῶν γράμμα ποτὲ δὲ τὸ καταλογάδην
σύγγραμμα, φησί:

*Κρεοφύλου πόνος εἰμί, δόμω ποτὲ θεῖον
ἄοιδόν
δεξαμένου, κλείω δ' Εὐρυτον ὄσσ' ἔπαθεν
καὶ ξανθὴν Ἰόλειαν, Ὀμήρειον δὲ καλεῖμαι
γράμμα. Κρεοφύλω, Ζεῦ φίλε, τοῦτο μέγα.
καὶ πάλιν*

*εἶπας "Ἥλιε χαῖρε" Κλεόμβροτος
Ἀμπρακιώτης*

sendo muito mais *técnica* (*tekhnikotera*).

Ou como a geometria, assim chamada no princípio por conta da mensuração (*metron*) da terra (*ge*), mas no presente se aplica a uma teoria (*theoria*) mais voltada a leis da natureza (*phusikoteron*). O mesmo acontece com a gramática completa, que foi nomeada, no princípio, a partir do aprendizado das letras e foi estendida ao conhecimento das letras em teoremas mais variados e mais *técnicos*.⁶³

Talvez, como dizem os que seguem Asclepiades, teria sido também nomeada a partir de 'letras', porém não no sentido que têm na gramatística, de 'elementos' (*stoikheia*) do alfabeto, como foi dito, mas desta vez por causa das composições (*sungrammata*) sobre as quais se trabalha.

Também estas são chamadas 'letras': do mesmo modo que se fala em 'letras públicas', ou quando dizemos de alguém que é versado em 'muitas letras'; não nos referimos assim aos elementos do alfabeto, mas a composições.

Calímaco, certa vez, referiu-se à composição poética, e em outro momento, à composição em prosa, ambas como 'letra' (*gramma*):

*Sou trabalho de Creófilo, que certa vez em sua
casa o divino bardo
recebeu. Canto quanto sofreu Eurito
e a loira Ioleia, e sou chamado homérico
poema (gramma) . Caro Zeus, para Creófilo isto é
importante!* [Ep. 6 Pfeiffer]

e ainda:

Dizendo "Adeus, Sol!", Cleômbroto de Ambrácia

ἤλατ' ἀφ' ὑψηλοῦ τείχεος εἰς Αἴδην,
 ἄξιον οὐδὲν ἰδὼν θανάτου τέλος, ἀλλὰ
 Πλάτωνος
 ἐν τῷ περὶ ψυχῆς γράμμ' ἀναλεξόμενος.

de alta muralha ao Hades atirou-se;
 não pensava ter motivo para morrer, mas de
 Platão
 tinha lido um só livro (gramma): "Sobre a alma".

[Ep. 23 Pfeiffer]

[49] Πλὴν διττῆς οὐσῆς γραμματικῆς, τῆς μὲν τὰ στοιχεῖα καὶ τὰς τούτων συμπλοκάς διδάξῃ ἐπαγγελλομένης καὶ καθόλου τέχνης τινὸς οὐσῆς τοῦ γράφειν τε καὶ ἀναγινώσκειν, τῆς δὲ βαθυτέρας παρὰ ταύτην δυνάμεως, οὐκ ἐν ψιλῇ γραμμάτων γνώσει κειμένης ἀλλὰ κὰν τῷ ἐξετάζειν τὴν εὕρεσιν αὐτῶν καὶ τὴν φύσιν, ἔτι δὲ τὰ ἐκ τούτων συνεστῶτα λόγου μέρη καὶ εἴ τι τῆς αὐτῆς ἰδέας θεωρεῖται, πρόκειται νῦν ἀντιλέγειν οὐ τῇ προτέρᾳ· συμφώνως γὰρ κατὰ πάντας ἐστὶ χρειώδης, ἐν οἷς θετέον καὶ τὸν Ἐπίκουρον, εἰ καὶ δοκεῖ τοῖς ἀπὸ τῶν μαθημάτων διεχθραίνεσθαι· ἐν γούν τῷ περὶ δώρων καὶ χάριτος ἰκανῶς πειρᾶται διδάσκειν ὅτι ἀναγκαῖον ἐστὶ τοῖς σοφοῖς μανθάνειν γράμματα.

[50] καὶ ἄλλως, εἴπαιμεν ἂν ἡμεῖς, οὐ σοφοῖς μόνον ἀλλὰ καὶ πᾶσιν ἀνθρώποις. ὅτι γὰρ πάσης τέχνης τὸ τέλος εὐχρηστόν ἐστὶ τῷ βίῳ, φανερόν.

[51] τῶν δὲ τεχνῶν αἰ μὲν προηγουμένως ὑπὲρ τῆς τῶν ὀχληρῶν ἐκκλίσεως παρηλθόν, αἰ δὲ ὑπὲρ τῆς τῶν ὠφελίμων εὐρέσεως. καὶ ἔστι τῆς μὲν πρώτης ἰδέας ἰατρικῆ, παιωνίς οὕσα καὶ λυσίπονος τέχνη, τῆς δὲ δευτέρας κυβερνητικῆς· τῆς γὰρ ἀπὸ τῶν ἄλλων ἐθνῶν χρείας μάλιστα δέονται πάντες ἄνθρωποι.

Existem, portanto, duas gramáticas: aquela que promete ensinar os elementos do alfabeto e suas combinações e é uma arte geral do ler e escrever; e aquela mais complexa, cujo domínio não se restringe ao simples conhecimento das letras, mas estende-se à investigação de sua origem e natureza, e ainda das partes da sentença (*logou mere*)⁶⁴ compostas a partir das letras e se ocupa de coisas deste tipo. Nossa intenção não é falar contra a primeira, pois é indiscutivelmente útil⁶⁵; no que concorda mesmo Epicuro, ainda que pareça odiar os que professam *estudos cíclicos*. Pelo menos no seu livro *Sobre dádivas e gratidão*, ele se empenhou consideravelmente em mostrar que é fundamental para os sábios aprenderem as letras.

Nós já diríamos de outra forma: é fundamental para todos os homens, não apenas para os sábios. Pois a finalidade (*telos*) de toda arte (*tekhnē*) é, obviamente, bastante útil (*eukhreston*) para a vida.⁶⁶

Há artes que primeiro se estabeleceram com o propósito de afastar problemas, e outras cuja intenção é trazer benefícios. A medicina é do primeiro tipo, pois é uma arte para a cura e alívio de sofrimentos. À segunda classe, pertence a navegação, visto que todos os homens têm grande necessidade dos suprimentos provenientes de

[52] ἐπεὶ οὖν ἡ γραμματιστικὴ διὰ τῆς τῶν γραμμάτων ἐπινοίας ἰᾶται μὲν ἀργότατον πάθος, τὴν λήθην, συνέχει δὲ ἀναγκαιοτάτην ἐνέργειαν, τὴν μνήμην, τὰ πάντα ἐπ’ αὐτῇ κεῖται σχεδόν, καὶ οὔτε ἄλλους τι ἔνεστι τῶν ἀναγκαίων διδάσκειν οὔτε παρ’ ἄλλου μαθεῖν τι τῶν λυσιτελῶν χωρὶς αὐτῆς δυνατὸν ἔσται. οὐκοῦν τῶν χρησιμωτάτων ἡ γραμματιστικὴ.

[53] ἀμέλει γοῦν οὐδὲ θελήσαντες δυνησόμεθα ταύτην ἀπεριτρέπτως ἀνελεῖν· εἰ γὰρ αἱ ἄχρηστον διδάσκουσαι τὴν γραμματιστικὴν ἐπιχειρήσεις εἰσὶν εὐχρηστοί, οὔτε δὲ μνημονευθῆναι οὔτε τοῖς αὐθις παραδοθῆναι χωρὶς αὐτῆς δύνανται, χρειώδης ἔστιν ἡ γραμματιστικὴ. καίτοι δόξειεν ἄν τισιν ἐπὶ τῆς ἐναντίας εἶναι προλήψεως ὁ προφήτης τῶν Πύρρωνος λόγων Τίμων ἐν οἷς φησι

γραμματικὴ, τῆς οὐ τις ἀνασκοπὴ οὐδ’ ἀνάθησις

ἀνδρὶ διδασκομένῳ Φοινικικὰ σήματα Κάδμου·

[54] οὐ μὴν οὕτως ἔχει φαίνεται· τὸ γὰρ ὑπ’ αὐτοῦ λεγόμενον οὐκ ἔστι τοιοῦτον κατ’ αὐτῆς τῆς γραμματιστικῆς, καθ’ ἣν διδάσκεται τὰ Φοινικικὰ σήματα Κάδμου, τὸ ‘οὐδεμία ἔστιν ἀνασκοπὴ οὐδ’ ἀνάθησις’· πῶς γὰρ, εἰ διδάσκειται τις αὐτήν, οὐδεμίαν ἔσχηκεν ἐπιστροφὴν αὐτῆς; ἀλλὰ μᾶλλον τοιοῦτό φησι ‘διδαχθέντι τὰ Φοινικικὰ

outros povos e países.

Pois bem, a gramatística, por meio da compreensão (*epinoia*) das letras, promove a cura do mais indolente dos males - o esquecimento, e suporta a atividade (*energeia*) mais necessária – a memória, pois quase tudo depende dela. E sem ela não é possível nem ensinar aos outros nenhuma das coisas que são necessárias, nem aprender de outro algo benéfico. Portanto, de fato, a gramatística está entre as coisas que mais nos são úteis.

De qualquer forma, mesmo se quiséssemos, não poderíamos destruí-la sem nos refutarmos (*aperitreptos*). Porque, mesmo que fossemos úteis, os argumentos contra a utilidade da gramatística não seriam nem memorizados nem divulgados sem seu auxílio, para tanto a gramatística é necessária. Poderia parecer a alguém que foi de opinião contrária Timon, arauto das palavras de Pirro, quando disse:

A gramática, sobre a qual não há consideração nem exame atento para o homem a quem foram ensinados os fenícios sinais de Cadmo.

[fr. 835 Lloyd-Jones/Parsons]

Mas, na verdade, não é como parece: porque, quando diz ‘sem consideração nem exame atento’, não está se referindo à gramatística, que ensina ‘os sinais fenícios de Cadmo’⁶⁷. Pois como poderia ser ensinada, sem ser considerada? O que ele está dizendo parece ser isso: ‘aquele a quem foram ensinados os sinais fenícios de Cadmo, não considera, além dessa, nenhuma outra gramática.’

σήματα Κάδμου οὐδεμιᾶς ἄλλης παρὰ τοῦτο
 ἔστι γραμματικῆς ἐπιστροφῆ', ὅπερ
 καταστρέφει οὐκ εἰς τὸ ἀχρηστεῖν ταύτην τὴν
 ἐν τοῖς στοιχείοις καὶ τῷ δι' αὐτῶν γράφειν τε
 καὶ ἀναγινώσκειν θεωρουμένην, ἀλλὰ τὴν
 πέρπερον καὶ περιεργότεραν·

[55] ἡ μὲν γὰρ τῶν στοιχείων χρῆσις ἤπειγεν
 εἰς τὴν τοῦ βίου διεξαγωγὴν, τὸ δὲ μὴ
 ἀρκεῖσθαι τῇ ἐκ τῆς παρατηρήσεως τούτων
 παραδόσει, προσεπιδεικνύει δὲ ὡς τάδε μὲν
 ἔστι φωνάεντα τῇ φύσει τάδε δὲ σύμφωνα,
 καὶ τῶν φωναέντων τὰ μὲν φύσει βραχέα τὰ
 δὲ μακρὰ τὰ δὲ δίχρονα καὶ κοινὰ μήκους τε
 καὶ συστολῆς, καὶ καθόλου τὰ λοιπὰ περὶ ὧν
 οἱ τετυφωμένοι τῶν γραμματικῶν
 διδάσκουσιν <ἄχρηστά ἐστιν>.

[56] ὥστε τῇ μὲν γραμματιστικῇ πρὸς τῷ
 μηδὲν ἐγκαλεῖν ἔτι καὶ τὰς ἀνωτάτω χάριτας
 ὀφείλομεν, τῇ δὲ λειπομένη προσάπτομεν
 τοὺς ἐλέγχους. τὸ δὲ εἴτε ὑγιῶς εἴτε
 τοῦναντίον μάθοιμεν ἂν προσεξαπλώσαντες
 αὐτῆς τὸν χαρακτῆρα.

Τί ἐστι γραμματικὴ

[57] Ἐπεὶ οὔτε ζητεῖν οὔτε ἀπορεῖν ἔστι
 κατὰ τὸν σοφὸν Ἐπίκουρον ἄνευ προλήψεως,
 εὖ ἂν ἔχοι πρὸ τῶν ὄλων σκέψασθαι τί τ'
 ἐστὶν ἡ γραμματικὴ, καὶ εἰ κατὰ τὴν
 ἀποδιδομένην ὑπὸ τῶν γραμματικῶν ἔννοιαν
 δύναται συστατόν τι καὶ ὑπαρκτὸν νοεῖσθαι
 μάθημα. Διονύσιος μὲν οὖν ὁ Θραῶξ ἐν τοῖς
 παραγγέλμασί φησι 'γραμματικὴ ἐστὶν
 ἐμπειρία ὡς ἐπὶ τὸ πλεῖστον τῶν παρὰ
 ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων',

De forma que não denuncia a inutilidade daquela
 que se ocupa dos elementos do alfabeto e de como
 ler e escrever com eles; mas sim da outra,
 presunçosa e supérflua.

Pois, se por um lado, a utilização dos elementos
 do alfabeto contribui na condução da vida, por
 outro, não se contentar em transmiti-los por meio
 de sua observação (*parateresis*) e ir além,
 apontando os que são vogais por natureza, os que
 são consoantes e, dentre as vogais, as que são por
 natureza breves e as que são longas, e quais são
 ambíguas, com largura e brevidade em comum,
 isto e, no geral, todo o resto que ensinam os
 gramáticos arrogantes, é inútil.

De modo que, contra a gramatística, nada temos a
 dizer, pelo contrário, somos imensamente gratos a
 ela. Àquela outra é que vamos dirigir nossas
 refutações. Se o fazemos de modo apropriado
 (*hugios*) ou não, é algo que só poderemos saber
 depois que tivermos delineado seu caráter.

Que é a gramática?

Conforme o sábio Epicuro, nem se investiga
 nem se conduz à aporia sem uma concepção
 prévia (*prolepsis*). Portanto, melhor seria, antes de
 todo o resto, considerarmos com atenção que coisa
 é a gramática e se, conforme a definição
 (*ennoia*)⁶⁸ exposta pelos gramáticos, é possível
 concebê-la como um estudo consistente (*sustatos*)
 e existente (*huparktos*).⁶⁹ Dionísio Trácio diz, em
 seus preceitos⁷⁰, que "gramática é experiência
 (*empeiria*) na maior parte do que dizem os poetas

συγγραφεῖς καλῶν, ὡς ἔστιν ἐκ τῆς πρὸς τοὺς ποιητὰς ἀντεμφάσεως πρόδηλον, οὐκ ἄλλους τινὰς ἢ τοὺς καταλογάδην πραγματευσαμένους.

[58] τά τε παρὰ τοῖς ποιηταῖς [καὶ συγγραφεῦσιν], ἃ ὁ γραμματικὸς ἐρμηνεύειν φαίνεται, καθάπερ Ὀμήρω τε καὶ Ἡσιόδω Πινδάρω τε καὶ Εὐριπίδῃ καὶ Μενάνδρῳ καὶ τοῖς ἄλλοις, τά τε παρὰ τοῖς συγγραφεῦσιν, οἷον Ἡροδότῳ καὶ Θουκυδίδῃ καὶ Πλάτωνι, ὡς ἴδιον ἔργον μετέρχεται.

[59] παρὸ καὶ οἱ χαρίεντες ἐξ αὐτῶν περὶ πολλῶν ἐπραγματεύσαντο συγγραφέων, τοῦτο μὲν ἱστορικῶν τοῦτο δὲ ῥητορικῶν καὶ ἤδη φιλοσόφων, ζητοῦντες τίνα τε δεόντως καὶ ἀκολουθῶς ταῖς διαλέκτοις εἴρηται καὶ τίνα παρέφθαρται, τί τε σημαίνει παρὰ μὲν Θουκυδίδῃ λόγου χάριν τὸ ‘ζάγκλον’ καὶ ‘τορνεύοντες’, παρὰ δὲ Δημοσθένει τὸ ‘ἐβόα ὥσπερ ἐξ ἀμάξης’, ἢ πῶς ἀναγνωστέον παρὰ Πλάτωνι τὴν ‘ἠ δ ος’ λέξιν, πότερον ψιλῶς ἐκφέροντα τὴν πρώτην συλλαβὴν ἢ δασέως, ἢ τὴν μὲν πρώτην ψιλῶς τὴν δὲ δευτέραν δασέως, ἢ ἀμφοτέρας ψιλῶς ἢ ἐναλλάξ.

[60] διὰ γὰρ τὰ τοιαῦτα εἴρηται ἡ γραμματικὴ ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων. Οὗτος μὲν οὖν οὕτως· ἐγκαλεῖ δὲ αὐτῷ Πτολεμαῖος ὁ Περιπατητικὸς ὅτι οὐκ ἐχρῆν ἐμπειρίαν εἰρηκέναι τὴν γραμματικὴν [61] (αὐτὴ μὲν γὰρ ἡ ἐμπειρία τριβὴ τίς ἐστι καὶ ἐργάτις ἄτεχνός τε καὶ ἄλογος, ἐν ψιλῇ παρατηρήσει καὶ συγγυμνασίᾳ κειμένη, ἢ δὲ γραμματικὴ

e escritores”⁷¹. Na oposição com poetas, fica claro que ‘escritores’ não se refere a outros senão àqueles que escrevem em prosa.

Como sua tarefa particular⁷², o gramático trata tanto do que dizem os poetas, coisas que parece interpretar (*hermeneuein*) (poetas como Homero, Hesíodo, Píndaro, e Eurípides e Menandro, e os outros), quanto do que dizem os escritores (como Heródoto, Tucídides e Platão).

Assim, os que se destacam entre eles ocuparam-se de muitos escritores diferentes: ora historiadores, ora retóricos, e ora⁷³ filósofos, procurando o que está dito adequadamente de acordo com o dialeto, e o que está equivocado; o que significa, por exemplo, *zanklon*⁷⁴ (‘foice’) em Tucídides, ou *torneuontes*⁷⁵; ou ‘gritou como se a partir de um carro’⁷⁶ em Demóstenes; ou como deve ser lida a expressão ‘*ΗΔΟΣ*’ (*edos*) em Platão: se a primeira sílaba é aspirada ou branda, se a primeira é aspirada e a segunda branda, se são ambas aspiradas ou ambas sem aspiração.⁷⁷

Por essas razões é que se diz que a gramática é experiência do que dizem poetas e escritores. Pois bem, isso foi o que disse Dionísio. Contra ele, Ptolomeu, o Peripatético⁷⁸, argumentou que a gramática não deveria ter sido definida como experiência (já que experiência mesmo é prática (*tribe*), que opera sem arte (*atekhmos*) e sem entendimento (*alogos*), resumindo-se a simples observação e treino – mas a gramática é

τέχνη καθέστηκεν), οὐ συνορῶν ὅτι τάττεται μὲν καὶ ἐπὶ τέχνης τοῦνομα, καθὼς ἐν τοῖς ἐμπειρικοῖς ὑπομνήμασιν ἐδιδάξαμεν, ἀδιαφόρως τοῦ βίου τοὺς αὐτοὺς ἐμπείρους τε καὶ τεχνίτας καλοῦντος, ἀφ' ἧσπερ ἐννοίας καὶ ὁ Μητρόδωρος ἔφη μηδεμίαν ἄλλην πραγμάτων ἐμπειρίαν τὸ ἑαυτῆς τέλος συνορᾶν ἢ φιλοσοφίαν, τουτέστι μηδεμίαν τέχνην,

[62] τάττεται δὲ ἐξόχως καὶ ἐπὶ τῆς τῶν πολλῶν καὶ ποικίλων πραγμάτων γνώσεως, καθὼς καὶ τοὺς πρεσβύτας πολλὰ μὲν ἰδόντας πολλὰ δὲ ἀκούσαντας ἐμπείρους τοῦ βίου φαμέν, ὡς καὶ ὁ Εὐριπίδης

*ὦ τέκνον, οὐχ ἅπαντα τῷ γήρα κακά,
Ἐτεόκλεες, πρόσεστιν, ἀλλ' ἡμπεiriά
ἔχει τι λέξει τῶν νέων σοφώτερον.*

[63] ἐφ' ὅπερ ἴσως ὁ Θραῶξ φερόμενος σημαινόμενον, ἐπεὶ πολυειδήμονά τινα καὶ πολυμαθῆ βούλεται εἶναι τὸν γραμματικόν, ἔφη ἐμπειρίαν ὑπάρχειν τὴν γραμματικὴν τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων. ὥστε τοῦτο μὲν ὑπέλαφρον, ἐκεῖνο δὲ ἴσως τις πραγματικωτέρας ἐχόμενον ζητήσεως ἐρεῖ πρὸς αὐτόν·

[64] ἦτοι γὰρ τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων μόνον ἐμπειρίαν συμβέβηκεν εἶναι τὴν γραμματικὴν, ἢ καὶ τῶν μήτε παρὰ ποιηταῖς μήτε παρὰ συγγραφεῦσι καθεστώτων. ἀλλὰ μόνων μὲν τῶν παρὰ

uma arte (*tekhne*.) Ele não percebeu que este nome se usa também para arte, como mostramos nos *Tratados Empíricos*⁷⁹: pois, na língua viva⁸⁰, diz-se de alguém tanto que é ‘experiente’ (*empeiros*) como que é ‘entendido’ (*tekhmites*), sem distinção. Essa mesma noção (*ennoia*) está por trás do que disse Metrodoro⁸¹: ‘nenhuma outra experiência que lida com as coisas (*pragmata*) percebe sua própria finalidade, somente a filosofia’, ou seja, nenhuma outra arte.

E diz-se sobretudo do conhecimento de vários assuntos distintos, como dizemos dos mais velhos que são experientes (*empeiroi*) na vida, porque viram e ouviram muitas coisas, tal como disse Eurípides:

*Meu filho, nem tudo na velhice
é ruim, Etéocles, mas a experiência (empeiria)
é mais sábia no falar que os jovens.*

[*Fenícias*, 528-530]

Provavelmente era este, então, o significado que Dionísio Trácio pretendia ao definir a gramática como experiência do que dizem poetas e escritores, dizendo que o gramático é erudito e polímata. Assim, tal objeção é irrelevante, mas talvez alguém o confronte com essa outra, que contém uma questão mais efetiva:

Ou a gramática é uma experiência apenas do que dizem poetas e escritores, ou também de coisas que não estão atestadas⁸² nem em poetas nem em escritores.⁸³ Contudo, ele não iria responder que a gramática é uma experiência *somente* do que

ποιηταῖς καὶ συγγραφεῦσιν οὐκ ἂν εἴποιεν¹⁵
ἐμπειρίαν αὐτὴν ὑπάρχειν ἄτε ποτὲ καὶ ταῖς
ἀνὰ χεῖρα τῶν ἰδιωτῶν καὶ ἀνεπιστημόνων
ὀμιλίαις ἐφιστῶσαν¹⁶, καὶ τὸ βάρβαρον καὶ
τὸ Ἑλληνικὸν τό τε σόλοικον καὶ τὸ μὴ
τοιούτων ἐξελέγχουσιν.

[65] εἰ δὲ καὶ τῶν μὴ παρὰ ποιηταῖς μηδὲ
συγγραφεῦσι μόνον λεγομένων ἐμπειρία
καθέστηκεν, οὐκ ἔδει αὐτὴν εἶναι λέγειν, < ὁ
> ἀπὸ μέρους ἔχειν συμβέβηκός¹⁷.

Ἀλλὰ παρέντες τὸ περὶ τῶν τοιούτων
λεπτολογεῖν σκοποῦμεν, ὡς ὑπεσχόμεθα, εἰ
δύναται τέλος, ὅσον ἐπὶ τῇ τοιαύτῃ ἐννοίᾳ,
ὑποστῆναι ἢ γραμματική.

[66] ὅταν οὖν λέγωσιν αὐτὴν ἐμπειρίαν κατὰ
τὸ πλεῖστον τῶν παρὰ ποιηταῖς καὶ
συγγραφεῦσι λεγομένων, φασὶ πάντων ἢ
τινῶν. καὶ εἰ πάντων, πρῶτον μὲν οὐκέτι κατὰ
τὸ πλεῖστον ἀλλὰ πάντων, <εἴτα> καὶ, εἰ
πάντων,¹⁸ καὶ τῶν ἀπείρων· ἄπειρα γὰρ ἐστι
ταῦτα. τῶν δὲ ἀπείρων οὐκ ἔστιν ἐμπειρία·
διόπερ οὐδὲ γραμματικὴ τις γενήσεται. εἰ δὲ
τινῶν, ἐπεὶ καὶ οἱ ἰδιωταὶ τινὰ τῶν παρὰ
ποιηταῖς καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων εἰδότες
οὐκ ἔχουσι γραμματικὴν ἐμπειρίαν, οὐδὲ
ταύτη εἶναι λεκτέον γραμματικὴν.

[67] ἐκτὸς εἰ μὴ τι διὰ τοῦτο <τὸ> ‘κατὰ τὸ

dizem os poetas e escritores, haja visto ela impor-
se, amiúde, também ao falar cotidiano do homem
comum e sem conhecimentos, averiguando o que
é barbarismo e o que é grego correto (*to
Hellenikon*)⁸⁴, o que é solecismo e o que não é.

E, se também é experiência não só das coisas que
são ditas por poetas e escritores, não deveria ser
definida por um atributo parcial.

Mas vamos deixar de lado estes pormenores e
examinar, tal como nos comprometemos, se no
fim é possível, ao menos de acordo com aquela
definição, que subsista (*hupostenai*) a gramática.

Pois bem, ao afirmarem que ela é ‘uma
experiência concernente à maior parte⁸⁵ do que
dizem os poetas e escritores’, referem-se ou a
todas as coisas ou apenas a algumas. Se são todas
as coisas, então não se trata mais de ‘a maior
parte’, mas de tudo. E se é tudo, é do infinito que
se trata: porque estas coisas são infinitas. De
coisas infinitas, não existe experiência,
consequentemente, não existirá algo como a
gramática. E, no caso de estarem se referindo
daquele modo a *algumas* coisas, diríamos que
mesmo as pessoas comuns, sem possuírem
experiência gramatical, sabem algumas das coisas
ditas por poetas e escritores. Logo, nem assim se
pode dizer que a gramática existe.

A não ser que aleguem dizer ‘a maior parte’ para

¹⁵ Blank, *ad loc.*: não concorda com a modificação de Mau: εἴποι<μ>εν.

¹⁶ Blank, *ad loc.*: não inserção de <θεωρεῖσθαι>.

¹⁷ Aqui optamos por não seguir a escolha de Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 429: οὐκ ἔδει αὐτὴν <τούτων
ἐμπειρία> εἶναι λέγειν, <ᾧ> ἀπὸ μέρους ἔχειν συμβέβηκεν.

¹⁸ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 428. Por [πρῶτον μὲν] οὐκέτι κατὰ τὸ πλεῖστον ἀλλὰ πάντων, καὶ εἰ πάντων.

πλεῖστον' εἰρήσθαι φήσουσιν, ἵνα ἢ τε πρὸς τὴν πάντων ἐνιαχοῦ [ἀπορίαν] ἐμπειρία<v> ἢ τε πρὸς τὸν ἰδιωτισμὸν διαφορὰ ὑποβάλληται. τοῦ μὲν γὰρ ἰδιώτου διενήνοχεν ὁ γραμματικὸς παρόσον οὐκ ὀλίγων, ὡς ἐκεῖνος, ἀλλὰ πλείστων τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων ἔμπειρός ἐστι· τῆς δὲ τῶν πάντων γνώσεως ἀδυνάτου τάχα καθεστῶσης κενώριστα, ἐπεὶ οὐ πάντα, τὰ δὲ πλεῖστα ἐξ αὐτῶν ἐπαγγέλλεται γινώσκειν.

[68] ταῦτα δὲ οὐκ ἀπολογουμένου ἦν, ἀλλὰ κακοῖς ἐπιπληροῦντος κακὰ καὶ μηκέτι μετρίως ἀλλ' ἄρδην ἐπισπωμένου τὰς ἀπορίας. πρῶτον μὲν οὖν ὡς τὰ πολλὰ ἀόριστά ἐστι καὶ τὴν σωρικὴν γεννᾷ ἀπορίαν, οὕτω καὶ τὰ πλεῖστα. ὅθεν ἢ περιγραψάτωσαν ἡμῖν αὐτά, δείξαντες ἄχρι πόσων γνώσεως τῶν παρὰ ποιηταῖς καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων ῥητέον· ἢ εἴπερ ἐπὶ ἀορίστου μένουσιν ὑποσχέσεως, τὰ πλεῖστα γινώσκειν λέγοντες, παραδεχέσθωσαν τὴν παρὰ μικρὸν ἐρώτησιν.

[69] τοῦ γὰρ πλείστου ὀρισθέντος ἀριθμοῦ ὁ ἐνὶ ἐλάσσων πλείστος ἀκμὴν ἐστίν, ἐπεὶ τελέως ἄτοπον μονάδος προσθέσει τὸν μὲν πλεῖστον λέγειν τὸν δὲ μηδαμῶς. διόπερ αἰεὶ μονάδι μειονεκτούμενος ὁ κατ' αὐτοῦς πλεῖστος ἀριθμὸς ἐλεύσεται πάντως εἰς τὸ μηκέτι ἀριθμὸς πλεῖστος ὑπάρχειν, καὶ διὰ τοῦτο μηδὲ γραμματικὴν· ὅπερ ἦν τῆς σωρικῆς ἀπορίας συμπέρασμα.

indicar, de um lado, a diferença em relação à experiência de, eventualmente, todas as coisas; e, de outro, a diferença em relação ao leigo. Pois o gramático difere do homem comum na medida em que é experiente não somente em *alguma coisa*, como aquele, mas na *maior parte* do que é dito por poetas e escritores. Mas também é dito para se eximir de ter de conhecer todas as coisas, algo impossível, já que ele declara conhecer não todas elas, mas a maioria.

E tais não foram palavras de alguém que constroi uma defesa, mas sim de alguém que multiplica os males e passa, então, a atrair as aporias de forma completa, não mais moderadamente. Em primeiro lugar: da mesma forma que 'muitos' é indeterminado e gera o paradoxo de sorites, o mesmo acontece com 'a maior parte'. Por isso, ou nos apontam um limite, mostrando *quanto* do que é dito por poetas e escritores se pode dizer que conhecem; ou, caso mantenham seu compromisso com o indeterminado, sustentando conhecer 'a maior parte' destas coisas, deverão se submeter à interrogação dita 'de pouco-em-pouco'.

Pois, subtraindo-se *uma* unidade da quantia que foi definida como sendo 'a maior parte', o resultado é ainda 'a maior parte' – pois seria completamente absurdo que, pela adição de uma única unidade, se diga de um que é 'a maior parte', e do outro não. Em seguida, subtraindo-se constantemente uma unidade da quantia que foi considerada 'a maior parte', esta acabaria, inevitavelmente, a não ser mais 'a maior parte': com isto a gramática não existiria. Esta seria,

[70] πῶς δ' οὐκ ὄντως γραμματικῆς
παχύτητος τὸ ἐν ἀπειρῷ πλήθει λέγειν
πλεῖστα; ὡς γὰρ τὸ ὀλιγώτερον πρὸς τί ἐστι
καὶ κατὰ τὴν ὡς πρὸς τὸ πλεῖστον σχέσιν
νοεῖται, οὕτω καὶ τὸ πλεῖστον κατὰ τὴν ὡς
πρὸς τὸ ὀλίγον σχέσιν θεωρήσεται. εἰ οὖν τῶν
πλείστων <τῶν> παρὰ ποιηταῖς καὶ
συγγραφεῦσι λεγομένων ἐμπειρίαν ἔχουσιν οἱ
γραμματικοί, ὀλίγων <δὲ> τῶν λοιπῶν οὐκ
ἔχουσιν·

[71] εἰ {δὲ} καὶ τὸ ληφθὲν ἐστι πλεῖστον καὶ
τὸ καταλειφθὲν ἔλασσον, <οὐ δοτέον αὐτοῖς
ὡς> οὐκέτι τὸ πᾶν γίνεται ἄπειρον.¹⁹ ὅμως δ'
οὖν, ἵνα μηδὲν περὶ τούτων ἀκριβευώμεθα,
ψευδὸς ἐστὶ τὸ τὰ πλεῖστα τῶν παρὰ ποιηταῖς
τε καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων γινώσκειν τὸν
γραμματικόν· ἐλάχιστα γὰρ ἦν,
πολλαπλασιῶν ἀπολειπομένων ἃ οὐκ οἶδε,
καθὼς προβαινούσης τῆς ζητήσεως
παραστήσω.

[72] τὰ νῦν δὲ ἄλλην ἀπόδοσιν θεωρητέον.
Ἀσκληπιάδης τοίνυν μέμφεται τὸν Θραῦκα
Διονύσιον ἐμπειρίαν λέγοντα τὴν
γραμματικὴν, δι' ἣν αἰτίαν καὶ ὁ Πτολεμαῖος
ἔφη, ἐγκαλεῖ δὲ αὐτῷ καὶ <ἐπὶ> τῷ²⁰ κατὰ τὸ
πλεῖστον {ἐμπειρίαν}²¹ αὐτὴν ἀποφαίνειν.
τοῦτο μὲν γὰρ τῶν στοχαστικῶν καὶ ὑπὸ τὴν
τύχην πιπτουσῶν ἐστὶ τεχνῶν, ὥσπερ

precisamente, a conclusão do paradoxo de sorites.
É mesmo um exemplo da extrema obtusidade da
gramática dizer que um grande número
indeterminado é 'a maior parte'. Pois, com efeito,
justamente como 'menos' é relativo,
compreendido em relação ao que é 'mais', da
mesma forma, 'a maior parte' só fará sentido na
condição de estar relacionada a 'a menor parte'.
Portanto, se os gramáticos têm experiência acerca
da 'maior parte' do que é dito por poetas e
escritores, não a têm da parte restante, a 'menor
parte'.

Ainda, se a parte considerada é a maior, e a parte
que resta é a menor, o total não deixa de ser, da
mesma forma, indeterminado. Outrossim, sem nos
atermos demasiado aos detalhes, é falso que o
gramático conhece a maior parte do que dizem
poetas e escritores: de fato é a menor parte que ele
conhece, superada em muito pelas coisas que ele
não sabe, como demonstrarei à frente, em minha
investigação.

Por ora, outra definição (*apodosis*) deve ser
considerada. Asclepiades, pela mesma razão que
Ptolomeu, censura Dionísio Trácio por ter
definido a gramática como experiência, e ainda o
acusa pelo 'na maior parte'. Pois isso, diz ele, é
característico das artes que são conjecturais
(*stokhastikai*) e sujeitas ao acaso, tal como a
navegação e a medicina. A gramática, no entanto,

¹⁹ De ὀλίγων <δὲ>, na última linha da seção anterior, a ἄπειρον, os símbolos indicam modificações de Blank, *ad loc.*: segue, na maior parte, Giusta, p. 430.

²⁰ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 74. Por καὶ τὸ.

²¹ Blank, *ad loc.*

κυβερνητικῆς καὶ ἰατρικῆς· γραμματικὴ δὲ οὐκ ἔστι στοχαστικὴ ἀλλὰ μουσικῆ τε καὶ φιλοσοφία παραπλήσιος.

[73] ᾿εἰ μὴ τι δέδοικε φησί ᾿τὴν ὀλιγότητα τοῦ βίου ὡς οὐκ οὔσαν ἰκανὴν πρὸς τὸ πάντα περιλαβεῖν, ὅπερ ἐστὶν ἄτοπον, γραμματικοῦ ἀλλ᾿ οὐ γραμματικῆς ποιήσεται τὸν ὄρον, ἐπεὶπερ οὔτος μὲν τυχὸν ἴσως ἐπιστήμων ἐστὶ τῶν <πλείστων τῶν>²² παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων, ὀλιγόβιον καθεστῶς ζῶον, ἢ δὲ γραμματικὴ πάντων εἶδησις.

[74] ὅθεν τὸ μὲν ἀλλάξας τοῦ ὄρου τούτου τὸ δ᾿ ἀνελὼν, οὕτως ἀποδίδωσι τῆς γραμματικῆς τὴν ἔννοιαν· ᾿γραμματικὴ ἐστὶ τέχνη τῶν παρὰ ποιηταῖς καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων.᾿ οὐκ ἀνεῖλε δὲ ὁ ἀνὴρ τὰς ἀπορίας ἀλλ᾿ ἐπέτεινεν· καὶ ἐν οἷς θέλει τὴν γραμματικὴν αὔξειν, ἐν τούτοις αὐτὴν ἀνεῖλεν. ἔστω γὰρ πάντων εἶδησις τῶν παρὰ ποιηταῖς καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων. οὐκοῦν ἐπεὶ οὐδὲν ἐστὶν εἶδησις παρὰ τὸν εἰδότα, οὐδὲ γραμματικὴ <τι> παρὰ τὸν εἰδότα γραμματικόν, ὡς οὐδὲ περιπάτησις παρὰ τὸν περιπατοῦντα καὶ στάσις παρὰ τὸν ἐστῶτα καὶ κατάκλισις παρὰ τὸν κατακείμενον.

[75] ὠμολόγηται δὲ ὁ γραμματικὸς μὴ ἔχειν πάντων εἶδησιν· οὐκ ἄρα ἔτι ἔστιν εἶδησις πάντων τῶν παρὰ ποιηταῖς καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων, διὰ δὲ τοῦτο οὐδὲ γραμματικὴ καὶ ἄλλως, εἴπερ τέχνη ἐστὶν ἡ γραμματικὴ,

não é conjectural, mas assemelha-se à música e à filosofia.

Asclepiades disse o seguinte: “é como se Dionísio temesse que a brevidade da vida não fosse suficiente para a compreensão de todas as coisas; o que é mesmo absurdo, já que ela dará fim⁸⁶ ao gramático, não à gramática. Na verdade, como criatura de vida curta, ao gramático pode mesmo vir a acontecer de ser entendido somente na *maior parte* do que é dito por poetas e escritores; a gramática, no entanto, é o conhecimento de *todas* estas coisas.”⁸⁷

Por esse motivo, muda uma parte daquela definição e suprime outra e propõe esta definição de gramática: “gramática é uma arte (*tekhnē*) do que é dito por poetas e escritores”. E, assim, o homem não elimina nenhuma das dificuldades, mas as reforça, e, querendo enaltecer a gramática, acaba por destruí-la. Com efeito, assumindo que ela seja o conhecimento (*eidesis*) de tudo que é dito por poetas e escritores, e o conhecimento definitivamente não existe sem o conhecedor, então, tampouco a gramática existe sem o que conhece a gramática. Da mesma forma que não há caminhada sem caminhante, ou parada sem o que para, nem descanso sem o que descansa.

Concordou-se, pois, que o gramático não possui este conhecimento, logo, o conhecimento de tudo que é dito por poetas e escritores não existe, por isso não existe a gramática. Dito de outra forma, a gramática é uma arte e é o conhecimento de tudo

²² Blank, *ad loc.*

εἶδησις οὕσα πάντων τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων, ἡ δὲ τέχνη σύστημα ἐκ καταλήψεων [τῶν περὶ τὴν γραμματικὴν]²³, ἐξ ἀνάγκης μηδενὸς ἔχοντος πάντων τῶν παρὰ ποιηταῖς καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων κατάληψιν ἀνύπαρκτος γίνεται ἡ γραμματικὴ.

[76] Χάρης δὲ ἐν τῷ πρώτῳ περὶ γραμματικῆς τὴν τελείαν φησὶ γραμματικὴν ἔξιν εἶναι ἀπὸ τέχνης²⁴ διαγνωστικὴν τῶν παρ’ Ἑλλησι λεκτῶν καὶ νοητῶν ἐπὶ τὸ ἀκριβέστατον, πλὴν τῶν ὑπ’ ἄλλαις τέχναις· τὸ τελευταῖον προσθεῖς οὐ παρέργως·

[77] ἐπεὶ γὰρ τῶν παρ’ Ἑλλησι λεκτῶν καὶ νοητῶν τὰ μὲν ἐστὶν ὑπὸ τέχναις τὰ δ’ οὐ, τῶν μὲν ὑπὸ τέχναις οὐκ οἶεται τέχνην εἶναι καὶ ἔξιν τὴν γραμματικὴν, οἷον ἐν μὲν μουσικῇ τῆς διὰ τεσσάρων συμφωνίας καὶ τῆς μεταβολῆς τῶν συστημάτων, ἐν δὲ μαθηματικῇ ἐκλείψεως ἢ τῆς τῶν κύκλων θέσεως· τὰ δὲ αὐτὰ καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων νοητέων τεχνῶν· οὐδενὸς γὰρ τῶν ὑπ’ αὐταῖς εἶδησις ἢ γραμματικὴ, ἀλλὰ μέθοδος τίς ἐστὶ τῶν παρὰ ταύτας ἐτέρων λεκτῶν τε καὶ νοητῶν,

[78] νοητῶν μὲν ὡς ὅτι πίσυρες τέσσαρες καὶ

que é dito por poetas e escritores. Uma arte, por sua vez, é um sistema composto de apreensões [representações verdadeiras]; não havendo ninguém que apreenda tudo que é dito por poetas e escritores, forçosamente, a gramática acaba por tornar-se inexistente (*anuparktos*).

Cáres⁸⁸, no primeiro livro de *Sobre a Gramática*, diz que: “a gramática completa é uma habilidade (*heksis*), com base na arte (*tekhne*), que distingue (*diagnostike*) o que é dito e pensado pelos gregos da forma mais precisa possível; exceto o que é do domínio de outras artes”.⁸⁹ O acréscimo final não é supérfluo.

Pois, das coisas ditas (*lekton*) e pensadas (*noeton*) pelos gregos, algumas são de domínio das artes, mas outras não. E ele não considera a gramática uma arte e habilidade do que é de domínio das artes, tal como ‘harmonia em quartas’ e ‘mudança de escalas’, próprio da música, e ‘eclipse ou posição das esferas celestes’, da astronomia⁹⁰. Deve-se pensar o mesmo em relação às outras artes. Pois a gramática não é conhecimento de nenhuma das coisas de domínio delas, mas é um método para tratar de coisas ditas e pensadas fora destes domínios.

‘Coisas pensadas’ como, por exemplo, *písures*⁹¹

²³ Ao contrário de Blank, *ad loc.*, que segue Giusta, p. 428, mantemos a supressão [τῶν περὶ τὴν γραμματικὴν]. A tradutora francesa sugere <τῶν περὶ τὸν γραμματικόν>: ‘em relação com o gramático’. Cf. Dalimier, *ad loc.*

²⁴ Blank, *ad loc.*: com Barwick, baseado na comparação com Sch. DThr. 118. 11, insere τέχνης <καὶ ἱστορίας>: <e investigação> (*historia*). Esta inserção coloca *tekhne* e *historia* no mesmo nível, de forma que as duas funcionarão ou como ponto de partida (considerando-as como atividades) ou como material de base (considerando-as como produtos). De qualquer modo, com ou sem a inserção, a relação que *apo* estabelece entre *heksis* e *tekhne* (*kai historia*) é bastante ambígua: pode ser temporal, causal, de origem, de modo, de consequência, etc. Cf. Platão (*Fedro*, 268e), Aristóteles (*Pr.*955b1), Políbio (10.47.7), D.S. (2.29) para τέχνη (*tekhne*) definida como ἔξις ἢ διάθεσις ἀπὸ παρατηρήσεως (*heksis e diathesis apo paratereseos*): ‘habilidade ou disposição *com base* na observação’.

‘βῆσαι’ καὶ ‘ἄγκεα’ οἱ βᾶσιμοι <καὶ κοῖλοι>²⁵ τόποι, λεκτῶν δὲ τῶν περὶ τὰς διαλέκτους, οἷον ὅτι τοῦτο μὲν εἴρηται Δωρικῶς τοῦτο δ’ Αἰολικῶς, καὶ οὐχ ἥπερ οἱ στωικοὶ τὸ σημαινόμενον, ἀλλ’ ἀνάπαλιν τὸ σημαῖνον· τὸ γὰρ νοητὸν ἐπὶ τοῦ σημαινομένου [μόνου] παρείληπται.

[79] ἔοικε δὲ καὶ Κρατήτειόν τινα κινεῖν λόγον. καὶ γὰρ ἐκεῖνος ἔλεγε διαφέρειν τὸν κριτικὸν τοῦ γραμματικοῦ, καὶ τὸν μὲν κριτικὸν πάσης, φησί, δεῖ λογικῆς ἐπιστήμης ἔμπειρον εἶναι, τὸν δὲ γραμματικὸν ἀπλῶς γλωσσῶν ἐξηγητικὸν καὶ προσφθιάς ἀποδοτικὸν καὶ τῶν τούτοις παραπλησίων εἰδήμονα· παρὸ καὶ εοικέναι ἐκεῖνον μὲν ἀρχιτέκτονι τὸν δὲ γραμματικὸν ὑπηρέτη.

[80] Ἀλλὰ τὰ μὲν τῆς ἀποδόσεως τοιαῦτα, πῆ μὲν μετριώτερα τῶν Διονυσίου ἀτοπημάτων πῆ δὲ χεῖρονα. ὅτι μὲν γὰρ τῆς σωρικῆς ἀπορίας ἐξέλυσε τὴν γραμματικὴν καὶ τῶν ἀλλοτριῶν κεχώρικε θεωρημάτων, μουσικῆς τε καὶ μαθηματικῆς, ὡς μὴ προσηκόντων, αὐτόθεν συμφανές· τοῦ δὲ μὴ ἀνυπόστατον ὑπάρχειν οὐδαμῶς αὐτὴν ἐρρύσατο, ἀλλὰ καὶ εἰς τὸ εἶναι τοιαύτην μᾶλλον συνηγωνίσαστο.

[81] ὁ μὲν γὰρ Διονύσιος κατὰ τι διώρισε τὸν τῆς γραμματικῆς ὄρον, ἐπὶ μόνων αὐτὴν ποιητῶν τε καὶ συγγραφέων στήσας· οὗτος δὲ περὶ πᾶσαν Ἑλληνικὴν φωνὴν καὶ περὶ πᾶν

para ‘quatro’, e *bessai* e *ankeā*⁹² para lugares ‘acessíveis’ e ‘profundos’. ‘Coisas ditas’ como as que dizem respeito aos dialetos, por exemplo, uma coisa está dita em dórico e outra em eólico – mas não à maneira dos estoicos, acerca do significado (*semainomenon*), pelo contrário, sobre o signo (*semainon*); porque a ‘coisa pensada’ é que está associada ao significado.

Mas Cáres parece usar um argumento de Crates. Pois Crates dizia que o crítico é superior ao gramático. O crítico, diz ele, precisa ser experiente na totalidade do saber linguístico (*logikes epistemes*), enquanto o gramático precisa simplesmente explicar palavras inusuais, restaurar a prosódia e dominar coisas deste gênero; por isso, o crítico é como um arquiteto, e o gramático, um ajudante.

E tais são as contribuições da definição de Cáres, algumas mais razoáveis que os absurdos de Dionísio, outras piores. Que ele driblou o paradoxo de sorites e afastou a gramática de teoremas que lhe são estranhos (como os que são próprios da música e da astronomia), na medida em que não se relacionam, vê-se de imediato. Mas, de maneira alguma pôde salvá-la de ser insubsistente, pelo contrário, acabou por favorecer, e muito, para que fosse justamente assim.

Dionísio havia posto um limite à gramática, estendendo-a somente ao que escreveram poetas e escritores. Já Cáres quer que ela dê conta de toda palavra grega e de cada coisa significada, o que, se

²⁵ Blank, *ad loc.*

σημαινόμενον καταγίνεσθαι ταύτην θέλει. ὅπερ, εἰ θεμιτὸν εἰπεῖν, οὐδὲ θεοῖς ἀνυτόν ἐστιν. ὥς γὰρ καὶ πρότερον ἐλέγομεν, οὐδεμία μέθοδος συνίσταται περὶ τι ἄπειρον, ἀλλὰ καὶ μάλιστα αὐτὴ²⁶ τοῦτο περατοῖ· τῶν γὰρ ἀορίστων ἡ ἐπιστήμη δεσμός ἐστιν·

[82] τὰ δὲ σημαίνοντα καὶ σημαινόμενα τῶν πραγμάτων ἐστὶν ἄπειρα· οὐκ ἄρα ἐστὶν ἡ γραμματικὴ τέχνη περὶ τὰ σημαίνοντα καὶ σημαινόμενα. καὶ μὴν παντοῖαι γίνονται τῶν φωνῶν μεταβολαὶ καὶ πρὸ τοῦ γεγονάσι καὶ εἰσαῦθις γενήσονται· φιλομετάβολον γάρ τι ἐστὶν ὁ αἰὼν, οὐκ εἰς φυτὰ μόνον καὶ ζῷα ἀλλὰ καὶ εἰς ῥήματα.

[83] περὶ ἐστῶσαν δὲ ἀπειρίαν, οὐχ ὅτι γε²⁷ καὶ μεταβάλλουσιν ἀμήχανόν ἐστι γνῶσιν ἀνθρωπίνην εὐρεῖν. οὐδὲ ταύτη ἄρα ἡ γραμματικὴ συστήσεται. ἄλλως τε ἦτοι τεχνικὴν οἶεται εἶναι τὴν ἕξιν ἢ ἄτεχνον. καὶ εἰ μὲν τεχνικὴν, πῶς οὐκ αὐτὴν εἶπε τέχνην ἀλλὰ τὸ ἀφ' οὗ ἐστίν; εἰ δὲ ἄτεχνον, ἐπεὶ οὐ δυνατὸν διὰ τοῦ ἀτέχνου τὸ τεχνικὸν ὁρᾶσθαι, οὐδὲ συστήσεταιί τις γραμματικὴ ἕξις τεχνικῶς διαγινώσκουσα τὰ παρ' Ἑλλησι σημαίνοντά τε καὶ σημαινόμενα.

[84] Δημήτριος δὲ ὁ ἐπικαλούμενος Χλωρὸς καὶ ἄλλοι τινὲς τῶν γραμματικῶν οὕτως ὠρίσαντο· ‘γραμματικὴ ἐστὶ τέχνη τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ τῶν κατὰ τὴν κοινὴν συνήθειαν λέξεων εἴδησις’. μένουσι δὲ καὶ

não for ímpio dizê-lo, nem os próprios deuses realizariam. Pois, como dissemos antes, nenhum método se organiza em torno ao que é infinito, pelo contrário, um método certamente poria termo ao infinito, pois, para o indeterminado, o saber é uma prisão.

E os signos e significados das coisas (*pragmata*) são infinitos, logo a arte gramatical não é sobre signos e significados. Além disso, ocorre todo tipo de mudança nas palavras, já ocorreu antes e vai continuar ocorrendo; pois o tempo, que não cessa, é um amante das mudanças, não somente nas plantas e animais, mas também nas palavras (*remata*).

E, se é impossível encontrar conhecimento humano acerca do que é infinito, porém estável, quanto mais seria do que muda sem cessar. Logo, nem desta maneira a gramática é consistente. Além disso, Cáres ou a considerou uma habilidade *técnica* (*tekhniken*) ou *não técnica* (*atekhnon*). E, se a considera *técnica*, porque não a chamou diretamente de ‘arte’, ao invés do ‘com base em’? Mas, se não é *técnica* e não é possível enxergar o *técnico* através do *não técnico*, tampouco será consistente alguma habilidade gramatical que distingue de modo *técnico* os signos e significados dos gregos.

Demétrio, chamado também de Cloro⁹³, e alguns outros gramáticos, deram essa definição: “gramática é uma arte do que é dito pelos poetas e, também, conhecimento das palavras de uso comum (*kata ten koinen sunetheian*).” Nela,

²⁶ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 431. Por αὐτή.

²⁷ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 431. Por οὐ τοί γε.

τούτοις αἱ αὐταὶ ἀπορίαι· οὔτε γὰρ πάντων τῶν παρὰ ποιηταῖς λεγομένων δύναται εἶναι τέχνη γραμματικὴ οὔτε τινῶν.

[85] καὶ πάντων μὲν αὐτόθεν ἀδύνατον, εἶγε καὶ περὶ θεῶν καὶ περὶ ἀρετῆς καὶ ψυχῆς λέγεται παρὰ τοῖς ποιηταῖς, ὧν ἀπείρως ἔχουσιν οἱ γραμματικοί· τινῶν δὲ διὰ τὸ μὴ εἰς τοὺς γραμματικούς τὸ τοιοῦτον πίπτειν μόνους ἀλλὰ καὶ ἄλλους τινάς, οἷον φιλοσόφους καὶ μουσικούς καὶ ἰατρούς· συνεώρων γὰρ καὶ οἶδε τινὰ τῶν παρὰ ποιηταῖς.

[86] πάλιν τε ἐν τῷ λέγειν καὶ τῶν κατὰ τὴν κοινὴν συνήθειαν λέξεων εἶδησιν εἶναι τὴν γραμματικὴν εἰ μὲν τὸ καθολικὸν λαμβάνοιεν τὸ ‘εἰ τινές εἰσι κατὰ τὴν κοινὴν συνήθειαν λέξεις, ἐκείνων ἐστὶν εἶδησις ἢ γραμματικὴ’, ἀμαρτάνουσιν· ἄπειροι γὰρ αἱ κατὰ τὴν κοινὴν συνήθειαν λέξεις, καὶ τῶν ἀπείρων οὐκ ἐστὶν εἶδησις.

[87] εἰ δὲ ἐπὶ τὸ ἐπὶ μέρους φέροντο, ὅπερ ἴσον ἐστὶ τῷ ‘εἰσὶ τινες λέξεις κατὰ τὴν συνήθειαν τὴν κοινὴν ὧν εἶδησις ἐστὶν ἢ γραμματικὴ’, οὐδ’ οὕτω ποιήσουσιν τι τὴν γραμματικὴν· καὶ γὰρ ὁ Ἀθηναῖος εἶδησιν ἔχει τῶν κατὰ τὴν Ἀτθίδα συνήθων λέξεων, καὶ ὁ Δωριεὺς τῶν κατὰ τὴν Δωρίδα, καὶ ὁ ῥήτωρ τῶν κατὰ τὴν ῥητορικὴν, καὶ ὁ ἰατρὸς τῶν κατὰ τὴν ἰατρικὴν.

[88] εἰ δὲ λέγοιεν πασῶν τῶν κατὰ τὴν κοινὴν συνήθειαν αὐτὴν λέξεων εἶδησιν οὐχ ὥς τῶν καθ’ ἕκαστα καὶ ἐν μέρει πασῶν (τοῦτο γὰρ

permanecem em questão as mesmas aporias: a gramática não pode ser uma arte nem de tudo nem de parte do que é dito pelos poetas.

Abordar tudo que é dito por eles é, obviamente, impossível: os poetas falam sobre deuses, virtude, alma; coisas de que os gramáticos não têm qualquer experiência. E abordar parte do que dizem não é algo que seja exclusivo dos gramáticos, pelo contrário, compartilha-se com outros tantos, como filósofos, músicos e médicos, que também conhecem e compreendem parte do que é dito pelos poetas.

E estão novamente equivocados ao dizerem que a gramática é ‘conhecimento das palavras de uso comum’, caso tenha o sentido geral de: ‘se há palavras de uso comum, a gramática é o conhecimento delas’ – porque são infinitas as palavras de uso comum, e não existe conhecimento de coisas que são infinitas.

Mas também se carrega o sentido particular de: ‘existem algumas palavras de uso comum de que a gramática é o conhecimento’, nem assim transformarão a gramática em alguma coisa; porque um ateniense tem conhecimento das palavras de uso comum no dialeto ático; e um dórico, daquelas de uso comum no dialeto dórico; um retórico conhece as que são geralmente usadas na retórica; e um médico as que são comuns dentro da medicina.

E, se for dito que ela é o conhecimento de todas as palavras de uso comum, mas não todas em particular, uma por uma’ (o que é realmente

ὄντως ἀδύνατον), ἀλλὰ τῶν καθόλου πασῶν
καὶ ἀνωτάτω ἐν ταῖς διαλέκτοις, οἷον ὅτι
Δωριέων μὲν ἐστὶ τοιοῦτω τόνῳ χρῆσθαι,
Ἰώνων δὲ ἄλλῳ, τάχα μὲν τι πιθανὸν ἐροῦσιν,
οὐ μὴν ἀληθές·

[89] οὔτε γὰρ ἐν ἔθος ἐστὶ καθ' ἐκάστην
διάλεκτον (πολλαὶ γὰρ Δωρίδες καὶ Ἀτθίδες),
οὔτε οἱ κανόνες οὓς δοκοῦσι παραδιδόναί
πρὸς πᾶσαν ἀποτείνονται λέξι, ἀλλ' ἄχρι μὲν
ποσῶν καὶ ὁμοτόνων, οἷον ὀξυτόνων ἢ
βαρυτόνων, προκόπτουσι, πάσας δὲ
περιλαβεῖν ἀδυνατοῦσιν.

[90] Δείγματος μὲν οὖν χάριν ταῦτ'
εἰρήσθω εἰς τὸ ἀνυπόστατον εἶναι τὴν
γραμματικὴν ὅσον ἐπὶ τῇ παρὰ τοῖς
γραμματικοῖς αὐτῆς ἐπινοία· μετελθόντες δὲ
ἀκολούθως καὶ τὰ κυριώτατα τῶν ἐν αὐτῇ
θεωρημάτων, καὶ ἐξ ὧν μάλιστα λαμβάνει τὴν
ὑπόστασιν βασανίζομεν.

Τίνα μέρη γραμματικῆς

[91] Πολλῆς οὔσης καὶ ἀνηνύτου παρὰ τοῖς
γραμματικοῖς περὶ μερῶν γραμματικῆς
διαστάσεως, ἵνα μήτε τὸ πάρεργον ἔργου
χώραν ἐπέχειν ἡμῖν φαίνεται, μήτε εἰς
ἄλλοτρίαν καὶ ὡς πρὸς τὸ παρὸν ἀνωφελεῖ
ἐμβαίνοντες ὕλην ἀπολειπόμεθα τῆς
ἀναγκαιοτέρας ἀντιρρήσεως, ἀπαρκέσει
λέγειν ἀσυκοφαντητότερον ὡς ἄρα τῆς
γραμματικῆς τὸ μὲν ἐστὶν τεχνικὸν τὸ δὲ
ἱστορικόν²⁸ τὸ δὲ ἰδιαίτερον, δι' οὗ τὰ κατὰ
τοὺς ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς μεθοδεύεται.

impossível), e sim todas de forma genérica e
aquilo que é mais geral nos dialetos (por exemplo,
que os dóricos usam uma acentuação, e os jônicos
outra); pode até ser que isso soe plausível
(*pithanos*), mas não é verdadeiro.

Porque não existe, em cada dialeto, um hábito
único: são muitas as formas de dórico e de ático.
Tampouco as regras (*kanones*) que querem
transmitir estendem-se a todas as palavras, mas
aplicam-se somente às que têm o mesmo padrão
de acentuação, por exemplo, ou às oxítonas ou às
barítonas, e é impossível que consigam abranger
todas elas.

Eis aí, portanto, um exemplo de como se pode
argumentar partindo apenas da concepção dos
gramáticos e revelar a insubsistência da gramática,
Agora, passando adiante, por ordem,
submeteremos à análise também os principais
teoremas da gramática, dos quais depende,
principalmente, sua subsistência.

Quais as partes da gramática?

As divergências entre os gramáticos acerca das
partes da gramática são longas e intermináveis.⁹⁴
Assim, para um assunto secundário não nos
desviar de nosso objetivo, nem adentrarmos
matéria, no momento, alheia e supérflua,
abandonando o ataque mais necessário, será
suficiente dizer, de forma a gerar menos conflito,
que as partes da gramática são: *técnica* (*to*
tekhnikon), 'histórica' (*to historikon*) e específica
(*to idiaiteron*) - por meio desta última aborda-se o
concernente a poetas e escritores.

²⁸ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 431. Para ἱστορικὸν τὸ δὲ τεχνικὸν nos MSS.

[92] ὧν τεχνικὸν μὲν ἐστὶν ἐν ᾧ περὶ τῶν στοιχείων καὶ τῶν τοῦ λόγου μερῶν ὀρθογραφίας τε καὶ ἑλληνισμοῦ καὶ τῶν ἀκολούθων διατάσσονται, ἱστορικὸν δὲ ὅπου περὶ προσώπων οἰοῦνται θεῶν τε καὶ ἀνθρωπίνων καὶ ἡρωικῶν διδάσκουσιν, ἢ περὶ τόπων διηγοῦνται καθάπερ ὀρῶν ἢ ποταμῶν, ἢ περὶ πλασμάτων καὶ μύθων παραδιδόασιν ἢ εἴ τι τῆς αὐτῆς ἰδέας ἐστίν.

[93] ἰδιαιτέρον δὲ <δι' οὗ> τὰ κατὰ τοὺς ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς ἐπισκοποῦσι καθ' ὃ²⁹ τὰ ἀσαφῶς λεγόμενα ἐξηγοῦνται, τὰ τε ὑγιῆ καὶ τὰ μὴ τοιαῦτα κρίνουσι, τὰ τε γνήσια ἀπὸ τῶν νόθων διορίζουσιν. ἀλλ' ὡς μὲν τύπῳ καὶ ὀλοσχερέστερον περιλαβεῖν, ταῦτά ἐστι τὰ τῆς γραμματικῆς μέρη·

[94] νοητέον δὲ αὐτὰ οὐ κατ' εἰλικρίνειαν, οὐδ' ὡς ἂν τις εἴποι· ‘μέρη τοῦ ἀνθρώπου ψυχῆ καὶ σῶμα’. ταῦτα μὲν γὰρ ὡς ἕτερα ὄντα ἀλλήλων νοεῖται, τὸ δὲ τεχνικὸν καὶ ἱστορικὸν καὶ τὸ περὶ τὰς ποιήσεις καὶ συγγραφὰς τῆς γραμματικῆς μέρη πολλὰ ἔχει συμπλοκὴν καὶ ἀνάκρυσιν πρὸς τὰ λοιπά·

[95] καὶ γὰρ ἢ τῶν ποιητῶν ἐπίσκεψις οὐ χωρὶς τοῦ τεχνικοῦ καὶ ἱστορικοῦ γίνεται μέρους, καὶ ἐκάτερον τούτων οὐ δίχα τῆς τῶν ἄλλων παραπλοκῆς συνέστηκεν. ὥσπερ οὖν οἱ λέγοντες τῆς ἰατρικῆς μέρη δίαταν χειρουργίαν φαρμακείαν οὕτω λέγουσιν ὡς πολλῆς οὕσης ἐν τοῖς θεωρήμασιν

Dessas, a parte *técnica* é aquela na qual dispõem os elementos, as partes da sentença (*logou mere*), e também ortografia e helenismo e o que disso se segue. A parte dita ‘histórica’ é onde ensinam sobre os personagens – divinos, humanos e heróicos, dão detalhes sobre lugares como montanhas e rios, retomam tradições associadas a ficções e mitos, e coisas deste gênero.⁹⁵

E a parte específica é aquela através da qual analisam o que é dito por poetas e escritores: interpretam as passagens obscuras, julgam o que está correto e o que não, e distinguem o genuíno do espúrio. Estas são, de maneira geral, e *grosso modo* explicadas, as partes da gramática.⁹⁶

Mas elas não devem ser entendidas como se fossem independentes, ou como dir-se-ia que ‘as partes do homem são o corpo e a alma’. Pois se concebe estas últimas como coisas diferentes uma da outra, e a parte *técnica*, a ‘histórica’ e a que trata de poetas e escritores, isto é, as partes da gramática, são muito conectadas e entrelaçadas umas às outras.

Pois a análise dos poetas não acontece sem as partes *técnica* e ‘histórica’; e cada uma delas foi constituída em conexão com as outras.⁹⁷ Logo, é assim como dizem que as partes da medicina são a dieta, a cirurgia e a farmacologia, falando assim porque há muita interdependência entre os teoremas (a dieta, com efeito, não se apresenta

²⁹ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 428. Para ἰδιαιτέρον δὲ τὸ κατὰ τοὺς ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς [ἐπισκοποῦσι] καθ' ὃ.

ἀλληλουχίας (καὶ γὰρ ἡ δίαιτα οὐ χωρὶς
φαρμακείας καὶ χειρουργίας πρό[ς]εισι, καὶ ἡ
φαρμακεία πάλιν περιείχετο καὶ τῆ τῶν
ἄλλων δυνάμει), ὧδε καὶ ἐπὶ τοῦ παρόντος
οὐκ ἀπότακτόν τί ἐστὶν ἕκαστον μέρος, οὐδ’
εἰλικρινὲς ἀπὸ τῆς τῶν ἄλλων ἐπιμιξίας.

[96] τοῦτο δὲ προδιηρθρώσαμεν οὐ
παρέργως, ἀλλ’ ἵνα εἰδῶμεν ὡς ἂν ἔν τι ἐξ
αὐτῶν δειχθῆ ἄσύστατον, δυνάμει καὶ τὰ
λοιπὰ ἀνήρηται, ὧν ἑκάτερον οὐ χωρὶς τοῦ
ἀναιρεθέντος ὑφίσταται. ὅμως δὲ οὐ
ποιήσομεν τοῦτο καίπερ ὄν σύντομον, ἀλλὰ
πειρασόμεθα πρὸς ἕκαστον ἀντιλέγειν, ὡς εἰ
καὶ μὴ ἔχρηζε τῆς τῶν λοιπῶν παρουσίας.
τάξει δὲ ἀρκτέον ἀπὸ τοῦ πρώτου.

[97] **Ὅτι ἀμέθοδόν ἐστὶ καὶ ἀσύστατον τὸ
τεχνικὸν τῆς γραμματικῆς μέρος**

Διὰ πολλὰ μὲν καὶ ἄλλα δίκαιόν ἐστὶ μετὰ
σπουδῆς ἐξετάζειν τὴν γραμματικὴν
τεχνολογίαν, μάλιστα δὲ ἀπάντων διὰ τὸ ἐπ’
αὐτῇ κομᾶν καὶ μέγα φρονεῖν τοὺς
γραμματικούς, αἰεὶ δὲ τῶν κατὰ τὰ λοιπὰ
κοσμουμένων μαθήματα κατατρέχειν ὡς μηδὲ
τὴν κοινὴν τῶν Ἑλλήνων συνήθειαν
ἐπισταμένων, καὶ ἔτι διὰ τό, εἴ ποτε θλίβοντο
ἐν ζητήσει, μὴ ἄλλην εὐρίσκειν πολλάκις
ἀποφυγὴν εἰς τὸ περισπᾶν τοὺς συζητοῦντας
αὐτοῖς ἢ τὸ ὅτι βάρβαρον ἢ σόλοικόν ἐστὶ τὸ
ὑπ’ αὐτῶν λεχθέν.

[98] οὐκ ὀλίγην δὲ ἂν ἔχοι μοῖραν εἰς
προτροπὴν καὶ ὅταν βλέπωμεν τοὺς μηδὲ δύο

sem a farmacologia e a cirurgia; e a farmacologia,
por sua vez, envolve-se também na ação das
outras), de maneira que não estão no momento
separadas, nem são independentes umas das
outras.

E não foi à toa que detalhamos tal explicação, mas
para nos darmos conta de que, se fica provado
para qualquer das partes que é inconsistente,
destrói-se por força também o resto, porque
nenhuma delas subsiste sem a parte que foi
destruída. Mesmo assim, ainda que nos poupasse
tempo, não faremos dessa forma, mas tentaremos
argumentar contra cada uma, como se prescindisse
da presença das outras. Começaremos então, em
ordem, pela primeira.

**A parte técnica da gramática é ametódica e
inconsistente**

Por muitos outros motivos vale a pena
examinar seriamente a exposição *técnica* da
gramática (*grammatike tekhnologia*), mas,
sobretudo e principalmente, porque os gramáticos
vangloriam-se dela com uma presunção
desmedida. E estão sempre a rebaixar os que se
dedicam a outros estudos, como se estes não
tivessem domínio da linguagem comum dos
gregos. Mas também porque, ao serem
pressionados num debate, muitas vezes sem
encontrar outro recurso para escapar aos
adversários, vão dizer que há barbarismo ou
solecismo na fala deles.

Também não é pouco o estímulo que advém de
vermos os gramáticos, incapazes de juntar duas

σχεδὸν ῥήματα δεξιῶς εἴρην δυναμένους
 γραμματικούς θέλοντας ἕκαστον τῶν μέγα
 δυνηθέντων ἐν εὐφραδείᾳ καὶ ἑλληνισμῶ
 παλαιῶν, καθάπερ Θουκυδίδην Πλάτωνα
 Δημοσθένην, ὡς βάρβαρον ἐλέγχειν. μία γὰρ
 ἀντὶ πάντων ἄμυνα γενήσεται πρὸς αὐτούς,
 εἰὰν τὴν ψευδώνυμον αὐτῶν τεχνολογίαν
 ἄτεχνον ἀποδείξωμεν.

[99] τάξει δὲ λεκτέον ἡμῖν πρῶτον περὶ τῶν
 στοιχείων, ἐξ ὧν τὰ πάντα κατ' αὐτούς
 συνέστηκεν καὶ ὧν ἀναιρεθέντων
 ἀγραμμάτους ἀνάγκη γίνεσθαι τοὺς
 γραμματικούς.

Καὶ δὴ τριχῶς λεγομένου τοῦ στοιχείου,
 τοῦ τε γραφομένου χαρακτῆρος καὶ τύπου καὶ
 τῆς τούτου δυνάμεως καὶ ἔτι τοῦ ὀνόματος,
 προαγέτω νῦν ἡ ζήτησις μάλιστα περὶ τῆς
 δυνάμεως: αὕτη γὰρ καὶ κυρίως στοιχεῖον
 παρ' αὐτοῖς προσηγόρευται.

[100] εἰκοσιτεσσάρων τοίνυν στοιχείων
 ὄντων τῆς ἐγγραμμάτου φωνῆς, τούτων
 διττὴν ὑποτίθενται κατὰ τὸ ἀνωτάτω τὴν
 φύσιν. τὰ μὲν γὰρ αὐτῶν φωνάεντα
 προσαγορεύουσι τὰ δὲ σύμφωνα, καὶ
 φωνάεντα μὲν ἑπτὰ, α ε η ι ο υ ω,
 σύμφωνα δὲ τὰ λοιπά. τῶν δὲ φωναέντων
 τρεῖς λέγουσι διαφοράς: δύο μὲν γὰρ αὐτῶν
 φύσει μακρὰ λέγουσι τυγχάνειν, τὸ η καὶ τὸ
 ω, ἰσάριθμα δὲ βραχέα, τὸ ε καὶ τὸ ο, τρία δὲ
 κοινὰ μήκους τε καὶ βραχύτητος, α ι υ, ἅπερ
 δίχρονα καὶ ὑγρά καὶ ἀμφίβολα καὶ
 μεταβολικὰ καλοῦσιν.

frases direito, querendo censurar como barbarismo
 expressões de escritores antigos altamente
 capacitados na correção e pureza do idioma grego,
 como Tucídides, Platão, Demóstenes. Porém, uma
 única ação de resistência contra eles já valerá por
 todas: demonstrarmos que sua falsamente
 nomeada 'exposição *técnica*' não é *técnica*
 (*atekhnos*).

Por ordem, devemos falar primeiro das letras
 como elementos. De acordo com os gramáticos,
 elas sustentam o todo, portanto, sua destruição
 teria por consequência que os gramáticos se
 tornariam necessariamente 'iletrados'.

De fato, diz-se 'letra' de três maneiras: para a
 forma ou sinal gráfico, para a qualidade deste e
 para o seu nome. Que nossa investigação prossiga,
 por ora, enfocando a qualidade (*dunamis*), porque
 é a ela, principalmente, que se referem quando
 dizem 'letra'.

Pois bem, vinte e quatro são os elementos que
 representam graficamente a fala (*engrammatos*
phone), e foram divididos, no mais alto da escala,
 em duas classes, segundo a natureza: a uns
 chamam vogais (*phonaenta*), e a outros,
 consoantes (*sumphona*). As vogais são sete: α ε
 η ι ο υ ω (*alfa, épsilon, eta, iota, ômicron,*
ípsilon, ômega); as consoantes são as que restam.
 Entre as vogais, existem três diferenças: dizem de
 duas delas que são longas por natureza - η ω (*eta,*
ômega); duas, breves - ε ο (*épsilon, ômicron*); e
 três são comuns (*koina*) a duas qualidades:
 longura e brevidade - α ι υ (*alfa, iota, ípsilon*).
 Estas últimas são também chamadas de 'híbridas'

[101] ἕκαστον γὰρ αὐτῶν πέφυκεν ὅτε μὲν
ἐκτείνεσθαι ὅτε δὲ συστέλλεσθαι, οἷον τὸ μὲν
α ἐπὶ τοῦ

Ἄρες Ἄρες βροτολοιγὲ μαιφόνε τειχεσιπλήτα,
τὸ δὲ ι

Ἴλιον εἰς ἱεράην· τῆ δ' ἀντίος ὄρνυτ' Ἀπόλλων,
τὸ δὲ υ

θεσπέσιον νεφέων ἐκ Διὸς ὕεν ὕδωρ.

[102] τῶν δὲ συμφώνων τὰ μὲν ἡμίφωνα ἐστὶ
κατ' αὐτοῦς τὰ δὲ ἄφωνα, καὶ ἡμίφωνα μὲν
ὅσα δι' αὐτῶν ροῖζον ἢ σιγμὸν ἢ μυγμὸν ἢ
τινα παραπλήσιον ἦχον κατὰ τὴν ἐκφώνησιν
ἀποτελεῖν πεφυκότα, καθάπερ τὸ ζ θ λ μ ν
ξ ρ σ φ χ ψ, ἢ ὡς τινες, χωρὶς τοῦ θ καὶ φ
καὶ χ τὰ λειπόμενα ὀκτώ· ἄφωνα δὲ ἐστὶ τὰ
μήτε συλλαβὰς καθ' ἑαυτὰ ποιεῖν δυνάμενα
μήτε ἦχων ιδιότητος, αὐτὸ³⁰ δὲ μόνον μετὰ
τῶν ἄλλων συνεκφωνούμενα, καθάπερ β γ δ
κ π τ, ἢ ὡς ἔνιοι, καὶ τὸ θ φ χ.

(*dikhrona*), ‘líquidas’ (*hugra*), ‘ambíguas’
(*amphibola*) e ‘variáveis’ (*metabolika*),

porque cada uma delas tem a propriedade de ora
alongar-se, ora abreviar-se; como o α em:

Ἄρες Ἄρες brotoloige miaiphone teikhesiplatea,

Ares, “Ares guerreiro, dos homens flagelo,
eversor de cidades”.

[*Iliada* V, 31 Trad.: Carlos Alberto Nunes]

Ou ο ι em:

Ἴλιον εἰς ἱέραν; τῆ δ' ἀντίος ὄρνυτ' Ἀπόλλων,

“para Ílio santa. Mas do alto de Pérgamo veio
encontrá-la”.

[*Il.* VII, 20 Trad.: Carlos Alberto Nunes]

Ou υ em:

thespesion nepheon ek Dios hūen hūdor,

‘Água maravilhosa que das nuvens de Zeus
derrama-se.’ [fr.adespota1169Lloyd-

Jones/Parsons]

Entre as consoantes, umas são semivocálicas
(*hemiphona*), segundo eles, e outras, mudas
(*aphona*). Às semivocálicas é natural que, na
pronúncia, ocorra um sibilo, assobio, ou sussurro,
ou um som desse tipo, como em: ζ θ λ μ ν ξ ρ
σ φ χ ψ (*zeta, theta, lambda, mi, ni, ksi, rô,*
sigma, phi, khi, psi); ou, dizem alguns,
excetuando-se θ φ χ (*theta, phi, khi*), as outras
oito restantes. As consoantes mudas são as que
não são capazes de formar sílaba por si mesmas,
nem de soar isoladas, mas somente quando
pronunciadas junto com outras, são elas: β γ δ κ
π τ (*beta, gamma, delta, kappa, pi, tau*); ou,
como alguns dizem, também θ φ χ (*theta, phi,*

³⁰ Blank, *ad loc.*: com MS G. Por αὐτὰ.

[103] καὶ μὴν κοινῶς τῶν συμφώνων πάλιν τὰ μὲν φύσει δασέα λέγουσι τὰ δὲ ψιλὰ, καὶ δασέα μὲν $\theta \varphi \chi$, ψιλὰ δὲ $\kappa \pi \tau$ · μόνον δὲ φασὶ τὸ ρ ἐπιδέχεσθαι ἐκάτερον, δασύτητα καὶ ψιλότητα. λέγουσι δὲ τινὰ τῶν συμφώνων καὶ διπλᾶ, καθάπερ τὸ $\zeta \xi \psi$ · συνεστηκέναι γάρ φασὶ τὸ μὲν ζ ἐκ τοῦ σ καὶ δ , τὸ δὲ ξ ἐκ τοῦ κ καὶ σ , τὸ δὲ ψ ἐκ τοῦ π καὶ σ .

[104] Τούτων δὴ προεστοιχειωμένων φημι πρῶτον μὲν ἀτόπως αὐτοῖς λέγεσθαι τῶν στοιχείων τινὰ εἶναι διπλᾶ. τὸ γὰρ διπλοῦν σύστημά ἐστιν ἐκ δυοῖν, τὸ δὲ στοιχεῖον οὐκ ἔστι σύστημα ἐκ τινῶν· ἀπλοῦν γὰρ ὀφείλει τυγχάνειν καὶ οὐκ ἐξ ἐτέρων συστατόν. οὐκ ἄρα ἔστι διπλοῦν στοιχεῖον. ἄλλως τε, εἰ τὰ συστατικὰ τοῦ διπλοῦ στοιχείου στοιχεῖα ἐστὶ, τὸ διπλοῦν ἐκ τῶν στοιχείων συνεστώσ οὐκ ἔσται στοιχεῖον· ἀλλὰ μὴν τὰ συστατικὰ τοῦ διπλοῦ στοιχείου στοιχεῖα ἐστὶν· οὐκ ἄρα τὸ διπλοῦν ἐστὶ στοιχεῖον.

[105] Καὶ μὴν ὡς ταῦτα ἀναιρεῖται, οὕτω καὶ τὰ δίχρονα, κοινήν φύσιν μήκους τε καὶ βραχύτητος ἀξιούμενα ἔχειν. εἴπερ γὰρ τοιαῦτά ἐστιν, ἥτοι αὐτὸ τὸ γράμμα κατ' ἰδίαν καὶ ὁ ψιλός, εἰ τύχοι, τοῦ α ³¹ χαρακτήρ ἐμφανιστικός ἐστὶ τῆς διχρόνου φύσεως, <ῆ>³² νυνὶ μὲν συστέλλεσθαι νυνὶ δὲ ἐκτείνεσθαι δυνάμενον³³ τῆ προσωδία.

khi).

E, das consoantes em geral, dizem também que algumas são por natureza ásperas, e outras são simples - as aspiradas: $\theta \varphi \chi$ (*theta, phi, khi*); as simples: $\kappa \pi \tau$ (*kappa, pi, tau*). E dizem que apenas o ρ (*rho*) admite ambas as qualidades: áspera e simples. E dizem ainda que, dentre as consoantes, algumas são duplas, como $\zeta \xi \psi$ (*zeta, ksi, psi*), pois são combinações: o ζ (*zeta*): de σ (*sigma*) e δ (*delta*); o ξ (*ksi*): do κ (*kappa*) e σ (*sigma*); e o ψ (*psi*): de π (*pi*) e σ (*sigma*).

Portanto, tendo sido apresentados os elementos, primeiro direi que é completamente absurdo da parte deles afirmar que alguns elementos são duplos: porque ‘duplo’ é o que se compõe de dois, e ‘elemento’ não é uma composição de coisas, porque tem de ser simples e não composto. Logo, não existe um ‘elemento duplo’. De outra forma, se os componentes do elemento duplo são elementos, o elemento duplo, composto de elementos, não será um elemento. E de fato os componentes do elemento duplo são ditos elementos, assim o elemento duplo não é um elemento.

Com efeito, da mesma maneira como foram destruídas s estas letras, também o podem ser as híbridas, que são consideradas como tendo uma natureza comum a duas qualidades. Se de fato são assim, ou a letra mesma, sozinha e por si própria, digamos α (*alfa*), é um sinal que expressa a natureza híbrida; ou é capaz de alongar-se e abreviar-se por causa da prosódia.

³¹ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 75 ss. Supressão de {ι υ}.

³² Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 75 ss. Modificações : <ῆ> {καὶ}.

[106] ἀλλ' ὁ μὲν χαρακτήρ κατ' ἰδίαν οὐκ ἔστι κοινῷ φύσει στοιχείου μηνυτικός. οὔτε γὰρ ὅτι μακρύνεται οὔθ' ὅτι βραχύνεται οὔθ' ὅτι τὸ συναμφοτέρων καὶ μακρύνεται καὶ βραχύνεται ἐμφαίνει: ἀλλ' ὄν τρόπον ἢ δι' αὐτοῦ συλλαβῆ, καθάπερ εἴρηται ἐπὶ τῆς Ἄρες λέξεως, οὐ χωρὶς τῆς προστιθεμένης προσωδίας οὔτ' εἰ μακρά ἐστὶν οὔτ' εἰ βραχεῖα γινώσκεται, οὔτω καὶ τὸ α ἰ υ κατ' ἰδίαν λαμβανόμενα οὐ κοινὰ ἐκατέρας ἔσται δυνάμεως ἀλλ' οὐδετέρας.

[107] λείπεται οὖν σὺν προσωδίᾳ λέγειν αὐτὸ κοινὸν ὑπάρχειν. ὁ πάλιν ἐστὶν ἀμήχανον· προσλαμβάνον γὰρ ταύτην ἢ μακρὸν γίνεται, ὅτε ἔστι μακρά, ἢ βραχύ, ὅτε ἔστι βραχεῖα, κοινὸν δὲ οὐδέποτε. οὐκ ἄρα ἔστι φύσει δίχρονα στοιχεῖα.

[108] εἰ δὲ λέγοιεν κοινὰ φύσει ὑπάρχειν ταῦτα παρόσον ἐπιδεκτικά ἐστὶν ἐκατέρου, μήκους τε καὶ συστολῆς, λήσονται σχεδὸν εἰς τὴν αὐτὴν ἐγκυλισθέντες ἀπορίαν. τὸ γὰρ ἐπιδεκτικόν τινος οὐκ ἔσται ἐκεῖνο τὸ οὔπερ ἐπιδεκτικόν ἐστίν· ὥσπερ γὰρ ὁ χαλκὸς ἐπιδεκτικὸς μὲν ἐστὶ τοῦ ἀνδριάς γενέσθαι, οὐκ ἔστι δὲ ἀνδριάς ἐφ' ὅσον ἐπιδεκτικὸς ἐστὶ, καὶ ὄν τρόπον τὰ ξύλα ἐπιτήδειον μὲν ἔχει φύσιν εἰς τὸ ναῦς γενέσθαι, οὔπω δὲ ἔστι ναῦς, οὔτω καὶ τὰ τοιαῦτα τῶν στοιχείων ἐπιδεκτικά <μὲν> ἐστὶ μήκους τε καὶ συστολῆς, οὔτε δὲ μακρά ἐστὶν οὔτε βραχεῖα οὔθ' ἐκάτερον πρὶν ἀπὸ προσωδίας ποιωθῆναι.

Mas o sinal gráfico, por si próprio, não é indicativo de um elemento de natureza comum. Pois não manifesta nem que é longo, nem que é breve, tampouco a combinação de ambos: longo e breve. Na verdade, como foi dito da palavra 'Ares', não se sabe se a sílaba, por ela mesma, é longa ou breve sem aplicar a prosódia. Do mesmo modo, também α ἰ υ (*alfa, iota, ípsilon*), por si mesmas tomadas, não serão comuns a duas qualidades, mas, antes, a nenhuma.

Faltou, então, considerar que existiria como elemento comum por causa do uso. O que, mais uma vez, é impossível. Pois, de acordo com a prosódia, o elemento se torna longo ou breve; jamais vai ser tornar 'comum'. Logo, não existem elementos híbridos por natureza.

E, caso afirmem que elementos comuns existem por natureza, na medida em que são suscetíveis de ambas as qualidades, longura e brevidade, envolver-se-ão, sem perceberem, praticamente na mesma aporia. Pois aquilo que é suscetível de algo *não é* aquilo de que é suscetível: assim como o bronze é suscetível de transformar-se em estátua, mas *não é* uma estátua. Os troncos de árvore possuem natureza suscetível a moldarem-se em barco, mas *não são* barco ainda. Da mesma forma, os elementos suscetíveis de serem longos ou breves, não são longos nem são breves, nem ambas as coisas, *antes* de serem dotados de tal qualidade de acordo com a prosódia.

³³ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 75 ss. Supressão {κοινὸν σὺν}.

[109] πρὸς γε μὴν τοῖς λεχθεῖσιν ἐναντίον ἔστιν ἢ τε βραχύτης καὶ ἢ ἐπέκτασις καὶ οὐ συνυφίσταται· ἀναιρέσει γὰρ τῆς βραχύτητος ἢ ἐπέκτασις συνίσταται, καὶ ἀναιρουμένης μακρᾶς βραχεῖα γίνεται. παρ' ἣν αἰτίαν ἀδύνατον περισπωμένην βραχεῖαν γενέσθαι, διὰ τὸ τῷ περισπασμῷ κατ' ἀνάγκην συνυφίστασθαι τὴν ἐπέκτασιν.

[110] διόπερ εἰ φύσει τι δίχρονόν ἐστι στοιχεῖον, ἦτοι ὑφ' ἐν περι αὐτὸ ἢ τε τῆς βραχύτητος καὶ ἢ τῆς ἐπεκτάσεως ὑποστήσεται δύναμις ἢ παρὰ μέρος. ἀλλ' ὑφ' ἐν μὲν ἀμήχανον περι γὰρ τὴν αὐτὴν ἐκφώνησιν κατὰ τὸ αὐτὸ ἀναιρετικαὶ ἀλλήλων δυνάμεις οὐκ ἂν ὑποσταῖεν. λείπεται ἄρα παρὰ μέρος. ὁ πάλιν ἐστὶν ἀπίθανον· ὅτε γὰρ ἔστι μακρόν, τότε οὐκ ἔστι κοινὸν στοιχεῖον βραχύτητος καὶ μήκους, <ἀλλὰ μακρόν μόνον, καὶ ὅτε ἐστὶ βραχὺ οὐκ ἔστι κοινόν,>³⁴ ἀλλὰ βραχὺ μόνον.

[111] Ὁ δ' αὐτὸς τῆς ἐπιχειρήσεως τρόπος γινέσθω καὶ ἐπὶ τῶν φύσει ψιλῶν ἢ δασέων ἢ καθ' ἑκάτερον κοινῶν· ἡμῖν δὲ ἀπόχρη τὸ γένος τῆς ἐπιχειρήσεως ὑποδειξαι.

Καὶ μὴν ἐπεὶ ἀνήρηται τὰ κοινὰ καὶ δέδεικται τὸ ἐκτείνεσθαι μόνον αὐτὰ ἢ συστέλλεσθαι, ἀκολουθήσει καὶ τὸ δισσὸν ὑπάρχειν ἕκαστον, τὸ μὲν φύσει μακρόν τὸ δ' αὖ φύσει βραχὺ.

[112] δισσοῦ οὖν ὄντος τοῦ α καὶ ι καὶ υ οὐκέτι ἑπτὰ γενήσεται μόνον στοιχεῖα φωνάεντα, ὧν δύο μὲν μακρά, τό τε η καὶ τὸ

Ao que foi dito, acrescenta-se que breve e longa são qualidades contrárias e não coexistem. Pois o alongamento consiste na destruição da brevidade: uma breve surge por se destruir uma longa. Por esse motivo é que uma breve não recebe acento circunflexo, porque, necessariamente, acento circunflexo coexiste com alongamento.

Assim, se o elemento é por natureza híbrido, as qualidades de breve e longa subsistem nele ou ao mesmo tempo, ou em separado. Mas é impossível que subsistam ao mesmo tempo, porque, na própria pronúncia do elemento mesmo, qualidades com forças mutuamente destrutivas não subsistiriam. Portanto, resta que subsistam em separado. O que, por sua vez, é implausível: pois se é longo, então não é um elemento comum a duas qualidades: longura e brevidade, ao contrário, é somente longo; e se é breve, não é comum, apenas breve.

O mesmo modo de contra-argumentar deve ser admitido contra as que são ditas, por natureza, aspiradas, simples ou comuns. Basta-nos por ter indicado o tipo de argumento.

E, na verdade, já que foram destruídas as comuns, e ficou claro que as mesmas são apenas ou longas ou breves, segue-se que, de cada uma, há duas: uma é longa por natureza, e a outra, o oposto, breve por natureza.

Portanto, se α ι υ (alfa, iota, ípsilon) são duplas, não teremos mais apenas sete elementos como vogais: dois longos – η ω (éta, ômega), dois

³⁴ Blank, *ad loc.*

ω, δύο δὲ βραχέα, τὸ τε ε καὶ τὸ ο, τρία δὲ δίχρονα, τὸ τε α καὶ ι καὶ υ, ἀλλὰ τὰ σύμπαντα δέκα, καὶ τούτων τὰ πέντε μὲν μακρά, τὸ τε η καὶ τὸ ω καὶ τὸ μακρὸν α καὶ ι καὶ υ, ἰσάριθμα δὲ τὰ βραχέα, τὸ ο καὶ τὸ ε καὶ τὸ βραχὺ α καὶ ι καὶ υ.

[113] ἀλλ' ἐπεὶ οὐ δύο μόνον ὑπειλήφασιν εἶναι προσφθιάς γραμματικῶν παῖδες, τὴν τε μακρὰν καὶ βραχεῖαν, ἀλλὰ καὶ ὀξεῖαν βαρεῖαν περισπωμένην δασεῖαν ψιλὴν, ἕκαστον τῶν ὑποδεδειγμένων φωναέντων ἔχον τινὰ τούτων κατ' ἰδίαν προσφθίαν γενήσεται στοιχεῖον· καὶ ᾧ λόγῳ οὐδὲν ἦν κοινὸν μήκους τε καὶ βραχύτητος στοιχεῖον, ἀλλ' ἢ μακρὸν μόνον, ὅτ' εἶχε τὴν μακρὰν, ἢ βραχὺ, ὅτ' εἶχε τὴν βραχεῖαν, τῷ αὐτῷ λόγῳ οὐδὲν ἔσται κοινὸν ὀξύτητος καὶ βαρύτητος, ἀλλ' ἢ ὀξὺ μόνον, ὅτε προσειλήφει τὴν ὀξεῖαν, ἢ βαρὺ, ὅτε τὴν βαρεῖαν· καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων τὸ ἀνάλογον. ἐπεὶ οὖν τὰ μὲν βραχέα δύο ὄντα ἀνὰ πέντε ἐπιδέχεται προσφθιάς, βραχεῖαν ὀξεῖαν βαρεῖαν δασεῖαν ψιλὴν, δέκα γενήσεται.

[114] τὰ δὲ μακρὰ πάλιν δύο ὄντα <ἐπει>³⁵ ἐκ περισσοῦ προσλαμβάνει καὶ τὴν προσφθίαν τὴν περισπωμένην (μηκύνεται γὰρ ταῦτα καὶ ὀξύνεται καὶ βαρύνεται καὶ δασύνεται καὶ ψιλοῦται καὶ ἰδιαίτερον περισπᾶσθαι πέφυκε), γενήσεται δώδεκα. τὰ δὲ κοινὰ τρία καθεστῶτα τὰς ἐπτὰ προσφθιάς καθ' ἕκαστον ἐπιδέχεται, καὶ ταύτη γίνεται εἴκοσι καὶ ἕν· ὥστε πάντα τεσσαράκοντα καὶ τρία

breves – ε ο (*épsilon, ômicron*) e três híbridos – α ι υ (*alfa, iota, ípsilon*); mas teremos, ao todo, dez: cinco dos quais são longos - η ω (*eta, ômega*) e α ι υ (*alfa, iota, ípsilon*) longos; e cinco breves - ε ο (*epsilon, ômicron*), e α ι υ (*alfa, iota, ípsilon*) breves.

Porém, visto não serem apenas duas as nuances prosódicas que a classe dos gramáticos assume, a saber, longa e breve, mas também: agudo, grave, circunflexo, aspirado e simples - cada uma das vogais mencionadas antes, realizando-se prosodicamente com cada um destes traços, será, então, um elemento. E, de acordo com o argumento, não há elemento misto: breve e longo - mas somente o longo, quando possui o traço longo; e o breve, quando possui o traço breve -, pelo mesmo motivo não existirá um elemento misto: agudo e grave, mas apenas agudo, se leva o acento agudo, ou grave, se possui o acento grave; e com os outros dar-se-á da mesma forma.

Portanto, já que as breves são duas e admitem até cinco marcas prosódicas, breve, aguda, grave, aspirada e simples, serão, na verdade, dez.

As longas, por sua vez, também são duas, mas como recebem adicionalmente o acento circunflexo - podem ser, com efeito: longas, agudas, graves, aspiradas, simples e, por sua característica própria, circunflexas - tornar-se-ão, portanto, doze. E as três vogais ditas comuns podem receber, cada uma, sete marcas prosódicas. Dessa forma, acabam por ser vinte e uma. Assim, no total, são quarenta e três⁹⁸. Somando-se a estas

³⁵ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 431. Por Hervetus <ει>.

τυγχάνειν· οἷς τῶν δεκαεπτὰ συμφώνων προστιθεμένων ἐξήκοντα γίνεσθαι στοιχεῖα, ἀλλ' οὐκ εἰκοσιτέσσαρα.

[115] Ἔστι δὲ καὶ ἕτερος λόγος καθ' ὃν ἀξιοῦται διαφόρως τὰ φωνάεντα πάλιν στοιχεῖα ἐλάσσονα εἶναι τῶν παρὰ τοῖς γραμματικοῖς θρυλουμένων ἑπτὰ. εἰ γὰρ τὸ α κατ' αὐτοὺς ἐκτεινόμενον καὶ συστελλόμενον οὐχ ἕτερόν ἐστι στοιχεῖον ἀλλ' ἓν κοινόν, ὡσαύτως δὲ καὶ τὸ ι καὶ τὸ υ, ἀκολουθήσει καὶ τὸ ε καὶ τὸ η ἓν εἶναι στοιχεῖον κατὰ τὴν αὐτὴν δύναμιν κοινόν· ἢ γὰρ αὐτὴ δύναμις ἐπ' ἀμφοτέρων ἐστί, καὶ συσταλὲν μὲν τὸ η γίνεται ε, ἐκταθὲν δὲ τὸ ε γίνεται η. κατὰ δὲ τὸν αὐτὸν τρόπον καὶ τὸ ο καὶ τὸ ω³⁶ μία στοιχείου γενήσεται φύσις κοινή, ἐκτάσει καὶ συστολῇ διαφέρουσα, ἐπεὶπερ τὸ μὲν ω μακρόν ἐστιν [τὸ] ο, τὸ δὲ ο βραχὺ ἐστιν ω.

[116] τυφλώττουσιν οὖν οἱ γραμματικοὶ καὶ τὸ ἀκόλουθον αὐτοῖς οὐ συνορῶσι, λέγοντες ἑπτὰ φωνάεντα τυγχάνειν, πέντε μόνων ὄντων πρὸς τὴν φύσιν.

Καὶ ἀναστρόφως ἔσεσθαι τινὰ φασιν ἔνιοι τῶν φιλοσόφων πλείονα στοιχεῖα, διάφορον ἔχοντα δύναμιν τῶν συνήθως παραδιδόμενων, οἷον καὶ τὸ αἰ καὶ τὸ οὐ καὶ πᾶν ὃ τῆς ὁμοίας ἐστὶ φύσεως. τὸ γὰρ στοιχεῖον κριτέον μάλιστα, ὅτι στοιχεῖόν ἐστιν, ἐκ τοῦ ἀσύνθετον καὶ μονόποιον ἔχειν φθόγγον, οἷός ἐστιν ὁ τοῦ α καὶ ε καὶ ο καὶ τῶν λοιπῶν.

as dezessete consoantes, teremos sessenta elementos, e não vinte e quatro.⁹⁹

Há ainda um outro argumento segundo o qual as vogais são diferentemente valoradas, e, desta vez, somam menos elementos do que os sete alardeados pelos gramáticos. Pois, se o α (*alfa*), conforme eles dizem, não é separado, um longo outro breve, mas um único elemento comum, dar-se-ia exatamente o mesmo com ι e υ (*iota*, *ípsilon*). Mas assim, também ε e η (*epsilon*, *éta*) seriam um só elemento, com a mesma qualidade - porque a mesma qualidade existe em ambos: abreviando o η (*eta*) torna-se ε (*epsilon*), alongando o ε (*epsilon*) torna-se η (*éta*). Do mesmo modo, também ο e ω (*ômicron*, *ômega*) terão uma só natureza comum, diferindo quando é breve ou longo, visto que ω (*ômega*) é um ο (*ômicron*) longo, enquanto ο (*ômicron*) é um ω (*ômega*) breve.

Portanto, os gramáticos estão completamente cegos e não enxergam as consequências de suas colocações, ao dizerem que as vogais são sete, quando são apenas cinco por natureza.

E, de modo contrário, alguns filósofos dizem existir mesmo mais alguns elementos, que possuem qualidades diferentes das que lhes são comumente conferidas, como o αἰ e οὐ e todo elemento de natureza semelhante. Pois um elemento deve ser julgado, primeiramente, porque é um elemento, ou seja, por ter um som de qualidade única e não composta, tal como α ε ο

³⁶ Não seguimos a modificação de Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 431, para καὶ τοῦ ο καὶ τοῦ ω.

[117] ἐπεὶ οὖν ὁ τοῦ *αι* καὶ *ει* φθόγγος ἀπλοῦς ἐστὶ καὶ μονοειδής, ἔσται καὶ ταῦτα στοιχεῖα. τεκμήριον δὲ τῆς ἀπλότητος καὶ μονοειδεῖας τὸ λεχθησόμενον. ὁ μὲν γὰρ σύνθετος φθόγγος οὐχ οἶος ἀπ' ἀρχῆς προσπίπτει τῇ αἰσθήσει, τοιοῦτος ἄχρι τέλους παραμένειν πέφυκεν, ἀλλὰ κατὰ παράτασιν ἑτεροιοῦται, ὁ δὲ ἀπλοῦς καὶ ὄντως τοῦ στοιχείου λόγον ἔχων τούναντίον ἀπ' ἀρχῆς μέχρι τέλους ἀμετάβολός ἐστιν. οἶον τοῦ μὲν *ρα* φθόγγου ἐν παρατάσει προφερομένου, δῆλον ὡς οὐχ ὡσαύτως αὐτοῦ κατὰ τὴν πρώτην πρό<ς>πτωσιν ἀντιλήπεται ἢ αἰσθησις καὶ κατὰ τὴν τελευταίαν, ἀλλὰ κατ' ἀρχὰς μὲν ὑπὸ τῆς *ρ* ἐκφωνήσεως κινηθήσεται, μεταῦθις δὲ ἐξαφανισθείσης αὐτῆς εἰλικρινοῦς τῆς τοῦ *α* δυνάμεως ποιήσεται τὴν ἀντίληψιν. ὅθεν οὐκ ἂν εἶη στοιχεῖον τὸ *ρα* καὶ πᾶν τὸ εὐκὸς αὐτῷ.

[118] εἰ δὲ τὸν τοῦ *αι* φθόγγον λέγοιεν, οὐδὲν ἔσται τοιοῦτον, ἀλλ' οἶον ἀπ' ἀρχῆς ἐξακούεται <τὸ> τῆς φωνῆς ἰδίωμα, τοιοῦτον καὶ ἐπὶ τέλει, ὥστε στοιχεῖον ἔσται τὸ *αι*. τούτου δὲ οὕτως ἔχοντος, ἐπεὶ καὶ ὁ τοῦ *ει* φθόγγος καὶ ὁ τοῦ *ου* μονοειδής καὶ ἀσύνθετος καὶ ἀμετάβολος ἐξ ἀρχῆς ἄχρι τέλους λαμβάνεται, ἔσται καὶ οὗτος στοιχεῖον.

[119] Ἀλλὰ ἀφόμενοι γε ταύτης τῆς ζητήσεως ἐκεῖνο ἂν λέγοιμεν, ὃ μᾶλλον δύναται θλίβειν τοὺς γραμματικούς. εἰ γὰρ κοινὰ λέγεται στοιχεῖα τρία, *α ι υ*, διὰ τὸ

(*alfa, épsilon, ômicron*) e os demais.

Portanto, já que *αι* e *ει* são sons simples e uniformes, também eles seriam elementos.

Daremos prova da simplicidade e uniformidade: num som composto a sensação produzida no começo não se estende do começo ao fim tal como se originou, porém, modifica-se conforme avança; enquanto o que é simples tem exatamente a lógica contrária, é imutável do princípio ao fim. Por exemplo, o som *ρα* (*ra*), pronunciado continuamente: é evidente que a sensação do primeiro impacto e do último não são percebidas como a mesma, mas no começo imprime-se a do som de *ρ*, e, então, sumindo esta, a percepção que se produz é a da qualidade do som do *α* (*alfa*), sem mistura. Portanto, não pode ser dito nem de *ρα*, nem de outro que for como ele, que é um elemento.

Mas, ao falarmos do som de *αι*, não se diria nada disto, ao contrário, do princípio ao fim o que se escuta é o mesmo som característico. Pois bem, de acordo com isto, o *αι* será um elemento. E, sendo assim com ele, já que também os sons de *ει* e *ου* são percebidos de forma uniforme, não compostos e imutáveis do princípio ao fim, também estes serão elementos.

Mas, deixando de lado esta questão, podemos dizer algo que é capaz de pesar ainda mais sobre os gramáticos. Se os elementos comuns são três *α ι υ* (*alfa, iota, ípsilon*), porque podem receber a

ἐπιδεκτικὰ τυγχάνειν μήκους τε καὶ
 συστολῆς, ἀκολουθήσει πᾶν στοιχεῖον κοινὸν
 εἶναι λέγειν· ἐπιδεκτικὸν γὰρ ἔστι τῶν
 τεσσάρων προσφιδῶν, βαρύτητος ὀξύτητος
 ψιλότητος δασύτητος. ἢ εἴπερ οὐχ
 ὑπομένουσι πᾶν στοιχεῖον κοινὸν εἶναι λέγειν,
 μηδ' ἐκεῖνα λεγέτωσαν κοινὰ παρόσον
 ἐκτάσεως καὶ συστολῆς ἔστιν ἐπιδεκτικά.

[120] Ἦρκει μὲν οὖν ἠπορημένων τῶν
 στοιχείων τῆς γραμματικῆς πέρας
 ἐπιτεθεικέναι τῇ ζητήσῃ· τίς γὰρ ἀπολείπεται
 λόγος περὶ τῶν μετὰ τὰς ἀρχὰς τοῖς τὰς ἀρχὰς
 οὐκ ἔχουσι γραμματικοῖς; ὅμως δ' οὖν
 ἐνδοτέρω προχωροῦντας οὐκ ἔστιν ἀλλότριον
 κἀκείνων δείγματος χάριν ἀποπειραθῆναι. καὶ
 ἐπεὶ ἐκ στοιχείων αἱ συλλαβαὶ εἰσι, <τὰ> περὶ
 τούτων ἐπισυνάπτωμεν.

Περὶ συλλαβῆς

[121] Πᾶσα οὖν συλλαβὴ ἢ μακρὰ ἔστιν ἢ
 βραχεῖα. μακρὰ δὲ γίνεται, φασί, διχῶς, φύσει
 τε καὶ θέσει, φύσει μὲν τριχῶς, ἢ ὅταν ἔχη
 στοιχεῖον φύσει μακρὸν ὡς ἐπὶ τῆς ἠώς
 λέξεως, ἑκατέρα γὰρ τούτων τῶν συλλαβῶν
 ἔστι μακρὰ διὰ τὸ τὴν μὲν τὸ η τὴν δὲ τὸ ω
 φύσει ἔχειν μακρόν, ἢ ὅταν ἐκ δυοῖν
 φωναέντων συνεστήκη ὡς ἐπὶ τῆς αἰεὶ
 λέξεως, αἱ γὰρ δύο συλλαβαὶ μακραι τῷ
 ἑκατέραν ἐκ δυοῖν φωναέντων ὑπάρχειν, ἢ
 ὅταν κοινὸν ἔχη τὸ στοιχεῖον μακροτόνως
 παρελημμένον ὡς ἐπὶ τῆς Ἄρες³⁷. τὸ γὰρ α
 δίχρονον νῦν μακροτόνως ἐκφέρεται.

qualidade de breves ou longos, conseqüentemente,
 todo elemento será dito comum, pois pode receber
 as quatro marcas de prosódia: agudo, grave,
 simples e aspirado. Mas, se eles não consentem
 que se diga que todo elemento é comum,
 tampouco lhes será permitido dizer que aqueles o
 são, por serem suscetíveis de longura e brevidade.

Poderíamos nos dar por satisfeitos em ter
 demonstrado que a concepção dos elementos é
 aporética e pôr termo à investigação. Pois qual
 argumento para o que vem depois dos princípios
 resta aos gramáticos, agora que não possuem mais
 os princípios? Contudo, tendo adentrado tanto
 neste assunto, não é irrelevante que se ponham
 também à prova os outros, a título de exemplo. E,
 já que de elementos são feitas as sílabas,
 agreguemos argumentos sobre elas.

Sobre a sílaba

Pois bem, toda sílaba ou é longa ou é breve. É
 longa, dizem, de duas formas, ou por natureza, ou
 por posição. Por natureza, de três formas: ou
 quando contém um elemento por natureza longo,
 como na palavra ἠώς (*ēōs*), onde cada uma das
 sílabas é longa, porque uma contém o *η* (*eta*) e a
 outra o *ω* (*omega*), ambos longos por natureza. Ou
 é longa quando consiste de duas vogais, como na
 palavra αἰεὶ (*aiei*), pois as duas sílabas são longas,
 existindo, em cada uma, duas vogais. Ou é longa
 quando possui um elemento misto que se produz
 como longo, como na palavra Ἄρες, onde o *α*
 híbrido é pronunciado longo.

³⁷ Blank, *ad loc.*: “Esta leitura faz mais sentido no contexto que o Ἄρες dos MSS, ausente do verso homérico citado em 101 acima”

[122] οὐκοῦν φύσει τριχῶς μηκύνεται συλλαβή, θέσει δὲ πενταχῶς, ἥτοι ὅταν εἰς σύμφωνα τῶν ἀπλῶν λήγη δύο, ἢ ὅταν ἢ μετ' αὐτὴν συλλαβὴ ἀπὸ συμφώνων δύο ἄρχηται, ἢ ὅταν εἰς σύμφωνον λήγη καὶ ἀπὸ συμφώνου ἢ ἐξῆς ἄρχηται, ἢ ὅταν εἰς διπλοῦν λήγη στοιχεῖον, ἢ ὅταν μετ' αὐτὴν διπλοῦν ἐπιφέρηται.

[123] εἰ δὴ πᾶσα συλλαβὴ ἥτοι μακρὰ ἐστὶν ἢ βραχεῖα κατὰ τοὺς ὑποδεδειγμένους τῆς τεχνολογίας τρόπους, ἐὰν παραστήσωμεν μηδετέραν οὐσαν αὐτῶν, δῆλον ὡς οὐδὲ λέξιν ἔξουσιν οἱ γραμματικοί· καθὰ γὰρ τῶν στοιχείων ἀναιρουμένων συναναιροῦνται καὶ αἱ συλλαβαί, οὕτω καὶ τῶν συλλαβῶν μὴ οὐσῶν οὔτε αἱ λέξεις γενήσονται οὔτε κοινῶς τὰ τοῦ λόγου μέρη, διὰ δὲ τοῦτ' οὐδὲ λόγος.

[124] Ἴν' οὖν ἢ τις βραχεῖα συλλαβὴ, δεῖ προωμολογήσθαι ὅτι ἐλάχιστος καὶ βραχὺς ἔστι χρόνος, ἐν ᾧ ὑφίσταται. οὐκ ἔστι δὲ ἐλάχιστος χρόνος· πᾶς γὰρ εἰς ἄπειρον τέμνεται, ὡς ἐν τοῖς ὕστερον δείξομεν· εἰ δὲ εἰς ἄπειρον τέμνεται, οὐκ ἔστιν ἐλάχιστος. οὐκ ἄρα ἔσται βραχεῖα συλλαβὴ βραχὺν ἔχουσα χρόνον. εἰ δὲ λέγοιεν νῦν βραχεῖαν καλεῖν καὶ ἐλαχίστην συλλαβὴν οὐ τὴν πρὸς φύσιν ἐλαχίστην οὐσαν ἀλλὰ τὴν πρὸς αἴσθησιν, ἑαυτοῖς προσαύξουσιν τὴν ἀπορίαν.

[125] τὰς γὰρ λεγομένας παρ' αὐτοῖς βραχείας συλλαβάς εὐρήσομεν ὡς πρὸς αἴσθησιν μεριστάς, οἷον τὴν ερ. αἰσθητῶς γὰρ ἐπιβάλλομεν ἐπ' αὐτῆς ὅτι προεκφωνεῖται τῆς

Portanto, por natureza, a sílaba é longa de três formas, mas, por posição, são cinco formas: quando termina em duas consoantes simples; quando a sílaba seguinte começa com duas consoantes; ou quando termina em consoante e a sílaba seguinte começa em consoante; ou quando termina em consoante dupla; ou quando, depois dela, vem uma consoante dupla.

E, com efeito, se toda sílaba ou é longa ou é breve, de acordo com os modos indicados nos tratados técnicos (*tekhnologiai*), então, ao mostrarmos que nenhuma delas existe, é evidente que os gramáticos também perdem a 'palavra' (*leksis*): pois, ao serem destruídos os elementos, destroem-se junto as sílabas, e, não existindo sílabas, tampouco teremos palavras, ou partes da sentença em geral, e, por isso, também não teremos a própria sentença.

O fato é que, para que haja sílaba breve, deve-se concordar previamente que existe tempo breve e mínimo, no qual ela subsiste. E não existe o tempo mínimo, pois todo tempo é divisível ao infinito¹⁰⁰, como demonstraremos depois. E se o tempo é divisível ao infinito, o tempo mínimo não existe. Conclui-se assim que não haverá sílaba breve de tempo breve. Se disserem, então, que a chamam breve e mínima não por ser *por natureza* a mínima, mas pela sensação (*aisthesis*) que causa, estarão agravando a aporia para si mesmos. Com efeito, descobriremos que as sílabas que eles dizem ser breves dão a sensação de serem divididas, como a sílaba *ερ*: pois a sensação que temos, neste caso, é que a qualidade de *ε* é

τοῦ ρ δυνάμεως ἢ τοῦ ε δύναμις. καὶ ἐναλλάξαντες εἰ λέγοιμεν ρε, πάλιν ἀντιληψόμεθα ὅτι πρώτη μὲν ἐστὶ κατὰ τὴν τάξιν ἢ τοῦ ρ δύναμις, δευτέρα δὲ ἢ τοῦ ε.

[126] ἐπεὶ οὖν πᾶν ὁ πρῶτον καὶ δεύτερον μέρος ἔχει πρὸς αἴσθησιν, οὐκ ἔστιν ἐλάχιστον πρὸς αἴσθησιν, φαίνεται δὲ ἢ κατὰ τοὺς γραμματικούς βραχεῖα συλλαβὴ πρῶτον καὶ δεύτερον ἔχουσα, οὐκ ἂν εἴη πρὸς αἴσθησιν ἐλαχίστη καὶ βραχεῖα συλλαβή. μουσικοὶ μὲν γὰρ ἴσως ἀλόγους τινὰς χρόνους καὶ φωνῶν παραυξήσεις δυνήσονται ἀπολιπεῖν· τοῖς δὲ μὴ χωροῦσι τὸ τοιοῦτον βάθος γραμματικοῖς τῆς ἀπειρίας, ἀλλὰ αὐτὸ³⁸ μόνον εἰς βραχεῖαν καὶ μακρὰν διαιρουμένοις τὴν γενικὴν συλλαβήν, οὐκ ἔστι συγγνωμονεῖν δίκαιον. οὐκοῦν ἀνυπόστατός ἐστὶν ἢ βραχεῖα συλλαβή.

[127] Καὶ μὴν ἢ μακρὰ πάλιν ἔσται ἀνύπαρκτος· δίχρονον μὲν γὰρ αὐτὴν εἶναι λέγουσι, δύο δὲ χρόνοι οὐ συνυπάρχουσιν ἀλλήλοις. εἰ γὰρ δύο εἰσὶ, τούτῳ διορίζονται ὅτι εἰσὶ δύο, τῷ τὸν μὲν ἐνεστηκέναι τὸν δὲ μὴ· εἰ δὲ ὅς μὲν ἐνεστήκεν ὅς δὲ οὐκ ἐνεστήκεν, οὐ συνυπάρχουσιν ἀλλήλοις.

[128] διόπερ καὶ ἢ μακρὰ συλλαβὴ εἴπερ ἐστὶ δίχρονος, ὀφείλει, ὅτε μὲν αὐτῆς ἐνεστήκεν ὁ πρῶτος χρόνος, τότε ὁ δεύτερος μὴ ἐνεστηκέναι, καὶ ὅτε ὁ δεύτερος ἐνίσταται, τότε ὁ πρῶτος μηκέτι εἶναι. ἀσυνυπάρκτων δὲ αὐτῆς ὄντων τῶν μερῶν ὅλη μὲν οὐχ ὑφέστηκε, μέρος δὲ τι αὐτῆς. ἀλλὰ τό γε

pronunciada antes do ρ. E, ao dizer ρε, invertendo, também teremos a sensação de que, em ordem, primeiro vem a qualidade de ρ, e, por segundo, a de ε.

Portanto, já que tudo que dá a sensação de ter primeira e segunda partes, não dá a sensação de ser ‘mínimo’, logo, a sílaba que os gramáticos dizem ser breve, como tem primeira e segunda partes, não seria mínima e breve pela sensação que causa. É até possível que os que são músicos cheguem a considerar divisões não racionais do tempo e ampliações progressivas do som. Mas os gramáticos não costumam ir tão longe na infinitude, e somente distinguem a sílaba de modo geral em longa e breve, portanto não merecem esta desculpa. De forma que a sílaba breve de fato é insubsistente.

E, certamente, também a sílaba longa, mais uma vez, será inexistente. Dizem que ela possui dois tempos, mas dois tempos não coexistem, um com o outro. Pois, se são dois, então diferenciam-se como dois, um existe no momento presente, e o outro não. E se um existe agora e o outro não, não coexistem um e outro.

Logo, a sílaba longa, se possui dois tempos, tem de ser assim: quando seu primeiro tempo está existindo, então ainda não existe o segundo e, quando o segundo tempo passa a existir, então o primeiro não existe mais. Se as partes dela não coexistem, então o todo não chega a existir, somente uma parte dela existe. Porém, é fato, uma

³⁸ Blank, *ad loc.*: segue Harder e não suprime [αὐτὸ].

μέρος αὐτῆς οὐκ ἦν αὐτή, ἐπεὶ οὐ διοίσει τῆς βραχείας ἢ μακρὰ συλλαβή. οὐκ ἄρα οὐδὲ μακρὰ τις ἔστι συλλαβή.

[129] εἰ δὲ λέγοιεν κατὰ συμνημόνευσιν νοεῖσθαι μακρὰν συλλαβὴν (τοῦ γὰρ προλεχθέντος φθόγγου μνημονεύοντες καὶ τοῦ νῦν λεγομένου ἀντιλαμβανόμενοι τὸ ἐξ ἀμφοτέρων συντιθέμενον μακρὰν ἐνενοήσαμεν συλλαβὴν) – εἰ δὴ τοῦτο λέγοιεν, οὐδὲν ἄλλο ἢ ἀνυπόστατον ὁμολογήσουσιν εἶναι τὴν τοιαύτην συλλαβὴν.

[130] εἰ γὰρ ὑφέστηκεν, ἦτοι ἐν τῷ προαναφωνουμένῳ φθόγγῳ ὑφέστηκεν ἢ ἐν τῷ ἐπαναφωνουμένῳ. οὔτε δὲ ἐν τῷ προαναφωνουμένῳ οὔτε ἐν τῷ ἐπαναφωνουμένῳ· ἐκάτερος γὰρ αὐτῶν κατ' ἰδίαν μὴ ὑφεστῶς οὐδὲ τὴν ἀρχὴν συλλαβὴ ἔστιν· ὥστε οὐδὲ ὑφέστηκεν, ὑφεστῶσα δὲ βραχεῖα ἔστιν ἄλλ' οὐ μακρὰ συλλαβή· οὔτε δὲ ἐν ἀμφοτέροις· ὁ γὰρ ἕτερος αὐτῶν τοῦ ἐτέρου ὑφεστῶτος οὐχ ὑφέστηκεν, ἐκ δὲ τοῦ ὑπάρχοντος καὶ μὴ ὑπάρχοντος οὐδὲν ἔστιν ἐπινοῆσαι συγκείμενον ὡς ἐκ μερῶν. οὐκ ἄρα ἔστι τις μακρὰ συλλαβή.

[131] Ἀνάλογον δὲ τούτοις ἐστὶ καὶ τὰ περὶ λέξεως καὶ τῶν τοῦ λόγου μερῶν ἀπορεῖσθαι ὀφείλοντα. πρῶτον μὲν γάρ, ὡς μικρῷ πρότερον ὑπεδείκνυμεν, μὴ οὔσης συλλαβῆς μηδὲ λέξιν εἶναι δυνατόν· ἐκ συλλαβῶν γὰρ αἱ λέξεις λαμβάνουσι τὴν ὑπόστασιν. εἶτα καὶ κατὰ τὴν αὐτὴν ἔφοδον ἐξέεται προηγουμένως ἐπ' αὐτῆς τῆς λέξεως τὰς αὐτὰς χειρίζειν ἀπορίας. ἢ γὰρ συλλαβὴ ἔστιν

parte dela não é ela mesma, visto que, dessa forma, não se diferenciara a sílaba longa da sílaba breve. Logo não existe uma sílaba longa.

E, se disserem que se concebe a sílaba longa por 'memória conjunta' (*summnemoneusis*)¹⁰¹ – ou seja, pela combinação entre a lembrança do som recém percebido somada à percepção do som atual – de fato, se dizem isso, não estariam senão concordando que a sílaba longa é insubsistente.

Porque, se ela subsiste, ou subsiste no primeiro som que foi pronunciado, ou no que será pronunciado em seguida. Mas não subsiste nem no primeiro som e nem no som seguinte: pois, se nenhum deles subsiste por si mesmo separadamente, por princípio nem mesmo é uma sílaba. Assim, tampouco chega a subsistir e, subsistindo, seria uma sílaba breve, e não longa. Tampouco subsiste em ambos os sons: pois, para cada um deles, subsistindo um, não subsiste o outro - e não é possível conceber algo cujas partes consistam no existente e não-existente.¹⁰² Logo não existe algo como a sílaba longa.

As aporias que devem ser reveladas acerca da palavra e das partes da sentença se dão de modo análogo à argumentação anterior. Pois, em primeiro lugar, como há pouco demonstramos, não existindo a sílaba tampouco é possível que exista a palavra, porque as palavras se formam das sílabas. Em segundo lugar, seguindo o mesmo caminho, apontam-se as mesmas aporias concernentes à palavra mesmo. Pois ou a palavra é

ἢ ἐκ συλλαβῶν συνέστηκεν· ὅπως δ' ἂν ἔχη,
τὰς ἐκκειμένας ἡμῖν ἐπὶ τῆς συλλαβῆς
ἀπορίας ἐπιδέξεται.

[132] ἀλλ' ὅμως ἵνα μὴ καινοτέρων ἐλέγχων
ἀπορεῖν δοκῶμεν, προσφωνητέον τι κἀνταῦθα
τοῖς γραμματικοῖς.

Ὅταν γὰρ μέρη τινὰ λόγου καλῶσιν, οἷον
ὄνομα ῥῆμα ἄρθρον καὶ τὰ λοιπά, πόθεν
λαβόντες; ἦτοι γὰρ ταῦτα ὅλον τὸν λόγον
καλοῦσιν, ἢ ταῦτα μέρη ἐκείνου, μήτε δ'
ἐκείνου ὡς ὅλου νοεῖσθαι δυναμένου μήτε
τούτων ὡς μερῶν ἐκείνου <...>. λαμβανέσθω
δὲ τὰ εἰς τὴν ὑπόθεσιν παραδείγματα, ὡς μὴ
ἀπῶμεν τῶν τῆς γραμματικῆς θεωρημάτων.

[133] ἔστω τοίνυν ὑποθέσεως χάριν λόγος μὲν
ὁ σύμπαξ οὗτος ὁ στίχος:

μῆνιν ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος,
μέρη δὲ αὐτοῦ ταῦτα, τό τε μῆνιν προσηγορία
καθεστώς, καὶ τὸ ἄειδε ῥῆμα προστακτικόν,
καὶ τὸ θεὰ προσηγορία πάλιν θηλυκή, καὶ τὸ
Πηληϊάδεω ὄνομα πατρωνυμικόν, πρὸς δὲ
τούτοις καὶ τὸ Ἀχιλῆος ὄνομα κύριον.

[134] οὐκοῦν ἦτοι ἄλλο τί ἐστὶν ὁ λόγος παρὰ
τὰ μέρη αὐτοῦ καὶ ἄλλα τὰ μέρη παρὰ τὸν

uma sílaba, ou se constitui de sílabas; assim, de
uma forma ou de outra, está sujeita às aporias
expostas em relação às sílabas.

Mas, mesmo assim, para não parecer que seria um
problema encontrar novos argumentos para a
refutação, também aqui lançaremos algo aos
gramáticos.

Pois bem, quando chamam certas coisas de
partes da sentença¹⁰³, por exemplo: nome
(*onoma*), verbo (*rema*), artigo (*arthron*) e as
outras¹⁰⁴, de onde as tiram?¹⁰⁵ De fato, ou as
chamam de ‘sentença’ como um todo ou de
‘partes da sentença’, mas nem é possível conceber
a sentença como um todo, nem estas coisas como
se fossem suas partes. Consideremos, no entanto,
os exemplos que sustentam sua posição, de forma
a não nos afastarmos dos teoremas da própria
gramática.¹⁰⁶

Vamos supor, então, a título de exemplo, que o
todo é o verso a seguir:

menin aeide thea Peleideo Akhileos,

*“Canta-me a cólera – ó deusa - funesta de
Aquiles Pelida”*,

[II I. 1 Trad.: Carlos Alberto Nunes]

e estas suas partes:

menin: um nome genérico (*prosegoria*);

aeide: um verbo no imperativo;

thea: de novo um nome genérico, feminino;

Peleideo: um nome patronímico;

e, junto a estes, também

Akhileos: um nome próprio (*onoma kurion*).

Pois bem, ou a sentença é algo distinto de suas
partes e suas partes são algo distinto dela mesma,

λόγον, ἢ τὸ ἄθροισμα τῶν μερῶν ὁ λόγος
 ὑπείληπται. καὶ εἰ μὲν ἄλλο τι τῶν μερῶν
 ἐστὶν ὁ λόγος, αἰρομένων δηλονότι τῶν
 ἐκκειμένων τοῦ λόγου μερῶν ὑπολειφθήσεται
 ὁ λόγος. τοσοῦτον δὲ ἀπέχει ὁ προειρημένος
 στίχος τοῦ μένειν πάντων αἰρομένων αὐτοῦ
 τῶν μερῶν, ὡς κἂν ἐν ὁδηποτοῦν αὐτοῦ
 μέρος ἀνέλωμεν, οἷον τὸ μῆνιν ἢ τὸ ἄειδε,
 μηκέτι στίχος ὑπάρχειν.

[135] εἰ δὲ τὸ ἄθροισμα τῶν τοῦ λόγου μερῶν
 νοεῖται λόγος, τῷ μηδὲν εἶναι τὸν ἄθροισμὸν
 παρὰ τὰ ἠθροισμένα καθάπερ καὶ τὸ
 διάστημα παρὰ τὰ διεστηκότα, οὐδὲν ὑπάρξει
 ὁ λόγος οὗ νοηθήσεται τινα μέρη. μηδενὸς δὲ
 ὄντος ὅλου λόγου οὐδὲ μέρη τινὰ τούτου
 γενήσεται. ὥσπερ οὖν εἰ μηδὲν ἔστιν
 ἀριστερόν, οὐδὲ δεξιὸν ἔστιν, οὕτως εἰ μὴ
 ἔστι τι ὅλον λόγος, οὐδὲ τὰ μέρη ὑπάρξει.

[136] καθόλου τε, εἰ τὸν ἄθροισμὸν τῶν τοῦ
 λόγου μερῶν ὅλον ἠγήσονται λόγον,
 ἀκολουθήσει αὐτοῖς τὰ μέρη τοῦ λόγου
 ἀλλήλων λέγειν εἶναι μέρη. εἰ γὰρ μηδὲν
 ὑπόκειται ὅλον παρ' αὐτὰ οὗ γενήσεται μέρη,
 ἀλλήλων ἔσται μέρη. τοῦτο δὲ ὡς ἔστιν
 ἀλογώτατον, σκοπῶμεν.

[137] τὰ γὰρ μέρη πάντως ἐμπεριέχεται
 ἐκεῖνοις τοῖς ὧν λέγεται μέρη, ἴδιον τόπον
 ἐπέχοντα καὶ ἰδίαν ὑπόστασιν ἔχοντα, ἐν
 ἀλλήλοις δὲ οὐκ ἐμπεριέχεται. οἷον ἀνθρώπου
 μὲν μέρη χεῖρες καθεστᾶσι, χειρῶν δὲ
 δάκτυλοι καὶ δακτύλων ὄνυχες. διόπερ ἐν μὲν

ou assume-se que o conjunto das partes é a
 sentença. E, se a sentença é algo distinto de suas
 partes, retiradas as partes estabelecidas,
 obviamente, a sentença deverá, então, permanecer.
 Mas o verso acima mencionado está longe de
 permanecer se as partes forem todas retiradas;
 mesmo se removêssemos uma só parte dele, tal
 como *menin* ou *aeide*, o verso não mais existiria.

Por outro lado, se o conjunto das partes da
 sentença é concebido como a sentença, pelo fato
 de não existir o conjunto sem as coisas que estão
 conjuntas (assim como a distância não existe sem
 as coisas que estão distantes), a sentença
 concebida como suas partes não é nada. Se a
 sentença inteira não é nada, tampouco alguma
 parte sua será. De fato, da mesma maneira que, se
 não existe esquerda, não existe direita, assim
 também, se a sentença não existe como algo
 inteiro, tampouco as partes existirão.

Em geral, se o conjunto das partes da sentença for
 considerado a sentença como um todo, isso trará a
 consequência de que as partes da sentença seriam
 partes de suas partes. Pois, se além delas não se
 estabelece um todo do qual venham a ser partes,
 serão partes umas das outras. Vejamos o quão
 ilógico é isto.

As partes estão incluídas naquilo de que são ditas
 partes, ocupam seu lugar próprio e subsistem
 separadamente, e não se incluem umas às outras.
 Tal como as mãos são partes de uma pessoa, e os
 dedos partes das mãos, e as unhas partes dos
 dedos. Por isso é que se diz que as mãos estão

ἀνθρώπῳ χεῖρες περιέχονται, ἐν χερσὶ δὲ δάκτυλοι, ἐν δακτύλοις δὲ ὄνυχες, καὶ οὐχὶ μὲν ἢ δεξιὰ χεὶρ τὴν ἀριστερὰν συμπληροῖ, ὁ δὲ λιχανὸς τὸν ἀντίχειρα δάκτυλον ἀπαρτίζει, ἢ δὲ κεφαλὴ τοὺς πόδας συντίθησι καὶ οἱ πόδες τὸν θώρακα.

[138] ὅθεν καὶ τὰ μέρη τοῦ λόγου οὐ ῥητέον ἀλλήλων εἶναι μέρη, ἐπεὶ ἐν ἀλλήλοις αὐτὰ δεήσει περιέχεσθαι, τὸ μὲν μῆνιν ἐν τῷ ἄειδε, τὸ δὲ ἄειδε ἐν τῷ θεά, καὶ καθόλου πάντα ἐν πᾶσιν, ὅπερ ἀδύνατον. οὐ τοίνυν ἀλλήλων τῶν τοῦ λόγου μερῶν δυναμένων εἶναι μερῶν διὰ τὸ ἀνόητον τοῦ πράγματος, οὔτε ὅλου τινὸς εὐρισκομένου λόγου παρὰ τὰ ἑαυτοῦ μέρη, μηδενὸς [τε] εὐρισκομένου πράγματος παρ' αὐτὰ τὰ μέρη οὐ λέξομεν εἶναι τὰ μέρη λείπεται λέγειν ὡς οὐδὲν ἐστὶ μέρος λόγου. διὰ δὲ τοῦτ' οὐδὲ λόγος.

[139] Ἐπακτέον δὲ καὶ οὕτως. εἴπερ τὸ μῆνιν μέρος ἐστὶ τοῦ στίχου, ἤτοι ὅλου τοῦ στίχου μέρος ἐστὶν ἢ τοῦ ἄειδε θεά Πηληιάδεω Ἀχιλῆος. ἄλλ' εἰ μὲν τοῦ ὅλου στίχου μέρος ἐστὶν, ἐπεὶ ὅλος σὺν αὐτῷ τῷ μῆνιν νοεῖται, καὶ ἑαυτοῦ μέρος συμπληρωτικὸν γενήσεται τὸ μῆνιν, διὰ δὲ τοῦτο καὶ μεῖζον ἑαυτοῦ καὶ ἤττον, μεῖζον μὲν ἑαυτοῦ ἢ συμπληροῦται ὑφ' ἑαυτοῦ (τὸ γὰρ ὑπὸ τινος συμπληρούμενον μεῖζόν ἐστὶ τοῦ συμπληροῦντος αὐτό), ἔλασσον δὲ ἢ συμπληροῖ ἑαυτό· τὸ γὰρ τινος συμπληρωτικὸν ἔλασσόν ἐστὶ τοῦ συμπληρουμένου. οὐ πάνυ δὲ ταῦτα πιθανά·

incluídas na pessoa, os dedos nas mãos, as unhas nos dedos, mas não se diria que a mão direita completa a esquerda, que o dedo indicador finaliza o polegar, que à cabeça se juntam os pés, nem os pés com o tórax.¹⁰⁷

Por isso é que não se pode dizer que as partes da sentença são partes umas das outras, já que precisariam estar incluídas umas nas outras: *menin* em *aeide*, *aeide* em *thea*, e, no geral, todas em todas, o que é impossível. Assim, então, por ser inconcebível (*anoeton*), não é possível que as partes da sentença sejam partes umas das outras, e, como não foi encontrada uma sentença que seja um todo sem ser suas partes, e não foi encontrada, além das partes mesmas, coisa alguma de que diríamos que fossem partes, resta-nos afirmar que não existe parte da sentença. E, por isso, tampouco existe sentença.

Deve-se atacar também da seguinte forma: se *menin* é parte do verso, ou é parte do verso como um todo, ou de *aeide thea Peleiadeo Akhileos*. Mas, se é parte do verso como um todo, e o todo é concebido juntamente com o próprio *menin*, *menin* tornar-se-á parte complementar de si mesmo. E, por isso, também maior e menor que si mesmo: maior que si mesmo na medida em que é completado por si mesmo, pois o que é completado por algo é maior que o que o completa. Menor, na medida em que se completaria a si mesmo. Pois a parte que completa algo é menor que o que é completado. Tudo isso é bem pouco plausível: logo *menin* não é parte do

οὐκ ἄρα τοῦ ὅλου στίχου μέρος ἐστὶ τὸ μῆνιν.
 [140] καὶ μὴν οὐδὲ τοῦ λειπομένου, φημί δὲ
 τοῦ ‘ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος’. πρῶτον
 μὲν γὰρ τὸ μέρος περιέχεται ἐν τῷ οὗ ἐστὶ
 μέρος, τὸ δὲ μῆνιν οὐκ ἐμπεριέχεται ἐν τῷ
 ‘ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος’, ὥστε οὐκ ἂν
 εἶη μέρος τούτου. εἶτα δὲ οὐδὲ τὸ ‘ἄειδε θεὰ
 Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος’ χρήζει συμπληρώσεως·
 κατὰ γὰρ τὸν ἴδιον λόγον συμπληρώται.
 ἀλλὰ ὅλος ὁ λόγος, λέγω δὲ ὁ στίχος, οὐκ ἐστὶ
 τὸ ‘ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος’. τοίνυν
 οὐδὲ τούτου μέρος ἐστὶ τὸ μῆνιν. ἀλλ’ εἰ μήτε
 τοῦ ὅλου στίχου μέρος ἐστὶ τὸ μῆνιν μήτε τοῦ
 ἀπολειπομένου μέρους, παρὰ δὲ ταῦτα οὐδὲν
 ἄλλο ὑπόκειται, οὐδενὸς λόγου μέρος ἐστὶ τὸ
 μῆνιν.

[141] Ταῦτα μὲν οὖν καθολικώτερον πρὸς
 τὰ μέρη τοῦ λόγου ῥητέον· ἐμβάντες δὲ εἰς
 τὰς κατὰ μέρος παρ’ αὐτοῖς περὶ τούτων
 τεχνολογίας πολὺν λῆρον εὐρήσομεν. καὶ
 τοῦτο πάρεστι μαθεῖν οὐκ ἐπὶ τὴν πᾶσαν ὕλην
 φοιτήσαντας (ἀδόλεσχον γὰρ ἐστὶ καὶ
 γραμματικῆς γρασιολογίας πλήρης), ἀλλ’
 ὁμοίον τι τοῖς οἰνοκαπήλοις ποιήσαντας, καὶ
 ὄν τρόπον ἐκεῖνοι ἐξ ὀλίγου γεύματος τὸν
 ὅλον δοκιμάζουσι φόρτον, οὕτω καὶ αὐτοὶ ἐν
 λόγου μέρος προχειρισάμενοι, καθάπερ τὸ
 ὄνομα, ἐκ τῆς περὶ τούτου τεχνολογίας
 συνοψόμεθα καὶ τὴν ἐν τοῖς ἄλλοις τῶν
 γραμματικῶν ἐντρέχειαν.

Περὶ ὀνόματος

[142] Αὐτίκα τοίνυν ὅταν τῶν ὀνομάτων τὰ
 μὲν ἀρσενικὰ φύσει λέγωσι τὰ δὲ θηλυκὰ τὰ

verso como um todo.

Tampouco, de fato, do restante, digo, de *aeide thea Peleideo Akhileos*. Primeiro, porque a parte está incluída naquilo de que é parte, e *menin* não está aí incluído, de forma que não seria sua parte. Em seguida, esta passagem não tem necessidade de ser completada, pois a sentença está completa por si própria. Mas a sentença como um todo, digo, o verso, não é *aeide thea Peleideo Akhileos*. Nem *menin* é parte disso. Mas se não é parte do verso como um todo e também não é parte da parte restante e, fora estas coisas, não há outra, então, *menin* não é parte de nenhuma sentença.

Isto é o que deve ser dito de maneira geral contra as partes da sentença; porém, se adentrarmos as exposições técnicas de cada uma em particular, iremos nos deparar com muitos disparates. É possível perceber isto sem precisar esquadrihar toda a matéria (porque é um falatório sem fim, cheio da típica ladainha gramatical). Faremos como fazem os vendedores de vinho: julgar a carga toda por uma pequena prova. Escolheremos, portanto, uma das partes da sentença, o nome, por exemplo, e a partir do que encontrarmos nas exposições técnicas sobre ele, seremos capazes de vislumbrar a aptidão dos gramáticos em relação às outras partes.

Sobre o nome

Assim, a princípio, vamos pôr em questão o que quer dizer esta expressão ‘por natureza’,

δὲ οὐδέτερα, καὶ τὰ μὲν ἐνικὰ τῷ ἀριθμῷ τὰ δὲ δυϊκὰ τὰ δὲ πληθυντικά, καὶ ἤδη τὰς ἄλλας ἐπισυνείρωσι διαιρέσεις, ἐπιζητήσωμεν τί ποτέ ἐστι τὸ ἐπιφωνούμενον τοῦτο ‘φύσει’.

[143] ἢ γὰρ ὅτι οἱ πρῶτοι ἀναφθεγξάμενοι τὰ ὀνόματα φυσικὴν ἐποίησαντο τὴν ἀναφώνησιν αὐτῶν ὡς καὶ τὴν ἐπὶ τῷ ἀλγεῖν κραυγὴν καὶ τὴν ἐπὶ τῷ ἥδεσθαι ἢ τῷ θαυμάζειν ἐκβόησιν, οὕτω λέγουσι φύσει τὰ μὲν τοιαῦτα εἶναι τῶν ὀνομάτων τὰ δὲ τοιάδε· ἢ ὅτι καὶ ἐπὶ τοῦ παρόντος ἕκαστον αὐτῶν φυσικῶς ἡμᾶς κινεῖ ὅτι ἀρρενικόν, κὰν ἡμεῖς μὴ νομίζωμεν αὐτὸ ἀρρενικόν εἶναι, καὶ πάλιν φυσικῶς αὐτὸ ἐνδείκνυται ὅτι θηλυκόν ἐστι, κὰν ἡμεῖς μὴ θέλωμεν.

[144] ἀλλὰ τὸ μὲν πρῶτον οὐκ ἂν εἴποιεν. πόθεν γὰρ γραμματικῇ παχύτητι διαγιγνώσκειν πότερον φύσει ἢ θέσει τὰ ὀνόματα, ἢ τίνα μὲν οὕτως τινὰ δὲ ἐκείνως; ὅτε³⁹ οὐδὲ τοῖς ἐπ’ ἄκρον ἤκουσι φυσιολογίας εὐμαρὲς εἰπεῖν διὰ τὰς ἐκατέρωθεν ἰσολογίας.

[145] ἄλλως τε καὶ ἰσχυρὸς ἀντικείμεται τούτῳ λόγος, πρὸς ὃν οὐδ’ εἰ καταπέλην ὑπομένοινεν, φασίν, οἱ γραμματικοὶ δυνήσονταί τι συνιδεῖν ἰκνούμενον. εἶπερ γὰρ φύσει τὰ ὀνόματα ἦν καὶ μὴ τῇ καθ’ ἕκαστον θέσει ἐσήμαινεν, ἐχρῆν πάντας πάντων ἀκούειν, Ἑλλήνας βαρβάρων καὶ βαρβάρους Ἑλλήνων καὶ βαρβάρους βαρβάρων. οὐχὶ δέ

quando dizem que os nomes são, ‘por natureza’, masculinos, femininos, ou neutros, e, quanto ao número, que são singulares, duais ou plurais, além das outras distinções que acrescentam.

Pois, ou ela implica que os primeiros homens que disseram estes nomes produziram sua sonoridade de forma natural, ou seja, tal como produziriam um grito de dor e uma exclamação de prazer ou surpresa, e por isso é que dizem que os nomes são ‘por natureza’ de uma forma ou de outra; ou quer dizer que, agora mesmo, cada um destes nomes naturalmente nos afeta como masculino, mesmo que nós não o consideremos masculino, ou, ao contrário, naturalmente se mostra feminino, mesmo que não se queira.

Mas não se responderia do primeiro modo. Pois, como se poderia, pela obtusidade gramatical, avaliar quais nomes são por natureza quais por convenção, ou que alguns são de uma forma e outros de outra, quando sequer os mais avançados no estudo da natureza podem dizê-lo facilmente, devido aos argumentos igualmente convincentes de um e outro lado?

Além disso, há um argumento tão forte contra isto, que nem se os gramáticos, como diz o ditado, fossem capazes de aguentar o golpe de uma catapulta, poderiam providenciar uma resposta satisfatória. Pois, caso os nomes fossem por natureza, e seu significado individual não fosse convencional, seria preciso que nos compreendêssemos todos: gregos e bárbaros, e

³⁹ Blank, *ad loc.*: segue os editores anteriores a Mau. Por ἢ τίνα μὲν οὕτως τινὰ δὲ ἐκείνως.

γε τοῦτο· οὐκ ἄρα φύσει σημαίνει τὰ
ὀνόματα. ὥστε τοῦτο μὲν οὐκ ἐροῦσιν·

[146] εἰ δ' ὅτι φυσικῶς διαδείκνυσιν ἕκαστον
ὄνομα ὅτι ἀρρενικόν ἐστιν ἢ θηλυκὸν ἢ
οὐδέτερον, φασὶ τὰ μὲν τοιάδε τὰ δὲ τοιαῦτα
τυγχάνειν, ἴστωσαν λειότερον αὐτοῖς
τρίβοντες τὸν κλοιόν.

[147] πάλιν γὰρ φήσομεν ὅτι τὸ φύσει κινουῦν
ἡμᾶς ὁμοίως πάντας κινεῖ, καὶ οὐχ οὓς μὲν
οὕτως οὓς δὲ ἐναντίως· οἷον φύσει τὸ πῦρ
ἀλεαίνει, βαρβάρους Ἑλλήνας ιδιώτας
ἐμπείρους, καὶ οὐχ Ἑλλήνας μὲν ἀλεαίνει
βαρβάρους δὲ ψύχει· καὶ ἡ χιών φύσει ψύχει,
καὶ οὐ τινὰς μὲν ψύχει τινὰς δὲ θερμαίνει.
ὥστε τὸ φύσει κινουῦν ὁμοίως τοὺς
ἀπαραποδίστους ἔχοντας τὰς αἰσθήσεις κινεῖ.

[148] τὰ δὲ αὐτὰ ὀνόματα οὐ πᾶσιν ἐστὶ τὰ
αὐτά, ἀλλὰ τοῖς μὲν ἀρρενικὰ τοῖς δὲ θηλυκὰ
τοῖς δὲ οὐδέτερα· οἷον Ἀθηναῖοι μὲν τὴν
στάμνον λέγουσι θηλυκῶς, Πελοποννήσιοι δὲ
τὸν στάμνον ἀρρενικῶς, καὶ οἱ μὲν τὴν θόλον
οἱ δὲ τὸν θόλον, καὶ οἱ μὲν τὴν βῶλον οἱ δὲ
τὸν βῶλον, καὶ οὐ διὰ τοῦτο οὗτοι ἢ ἐκεῖνοι
λέγονται ἀμαρτάνειν·

[149] ἕκαστος γάρ, ὡς τεθεμάτικεν, οὕτω
χρῆται. καὶ οἱ αὐτοὶ δὲ διαφόρως ταῦτα ὅτε
μὲν ἀρρενικῶς ἐκφέρουσιν ὅτε δὲ θηλυκῶς,

bárbaros a gregos, e bárbaros a bárbaros. O que
certamente não é o caso. Logo os nomes não
significam por natureza. De forma que não dirão
isso.

E se dizem que os nomes acabam sendo uns de
uma forma, outros de outra, porque cada um deixa
claro de forma natural que é masculino, feminino
ou neutro, deveriam saber que estão apertando a
corda em torno de seus próprios pescoços.

Porque, mais uma vez, o que nos afeta por
natureza, afeta a todos igualmente, e não uns de
uma forma e outros de forma contrária. Por
exemplo, por natureza o fogo esquenta a todos:
bárbaros, gregos, leigos e entendidos - e não é
que esquenta quem é grego, mas esfria um
bárbaro. E a neve por natureza esfria, e não é que
esfria alguns e aquece outros. Então, desta forma é
que, o que afeta por natureza, afeta do mesmo
modo a todos, desde que tenham seus sentidos
livres de interferência.

E os mesmos nomes não são da mesma forma para
todos, mas para alguns são masculinos, para
outros femininos ou neutros. Por exemplo, os
atenienses dizem *stámnos* ('jarro') como
feminino, os peloponésios no masculino; e há os
que dizem que *thólos* ('rotunda') é masculino e há
os que dizem que é feminino; e uns dizem *bolos*
('monte') no masculino e outros no feminino. E
não é por isso que se pode dizer que algum deles
esteja equivocado.

Porque a palavra é usada tal como foi-se impondo.
E, às vezes, até os mesmos grupos usam a mesma
palavra ora no masculino ora no feminino, e dizem

λέγοντες τὸν λιμόν καὶ τὴν λιμόν. οὐκ ἄρα φύσει τῶν ὀνομάτων τὰ μὲν ἄρρενικὰ τὰ δὲ θηλυκά, ἀλλὰ κατὰ θεματισμὸν τὰ μὲν τοιαῦτα γίνεται τὰ δὲ τοιαῦτα.

[150] καὶ μὴν εἶπερ φύσει τῶν ὀνομάτων ἦν τὰ μὲν ἄρρενικὰ τὰ δὲ θηλυκά, ὥφε<ι>λον αἰ ἄρρενικαὶ φύσεις αἰεὶ ποτε ἄρρενικοῖς ὀνόμασι προσαγορεύεσθαι καὶ αἰ θηλυκαὶ θηλυκοῖς καὶ αἰ μήτε ἄρρενικαὶ φύσεις μήτε [αἰ] θηλυκαὶ οὐδετέρως.

[151] οὐχὶ δὲ τοῦτο, ἀλλὰ καὶ τὰς ἄρρενικὰς φύσεις θηλυκῶς καλοῦμεν καὶ τὰς θηλυκὰς ἄρρενικῶς καὶ τὰς οὔτε ἄρρενικὰς οὔτε θηλυκὰς ἦτοι ἄρρενικῶς ἢ θηλυκῶς, οὐχὶ δὲ οὐδετέρως· οἶον κόραξ μὲν λέγεται ἀετός κώνωψ κάνθαρος σκορπίος μῦς ἄρρενικῶς καὶ ἐπὶ τοῦ θήλεος, καὶ πάλιν χελιδὼν χελώνη κορώνη ἀκρίς μυγαλῆ ἐμπίς καὶ ἐπὶ τοῦ ἄρρενος τὴν φύσιν θηλυκῶς·

[152] ὡσαύτως δὲ κλίνη θηλυκῶς ἐπὶ τῆς μήτε ἄρρενος μήτε θηλείας τὴν φύσιν, καὶ στῦλος ἄρρενικῶς ἐπὶ τοῦ οὐδετέρου. τοῖνον εἰ φύσει οὐδὲν ἐστὶν ἄρρενικὸν ἢ θηλυκὸν ὄνομα, ζητῶ πῶς ὁ γραμματικὸς ἐπιλήψεται τοῦ διαστρόφως λέγοντος ὁ χελιδὼν καὶ ἢ ἀετός. ἦτοι γὰρ ὡς φύσει τοῦ ὀνόματος τῆς χελιδόνος θηλυκοῦ ὄντος, ἐκείνου δὲ ἄρρενικὸν αὐτὸ τῷ ἄρθρῳ βιαζομένου

limos ('fome') tanto no masculino quanto no feminino. Portanto, disto se conclui que por natureza os nomes não são masculinos ou femininos, mas é por irem-se impondo de tal forma que se tornam uma coisa ou outra.

E o fato é que, se os nomes fossem 'por natureza' femininos ou masculinos, necessariamente as naturezas masculinas receberiam sempre nomes masculinos, e as femininas nomes femininos, e as que não fossem nem masculinas nem femininas ganhariam nomes neutros.

Mas não é esse o caso: chamamos coisas naturalmente masculinas com nomes femininos, e o contrário; e, ao que não é nem masculino nem feminino, damos nomes masculinos ou femininos, e não neutros. Como é o caso com *koraks* ('corvo'), *aetos* ('águia'), *konops* ('mosquito'), *kantharos* ('besouro'), *skorprios* ('escorpião'), *mus* ('rato'), para os quais o nome masculino serve também para a fêmea. E o contrário com *khelidon* ('andorinha'), *khelone* ('tartaruga'), *korone* ('corvo'), *akris* ('grilo'), *mugale* (ratazana), *empis* ('mosquito'), em que se diz o nome feminino para o que é masculino por natureza.

Da mesma maneira, *kline* ('leito') é dito no feminino, embora não seja nem masculino nem feminino por natureza; e *stulos* ('coluna') é dito no masculino, embora o objeto seja neutro. Assim, se nenhum nome é masculino ou feminino por natureza, me pergunto como poderá o gramático censurar quem, invertendo, diz *ho khelidon* ('andorinha') no masculino e *he aetos* ('águia') no feminino. Pois, ou será porque *khelidon*

γενέσθαι, ἢ ὡς τῆς κοινῆς συνηθείας θηλυκὸν αὐτὸ θεματισάσης ἀλλ' οὐκ ἀρρενικόν.

[153] ἀλλ' εἰ μὲν ὡς φύσει θηλυκοῦ καθεστῶτος, ἐπεὶ οὐδὲν φύσει θηλυκὸν ἐστί καθὼς παρεστήσαμεν, ἀδιάφορον τὸ ὅσον ἐπὶ τούτῳ ἔάν τε οὕτως ἔάν τε ἐκεῖνως ἐκφέρηται· εἰ δ' ὡς ὑπὸ τῆς κοινῆς συνηθείας ἀντὶ θηλυκοῦ θεματισθέν, γενήσεται τοῦ τε εὔ λεγομένου καὶ μὴ κριτήριον οὐχὶ τεχνικός τις καὶ γραμματικὸς λόγος ἀλλ' ἡ ἄτεχνος καὶ ἀφελῆς τῆς συνηθείας παρατήρησις.

[154] Τὰ δὲ αὐτὰ ταῦτα μετακτέον καὶ ἐπὶ τὰ ἐνικὰ καὶ πληθυντικὰ τῶν ὀνομάτων. Ἀθηναὶ γὰρ λέγονται πληθυντικῶς ἢ μία πόλις καὶ Πλαταιαί, καὶ πάλιν Θήβη ἐνικῶς καὶ Θῆβαι πληθυντικῶς, καὶ Μυκῆνη καὶ Μυκῆναι. ῥηθήσεται δὲ ἐπιμελέστερον περὶ τῆς ἐν τούτοις ἀνωμαλίας προβαίνουσης τῆς ζητήσεως.

Τὰ νῦν δὲ ἐπεὶ καὶ ὑποδειγματικῶς κατωπτεύκαμεν τὴν ἐν τούτοις τῶν γραμματικῶν ἀκρίβειαν, φέρε κάκεῖνο, πρὶν ἐπ' ἄλλον τ[ρ]όπον ἀπελθεῖν, ἐξετάσωμεν,

[155] φημὶ δὲ τίνα λόγον καλοῦσιν ἢ μέρη λόγου.

Περὶ λόγου καὶ μερῶν λόγου

Ἦτοι γὰρ αὐτὴν τὴν σωματικὴν φωνὴν ἐροῦσιν ἢ ἀσώματον λεκτόν, διαφέρον ταύτης. οὔτε δὲ τὴν φωνὴν ἐροῦσιν· ταύτης

(‘andorinha’) é feminino por natureza e aquele o está forçando a tornar-se masculino com o uso do artigo, ou será porque o uso comum o impôs como nome feminino e não masculino.

Mas, se for por ser feminino por natureza e, conforme havíamos demonstrado, nenhum nome é feminino por natureza, não fará diferença, ao menos neste sentido, que se diga de uma ou de outra forma. E, se for porque foi imposto como feminino pelo uso comum, então o critério do que é dito adequadamente ou não, não é um argumento (*logos*) técnico (*tekhnikos*) e gramatical (*grammatikos*), mas a simples observação não técnica do uso.

Os mesmos argumentos devem ser retomados com relação ao plural e singular dos nomes. Pois ‘Atenas’ diz-se no plural e é uma única cidade, tal como ‘Plateias’. E há, por sua vez, ‘Tebe’ no singular e ‘Tebas’ no plural, e ‘Micene’ e ‘Micenas’. Mais adiante falaremos detalhadamente sobre as anomalias¹⁰⁸ que se verificam nestes casos.

Por ora, já que pudemos observar algumas passagens exemplificativas da precisão dos gramáticos nestes assuntos, antes de nos debruçarmos sobre outro tema, vamos pôr em evidência aquele tópico anterior;

me refiro ao que chamam de sentença ou partes da sentença.

Sobre sentença e partes da sentença

Dirão eles ou que a sentença é expressão sonora (*phone*), corpórea, ou expressão dizível (*lekton*), incorpórea, diferente daquela. E não

μὲν γὰρ ῥηθείσης πάντες ἀκούουσιν,
Ἑλληνές τε καὶ βάρβαροι καὶ ἰδιῶται καὶ οἱ
παιδείας ἐντός, τοῦ δὲ λόγου καὶ τῶν τούτου
μερῶν Ἑλληνες μόνοι καὶ οἱ τούτου ἔμπειροι.
τοῖν οὐχ ἡ φωνὴ ἐστὶν ὁ λόγος καὶ μέρη
λόγου.

[156] καὶ μὴν οὐδὲ τὸ ἀσώματον λεκτόν. πῶς
γὰρ ἀσώματον ἔτι ἔστι τι ἄλλο τοιοῦτο παρὰ
τὸ σῶμα καὶ τὸ κενόν, πολλῆς καὶ ἀνηνύτου
γενομένης παρὰ τοῖς φιλοσόφοις περὶ αὐτοῦ
διαμάχης; εἰ μὲν γὰρ κινεῖται, σῶμά ἐστιν· τὸ
γὰρ κινούμενον σῶμα· εἰ δὲ μένει, δεχόμενον
μὲν τὰ εἰς αὐτὸ φερόμενα σώματα καὶ μὴ
ἀντιτυποῦν κενὸν γενήσεται, κενοῦ γὰρ ἴδιον
τὸ μὴ ἀντιτυπεῖν, ἀντιτυποῦν δὲ τοῖς εἰς αὐτὸ
φερομένοις σῶμά ἐστιν, ἰδίωμα γὰρ σώματος
τὸ ἀντιτυπεῖν.

[157] ἄλλως τε ὁ λέγων ἀσώματόν τι λεκτόν
ὑπάρχειν ἤτοι φάσει μόνον ἀρκούμενος λέγει
ἢ ἀπόδειξιν παραλαμβάνων. ἀλλὰ φάσει μὲν
ἀρκούμενος ἐν ἀντιφάσει ἐπισχεθήσεται·
ἀπόδειξιν δὲ παραλαμβάνων, ἐπεὶ καὶ αὐτὴ
δι' ἀναμφισβητήτων ὀφείλει λημμάτων
προάγειν, τὰ δὲ λήμματά ἐστι λεκτά,
προαρπάζων τὸ ζητούμενον ὡς
ὁμολογούμενον ἄπιστος ἔσται.

[158] παρ' ἣν αἰτίαν λοιπόν, εἰ μήτε ἡ φωνὴ
λόγος ἐστὶ μήτε τὸ σημαινόμενον ὑπ' αὐτῆς
ἀσώματον λεκτόν, παρὰ δὲ ταῦτα νοεῖν οὐδὲν
ἐνδέχεται, οὐδὲν ἐστὶ λόγος.

Ἐστω δὲ νῦν καὶ ὁ λόγος καὶ μέρη τούτου
ὅποσα θέλουσιν οἱ γραμματικοὶ ὑπάρχειν.

dirão que é expressão sonora, pois esta, ao ser
pronunciada, todos a escutam: gregos e bárbaros,
pessoas comuns e cultos; mas apenas *entendem* a
sentença, e suas partes, os gregos e pessoas que
têm experiência.¹⁰⁹ Assim, a expressão sonora não
é a sentença e partes da sentença.

E certamente a sentença também não é a
expressão dizível incorpórea. Pois, como poderia
existir ainda um incorpóreo, ou seja, à parte de
corpo e vazio, se há, entre os filósofos, tamanha e
interminável discussão sobre isto? Se se move, é
corpo: porque o que se move é corpo. Se não se
move, e admite outros corpos sem opor
resistência, seria vazio. Pois é característico do
vazio não opor resistência. Se opõe resistência a
outros corpos, então é corpo, pois criar resistência
é próprio do corpo.¹¹⁰

Além disso, quem diz existir a expressão dizível
incorpórea ou deve se contentar com a mera
asserção, ou deve arcar com o ônus da prova. E, se
se contenta com a asserção, uma contra-asserção o
conteria. Mas, se se compromete em apresentar
uma prova, e a prova deve se apresentar em forma
de premissas incontestáveis, e premissas são
expressões dizíveis, a prova irá antepor-se à
própria questão, como se já houvesse acordo sobre
ela, e cairá, assim, em descrédito.

Por essa razão, portanto, se a sentença não é nem a
expressão sonora, nem a expressão dizível
incorpórea, que é significada por ela, e fora estas,
não se admitem outras concepções, a sentença não
é nada.

Mas, por ora, vamos supor que existe a sentença

ἀλλ' εἰπάτωσάν γε ἡμῖν πῶς τὸν λόγον
μερίζουσιν.

Περὶ μερισμοῦ

[159] Ἐπεὶ γὰρ τὸν μερισμὸν τὸν τῶν
<ἐμ>μέτρων ἐν δυσι μάλιστα τοῖς
ἀναγκαιοτάτοις κεῖσθαι συμβέβηκεν, ἔν τε τῷ
βαίνειν, τουτέστι τῇ εἰς τοὺς πόδας διανομῇ,
καὶ ἐν τῇ εἰς τὰ τοῦ λόγου μέρη διαιρέσει,
ἀκόλουθον μὲν ⁴⁰ ἦν τοῖς τελέως πρὸς αὐτοὺς
ἀντιλέγουσιν ἑκάτερον κινεῖν, τὸν τε τρόπον
τοῦ βαίνειν, σκελίσαντας αὐτῶν ἅπαντας τοὺς
οἷς βαίνουσι πόδας ὡς ἀνυπάρκτους, καὶ ἔτι
τὸν τρόπον τῆς τῶν τοῦ λόγου μερῶν
διανομῆς, δείξαντας τὸ ἀδύνατον τῆς
διαίρεσεως.

[160] ἀλλ' ἐπεὶ κὰν τοῖς πρὸς τοὺς μουσικοὺς
προηγουμένως περὶ ποδῶν ζητοῦμεν, ἵνα μὴ
προλαμβάνωμεν τὰ μελλήσοντα πρὸς
ἐκείνους λέγεσθαι ἢ μὴ δις τὰ αὐτὰ λέγωμεν,
ταύτην μὲν τὴν ἀπορίαν εἰς τὸν δέοντα καιρὸν
ὑπερθησόμεθα, περὶ δὲ τῆς διαίρεσεως τῶν
τοῦ λόγου μερῶν σκεψώμεθα.

[161] Ὁ οὖν μερίζων τινὰ στίχον τὰ μὲν
ἀφαιρεῖ τὰ δὲ προστίθησι, καὶ ἀφαιρεῖ μὲν τὸ
μῆνιν, εἰ τύχοι, χωρίζων τοῦ παντὸς στίχου,
καὶ πάλιν τὸ ἄειδε καὶ τὰ λοιπὰ μέρη,
προστίθησι δὲ τοῖς κατὰ συναλοιφήν
ἐκφερομένοις, οἷον τῷ 'αἴμ' ἐμέων' τὸ α, τὸ
γὰρ πλήρες ἦν 'αἴμα ἐμέων', καὶ πάλιν τῷ 'βῆ
δ' ἀκέων' τὸ ε, κατὰ γὰρ ἐκπλήρωσιν οὕτως
εἶχε 'βῆ δὲ ἀκέων.' μηδενὸς μέντοι μήτε

e tantas partes dela quantas querem os gramáticos.
Que eles nos digam, então, como analisam a
sentença.

Sobre análise

Já que a análise (*merismos*)¹¹¹ de versos assenta-
se principalmente em duas categorias mais
importantes, a saber, na escansão (ou seja, na
distribuição (*dianome*) em pés métricos) e na
distinção (*diairesis*)¹¹² das partes da sentença,
consequentemente, os que pretendem refutar os
gramáticos de forma definitiva devem atacar as
duas. Isto é, tanto o método de escansão,
inutilizando todos os 'pés' com que 'caminham'
como inexistentes; como o modo de distribuição
das partes da sentença, mostrando a
impossibilidade de distinção.

Porém, já que investigamos de forma minuciosa a
questão dos pés métricos no *Contra os Músicos*
[M 6. 60-67], e não queremos nem antecipar o que
se dirá contra eles nem repetir o argumento, esta
aporia ficará posposta para o momento oportuno, e
iremos considerar, por ora, a distinção das partes
da sentença.

Pois bem, na análise de um verso, algumas
coisas são separadas, outras são acrescentadas.
Por exemplo, tira-se o *menin*, separando-o do
verso inteiro, e, então, na sequência, o *aeide*, e o
resto. E, ao que foi pronunciado elidido,
acrescenta-se, como acrescentar o *alfa* em
'*haim'emeon*', pois a forma completa era '*haima*
emeon' ('vomitando sangue'), e assim com '*be*
d'akeon', cuja forma completa seria '*be de akeon*'

⁴⁰ Blank, *ad loc.*: {äv}.

ἀφαιρεῖσθαι δυναμένον ἀπό τινος μήτε προστίθεσθαι τινι πεφυκός ἀδύνατος γίνεται ὁ κατὰ γραμματικὴν μερισμός.

Περὶ ἀφαιρέσεως

[162] Τὸ δὲ ὅτι οὐδὲν οὐδενὸς ἀφαιρεῖται μάθοιμεν ἂν τὸν τρόπον τοῦτον. εἰ γὰρ ἀφαιρεῖται τι ἀπό τινος, ἢ ὅλον ἀφ' ὅλου ἀφαιρεῖται ἢ μέρος ἀπὸ μέρους ἢ ὅλον ἀπὸ μέρους ἢ μέρος ἀπὸ ὅλου. ὅλον μὲν οὖν ἀπὸ ὅλου οὐκ ἀφαιρεῖται· ἐνὸς γὰρ ὑποκειμένου στίχου, εἰ ὅλον ἐστὶ τὸ ἀφαιρούμενον, ὅλον στίχον ἀφελοῦμεν. καὶ οὕτως εἰ μὲν ἔτι μένοι ὁ στίχος ἀφ' οὗ ἢ ἀφαίρεσις, οὐδὲ ὅλως ἔσται γεγонуῖα τις ἀφαίρεσις ἀπ' αὐτοῦ· πῶς γὰρ ἔτι μένειν οἷόν τέ ἐστὶ τὸ ὅλον, εἴπερ ἀφήρηται; εἰ δὲ μὴ μένοι, δῆλον ὡς ἐκ τοῦ μὴ ὄντος οὐκ ἔσται πάλιν γεγонуῖα ἀφαίρεσις. ὥστε ὅλον ἀπὸ ὅλου οὐκ ἀφαιρεῖται.

[163] καὶ μὴν οὐδὲ ὅλον ἀπὸ μέρους· ἐν μὲν γὰρ τῷ μέρει οὐκ ἐμπεριέχεται τὸ ὅλον, οἷον τῷ μῆνιν τὸ '<μῆνιν> ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος', τὸ δὲ ἀφαιρούμενον ὀφείλει ἐμπεριέχεσθαι τῷ τὴν ἀφαίρεσιν ἐπιδεχομένῳ. λείπεται ἄρα ἢ μέρος ἀφ' ὅλου ἢ μέρος ἀπὸ μέρους ἀφαιρεῖσθαι. ἀλλὰ καὶ τοῦτ' ἄπορον. τὸ γὰρ μῆνιν εἰ μὲν ἀφ' ὅλου ἀφαιρεῖται τοῦ στίχου, καὶ ἀπὸ αὐτοῦ ἀφαιρεῖται· σὺν αὐτῷ γὰρ ὅλος ὁ στίχος ἐνοεῖτο. καὶ ἄλλως, εἰ ἀφ' ὅλου ἀφαιρεῖται, τὸ δ' ὅλον ἦν 'μῆνιν ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος', ὄφειλεν ἠλαττωῖσθαι καὶ τὸ 'ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος' καὶ μὴ μένειν ἐν τῷ

(‘e foi-se em silêncio’). Porém, já que, por natureza, nada pode ser separado de nada, nem nada pode ser acrescentado a algo, a análise nos moldes da gramática torna-se impossível.

Sobre separação

Que nada se separa de nada podemos perceber desse modo: se algo se separasse de algo, ou o todo do todo separar-se-ia, ou a parte da parte, ou o todo da parte, ou a parte do todo. O todo do todo não se separa: pois, dado um verso, se o que se separa é o todo, acabamos com todo o verso. E, assim, se ainda restar o verso no qual se opera a separação, então é porque a separação não se operou totalmente. Pois como é que haveria de restar o todo se foi separado? E, se não resta nada, é evidente que tampouco ocorre separação do que não existe. De forma que o todo do todo não se separa.

De fato também não se separa o todo da parte. Pois o todo não está contido na parte, como ‘*menin aeide thea Peleiadeo Akhileos*’ não está contido em *menin*, e o elemento separado deve estar contido no que admite a separação. Faltou, então, considerar se podem ser separadas a parte do todo e a parte da parte. Mas isto também é aporético. Pois se *menin* é separado de todo o verso, é separado de si mesmo, porque o verso foi concebido como um todo juntamente com *menin*. E, por outro ângulo, se se separa do todo, e o todo era ‘*menin aeide thea Peleiadeo Akhileos*’, seria preciso que também ‘*aeide thea Peleiadeo Akhileos*’ tivesse diminuído, e não permanecido

αὐτῷ, παντὸς τοῦ ἀφαίρεσιν ἐπιδεξαμένου μὴ μένοντος ἐν ταῦτῳ.

[164] ἐχρῆν δὲ καὶ αὐτὸ τὸ μῆνιν, ἀφ' ὅλου ἐκείνου λαμβάνον τὴν ἀφαίρεσιν, ἔχειν τι ἐξ ἐκάστου τῶν ἐν ἐκείνῳ, ὃ πάλιν ἐστὶ ψευδός. εἰ οὖν μῆτε ὅλον στίχον ἀπὸ στίχου δυνατὸν μερίζειν μῆτε μέρος στίχου ἀπὸ μέρους μῆτε ὅλον ἀπὸ μέρους μῆτε μέρος ἀφ' ὅλου, καὶ παρὰ ταῦτα οὐδὲν ἐνδέχεται νοεῖν⁴¹, ἀδύνατος τῷ γραμματικῷ ὁ μερισμός.

Περὶ προσθέσεως

[165] Οὐ μὴν ἀλλὰ καὶ ἡ κατὰ τὰς συναλειπτικῶς ἐκφερομένης λέξεις τινῶν πρόσθεσις οὐκ ἔσται. καὶ τοῦτ' ἔσται σαφές, ἂν μὴ ἐπὶ συλλαβῶν ἢ στοιχείων χειρίζεται ὁ λόγος, ὧν μάλιστα τὰς προσθέσεις ἐν τοῖς μερισμοῖς ποιοῦνται οἱ γραμματικοί, ἀλλ' ἐπὶ ὅλων λέξεων. ὑποκειμένου τοίνυν ἡμιστίχιου τοῦ 'ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος' (ἔστω γὰρ πρὸς τὸ παρὸν τοῦτ' ἡμιστίχιον, καὶ προσλαμβάνετω τὸ μῆνιν, ὥστε τὸ ἐξ ἀμφοτέρων ἡρωικὸν γίνεσθαι μέτρον) ζητοῦμεν τίς ἢ πρόσθεσις γίνεται·

[166] ἦτοι γὰρ ἑαυτῷ τὸ μῆνιν προστίθεται ἢ τῷ προὑποκειμένῳ ἡμιστίχιῳ ἢ τῷ ἐξ ἀμφοτέρων ἀποτελεσθέντι ἡρωικῷ μέτρῳ. καὶ ἑαυτῷ μὲν οὐκ ἂν προστεθείη· μὴ ὄν γὰρ ἕτερον ἑαυτοῦ καὶ μὴ διπλασιάζον ἑαυτὸ οὐκ ἂν λέγοιτο ἑαυτῷ προστίθεσθαι. τῷ δὲ προὑποκειμένῳ ἡμιστίχιῳ πῶς ἐνδέχεται; ὅλῳ μὲν γὰρ αὐτῷ προστιθέμενον καὶ αὐτὸ παρισαζόμενον ἐκείνῳ ἡμιστίχιον γενήσεται,

do mesmo jeito, porque tudo que admite separação não permanece do jeito que era.

O próprio *menin*, ao ser separado do todo, teria que conter em si algo de cada um dos elementos do todo, o que é, novamente, falso. Portanto, se não é possível: do verso separar o verso todo; de uma parte separar parte do verso, ou todo o verso; nem do todo separar uma parte, e não se admitem outras concepções fora estas, a análise torna-se impossível para o gramático.

Sobre acréscimo

Tampouco haverá acréscimo nas palavras que apresentam elisão na pronúncia. Isto fica claro se se aplica o argumento não sobre sílabas ou letras, que os gramáticos frequentemente acrescentam quando fazem suas análises, mas sobre palavras inteiras. Que se defina, então, 'aeide thea Peleidaeo Akhileos' como hemistíquio, ou seja, metade do verso (para o presente propósito, esta passagem é a metade do verso à qual se junta *menin*, e de ambas produz-se um verso de metro heroico)¹¹³, e vamos investigar a que se faz o acréscimo.

Pois bem, ou *menin* é acrescentado a si mesmo, ou à metade de verso antes definida, ou ao verso heroico produzido a partir de ambos. A si mesmo não seria acrescentado: pois não sendo diferente de si mesmo, nem um duplo de si, não pode ser dito que se acrescenta a si mesmo. E como poderia acrescentar-se à metade de verso antes definida? Pois, acrescentado ao hemistíquio como um todo, e equiparando-se um e outro, *menin* tornar-se-ia

⁴¹ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 78. νοεῖν ποῖ νοεῖν.

[167] ταύτη τε ἀκολουθήσει καὶ τὸ μέγα ἡμιστίχιον λέγειν εἶναι βραχύ, βραχεῖ συνεχισούμενον τῷ μῆνιν, καὶ τὸ βραχὺ μέγα, μείζονι ἀντιπαρήκον τῷ ἡμιστιχίῳ, εἶπερ τῷ παντὶ ἡμιστιχίῳ προστίθεται τὸ μῆνιν. <εἰ δὲ μέρει μόνον προστίθεται τὸ μῆνιν> οἷον τῷ ἄειδε καὶ εἰ μὲν μόνον ἀυξήσει τὸ ἄειδε, τὸ δ' ὅλον οὐ, <οὐ> ποιήσει στίχον.⁴² λείπεται οὖν φάσκειν τῷ ἐξ ἀμφοῖν, αὐτοῦ τε τοῦ μῆνιν καὶ τοῦ προὔποκειμένου ἡμιστιχίου, ἀποτελουμένῳ ἐξαμέτρῳ καὶ ἥρωικῷ στίχῳ προστίθεσθαι.

[168] ὁ τελέως ἦν ἀπίθανον τὸ γὰρ ἐπιδεχόμενον πρόσθεσιν προὔποκειται τῆς προσθέσεως, οὐ μὴν τὸ γινόμενον ἐκ τῆς προσθέσεως προὔποκειται ταύτης. οὐκ ἄρα οὖν τῷ γινομένῳ ἐκ τῆς προσθέσεως τοῦ μῆνιν ἐξαμέτρῳ στίχῳ προστίθεται τὸ μῆνιν· ὅτε μὲν γὰρ γίνεται ἡ πρόσθεσις, οὐπω ἐξάμετρος ἐστίν, ὅτε δὲ ἐστίν ἐξάμετρος, οὐκέτι γίνεται ἡ πρόσθεσις. πλὴν συνῆκται τὸ προκειμένον, καὶ μήτε προσθέσεως μήτε ἀφαιρέσεως οὔσης ἀναιρεῖται ὁ προειρημένος τοῦ μερισμοῦ τρόπος.

Ἀλλὰ δὴ πάλιν τὴν ἐν τούτοις τῶν γραμματικῶν ἀκρίβειαν κατανοήσαντες, φέρε καὶ τῆς ἐν τῷ γράφειν αὐτῶν δυνάμεως ἀποπειραθῶμεν.

Περὶ ὀρθογραφίας

outra metade do verso.

A consequência disto é que a metade longa do verso será dita breve, pois ter-se-á igualado a *menin*, que é breve. E a metade breve será dita longa, pois emparelhou-se à outra metade – isso no caso de *mênin* acrescentar-se ao hemistíquio todo. Se se acrescenta *menin* apenas a parte do verso, tal como a *aeide*, e somente esta parte aumenta, e não o verso como um todo, não se produziria um verso completo. Falta, portanto, considerar que se acrescenta a ambos, ou seja, ao hexâmetro completo, o verso heroico produzido a partir do próprio *menin* mais a metade de verso acima definida.

Isso é completamente inverossímil, pois o que recebe acréscimo preexiste ao acréscimo, e obviamente o que resulta do acréscimo não preexiste a ele. Consequentemente, *menin* não é acrescentado ao verso hexâmetro que resulta de seu acréscimo: pois, no momento do acréscimo, o hexâmetro ainda não existe, e, existindo o hexâmetro, o acréscimo já se concluiu. Em todo o caso, fecha-se o assunto proposto, e, não existindo nem acréscimo nem separação, destrói-se o acima mencionado método de análise.¹¹⁴

Mas, mais uma vez, tendo observado com cuidado a precisão dos gramáticos nestes assuntos, vamos pôr à prova também sua capacidade em relação ao escrever.

Sobre ortografia¹¹⁵

⁴² Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 431, que também suprime o καὶ. Por <εἰ δὲ μέρει αὐτοῦ,> οἷον τῷ ἄειδε, καὶ εἰ μὲν μόνον ἀυξήσει τὸ ἄειδε, τὸ δ' ὅλον <οὐκ ἀυξήσει>, οὐ ποιήσει στίχον.

[169] Τὴν γὰρ ὀρθογραφίαν φασὶν ἐν τρισὶ
 κείσθαι τρόποις, ποσότητι ποιότητι μερισμῷ.
 ποσότητι μὲν οὖν, ὅταν ζητῶμεν εἰ ταῖς
 δοτικαῖς προσθετέον τὸ ι, καὶ εὐχάλινον καὶ
 εὐώδινας⁴³ τῷ ι μόνον γραπτέον ἢ τῇ εἰ·
 ποιότητι δέ, ὅταν σκεπτώμεθα πότερον διὰ
 τοῦ ζ γραπτέον ἐστὶ τὸ σμιλίον καὶ τὴν
 Σμύρναν ἢ διὰ τοῦ σ· μερισμῷ δέ, ἐπειδὴν
 διαπορῶμεν περὶ τῆς ὄβριμος λέξεως,
 πότερόν ποτε τὸ β τῆς δευτέρας ἐστὶ
 συλλαβῆς ἀρχὴ ἢ τῆς προηγουμένης πέρας,
 καὶ ἐπὶ τοῦ Ἀριστίων ὀνόματος ποῦ τακτέον
 τὸ σ.

[170] πάλιν δ' ἡ τοιαύτη τεχνολογία, ἵνα
 μηδὲν τῶν ἀπορωτέρων κινῶμεν, μάταιος
 εἶναι φαίνεται, πρῶτον μὲν ἐκ τῆς διαφωνίας,
 ἔπειτα δὲ καὶ ἐξ αὐτῶν τῶν ἀποτελεσμάτων.
 καὶ ἐκ μὲν τῆς διαφωνίας, ἐπεὶ περ οἱ τεχνικοὶ
 μάχονται τε καὶ εἰς αἰῶνα μαχίσονται πρὸς
 ἀλλήλους, τῶν μὲν οὕτως τῶν δὲ ἐκείνως τὸ
 αὐτὸ γράφειν ἀξιούντων.

[171] ὅθεν καὶ οὕτως αὐτοὺς ἐρωτητέον. εἰ
 χρειώδης ἐστὶν ἡ περὶ ὀρθογραφίας
 τεχνολογία τῷ βίῳ, ἐχρῆν ἡμᾶς τε καὶ
 ἕκαστον τῶν διαφωνούντων περὶ αὐτῆς
 γραμματικῶν, ἀνεπικρίτου ἀκμὴν
 καθεστῶσης τῆς κατὰ ταύτην διαφωνίας,
 παραποδίζεσθαι εἰς ἃ ἂν δέη γράφειν.

[172] οὔτε δὲ ἡμῶν οὔτε τούτων ἕκαστος

Pois bem, dizem que a ortografia assenta-se em
 três fatores: quantidade, qualidade e divisão de
 sílabas. Na quantidade, quando queremos saber se
 aos dativos se deve adicionar um *ι* *iota*; ou, se
 palavras como *eukhalinos* ('com arreios bem
 postos') e *euodin* ('frutífero') devem ser escritas
 apenas com *ι* *iota* ou com *ει* *épsilon* e *iota*.¹¹⁶ Na
 qualidade, quando pensamos se *smilion* (faca) e
Smyrna ('Esmirna') devem ser escritas com *ζ* *zeta*
 ou com *σ* *sigma*.¹¹⁷ E na divisão, quando estamos
 em dúvida se na palavra *obrimos* ('robusto'), o *β*
beta é o começo da segunda sílaba ou o fim da
 anterior; ou, em relação ao nome *Aristion*, onde
 devemos colocar o *σ* *sigma*.

Novamente tal exposição *técnica* revela-se inútil –
 sem provocarmos nenhuma das aporias mais
 sérias – primeiro, por causa do desacordo
 (*diaphonia*) e, em seguida, por causa de seus
 resultados (*apotelesmata*) mesmo.¹¹⁸ No primeiro
 caso, porque os entendidos (*tekhnikoi*) no assunto
 estão em conflito entre si, e continuarão para
 sempre a disputar uns com os outros, defendendo,
 para a mesma palavra, uns que deve ser escrita de
 uma forma, outros de outra.

Por isso é que devem ser confrontados com o
 seguinte questionamento: se uma exposição
técnica sobre ortografia é necessária para a vida,
 nós, e todos os gramáticos que discordam sobre
 ela (e o desacordo permanece insolúvel), nos
 encontraríamos, necessariamente, paralisados
 diante do que se deve escrever.

Mas não ficamos paralisados, nenhum de nós e

⁴³ Blank, *ad loc.*: “possivelmente devêssemos ler χαλινούς ('freios', 'rédeas': *Iliada* XIX. 393) e ὠδίνας ('dores do parto': *Iliada* XI. 271).”

παραποδίζεται, ἀλλὰ συμφώνως πάντες τυγχάνουσι τῆς προθέσεως, ἅτε δὴ μὴ ἀπ' ἐκείνης ἀλλ' ἀπὸ κοινοτέρας τινὸς καὶ συμφώνου ὀρμώμενοι τριβῆς, καθ' ἣν τὰ μὲν κατ' ἀνάγκην ὀφείλοντα παραλαμβάνεσθαι στοιχεῖα πρὸς τὴν μήνυσιν τοῦ ὀνόματος πάντες παραλαμβάνουσι, καὶ οἱ γραμματικοὶ καὶ οἱ μὴ γραμματικοί, περὶ δὲ τῶν μὴ κατ' ἀνάγκην ἀδιαφοροῦσιν. οὐκ ἄρα χρειώδης ἐστὶν ἢ περὶ ὀρθογραφίας παρὰ τοῖς γραμματικοῖς ὑφήγησις.

[173] ἀλλ' ὁ μὲν ἀπὸ τῆς διαφωνίας ἔλεγχος τοιοῦτος, ὁ δὲ ἀπὸ τῶν ἀποτελεσμάτων ἐμφανής. οὐδὲν γὰρ βλαπτόμεθα, ἐάν τε σὺν τῷ ι γράφωμεν τὴν δοτικὴν πτῶσιν ἐάν τε μή, καὶ ἐάν τε διὰ τοῦ σ τὸ σμιλίον καὶ τὴν Σμύρναν ἐάν τε διὰ τοῦ ζ, καὶ ἐπὶ τοῦ Ἀριστίων ὀνόματος ἐάν τε τῇ προηγουμένη συλλαβῇ τὸ σ προσμερίζωμεν ἐάν τε τῇ ἐπιφερομένῃ τοῦτο συντάττωμεν.

[174] εἰ μὲν γὰρ παρὰ τὸ διὰ τοῦ σ ἀλλὰ μὴ διὰ τοῦ ζ γράφειν τὸ σμιλίον οὐκέτι σμιλίον γίνεται ἀλλὰ δρέπανον, καὶ εἰ παρὰ [τὸ σ] τὸ τοῦ Ἀριστίων ὀνόματος οὕτως ἀλλὰ μὴ ἐκείνως συντάσσεσθαι τὸ σ [ῆ] ὁ Ἀριστίων, καθὼς φησὶ τις τῶν χαριεντιζομένων, Δειπνίων γίνεται, ἤρμοξε μὴ ἀδιαφορεῖν. εἰ δ' ὅπως ἂν ἔχη τὰ τῆς γραφῆς, τὸ σμιλίον <ἐστὶ σμιλίον>, ἐάν τε διὰ τοῦ σ ἐάν τε διὰ τοῦ ζ κατάρχηται, ὃ τε Ἀριστίων ἀεὶ ποτέ ἐστὶν Ἀριστίων, ἐάν τε τῷ ι ἐάν τε τῷ τ τὸ σ προσμερίζωμεν, τίς χρεια τῆς πολλῆς καὶ ματαίας παρὰ τοῖς γραμματικοῖς περὶ τούτων

nenhum deles. Ao contrário, todos alcançamos nosso propósito sem desacordos; precisamente porque de fato não é a ortografia que conta, mas uma prática (*tribe*) mais geral e unânime, segundo a qual, todos, gramáticos e não gramáticos, usam as letras que *necessariamente* devem ser usadas para informar (*menusis*) a palavra, e somos indiferentes às que não são necessárias. Concluiu-se, portanto, não ser necessária a orientação ortográfica dos gramáticos.

Essa refutação teve por base a questão do desacordo. Já a que se configura com base nos resultados é bastante óbvia. Porque não nos causa qualquer prejuízo escrevermos o caso dativo com *ι* *iota* ou sem *ι* *iota*, ou grafar *smilion* ('faca') e *Smyrna* ('Esmirna') com *ζ* *zeta* ou com *σ* *sigma*, e, com relação ao nome *Aristion*, se o *σ* *sigma* pertence à sílaba anterior, ou se o colocamos com a seguinte.

Contudo, se *smilion* ('faca'), por ser escrito com *ζ* *zeta* e não com *σ* *sigma*, deixa de ser o que é e se torna *drepanon* ('foice'); se o nome *Aristion* ('aquele que desjeja'), por ser separado de uma forma e não de outra, se tornasse, como diria algum engraçadinho, *Deipnion* ('aquele que janta'), se fosse este o caso, conviria não sermos indiferentes. Porém, se, independente da grafia, *smilion* ('faca') é *smilion* ('faca'), com *ζ* *zeta* ou com *σ* *sigma*, e *Aristion* sempre *Aristion*, colocando-se o *σ* *sigma* com a sílaba anterior ou com a seguinte, que utilidade tem a interminável lenga-lenga vã dos gramáticos sobre estas coisas?

μωρολογία;

[175] Κεφαλαιωδέστερον δὴ καὶ περὶ ὀρθογραφίας διεξιόντες, ἴδωμεν εἰς συμπλήρωσιν τῆς πρὸς τὸ τεχνικὸν μέρος αὐτῶν ἀντιρρήσεως πότερον ἔχουσί τινα πρὸς τὸ ἐλληνίζειν συνεστῶσαν μέθοδον ἢ οὐδαμῶς.

Εἰ ἔστι τις τέχνη περὶ ἐλληνισμοῦ

[176] Ὅτι μὲν δεῖ τινα φειδῶ ποιεῖσθαι τῆς περὶ τὰς διαλέκτους καθαριότητος, αὐτόθεν συμφανές· ὃ τε γὰρ ἐκάστοτε βαρβαρίζων καὶ σολοικίζων ὡς ἀπαίδευτος χλευάζεται, ὃ τε ἐλληνίζων ἰκανός ἐστι πρὸς τὸ σαφῶς ἅμα καὶ ἀκριβῶς παραστῆσαι τὰ νοηθέντα τῶν πραγμάτων. ἤδη δὲ τοῦ ἐλληνισμοῦ δύο εἰσὶ διαφοραί· ὃς μὲν γὰρ ἐστι κεχωρισμένος τῆς κοινῆς ἡμῶν συνηθείας καὶ κατὰ γραμματικὴν ἀναλογίαν δοκεῖ προκόπτειν, ὃς δὲ κατὰ τὴν ἐκάστου τῶν Ἑλλήνων συνηθειαν ἐκ παραπλασμοῦ καὶ τῆς ἐν ταῖς ὁμιλίαις παρατηρήσεως ἀναγόμενος.

[177] οἷον ὁ μὲν τῆς Ζεὺς ὀρθῆς πτώσεως τὰς πλαγίους σχηματίζων τοῦ Ζεός τῷ Ζεῖ τὸν Ζέα κατὰ τὸν πρότερον τοῦ ἐλληνισμοῦ χαρακτήρα διαλέλεκται, ὁ δὲ ἀφελῶς τοῦ Ζηνός λέγων καὶ τῷ Ζηνὶ καὶ <τὸν> Ζῆνα κατὰ τὸν δεύτερον καὶ συνηθέστερον ἡμῖν. πλὴν δυοῖν ὄντων τῶν ἐλληνισμῶν εὐχρηστον μὲν εἶναί φαμεν τὸν δεύτερον διὰ τὰς προειρημένας αἰτίας, ἄχρηστον δὲ τὸν πρῶτον διὰ τὰς λεχθησομένας.

[178] ὥσπερ γὰρ ἐν πόλει νομίσματος τινοῦ

Sobre ortografia, abordamos os pontos principais. Para completar o ataque à parte *técnica*, veremos se possuem, ou não, um método consistente para a correção.

Se existe uma arte sobre a correção (hellenismos)¹¹⁹

Que é preciso, com alguma parcimônia, cuidar da pureza do idioma que se fala¹²⁰ é, de imediato, óbvio, pois aquele que comete a todo momento barbarismos ou solecismos é menosprezado como ignorante. Por outro lado, quem fala grego corretamente (*hellenizon*) é capaz de expressar com clareza e precisão o que pensa (*noethenta*) sobre as coisas. No entanto, há dois tipos de correção: um destes tipos está desvinculado de nosso uso comum, e parece proceder da analogia gramatical; o outro se adequa ao uso de cada um dos gregos, tendo origem na imitação (*paraplasmos*) e observação da fala cotidiana.¹²¹

Assim, quem, a partir do nominativo *Zeus* ('Zeus'), forma os casos oblíquos como: *Zeos*, *Zeï*, *Zea*, se adequou ao primeiro tipo de correção; já o que diz simplesmente: *Zenos*, *Zeni* e *Zena*, está usando a língua de acordo com o segundo tipo, ao qual estamos mais acostumados. Ou seja, há dois tipos de correção e consideramos que o segundo tipo seja útil, pelas razões antes mencionadas; mas o primeiro, ao contrário, é inútil, pelas razões que serão apresentadas a seguir.

Com efeito, quando se utiliza uma moeda local em

προχωροῦντος κατὰ τὸ ἐγχώριον ὁ μὲν τούτῳ
στοιχῶν δύναται καὶ τὰς ἐν ἐκείνῃ τῇ πόλει
διεξαγωγὰς ἀπαραποδίστως ποιεῖσθαι, ὁ δὲ
τοῦτο μὲν μὴ παραδεχόμενος ἄλλο δέ τι
καινὸν χαράσσειν ἑαυτῷ καὶ τούτῳ
νομιστεῦσθαι θέλων μάταιος καθέστηκεν,
οὕτῳ κὰν τῷ βίῳ ὁ μὴ βουλόμενος τῇ
συνήθως παραδεχθείσῃ, καθάπερ νομίσματα,
ὀμιλία κατακολουθεῖν ἀλλ' ἰδίαν αὐτῷ
τέμνειν μανίας ἐγγύς ἐστιν.

[179] διόπερ <εἰ> οἱ γραμματικοὶ
ὑπισχνοῦνται τέχνην τινὰ τὴν καλουμένην
ἀναλογίαν παραδώσειν, δι' ἧς κατ' ἐκείνον
ἡμᾶς τὸν ἐλλητισμὸν ἀναγκάζουσι
διαλέγεσθαι, ὑποδεικτέον ὅτι ἀσύστατός
ἐστὶν αὕτη ἡ τέχνη, δεῖ δὲ τοὺς ὀρθῶς
βουλομένους διαλέγεσθαι τῇ ἀτέχνῳ καὶ
ἀφελεῖ κατὰ τὸν βίον καὶ τῇ κατὰ τὴν κοινὴν
τῶν πολλῶν συνήθειαν παρατηρήσει
προσανέχειν.

[180] Εἴπερ οὖν ἔστι τις περὶ ἐλλητισμὸν
τέχνη, ἥτοι ἔχει ἀρχὰς ἐφ' αἷς συνέστηκεν ἢ
οὐκ ἔχει. καὶ μὴ ἔχειν μὲν οὐκ ἂν φαῖεν οἱ
γραμματικοί· πᾶσα γὰρ τέχνη ἀπὸ τινος ἀρχῆς
ὀφείλει συνίστασθαι. εἰ δὲ ἔχει, ἥτοι τεχνικὰς
ταύτας ἔχει ἢ ἀτέχνους. καὶ εἰ μὲν τεχνικὰς,
πάντως ἢ ἀφ' ἑαυτῶν ἢ ἀπ' ἄλλης τέχνης
συνέστησαν, κἀκείνη πάλιν ἀπὸ τρίτης, καὶ ἢ
τρίτῃ ἀπὸ τετάρτης, καὶ τοῦτ' εἰς ἄπειρον,
ὥστε ἀναρχὸν γιγνομένην τὴν περὶ
ἐλλητισμὸν τέχνην μηδὲ τέχνην ὑπάρχειν·

uma determinada cidade, de acordo com o
costume, aquele que segue este uso está apto a
fazer seus negócios neste local sem empecilhos;
no entanto, aquele que não admite isto e, ao
cunhar para si mesmo uma moeda nova diferente,
pretende utilizá-la, será apontado como louco. O
mesmo acontece com aquele que não deseja seguir
na vida a maneira de falar que é comumente
admitida, como uma moeda estabelecida, mas
pretende talhar uma língua particular para si
mesmo: está perto da loucura.

Por isso, se os gramáticos tomam para si o
encargo de transmitir uma certa arte a que
chamam analogia, pela qual estaríamos obrigados
a falar de acordo com aquele tipo de correção,
devemos então demonstrar que tal arte é
inconsistente, e os que desejam expressar-se de
maneira correta devem dedicar-se à observação
simples e não *técnica* da língua viva (*ho bios*) e do
uso comum de muitos.

Pois bem, se existe uma arte da correção, ela
tem princípios sobre os quais se fundamenta, ou
não os tem. Os gramáticos não diriam que não os
tem, pois toda arte deve estar fundamentada sobre
algum princípio. Então, se os tem, são princípios
técnicos ou não *técnicos*. Se são *técnicos*,
fundamentam-se, sempre, ou em si mesmos, ou
em outra arte, que, por sua vez, fundamentar-se-ia
numa terceira, esta terceira numa quarta, e assim
por diante *ad infinitum*, de forma que, se não há
princípio para a arte da correção, tampouco ela
existe como arte.

[181] εἰ δὲ ἀτέχνους, οὐκ ἄλλαι τινὲς εὐρεθήσονται παρὰ τὴν συνήθειαν· ἡ ἄρα συνήθεια τοῦ τί τέ ἐστὶν ἐλληνικὸν καὶ τί ἀνελληνιστὸν γίνεται κριτήριον, καὶ οὐκ ἄλλη τις περὶ τὸν ἐλληνισμὸν τέχνη.

[182] ἄλλως τε, ἐπεὶ τῶν τεχνῶν αἱ μὲν τῶ ὄντι εἰσὶ τέχναι, ὡς ἡ ἀνδριαντοποικὴ καὶ ζωγραφία, αἱ δὲ ἐπαγγέλματι μὲν εἰσὶ τέχναι, οὐ πάντως δὲ καὶ κατ' ἀλήθειαν, ὡς Χαλδαϊκὴ τε καὶ θυτικὴ, ἵνα μάθωμεν πότερον ποτε καὶ ἡ περὶ τὸν ἐλληνισμὸν λεγομένη τέχνη ἢ ὑπόσχεσις μόνον ἐστὶν ἢ καὶ ὑποκειμένη δύναμις, δεήσει κριτήριον τι ἡμᾶς ἔχειν εἰς τὴν ταύτης δοκιμασίαν.

[183] τοῦτ' οὖν τὸ κριτήριον πάλιν ἦτοι τεχνικὸν τί ἐστὶ (καὶ περὶ ἐλληνισμὸν, εἶγε καὶ τῆς περὶ τὸν ἐλληνισμὸν κρινούσης, εἰ ὑγιῶς κρίνει, δοκιμαστικὸν καθέστηκεν), ἢ ἄτεχνον. ἀλλὰ τεχνικὸν μὲν περὶ ἐλληνισμὸν οὐκ ἂν εἶη διὰ τὴν προειρημένην εἰς ἄπειρον ἔκπτωσιν· ἄτεχνον δ' εἰ λαμβάνοιτο τὸ κριτήριον, οὐκ ἄλλο τι εὐρήσομεν ἢ τὴν συνήθειαν. ἡ ἄρα συνήθεια καὶ αὐτὴν τὴν περὶ ἐλληνισμὸν τέχνην κρίνουσα οὐ δεήσει τέχνης.

[184] Εἴπερ δὲ οὐκ ἄλλως ἔστιν ἐλληνίζειν ἐὰν μὴ παρὰ γραμματικῆς μάθωμεν τὸ ἐλληνικόν, ἦτοι ἐναργὲς ἐστὶ τοῦτο καὶ ἐξ αὐτοῦ βλεπόμενον ἢ ἀδηλότερον. ἀλλ' ἐναργὲς μὲν οὐκ ἔστιν, ἐπεὶ σύμφωνον ἂν ᾦν παρὰ πᾶσιν ὡς τὰ λοιπὰ τῶν ἐ<να>ργῶν.

[185] καὶ ἄλλως πρὸς μὲν τὴν τοῦ ἐναργοῦς

Se se considera que os princípios são não *técnicos*, nenhum outro será encontrado a não ser o uso.

Logo, o uso é o critério para o que é correto e o que é incorreto em grego (*anelleniston*), e não alguma outra arte acerca da correção.

Além disso, dentre as artes, algumas são *na realidade* (*toi onti*) artes, como a escultura e pintura, e outras apenas se proclamam como tais, mas não são artes totalmente e de verdade, como a astrologia caldeia, e a profecia que acompanha os sacrifícios. Para verificarmos de qual tipo é a chamada arte sobre a correção, se promessa apenas ou uma capacidade de fato, teríamos que ter um critério para a avaliação (*dokimasia*).

E assim, novamente, esse critério ou seria *técnico* (e relativo à correção do grego, já que teria sido estabelecido para avaliar se esta arte, que julga a correção do grego, julga apropriadamente), ou seria não *técnico*. Mas, não poderia haver um critério *técnico* relativo à correção, por causa do que foi dito antes acerca do regresso ao infinito. E, se este critério for considerado não *técnico*, não se encontrará nenhum outro senão o uso. Logo o uso julgará também a própria arte da correção e não haverá necessidade de uma arte.

Pois, se de fato não há outro modo de falar grego corretamente a não ser aprendermos o grego correto junto à gramática, então, ou isto é algo evidente, que se vê por si mesmo, ou é não-evidente (*adeloteron*). Mas não é evidente, ou haveria acordo unânime sobre isso, como há acerca de todas as outras coisas evidentes.

Além disso, nenhuma arte é necessária para a

ἀντίληψιν οὐδεμιᾶς τέχνης ἐστὶ χρεία,
καθάπερ οὐδὲ πρὸς τὸ λευκὸν ὄρᾶν ἢ γλυκέος
γεύεσθαι ἢ θερμοῦ θιγγάνειν· πρὸς δὲ τὸ
ἑλληνίζειν μεθόδου τινὸς καὶ τέχνης κατὰ
τοὺς γραμματικούς ἐστι χρεία. οὐκ ἄρα
ἐναργές ἐστι τὸ ἑλληνίζειν.

[186] ἄδηλον δὲ εἴπερ ἐστὶ, πάλιν ἐπεὶ τὸ
ἄδηλον ἔκ τινος ἐτέρου γνωρίζεται, ἦτοι
φυσικῶ τι κατακολουθητέον κριτήριῳ, ἐξ
οὗ διαγιγνώσκεται τί τὸ ἑλληνικὸν καὶ τί τὸ
ἀνελλήνιστον, ἢ τῇ ἐνὸς συνηθείᾳ ὡς ἄκρως
ἑλληνίζοντος χρηστέον πρὸς τὴν τούτου
κατάληψιν, ἢ τῇ πάντων.

[187] ἀλλὰ φυσικὸν μὲν κριτήριον εἰς τὸ
ἑλληνικὸν καὶ τὸ μὴ τοιοῦτον οὐδὲν ἔχομεν·
τοῦ γὰρ Ἀττικοῦ τὸ τάριχος λέγοντος ὡς
ἑλληνικὸν καὶ τοῦ Πελοποννησίου ὁ τάριχος
προφερομένου ὡς ἀδιάστροφον, καὶ τοῦ μὲν
τὴν στάμνον ὀνομάζοντος τοῦ δὲ τὸν
στάμνον, οὐδὲν ἔχει ἐξ ἑαυτοῦ κριτήριον
πιστὸν ὁ γραμματικὸς εἰς τὸ οὕτως ἀλλὰ μὴ
οὕτως δεῖν λέγειν, εἰ μὴ ἄρα τὴν ἐκάστου
συνήθειαν, ἣτις οὔτε τεχνικὴ οὔτε φυσικὴ
ἐστίν.

[188] τῇ δὲ τινὸς συνηθείᾳ δεῖν ἀκολουθεῖν
εἴπερ ἐροῦσιν, ἦτοι φάσει μόνον ἐροῦσιν ἢ
ἐμμεθόδοις ἀποδείξεσι χρησάμενοι. ἀλλὰ
φάσιν μὲν λέγουσι φάσιν ἀντιθήσομεν περὶ
τοῦ τοῖς πολλοῖς μᾶλλον ἢ τῶ ἐνὶ δεῖν
ἀκολουθεῖν· ἐμμεθόδως δὲ ἀποδεικνύντες ὅτι
οὗτος ἑλληνίζει, ἀναγκασθήσονται ἐκείνην

apreensão do que é evidente, tal como não é
necessária para ver o branco, sentir um gosto
doce, ou sentir calor. E, para falar grego
corretamente, método e arte são necessários,
segundo os gramáticos. Logo, falar grego
corretamente não é algo evidente.

E se for uma coisa não-evidente, e o não-evidente
se conhece a partir de alguma outra coisa, seria
preciso seguir ou algum critério natural, com o
qual distinguimos o que é correto e o que é
incorreto; ou, para sua apreensão, deve-se
empregar ou o uso de uma única pessoa (que fale
o grego de forma sumamente correta), ou o uso de
todos.

Mas não temos um critério natural com o qual
podemos distinguir o que é correto em grego e o
que não é: porque para os atenienses dizer *to
tarikhos* ('carne seca'), no neutro, está correto, e
os peloponésios têm certeza de que o correto é *ho
tarikhos*, no masculino; e um diz *he stamnos*
(‘jarro’), no feminino, o outro *ho stamnos*, no
masculino. De forma que o gramático não tem
nenhum critério por si mesmo confiável para o
que deve ser dito de uma forma e não de outra; a
não ser o uso de cada um, o que não é nem *técnico*
nem natural.

E se disserem que se deve seguir o uso de uma
única pessoa, ou isso é uma mera asserção, ou
precisam apresentar provas concordantes com um
método. Mas, se dizem que é uma asserção,
contrapomos com a asserção de que se deve seguir
de preferência o uso de muitos a seguir um. Se
apresentarem metodicamente as provas de que tal

τὴν μέθοδον κριτήριον ἑλληνισμοῦ λέγειν δι' ἣν καὶ οὗτος ἑλληνίζων δέδεικται, ἀλλ' οὐχὶ τοῦτον.

[189] λείπεται οὖν τῆ πάντων συνηθεία προσέχειν. εἰ δὲ τοῦτο, οὐ χρεία τῆς ἀναλογίας ἀλλὰ παρατηρήσεως τοῦ πῶς οἱ πολλοὶ διαλέγονται καὶ τί ὡς ἑλληνικὸν παραδέχονται ἢ ὡς οὐ τοιοῦτον ἐκκλίνουσιν. τό γε μὴν ἑλληνικὸν ἦτοι φύσει ἐστὶν ἢ θέσει. καὶ φύσει μὲν οὐκ ἔστιν, ἐπεὶ οὐκ ἂν ποτε ταῦτόν τοῖς μὲν ἑλληνικὸν ἐδόκει τυγχάνειν τοῖς δὲ οὐχ ἑλληνικόν·

[190] θέσει δὲ εἴπερ ἐστὶ καὶ νόμῳ τῶν ἀνθρώπων, ὁ συνασκηθεὶς μάλιστα καὶ τριβεὶς ἐν τῇ συνηθείᾳ, οὗτος ἑλληνίζει, καὶ οὐχ ὁ τὴν ἀναλογίαν ἐπιστάμενος. καὶ γὰρ ἄλλως ἔνεστι παραστῆσαι ὅτι οὐ δεόμεθα πρὸς τὸ ἑλληνίζειν τῆς γραμματικῆς.

[191] ἐν γὰρ ταῖς ἀνὰ χεῖρα ὁμιλίαις ἦτοι ἀντικόψουσιν ἡμῖν οἱ πολλοὶ ἐπὶ τισὶ λέξεσιν ἢ οὐκ ἀντικόψουσιν. καὶ εἰ μὲν ἀντικόψουσιν, εὐθὺς καὶ διορθώσονται ἡμᾶς, ὥστε παρὰ τῶν ἐκ τοῦ βίου καθεστώτων ἀλλ' οὐχὶ παρὰ γραμματικῶν ἔχειν τὸ ἑλληνίζειν·

[192] εἰ δ' οὐ δυσχεραίνουσιν ἀλλ' ὡς σαφέσι καὶ ὀρθῶς ἔχουσι συμπεριφέροντο τοῖς λεγομένοις, καὶ ἡμεῖς αὐτοῖς ἐπιμενοῦμεν. κατὰ τε ταύτην τὴν ἀναλογίαν ἦτοι πάντες ἢ οἱ πλεῖστοι ἢ οἱ πολλοὶ διαλέγονται· οὔτε δὲ πάντες οὔθ' οἱ πλεῖστοι οὔθ' οἱ πολλοί· μόλις γὰρ δύο ἢ τρεῖς τοιοῦτοι εὐρίσκονται, οἱ δὲ

sujeito fala grego corretamente, serão obrigados a chamar de critério para a correção não o sujeito, mas o método pelo qual demonstraram que ele fala grego corretamente.

Faltou, então, considerar que seja o uso de todos. Se é isto, não é a analogia que é necessária, mas a observação de como muitos falam: do que admitem como grego correto ou evitam como incorreto. E, de fato, a correção do grego ou se dá por natureza, ou por convenção. Mas não é por natureza, pois, se fosse, jamais aconteceria de uma mesma coisa parecer correta para alguns e incorreta para outros.

E se fosse por convenção e lei dos homens, aquele que tem mais prática e está mais habituado ao uso é que fala corretamente, e não o que domina (*epistamēnos*) a analogia. Além disso, podemos demonstrar também de outra forma que nós não precisamos da gramática para falar grego corretamente.

Pois, nas conversas cotidianas, ou muitos irão se opor a nós no uso de algumas expressões (*lekseis*), ou não haverá oposição. E, se se opoem, irão, ao mesmo tempo, nos corrigir, de forma que, falar grego corretamente depende do que se aponta a partir da língua viva e não da gramática.

E se os outros não se incomodam, mas se mostram familiarizados com o que estamos dizendo, como estando claro e correto, também nós iremos perseverar neste uso. E, ou todos (*pantes*) falam de acordo com a analogia, ou a maior parte (*pleistoi*), ou muitos (*polloi*); mas nem todos, nem a maior parte, nem muitos; porque dificilmente se

πλεῖστοι οὐδὲ ἴσασιν αὐτήν.

[193] τοίνυν ἐπεὶ τῇ τῶν πολλῶν συνηθείᾳ
καὶ οὐ τῇ τῶν δυοῖν ἀναγκαῖον
κατακολουθεῖν, ῥητέον τὴν παρατήρησιν τῆς
κοινῆς συνηθείας χρησιμεύειν πρὸς τὸ
ἐλληνίζειν, ἀλλὰ μὴ τὴν ἀναλογίαν. ἐπὶ
πάντων γε μὴν σχεδὸν τῶν χρησιμευόντων τῷ
βίῳ μέτρον ἐστὶν ἰκανὸν τὸ μὴ
παραποδίζεσθαι πρὸς τὰς χρεῖας.

[194] διόπερ εἰ καὶ ὁ ἑλληνισμὸς διὰ δύο
μάλιστα προηγούμενα ἔτυχεν ἀποδοχῆς, τὴν
τε σαφήνειαν καὶ τὴν προσήνειαν τῶν
δηλουμένων (τούτοις γὰρ ἔξωθεν κατ'
ἐπακολούθησιν συνέξευκται τὸ μεταφορικῶς
καὶ ἐμφατικῶς καὶ κατὰ τοὺς ἄλλους τρόπους
φράζειν), ζητήσομεν οὖν ἐκ ποτέρας ταῦτα
μᾶλλον περιγίνεται, ἅρα γε τῆς κοινῆς
συνηθείας ἢ τῆς ἀναλογίας, ἵνα ἐκείνη
προσθώμεθα.

[195] βλέπομεν δὲ γε ὡς ἐκ τῆς κοινῆς
συνηθείας μᾶλλον ἢ ὅτι ἐκ τῆς ἀναλογίας.
ἐκείνη ἄρα ἀλλ' οὐ ταύτη χρηστέον. τὸ μὲν
γὰρ τῆς ὀρθῆς πτώσεως ὁ Ζεὺς οὐσης τὰς
πλαγίους προφέρεσθαι Ζηνός Ζηνί Ζῆνα καὶ
τῆς κύων κυνός κυνί κύνα <οὐ μόνον> σαφές,
ἀλλὰ καὶ ἀπρόσκοπον τοῖς πολλοῖς εἶναι
φαίνεται· τοῦτο δὲ ἐστὶ τὸ τῆς κοινῆς
συνηθείας. τὸ δὲ ἀπὸ τῆς Ζεὺς ὀρθῆς Ζεός
λέγειν καὶ Ζεῖ καὶ Ζέα, καὶ ἀπὸ τῆς κύων
σηματίζειν κύωνος κύωνι κύωνα, ἢ ἀπὸ τῆς
κυνός γενικῆς ἀξιοῦν τὴν ὀρθὴν κῦς
ὑπάρχειν, καὶ ἐπὶ τῶν ῥηματικῶν φερῆσω

encontram duas ou três pessoas que o fazem, e a maior parte sequer conhece a analogia.

Pois bem, já que é o uso de muitos, e não de duas pessoas, que é necessário seguir, deve ser dito que a observação do uso comum é necessária para falar grego corretamente, mas não a analogia. E, de fato, como em praticamente tudo na vida que é útil, é critério (*metron*) suficiente não complicar-se para alcançar as coisas necessárias.

Assim, se a correção recebeu aprovação por causa de duas razões principais: clareza e conformidade (*prosenēia*) das expressões (*ta deloumena*) (pois, foi algo agregado de fora e acessoriamente o falar (*phrazein*) metaforicamente, enfaticamente, ou de acordo com outras figuras (*tropoi*))¹²², vamos investigar, então, através de qual das correções se alcança mais provavelmente estas qualidades: a que segue o uso comum ou a analogia; e com isso vamos tomar seu partido.

Percebe-se, no entanto, que de fato mais vale o uso comum que a analogia. Logo, deve-se usar aquele, mas não esta. Pois, do nominativo *Zeus* ('Zeus'), formar os casos oblíquos *Zenos*, *Zeni*, e *Zena*; e, de *kuon* ('cão'), formar *kunos*, *kuni* e *kuna*, parece não somente claro, mas também é sem objeções para muitos: e isto é próprio do uso comum. Mas, de *Zeus* dizer *Zeos*, *Zeī* e *Zea*; e, de *kuon*, dizer *kuonos*, *kuoni*, *kuona*; ou, a partir do genitivo *kunos*, considerar que o nominativo é *kus*; ou nas formas verbais dizer *phereso* e *blepeso*¹²³, por analogia a *kueso* ('engravidar') e *theleso* ('querer'), não somente não é claro, como também

λέγειν καὶ βλεπήσω ὡς κυήσω καὶ θελήσω, οὐ μόνον ἀσαφὲς ἀλλὰ καὶ γέλωτος ἔτι δὲ προσκοπῆς ἄξιον εἶναι δοκεῖ· τοῦτο δὲ γίνεται ἀπὸ ἀναλογίας.

[196] τοίνυν, ὡς ἔφην, οὐ ταύτη χρηστέον ἀλλὰ τῇ συνηθείᾳ.

Μήποτε δὲ καὶ περιτρέπονται, καὶ ἐάν <τε> θελήσωσιν ἐάν τε καὶ μή, ἀναγκασθήσονται χρῆσθαι μὲν τῇ συνηθείᾳ παραπέμπειν δὲ τὴν ἀναλογίαν. σκοπῶμεν δ' ἐντεῦθεν τὸ λεγόμενον, τουτέστιν ἐκ τῆς πρὸς αὐτοὺς ἀκολουθίας.

[197] ζητούμενου γὰρ τοῦ πῶς δεῖ λέγειν, χρῆσθαι ἢ χρᾶσθαι, φασὶν ὅτι χρᾶσθαι, καὶ ἀπαιτούμενοι τούτου τὴν πίστιν λέγουσιν, ὅτι χρῆσις καὶ κτῆσις ἀνάλογά ἐστιν· ὡς οὖν κτᾶσθαι μὲν λέγεται, κτῆσθαι δὲ οὐ λέγεται, οὕτω καὶ χρᾶσθαι μὲν ῥηθήσεται, χρῆσθαι δὲ οὐ πάντως.

[198] ἀλλ' εἰ ἐπακολουθῶν τις αὐτοῖς πύθοιτο 'αὐτὸ δὲ τοῦτο τὸ κτᾶσθαι ὅτι ὀρθῶς εἴρηται, ἀφ' οὗ καὶ τὸ χρᾶσθαι ἀποδείκνυμεν, πόθεν ἴσμεν;' φήσουσιν ὅτι ἐν τῇ συνηθείᾳ λέγεται. τοῦτο δὲ λέγοντες δώσουσι τὸ τῇ συνηθείᾳ δεῖν ὡς κριτηρίῳ προσέχειν, ἀλλὰ μὴ τῇ ἀναλογίᾳ.

[199] εἰ γὰρ ὅτι ἐν τῇ συνηθείᾳ λέγεται κτᾶσθαι, ῥητέον καὶ χρᾶσθαι, ὀφείλομεν παρέντες τὴν ἀναλογικὴν τέχνην ἐπὶ τὴν συνηθειαν ἀναδραμεῖν, ἀφ' ἧς κἀκεῖνη ἤρτηται.

Καὶ μὴν ἡ ἀναλογία ὁμοίων πολλῶν ὀνομάτων ἐστὶ παράθεσις, τὰ δὲ ὀνόματα

parece ser motivo de riso e mesmo de ofensa. E isto é o que resulta da analogia.

Portanto, como disse, não é esta que se deve usar, mas o uso comum.

E pode ser que acabem mesmo por refutar-se a si mesmos, pois, querendo ou não, é obrigatório seguir o uso e deixar de lado a analogia. Vamos, então, examinar o que eles dizem a partir disto mesmo, ou seja, a partir da consequência para eles próprios.

Pois, perguntados se se deve dizer *khrestai* ou *khrasthai* ('servir-se de'), dirão que é *khrasthai*; e, quando se pede uma prova disso, dizem que *khresis* ('uso') e *ktesis* ('aquisição') são análogos. Portanto, já que se diz *ktasthai* ('adquirir'), mas não *ktesthai*, assim também deveremos dizer *khrasthai*, e, de forma alguma, *khresthai*.

Mas se continuamos a investigar e perguntamos: 'como sabemos que a forma *ktasthai*, a partir da qual indicamos *krasthai*, está correta?' - respondem que é porque é de uso comum. E, ao dizer isto, confirmam que é preciso se ater ao uso como critério, e não à analogia.

Pois, se se deve dizer *khrasthai* porque no uso comum se diz *ktasthai*, então, vamos ter que deixar de lado a arte da analogia e retomar o uso comum, do qual também ela depende.

De fato, a analogia é a comparação de muitas palavras (*onomata*) similares, e estas palavras são tiradas do uso. Portanto, também a consistência da

ταῦτα ἐκ τῆς συνηθείας, ὥστε καὶ ἡ σύστασις τῆς ἀναλογίας ἀπὸ τῆς συνηθείας πρόεισιν.

[200] τούτου δὲ οὕτως ἔχοντος ἐρωτητέον τρόπον τῷδε· ἦτοι ἐγκρίνετε τὴν συνήθειαν ὡς πιστὴν πρὸς διάγνωσιν ἑλληνισμοῦ ἢ ἐκβάλλετε. εἰ μὲν ἐγκρίνετε, αὐτόθεν συνῆκται τὸ προκειμένον, καὶ οὐ χρεία τῆς ἀναλογίας· εἰ δὲ ἐκβάλλετε, ἐπεὶ καὶ ἡ ἀναλογία ἐκ ταύτης συνίσταται, ἐκβάλλετε καὶ τὴν ἀναλογίαν. καὶ πάλιν, ἄτοπον τὸ αὐτὸ καὶ ὡς πιστὸν προσίεσθαι καὶ ὡς ἄπιστον παραιτεῖσθαι.

[201] οἱ δὲ γραμματικοὶ θέλοντες τὴν συνήθειαν ὡς ἄπιστον ἐκβάλλειν καὶ πάλιν ταύτην ὡς πιστὴν παραλαμβάνειν, τὸ αὐτὸ πιστὸν ἅμα καὶ ἄπιστον ποιήσουσιν. ἵνα γὰρ δείξωσιν ὅτι οὐ διαλεκτέον κατὰ τὴν συνήθειαν, εἰσάγουσι τὴν ἀναλογίαν· ἡ δὲ ἀναλογία οὐκ ἰσχυροποιεῖται, εἰ μὴ συνήθειαν ἔχοι τὴν βεβαιούσαν·

[202] τῇ ἄρα συνηθείᾳ ἐκβάλλοντες τὴν συνήθειαν τὸ αὐτὸ πιστὸν ἅμα καὶ ἄπιστον ποιήσουσιν. ἐκτὸς εἰ μὴ τι φήσουσι μὴ τὴν αὐτὴν συνήθειαν ἐκβάλλειν ἅμα καὶ προσίεσθαι, ἀλλ' ἄλλην μὲν ἐκβάλλειν ἄλλην δὲ προσίεσθαι. ὅπερ καὶ λέγουσιν οἱ ἀπὸ Πινδαρίωνος. ἀναλογία, φασίν, ὁμολογουμένως ἐκ τῆς συνηθείας ὀρμᾶται· ἔστι γὰρ ὁμοίου τε καὶ ἀνομοίου θεωρία,

[203] τὸ δὲ ὅμοιον καὶ ἀνόμοιον ἐκ τῆς δεδοκιμασμένης λαμβάνεται συνηθείας,

analogia procede do uso.

Pois bem, já que estas coisas são desta forma, devemos confrontá-los com o seguinte: ou vocês aceitam o uso como confiável para a distinção do grego correto, ou o rejeitam. Se o admitem, a presente questão resolve-se por si mesma, e não há necessidade da analogia. Se o rejeitam, já que a analogia se baseia, propriamente, nele, rejeitam também a analogia. E, de novo, é absurdo aceitar uma mesma coisa como confiável e rechaçá-la como não confiável.

Porém os gramáticos, porque querem rejeitar o uso como não confiável, e, ainda assim, admitir este mesmo uso como confiável, acabam por fazer com que uma mesma coisa seja confiável e não-confiável ao mesmo tempo. O fato é que introduzem a analogia para mostrar que não se deve falar segundo o uso, mas a analogia não tem validade se não tiver a confirmação do uso comum.

Logo, ao rejeitarem o uso através do uso, acabam por fazer com que seja confiável e não-confiável ao mesmo tempo. A menos que digam isto não para rejeitar o uso comum ao mesmo tempo que o admitem, mas porque rejeitam um tipo e admitem outro. Isso é o que dizem os discípulos de Pindário. “Todos concordam” – dizem eles – “que a analogia provém do uso, pois é uma teoria (*theoria*) acerca do que é similar e do que é diferente,

e similar e diferente são ambos tomados do uso consagrado: e o que é consagrado, e também o

δεδοκιμασμένη δὲ καὶ ἀρχαιοτάτη ἐστὶν ἢ Ὀμήρου ποίησις· ποίημα γὰρ οὐδὲν πρεσβύτερον ἦκεν εἰς ἡμᾶς τῆς ἐκείνου ποιήσεως· διαλεξόμεθα ἄρα τῇ Ὀμήρου κατακολουθοῦντες συνηθείᾳ.

[204] ἀλλὰ πρῶτον μὲν οὐχ ὑπὸ πάντων ὁμολογεῖται ποιητῆς ἀρχαιότατος εἶναι Ὀμηρος· ἐνιοὶ γὰρ Ἡσίοδον προήκειν τοῖς χρόνοις λέγουσιν, Λίνον τε καὶ Ὀρφέα καὶ Μουσαῖον καὶ ἄλλους παμπληθεῖς. οὐ μὴν ἀλλὰ καὶ πιθανόν ἐστὶ γεγονέναι μὲν τινὰς πρὸ αὐτοῦ καὶ κατ' αὐτὸν ποιητάς, ἐπεὶ καὶ αὐτός ποῦ φησι

τὴν γὰρ ἀοιδὴν μᾶλλον ἐπικλείουσ'
ἄνθρωποι

ἧτις ἀκούοντεςσι νεωτάτη ἀμφιπέληται,
τούτους δὲ ὑπὸ τῆς περὶ αὐτὸν λαμπρότητος ἐπεσκοτῆσθαι.

[205] καὶ εἰ ἀρχαιότατος δὲ ὁμολογοῖτο τυγχάνειν Ὀμηρος, οὐδὲν εἴρηται ὑπὸ τοῦ Πινδαρίου ἰκνούμενον. ὥσπερ γὰρ προηποροῦμεν περὶ τοῦ πότερον ποτε⁴⁴ τῇ συνηθείᾳ ἢ τῇ ἀναλογία χρηστέον, οὕτω καὶ νῦν διαπορήσομεν πότερον τῇ συνηθείᾳ ἢ τῇ ἀναλογία, καὶ εἰ τῇ συνηθείᾳ, ἄρα τῇ καθ' Ὀμηρον ἢ τῇ τῶν ἄλλων ἀνθρώπων· πρὸς ὅπερ οὐδὲν εἴρηται.

[206] εἶτα κάκειν μάλιστα δεῖ τὴν συνηθειαν μεταδιώκειν ἢ προσχρώμενοι οὐ γελασθησόμεθα· τῇ δὲ Ὀμηρικῇ κατακολουθοῦντες οὐ χωρὶς γέλωτος ἐλληνιοῦμεν, μάρτυροι λέγοντες καὶ ἑσπάρτα

mais antigo, é a poesia homérica. Nenhum poema mais antigo que a poesia de Homero chegou até nós”; vamos então conversar seguindo o uso de Homero!¹²⁴

Mas o fato é que, primeiro, nem todos estão de acordo sobre Homero ser o poeta mais antigo: alguns dizem que Hesíodo é anterior, também Lino e Orfeu, e muitíssimos outros. Na verdade, é sim plausível que houvesse poetas antes dele, ou contemporâneos, já que ele mesmo diz, em algum lugar:

‘pois entre o povo recebem mais altos louvores os cantos
que para o ouvinte mais novos lhe soam’

[*Odisseia* I. 351-2 Trad. Carlos Alberto Nunes]

Mas o brilho de Homero deixou esses poetas na obscuridade.

E, mesmo que se concorde ser Homero o mais antigo, ainda assim, nada razoável foi dito por Pindário. Pois, assim como estávamos em dúvida antes sobre ser preciso seguir o uso ou a analogia, agora também iremos questionar se é o uso ou a analogia e, se for o uso, se é conforme Homero ou conforme o resto das pessoas – sobre isso, Pindário nada disse.

E, em segundo lugar, é preciso, sobretudo, seguir o uso que não nos torne motivo de risada. Mas, se fôssemos seguir o uso homérico, estaríamos usando um tal grego que cairiam na risada quando nos saíssemos com coisas como *marturoi*

⁴⁴ Blank, *ad loc.* Por πότερον τε.

λέλυνται' καὶ ἄλλα τούτων ἀτοπώτερα. τοῖνυν οὐδ' οὗτός ἐστιν ὁ λόγος ὑγίης, μετὰ καὶ τοῦ συγκεχωρηθῆσθαι τὸ κατασκευαζόμενον ὑφ' ἡμῶν, τουτέστι τὸ μὴ χρῆσθαι ἀναλογία.

[207] τί γὰρ διήνεγκεν εἶτ' ἐπὶ τὴν τῶν πολλῶν εἶτ' ἐπὶ τὴν Ὀμήρου συνήθειαν ἐλθεῖν; ὡς γὰρ ἐπὶ τῆς τῶν πολλῶν τηρήσεώς ἐστι χρεία ἀλλ' οὐ τεχνικῆς ἀναλογίας, οὕτω καὶ ἐπὶ τῆς Ὀμήρου· τηρήσαντες γὰρ αὐτοὶ πῶς εἶωθε λέγειν, οὕτω καὶ διαλεξόμεθα.

[208] τὸ δὲ ὄλον, ὡς αὐτὸς Ὀμηρος οὐκ ἀναλογία προσεχρήσατο ἀλλὰ τῇ τῶν κατ' αὐτὸν ἀνθρώπων συνηθείᾳ κατηκολούθησεν, οὕτω καὶ ἡμεῖς οὐκ ἀναλογία<ι> πάντως <προσ>έξόμεν βεβαιωτὴν ἐχούση⁴⁵ Ὀμηρον, ἀλλὰ τὴν συνήθειαν τῶν κατ' αὐτοὺς ἀνθρώπων παραπλασόμεθα.

[209] Ἄρτι μὲν οὖν ἐκ τῆς πρὸς τοὺς γραμματικούς ἀκολουθίας συνῆκται τὸ παρέλκειν μὲν τὴν ἀναλογίαν πρὸς ἑλληνισμόν, εὐχρηστεῖν δὲ τὴν τῆς συνηθείας παρατήρησιν· δῆλον δὲ ἴσως ἔσται <καὶ>⁴⁶ ἐκ τῶν ῥητῶν.

[210] ὀριζόμενοι γὰρ τὸν τε βαρβαρισμὸν καὶ τὸν σολοικισμόν φασι 'βαρβαρισμός ἐστι παράπτωσις ἐν ἀπληῇ λέξει παρὰ τὴν κοινὴν συνήθειαν' καὶ 'σολοικισμός ἐστι παράπτωσις ἀσυνήθης κατὰ τὴν ὄλην σύνταξιν καὶ ἀνακόλουθος'.

[211] πρὸς ἃ δυνάμεθα λέγειν εὐθύς· ἀλλ' εἰ ὁ

(*'testemunhas'*) e *sparta lehuntai* ('as cordas estão soltas'), ou outras ainda mais estranhas. Logo, tampouco este argumento é apropriado, além de que confirma a proposição que estávamos tentando estabelecer, ou seja, de que não há por que servir-se da analogia.

Pois qual a diferença entre seguir o uso da maioria e o uso de Homero? Para seguir o uso da maioria é necessário observação, e não analogia *técnica*, e é a mesma coisa quando se trata do uso de Homero. Pois iríamos moldar nossa fala a partir da observação de seu modo usual de se expressar. Em suma, assim como o próprio Homero não utiliza analogia, mas segue o uso comum das pessoas de seu tempo, também nós não iremos prestar atenção à analogia, nunca, embora tenha Homero como suporte, mas nos moldaremos (*paraplasso*) ao uso dos homens de nosso tempo.

Assim, acabamos de concluir, a partir das consequências de seus argumentos, que, para falar grego corretamente, a analogia é dispensável, e a observação do uso comum é que é bastante útil. Provavelmente isso também ficará evidente a partir do que afirmam.

Pois, quando definem barbarismo e solecismo, afirmam que: 'barbarismo é o desvio (*paraptosis*) do uso comum em uma palavra apenas'; e 'solecismo é o desvio do uso, e da coerência, em toda a construção (*suntaksis*).'

Contra isto, podemos logo dizer: mas, se o

⁴⁵ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 79 ss. Por 'οὐκ ἀναλογίας πάντως ἐξόμεθα βεβαιωτὴν ἐχούση<ς>'.

⁴⁶ Blank, *ad loc.*: com Bekker.

μὲν βαρβαρισμὸς ἐστὶν ἐν ἀπλῇ λέξει ὁ δὲ
σολοικισμὸς ἐν συνθέσει λέξεων, δέδεικται δὲ
ἔμπροσθεν ὡς οὔτε ἀπλῇ ἔστι λέξις τις οὔτε
σύνθεσις λέξεων, οὐδὲν ἐστὶ βαρβαρισμὸς ἢ
σολοικισμὸς.

[212] πάλιν εἰ ἐν λέξει μιᾷ ὁ βαρβαρισμὸς
νοεῖται καὶ ἐν συνθέσει λέξεων ὁ
σολοικισμὸς, ἀλλ' οὐκ ἐν τοῖς ὑποκειμένοις
πράγμασι, πῶς ἤμαρτον εἰπὼν 'οὔτος',
δείκνυμι δὲ γυναῖκα, ἢ 'αὔτη', δείκνυμι δὲ
νεανίαν; οὔτε γὰρ ἐσολοίκισα· οὐ γὰρ
σύνθεσιν πολλῶν ἀκαταλλήλων λέξεων
προηνεγκάμην, ἀλλ' ἀπλῆν τὴν οὔτος λέξιν ἢ
αὔτη·

[213] οὔτ' ἐβαρβάρισα· οὐδὲν γὰρ ἀσύνηθες
εἶχεν ἢ οὔτος λέξις, ὡς ἢ παρὰ τοῖς
Ἀλεξανδρεῦσιν 'ἐλήλυθαν' καὶ 'ἀπελήλυθαν'.

Πλὴν τοιαῦτα μὲν πολλὰ πρὸς τοὺς
γραμματικούς ἐνδέχεται λέγειν·

[214] ἵνα δὲ μὴ δοκῶμεν ἐν πᾶσιν ἀπορητικοὶ
τυγχάνειν, ἐπὶ τὴν ἐξ ἀρχῆς πρόθεσιν
ἀναδραμόντες φήσομεν ὡς εἶπερ ὁ
βαρβαρισμὸς παράπτωσις ἐστὶ παρὰ τὴν
κοινὴν συνήθειαν ἐν μιᾷ λέξει θεωρούμενος,
ὡσαύτως δὲ καὶ ὁ σολοικισμὸς ἐν πολλαῖς
λέξεσι τὴν ὑπόστασιν λαμβάνων, καὶ ἔστι
βάρβαρον μὲν τὸ † τράπεζα διὰ τὸ μὴ
σύνηθες εἶναι τὸ ῥῆμα, σόλοικον δὲ τὸ 'πολλὰ
περιπατήσας κοπιᾷ μου τὰ σκέλη' διὰ τὸ μὴ
λέγεσθαι τῇ κοινῇ συνηθείᾳ, ὡμολόγηται ὅτι
ἢ μὲν ἀναλογικὴ τέχνη ὄνομα κενόν ἐστὶ πρὸς

barbarismo ocorre em uma palavra apenas e o
solecismo na combinação (*suntaksis*) das palavras,
e, como ficou demonstrado acima, não existe nem
palavra sozinha, tampouco a combinação delas,
barbarismo e solecismo não são nada.

Ainda, se se concebe o barbarismo em uma única
palavra, e o solecismo na combinação das
palavras, mas não em relação às coisas
subjacentes (*ta hupokeimena pragmata*), então,
que erro haveria em dizer 'ele' indicando uma
mulher; ou 'ela', quando indico um jovem? Pois
não cometi solecismo, já que não foi pronunciada
uma combinação incoerente de muitas palavras,
mas tão somente a palavra 'ele', ou 'ela'.

E tampouco cometi um barbarismo, pois a palavra
'ele' não desvia do uso, como ocorre com as
formas *eleluthan* (*'foram') e *apeleluthan*
(*'afastaram-se')¹²⁵, que são usadas pelos
alexandrinos.

Seria possível apontar contra os gramáticos
ainda muitos outros argumentos como esses.

No entanto, para não parecer que somos em tudo
aporéticos, voltaremos à proposta do princípio e
diremos que: se o barbarismo é um desvio do uso
comum, observável em uma só palavra, bem como
solecismo é o que se diz subsistir em muitas
palavras; e é barbarismo dizer **trapeza*¹²⁶, porque
não se usa este verbo (*rema*), e é solecismo o *polla*
peripatesas kopiai mou ta skele ('tendo andado
muito minhas pernas doem')¹²⁷, porque não se diz
no uso comum; então, dá-se por consentido que
'arte da analogia' é um nome vazio, e que, para
não cometermos barbarismos ou solecismos, é

τὸ μὴ βαρβαρίζειν ἢ σολοικίζειν, δεῖ δὲ τὴν συνήθειαν παρατηρεῖν καὶ ἀκολουθῶς αὐτῇ διαλέγεσθαι.

[215] εἰ μὲν γὰρ μετακαθίσαντες λέγοιεν βαρβαρισμὸν ἀπλῶς παράπτωσιν ἐν ἀπλῇ λέξει, δίχα τοῦ προσθεῖναι τὸ παρὰ τὴν κοινήν συνήθειαν, καὶ σολοικισμὸν παράπτωσιν κατὰ τὴν ὅλην σύνταξιν καὶ ἀνακόλουθον, χωρὶς τοῦ παραλαβεῖν τὸ ἀσύνηθες, καὶ χεῖρόν τι κινήσουσιν ἑαυτοῖς πρᾶγμα. τὰ γὰρ τοιαῦτα καθ' ὅλην τὴν σύνταξιν <ἀν>ακολουθοῦντα ἔξουσιν, 'Ἀθῆναι καλὴ πόλις, Ὀρέστης καλὴ τραγωδία, ἡ βουλὴ οἱ ἑξακόσιοι'· ἃ δεήσει σολοικισμοὺς λέγειν, οὐχὶ δὲ γε σολοικισμοὶ τυγχάνουσι διὰ τὸ σύνηθες.

[216] οὐκ ἄρα ψιλῇ τῇ ἀκολουθίᾳ κριτέον τὸν σολοικισμὸν, ἀλλὰ τῇ συνηθείᾳ.

Εὖ δ' ἂν ἔχοι καὶ μετὰ τὴν ἐκ τῆς <πρὸς αὐτοῦς> ἀκολουθίας καὶ τῶν ῥητῶν ἔνστασιν ἔτι καὶ ἀπὸ τῆς κατὰ τὸ ὅμοιον μεταβάσεως αὐτοῦς δυσωπεῖν.

[217] εἴπερ γὰρ τοῦ ὁμοίου θεωρητικοὶ καθεστήκασιν, ἐπεὶ τῷ εἰς ἀντικνήμιον τύπτεσθαι ἀνάλογόν ἐστι τὸ εἰς τὴν ῥίνα τύπτεσθαι καὶ τὸ εἰς τὴν γαστέρα, λέγεται δὲ τὸ πρῶτον ἀντικνημιάζειν, ἀναλόγως καὶ τὸ γαστρίζειν ἢ μυκτηρίζειν <...>· τὸ δὲ αὐτὸ καὶ ἐπὶ τοῦ ἰπάζεσθαι καὶ κατακρημνίζεσθαι καὶ ἠλιάζεσθαι ὑποδεικτέον. οὐ λέγομεν δὲ ταῦτα διὰ τὸ παρὰ τὴν κοινήν εἶναι

preciso observar, e adequar-se no falar, ao uso comum.

Se mudassem de estratégia, e dissessem que o barbarismo é simplesmente 'o desvio em uma palavra apenas', sem acrescentar que é 'contra o uso comum'; e solecismo 'o desvio da coerência em toda a construção', mas sem mencionar que é um 'desvio do uso', estariam numa posição ainda pior. Pois as seguintes frases contêm desvios em sua construção: 'Atenas [pl.] é uma cidade bonita [sg.]', 'Orestes [masc.] é uma bela tragédia [fem.]', 'Os 600 [masc. pl.] é a assembléia [fem. sg.] da cidade'; e será preciso afirmar que são solecismos, quando na verdade não são, porque são usuais.

Portanto, não se julga o solecismo apenas pela coerência, mas pelo uso.

Depois da objeção com base nas consequências de seus argumentos contra si mesmos e em suas próprias afirmações, seria interessante também constrangê-los usando o argumento da transição por similaridade (*kata to homoion metabasis*). Porque, se de fato eles se posicionaram como teóricos da analogia, levar um chute na canela (*antiknemios*) é análogo a levar um chute no nariz (*rina*) ou no estômago (*gaster*), e como o primeiro é dito *antiknemiázein* (*canelar), por analogia seriam: *gastrizein* (*barrigar) e *mukterizein* (*narigar). O mesmo dá-se com *hippazesthai* ('cavalgar') e *katakremnizesthai* ('atirar-se de um precipício') e *heliazesthai* ('aquecer-se ao sol').

συνήθειαν· τοίνυν οὐδὲ τὸ {κ}<λ>υήσω⁴⁷
οὐδὲ τὸ φερίσω καὶ τὰ ἄλλα πάντα, ἅπερ
<κατ'> ἀναλογίαν, ἐστὶν ὀφειλόμενα
λέγεσθαι διὰ τὸ μὴ κατὰ τὴν συνήθειαν
λέγεσθαι.

[218] οὐ μὴν ἀλλ' εἴπερ ἄριστα μὲν θρακιστὶ
διαλέγεσθαι φαμεν τὸν ὡς σύνηθές ἐστι
Θραξὶ διαλεγόμενον, καὶ κάλλιστα ῥωμαῖστὶ
τὸν ὡς σύνηθες Ῥωμαίοις, ἀκολουθήσει καὶ
τὸ ἐλληνιστὶ ὑγιῶς διαλέγεσθαι τὸν ὡς
σύνηθες Ἑλλησι διαλεγόμενον, ἐὰν τῇ
συνηθείᾳ ἀλλὰ μὴ τῇ διατάξει
κατακολουθῶμεν. τῇ ἄρα συνηθείᾳ, οὐ τῇ
ἀναλογίᾳ κατακολουθοῦντες ἐλληνιοῦμεν.

[219] καθόλου τε ἦτοι σύμφωνός ἐστι τῇ
συνηθείᾳ ἢ ἀναλογίᾳ ἢ διάφωνος. καὶ εἰ μὲν
σύμφωνος, πρῶτον μὲν ὡς ἐκείνη οὐκ ἔστι
τεχνική, οὕτως οὐδὲ αὕτη γενήσεται τέχνη· τὸ
γὰρ ἀτεχνία συμφωνοῦν πάντως καὶ αὐτὸ
ἐστὶν ἄτεχνον. καὶ ἄλλως, <εἰ> τὸ κατ'
ἐκείνην ἐλληνικὸν καὶ κατὰ ταύτην ἐκείνη
συμφωνοῦσαν γενήσεται ἐλληνικόν, καὶ τὸ
κατ' ἐκείνην ἔσται τοιοῦτον.

[220] τούτου δ' οὕτως ἔχοντος οὐ δεησόμεθα
τῆς ἀναλογίας πρὸς διάγνωσιν τοῦ
ἐλληνισμοῦ, ἔχοντες εἰς τοῦτο τὴν συνήθειαν.
εἰ δὲ διάφωνός ἐστιν αὕτη, πάντως ἐτέραν
εἰσηγουμένην συνήθειαν παρ' ἐκείνην καὶ
οἰονεὶ βάρβαρον ἀδόκιμος γενήσεται καὶ ὡς
προσκοπὴν ἐμποιοῦσα τελέως ἄχρηστος.

Mas não falamos deste jeito porque seria contra o
uso comum. Da mesma forma, nem *lueso*, nem
*fereso*¹²⁸, e todas as outras que se adequam à
analogia não são ditas devidamente, porque não
são ditas de acordo com o uso comum.

Na verdade, se afirmamos que fala trácio muito
bem aquele que fala conforme é usual entre os
trácios; e que fala o mais belo latim, quem se
expressa como é habitual entre os romanos;
consequentemente, fala grego com propriedade
aquele que fala como é usual entre os gregos; se
seguirmos o uso, portanto, e não a regra. Assim
sendo, por seguirmos o uso, e não a analogia, é
que falamos grego corretamente.

E, em geral, a analogia ou concorda com o uso, ou
discorda dele. E, se concorda, em primeiro lugar,
visto que o uso não é algo *técnico*, tampouco a
analogia viria a ser uma arte, pois o que concorda
com o não *técnico*, será ele mesmo, sempre, não
técnico. E, em segundo lugar, se o que é grego
correto conforme o uso comum é correto
conforme a analogia, já que ela concorda com o
uso, então, o que está de acordo com o uso será
correto.

E, já que as coisas são assim, não haverá
necessidade de recorrer à analogia para avaliar a
correção: temos para isso o uso. E, se a analogia
discorda do uso, introduzindo um uso totalmente
diferente – como um barbarismo, por assim dizer
– cairá em descrédito, e, geradora de obstáculo,
torna-se completamente inútil.

⁴⁷ κυήσω (*lueso*) seria uma forma correta e foi mesmo usada como paradigma no § 195, por isto costuma-se modificá-la na tradução, optamos por proceder à modificação do texto base também.

[221] Ἐπιχειρητέον δὲ καὶ ἀπὸ τῆς συστάσεως τῆς τέχνης αὐτῶν. θέλουσι μὲν γὰρ καθολικά τινὰ θεωρήματα συστησάμενοι ἀπὸ τούτων πάντα τὰ κατὰ μέρος κρίνειν ὀνόματα, εἴτε ἑλληνικά ἐστὶν εἴτε καὶ μὴ· οὐ δύνανται δὲ [καὶ] τοῦτο ποιεῖν διὰ τὸ μήτε τὸ καθολικὸν αὐτοῖς συγχωρεῖσθαι ὅτι καθολικὸν ἐστὶ, μήτ' ἄλλως ἀναπτυσσόμενον τοῦτο τὴν τοῦ καθολικοῦ σώζειν φύσιν.

[222] λαμβανέσθω δὲ εἰς τοῦτο παραδείγματα ἀπ' αὐτῶν τῶν γραμματικῶν. ζητήσεως γὰρ οὔσης ἐπὶ τινος τῶν κατὰ μέρος ὀνομάτων, οἷον ἐπὶ τοῦ εὐμενῆς, πότερον χωρὶς τοῦ σ προενεκτέον ἐστὶ τὴν πλάγιον πτῶσιν, εὐμενοῦ λέγοντας, ἢ σὺν τῷ σ, εὐμενοῦς, πάρεσιν οἱ γραμματικοὶ καθολικὸν τι προφερόμενοι καὶ ἀπὸ τούτου τὸ ζητούμενον βεβαιοῦντες. φασὶ γὰρ 'πάν ὄνομα <οὐχ>⁴⁸ ἀπλοῦν, εἰς ἧς λῆγον, ὀξύτονον, τουτὶ ἐξ ἀνάγκης σὺν τῷ σ κατὰ τὴν γενικὴν ἐξενεχθήσεται, οἷον εὐφυῆς εὐφυοῦς, εὐσεβῆς εὐσεβοῦς, εὐκλεῆς εὐκλεοῦς· τοίνυν καὶ τὸ εὐμενῆς ὀξύτόνως ἐκφερόμενον παραπλησίως τούτοις διὰ τοῦ σ ἐπὶ τῆς γενικῆς προενεκτέον, εὐμενοῦς λέγοντας'.

[223] οὐκ ἤδεσαν δὲ οἱ θαυμάσιοι πρῶτον μὲν ὅτι ὁ εὐμενοῦ ἀξιῶν λέγειν οὐ δώσει αὐτοῖς καθολικὸν εἶναι τὸ παράπηγμα· τοῦτο γοῦν αὐτὸ τὸ εὐμενῆς <οὐχ>⁴⁹ ἀπλοῦν ὄνομα καθεστῶς καὶ ὀξύτονον οὐ φήσει σὺν τῷ σ ἐκφέρεσθαι, ἀλλὰ ἐκείνους τὸ ζητούμενον ὡς

Devemos argumentar também com base na consistência de sua arte. Pois, tendo reunido alguns teoremas universais, pretendem usá-los para julgar se cada palavra em particular está correta ou não. E não podem fazer isto porque sua regra universal (*to katholikon*) não foi aceita como tal e tampouco preservaria uma natureza universal se aplicada diferentemente.

Tomemos, com relação a isso, alguns exemplos dos próprios gramáticos. Supondo que há uma questão acerca de uma palavra em particular, por exemplo, sobre se *eumenes* ('favorável') pronuncia-se, no caso oblíquo, sem o -ς *sigma*: *eumenou*, ou com o -ς *sigma*: *eumenous* – os gramáticos aparecem proclamando uma regra universal com a qual pretendem dar por encerrada a questão. Afirmam eles que: 'todo nome não-simples, que termina em -ης *eta sigma* e é oxítono, será necessariamente pronunciado no genitivo com -ς *sigma*, por exemplo, *euphues* ('gracioso'): *euphuous*, *eusebes* ('pio'): *eusebous*, *euklees* ('famoso'): *eukleous*. Por isso, já que também *eumenes* é acentuado na última sílaba como os outros, a exemplo destes deverá ser pronunciado com o -ς *sigma*: *eumenous*.'

Contudo, não perceberam, esses homens admiráveis, que, em primeiro lugar, o que julga adequado dizer *eumenou* não concede universalidade a sua regra: *eumenes*, ao menos, dirá ele, mesmo sendo um nome não-simples e oxítono, não se pronuncia com o -ς *sigma*. No

⁴⁸ Blank, *ad loc.*

⁴⁹ Blank, *ad loc.*

ὁμολογούμενον συναρπάζειν.

[224] ἄλλως τε, εἰ καθολικόν ἐστι τὸ παράπηγμα, ἦτοι πάντα τὰ κατὰ μέρος ὀνόματα ἐπελθόντες καὶ τὴν ἐν αὐτοῖς ἀναλογίαν κατανοήσαντες συνέθεσαν αὐτό, ἢ οὐ πάντα. ἀλλὰ πάντα μὲν οὐκ ἐπεληλύθασιν· ἄπειρα γάρ ἐστι, τῶν δὲ ἀπείρων οὐκ ἔστι τις γνῶσις. εἰ δὲ τινά, πόθεν ὅτι πᾶν ὄνομα τοιοῦτόν ἐστιν; οὐ γὰρ ὅ τί τισι συμβέβηκεν ὀνόμασι, τοῦτο καὶ πᾶσιν.

[225] ἀλλ' εἰσὶ τινες οἱ γελοίως πρὸς τοῦτο ἀπαντῶντες καὶ λέγοντες ὅτι ἐκ πλειόνων ἐστι τὸ καθολικὸν παράπηγμα. οὐχ ἐώρων γὰρ ὅτι πρῶτον μὲν ἄλλο τί ἐστι τὸ καθολικὸν καὶ ἄλλο τὸ ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ, καὶ τὸ μὲν καθολικὸν οὐδέποτε ἡμᾶς διαψεύδεται, τὸ δ' ὡς⁵⁰ τὸ πολὺ κατὰ τὸ σπάνιον·

[226] εἴθ' ὅτι καὶ εἰ ἐκ πολλῶν ἐστι τὸ καθολικόν, οὐ πάντως τὸ τοῖς πολλοῖς ὀνόμασι συμβεβηκός, τοῦτο ἐξ ἀνάγκης καὶ πᾶσι τοῖς ὁμοειδέσι συμβέβηκεν, ἀλλ' ὄν τρόπον ἐν πολλοῖς καὶ ἄλλοις φέρει τινὰ κατὰ μονοειδειαν ἢ φύσις, οἷον ἐν ὄφει μὲν ἀπείροις οὔσι τὸν κεράστην κερασφόρον, ἐν τετράποσι δὲ τὸν ἐλέφαντα προβοσκίδι κεκρημένον, ἐν ἰχθύσι δὲ τὸν γαλεὸν ζωτόκον, ἐν λίθοις δὲ τὸν μάγνητα σιδηραγωγόν, οὕτως εὐλογόν ἐστι καὶ ἐν

entanto, os gramáticos se apressam em dar por resolvido o que se está questionando.

E, em segundo lugar, se a regra é universal, terá sido proposta após percorrerem todas as palavras em particular e perceberem a analogia entre todas elas, ou foi proposta sem que tenham percorrido todas as palavras. Porém, não haveriam de ter percorrido todas as palavras, pois são infinitas, e não há conhecimento do infinito. E, se percorreram somente algumas delas, como poderiam saber que todo nome é do modo como dizem? Pois não é verdade que o atributo de alguns nomes seja atributo de todos.

Mas há os que se opõem a isso de maneira ridícula, argumentando que uma regra universal é estabelecida a partir da maioria dos casos. Não teriam enxergado, que, em primeiro lugar, uma coisa é o universal, e outra completamente diferente a 'grande parte' dos casos: o universal jamais se revela falso, mas, o que vale para a 'grande parte', eventualmente sim.

E, em segundo lugar, mesmo que o universal proceda de muitos casos, aquilo que é atributo de muitas palavras, não é sempre e necessariamente também atributo de todas as outras do mesmo tipo. Mas, exatamente como em muitos outros domínios, a natureza às vezes dispõe tipos únicos - como a víbora cornuda, entre infinitas espécies de serpentes; e o elefante com sua tromba, entre os quadrúpedes; ou, entre os peixes, o tubarão, que é vivíparo; e, entre as pedras, o imã, que atrai o ferro - assim, é razoável existir, dentre muitas

⁵⁰ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 80, não inserção de <ἐπι>.

πολλοῖς ὁμοιοπτώτοις ὀνόμασιν εἶναί τι ὄνομα, ὃ μὴ ὁμοίως τοῖς πολλοῖς ὀνόμασι κλίνεται.

[227] ὅθεν παρέντες ζητεῖν εἰ ἀνάλογόν ἐστι τοῖς πολλοῖς, σκοπῶμεν πῶς αὐτῷ χρῆται ἢ συνήθεια, πότερον ἀνάλογον ἐκείνοις ἢ κατὰ ἴδιον τύπον· καὶ ὡς ἂν ᾗ χρωμένη, οὕτω καὶ ἡμεῖς προοισόμεθα.

[228] Περιδιωκόμενοι δὴ ποικίλως οἱ γραμματικοὶ θέλουσιν ἀναστρέφειν τὴν ἀπορίαν. πολλοὶ γάρ, φασίν, εἰσὶ συνήθειαι, καὶ ἄλλη μὲν Ἀθηναίων ἄλλη δὲ Λακεδαιμονίων, καὶ πάλιν Ἀθηναίων διαφέρουσα μὲν ἢ παλαιὰ ἐξηλλαγμένη δὲ ἢ νῦν, καὶ οὐχ ἢ αὐτὴ μὲν τῶν κατὰ τὴν ἀγροικίαν ἢ αὐτὴ δὲ τῶν ἐν ἄστει διατριβόντων, παρὸ καὶ ὁ κωμικὸς λέγει Ἀριστοφάνης

*διάλεκτον ἔχοντα μέσην πόλεως,
οὔτ' ἀστείαν ὑποθηλυτέραν
οὔτ' ἀνελεύθερον ὑπαγροικοτέραν.*

[229] πολλῶν οὖν οὐσῶν συνηθειῶν, [ὡς] φασί, ποία χρησόμεθα; οὔτε γὰρ πάσαις κατακολουθεῖν δυνατὸν διὰ τὸ μάχεσθαι πολλάκις, οὔτε τινὶ ἐξ αὐτῶν, ἐὰν μὴ τις τεχνικῶς προκριθῆ. ἀλλὰ πρῶτον μὲν, φήσομεν, τὸ ζητεῖν ποία χρηστέον συνηθεία ἔστιν ἴσον τῷ <μὴ> εἶναί τινα τέχνην περὶ ἑλληνισμόν. αὕτη γάρ, φημι δ' ἢ ἀναλογία, ὁμοίου καὶ ἀνόμοιου ἐστὶ θεωρία· τὸ δὲ ὁμοιον καὶ ἀνόμοιον λαμβάνετε ἀπὸ τῆς συνηθείας· κἂν μὲν ᾗ τετριμμένον, χρῆσθε

palavras que se declinam da mesma forma, uma que não se declina como muitas.

Por isso, deixemos de lado a questão sobre a palavra ser ou não análoga a muitas outras, e examinemos como o uso se serve dela, se de forma análoga às outras ou como um tipo particular, e, tal como for utilizada, assim nós iremos pronunciá-la.

Cercados por todos os lados, os gramáticos desejam inverter a aporia em seu favor. Assim, dizem que os usos são muitos: um próprio dos atenienses, outro dos lacedemônios; e, entre os atenienses, novamente, o uso antigo difere do atual, que sofreu mudanças; também não é o mesmo o uso daqueles que vivem no campo e o dos que residem na cidade, o que teria motivado a frase de Aristófanes, o comediógrafo:

*Falando a língua padrão da cidade,
sem efeminações cosmopolitas,
ou grosserias provincianas.*

[Frag. 685 Kock = 706 Kassel-Austin]

Havendo muitos usos, eles se perguntam: ‘qual devemos seguir? Porque não parece ser possível nos adequarmos a todos, já que, frequentemente, são conflitantes; nem parece possível seguir a um deles, a menos que tenha sido escolhido por meio da arte.’ Mas, primeiro, diríamos nós, perguntar qual uso se deve seguir, é o mesmo que admitir que não existe a arte da correção. Porque esta, e me refiro à analogia, é a teoria acerca do similar e do diferente: você toma o que é similar e o que é diferente do uso e, se for uma forma de uso

αὐτῷ, εἰ δὲ μή, οὐκέτι.

[230] πειυσόμεθα οὖν καὶ ἡμεῖς, ἀπὸ ποίας συνηθείας λαμβάνετε τὸ ὅμοιον καὶ τὸ ἀνόμοιον; πολλαὶ γάρ εἰσι καὶ πολλάκις μαχόμεναι. ὅπερ δὲ ἀπολογούμενοι πρὸς τοῦτο ἐρεῖτε, τοῦτο καὶ παρ' ἡμῶν ἀκούσεσθε.

[231] καὶ πάλιν ὅταν λέγητε τὸν βαρβαρισμὸν παράπτωσιν ἐν ἀπλῇ λέξει παρὰ τὴν συνηθειαν, ἀνταπορήσομεν λέγοντες ποίαν φατέ πολλῶν οὐσῶν, καὶ ἢ ἂν εἶπητε, ταύτη φήσομεν καὶ ἡμεῖς ἀκολουθεῖν.

[232] κοινῆς οὖν οὔσης ἀπορίας οὐκ ἄπορος ἢ παρ' ἡμῶν ταύτης ἐστὶ λύσις. τῶν γὰρ συνηθειῶν αἱ μὲν εἰσι κατὰ τὰς ἐπιστήμας αἱ δὲ κατὰ τὸν βίον. καὶ γὰρ ἐν φιλοσοφίᾳ ὀνομάτων τινῶν ἐστὶν ἀποδοχὴ καὶ ἐν ἰατρικῇ ἐξαιρέτως, καὶ ἤδη κατὰ μουσικὴν καὶ γεωμετρίαν, ἔστι δὲ καὶ βιωτικὴ τις ἀφελῆς συνηθεια τῶν ἰδιωτῶν, κατὰ πόλεις καὶ ἔθνη διαφέρουσα.

[233] ὅθεν ἐν φιλοσοφίᾳ μὲν τῇ τῶν φιλοσόφων στοιχήσομεν, ἐν ἰατρικῇ δὲ τῇ ἰατρικωτέρᾳ, ἐν δὲ τῷ βίῳ τῇ συνηθεστέρᾳ καὶ ἀπερίττῳ καὶ ἐπιχωριαζούσῃ.

[234] παρὸ καὶ διχῶς τοῦ αὐτοῦ πράγματος λεγομένου πειρασόμεθα πρὸς τὰ παρόντα ἀρμοζόμενοι πρόσωπα τὸ μὴ γελώμενον προφέρεσθαι, ὅποιόν ποτ' ἂν ἢ κατὰ τὴν φύσιν. οἶον τὸ αὐτὸ ἀρτοφόριον καὶ πανάριον λέγεται, καὶ πάλιν τὸ αὐτὸ σκάφιον καὶ ἀμῖς

corrente, você a utiliza, se não for, não a utiliza.

Portanto, também nós queremos saber: de qual uso você toma o similar e o diferente? Pois são muitos os usos, além de conflitantes com frequência. E seja qual for a resposta que der a isto, também será esta a resposta que ouvirá de nós.

E, assim, sempre que você disser que barbarismo é ‘o desvio do uso comum em uma só palavra’, iremos nos intrometer perguntando a qual dos muitos usos que existem você se refere e, seja qual for sua resposta, diremos também nós que o seguimos.

De forma que, compartilhamos a aporia, mas, solucioná-la, para nós, não é aporético. Pois existem entre os usos uns que são próprios dos saberes, e outros da vida cotidiana. Por exemplo, alguns termos são aceitos na filosofia e também na medicina de modo particular, e ainda na música e na geometria; porém existe um uso simples, próprio da vida cotidiana das pessoas comuns (*idiotai*), que difere entre cidades e povos.

Consequentemente, na filosofia, nos alinharemos ao uso dos filósofos, na medicina, nos adequamos ao jargão médico, e, na língua viva (*ho bios*), ao que seja mais usual, menos extravagante, e próprio do local onde estamos.

Por isso, quando há duas formas de dizer alguma coisa, tentaremos nos adaptar às pessoas presentes e dizer aquilo que não provoque o riso, independente do que possa vir a ser a coisa por natureza¹²⁹. Por exemplo, um mesmo objeto é chamado tanto *artophorion* (‘porta-pães’) como

καὶ ἴγδης καὶ θυΐα. ἀλλὰ στοχαζόμενοι τοῦ
καλῶς ἔχοντος καὶ σαφῶς καὶ τοῦ μὴ
γελαῖσθαι ὑπὸ τῶν διακονούντων ἡμῖν
παιδαρίων <καὶ ιδιωτῶν> πανάριον ἐροῦμεν,
καὶ εἰ βάρβαρόν ἐστιν, ἀλλ' οὐκ ἀρτοφόριον,
καὶ σκάφιον, ἀλλ' οὐκ ἀμίδα, καὶ θυΐαν
μᾶλλον ἢ ἴγδιν.⁵¹

[235] καὶ πάλιν ἐν διαλέξει ἀποβλέποντες
πρὸς τοὺς παρόντας <τάς> μὲν ιδιωτικὰς
λέξεις παραπέμψομεν, τὴν δὲ ἀστειοτέραν καὶ
φιλολόγον συνήθειαν μεταδιώξομεν· ὡς γὰρ ἡ
φιλολόγος γελαῖται παρὰ τοῖς ιδιώταις, οὕτως
ἡ ιδιωτικὴ παρὰ τοῖς φιλολόγοις. δεξιῶς οὖν
ἐκάστη περιστάσει τὸ πρέπον ἀποδιδόντες
δόξομεν ἀμέμπτως ἐλληνίζειν.

[236] Ἄλλως τε, ἐπεὶ ἐγκαλοῦσιν ὡς
ἀνωμάλῳ καὶ πολυειδεῖ τῇ συνηθείᾳ, καὶ
ἡμεῖς ἀπὸ τῆς αὐτῆς ἀφορμῆς αὐτοῖς
ἐγκαλέσομεν. εἰ γὰρ ἡ ἀναλογία ὁμοίου
παράθεσις ἐστὶ, τὸ δὲ ὅμοιον ἐκ τῆς
συνηθείας, ἡ δὲ συνήθεια ἀνώμαλός τε καὶ
ἄστατος, δεήσει καὶ τὴν ἀναλογίαν μὴ ἔχειν
ἐστῶτα παραπήγματα.

[237] καὶ τοῦτο πάρεστι διδάσκειν ἐπὶ τῶν
ὀνομάτων καὶ τῶν ῥημάτων καὶ μετοχῶν καὶ
καθόλου τῶν ἄλλων ἀπάντων. οἷον ἐπὶ μὲν

panarion ('cesta'); um outro, tanto *skaphion*
(‘penico’) como *hamis* (‘urino!’), e assim também
igdis (‘almofariz’) e *thuia* (‘pilão’). Nós, no
entanto, nos alinharemos ao uso claro e adequado
que não seja motivo de riso para nossos
empregados, nem para as pessoas comuns, e
diremos *panarion* (‘cesta’), ao invés de
artophorion (‘porta-pães’), mesmo sendo um
barbarismo; e *skaphion* (‘penico’), não *hamis*
(‘urino!’); e diremos *thuia* (‘pilão’) de preferência
a *igdis* (‘almofariz’).

Em uma discussão, novamente consideraremos os
presentes e evitaremos palavras vulgares,
seguindo um uso menos coloquial e mais culto.
Pois, da mesma forma que o uso culto é motivo de
risada entre as pessoas comuns, assim também a
linguagem popular junto aos cultos. Portanto, se
habilmente endereçarmos a cada ambiente a
expressão apropriada (*prepon*), nosso grego soará
correto e irrepreensível.

Além disso, já que reprovam o uso comum
como anômalo e diverso, também nós iremos
reprová-los com base no mesmo argumento. Pois,
se a analogia é a comparação do similar, e o
similar provém do uso comum, e o uso comum é
anômalo e instável (*astatos*), necessariamente a
analogia também não terá regras (*parapegmata*)
fixas (*hestota*).

E isso se verifica em nomes, verbos, participios e,
de maneira geral, em todos os outros. Por
exemplo, alguns nomes, mesmo sendo similares e

⁵¹ Blank, *ad loc.*: modificações - ἀρτοφόριον σκάφιον ἀμῖς por ἀρτοφορίδα σταμνίον ἀμίδιον, permanência de <καὶ ιδιωτῶν>.

τῶν ὀνομάτων παρόσον τὰ κατὰ τὰς ὀρθὰς πτώσεις ἀνάλογα ὄντα καὶ ὅμοια, ταῦτα κατὰ τὰς πλαγίους ἀνομοίως τε καὶ οὐκ ἀναλόγως σχηματίζεται, οἷον Ἄρης Χάρης – Ἄρεως Χάρητος, καὶ Μέμνων Θεών – Μέμνονος Θεώνος, Σκόπας Ἄβας – Σκόπα Ἄβαντος.⁵²

[238] ἐπὶ δὲ τῶν ῥηματικῶν πολλὰ ὁμοίως κατὰ τὸν ἐνεστῶτα χρόνον λεγόμενα οὐκ ἀναλόγως ἐν τοῖς ἄλλοις χρόνοις σχηματίζεται, <οἷον εὐρίσκει ἀρέσκει – ἠῦρηκεν ἀρήρεκεν>, ἐνίων δὲ συζυγίαι τινὲς ἐκλελοίπασιν καὶ ἔκτονε μὲν λέγεται, ἔκταγκε δὲ οὐ λέγεται: ἀλήλιπται μὲν εἴποι τις ἄν, ἤλειπται δὲ οὐκέτι. ἐπὶ δὲ τῶν μετοχῶν βοῶν σαρῶν νοῶν – βοῶντος σαροῦντος νοοῦντος, καὶ ἐπὶ τῶν προσηγοριῶν ἄναξ ἄβαξ – ἄνακτος ἄβακος, γραῦς ναῦς – γραός νηός.

[239] ὡσαύτως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν τοιούτων ἄρχων γὰρ λέγεται καὶ ὀνοματικῶς καὶ ὁ τὴν ἀρχὴν διέπων· ἀλλ' Ἄρχωνος μὲν γίνεται κατὰ πλάγιον πτῶσιν τὸ ὀνοματικόν, ἄρχοντος δὲ τὸ μετοχικόν. καὶ κατὰ ὅμοιον τρόπον μένων θεῶν νέων μετοχικὰ ὄντα καὶ ὀνοματικὰ διαφερούσας λαμβάνει τὰς κλίσεις· Μέμνωνος μὲν γὰρ γίνεται τὸ ὀνοματικόν, μένοντος δὲ ἡ μετοχή, καὶ Θεώνος μὲν τὸ ὀνοματικόν, θεόντος δὲ <ἡ> μετοχή ἐστίν.

análogos no caso nominativo, são diferentes nos casos oblíquos e não se declinam de forma análoga. Assim: *Ares Khares* [nom.] : *Areos Kharetos* [gen.]; *Memnon Theon* : *Memnonos Theonos*; *Skopas Abas* : *Skopa Abantos*.

No caso dos verbos, muitos têm a forma similar no presente e não se conjugam de maneira análoga nos outros tempos. Por exemplo: *heuriskei* (descobrir) *areskei* (agradar) : *heureken arereken*; enquanto a conjugação de alguns é defectiva, e há *ektone* (matar) mas não **ektanke*, e diz-se *aleiptai* (untar), e jamais **eleiptai*. No caso dos participios, temos: *boon* (gritando) *saron* (limpando) *noon* : *boontos sarountos noountos*; e entre os nomes genéricos: *anaks* (senhor) *abaks* (tábua) : *anaktos abakos*; *graus* (velha) *naus* (barco): *graos neos*.

E se passa exatamente assim em muitos outros casos parecidos: *arkhon* utiliza-se como nome de pessoa e também para designar ‘o que governa’ [participio substantivado], e no primeiro caso o genitivo é *Arkhonos*, mas o genitivo do participio é *arkhontos*. E, de modo similar: *menon*, *theon*, *neon*, que podem ser participios [o que espera; o que corre; o que nada] e nomes próprios, possuindo diferentes declinações: pois o nome próprio tem genitivo em *Menonos*, enquanto o participio em *menontos*, e *Theonos* é o genitivo do nome próprio, mas *theontos* do participio.

⁵² Blank, *cf.* p. 236-40, supprime entre os exemplos: οἷον Ἄρης Χάρης {χάρτης} – Ἄρεως Χάρητος {χάρτου}, καὶ Μέμνων Θεών {λέων} – Μέμνονος Θεώνος {λέοντος}, Σκόπας {μέλας} Ἄβας – Σκόπα {μέλανος} Ἄβαντος : *Ares Khares* {*khártēs*} [nom.]: *Areos Kharetos* {*khartou*} [gen.]; *Memnon Theon* {*leon*} : *Memnonos Theonos* {*leontos*}; *Skopas* {*melas*} *Abas* : *Skopa* {*melanos*} *Abantos*.

[240] πλὴν ἐκ τούτων συμφανὲς ὡς τῆς συνηθείας ἀνωμάλου καθεστῶσης οὐχ ἔστηκε τὰ παραπήγματα τῆς ἀναλογίας, ἀλλ' ἀνάγκη ἀποστάντας αὐτῶν τοῖς κατὰ τὴν συνήθειαν σχηματισμοῖς προσέχειν, παρέντας τὸ ἀνάλογον.

Περὶ ἐτυμολογίας

[241] Τὰ δὲ αὐτὰ λεκτέον πρὸς αὐτοὺς καὶ ὅταν δι' ἐτυμολογίας κρίνειν θέλωσι τὸν ἑλληνισμόν. πάλιν γὰρ ἦτοι σύμφωνός ἐστι τῆς συνηθείας ἢ ἐτυμολογία ἢ διάφωνος· καὶ εἰ μὲν σύμφωνος, παρέλκει, εἰ δὲ διάφωνος, οὐ χρηστὸν αὐτῇ ὡς προσκοπὴν ἐμποιοῦσθαι μᾶλλον τοῦ βαρβαρίζειν ἢ σολοικίζειν. καὶ καθόλου μετακτέον τὰς ὁμοίας ἀντιρρήσεις ταῖς ἔμπροσθεν ἡμῖν ἀποδοθείσαις.

[241] ἰδιαίτερον δὲ ἐκεῖνο λεκτέον. τὸ ἐτυμολογία κρινόμενον ὄνομα ὅτι ἑλληνικόν ἐστίν, ἦτοι ἔτυμα πάντως ἔχειν ὀφείλει τὰ προηγούμενα αὐτοῦ ὀνόματα ἢ εἰς τινὰ τῶν φυσικῶς ἀναφωνηθέντων καταλήγειν. καὶ εἰ μὲν ἀπὸ ἐτύμων πάντως, κατὰ τοῦτο εἰς ἄπειρον τῆς ἐκπτώσεως γινομένης ἄναρχος ἔσται ἢ ἐτυμολογία, καὶ οὐκ εἰσόμεθα εἰ ἑλληνικόν ἐστὶ τὸ ἔσχατον λεγόμενον ὄνομα, ἀγνοοῦντες ποῖον ἦν τὸ ἀφ' οὗ πρῶτον κατάγεται.

[243] οἷον εἰ ὁ λύχνος εἴρηται ἀπὸ τοῦ λύειν τὸ νύχος, ὀφείλομεν μαθεῖν εἰ καὶ τὸ νύχος ἀπὸ τίνος ἑλληνικοῦ εἴρηται, καὶ τοῦτο πάλιν ἀπ' ἄλλου· καὶ οὕτως εἰς ἄπειρον γινομένης τῆς ἀνόδου καὶ ἀνευρέτου καθεστῶτος τοῦ

Em todo caso, fica claro, a partir desses exemplos, que o uso é cheio de anomalias¹³⁰ e, por isso, as regras da analogia não podem ser fixas, pelo contrário, que é necessário abandonar essas regras e ater-se às formas que aparecem no uso, sem se preocupar com o que é análogo.

Sobre etimologia¹³¹

Os mesmos argumentos devem ser contrapostos aos gramáticos quando querem decidir a correção baseando-se na etimologia. Pois, uma vez mais, ou a etimologia concorda com o uso, ou discorda dele. E, se concorda, é dispensável; mas se discorda, não deve ser utilizada, pois causa mais obstáculos que os próprios barbarismos ou solecismos. De modo geral, cabem aqui as mesmas objeções (*antirreseis*) anteriormente expostas.

E convém ainda apontar uma mais específica: o nome (*onoma*) que for julgado correto por meio da etimologia, precisa em todos os casos ter palavras precedentes que sejam étimos, ou cessar em palavras que foram vocalizadas (*anaphonetenta*) naturalmente (*phusikos*). Mas, se procede em todos os casos de étimos, resultando em um regresso ao infinito, a etimologia não terá começo, e não saberemos se a palavra em questão é correta, porque desconhecemos qual é a situação daquela primeira de que descende.

Para exemplificar: se *lukhnos* ('lâmpada') vem de *luein to nukhos* ('dissolver a escuridão'), teríamos que verificar se *nukhos* se diz a partir de uma expressão correta, e se esta, de novo, de outra. Deste modo, a sequência estende-se ao infinito, e

πρῶτον ἀναφωνηθέντος ὀνόματος,
 συνακαταληπτεῖται καὶ τὸ εἰ ἑλληνικῶς ὁ
 λύχνος εἴρηται.

[244] εἰ δὲ ἐπὶ τινα τῶν ἀνετύμως κειμένων
 ὀνομάτων καταλήγοι τὸ ἐτυμολογούμενον
 ὄνομα, ὃν τρόπον ἐκεῖνα τὰ εἰς ἃ κατέληξεν
 οὐ διότι ἔστιν ἔτυμα παραδεξόμεθα, ἀλλὰ
 διότι τέτριπται κατὰ τὴν συνήθειαν, οὕτω καὶ
 τὸ δι' ἐτυμολογίας κρινόμενον παραδεξόμεθα
 οὐ διὰ τὴν ἐτυμολογίαν ἀλλὰ διὰ τὸ σύνηθες.
 οἷον προσκεφάλαιον ἀπὸ τοῦ τῆ κεφαλῆ
 προστίθεσθαι εἴρηται, ἢ δὲ κεφαλὴ καὶ τὸ
 πρὸς, ὃ ἔστι πρόθεσις, ἀνετύμως κέκληται.

[245] τοίνυν ὡς ταῦτα χωρὶς ἐτυμολογίας
 πεπίστευται διότι ἔστιν ἑλληνικά, τῆς
 συνηθείας αὐτοῖς χρωμένης, οὕτω καὶ τὸ
 προσκεφάλαιον δίχα ἐτυμολογίας ἔσται
 πιστόν. ἄλλως τε ἐνίοτε τὸ αὐτὸ πρᾶγμα δυσὶν
 ὀνόμασι καλεῖται, τῷ μὲν ἐτυμολογίαν
 ἐπιδεχομένῳ τῷ δὲ ἀνετυμολογήτῳ, καὶ οὐ
 διὰ τοῦτο τὸ μὲν ἔτυμον λέγεται ἑλληνικὸν τὸ
 δὲ ἀνετύμον βαρβαρικόν, ἀλλ' ὡς ἐκεῖνο
 ἑλληνικόν, οὕτω καὶ τοῦτο·

[246] οἷον τὸ ὑφ' ἡμῶν καλούμενον
 ὑποπόδιον Ἀθηναῖοι καὶ Κῶοι χελωνίδα
 καλοῦσιν· ἀλλὰ ἔστι τὸ μὲν ὑποπόδιον
 ἔτυμον, ἢ δὲ χελωνὶς ἀνετύμον, καὶ οὐ διὰ
 τοῦτο οἱ μὲν Ἀθηναῖοι λέγονται βαρβαρίζειν
 ἡμεῖς δὲ ἑλληνίζειν, ἀλλ' ἀμφοτέροι
 ἑλληνίζειν.

torna-se impossível descobrir a palavra que foi
 pronunciada primeiro, assim é inapreensível se
lukhnos está dito corretamente.

E, se a etimologia da palavra cessar em palavras
 que não são étimos, do mesmo modo que estas são
 admitidas não porque se descobriu a etimologia,
 mas porque aparecem constantemente no uso,
 assim também acabaremos por admitir a palavra
 cuja correção se quer julgar com a etimologia:
 será admitida não por causa da etimologia, mas
 por causa do uso. Por exemplo: *proskephalaion*
 ('travesseiro') vem de *tei kephalei prostithesthai*
 ('colocar na cabeça'), mas tanto *kephale*
 ('cabeça'), quanto *pros* ('em'), que é uma
 preposição¹³², dir-se-iam não ser étimos.¹³³

Assim, visto que se aceitam tais palavras sem
 etimologia por causa de seu uso corrente, assim
 também *proskephalaion* será aceita, independente
 de sua etimologia. Além disso, às vezes uma
 mesma coisa tem dois nomes, um deles suscetível
 de etimologia o outro não, mas isso não faz com
 que o étimo seja grego correto e o outro seja
 bárbaro, mas um e outro estão igualmente
 corretos.

Por exemplo, o que nós chamamos *hupopodion*
 ('banquinho para pés') os atenienses e habitantes
 de Cós chamam de *khelonis* ('tartaruga'):
hupopodion existe como um étimo¹³⁴, mas não
khelonis; e não é por isso que se diria dos
 atenienses que não sabem falar grego, e que nós
 falamos o grego correto: pois ambos falamos
 grego corretamente.

[247] τοίνυν ὡς ἐκεῖνοι διὰ τὴν συνήθειαν καὶ οὐ διὰ τὴν τοῦ ὀνόματος ἐτυμότητα λέγονται ἑλληνίζειν, οὕτω καὶ ἡμεῖς διὰ τὸ ἐν τῇ αὐτῶν συνηθείᾳ τετριμμένον ἔχειν τὸ τοιοῦτον ὄνομα καὶ οὐ διὰ τὴν τῆς ἐτυμολογίας πίστιν ἑλληνιοῦμεν.

Ἄλλ' ὅτι μὲν τὸ τεχνικὸν μέρος τῆς γραμματικῆς ἀνυπόστατόν ἐστιν, αὐτάρκως ἐκ τῶν εἰρημένων δέδεικται· χωρῶμεν δὲ ἀκολούθως καὶ ἐπὶ τὸ ἱστορικόν.

Εἰ σύστατον τὸ ἱστορικόν

[248] Ὅτι μὲν οὖν ἀξιοῦται τοῦτο ὀλοσχερῶς εἶναι μέρος γραμματικῆς, συμφανές.

Ταυρίσκος γοῦν ὁ Κράτητος ἀκουστής, ὥσπερ οἱ ἄλλοι κριτικοὶ ὑποτάσσωσιν τῇ κριτικῇ τὴν γραμματικὴν, φησὶ τῆς κριτικῆς εἶναι τὸ μὲν τι λογικόν τὸ δὲ τριβικόν τὸ δ' ἱστορικόν,

[249] λογικόν μὲν τὸ στρεφόμενον περὶ τὴν λέξιν καὶ τοὺς γραμματικοὺς τρόπους, τριβικόν δὲ τὸ περὶ τὰς διαλέκτους καὶ τὰς διαφορὰς τῶν πλασμάτων καὶ χαρακτήρων, ἱστορικόν δὲ τὸ περὶ τὴν προχειρότητα τῆς ἀμεθόδου ὕλης.

[250] Διονύσιος δὲ ὁ Θραξ ἕξ μέρη γραμματικῆς εἶναι λέγων, ἅπερ ἡμεῖς ἀνώτερον ὀλοσχερῶς τρία προσηγορεύσαμεν, ἐν τούτοις καὶ τὸ ἱστορικόν ἀποδίδωσιν· εἶναι γάρ φησι γραμματικῆς μέρη ἀνάγνωσιν ἐντριβῆ κατὰ προσωδίαν, ἐξήγησιν κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικοὺς τρόπους, λέξεων καὶ ἱστοριῶν ἀπόδοσιν, ἐτυμολογίας εὔρεσιν, ἀναλογίας ἐκλογισμὸν, κρίσιν ποιημάτων,

Portanto, tal como se diz que falam corretamente não por causa da etimologia, mas pelo uso mesmo, também nós usaremos o grego corretamente não por nos fiarmos na credibilidade da etimologia, mas por utilizarmos palavras correntes no uso comum.

Com o que foi dito fica suficientemente comprovado que a parte *técnica* da gramática é insubsistente.¹³⁵ A seguir, passamos à parte 'histórica'.¹³⁶

Se a parte 'histórica' é consistente

É evidente que se considera a parte 'histórica' integralmente como parte da gramática. Taurisco, o discípulo de Crates, subordinando a gramática à crítica, tal como fizeram os outros críticos, disse que a crítica se compõe de uma parte racional (*logikos*), uma parte prática (*tribikos*) e uma parte 'histórica'.

A parte racional volta-se para a expressão (*leksis*) e figuras (*tropoi*) gramaticais; a parte prática ocupa-se de dialetos, diferentes formas (*plasmata*) e tipos (*kharaktera*) de estilo¹³⁷; enquanto a parte 'histórica' lida com o material desorganizado (*amethodos*) preexistente^{138 139}.

Dionísio Trácio, quando diz que a gramática tem seis partes, às quais nos referimos mais acima, de forma genérica, como três, inclui a parte 'histórica' entre elas. Pois diz que as partes da gramática são: a leitura treinada (*entribes*) de acordo com a prosódia; a interpretação de acordo com as figuras poéticas presentes; explicação de palavras e histórias; a descoberta das etimologias; o estabelecimento das analogias; e a crítica dos

ἀτόπως διαιρούμενος καὶ τάχα μὲν
ἀποτελέσματα τινα καὶ μόρια γραμματικῆς
[οὐ] μέρη ταύτης ποιῶν,
[251] ὁμολόγως δὲ τὴν μὲν ἐντριβῆ
ἀνάγνωσιν καὶ τὴν ἐξήγησιν καὶ τὴν κρίσιν
τῶν ποιημάτων ἐκ τῆς περὶ ποιητᾶς καὶ
συγγραφεῖς θεωρίας λαμβάνων, τὴν δὲ
ἐτυμολογίαν καὶ ἀναλογίαν ἐκ τοῦ τεχνικοῦ,
τοῖς δὲ τὸ ἱστορικὸν ἀντεκτιθεῖς, ἐν ἱστοριῶν
καὶ λέξεων ἀποδόσει κείμενον.

[252] Ἀσκληπιάδης δὲ ἐν τῷ Περὶ
γραμματικῆς τρία φήσας εἶναι τὰ πρῶτα τῆς
γραμματικῆς μέρη, [ἀνάγνωσιν ἐντριβῆ καὶ
κατὰ προσφθίαν,] τεχνικὸν ἱστορικὸν
γραμματικόν, ὅπερ ἀμφοτέρων ἐφάπτεται,
φημὶ δὲ τοῦ ἱστορικοῦ καὶ τοῦ τεχνικοῦ, τριχῆ
ὑποδιαιρεῖται τὸ ἱστορικόν· τῆς γὰρ ἱστορίας
τὴν μὲν τινα ἀληθῆ εἶναί φησι τὴν δὲ ψευδῆ
τὴν δὲ ὡς ἀληθῆ, καὶ ἀληθῆ μὲν τὴν
πρακτικὴν, ψευδῆ δὲ τὴν περὶ {πλάσματα
καὶ} μύθους, ὡς ἀληθῆ δὲ <τὴν περὶ
πλάσματα>⁵³ οἷά ἐστιν ἡ κωμωδία καὶ οἱ
μῖμοι·

[253] τῆς δὲ ἀληθοῦς τρία πάλιν μέρη· ἡ μὲν
γὰρ ἐστὶ περὶ τὰ πρόσωπα θεῶν καὶ ἡρώων
καὶ ἀνδρῶν ἐπιφανῶν, ἡ δὲ περὶ τοὺς τόπους
καὶ χρόνους, ἡ δὲ περὶ τὰς πράξεις. τῆς δὲ
ψευδοῦς, τουτέστι τῆς μυθικῆς, ἐν εἶδος
μόνον ὑπάρχειν λέγει τὸ γενεαλογικόν.
ὑποτάσσεσθαι δὲ τῷ ἱστορικῷ κοινῶς φησι,
καθὼς καὶ Διονύσιος, τὸ περὶ τὰς γλώττας·
ἱστορεῖ γὰρ ὅτι κρήγουον ἀληθές ἐστιν ἢ

poemas.¹⁴⁰ Uma divisão estranha, que parece
apresentar alguns dos resultados da gramática, ou
suas subdivisões, como se fossem partes dela.
Além de obviamente tomar a leitura treinada, a
explicação e a crítica dos poemas da parte que
trata de poetas e escritores, e a etimologia e a
analogia da parte *técnica*; a estas ele contrapõe a
parte ‘histórica’, que trata da explicação de
palavras e histórias.

Asclepiades, em seu tratado *Sobre a Gramática*,
afirma serem três as partes primárias da gramática:
técnica, ‘histórica’ e gramatical (que está em
contato com as outras duas, isto é, a ‘histórica’ e a
técnica). Subdivide, então, a parte ‘histórica’ em
três, pois, afirma ele, da ‘história’ fazem parte: a
história verdadeira, a falsa e a verossimilhante –
uma história de feitos (*praktike*) é verdadeira;
aquela relativa a mitos é falsa; e ficções
(*plasmata*), tal como comédias e mimos, são
verossimilhanes.^{141 142}

E três são as partes da história verdadeira: uma
trata do papel de deuses, heróis e homens
famosos, outra de lugares e datas, e outra dos
feitos (*prakseis*).¹⁴³ Da história falsa, ou seja, das
histórias míticas, ele diz que há apenas um tipo: a
genealogia. E, como Dionísio, ele afirma que a
parte concernente às palavras inusuais é
geralmente subjugada à parte ‘histórica’; pois, é
pelo levantamento ‘histórico’ (*historei*) que

⁵³ Blank, *ad loc.*: com Kaibel.

ἀγαθόν. ὡσαύτως δὲ καὶ τὸ περὶ παροιμιῶν
καὶ ὄρων.

Ἄλλ' ὅτι μὲν γραμματικῆς εἶναι μέρος
βούλονται τὸ ἱστορικόν, ἐκ τούτων ἐστὶ
συμφανές·

[254] λοιπὸν δέ, ἐπεὶ οἱ πλείους
ὠμολογήκασιν αὐτὸ ἄτεχνον εἶναι καὶ ἐκ τῆς
ἀμεθόδου ὕλης τυγχάνειν, ἀπολελύκασι μὲν
ἡμᾶς τῆς ἐπὶ πλείον πρὸς αὐτοῦς
ἀντιρρήσεως, ὅμως δ' οὖν ὑπὲρ τοῦ μὴ
ἀνεπισήμαντον παρελθεῖν τὸν τόπον οὕτως
ἐρωτητέον. ἦτοι τέχνη ἐστὶν ἢ γραμματικὴ ἢ
οὐκ ἐστὶ τέχνη. καὶ εἰ μὲν οὐκ ἐστὶν, αὐτόθεν
συμβεβίασται τὸ προκείμενον· εἰ δὲ τέχνη
ἐστίν, ἐπεὶ τὰ τῆς τέχνης μέρη πάντως ἐστὶ
τεχνικά, τὸ δ' ἱστορικὸν ἀμέθοδον
ὠμολόγηται τυγχάνειν, οὐκ ἂν εἴη τῆς
γραμματικῆς μέρος τὸ ἱστορικόν.

[255] καὶ ὅτι τῶ ὄντι τοιοῦτόν ἐστιν, αὐτόθεν
σχεδὸν ὑπέπιπτεν. οὐ γάρ, ὡσπερ ἀπὸ
καθολικῆς τινος μεθόδου καὶ τεχνικῆς
δυνάμεως λέγει ὁ μὲν ἰατρὸς ὅτι τόδε τὸ ἐπὶ
μέρους ὑγιεινόν ἐστὶ καὶ τόδε νοσερόν, ὁ δὲ
μουσικὸς ὅτι τόδε ἡρμωσμένον καὶ <τόδε>
ἀνάρμωστον, καὶ ἡρμωσμένον μὲν κατὰ τήνδε
τὴν συμφωνίαν ἀλλ' οὐχὶ κατὰ τήνδε, οὕτω
καὶ ὁ γραμματικὸς δύναται ἀπὸ
ἐπιστημονικῆς τινος καὶ καθολικῆς θεωρίας
ἀπαγγέλλειν, ὅτι ὁ μὲν Πέλοπος ὦμος
ἐλεφάντινος ἦν ὑπὸ τοῦ Ἄρεως ἢ ὑπὸ
Δήμητρος βρωθεῖς, ἢ δὲ τοῦ Ἡρακλέους
κεφαλὴ ἐψέδνωτο ρυεισῶν αὐτοῦ τῶν τριχῶν
ὅτε ὑπὸ τοῦ ἐφορμῶντος τῆ Ἡσιόνη κήτους

*kreguon*¹⁴⁴ é ‘verdadeiro’ ou ‘bom’; e assim
também com o relativo a provérbios e definições.

Assim, fica claro a partir do que foi dito que eles
consideraram a parte ‘histórica’ como parte da
gramática.

Agora, já que a maior parte deles concorda que o
‘histórico’ não é *técnico* e provém de material
desorganizado, acabam nos liberando de um
ataque mais detalhado. Mesmo assim, para não
passar ao largo sem dar atenção ao assunto,
levantaremos o questionamento a seguir. Ou a
gramática é uma arte ou a gramática não é uma
arte. E, se não é, a questão se resolve por si
mesma. Mas, se é uma arte, e as partes de uma
arte são sempre elas mesmas *técnicas*, e acabou de
ser acordado que a parte ‘histórica’ é ametódica,
logo, a parte ‘histórica’ não poderia ser parte da
gramática.

E é praticamente óbvio por si mesmo que é assim
de fato. Pois o médico, a partir de um método
geral e de uma capacidade *técnica*, afirma de algo
em particular que é saudável, e de outra coisa que
é nociva; e o músico considera harmônica uma
passagem e dissonante outra, e harmônica em
relação a determinado acorde, mas não a outro. No
entanto, o gramático não pode, do mesmo modo
que eles, a partir de alguma teoria científica
(*epistemonike*) geral, declarar que o ombro de
Pélops era de marfim porque seu ombro mesmo
foi comido por Ares ou por Deméter, ou que
Hércules ficou calvo porque seu cabelo caiu
quando ele foi engolido pelo monstro marinho que
estava atacando Hesíone.

κατεπόθη,

[256] ἀλλ' ἵνα τούτων ποιήσῃται τὴν ἔκθεσιν, ὀφείλει πᾶσι τοῖς κατὰ μέρος περὶ αὐτῶν ἱστορουμένοις⁵⁴ ἐντυχεῖν. τὸ δὲ πάντων τῶν κατὰ μέρος ποιῆσθαι τὴν ἀνάληψιν αὐτοῖς ἐντυγχάνοντα τοῖς κατὰ μέρος οὐκ ἔστι τεχνικόν. οὐκ ἄρα ἐκ τέχνης τινὸς μεθοδεύεται τοῖς γραμματικοῖς τὸ ἱστορικόν.
[257] καὶ μὴν ἐπεὶ τῆς ἱστορίας ἡ μὲν τίς ἐστὶ τοπικὴ ἢ δὲ χρονικὴ ἢ δὲ περὶ τὰ πρόσωπα ἢ δὲ περὶ τὰς πράξεις, δῆλον ὡς εἰ μὴ τεχνικὴ ἐστὶν ἢ τῶν τόπων καὶ ἢ τῶν χρόνων ἀπόδοσις, οὐθ' ἢ τῶν προσώπων οὐθ' ἢ τῶν πράξεων τεχνικὴ γενήσεται· τί γὰρ διήνεγκε τούτων ἢ ἐκείνων ἀποκρατεῖν; ἀλλὰ μὴν οὐδὲν ἔχει τεχνικόν τὸ ἀποδιδόναι τοπικὴν ἱστορίαν, λέγοντας ὅτι, εἰ τύχοι, Βρίλησος⁵⁵ μὲν καὶ Ἀράκυνθος τῆς Ἀττικῆς ἐστὶν ὄρος, Ἀκάμας δὲ τῆς Κυπρίας ἀκρωτήριον, ἢ χρονικὴν ἐκτίθεσθαι, καθάπερ ὅτι Ξενοφάνης Κολοφώνιος ἐγένετο περὶ τὴν τεσσαρακοστὴν Ὀλυμπιάδα. τοῦτο γὰρ καὶ ὁ μὴ ὄν γραμματικὸς ἄλλως δὲ περίεργος δυνήσεται ποιεῖν.

[258] τοίνυν οὐδὲ τὸ περὶ προσώπων καὶ πράξεων ἀπαγγέλλειν τεχνικόν γενήσεται, οἷον ὅτι Πλάτων μὲν ὁ φιλόσοφος Ἀριστοκλῆς πρότερον ἐκαλεῖτο καὶ ἐτέτρητο τὸ οὖς ἐλλόβιον φορήσας ὅτ' ἦν μειρακίσκος, Πυθιάς δὲ ἡ Ἀριστοτέλους θυγάτηρ τρισὶν ἀνδράσιν ἐγαμήθη, πρῶτον μὲν Νικάνορι τῷ Σταγειρίτῃ, οἰκείῳ ὄντι Ἀριστοτέλους,

Mas, para fazer uma exposição destas coisas, ele tem de encontrar todos os relatos (*historoumenoi*) particulares sobre elas. E repetir todos esses dados um por um, por ter consultado esses mesmos dados em relatos particulares, não é algo *técnico*. Logo, a parte 'histórica' não foi organizada (*methodeuo*) pelos gramáticos a partir de uma arte. E ainda, se há uma 'história' que trata de lugares, outra de datas, outra sobre personagens, outra de ações, é evidente que se explicações de lugares e tempos não são *técnicas*, tampouco será *técnico* o que trata de personagens ou ações.¹⁴⁵ Pois, qual é a diferença entre ocupar-se destas ou daquelas? De fato, não há nada de *técnico* na 'história' que trata de lugares, dizendo, por exemplo, que Brileso e Aracinto são montes da Ática, ou que Acamante é um promontório em Chipre; tampouco naquela que estabelece datas, como, por exemplo, que Xenófanes de Cólofon nasceu na quadragésima olimpíada. Isto, mesmo aquele que não é gramático, mas apenas curioso, também é capaz de fazer.

Assim, tampouco será *técnico* dar declarações sobre personagens e ações, por exemplo, que Platão, o filósofo, se chamava antes Aristócles, tinha a orelha furada e usava brinco quando era jovem; ou que a filha de Aristóteles, Pitíade, casou-se com três homens: o primeiro, Nicanor de Estagira, parente de Aristóteles; o segundo, Procles, descendente do rei lacedemônio

⁵⁴ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 430. Por ἱστοροῦσιν.

⁵⁵ Blank, *ad loc.*: com a edição de Genebra. Para Βρίλησός.

δευτέρῳ δὲ Προκλεῖ Δημαράτου τοῦ
Λακεδαιμονίων βασιλέως ἀπογόνῳ, ὃς καὶ
δύο ἐξ αὐτῆς τεκνοῦται παῖδας, Προκλέα τε
καὶ Δημάρατον τοὺς παρὰ Θεοφράστῳ
φιλοσοφήσαντας, τρίτῳ δὲ Μητροδώρῳ
ιατρῷ, Χρυσίππου μὲν τοῦ Κνιδίου μαθητῆ
Ἐρασιστράτου δὲ ὑφηγητῆ, ᾧ γίνεται παῖς
Ἀριστοτέλης.

[259] ταῦτα γὰρ καὶ τὰ τούτοις ὅμοια πρὸς τῷ
τελέως ἀχρηστεῖν ἔτι οὐδεμίαν ἐμφαίνει
τεχνικὴν δύναμιν, ὥστε οὐδὲ ἡ τῶν ἱστορικῶν
ἀπόδοσις ἐστὶν ἔντεχνος. ἄλλως τε καθὼς
ἀνώτερον ὑπεδείξαμεν, οὔτε τῶν ἀπειρῶν
οὔτε τῶν ἄλλοτε ἄλλως γινομένων ἔστι τις
τεχνικὴ γνῶσις.

[260] αἱ δὲ γε κατὰ μέρος ἱστορίαι ἄπειροί τε
διὰ τὸ πλῆθός εἰσι, καὶ οὐχ ἔστῶσαι διὰ τὸ μὴ
τὰ αὐτὰ περὶ τοῦ αὐτοῦ παρὰ πᾶσιν
ἱστορεῖσθαι. οἷον (οὐκ ἄτοπον γάρ, ἵνα
συμφυέσι τε καὶ οἰκείοις χρησώμεθα τῶν
πραγμάτων παραδείγμασιν), ὑπόθεσιν {γὰρ}
ἑαυτοῖς ψευδῆ λαμβάνοντες οἱ ἱστορικοὶ <οὐκ
ἀρκούμενοι τῷ ψεύσματι ἐν ᾧ>, τὸν ἀρχηγὸν
ἡμῶν τῆς ἐπιστήμης Ἀσκληπιὸν
κεκεραυνῶσθαι λέγουσιν,⁵⁶ καὶ ποικίλως
αὐτὸ μεταπλάττουσι,

[261] Στησίχορος μὲν ἐν Ἐριφύλῃ εἰπὼν ὅτι
τινὰς τῶν ἐπὶ Θήβαις πεσόντων ἀνιστᾷ,
Πολύανθος δὲ ὁ Κυρηναῖος ἐν τῷ περὶ τῆς

Demárato, com quem teve dois filhos: Procles e
Demárato, que estudaram filosofia com Teofrasto;
e o terceiro, pai do menino chamado Aristóteles,
foi o médico Metrodoro, aluno de Crisipo de
Cnídio e professor de Erasístrato.

Com efeito, além de todas as informações como
estas serem completamente inúteis, também não
evidenciam nenhuma capacidade *técnica*. De
forma que tampouco explicar dados ‘históricos’
resulta de uma arte (*entekhnos*). Além disso, como
demonstramos mais acima, não existe um
conhecimento *técnico* do que é infinito ou de
coisas que a todo tempo variam.

Mas, claro, as histórias individuais são infinitas
porque são inúmeras, além disso, não são fixas,
pois não é como se todos contassem as mesmas
histórias do mesmo modo sobre as mesmas coisas.
Por exemplo (e faz sentido utilizarmos exemplos
conectados e que nos sejam familiares), os
‘historiadores’ (*historikoi*) adotam uma suposição
falsa e afirmam que Asclépio, o fundador da nossa
ciência, foi fulminado por um raio, e, não
satisfeitos com essa mentira, ainda a transformam
de inúmeras formas:

Estesícoro, em sua *Erifile*, diz que isso aconteceu
porque Asclépio estaria ressuscitando alguns dos
que caíram em Tebas; Polianto de Cirene, em sua

⁵⁶ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 431. Por οἷον (οὐκ ἄτοπον γάρ), ἵνα συμφυέσι τε καὶ οἰκείοις χρησώμεθα τῶν πραγμάτων παραδείγμασιν. ὑπόθεσιν γὰρ ἑαυτοῖς ψευδῆ λαμβάνοντες οἱ ἱστορικοὶ τὸν ἀρχηγὸν ἡμῶν τῆς ἐπιστήμης Ἀσκληπιὸν κεκεραυνῶσθαι λέγουσιν, οὐκ ἀρκούμενοι τῷ ψεύσματι, † ἐν ᾧ † καὶ ποικίλως.

Ἀσκληπιαδῶν γενέσεως ὅτι τὰς Προΐτου
θυγατέρας κατὰ χόλον Ἥρας ἐμμανεῖς
γενομένας ἰάσατο, Πανύασις δὲ διὰ τὸ νεκρὸν
Τυνδάρω ἀναστῆσαι, Στάφυλος δὲ ἐν τῷ
περὶ Ἀρκάδων ὅτι Ἴππόλυτον ἐθεράπευσε
φεύγοντα ἐκ Τροιζῆνος κατὰ τὰς
παραδεδομένας κατ' αὐτοῦ ἐν τοῖς
τραγωδοῦμενοις φήμας,

[262] Φύλαρχος δὲ ἐν τῇ ἐννάτῃ διὰ τὸ τοῦς
Φινέως υἱοὺς τυφλωθέντας ἀποκαταστῆσαι,
χαριζόμενον αὐτῶν τῇ μητρὶ Κλεοπάτρα τῇ
Ἐρεχθέως, Τελέσαρχος δὲ ἐν τῷ Ἀργολικῷ
ὅτι τὸν Ὠρίωνα ἐπεβάλετο ἀναστῆσαι. οὐ
τοίνυν τῆς οὕτως ἀπὸ ψευδοῦς ὑποθέσεως
ἀρχομένης καὶ ἀδιεξιτήτου κατὰ πλῆθος καὶ
πρὸς τὴν ἐκάστου προαίρεσιν
μεταπλαττομένης γένοιτ' ἂν τις τεχνικὴ
θεωρία.

[263] Πρὸς τούτοις ἐπεὶ τῶν ἱστορουμένων
τὸ μὲν ἐστὶν ἱστορία τὸ δὲ μῦθος τὸ δὲ
πλάσμα, ὧν ἡ μὲν ἱστορία ἀληθῶν τινῶν ἐστὶ
καὶ γεγονότων ἔκθεσις, ὡς ὅτι Ἀλέξανδρος ἐν
Βαβυλῶνι δι' ἐπιβούλων φαρμακευθεὶς
ἐτελεύτα, πλάσμα δὲ πραγμάτων μὴ
γενομένων μὲν ὁμοίως δὲ τοῖς γενομένοις
λεγόμενων, ὡς αἱ κωμικαὶ ὑποθέσεις καὶ οἱ
μῖμοι,

[264] μῦθος δὲ πραγμάτων ἀγενήτων καὶ
ψευδῶν ἔκθεσις, ὡς ὅτι τὸ μὲν τῶν φαλαγγίων
καὶ ὄφεων γένος Τιτήνων ἐνέπουσιν ἀφ'
αἵματος ἐζωγονῆσθαι, τὸν δὲ Πήγασον
λαμοτομηθείσης τῆς Γοργόνης ἀπὸ τῆς
κεφαλῆς ἐκθορεῖν, καὶ οἱ μὲν Διομήδους

obra sobre a origem dos Asclepiádas, diz que foi
porque curou as filhas de Preto, que haviam ficado
loucas por causa da ira de Hera; Paníasis diz que
foi porque fez voltar à vida o cadáver de Tíndaro;
Estáfilo, em seu livro sobre os arcádios, diz que
ele curou Hipólito, que fugia de Trezeno,
conforme a tradição que se transmite sobre ele
nas tragédias.

Filarco diz, no livro nono, que foi porque ele
recuperou a visão aos filhos cegos de Fineu, como
um favor para com sua mãe, Cleópatra, a filha de
Erecteu; e Telesarco, em seu *Argólico*, afirma que
teria tentado ressuscitar Oríon. Em suma, algo que
começa dessa forma, a partir de uma suposição
que é falsa, multiplicada à exaustão, e reinventada
conforme as vontades de cada um, não pode
tornar-se objeto de uma teoria (*theoria*) *técnica*.

Além do mais, dos relatos (*historoumenoi*)¹⁴⁶
fazem parte a história¹⁴⁷, o mito e a ficção.¹⁴⁸ A
história é a exposição de acontecimentos
verdadeiros¹⁴⁹, como que Alexandre morreu na
Babilônia envenenado por conspiradores. A ficção
refere-se a eventos que não aconteceram, mas que
são contados como se tivessem acontecido: os
enredos (*hupotheseis*) de comédias e mimos, por
exemplo.

O mito é a exposição de eventos que não
aconteceram e são falsos, tal como dizer que a
raça de serpentes e aranhas venenosas brotou viva
do sangue derramado dos Titãs, ou que Pégaso
nasceu da cabeça decepada da Górgona, e que os
companheiros de Diomedes se transformaram em

ἐταῖροι εἰς θαλασσίους μετέβαλον ὄρνις, ὁ δὲ Ὀδυσσεὺς εἰς ἵππον, ἢ δὲ Ἐκάβη εἰς κύναια,
[265] – τοιαύτης δὲ οὐσίας <τῆς> τῶν ἱστοριῶν διαφορᾶς, ἐπεὶ οὐκ ἔστι τέχνη τις περὶ τὰ ψευδῆ καὶ ἀνύπαρκτα, ψευδῆ δὲ ἐστὶ καὶ ἀνύπαρκτα τὰ περὶ τοὺς μύθους καὶ τὰ πλάσματα, περὶ ἃ μάλιστα τοῦ ἱστορικοῦ μέρους ἢ γραμματικῆ καταγίνεται, οὐκ ἂν εἴη τις τέχνη περὶ τὸ ἱστορικὸν μέρος <τῆς> γραμματικῆς.

[266] ὅθεν καταγελαῖν ἄξιον τῶν λεγόντων ὅτι εἰ καὶ ἡ ὕλη τῆς ἱστορίας ἐστὶν ἀμέθοδος, ἢ μέντοι κρίσις ταύτης γενήσεται τεχνικῆ, δι' ἧς γινώσκομεν τί τε ψευδῶς ἱστόρηται καὶ τί ἀληθῶς.

[267] πρῶτον μὲν γὰρ οὐ παραδεδώκασιν ἡμῖν οἱ γραμματικοὶ τῆς ἀληθοῦς ἱστορίας κριτήριον, ἵνα καὶ ἐξετάζωμεν πότε ἀληθὴς ἐστὶν αὕτη καὶ πότε ψευδῆς. εἶτα καὶ μηδεμιᾶς οὐσίας ἀληθοῦς ἱστορίας παρὰ τοῖς γραμματικοῖς οὐδὲ τὸ τοῦ ἀληθοῦς κριτήριον ὑποστατὸν ἐστὶν, ἐπεὶ πῶς οὐκ ἔργον, τινὸς μὲν λέγοντος ὅτι Ὀδυσσεὺς ὑπὸ Τηλεγόνου παιδὸς κατὰ ἄγνοιαν ἀνήρηται, τινὸς δὲ ὅτι λάρου κέντρον θαλασσίας τρυγόνος ἀφέντος αὐτοῦ <ἐπι>⁵⁷ τῇ κεφαλῇ διεφώνησεν, ἄλλου δὲ ὅτι εἰς ἵππον μετέβαλε τὴν μορφήν, θέλειν ἐν οὕτως ἀπερρωγόσι πράγμασιν εὐρεῖν τὰληθές; πρότερον γὰρ δεῖ ὑποστῆναι ἐν τοῖς διαφωνοῦσι τὸν ἀληθεύοντα, καὶ τότε ζητεῖν τί ἐστὶν

aves marinhas, Odisseu num cavalo, e Hécuba numa cadela.

Sendo tal a diversidade entre as histórias, e já que não existe qualquer arte que trate do falso e do inexistente (*anuparkta*), e é falso e inexistente o que se diz nos mitos e ficções, de que se ocupa principalmente a gramática em sua parte ‘histórica’, não pode haver qualquer arte para a parte ‘histórica’ da gramática.

Por isso, merecem ser ridicularizados os que dizem que mesmo que o material base da ‘história’ seja desorganizado, ainda assim o julgamento deste material, pelo qual conhecemos o que é relatado (*historeo*) de maneira falsa ou verdadeira, é *técnico*.¹⁵⁰

Com efeito, em primeiro lugar os gramáticos não nos forneceram um critério de verdade, com o qual pudéssemos testar quando a história é verdadeira e quando é falsa. Em segundo lugar, se não há nenhuma história verdadeira para os gramáticos, tampouco subsiste um critério de verdade. Um diz que Odisseu foi morto por seu filho Telégono sem que este soubesse quem ele era, outro diz que ele faleceu quando uma gaivota deixou cair em sua cabeça a cauda de uma arraia ainda com o ferrão, e um outro que se metamorfoseou em cavalo: não é uma tarefa insana querer descobrir a verdade em coisas tão desconexas? Porque antes de tudo seria preciso supor que em meio a histórias tão discordantes tenha sido dito algo verdadeiro e, só então, depois

⁵⁷ Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 431.

[268] πάντων δὲ ἀπίθανα καὶ ψευδῆ λεγόντων οὐδὲ τεχνικῶ τινὶ κριτηρίῳ δίδοται πάροδος.

Καὶ μὴν οὐδὲ δι' ὧν ἂν ἱστορία καλῶς γραφείη διδάσκουσιν οἱ γραμματικοί, ἵνα κατ' ἀναφορὰν τὴν ὡς ἐπὶ τὰ τοιαῦτα θεωρήματα λέγωμεν τεχνικόν τι μέρος ὑπάρχειν παρ' αὐτοῖς τὸ ἱστορικόν· τοῦτο γὰρ ῥητορικῶν ἐστὶ τὸ ἔργον.

[269] ὥστ' ἐπεὶ καὶ αὐτοὶ ἐξομολογοῦνται ἀμέθοδόν τι εἶναι παράπηγμα τὴν ἱστορίαν καὶ ἡμεῖς ἐπελογισάμεθα, καὶ ἄλλως οὐδὲν τεχνικὸν θεώρημα πρὸς τὴν γνῶσιν αὐτῆς ἢ σύστασιν παραδεδώκασι, ῥητέον καὶ κατὰ τὸ ἱστορικὸν μέρος ἀσύστατον εἶναι τὴν γραμματικὴν.

Ὅτι τὸ τοῦς ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς μέρος τῆς γραμματικῆς ἀσύστατον ἐστὶν

[270] Ἦδη μὲν δυνάμει καὶ τὸ περὶ ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς μέρος τῆς γραμματικῆς ἡμῖν ἀνήρηται, δείξασι τὸ ἀδύνατον τοῦ κατὰ τὰς τεχνολογίας καὶ τοῦ ἱστορικοῦ· χωρὶς γὰρ τούτων οὐκ ἀπευθύνεται τις ποιήσεως ἐξήγησις. ὁμως δ' οὖν καὶ τὰ ἐν τούτῳ τῶ μέρει πειρασόμεθα κοινότερον δυνάμενα λέγεσθαι σκοπεῖν, καὶ μάλιστα ὅτι οὕτως ἐπιτεθαρρήκασιν αὐτῶ οἱ γραμματικοὶ ὡς καὶ τὸ βιωφελές τῆς γραμματικῆς καὶ πρὸς εὐδαιμονίαν ἀναγκαῖον ἐξ αὐτοῦ τολμᾶν πιστοῦσθαι. φασὶ γοῦν ὡς ἡ ποιητικὴ πολλὰς δίδωσιν ἀφορμὰς πρὸς σοφίαν καὶ εὐδαιμόνα βίον, ἄνευ δὲ τοῦ ἀπὸ γραμματικῆς φωτὸς οὐχ

disso, procurar pelo que é verdadeiro.

Mas, quando todos dizem coisas falsas e inacreditáveis, sequer existe brecha para introduzir um critério *técnico*.¹⁵¹

Na verdade, os gramáticos nem mesmo nos ensinam como seria uma história be escrita, de forma que pudéssemos, com referência a tais teoremas, dizer que sua parte ‘histórica’ é *técnica*. Já que esta é a tarefa dos retóricos.

Conseqüentemente, se eles próprios já admitiram que a ‘história’ é como uma lista (*parapegma*) sem método, e nós mesmos o comprovamos, e, além disso, eles não forneceram nenhum teorema *técnico* a favor do conhecimento dela ou de sua consistência, então deve ser dito que, também no que se refere à parte ‘histórica’, a gramática é inconsistente.

A parte da gramática que trata de poetas e escritores é inconsistente

A parte da gramática que trata de poetas e escritores também já se encontra praticamente destruída, por termos demonstrado a impossibilidade da exposição *técnica* e da parte ‘histórica’: e, sem estas, não se pode por em prática qualquer exegese (*eksegesis*) da poesia. No entanto, vamos nos esforçar em considerar o que se pode dizer de maneira geral também aqui, especialmente porque os gramáticos depositam tal confiança nessa parte que ousam aí apoiar-se para provar que a gramática é útil para a vida e indispensável para a felicidade. Ao menos quando afirmam que a poesia (*poietike*) contribui em muito para uma vida feliz e com sabedoria, e que

οἷόν τε τὰ παρὰ τοῖς ποιηταῖς διορᾶν ὅποιά ποτέ ἐστίν· χρειώδης ἄρα ἢ γραμματική.

[271] τὸ δ' ὅτι συχνὰς δίδωσιν ἢ ποιητικὴ ἀφορμὰς πρὸς εὐδαιμονίαν δῆλον ἐκ τοῦ τὴν ὄντως κρατίστην καὶ ἠθοποιὸν φιλοσοφίαν ἀπὸ τῆς παρὰ τοῖς ποιηταῖς γνωμολογίας τὴν ἀρχὴν ἐρριζῶσθαι, καὶ διὰ τοῦτο τοὺς φιλοσόφους, εἴ ποτε παραινενετικῶς τι λέγοιεν, ταῖς ποιητικαῖς φωναῖς ὡσπερὶ σφραγίζεσθαι τὸ ὑπ' αὐτῶν λεγόμενον. καὶ ὁ μὲν ἐπ' ἀρετὴν παρακαλῶν φησὶν

ἀρετὴ δὲ κἂν θάνη τις οὐκ ἀπόλλυται·

ὁ δὲ φιλαργυρίαν φεύγειν ἐγκελευόμενος προφέρεται τὸ

*μὴ Πλοῦτον εἴπησ· οὐχὶ θαυμάζω θεόν,
ὄν χῶ κάκιστος ῥαδίως ἐκτήσατο·*

ὁ δὲ αὐτάρκειαν ὑπαγορεύων συμπιστοῦται τὸ δόγμα ἐκ τοῦ τὸν Εὐριπίδην λέγειν

*τί γὰρ δέει βροτοῖσι πλὴν δυοῖν μόνον,
Δήμητρος ἀκτῆς πώματός θ' ὕδρηχόου,
ἃ δὴ πάρεστι καὶ πέφυχ' ἡμᾶς τρέφειν;*

[272] καὶ τὸ μὲν τοὺς ἄλλους φιλοσόφους τοῦτο ποιεῖν οὐ παράδοξον, αὐτοὺς δὲ εὐρήσομεν τοὺς τῆς γραμματικῆς κατηγορούς, Πύρρωνά τε καὶ Ἐπίκουρον, ἐξομολογουμένους τὸ ἀναγκαῖον αὐτῆς· ὧν ὁ μὲν Πύρρων ἱστορεῖται τὴν Ὀμηρικὴν διὰ παντὸς ποιήσιν ἀναγινώσκων, μὴ ἂν ποτε τοῦτο ποιήσας εἶπερ μὴ ἐγίνωσκεν αὐτὴν χρησίμην καὶ διὰ τοῦτο τὴν γραμματικὴν

sem a luz da gramática não é possível ver claramente o que os poetas querem dizer em cada passagem, de forma que a gramática é útil.¹⁵²

Que a poesia frequentemente contribui para a felicidade é evidente pelo fato de que a filosofia, que na realidade tem mais poder e é formadora de caráter, teve suas raízes primeiras nos ditos gnômicos dos poetas, e por isso os filósofos, num tom exortativo, usavam passagens poéticas para validar, por assim dizer, seus próprios dizeres. Assim, o que exorta a virtude diz:

A virtude, mesmo que a pessoa morra, não perece; [Eurípides, *Temnoi*, fr. 734 Nauck²]

o que nos conclama a evitar a avareza profere:

Não me fales de Riqueza; eu não venero um deus a quem até o mais vil facilmente conquista;
[Eurípides, *Aeolus*, fr. 20 Nauck²]

e outro, que aconselha a autossuficiência, confirma sua doutrina pelo que disse Eurípides:

*O que é preciso para os mortais senão duas coisas
somente,
o alimento de Deméter e a água que flui,
e das duas nos provê a natureza?*¹⁵³

[fr. 892, Nauck²]

E não é incomum que outros filósofos também façam o mesmo; encontraremos mesmo os que acusaram a gramática, Pirro e Epicuro, admitindo que seja necessária. Pois diz-se que Pirro estava sempre lendo a poesia homérica e que não o faria se não reconhecesse a utilidade dela, e que por isso a gramática é indispensável.¹⁵⁴

ἀναγκαίαν,

[273] ὁ δὲ Ἐπίκουρος φωρᾶται τὰ κράτιστα
τῶν δογμάτων παρὰ ποιητῶν ἀνηρπакώς· τόν
τε γὰρ ὄρον τοῦ μεγέθους τῶν ἡδονῶν, ὅτι ἡ
παντός ἐστι τοῦ ἀλγοῦντος ὑπεξαίρεσις, ἐξ
ἐνὸς στίχου δέδεικται λαβῶν <τοῦ>
αὐτὰρ ἐπεὶ πόσιος καὶ ἐδητύος ἐξ ἔρον ἔντο·
τὸν δὲ θάνατον, ὅτι οὐδέν ἐστι πρὸς ἡμᾶς,
Ἐπίχαρμος αὐτῷ προμεμήνυκεν, εἰπὼν
ἀποθανεῖν ἢ τεθνάναι οὐ μοι διαφέρει.
ὡσαύτως δὲ καὶ τὰ νεκρὰ τῶν σωμάτων
ἀναισθητεῖν παρ' Ὀμήρου κέκλοφε,
γράφοντος
κωφὴν γὰρ δὴ γαῖαν ἀεικίζει μενεαίνων.

[274] καὶ μὴν οὐ ταῦτα μόνον τοῖς ποιηταῖς
δεξιῶς εἰρησθαι φαίνεται ἀλλὰ καὶ τὰ περὶ
θεῶν, οἷόν ἐστι καὶ τὸ παρὰ τῷ Εὐριπίδῃ
λεχθὲν ἐν Φρίξῳ
*ὅστις δὲ θνητῶν οἶεται καθ' ἡμέραν
κακόν τι πράσσωσιν τοὺς θεοὺς λεληθέναι,
δοκεῖ πονηρὰ, καὶ δοκῶν ἀλίσκεται
ὅταν σχολὴν ἄγουσα τυγχάνῃ δίκη.*
ἀλλ' εἴπερ ταῦτα καὶ τὰ τούτοις εἰκότα
χρειώδη ἐστί, λαμβάνεται δ' οὐ χωρὶς
γραμματικῆς, ἔσται καὶ ἡ γραμματικὴ τῶν
βιωφελῶν.

E Epicuro, por seu lado, foi acusado de tomar dos
poetas a parte realmente importante de suas
doutrinas. Com efeito, alegou-se que o 'limite da
intensidade do prazer' como 'a extinção de toda
dor' [RS 3] teria sido tirada deste único verso:

*“Tendo assim, pois, a vontade da fome e da sede
saciado”,*

[Il. I. 469 Trad.: Carlos Alberto Nunes]
e Epicarmo¹⁵⁵ já havia mostrado a ele que 'a morte
não é nada para nós' [DL 10.124; Lucrécio, *De
rer. nat.* III 830ss], ao dizer:

*Morrer ou estar morto não faz diferença para
mim.*¹⁵⁶ [fg. 23 B 11 DK]

E, da mesma forma, teria roubado deste verso
escrito por Homero a ideia de que os corpos
mortos são insensíveis¹⁵⁷:

*“pois contra terra insensível, apenas, a fúria
exercita”*

[Il. XXIV. 54 Trad.: Carlos Alberto Nunes]

E, de fato, não apenas estas coisas se revelaram
muito bem expressas pelos poetas, mas também o
que dizem sobre os deuses, por exemplo Eurípides
em seu *Frixo*:

*Qualquer mortal que acredite poder fazer o mal
dia após dia e passar despercebido pelos deuses
é leviano, e sucumbirá à sua própria leviandade,
tão logo a justiça tenha um tempo livre.*¹⁵⁸

[Fr. 124 West²]

Pois bem, se de fato esses dizeres e outros
semelhantes são úteis, e não se pode compreendê-
los sem a ajuda da gramática, então a gramática
também estará entre as coisas que são úteis para a

[275] ἔχοι δ' ἄν τινα, φασίν, ἑξαιρέτως καὶ ταῖς τῶν μανθανόντων αὐτὴν πατρίσιν ἀναγκαῖα. Λεβεδίων γοῦν διαφορομένων πρὸς τοὺς ἀστυγείτονας περὶ Καμανδωδοῦ ὁ γραμματικὸς τὸ Ἰππωνάκτειον παραθέμενος ἐνίκα

μηδέ μοι μῦ

λαλεῖν Λεβεδίην ἰσχάδ' ἐκ Καμανδωδοῦ.

ὁμιλητικούς τε παρεχομένη τοὺς προσέχοντας αὐτῇ εὐθύς καὶ ταύτη [καὶ] τοῖς πέλας κατὰ πολλὰς περιστάσεις ὀνησιφόρος γίνεται.

[276] πάρεστι δὲ τὸ λεγόμενον σκοπεῖν ἐξ αὐτῶν τῶν ἀποτελεσμάτων. Σώστρατος γάρ, ὡς φασιν, ἀποσταλεῖς ὑπὸ Πτολεμαίου πρὸς τὸν Ἀντίγονον βασιλικῆς τινὸς ἕνεκα χρείας, κἀκείνου εἰκαιότερον ἀποκρινομένου, ἐπέτυχεν εἰπὼν

οὕτω δὴ κέλευαι, γαιήοχε κυανοχαῖτα;

τόνδε φέρω Διὶ μῦθον ἀπηνέα τε κρατερόν τε;

ἢ τι μεταστρέψεις; στρεπταὶ μὲν τε φρένες ἐσθλῶν.

ταῦτα γὰρ ἀκούσας Ἀντίγονος μετεβάλλετο.

[277] Πολλῶν δὴ τοιούτων λεγομένων εἰς τὸ χρησιμώτατον εἶναι τὸ τῆς γραμματικῆς μέρος τὸ περὶ ποιητᾶς καὶ συγγραφεῖς καταγιγνόμενον, δείγματος χάριν τοῖς ἐκκειμένοις ἀρκεσθέντες λέγωμεν πρὸς ἕκαστον αὐτῶν. τὸ τοίνυν βιωφελῆ εἶναι τὴν

vida.

E, conforme dizem, a gramática traria, além do mais, algumas vantagens especiais para as pátrias daqueles que se instruem nela.¹⁵⁹ Ao menos diz-se que os lebedianos estavam disputando com seus vizinhos acerca de Camandodo, e que seu gramático venceu a disputa ao citar Hipônax:

E não me venha com figos lebedianos de Camandodo. [fr. 124 West²]

E, por tornar sociáveis os homens que se dedicam a ela, evidentemente que neste sentido também trará, em muitas circunstâncias, benefícios para os vizinhos.

Isso se verifica a partir dos próprios resultados.

Pois, Sóstrato, segundo dizem, foi enviado por Ptolomeu a Antígono, para tratar de algum assunto do interesse real, e quando este lhe respondeu de forma precipitada, teria obtido êxito ao contestar:

“Abalador poderoso, desejas que a Zeus, em verdade,

dê, de tua parte, um recado tão duro e insolente como esse?

Não será bom refletires? Os homens sensatos são dóceis.”

[*Il.*, XV. 201-203] Trad.: Carlos Alberto Nunes

Com efeito, ao escutar tais palavras, Antígono mudou de idéia.

De fato, há muitos argumentos semelhantes em favor da enorme utilidade da parte da gramática que trata de poetas e escritores, mas vamos nos dar por satisfeitos com os já expostos, como um padrão, e passaremos a contra-argumentar contra cada um deles. Pois bem, o argumento de que a

ποιητικὴν γνῶμολογίαν καὶ φιλοσοφίας ἀρχὴν, ταύτης δὲ ἀποδοτικὴν ὑπάρχειν τὴν γραμματικὴν, ὄντως γραμματικόν ἐστιν. [278] πρῶτον μὲν γάρ, ἵνα συνδράμωμεν αὐτοῖς μηδὲν ποιητικῆς κατειπόντες, ἀλλ' οὖν γε ἐκεῖνο πρόδηλόν ἐστιν ὅτι ὁπόσα μὲν βιωφελῆ καὶ ἀναγκαῖα εὐρίσκεται παρὰ ποιηταῖς, οἷα ἐστὶ τὰ γνωμικὰ καὶ παραινετικά, ταῦτα σαφῶς αὐτοῖς πέφρασται καὶ οὐ δεῖται γραμματικῆς, <ὁπόσα δὲ μὴ σαφῶς πέφρασται καὶ δεῖται γραμματικῆς> καθάπερ τὰ ἐν ξέναις ἱστορίαις κείμενα ἢ αἰνιγματωδῶς ἐκφερόμενα, ταῦτ' ἐστὶν ἄχρηστα, ὥστε καὶ τῆ ἀπ' ἐκείνων ὠφελεία μὴ συνεισέρχεσθαι αὐτῶν τὸ χρεῖῶδες τῆς γραμματικῆς καὶ τῆ τούτων ματαιότητι συμπεριφέρεσθαι. [279] εἶτα φάσις μόνον ἐστὶν ἡ γνώμη, καθάπερ τὸ τοιοῦτο, σοφὸν γὰρ ἐν βούλευμα τὰς πολλὰς χέρας νικᾶ, σὺν ὄγλῳ δ' ἀμαθία πλεῖστον κακόν· φάσει δὲ οὐ πείθεται ὁ νοῦς περὶ τοῦ καλῶς εἰρησθαι ἢ μὴ [εἰρησθαι], ἀλλ' ἀποδείξεω δεῖται. αἱ δὲ ἀποδείξεις τῶν καθηκόντως λεγομένων ἢ μὴ οὐ γραμματικῆς εἰσὶν ἀλλὰ φιλοσοφίας· τοίνυν καὶ ταύτη περισσὴν καὶ ματαίαν συμβέβηκεν εἶναι τὴν γραμματικὴν. καὶ μὴν εἶπερ διὰ τὸ πολλὰ καλῶς εἰρησθαι τοῖς ποιηταῖς καὶ βιωφελῶς χρησίμη ἐστὶν ἡ προφητικὴ γραμματικὴ αὐτῶν, ἐπεὶ πολλαπλασίονα τούτων διαστρόφως καὶ ἐπιλύμη τοῦ βίου παρ' αὐτοῖς ἐξενήνεκται, ἄχρηστος γενήσεται. καθὰ γὰρ ἔστι τις ὁ

poesia gnômica é útil para vida e o princípio da filosofia e que a interpretação dela compete à gramática, realmente é típico de um gramático. Porque, em primeiro lugar – e coincidimos com eles ao não levantar acusações contra a poesia, – é mesmo evidente que aquilo que nos poetas é necessário e útil para a vida, tais como as máximas de sabedoria e as exortações, estará já claramente formulado, e não será preciso explicação gramatical; e o que não está dito claramente e precisa de explicação gramatical, como o que está escrito de forma enigmática ou em histórias insólitas (*ksenai*), é de todo inútil.¹⁶⁰ De forma que, a utilidade da gramática não sobrevém do benefício que nos trazem aquelas primeiras, e acaba por acomodar-se à futilidade¹⁶¹ destas últimas.

Ademais, uma máxima é apenas uma asserção, como a seguinte:

*Um único conselho sábio conquista muitas mãos,
mas a ignorância aliada à multidão é o pior dos
males.* [Eurípides, *Antíope*, fr. 200 Nauck²]

E uma asserção não é capaz de convencer o intelecto da propriedade do que é dito, mas é preciso haver provas. E não é tarefa da gramática, mas da filosofia, dar provas do que está, ou não, apropriadamente dito.¹⁶² Assim, também dessa maneira, a gramática acaba por ser vã e supérflua. Na verdade, se é por causa das muitas coisas que os poetas dizem de maneira tão adequada e proveitosa para a vida que a pitonisa gramatical deles é útil, então, visto que o número de coisas que eles disseram de maneira deplorável e

εἰπὼν

μὴ Πλοῦτον εἶπης· οὐχὶ θαυμάζω θεόν,

ὄν χῶ κάκιστος ῥαδίως ἐκτήσατο,

οὕτως ἔστι καὶ ὁ τοῦναντίον ἀποφαινόμενος

ὦ χρυσὲ δεξίωμα κάλλιστον βροτοῖς,

ὡς οὔτε μήτηρ ἡδονὰς τοίας ἔχει,

οὐ παῖδες ἀνθρώποισιν, οὐ φίλος πατήρ,

οἷας σὺ χοί σὲ δώμασιν κεκτημένοι.

καὶ πάλιν

εὖ πρᾶσσε· τὰ φίλων δ' οὐδὲν ἦν τις δυστυχῆ.

καὶ

κάλλιστα μουσῶν φθέγγεται πλουτῶν ἀνήρ.

[280] ἀναποδείκτως μὲν οὖν λεγομένων τῶν οὕτως ἐναντίων ἐπιρρεπέστερον ἔχουσιν ἄνθρωποι πρὸς τὴν τοῦ χείρονος ἐκλογὴν, καὶ διὰ τοῦτο βλαπτικὴ ἀναφαίνεται ἡ ποιητικὴ· διακρινομένων δὲ αὐτῶν, καὶ τῶν μὲν ἀθετουμένων τῶν δὲ προκρινομένων, χρεϊώδης γίνεται οὐχ ἡ γραμματικὴ ἀλλ' ἡ διακρίνειν δυναμένη φιλοσοφία. ποιητικοῖς τε μαρτυρίοις χρῶνται οὐχ οἱ γνησίως φιλοσοφοῦντες (τούτων γὰρ ὁ λόγος αὐτάρκης ἐστὶ πρὸς πειθῶ) ἀλλ' οἱ τὸν πολὺν καὶ ἀγοραῖον φενακίζοντες ὄχλον·

[281] οὐ γὰρ δυσχερὲς ποιητὰς μαχομένους καὶ εἰς ὃ τι ἂν θέλωσιν ἄδοντας δεῖξαι, ὅτε καὶ οἱ προηγουμένως φιλοσοφοῦντες πολλὰ μαχομένως λέγουσιν. τῶν δὲ γραμματικῆς

ofensiva à vida é muito maior, ela se tornará inútil.

Pois, assim como há um que diz:

Não me fales de Riqueza; eu não venero um deus

a quem até o mais vil facilmente conquista;

[Eurípides, *Eolo*, frag. 20 Nauck²]

também haverá o que declara o contrário:

Ó, ouro, para os mortais a mais bela posse,

Para os homens, tal prazer não nos dá,

Nem a mãe, nem os filhos, nem um pai querido,

Tal como fazes tu, e aqueles que te têm em casa.

[Eurípides, *Danaides*, frag. 324 Nauck²]

E também:

Sejas bem-sucedido: amizades não existem na

miséria. [Eurípides, *Fenícias*, 403]

E

A mais bela das melodias é a voz de um homem

rico. [fr. *adesp.* 464 Nauck²]

Frente a tão díspares afirmações, feitas sem prova, os homens tendem à escolha do pior, e é por esse motivo que a poesia é vista como algo nocivo. E quando se distingue o que deve ser preterido do que deve ser preferido, não é a gramática que é útil, mas aquela que tem a capacidade de diferenciá-los, ou seja, a filosofia. E não são os que legitimamente (*gnesios*) filosofam que fazem uso dos testemunhos de poetas (pois, no caso destes, seu próprio raciocínio é o bastante para convencer), mas aqueles que iludem as multidões nas praças públicas.¹⁶³

Certamente não é difícil demonstrar que os poetas se contradizem e cantam o que quiserem do modo como quiserem, quando mesmo filósofos importantes dizem muitas coisas contraditórias.

κατηγόρων ὁ μὲν Πύρρων παρ' ἕκαστα τὴν Ὀμηρικὴν διετύλισσε ποίησιν οὐ πάντως διὰ τὴν εἰρημένην αἰτίαν, ἀλλὰ τάχα μὲν ψυχαγωγίας χάριν καὶ ὡς εἰ κωμωδῶν ἠκροῶτο, τάχα δὲ καὶ τοὺς ποιητικοὺς παρατηρῶν τρόπους καὶ χαρακτῆρας·

[282] λέγεται γὰρ αὐτὸν καὶ ποίησιν εἰς τὸν Μακεδόνᾳ Ἀλέξανδρον γράψαντα μυρίοις χρυσοῖς τετιμηῆσθαι. οὐκ ἀπέοικε δὲ καὶ ἄλλας αἰτίας ὑπάρχειν, περὶ ὧν ἐν τοῖς Πυρρωνείοις διεξήλθομεν.

[283] ὁ δὲ Ἐπίκουρος οὐκ ἐκ τῶν Ὀμηρικῶν εἴληφε τὸν ὄρον τοῦ μεγέθους τῶν ἡδονῶν· μακρῶ γὰρ διαφέρει τὸ λέγειν ὅτι ἐπαύσαντό τινες πίνοντες καὶ ἐσθίοντες καὶ τὴν αὐτῶν ἐπιθυμίαν πληροῦντες (τοῦτο γὰρ ἐστὶ τὸ αὐτὰρ ἐπεὶ πόσιος καὶ ἐδητύος ἐξ ἔρον ἔντο) τοῦ φάναι ὄρον εἶναι τῶν περὶ τὰς ἡδονὰς μεγεθῶν τὴν τοῦ ἀλγοῦντος ὑπεξαίρεσιν· τοῦτο γὰρ οὐ πάντως κρέασι καὶ οἴνῳ ἀλλὰ καὶ τοῖς λιτοτάτοις πέφυκε γίνεσθαι.

[284] ἄλλως τε ὁ μὲν ποιητὴς ἐπὶ προσφερομένων μόνων ἐποιήσατο τὴν ἀπόφασιν, Ἐπίκουρος δὲ ἐπὶ πάντων τῶν ἀπολαυστῶν, ἐν οἷς ἐστὶ καὶ ἡ ἀφροδίσιος μῖξις, περὶ ἧς πάντες ἴσασιν οἷαν ἔσχε γνώμην Ὀμηρος. τό τε τὸν θάνατον [μὲν] μηδὲν εἶναι πρὸς ἡμᾶς εἴρηται μὲν ἴσως τῷ Σώφρονι, ἀποδέδεικται δὲ Ἐπικούρῳ, καὶ ἐστὶν οὐ τὸ εἰπεῖν ἀλλὰ τὸ ἀποδείξει θαυμαστόν.

Pirro, um dos acusadores da gramática, estava constantemente a ler a poesia homérica, mas não necessariamente pela razão mencionada, mas talvez à guisa de entretenimento (*psukhagogia*)¹⁶⁴, como se estivesse assistindo a uma comédia, e talvez também para observar estilos (*kharakterai*) e figuras poéticas.

Pois diz-se que Pirro teria ele próprio escrito um poema para Alexandre da Macedônia e teria sido gratificado com mil moedas de ouro. E não é improvável que existam também outras razões, e sobre elas nos debruçamos em nossas *Pirrônicas*¹⁶⁵.

E Epicuro não tomou de Homero o ‘limite da intensidade do prazer’. Porque difere muitíssimo dizer que alguns homens pararam de comer e de beber e de satisfazer seus desejos (pois isto é o que diz o verso:

Então, quando aplacaram o desejo de comer e beber),

de dizer que ‘o limite da intensidade do prazer’ é ‘a extinção de toda dor’. Pois isto não sobrevém naturalmente somente com a carne e o vinho, bastam os alimentos mais simples.

Por outro lado, o poeta fez esta afirmação apenas sobre as coisas que eles tinham ingerido, mas o limite de Epicuro se estende a todas as coisas prazerosas (*apolausta*), incluídas aí as relações sexuais, e todo o mundo sabe qual era o pensamento de Homero a este respeito.¹⁶⁶ Talvez Sófron¹⁶⁷ tenha mesmo dito que a morte não é nada para nós, mas quem o demonstrou foi Epicuro; e o admirável não é dizer, mas provar.

[285] εἶτα οὐδὲ κατὰ τοῦτο ἔφησεν ὁ Ἐπίκουρος τὸν θάνατον μηδὲν εἶναι πρὸς ἡμᾶς, καθὸ ἀδιάφορόν ἐστιν ἢ ζῆν ἢ μὴ· πολλῶ γὰρ αἰρετώτερον τὸ ζῆν διὰ τὸ αἰσθανομένων εἶναι τὸ ἀγαθόν· ἀλλ’ ἐν ἀναισθησίᾳ οὔτε κακόν τι εἶναι οὔτε ἀγαθόν. τὸ μὲν γὰρ ἀναισθητεῖν τὰ νεκρὰ τῶν σωμάτων οὐχ ὁ ποιητῆς μόνος οἶδεν ἀλλὰ καὶ ὁ σύμπας βίος. μήτηρ γοῦν πολλάκις υἱὸν θρηνοῦσα φησὶν ‘ἀλλὰ σὺ μὲν τούτων οὐκ ἐπαισθάνῃ, ἐγὼ δὲ ταλαιπωρῶ’· καὶ ἐνατενίζουσα ἐπιφθέγγεται ‘τίς δὲ ἐστὶν ἔτι σοι τούτων ὄνησις;’

[286] οὐ μὴν ἀλλ’ ἐὰν ἐξετάζη τις, τὴν ἐναντίαν ἔχοντα δόξαν εὐρήσει τὸν ποιητὴν. αἱ μὲν γὰρ ψυχαὶ κοινῶς διψῶσιν αἵματος (ἀλλ’ ἀποχάζεο βόθρου, ἄπισχε δὲ φάσγανον ὄζῳ αἵματος, ὄφρα πῖω καὶ τοι νημερτέα εἴπω),⁵⁸ ὁ δὲ Τάνταλος ἔστηκεν ἐν λίμνῃ, ἢ δὲ προσέκλυζε γενεῖα· στεῦτο δὲ διψάων, πῖεῖν δ’ οὐκ εἶχεν ἐλέσθαι.

[287] καὶ μὴν ὅσον ἐπὶ τῷ ὑπ’ Εὐριπίδου λεχθέντι περὶ θεῶν, τὴν αὐτὴν καὶ οἱ ἰδιῶται δόξαν ἔχουσιν. ἴσον γάρ ἐστι τῷ ὅστις δὲ θνητῶν οἶεται τούφήμερον

Além do mais, Epicuro não disse que ‘a morte não é nada para nós’ no sentido de que não há diferença entre viver ou estar morto (pois viver é de longe muito melhor, já que o bem (*to agathon*) pertence aos que podem sentir), mas porque na ausência de sensações não há bem nem mal.¹⁶⁸ E, com efeito, todo mundo sabe que os corpos mortos são insensíveis, não apenas o poeta. Assim, uma mãe, repetindo lamentos pelo filho morto, diz ‘tu não te apercebes de nada, e eu sofro miseravelmente’, e, com os olhos fixos nele, exclama: ‘de que te serve isso agora?’

E tudo isso não nos impede de, ao procurar com alguma atenção, encontrar o poeta a expressar justamente a opinião contrária¹⁶⁹. Assim, as almas estão comumente sedentas de sangue:

‘Mas, para o lado do fosso retira-te e a espada recolhe, para que eu possa do sangue provar e dizer-te a verdade’.

[*Odisséia*, XI. 95-6 Trad.: Carlos Alberto Nunes]

E Tântalo permanece no pântano onde:

... com água a bater-lhe no queixo.

Sede sofria; mas era impossível jamais minorá-la

[*Od.*, XI. 583-584 Trad.: Carlos Alberto Nunes]

E, quanto ao que foi dito por Eurípidés sobre os deuses, até as pessoas comuns têm a mesma opinião. Pois dá na mesma dizer isto:

Qualquer mortal que acredite poder fazer o mal

⁵⁸ Blank, *ad loc.*, deleta {ὁ δὲ Τιτυὸς ὑπὸ γυπῶν διὰ τὴν ἐπιθυμίαν ἠπατοφαγεῖται}: {O fígado de Tício é devorado pelos abutres por causa de sua luxúria}. Sexto menciona o suplício de Tício, bem como o de Tântalo, de maneira a criticar a contradição dos versos homéricos acerca das sensações de alguém que já está morto, nos *Contra os Físicos* M IX. 68-70: ‘todo aquele que sofre é mortal.’

κακόν τι πράσσων τοὺς θεοὺς λεληθέναι,
δοκεῖ πονηρά, καὶ δοκῶν ἀλίσκεται
ὅταν σχολὴν ἄγουσα τυγχάνῃ δίκη
καὶ τὸ οὕτω παρὰ τοῖς πολλοῖς λεγόμενον·
ὄψε θεῶν ἀλέουσι μύλοι, ἀλέουσι δὲ λεπτά·
μόνῳ δὲ διενήνοχε τῷ μέτρῳ.

[288] ἂν δὲ καὶ ἐξετάσῃ τις, πολλῶ χεῖρονα
τῆς τῶν ιδιωτῶν ὑπολήψεως εὐρήσει τὰ τῶν
ποιητῶν. καὶ ὁ μὲν σκηνικὸς ἀναγορευθεὶς
φιλόσοφος ἔτι μετριώτερος φαίνεται, λέγων
μὴ εἰδέναι ᾧ προσεύχεται
ὦ γῆς ὄχημα κάπι γῆς ἔχων ἔδραν,
ὅστις ποτ' εἶ σύ, δυστόπαστος εἰσιδεῖν,
Ζεὺς, εἴτ' ἀνάγκη φύσεος εἴτε νοῦς βροτῶν,
προσευξάμην σέ.

[289] Ὅμηρος δὲ καὶ Ἡσίοδος κατὰ τὸν
Κολοφόνιον Ξενοφάνη
ὡς πλεῖστ' ἐφθέγγαντο θεῶν ἀθεμίστια ἔργα,
κλέπτειν μοιχεύειν τε καὶ ἀλλήλους ἀπατεύειν.
Κρόνος μὲν γάρ, ἐφ' οὗ τὸν εὐδαίμονα βίον
γεγονέναι λέγουσι, τὸν πατέρα ἠνδροτόμησε
καὶ τὰ τέκνα κατέπιεν, Ζεὺς τε ὁ τούτου παῖς
ἀφελόμενος αὐτὸν τῆς ἡγεμονίας
γαίης νέρθε καθεῖσε καὶ ἀπρυγέτοιο
θαλάσσης,
τῆλε μάλ' ἤχι βάθιστον ὑπὸ χθονός ἐστι
βέρεθρον.

*todos os dias e passar despercebido pelos deuses
é leviano, e sucumbirá à sua própria leviandade,
tão logo a justiça tenha um tempo livre;*
[fr. 235 Nauck²]

ou, como dizem muitos:

*Lentamente moem os moinhos dos deuses, mas
moem muito fino*¹⁷⁰;

a única diferença está no tipo de metro¹⁷¹.

E, se alguém procurar com atenção, descobrirá
que são muito piores as suposições dos poetas do
que aquelas das pessoas comuns. Mesmo que
nosso proclamado ‘dramaturgo filósofo’¹⁷² ainda
pareça bastante moderado quando diz não saber a
quem faz suas súplicas:

*Ὁ Zeus, suporte da terra e que sobre a terra tens
teu assento,
Quem quer que sejas, ser inescrutável,
Necessidade da natureza ou mente dos mortais,
A ti dirijo minhas súplicas!*
[Eurípides *Troianas*, 884-7]

De acordo com Xenófanes de Cólofon, Homero e
Hesíodo

*fizeram alarde de inúmeros atos criminosos dos
deuses:
roubar, trair e enganar uns aos outros.*
[Xenófanes B12 DK]

Com efeito, Cronos¹⁷³ (e dizem que a vida era só
felicidade em seu tempo) castrou o pai e devorou
os filhos, e quando foi deposto pelo seu próprio
filho Zeus, este

*“pôs Crono embaixo da terra fecunda e do mar
incansável.”*

[*Il.* XIV. 204-205 Trad.: Carlos Alberto Nunes]

[290] τῷ δὲ Διὶ ἐπιβουλεύουσιν οἱ συγγενεῖς,
παρὸ καὶ ὑπὸ Θετίδος βοηθεῖται,

*ὅπποτε μιν ζυνοῦσαι Ὀλύμπιοι ἤθελον ἄλλοι,
Ἥρη τ' ἠδὲ Ποσειδάων καὶ Παλλὰς Ἀθήνη·*

ὠμότατος γάρ ἐστι, καὶ τὴν μὲν ἀδελφὴν καὶ
γυναῖκα ἱεροσύλου τρόπον κρεμάσας οὐκ
ἀρκεῖται, ἀλλὰ καὶ ὄνειδίζει λέγων

*ἢ οὐ μέμνη ὅτε τ' ἐκρέμω ὑψόθεν, ἐκ δὲ
ποδοῖν*

*ἄκμονας ἦκα δύο, περὶ χερσὶ δὲ δεσμὸν ἦλα
χρύσειον ἄρρηκτον, σὺ δ' ἐν αἰθέρι καὶ
νεφέλῃσιν*

*ἐκρέμω, ἡλάστεον δὲ θεοὶ κατὰ μακρὸν
Ὀλυμπον;*

[291] τὸν δὲ Ἥφαιστον ὀργισθεὶς ῥίπτει ἀπὸ
τοῦ οὐρανοῦ, ὁ δὲ

*κάπεσεν ἐν Λήμνῳ, ὀλίγος δ' ἔτι θυμὸς
ἐνῆεν.*

τὸν δὲ ἀδελφὸν ὑπερορᾷ

οἰκί' ἔχοντα

σμερδαλέ' εὐρώεντα, τά τε στυγέουσι θεοὶ περ.

πρόσεστι δὲ αὐτῷ πρὸς τῇ ἀποτομίᾳ καὶ

ἀκρασία, ὃς θεασάμενος τὴν Ἥραν ἐπὶ τῆς

Ἰδης κεκοσμημένην οὐ καρτερεῖ μέχρις τῶν
ἀποδεδειγμένων αὐτοῖς θαλάμων ἐλθεῖν, ἀλλ'
ἐπὶ τοῦ ὄρους χαμαὶ ῥίψας ἑαυτὸν

συγκυλίνδεται τῇ γυναικί,

τοῖσι δ' ὑπὸ χθῶν διὰ φύεν νεοθηλέα ποιήν,

E contra Zeus conspiraram seus próprios
familiares, e Tétis foi quem o ajudou,

*“quando outros deuses do Olimpo em liame
quiseram prendê-lo, Hera e Posido, de escuros
cabelos, e Palas Atena.”*

[Il. I. 399-400 Trad.: Carlos Alberto Nunes]
pois Zeus é muito cruel, não lhe bastou ter posto
na força a irmã e esposa, como se houvesse
profanado um templo, mas ainda a insultou
dizendo:

*“Ou não te lembras do tempo em que no alto
ficaste, suspensa,
com duas grandes bigornas, nos pés amarradas, e
algemas
de ouro, infrangíveis, nos punhos? Pendeste das
nuvens, desta arte,
indignação provocando nos deuses do Olimpo”*

[Il. XV. 18-21 Tradução: Carlos Alberto Nunes]

E, tomado de cólera, do céu atirou abaixo Hefesto,
que

*“fui ter a Lemno, sem dar quase mostras de ainda
estar vivo”*

[Il. I. 593 Tradução: Carlos Alberto Nunes]

Também desdenha do irmão, dizendo

*“seu tenebroso palácio, que até pelos numes é
odiado”*

[Il. XX. 65-66 Tradução: Carlos Alberto Nunes]

Some-se a sua crueldade, sua intemperança. Ao
ver Hera toda arrumada sobre o monte Ida, não se
conteve e, sem esperar que chegasse ao quarto,
ali mesmo rolou no chão com sua mulher, e

“Fez, logo, que erva florida da terra divina

λωτόν θ' ἐρσήεντα ἰδὲ κρόκον ἢ δ' ὑάκινθον.

crescesse,

*loto rociado e virente, açafração prazenteiro, e
jacinto”*

[II. XIV. 347-348 Trad.: Carlos Alberto Nunes]

[292] ποικίλης οὖν πεφωραμένης τῆς ποιήσεως ἀνωφελῆς ἢ γραμματικῆ μὴ δυναμένη ἀποδειξάι τίσι πιστευτέον ἐστὶν ὡς ἀληθέσι καὶ τίσιν ἀπιστητέον ὡς μυθικοῖς ψεύσασιν.

Assim, pois, revelada a inconstância da poesia, percebe-se a inutilidade da gramática, já que não é capaz de apontar quais coisas devemos crer como verdadeiras e quais desacreditar como falsos mitos.

[293] Ἀλλὰ πόλει φασὶ χρησίμην εἶναι τὴν γραμματικὴν, ἐπεὶ καὶ Λεβεδίοις νίκης αἴτιον ἐγένετο <τὸ>⁵⁹ ἐκ ποιητικῆς μαρτύριον. ἔνεκα δὲ τούτου καὶ τὴν ὀρχηστικὴν ἀναγκαίαν λέγομεν εἶναι, ἐπεὶ Σώστρατος ὁ Ἀντιόχου ὀρχηστής, λαβόντος ὑποχείριον τὴν Πριήνην τοῦ βασιλέως πατρίδα οὖσαν αὐτοῦ, καὶ παρὰ τὸ συμπόσιον τὴν ἐλευθερίαν ἀναγκαζόμενος ὀρχεῖσθαι, οὐ καλὸν ἔφη τῆς πατρίδος αὐτοῦ δουλευούσης αὐτὸν ἐλευθερίαν ὀρχεῖσθαι· καὶ διὰ τοῦτο ἐλευθερωθῆναι τὴν πόλιν.

Mas, se dizem que a gramática é útil para uma cidade, porque os lebedianos obtiveram uma vitória às custas de uma citação poética, nós diremos que, no que depender dessa relação, também a dança é necessária. Pois Sóstrato, bailarino de Antíoco, quando o rei tomou sua cidade natal, Priene, à força, ao ser obrigado a dançar no banquete de comemoração, disse não ser correto dançar a dança da liberdade enquanto sua pátria era escravizada, e por causa disto a cidade foi libertada.¹⁷⁴

[294] εἶτα ἄλλο μὲν ἐστὶ τὸ πόλει χρήσιμον, ἄλλο δὲ τὸ ἡμῖν αὐτοῖς. σκυτοτομικὴ γοῦν καὶ χαλκευτικὴ πόλει μὲν ἐστὶν ἀναγκαῖον, ἡμῖν δὲ χαλκεῦσι γενέσθαι καὶ σκυτοτόμοις πρὸς εὐδαιμονίαν οὐκ ἀναγκαῖον. διόπερ καὶ ἡ γραμματικὴ οὐκ ἐπεὶ πόλει χρησίμη καθέστηκεν, ἐξ ἀνάγκης καὶ ἡμῖν ἐστὶν [ἡ] τοιαύτη. ἡ μὲν γὰρ ὀμιλητικὴ οὐκ ἀπὸ γραμματικῆς περιγίνεσθαι πέφυκεν, ἀλλ' ἀπὸ κοινῆς τινος ἐντρεχειας, [295] εἰ μὴ τι καὶ Δημάδης ὁ ῥήτωρ γραμματικὸς ἦν,

Além disso, uma coisa é ser útil para a cidade, outra é ser útil para nós mesmos. Assim, o ofício do sapateiro e do ferreiro são necessários para a cidade, mas não é necessário tornarmo-nos sapateiros ou ferreiros para alcançar a felicidade. Por isso, a gramática também não nos é necessariamente útil, mesmo que seja útil para a cidade. Além do que, a sociabilidade não é uma consequência natural da gramática, mas sim de alguma habilidade geral, a não ser que Dêmades o orador, fosse também gramático, pois, feito prisioneiro junto com muitos outros

⁵⁹ Blank, *ad loc.*

πολλοῖς τῶν Ἀθηναίων μετὰ τὴν ἐν
Χαιρωνείᾳ ἦτταν συναιχμαλωτισθεῖς καὶ
εἰπὼν πρὸς τὸν Φίλιππον ἀναγκάζοντα
εὐωχεῖσθαι

*τίς γάρ κεν ἀνὴρ, ὃς ἐναίσιμος εἴη,
πρὶν τλαίῃ πάσασθαι ἐδητύος ἠδὲ ποτῆτος,
πρὶν λῦσαί θ' ἐτάρους καὶ ἐν ὀφθαλμοῖσιν
ιδέσθαι;*

[296] Ταῦτα μὲν οὖν πρὸς τὰς τῶν
γραμματικῶν ἐπιχειρήσεις λεγέσθω·
προηγουμένως δὲ ῥητέον ὡς εἰ μὲν μόνοι
ἦσαν οἱ ποιηταὶ βιωφελεῖς, τάχα ἂν ἡ
γραμματικὴ βιωφελὴς ἐγένετο περὶ τούτους
πονουμένη, νῦν δὲ ἐπεὶ οὗτοι μὲν ἢ ἀνωφελεῖς
εἰσιν ἢ ὀλιγωφελεῖς, φιλόσοφοι δὲ καὶ οἱ
λοιποὶ συγγραφεῖς διδάσκουσι τὰ ὠφέλιμα
τῶν πραγμάτων, οὐ δεόμεθα γραμματικῆς.

[297] καὶ ὅτι οἱ συγγραφεῖς μᾶλλον ἢ οἱ
ποιηταὶ τὰ χρήσιμα τῷ βίῳ δηλοῦσιν,
εὐεπιλόγιστον. οἱ μὲν γὰρ τοῦ ἀληθοῦς
στοχάζονται, οἱ δὲ ἐκ παντὸς ψυχαγωγεῖν
ἐθέλουσιν, ψυχαγωγεῖ δὲ μᾶλλον τὸ ψεῦδος ἢ
τὰληθές. τοίνυν ἐκεῖνοις <μᾶλλον> ἢ τούτοις
προσεκτέον τοῖς ἐπίτηδες τὸ ψεῦδος
μεταδιώκουσιν.

[298] καθόλου τε, ὅσον ἐπὶ τοῖς ποιηταῖς, οὐχ
οἷον ἀνωφελὴς τῷ βίῳ ἀλλὰ καὶ
βλαβερωτάτη. ἐπιτείχισμα γὰρ ἀνθρωπίνων
παθῶν ἢ ποιητικῆ καθέστηκεν· καὶ ὡς
γέρων γέροντι γλῶσσαν ἠδίστην ἔχει, οὕτως οἱ
μὲν ἐρωτομανεῖς καὶ μέθυσοι τὰς Ἀλκαίου
καὶ Ἀνακρέοντος ποιήσεις ἀναγνόντες

atenienses depois da derrota em Queroneia, disse a
Felipe, que tentava obrigá-lo a participar de um
banquete¹⁷⁵:

*Haverá quem se julgue dotado de espírito justo
e que se atreva, em verdade, a tocar em comida
ou bebida
antes de os sócios haver libertado e de os ter sob
os olhos?'*

[*Od. X. 383-385 Trad.: Carlos Alberto Nunes*]

Portanto, tais são as objeções que se colocam
contra as reivindicações dos gramáticos. Diz-se
principalmente que: se apenas os poetas fossem
úteis para a vida, talvez a gramática, por se ocupar
deles, pudesse vir a ser útil para a vida; por ora, já
que são de nenhuma ou pouca utilidade, e os
filósofos e demais escritores em prosa é que
ensinam o que é útil, não precisamos da
gramática.

Que os escritores, mais que os poetas, mostram o
que é útil para vida, infere-se facilmente. Pois o
objetivo dos primeiros é a verdade, já os outros
querem de toda forma entreter, e muito mais que a
verdade, é a mentira que entretém. Assim,
devemos preferir nos aliar aos primeiros e não a
estes últimos, que deliberadamente perseguem a
mentira.

Em geral, no que se refere aos poetas, a poesia não
é apenas desnecessária para a vida, é também
muito prejudicial. Pois a poesia se faz fortaleza
para as paixões humanas, e assim como

*a mais doce palavra para um velho é a de outro
velho,* [fr. *adesp.* 364 Nauck]

os loucos de amor e os bêbados exaltam-se ainda

προσεκκαίονται, οἱ δὲ ὀργίλοι Ἰππώνακτα καὶ Ἀρχίλοχον ἀλείπτας ἔχουσι τῆς περὶ αὐτοὺς κακίας.

[299] Τὰ μὲν οὖν ὑπὸ τῶν ἄλλων λεγόμενα κατὰ τὸν τόπον, καὶ μάλιστα τῶν

Ἐπικουρείων, ἐστὶ τοιαῦτα· ἡμεῖς δὲ μηδὲν κατειπόντες τῆς ποιητικῆς ἄλλως ποιώμεθα τὰς ἀντιρρήσεις πρὸς τοὺς ἀξιοῦντας γραμματικὴν ἔχειν τέχνην τῶν παρὰ ποιηταῖς καὶ συγγραφεῦσι λεγομένων διαγνωστικὴν.

[300] ἐπεὶ τοίνυν πᾶν σύγγραμμα καὶ πᾶσα ποίησις ἐκ λέξεων τῶν δηλουσῶν καὶ πραγμάτων τῶν δηλουμένων συνέστηκε, δεήσει τὸν γραμματικόν, εἴπερ ἔχει τέχνην διαρθρωτικὴν τῶν παρὰ συγγραφεῦσι καὶ ποιηταῖς λεγομένων, ἥτοι τὰς λέξεις μόνον ἢ τὰ ὑποκείμενα πράγματα γινώσκειν ἢ τὸ συναμφοτέρον. ἀλλὰ τὰ μὲν πράγματα, κἂν ἡμεῖς μὴ λέγωμεν, φαίνεται μὴ γινώσκειν. τούτων γὰρ τὰ μὲν ἐστὶ φυσικὰ τὰ δὲ μαθηματικὰ τὰ δὲ ἰατρικὰ τὰ δὲ μουσικά, καὶ δεῖ τὸν μὲν φυσικοῖς ἐπιβάλλοντα πράγμασιν εὐθὺς φυσικὸν εἶναι καὶ τὸν μουσικοῖς μουσικὸν εἶναι καὶ τὸν μαθηματικοῖς εὐθὺς εἶναι μαθηματικόν, καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων ὁμοίως. ὁ μὲντοι γραμματικὸς <ὅτι> οὐκ ἐστὶν ἐν τῷ αὐτῷ πάνσοφος καὶ πάσης ἐπιστήμης δαήμων, σὺν τῷ καὶ αὐτόθεν προσπίπτειν, ἔτι καὶ τῶν ἀποτελεσμάτων ἐλέγχεται.

[301] ποῦ γὰρ τις δύναται τῶν ὠφρωμένων γραμματικῶν Ἡράκλειτον συνεῖναι καὶ Πλάτωνι παρακολουθῆσαι λέγοντι

mais ao lerem a poesia de Alceu e Anacreonte, e os irascíveis tomam por mestres em seus vícios a Hipônax e Arquíloco.

Pois bem, isso é o que outros dizem sobre o assunto, principalmente os epicuristas; levantemos nós, que não temos nada contra a poesia, outro tipo de refutações contra aqueles que creem possuir na gramática uma arte para discriminar o que é dito por poetas e escritores.¹⁷⁶

Assim como toda composição em prosa ou poesia consiste de palavras e de coisas, ou seja, palavras que expressam coisas e coisas expressadas por palavras, o gramático, se possui a arte de analisar o que é dito por poetas e prosadores, deve conhecer ou somente as palavras, ou somente as coisas subjacentes, ou ambas juntas. E, não é preciso dizer, parece que não conhece as coisas. Com efeito, trata-se de coisas que são próprias tanto do estudo da natureza, quanto da astronomia, ou da medicina, e também da música. E convém àquele que lida com coisas da natureza, ser, obviamente, um filósofo da natureza; da música, convém ser músico; da astronomia, ser, claro, um astrônomo; e assim por diante. Mas o gramático certamente não é alguém que ao mesmo tempo é sábio em tudo e domina todas as áreas do conhecimento (*episteme*), o que, além de ser imediatamente óbvio, também se prova através de resultados.¹⁷⁷

Pois onde está tão orgulhoso gramático que é capaz de entender Heráclito¹⁷⁸, ou acompanhar Platão quando ele diz:

ἴης ἀμερίστου καὶ ἀεὶ κατὰ ταῦτὰ ἐχούσης
οὐσίας καὶ τῆς περὶ τὰ σώματα μεριστῆς τρίτον
ἐξ ἀμφοῖν συνεκεράσατο οὐσίας εἶδος, τῆς τε
ταύτου φύσεως καὶ τῆς θατέρου’

καὶ ἤδη τὰ ἐξῆς,⁶⁰ ἢ ποῦ τοῖς Χρυσίππου
διαλεκτικοῖς θεωρήμασιν ἢ Ἀρχιμήδους τε
καὶ Εὐδόξου μαθηματικοῖς ἐπιβάλλειν
ισχύσει;

[302] καὶ μὴν ὡς ἐν τούτοις ἐστὶ τυφλός,
οὕτω κὰν τοῖς περὶ αὐτῶν γραφεῖσι
ποιήμασιν, οἷον Ἐμπεδοκλέους λέγοντος
*χαίρει’, ἐγὼ δ’ ὑμῖν θεὸς ἄμβροτος, οὐκέτι
θνητός,*

πωλεῖμαι μετὰ πᾶσι τετιμένος,

καὶ πάλιν

*ἀλλὰ τί τοῖσδ’ ἐπίκειμ’ ὥσει μέγα χρῆμά τι
πράσσων*

εἰ θνητῶν περιέειμι πολυφθερέων ἀνθρώπων;

ὁ μὲν γὰρ γραμματικὸς καὶ ὁ ιδιώτης
ὑπολήφονται κατ’ ἀλαζονείαν καὶ τὴν πρὸς
τοὺς ἄλλους ἀνθρώπους ὑπεροψίαν ταῦτ’
ἀνεφθέγγθαι τὸν φιλόσοφον, ὅπερ ἀλλότριόν
ἐστὶ τοῦ κὰν μετρίαν ἔξιν ἐν φιλοσοφίᾳ
ἔχοντος, οὐχ ὅτι γε τοῦ τοσοῦτου ἀνδρός·

[303] ὁ δὲ ἀπὸ φυσικῆς ὀρμώμενος θεωρίας,
σαφῶς γινώσκων ὅτι ἀρχαῖον ὄλως τὸ δόγμα
ἐστὶ, τοῖς ὁμοίοις τὰ ὅμοια γινώσκεσθαι,
ὅπερ ἀπὸ Πυθαγόρου δοκοῦν κατεληλυθέναι

“do que tem substância indivisível e sempre na
mesma condição, e da substância que está dividida
em vários corpos, misturando ambas, compôs uma
terceira forma, com natureza de uma e de outra”¹⁷⁹
[*Timeu*, 35a]

e a sequência; ou que teria força para lançar-se aos
teoremas dialéticos de Crisipo, ou aos
matemáticos de Eudoxo e Arquimedes?

Certamente, da mesma maneira que está como
cego em meio a estas coisas, também estaria em
meio aos poemas escritos sobre elas, por exemplo
quando Empédocles¹⁸⁰ diz:

*Eu vos saúdo como um deus entre vós, não mais
mortal,*

*e vou, honrado por todos.*¹⁸¹ [B 112, 4-5 DK]

e também:

*Mas por que me debruço sobre isto como se fosse
importante,*

*se sou superior aos homens mortais tão
perceíveis?* [B 113 DK]

Gramático e homem comum iriam supor que o
filósofo se expressou assim por ser pretensioso e
desprezar os outros homens –comportamento que
seria estranho mesmo em alguém medianamente
versado em filosofia, sem falar de um homem da
envergadura de Empédocles.

Mas, quem parte da teoria natural compreende
claramente que a doutrina de que pelo similar se
conhece o similar é realmente antiga; procede,
supõe-se, de Pitágoras, e aparece mesmo no *Timeu*

⁶⁰ Blank, *ad loc.*, deleta {– περὶ τὴν λέξιν πάντες οἱ Πλάτωνος ἐξηγηταὶ ἐσίγησαν –}: {(sobre esta passagem todos os intérpretes de Platão guardaram silêncio)}. Dalimier, *ad loc.*, mantém a passagem e modifica τὰ ἐξῆς (anterior à supressão de Blank) por τὸ ἐξῆς, obtendo assim: ‘o significado atribuído à expressão, foi mantido em segredo por todos os comentadores de Platão.’

κεῖται μὲν καὶ παρὰ Πλάτωνι ἐν τῷ Τιμαίῳ,
εἴρηται δὲ πολὺ πρότερον ὑπ’ αὐτοῦ

Ἐμπεδοκλέους

*γαίη μὲν γὰρ γαῖαν ὀπώπαμεν, ὕδατι δ’
ἕδωρ,
ἡέρι δ’ ἡέρα δῖον, ἀτὰρ πυρὶ πῦρ αἰδήλον,
στοργὴν δὲ στοργῆ, νεῖκος δέ τε νεϊκεί
λυγρῶ,*

συνήσει ὅτι ὁ Ἐμπεδοκλῆς θεὸν ἑαυτὸν
προσηγόρευσεν, ἐπεὶ μόνος καθαρὸν ἀπὸ
κακίας τηρήσας τὸν νοῦν καὶ ἀνεπιθόλωτον
τῷ ἐν ἑαυτῷ θεῷ τὸν ἐκτὸς θεὸν κατείληφεν.

[304] Ἀράτου τε μὴν γράφοντος

*ὄσσον ἀπ’ ὀφθαλμοῖο βολῆς ἀπολάμπεται
ἀυγή,
ἐξάκις ἂν τόσση μιν ὑποδράμοι· αὐτὰρ ἐκάστη
ἴση μετρηθεῖσα δὴ περικύβηται ἄστρα
οὐ γραμματικοῦ τοῦτο νοῆσαι, ὅτι ἡλική
ἐστὶν ἢ ἀπὸ τῆς ἡμῶν ὄψεως πρὸς τὴν
ἀνατολὴν ἐκβαλλομένη εὐθεῖα, ἐξάκις αὕτη
ληφθεῖσα τὸν ζῳδιακὸν καταμετρήσει κύκλον
ὥστε δύο αὐτὴν ἀποτέμεσθαι ζῳδία, ἀλλὰ
μαθηματικοῦ, γραμμικῶς αὐτὸ
ἀποδεικνύντος, ὅτι τὸ ἕκτον τοῦ ζῳδιακοῦ
κύκλου μέρος ἐπὶ⁶¹ τῆς μέχρι τῆς ἀνατολῆς
ἐκβαλλομένης εὐθείας καθέστηκεν.*

[305] Τίμωνός τε τοῦ Φλιασίου τὸν Πύρρωνα

*ἡλίῳ ἀπεικάζοντος ἐν οἷς φησι
μοῦνος δ’ ἀνθρώποισι θεοῦ τρόπον
ἡγεμονεύεις,*

de Platão, além de ter sido expressa muito antes
pelo próprio Empédocles:

*Pois pela terra entendemos a terra, pela água a
água,
pelo éter o éter divino, e pelo fogo o fogo que
destrói,
pelo amor o amor, e a violência pela violência
que corrompe; [B109 DK]*

assim, esse homem compreenderá que
Empédocles nomeou a si mesmo ‘deus’ porque
somente ele preservou sua mente livre de maldade
e impureza, e compreendeu o deus exterior através
do deus em si mesmo.¹⁸²

Quando Arato escreve:

*O brilho do raio que parte do olho,
seis vezes percorrido em si mesmo: e cada um,
de igual medida, dois astros zodiacais
comporta;¹⁸³*

[*Phaenomena*, 541-3]

não é coisa de gramático saber que a medida da
linha reta que parte de nossos olhos ao orto solar,
se multiplicada seis vezes, dará a medida do
círculo zodiacal, de tal forma que ela própria
cortará dois signos do zodíaco. Mas um
matemático sim, ele demonstra geometricamente
(*grammikos*)¹⁸⁴ que a sexta parte do círculo do
zodíaco fica sobre a linha reta traçada até o orto
solar.

Quando Tímon de Fliunte compara Pirro ao sol,
dizendo:

*Sozinho, aos homens governas, como o deus
em circular caminhada rodeia toda a terra,*

⁶¹ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 12 ss. Por ἀπὸ.

ὅς περι πᾶσαν ἑλῶν γαῖαν ἀναστρέφεται,
 δεικνὺς εὐτόρνου σφαίρας πυρिकाύτορα
 κύκλον,
 δόξει μὲν τοῖς γραμματικοῖς κατὰ τιμὴν αὐτὸ
 λέγειν καὶ διὰ τὴν περι τὸν φιλόσοφον
 ἐπιφάνειαν· ἄλλος δὲ ἐπιστήσει μήποτε καὶ
 μάχεται τὰ παραδείγματα⁶² τῷ σκεπτικῷ
 βουλήματι τὰ ὑπὸ τοῦ Φλιασίου εἰς τὸν
 Πύρρωνα λεχθέντα, εἶγε ὁ μὲν ἥλιος τὰ
 πρότερον μὴ βλεπόμενα τῷ φωτὶ καταναγάζων
 δείκνυσιν, ὁ δὲ Πύρρων καὶ τὰ προδήλως
 ἡμῖν ληφθέντα τῶν πραγμάτων εἰς ἀδηλότητα
 περισπᾶν βιάζεται.

[306] τὸ δὲ οὐχ οὕτως ἔχειν φαίνεται τῷ
 φιλοσοφώτερον ἐπιβάλλοντι, ἀλλ' ἡλίου
 τρόπον ἐπέχειν φησὶ τὸν Πύρρωνα καθόσον
 <ὡς> ὁ θεὸς τὰς τῶν ἀκριβῶς εἰς αὐτὸν
 ἀτενιζόντων ὄψεις ἀμαυροῖ, οὕτω καὶ ὁ
 σκεπτικὸς λόγος τὸ τῆς διανοίας ὄμμα τῶν
 ἐπιμελέστερον αὐτῷ προσεχόντων συγγεῖ,
 ὥστε ἀκαταληπτεῖν περι ἐκάστου τῶν κατὰ
 δογματικὴν θρασύτητα τιθεμένων.

[307] εἰ δὲ δεῖ περι ἰατρικῆς διεξέρχεσθαι
 θεωρίας, καὶ παριστᾶν <ἔστιν>⁶³ ὡς καὶ
 ἐπίθετον πολλάκις προσριφέν ὑπὸ ποιητοῦ
 βαθὺν ἐμφαίνει καὶ ἐπιστημονικὸν νοῦν, οἷόν
 ἐστὶ τὸ 'βαθύσχοινον λεγεποίην' παρ'
 Ὀμήρω. σημαίνει γάρ, ὃ μὴ δύναται νοῆσαι
 γραμματικὸς, <ὄτι> παραστατικὸν πρὸς
 συνουσίαν ἐστὶ τὸ τῆς σχοίνου σπέρμα, λέχος
 καλοῦντος τοῦ ποιητοῦ τὴν μῆξιν.

[308] ἢ τὸ παρὰ τῷ Εὐριπίδῃ ἐπὶ τῇ

*e deixa ver o orbe ardente em fogo de sua bem
 lavrada esfera, [fr.841.5-7Lloyd-Jones/Parsons]*¹⁸⁵
 para os gramáticos vai parecer que o diz por
 honrarias e para aumentar a fama acerca do
 filósofo. Mas outra pessoa poderá verificar que,
 provavelmente, isso que diz de Pirro está em
 conflito com os exemplos que Tímon apresenta
 para as aspirações cétricas, pois, se o sol ilumina o
 que antes não se via e o revela; Pirro, ao contrário,
 lança violentamente para a obscuridade o que
 antes estava claro para nós.

No entanto, para quem tem uma abordagem mais
 filosófica, é nítido que não é isso. Dirá que Pirro, à
 maneira do sol, faz suspender o julgamento: da
 mesma forma que o deus obscurece os olhos
 daqueles que o encaram diretamente, o raciocínio
 cétrico confunde os olhos do entendimento dos que
 lhe dedicam uma atenção concentrada, assim, cada
 um dos argumentos que nos oferece a excessiva
 arrogância dogmática se torna inapreensível.

E, se é preciso estender a discussão para a teoria
 médica, também acontece de muitas vezes um
 adjetivo dito, sem mais, pelo poeta revelar um
 sentido profundo e científico, como por exemplo :
 'leito feito de juncos densos' usado por Homero
 [*Iliada* IV 383], cujo significado um gramático
 não pode alcançar: que a semente do junco
 encoraja a relação sexual, e o poeta chama 'leito'
 ao ato sexual.¹⁸⁶

Ou o que é dito por Eurípides acerca da filha de

⁶² Blank, *ad loc.*: com Giusta, p. 429, retém τὰ παραδείγματα.

⁶³ Blank, *ad loc.*: com Bury, que segue Hervetus.

Λυκομήδους θυγατρὶ Δηϊδαμείᾳ λεγόμενον·
 ἡ παῖς νοσεῖ σου κάπικινδύνως ἔχει
 πρὸς τοῦ; τίς αὐτὴν πημονὴ δαμάζεται;
 μῶν κρυμὸς αὐτῆς πλευρὰ γυμνάζει χολῆς;
 πυνθάνεται γὰρ μὴ τι πλευριτικὴ γέγονε διὰ
 τὸ τοὺς πλευριτικούς βήσσοντας ὑπόχολον
 ἀνάγειν. ὧν οὐδὲν οἶδεν ὁ γραμματικός.

[309] Καίτοι περιττὸν ἴσως ἐστὶν ἀπὸ τῶν
 ἀρχαιοτέρων καὶ τάχα ἐπιστημονικῶν
 δυσωπεῖν τοὺς ἀπὸ τῆς γραμματικῆς, ὅτε καὶ
 τὸ τυχὸν ἐπιγραμματίον οὐχ οἰοί τέ εἰσι
 νοῆσαι, καθάπερ καὶ τὸ ὑπὸ τοῦ Καλλιμάχου
 εἰς Διόδωρον τὸν Κρόνον συγγραφέν
 ἠνίδε κου κόρακες τεγέων ἔπι ‘κοῖα συνῆπται’
 κρῶζουσιν καὶ ‘κῶς αὖθι γενησόμεθα’.

[310] ὅτι γὰρ διαλεκτικώτατος ἦν ὁ Κρόνος
 καὶ ἐδίδασκε πῶς κριτέον ἐστὶ τὸ ὑγιές
 συνημμένον, ὥστε διὰ τὸ ἐπικρατεῖν ἤδη τὴν
 διδασκαλίαν καὶ τοὺς ἐπὶ τῶν δωμάτων
 κόρακας ἐκ πολλῆς τῆς κατηγήσεως κράζειν
 τὴν κατ’ αὐτὸν τοῦ συνημμένου κρίσιν, εἴποι
 ἂν ὁ γραμματικός, καὶ μέχρι τούτου συνήσει
 τὸ καὶ παιδίοις γνώριμον·

[311] ἔλθων δὲ καὶ ἐπὶ τὸ ‘καὶ κῶς αὖθι
 γενησόμεθα’ ἠσυχάσει, μὴ εὐρίσκων τὸ
 δηλούμενον πρᾶγμα. φιλοσόφου γὰρ ἦν εἰπεῖν
 ὅτι ἀρέσκει τῷ Διοδώρῳ μηδὲν κινεῖσθαι. τὸ
 γὰρ κινούμενον ἦτοι ἐν ᾧ ἔστι τόπω κινεῖται
 ἢ ἐν ᾧ μὴ ἔστιν· οὔτε δὲ τὸ πρῶτον οὔτε τὸ
 δεύτερον· οὐκ ἄρα κινεῖται τι. τῷ δὲ μηδὲν
 κινεῖσθαι τὸ μηδὲν φθείρεσθαι ἀκολουθεῖ.

Licomedes, Deidâmia:

Sua filha está doente e está correndo risco.

Por quê? Que intruso a agride?

*Acaso não é um frio que molesta seu flanco com
 bile?* [Frag. 682 Nauck²]

Pois está perguntando se ela não sofre de pleurisia, já que os que padecem dessa enfermidade tosse bile. Nada disso sabe o gramático.

Contudo, talvez seja demasiado constranger os que se dedicam à gramática com questões sobre coisas muito antigas e provavelmente específicas, quando não são sequer capazes de compreender um epigrama qualquer, como por exemplo o que escreveu Calímaco¹⁸⁷ para Diodoro Crono:

Ouça os corvos sobre os telhados gralhando “De que tipo são os condicionais?” e “Como nasceremos de novo?” [Frag. 393. 3 Pfeiffer]

Pois Crono¹⁸⁸ era um grande dialético e ensinava como se deve julgar a validade das proposições condicionais¹⁸⁹, de forma que, por causa da influência de seus ensinamentos, até mesmo os corvos sobre as casas, de tanto ouvirem, gralhavam seu critério para as proposições condicionais. Isto diria o gramático, e até aqui não vai além do que sabem mesmo as crianças.

Mas quando chega a ‘como nasceremos de novo’ cala-se, por não encontrar o objeto a que se refere. Pois é tarefa do filósofo dizer que a opinião de Diodoro é a de que nada se move.¹⁹⁰ Pois o que se move, ou se move no lugar em que está ou no lugar em que não está, e não se move no primeiro, nem no segundo: logo não se move. Se nada se move, nada perece.

[312] ὡς γὰρ διὰ τὸ μήτε ἐν ᾧ ἔστι τόπω
κινεῖσθαι τι μήτε ἐν ᾧ μὴ ἔστιν οὐδὲν
κινεῖται, οὕτως ἐπεὶ τὸ ζῶον οὔτε ἐν ᾧ ζῆ
χρόνῳ ἀποθνήσκει οὔτε ἐν ᾧ μὴ ζῆ, οὐδέποτε
ἄρα ἀποθνήσκει. εἰ δὲ τοῦτο, αἰεὶ ζῶντες κατ’
αὐτὸν καὶ αὐθις γενησόμεθα.

[313] Οὐκοῦν τὰ μὲν πράγματα οὐ νοοῦσιν οἱ
γραμματικοί. λείπεται τοίνυν τὰ ὀνόματα
νοεῖν αὐτούς. ὁ πάλιν ἔστι ληρῶδες. πρῶτον
μὲν γὰρ οὐδὲν ἔχουσι τεχνικὸν εἰς τὸ λέξιν
γινώσκειν. οὐδὲ γὰρ ἐκ τέχνης τινὸς
μεμαθήκασιν ὅτι οἱ παρὰ τῷ Σοφοκλεῖ
ποιμένες ‘ἰὼ βαλλήν’ λέγοντες ‘ἰὼ βασιλεῦ’
λέγουσι φρυγιστί, ἀλλὰ παρ’ ἄλλων
ἀκούσαντες. διήνεγκε δὲ οὐδὲν ἢ βαρβάρου
λέξεως ἐρμηνευτὰς γίνεσθαι ἢ τῆς κατὰ
γλῶσσαν προενεχθείσης, ὁμοίως οὔσης
ἀσυνήθους ἡμῖν.

[314] εἶτα καὶ τοῦτ’ ἀδύνατόν ἐστιν ἀπείρων
οὐσῶν λέξεων καὶ ἄλλως παρ’ ἄλλοις
ὀνοματοποιηθισῶν ἢ ἐπὶ πράγμασιν οἷς ἡμεῖς
οὐκ ἴσμεν τεθεισῶν. οἷόν ἐστι τὸ
<‘ἐβαρβάριζε τὸ ὄλον, ἔλκη ἔχον ἐν τῇ χειρί’,
τοῦ μὲν> ἐβαρβάριζεν ἀντὶ τοῦ ἐσύριζε
κειμένου, βάρβαροι γὰρ οἱ Σύροι, τοῦ δὲ ὄλου
ἀντὶ τοῦ παντός, ὄλον γὰρ καὶ πᾶν
συνώνυμον, τοῦ δὲ ἔλκους ἀντὶ τῆς σύριγγος,
εἶδος γὰρ ἔλκους ἢ σύριγγος· ὥστε τὸ ὄλον
γίνεσθαι τοιοῦτον ‘ἐσύριζεν ὁ Πάν, σύριγγας
ἔχων ἐν τῇ χειρί’.

Pois, assim como nada se move, já que não se
move no lugar em que está, nem tampouco no que
não está, do mesmo modo o que está vivo não
morre quando está vivo, nem, tampouco, quando
não está vivo; conseqüentemente, não morre
nunca. E se é assim, vivemos para sempre,
segundo ele, e nasceremos de novo.¹⁹¹

Portanto, os gramáticos não compreendem as
coisas a que as palavras se referem. Faltou então
considerar que compreendam as palavras, o que é
novamente um disparate. Primeiro, porque não
possuem *técnica* para conhecer a palavra. De fato,
não foi a partir de nenhuma arte que ficaram
sabendo que os pastores em Sófocles quando
dizem ‘*io ballen*’, estão dizendo ‘*io basileu*’, ou
seja, ‘Ai, rei!’ em frígio [Frag. 515 Radt], mas
porque ouviram de outros. E não haverá diferença
entre interpretar palavras estrangeiras ou aquelas
raras, pois são igualmente incomuns para nós.¹⁹²

Segundo, tal coisa é impossível, porque as
palavras são infinitas e se formam de inúmeras
maneiras diferentes, em lugares diferentes, ou são
usadas para nomear coisas que sequer
conhecemos. Como por exemplo: ‘falava
inteiramente como um estrangeiro, com as mãos
feridas’, onde ‘falar como um estrangeiro’ está por
‘tocar siringe’ (*esyryze*), pois os sírios são
estrangeiros; e ‘inteiramente’ (*holon*) está por
‘todo’ (*pan*), ou seja, ‘*pan*’, que soa como Pã; e
‘ferida’ está por ‘siringe’, já que uma flauta tem
aberturas como feridas. E assim a frase toda seria
algo como: ‘Tocou Pã com sua siringe em
mãos’.¹⁹³

[315] ἄλλως τε καὶ ποῦ ἴσασιν ἐνίας τῶν
ἐπιστημονικῶν λέξεων οἱ γραμματικοί,
καθάπερ τὴν παρὰ Ἀριστοτέλει ἐντελέχειαν ἢ
τὸ τί ἦν εἶναι; ἢ ποῦ συνήσουσι τίνα δύναμιν
ἔχει παρὰ σκεπτικοῖς ἢ ‘οὐδὲν μᾶλλον’ φωνή,
πότερον πνευματικὴ ἐστὶν ἢ ἀξιοματικὴ, καὶ
ἐπὶ τίνος τάσσεται, ἄρα γε τοῦ ἐκτὸς
ὑποκειμένου ἢ τοῦ περὶ ἡμᾶς πάθους;

[316] τί δὲ καὶ ἐροῦσιν ἐκ λέξεων τινῶν
συντεθέντος τινὸς ποιήματος·

εἶ⁶⁴ γὰρ σοὶ δισσοῖσιν ὑπ’ οὔρεσι διττὸς
ἐραστῆς
ἔφθιτο καὶ νεάτην μοῖραν ἔθηκε φύσιν.
ἄρθρω ἐν ἀσπιδόεντι βεβηκότα γυῖα καθ’
ὄλμοῦ
βλαισὰ τροχαντήρων ἄχρι περιστρέφετο
σμερδαλέαι δ’ ὑπένερθεν ἀλώπεκες ἄχρι
δοχαίης
αἰῶνος χαλαρῆς σύνδρομον ἁρμονίης.⁶⁵

[317] τοὺς γὰρ ἐραστὰς οἵτινές εἰσι καὶ τὰ
ῥρη καὶ τὸ ἀσπιδόεν ἄρθρον καὶ τοὺς
τροχαντήρας, ἔτι δὲ καὶ τὸν ὄλμον καὶ τὰς
ἀλώπεκας δοχαίην τε καὶ αἰῶνα καὶ ἁρμονίαν,
μήτε τροπικῶς μήτε κατὰ ἱστορίαν ἀλλὰ
κυρίως ἐξενεχθέντα ὀνόματα, κἄν μυριάκις
ἐπιστήσωσιν, οὐ συνήσουσιν.

[318] Εἰ οὖν μήτε τὰ πράγματα μήτε τὰς
λέξεις ἴσασιν, παρὰ δὲ ταῦτα οὐδὲν ἐστὶν ἢ

Além disso, como os gramáticos saberiam o que
significam certas palavras científicas como, por
exemplo, ‘a enteléquia’ ou o ‘o que era para ser’
(*to ti en einai*), de Aristóteles?¹⁹⁴ Ou como
entenderão a força que tem junto aos cétricos a
expressão ‘nada é mais’ (*ouden mallon*)? Se é
interrogativa ou declarativa, e a que se aplica: ao
que nos é exterior (*to ekstos hupokeimenon*) ou a
nossos sentimentos (*pathoi*)?¹⁹⁵

E o que dirão de tal poema composto em termos
tais:

*Poderias tu, sob as montanhas gêmeas, como dois
amantes,
perecer e por destino uma natureza mais baixa
adquirir.
Membros articulados igual serpente, o corpo
todo,
do tronco ao trocânter, revolvendo-se,
e por baixo do receptáculo terríveis raposas
reúnem-se
pela eternidade da harmonia do amante.*¹⁹⁶

Quem são os ‘amantes’, as ‘montanhas’, a
‘articulação igual serpente’, ou o ‘trocânter’, ou o
‘tronco’, ou as ‘raposas’, ou o ‘receptáculo’, ou a
‘eternidade’, ou a ‘harmonia’? – e não são
expressões figurativas ou cujo sentido se precisa
levantar historicamente, mas estão sendo usadas
em um sentido próprio (*kurios*)¹⁹⁷. Ainda que mil
vezes o vasculhem não compreenderão.

Portanto, se não conhecem nem as coisas e nem as
palavras, e prosa e poesia são isto e nada mais,

⁶⁴ Blank, *ad loc.*: com Blomqvist, p. 17. Por ἢ nos MSS.

⁶⁵ Blank, *ad loc.*: modificações com Blomqvist, p. 13-18. Por ὄλμοῦ, βᾶσα, περιστρέφεται, σμερδαλέα, ἀλώπεκος, χαλαρὰν σύνδρομον.

ποίησις ἢ τὸ σύγγραμμα, οὐκ ἂν ἔχοιεν
τέχνην ἐξηγητικὴν τῶν παρὰ ποιηταῖς καὶ
συγγραφεῦσι λεγομένων. ἄλλως τε καὶ εἰ
χρήζομεν γραμματικῆς, ἐπὶ τῶν ἀρίστων
ποιημάτων χρήζομεν ἄλλ' οὐ τῶν μοχθηρῶν.
ἄριστον δὲ ποιήμα ἐστὶ κατ' αὐτοὺς τὸ σαφές·
[319] ἀρετὴ γὰρ ποιήματος ἢ σαφήνεια, καὶ
μοχθηρὸν τὸ ἀσαφές παρὰ γραμματικῆ. οὔτε
οὖν ἐπὶ ἀρίστου ἐστὶ ποιήματος χρεϊώδης διὰ
τὸ μὴ δεῖσθαι ἐξηγήσεως σαφές ὄν, οὔτε ἐπὶ
τοῦ μοχθηροῦ διὰ τὸ αὐτόθεν εἶναι μοχθηρὸν.

[320] τό τε ἀνεπικρίτως διαφωνούμενον
ἀκατάληπτόν ἐστιν, ἀνεπικρίτως δ' ἔτι
διαφωνοῦσιν ἐν ταῖς ἐξηγήσεσιν οἱ
γραμματικοὶ περὶ τῆς τοῦ συγγραφέως
διανοίας· ἀκατάληπτος ἄρα ἐστὶν ἢ τοῦ
συγγραφέως διάνοια, καὶ διὰ τοῦτο ἄχρηστος
ἢ γραμματικῆ.

Ἀλλὰ γὰρ πρὸς μὲν τοὺς ἀπὸ τούτου τοῦ
μαθήματος ἀναγομένους ἐπὶ τοσοῦτον
εἰρήσθω· ἀπ' ἄλλης δὲ ἀρχῆς σκεψώμεθα καὶ
πρὸς τοὺς ῥήτορας ἃ δεῖ λέγειν.

eles não teriam uma arte interpretativa do que é
dito por poetas e escritores. Além disso, se
fôssemos fazer uso da gramática, seria para os
melhores poemas e não para os ruins. Mas, de
acordo com eles, o melhor poema é o que está
claro,
pois a clareza é excelência (*arete*) em um poema,
e aquele a que falta clareza é um poema ruim,
segundo a gramática. Assim, portanto, a gramática
não tem utilidade quando se trata de um poema
muito bom, que não precisa de explicação porque
ele está claro; nem é útil para o poema ruim,
porque ele é, de imediato, ruim.¹⁹⁸

E aquilo sobre que se discorda indefinidamente é
inapreensível, e os gramáticos discordam
indefinidamente acerca das interpretações do
pensamento (*dianoia*) dos escritores. Logo,
inapreensível é o pensamento dos escritores, e por
isso a gramática é inútil.

Porém, contra os que se dedicam a esta
disciplina, certamente deve bastar o que já foi
dito. E, a partir de outro princípio, vamos
considerar o que precisa ser dito contra os
retóricos.

2.1 NOTAS DE FIM

¹ Pedimos desculpas pela formatação inadequada, porém, uma vez inseridos os textos desta forma, não nos foi possível modificá-los para esta versão.

² Procuramos diferenciar o uso de *antirrhesis* ('ataque' ou 'réplica', 'contra-argumento') e o uso dos termos da família de *elenkhos* ('refutação'): os dois provavelmente podem ser considerados sinônimos em muitos contextos, contudo, ao menos nos dois livros aqui traduzidos, *antirrhesis* ('ataque') parece ter uma conotação mais geral, ver § 39, enquanto *elenkhos* ('refutação') parece referir-se propriamente ao procedimento argumentativo em que se expõe a contradição nas teses dos adversários.

³ Sexto Empírico contrapõe, logo de início, epicuristas e pirrônicos, informando-nos que ambos atacaram estes estudos com críticas que teriam se distinguido pela 'disposição' (*diathesis*), ou seja, pelos 'motivos', mas não necessariamente pelo método ou conteúdo, supomos. Obviamente, Sexto traça uma fronteira entre o dogmatismo dos epicuristas e o posicionamento cético dos pirrônicos, por isso é importante para ele contrapor 'motivações', pois os argumentos epicuristas são parte essencial da artilharia que será utilizada por Sexto na invectiva contra os 'estudos especializados'. Os motivos imputados a Epicuro e a seus seguidores são, no entanto, uma coleção de lugares comuns. A hostilidade de Epicuro contra as *tekhnai* era célebre na antiguidade.

⁴ *Ta mathemata*: uma das traduções possíveis para este termo e que costuma aparecer em diversas línguas é o equivalente ao português 'artes liberais'. Encontramos, por exemplo, a tradução de Blank (1998): "*liberal studies*"; Cavero (1997): "*disciplinas liberales*"; mas Dalimier (2002): "*études*", ou Bury (1949): "*Arts and Sciences*". A questão que se coloca é a relação entre o grupo de disciplinas abordado por Sexto (são seis: gramática, retórica, geometria, aritmética, astrologia, música) e aquele das *sete artes liberais* (*trivium*: gramática, retórica, dialética, e *quadrivium*: geometria, aritmética, astronomia, música) que compõem o currículo escolar medieval, bem estabelecido à época de Santo Agostinho. A semelhança entre os dois grupos é óbvia, e são muitos os elementos históricos que nos permitem acompanhar o processo de canonização das sete disciplinas medievais durante a antiguidade, com raízes muito anteriores à obra de Sexto Empírico (em Filon de Alexandria, por exemplo, ou mesmo em Platão e Sêneca); mas o que procuramos evitar, em nossa tradução, é a imediata associação do termo com a posterior tradição escolástica. Embora Sexto pareça sugerir que as *enkuklia mathemata* estavam padronizadas e, em outro momento, use o termo 'artes liberais' (*hai eleutherai tekhnai*) (M 2. 57), entendemos que com isso estivesse indicando um assunto de domínio comum, ao menos entre os intelectuais, por ser este o termo *genérico* aplicado aos *estudos cíclicos* superiores (em oposição a disciplinas básicas da educação infantil), ou

intermediários/preparatórios (entre os estudos básicos e o estudo filosófico). Aquilo de que discordamos é a suposição de que este *ciclo de disciplinas* estivesse fechado e consagrado curricularmente à época de Sexto. Sexto, em outro contexto, refere-se também à medicina como *logikon mathema* (M 2. 51): medicina e arquitetura são outras duas disciplinas comumente presentes nas listas das ‘artes liberais’ durante a antiguidade. Por outro lado, é verdade que os posicionamentos a respeito de quais disciplinas fariam parte do quadro destes estudos não são tão discrepantes e, de maneira ampla, parece haver algum consenso geral acerca da fronteira que separa ‘estudos liberais’ de estudos ocupacionais, profissionais ou mecânicos, aqueles direcionados a propósitos econômicos e não intelectuais. Mas, enquanto se pode apontar uma equivalência entre as listas, não se pode apontar uma única lista. Em relação a obra sextiana, supomos, com Hadot (2005, p. 293), que a esquivança de Sexto em adentrar o assunto não se deve à uniformidade de tratamento da questão, mas ao contrário, à existência de muitos pontos de vista, que, acreditamos, aponta para um uso não-técnico do termo, em oposição ao uso específico durante a Idade Média. Por outro lado, quisemos qualificar estes ‘estudos’ apropriando-nos de uma especificação que não é própria do termo grego, e que Sexto mesmo só expõe quando passa a tratar de cada disciplina em particular. Assim, com ‘estudos’ ou *estudos cíclicos*, procuramos nos referir de maneira geral aos estudos disciplinares superiores, ou seja, ao estudo aprofundado em diferentes áreas do conhecimento com viés misto: teórico e prático; mas, ao agregar o adjetivo ‘especializados’, quisemos, principalmente, sugerir uma característica das disciplinas atacadas por Sexto que é fundamental para definir a abordagem sextiana, e que Hadot (2005, p. 293) expressou na seguinte conclusão: “A situação poderia ser resumida desta forma: para nós, ‘artes liberais’ pode referir-se a qualquer ocupação digna de um homem livre, seja intelectual, esportiva ou militar, enquanto a noção de *enkuklios paideia* se limita às ‘artes fundadas sobre o raciocínio’ e implica a representação teórica da unidade de um corpo *científico* de conhecimentos.” Consideramos, pois, que *ta mathemata* está em relação direta com certa racionalização e especialização própria de estudos *teóricos*, mas mais distante da interpretação como ‘artes liberais’: no sentido restrito de conjunto fixo de disciplinas de um currículo formativo (parte da pedagogia escolástica); e no sentido amplo de toda atividade própria ao homem livre - mesmo que seja produtiva a oposição entre ‘artes liberais’, próprias dos homens livres e instruídos, e ‘artes servis’, por assim dizer, que envolveriam trabalho pesado, mecânico, repetitivo e/ou profissional, próprias dos escravos, serviçais e classe trabalhadora, ou seja, aquelas que estão relacionadas a aquisição de uma profissão, de um meio de vida. Entendemos também que, a par da popularização crescente, durante a antiguidade, do conteúdo destes estudos, que pode ser percebida, entre outros, pelo sucesso de manuais ou tratados, e de sua característica de estudos preparatórios ou interrelacionados, ou seja, dois traços que justificariam a alcunha de *estudos gerais* ou *ciclo de estudos comuns*, Sexto direciona sua refutação aos *professores* destes estudos, aos intelectuais que se especializam nos teoremas da arte, por isso, também neste sentido, acreditamos ser adequado qualificá-los de *especializados*. A discussão que se desenvolve na Antiguidade dentro das escolas filosóficas em relação às *enkuklia mathemata*, ou *enkuklios paideia*, diz respeito, principalmente, ao valor, e/ou necessidade, do estudo das disciplinas teóricas ou técnicas como preparação para o estudo da ‘filosofia’; debate-se, pois, a utilidade destes estudos no

caminho da ‘sabedoria’. É neste panorama que se enquadra a hostilidade de Epicuro e também o interesse de Sexto pela questão. Vale lembrar que a sistematização de estudos superiores e a oferta de cursos regulares e livros técnicos ligados a disciplinas especializadas é um fenômeno que tem início com o movimento sofista. É interessante, portanto, constatar que tais assuntos estiveram, desde o princípio, contaminados com a ambiguidade que acompanha a sofística. No singular, *to mathema* aparece quase sempre no contexto da argumentação geral acerca da possibilidade e/ou existência de qualquer disciplina (especializada). Procuramos sempre diferenciar o uso de *mathesis*, que se relaciona à ‘ensino’ de modo amplo, ou seja, ‘transmissão/aquisição de conhecimento’. Conforme Blank, p. 68, *ta mathemata* teria sido o termo mais comum nos ataques céticos e epicuristas ao ensino tradicional. Contudo, embora possa parecer um termo técnico, como comentamos, referindo-se ao conjunto específico das seis disciplinas presentes aqui, também ocorre em contextos neutros. Em geral, *mathema* e *tekhne* parecem intercambiáveis no *Contra os Professores*. Dadas as peculiaridades tanto do ambiente educacional na antiguidade quanto das ocorrências do termo, uma tradução totalmente uniforme foi descartada. Optamos, portanto, em incorporar traduções possíveis de forma que estivessem concatenadas e, assim, compusessem o significado da expressão: são as disciplinas particulares que compõem os chamados *estudos cíclicos* (8), por isso vertemos ‘Professores’ (*mathematikoi*) também por: ‘os que professam as disciplinas do estudo cíclico’ (*hoi apo ton mathematon*) (1). São, como afirmamos, estudos ‘especializados’, no sentido de que cada disciplina possui e se aprofunda em sua especialidade e, então, os ‘Professores’ são, na verdade, ‘especialistas’. Mas são também, propriamente, *estudos cíclicos*, por terem sido vistos como complementares uns aos outros, ao mesmo tempo em que eram uma etapa, um ‘ciclo’, da formação, portanto, propedêuticos. Convém considerar ainda o horizonte específico traçado por Sexto mais adiante: são estudos *necessariamente* vinculados a um determinado ambiente de ‘ensino’, que envolve professor, aluno, matéria (proposições, supomos) e método.

⁵ Considerando que grande parte dos argumentos utilizados por Sexto no *Contra os Gramáticos* é de origem epicurista, é interessante, principalmente em relação à argumentação a favor da correção da linguagem pelo uso comum, manter em mente esta crítica a Epicuro. Aqui, no entanto, se usa o termo *kathareuein*, incomum no contexto gramatical, onde se usa preferencialmente *hellenizein* (‘falar grego corretamente’).

⁶ Nausífanés (c. 360-300 a. C.) foi um filósofo atomista. Sobre ele, ver DL (9. 69 e 102 – em que é apresentado como pirrônico, e 10. 8 e 64).

⁷ Parece ser necessário diferenciar entre ‘discípulo de Pirro’ (*Pyrronos akoustes*), aqui, e ‘pirronistas/seguidores de Pirro’ (*hoi apo tou Pyrronos*), acima §1, pois Nausífanés certamente defendia os *estudos cíclicos*. Sobre o uso do termo ‘pirrônico’ por Sexto, ver Decleva Caizzi, 1992, p. 295.

⁸ A crítica de Epicuro aos estudos especializados e às *tekhnai* em geral parece compor-se tanto de uma acusação acerca da ausência de conteúdo e de método no ensino tradicional quanto estar baseada em uma concepção diferente de sabedoria.

⁹ *Barustonoí* era um nome coloquial para atores (Demóstenes 18, 262).

¹⁰ Seguindo a leitura de Warren, 2002, p. 188ss: Epicuro nega ser discípulo de Nausífanés, mas não que esteve em suas aulas, esta distinção era importante porque, de fato, Epicuro assistiu às aulas de Nausífanés. Sobre a atitude de Epicuro contra seus rivais e a especial animosidade que dirigiu a Nausífanés, ver Sedley, 1976. Este autor sugere (p. 132ss) que os apelidos que Epicuro dava a outros filósofos tinham relação com a orientação filosófica deles. ‘Água-viva’ aqui, a supor pelo adendo, encontra eco em Aristóteles (*PA* 68 Ia19) que descreve as águas-vivas e espécies semelhantes como desprovidas de percepção, sendo como plantas vivas. Para Platão (*Filebo* 21c) uma pessoa desprovida da habilidade de raciocinar vive a vida não como um homem mas como uma espécie de água-viva ou qualquer animal marinho com concha. Para uma interpretação da rivalidade filosófica entre Nausífanés e Epicuro, ver Warren, *op.cit.*, p. 160ss.

¹¹ Cf. *PH* 2. 246: “É suficiente, creio, viver de acordo com as experiências (*empeiros*) e sem opinião (*adoksastos*), segundo as observações e ‘conceitos’ (*prolepseis*) comuns.”

¹² Cf. Diógenes Lércio (9. 108): “alguns falam que é *apatia*, outros que é o temperamento gentil (*praotes*), o propósito dos céticos.” *Apatia* (*apatheia*), como um estado de libertação das perturbações emocionais, caracterizava o sábio estoico.

¹³ *Pragma*(*ta*): normalmente traduzido por ‘coisa(s)’, apresenta mesmo tantas acepções quanto o termo português: a coisa concreta, o fato (real), o assunto, a realidade, o evento, o objeto, o tema, o negócio, as coisas ditas, os raciocínios, a situação.... Há, no entanto, um sentido geral, que parece ser o caso nesta passagem. A tensão entre o concreto e o abstrato gerou, contudo, ambiguidades constantemente exploradas por retóricos e filósofos. Essa tensão é latente em toda a discussão sobre ‘a coisa (*pragma*) que se ensina’: ora Sexto parece sugerir que tem em mente, propriamente, um objeto concreto, ora o que se diz sobre um objeto, as proposições, ora o conteúdo mesmo das proposições. De modo geral, pode ser dito que *pragma* seria o ‘fato significado’, oposto a *onoma*(*ta*) (‘palavra(s)’) ou *phone*(*ai*) (‘som(ns) da fala’), principalmente no contexto estoico. Mas, se é *pragma* um objeto concreto no mundo ou o conteúdo de uma expressão, se corpóreo ou incorpóreo, ou seja, qual seu estatuto *ontológico*, é justamente a indeterminação de que foram acusadas, propriamente ou não, as doutrinas que Sexto ataca. No mínimo, ele tira proveito de tal confusão terminológica.

¹⁴ Vemos aí vários termos programáticos do ceticismo pirrônico cf. *PH* I. 7, 10, 12, 26, 29. Em relação a eles, pode ser dito que a argumentação aporética explícita é constante ao longo do *Contra os Gramáticos*, no entanto, o argumento da *diaphonia* (‘desacordo’) parece tomar o lugar da equipolência, do ‘conflito de forças iguais’; e a referência às ‘anomalias’ fará parte

do contexto de discussão do critério gramatical da analogia (154, 236, 240). Porém, a *diaphonia* não parece conduzir à ‘suspensão do juízo’, que aparece novamente apenas em § 28, quando Sexto fala sobre as atitudes filosóficas frente ao não-evidente e em § 306, ao falar sobre Pirro.

¹⁵ *Agoge* é o termo comumente usado por Sexto para qualificar o movimento cético, parece denotar um vínculo menos rígido que *hairesis*: ‘escola’ ou ‘seita’. Cf. *PH I*. 16ss, 145.

¹⁶ *Pragmatikos* aparece também em *PH* 3. 13, *M* 2. 28, *M* 5.106, *M* 6. 68, em todos os casos refere-se à argumentação. No *Contra os Músicos* (*M* 6. 4-5, 38 e 68), caracteriza a refutação aporética, dita ‘mais efetiva’, ou ‘mais atenta aos fatos’ (*pragmatikoteros*) (“bastante más técnica”, prefere o tradutor espanhol: Cavero, 1997), direcionada àquilo que propriamente sustenta a *teoria* musical; em oposição à refutação que faz uso dos argumentos dogmáticos (epicuristas) e ataca principalmente a utilidade da música. Cf. a correspondência com a passagem *M* 11. 217: “selecionar e expor *os pontos principais*” (ta kuriotata *epileksamenoi thesomen*). No entanto, neste ponto, aparentemente, Sexto qualifica como ‘efetiva’ toda a argumentação dos livros subsequentes, malgrado seu uso, supomos, de argumentos epicuristas.

¹⁷ Os testemunhos oferecem diferentes interpretações de por que estes estudos eram chamados *cíclicos*, em geral, com acepções como as que informamos na nota 3.

¹⁸ A divisão entre geral (*katholikos/koinotero*) e específico (*idiaiteros*) é um expediente de organização comum em Sexto Empírico, ocorre já no começo do tratamento do ceticismo em *PH* 1.5, em que ‘geral’ está para a parte que contém as definições de caráter amplo do ceticismo e ‘específico’ para os ataques contra as divisões da ‘assim chamada’ filosofia, cf. *M* 7. 1. Sexto utiliza-o também em *PH* 2. 84, *PH* 3. 1, *M* 1. 141, *M* 8. 1 e 55, *M* 11. 217 e 243. (cf. Blank, p. 85).

¹⁹ *To meden einai mathema*: ocorrências das fórmulas de não-existência e respectivas traduções (procuramos manter a paridade das escolhas ao longo da tradução): 1) *to meden einai X* = (o) não existir X: § 8 (2 vezes), 14, 16, 135, 284, 285; 2) *ouk éstin Y(s)*, *ouk ara éstin ti X* = não existe(m) Y(s), logo não existe (algo como) X: § 9, 29-30. Comparar com o uso de *anupostatos* (‘insubsistente’), *asustatos* (‘inconsistente’), *anuparktos* (‘inexistente’) e *ouden/meden estin* (‘não é nada’). De acordo com a leitura de Pellegrin: “*Anuparktos*, *anupostatos* ou *asustatos* indicam, não uma inexistência no sentido ontológico, mas uma inconsistência ou uma ausência de fundamento” (Pellegrin, 2006, p.42 *apud* Roeder, 2014, p. 65).

²⁰ Ao contrário de Blank (“*elements of style*”) e Dalimier (“*éléments du style*”), acreditamos que a referência seja, de fato, à discussão sobre a classificação dos ‘elementos (da palavra)’: ‘letras’, a partir de §100, cf. § 121. Cavero, 1997 usa “*elementos del lenguaje*”.

²¹ Cf. *Contra os Geômetras M 3. 7-17*.

²² Cf. *Contra os Músicos M 5.52-7, 61-7*.

²³ Ou seja, de modo amplo, acerca da transmissão e aquisição de conhecimento. Além de abranger questões *pontuais* sobre os itens mencionados por Sexto que compõem o ‘ensino’, essa discussão diz respeito, em muitos casos, à questão ampla da transmissão/aquisição de conhecimento. Fez parte deste tópico, a discussão sobre quais ‘habilidades’ poderiam ser ensinadas (seriam objeto de ensino, dar-se-iam pelo ensino), e se sua transmissão/aquisição efetuar-se-ia (somente) pelo ensino. Discussão que, em certos círculos filosóficos, envolveu postular e/ou *defender* a existência de itens que não eram passíveis de ensino (ou habilidades que não eram transmitidas/adquiridas (somente) pelo ensino), ou seja, itens cujo conhecimento seria ou inato ou fruto de vivência particular. Com base neste conhecimento, não-ensinável, dar-se-ia o ‘ensino’, de forma que certos conhecimentos prévios seriam necessários para a aquisição de outros conhecimentos/habilidades. O panorama amplo dessa discussão está relacionado ao movimento sofista e sua suposta reivindicação da possibilidade do ensino de ‘todas as coisas’ e, principalmente, à questão do ensino/ transmissão da *excelência* (‘virtude’) (*arete*). Bem como à proliferação, desde o século V a. C., de conhecimento especializado, inclusive exposto em manuais, vinculado a diversas áreas do saber. Como menciona Blank (p. 86), o debate que Sexto põe, deliberadamente, de lado, para ater-se à refutação pontual dos elementos que seriam prerequisites do ‘estudo especializado’, poderia incluir, portanto, as controvérsias epistemológicas do período clássico e helenístico ou dizer respeito apenas à paradoxos como os que aparecem no *Menon* (80d,e) e *Eutidemo* (275d277c) de Platão, paradoxos estes cujo reflexo é visível em alguns dos argumentos sextianos e que, provavelmente, já estavam bastante gastos à época. Como apontou Bett (2007, p. 226), tais argumentos dão, no entanto, a impressão de terem sido institucionalizados dentro da própria tradição cética, devido ao caráter rotineiro e quase mecânico com que são expostos. Em algumas passagens sextianas, essa discussão se dá em torno ao termo *didaskalia*, ‘instrução’, que substitui *mathesis*. Para a tradutora francesa (Dalimier, p. 73), Sexto deixa de lado justamente tal discussão sobre a “aquisição do saber” para concentrar-se na possibilidade de existência do ‘estudo’, ou seja, do ‘estudo especializado’, das ‘disciplinas’, como *resultado* do processo de ensino. Sua tradução da passagem é: “*Il suffira d’indiquer que s’il existe quelque étude achevée qui en résulte pour l’homme, [...]. [...], et par conséquent, el n’est rien qui soit étude.*” De qualquer forma, os elementos discutidos por Sexto: o objeto de ensino, quem ensina, quem aprende, e o modo de transmitir conhecimento, estavam frequentemente relacionados à discussão filosófica *ampla* sobre ser possível ensinar. É difícil dizer se estes elementos, do ponto de vista sextiano, qualificam *apenas* estudos especializados, em oposição a estudos baseados na *experiência* e se haveria, então, o argumento implícito de que a necessidade de se estabelecer tanto *o que* se transmite/adquire pelo ensino quanto *o modo* como isso poderia efetuar-se, desqualifica apenas estes estudos mas preserva o estudo baseado na observação e repetição. Considerando que Sexto apresenta, em *PH* 1. 23-4, o ‘ensino das artes’, ou ‘instrução nas artes’ (*didaskalia tekhnon*) como uma das quatro práticas que regulam a vida comum e, portanto, a vida do cético, tal como

discutimos na *Introdução*, é necessário admitir que a instrução (*didaskalia*) de alguma forma é não só admitida na conduta cética, mas é parte constituinte dela. A possibilidade de podermos traçar uma distinção entre dois tipos de ensino, um aceito e o outro rejeitado pelo cético, ou seja, o último como o ensino que comunica conjuntos de conhecimentos teóricos, tais como os dogmáticos afirmam possuir; e o anterior relativo ao ensino que transmite habilidades, ou conjuntos sistemáticos de atividades, através de uma prática supervisionada; tal possibilidade, ainda que adequada ao posicionamento sextiano expresso em *M* 1-6 e *PH*, como expomos na “Introdução”, é vetada por Bett em sua análise de *M* 11. Em *M* 1 e *PH* 3, o ensino que é considerado impossível é aquele relativo a um “objeto de ensino” (ou como prefere Bett: “*the subject being taught*”) (*to didaskomenon pragma*), o que parece significar algum objeto, ou conjunto de objetos, sobre os quais se comparte alguma informação com o aluno (ou, algumas vezes, a própria informação), ao invés de alguma atividade na qual o aluno é treinado. Mas o fato é que também em *M* 11, ainda segundo Bett, os usos do verbo ensinar (*didaskein*) (*M* 11. 216) e de ensino/instrução (*didaskalia*) claramente referem-se a proposições, mas nesse caso, a *proposições céticas* e ao processo de transmitir o pensamento *cético* de forma efetiva, ou seja, de forma a ser aceito pelo aluno. Este é o reconhecido paradoxo educacional da posição sextiana, de que tratamos em alguns momentos da “Introdução”, exposto, partindo de outro ponto de vista, por Heyting e Mulder (1999, p. 360) desta forma: “um cético no sentido sextiano não pode ensinar seu ceticismo sem o apelo a algum tipo de princípio, e é exatamente acerca de princípios que este ceticismo suspende o julgamento. Ou seja, parece haver um paradoxo educacional no coração mesmo do ensino do ceticismo.” O problema apareceria quando aquele que está no processo de tornar-se um cético não se conforma a etapas dessa orientação, como, por exemplo, não sentir-se tranquilo após suspender o julgamento, ou não concordar que sentenças opostas sejam equipolentes. Como explicitam os estudiosos Heyting e Mulder (1999, p. 377), o cético pareceria não ter outra alternativa, nestes casos, a não ser ensinar *dogmatizando*, ou seja, imprimir o seu ponto de vista como uma *proposição verdadeira*. Parece não haver resolução deste conflito na obra sextiana e, tal como apontou Bett (p. 228), Sexto parece não ter se confrontado diretamente com o problema; talvez porque este problema sobrevenha do fato de ele ter usado de fontes díspares em que tais questões aparecessem desconectadas. Esta é a opinião de Bett em sua análise do *Contra os Éticos*, para ele esta obra compõe-se de duas partes claramente redigidas com base em duas fontes diferentes, não harmonizadas, que sugerem orientações distintas do ceticismo antigo. Permanecem as divergências e surgem daí conflitos como este que envolve o ensino do ceticismo *x* a destruição do ensino. Resta-nos apontar a solução transversal de Heyting e Mulder (*ibidem*): considerar que as ‘proposições’ selecionadas por Sexto, quando se trata de instrução cética, não serviriam para ‘tratar’ um dogmático com vistas à sua ‘conversão’, mas sim “para curar, por assim dizer, seu próprio dogmatismo”, ou seja, as tendências dogmáticas em um cético. Tal solução parece concordar com a interpretação que Heyting e Mulder conferem ao ceticismo: uma atividade incompleta, constante, sempre em processo.

²⁴ ‘O que se ensina’ (*to didaskomenon (pragma)*); ‘é ensinado’ (*didasketai*): os termos permitem inversão, como no paralelo com as frases: ‘Ensina-se álgebra’ e ‘Álgebra é

ensinada’. As opções de outros tradutores, para o primeiro caso, incluem: “*la materia enseñada*” (Cavero, 1997), “*the thing taught*” (Blank), “*l’objet d’enseignement*” (Dalimier).

²⁵ Paralelo com as fórmulas de existência: 1) condição: *ei(per) éstin (ti) X : ei(per) didasketai (ti)* = se existe (algo como) X : se (algo: alguma coisa) é ensinado; 2) conclusão: *ouk ara éstin ti X : ouk ara didasketai ti* = logo não existe (algo como) X : logo não é ensinado (algo: coisa alguma); variante (*M I. 19*): *ou dunatai uparxein Y(s), ouk ara éstin ti X(s)* = não é possível existir(em) Y(s), logo não existe(m) (coisa)(s) X(s). ‘Nada é ensinado’ (*ouden didasketai*) aparece somente em § 29.

²⁶ Esta é uma das inúmeras ocorrências do ‘neutro plural’, uma peculiaridade da língua grega cuja tradução fica aquém da elegância do original. A partir da substantivação de uma qualidade, por exemplo, a substantivação do adjetivo *kalos, e, on*, temos, no masculino singular, uma expressão que parece sugerir a *elipse* do ‘substantivo’ – *ho kalos*, ‘aquele (o homem) que é belo’; no feminino – *he kale*, ‘aquela (a mulher) que é bela’; mas, no neutro – *to kalon*, ‘aquilo que é belo’ (‘a coisa bela’), assim, o ‘neutro substantivado’ singular pode alçar a abstração da qualidade e resultar em algo como: ‘o belo’. Como pode ser percebido na tradução dos termos desta seção, procuramos, para o singular, aquilo que nos pareceu um grau intermediário: *to on* – ‘o que existe’ (intermediário entre ‘a coisa que existe’ e o ‘existente:ente’). Para o plural, usamos a tradução canhestra: ‘as coisas que existem’, o mesmo em várias outras passagens. Assim, ‘coisa(s)’ é recorrente no texto e, geralmente, não é a tradução de um item lexical explicitamente presente no grego. Porém, remete ao que poderia estar aí latente: *pragma(ta)*, de que tratamos em nota acima, e cuja ambiguidade pode ser suposta nesses contextos também.

²⁷ *Oukhi de ge dunaton esti to auto kai on te kai me on huparkhein*: comparar com o princípio da não-contradição expresso por Aristóteles: ‘pois não é possível que uma mesma coisa seja e não seja [atributo] do mesmo [sujeito] ao mesmo tempo e no mesmo sentido’ (*to gar auto hama huparkhein te kai me huparkhein adunaton toi autoi kai kata to auto*) (*Metafísica*, IV. 3, 1005b19-20). Aristóteles diz, mais a frente, que ‘não é possível *supor* que uma mesma coisa é e não é’ (*adunaton gar ontinoun tauton hupolambanein einai kai me einai*) (1005b24, 29-30).

²⁸ Fica implícito que, conforme a teoria em questão, para ter algum atributo é preciso ser alguma coisa *que é*. Aristóteles afirma que todos os acidentes demandam um sujeito ao qual pertencem (*aei to sumbebekos kath’hupokeimenou tinos*) (*Metafísica*, IV. 4, 1007a33ss), da mesma forma que os estoicos falaram em ‘substrato não-qualificado’ preexistente à atribuição de uma qualidade, que o transforma em objeto ‘qualificado’ (*cf.* Blank, p. 90 e LS 28 sobre ‘qualidades’ e ‘coisas qualificadas’). Os estoicos, porém, teriam diferenciado *sumbebekos* (‘atributo’) de *kategorema* (‘predicado’).

²⁹ *Phantasia kinoun*: Aristóteles (*De Anima* III. 3, 429a1) define *phantasia* como ‘movimento resultante do uso efetivo de um sentido’ (*kinesis hypo tes aistheseos tes kat’energeian gignomene*). Crisipo (*SVF* ii. 54) a definiu como ‘uma experiência (*pathos*) que

ocorre na alma e que também revela em si mesma do que é feita, por exemplo: quando vemos através da visão algo branco, através da visão dá-se, em nossa alma, uma experiência e, em respeito a essa experiência, podemos dizer que contém (*hypokeitai*) algo branco que nos move (*kinein*)’ (cf. *SVF* ii. 55ss). “Em tais descrições causais da representação (*phantasia*), é difícil ver como poderíamos formar uma representação de um objeto não-existente e Sexto tira vantagem desta dificuldade. Mecanismos como analogia, transição e combinação, no entanto, foram utilizados para explicar nossas representações de, por exemplo, centauros’ (cf. *DL* 7. 49ss; *DL* 10. 32).” (BLANK, p. 91).

³⁰ Conforme salientou Blank, p. 91, os estoicos (*M* 7. 38ss) diferenciaram ‘verdadeiro’ (*to alethes*) de ‘verdade’ (*he aletheia*): ‘verdadeiro’ é um julgamento (*aksioma*) e, portanto, um *lekton*, ou seja, incorpóreo; enquanto ‘verdade’ é conhecimento (*episteme*) e corpórea. O ‘verdadeiro’ é simples, a ‘verdade’ é composta. Igualar o verdadeiro com algo que existe é um posicionamento de que Platão decisivamente se distancia no *Teeteto* e no *Sofista*, onde verdade e falsidade referem-se à sentenças, e não coisas. Mesmo assim, desde Parmênides foi comum a associação do ser com o verdadeiro, e do não-ser com o falso (por exemplo em Aristóteles, *Metafísica*, VI. 4, 1027b18ss; *Analíticos Primeiros*, I. 46, 52a32: em que ser verdadeiro é o mesmo que existir). Sexto mesmo tende a classificar o que cada escola conta como verdadeiro pelo que esta escola considera existir: “Platão e Demócrito pensaram que somente inteligíveis fossem verdadeiros; Enesidemo e Epicuro pensaram que sensíveis fossem verdadeiros: para o primeiro os sensíveis verdadeiros são os que aparecem para todos igualmente, já o último disse que todos os sensíveis são verdadeiros e existentes; os estoicos pensaram que alguns sensíveis e alguns inteligíveis fossem verdadeiros” (*M* 8. 6-10)..

³¹ *Didakton* é um adjetivo verbal, pode exprimir tanto uma coisa *feita* quanto uma coisa *realizável*, portanto: ‘estar ensinado’ ou ‘ser ensinável’ (‘poder ser ensinado’). E ainda, por ser neutro, pode ter sido substantivado: ‘uma coisa (um item) ensinada(o)-ensinável’. Tentamos uniformizar a escolha para todos os momentos em que Sexto utiliza este termo e procuramos diferenciar seu uso de ‘é ensinado’ (*didasketai*). Ao menos § 14, 16, 17 e 18 têm seu argumento diretamente vinculado, acreditamos, à ambiguidade desta expressão. Este termo e, portanto, sua ambiguidade, está presente também na discussão do *Menon* de Platão. Day (1994, p. 18), que traduziu este diálogo, justificou assim sua escolha (mantemos o original): “*didakton is poised in meaning between what is taught and what can be taught, and ‘comes from teaching’ seems to me the translation which captures this best, while also reflecting the presupposition within Meno’s question that virtue arises in only one way.*” Nestes termos, o argumento de Sexto apenas expõe a contradição a partir da inversão anterior (o existente é ensinado = tudo que existe é objeto de ensino): se tudo deve ‘passar pelo ensino’, não haveria ‘ponto de partida’, ou seja, não haveria nem ensino nem seu objeto. cf. *PH* 3. 257. Procuramos traduzir: ‘*X (estin) adidakton*’ por ‘*X é não-ensinável*’; e ‘*ou(k) didakton (estin) X*’ por ‘*X não é ensinável*’. Acerca do argumento em *M* 1. 14 (semelhante a 16), *M* 11. 222 e *PH* 3. 257 (o texto desta passagem encontra-se corrompido e recebe emendas), sobre ser preciso existir algo ‘que não está ensinado’ ou ‘não-ensinável’ para ocorrer o ensino, há a passagem dos *Analíticos Posteriores* (I. 1, 71a1) de Aristóteles, em que

este afirma que “todo ensino depende de um conhecimento preexistente” (*pasa didaskalia kai pasa mathesis dianoetike ek prouparkhouses ginetai gnoseos*), na *Metafísica* (II. 992b30), ele diz que “todo conhecimento se dá através de ‘premissas’ que são, todas ou algumas, pré-conhecidas” (*pasa mathesis dia progignoskomenon e panton e tinon esti*). Para Aristóteles, estes são os *axiomas*: itens do conhecimento que são básicos e preexistem ao ensino, ou seja, itens cujo conhecimento não se dá através do ensino, seriam, portanto, na terminologia sextiana, *não-ensináveis*. É em paralelo à passagem no *Contra os Éticos* (*M* 11. 222ss) que interpretamos *M* 1.14, e deletamos ‘aparentes para todos de maneira igual’ (*pasi phainomenon ep’ises*): por considerarmos que esta expressão é uma fórmula recorrente em Sexto (*cf.*, entre outras passagens, *PH* 1. 8), e parece-nos sem sentido reter apenas *ep’ises* neste contexto, logo, ou permanece a expressão como um todo, ou elimina-se como um todo. Se se mantivesse esta inserção, teríamos como consequência que *M* 1. 14 conteria o argumento sobressalente, não mencionado nem em *PH* 3.257, nem em *M* 11. 222, de que o que é aparente não demanda ensino: ou porque ‘está ensinado’, ou porque é ‘não-ensinável’, ou seja, ‘não pode ser ensinado’ ou ‘não se dá pelo ensino’) - argumento que ocorre, no entanto, em *PH* 3. 254 e 266, em *M* 1.36ss., e *M* 8. 280. Mas também, o que é mais relevante, ficaríamos com o argumento de que ‘o que *existe* é aparente para todos de maneira igual’, que não encontramos em nenhum outro lugar em Sexto, mas que corresponde, no entanto, ao argumento em *DL* 9. 100. Normalmente a expressão ‘ser aparente’, ou ‘aparecer para todos de maneira igual’, está relacionada à discussão sobre ser ‘aparente’ (*phainomenos*) x ser ‘não-evidente’ (*adelos*), e qualifica o que é ‘aparente’: o que é ‘aparente’ é ‘aparente (evidente) de maneira igual para todos’. Aceitar esta intrusão levaria ao que Blank chama de ‘interpretação fraca’ - fraca por “não haver uma boa razão em particular de porque o que existe deveria ser qualificado como sendo evidente de maneira igual para todos”. (Procuramos manter uma tradução uniforme para os seguintes termos: *phainomenon* : ‘aparente’ / *adelon* : ‘não-evidente’ / *enargeia* – ‘evidência’ / *enarges* – ‘evidente’). O argumento seria, tal como interpretamos e traduzimos: ‘se é ensinado simplesmente porque existe, tudo que existe é ensinável, logo não haverá nada não-ensinável, mas o ensino precisa partir de algo não-ensinável’. Haveria a possibilidade de interpretar e traduzir diferentemente este argumento: ‘se é ensinado simplesmente porque existe, não haverá nada que não esteja já ensinado, portanto não haveria nada a ensinar’. Tal interpretação diluiria a ligação com o argumento aristotélico que, de qualquer forma, não podemos afirmar seguramente que fosse o alvo. Vale lembrar que todas as passagens conclusivas de que ‘X não é ensinável’ (*ouk didakton*), ou ‘X é não-ensinável (*adidakton*)’, equivalem à: ‘X é um item que não pode ser ensinado’, ou ‘X não se dá pelo ensino’, ou seja, ‘X não é objeto de ensino’. Considerando a ambiguidade do termo, permanecem possíveis diferentes leituras do argumento. Supomos, portanto, que o argumento sextiano vale-se das ambiguidades, de possíveis associações e sugestões, sem apoiar-se sobre uma tese que poderia conferir (falsa) estabilidade teórica para sua argumentação.

³² Esta aporia, que não está presente nem em *M* 11 nem em *PH* 3, visa especificamente aos estoicos, para os quais a primeira divisão não se dá entre *o que existe (to on)* e *o que não existe (to me on)*, mas entre *algo (ti)* e *nada (outina)* (*cf. SVF* ii.278). Incorpóreos e corpóreos são classificados como ‘algo’: incorpóreo é ‘algo’ (oposto a ‘nada’) que ‘não existe’, porém

pode ‘*ser o caso’ (*huparkhei*). Ou seja, todos os incorpóreos tais como os ‘dizíveis’ (*lekta*) (bem como o verdadeiro, mencionado em §12, e o vazio e o tempo) devem ser considerados, se não como ‘existentes’, como ‘subsistindo’ (*huphestosin*) (cf. Galeno *Meth. med.* 10. 155. 1-8, Plutarco *Adv. Colot.* I I 16 B-C). Uma das possíveis razões pela qual os estoicos teriam edificado esta ontologia seria por rejeitarem a identificação platônica do *ser* (*being*) com *ser algo* (*being something*) (cf. CASTON, 1999, p. 151). “Uma coisa sobre a qual há acordo é que os estoicos consideram ‘algo’ (*ti*) como o mais alto gênero da realidade, o qual inclui: ‘corpos’ (*somata*), ‘o que existe’ (*einai*), bem como entidades classificadas como incorpóreas (*asomata*), das quais se diz ‘subsistirem’ (*huphistanai*) mas não existirem. Nada mais acerca da ontologia estoica escapa à controvérsia, incluindo (ou melhor, especialmente) o que estes termos significam. Embora haja um cânone geralmente aceito de incorpóreos, nomeadamente: espaço, vazio, tempo e o que é dizível (*lekton* – ou, grosseiramente: o significado de nossas palavras), não está estabelecido se seriam estes os únicos quatro. Além disso, e mais importante, não está claro o que estas entidades têm em comum além de serem incorpóreas, ou o que precisamente significa dizer que subsistem. De fato, é um lugar-comum assumir que os estoicos introduziram a categoria de ‘algo’ como um artifício *ad hoc* para lidar com as recalcitrantes entidades incorpóreas que realmente não se adaptam aos moldes corpóreos, mas tão pouco são dispensáveis.” (HARVEN, 2012, p. 3-4). O trabalho de Harven, contudo, defende que a ontologia estoica do “tudo é ‘algo’, e ‘nada’ não é” é coerente (p. 92). Sobre *huparkhein* e *huphistanai* na ontologia estoica ver Goldschmidt, 1972 e Harven, 2012. Para o presente propósito, o importante é perceber que a ontologia estoica diferencia *einai*, *huparkhein* e *huphistanai* e que a terminologia sextiana é amplamente dependente da estoica, pois, além de Sexto refutá-los *em seus termos*, a sistematização ontológica estoica é o procedimento dogmático mais discutido do período que interessa a Sexto. A objeção de Sexto se desenvolve de forma similar a anterior, tal como ele havia prevenido, mas ele adiciona uma nova possibilidade (§17-18): a de que o ensino possa se dar *por meio* de ‘algo’ ou ‘nada’.

³³ A *anairesis* é a destruição, indica o resultado da argumentação cética/aporética, em que uma noção se revela: inexistente/irreal (*anuparktos*), insubsistente (*anupostatos*), inconsistente (*asustatos*); ou se diz que não é nada (*ouden estin*) ou que não existe (*ouk éstin*). Vale ressaltar que esta noção não aparece em *PH* para descrever o procedimento cético, ao contrário, parece justamente referir-se ao que o cético *não* faz (cf. *PH* 1. 196-7). Cf. Bett, 2005, p. xxix. Este é um dos argumentos utilizados por Bett para sugerir que *PH* seja mais tardio que *M* 7-11.

³⁴ Há paralelos entre esta argumentação, aquela contra a noção de corpo dos físicos (*PH* 3. 38-55) e a discussão das aporias resultantes das definições geométricas de entidades físicas através de entidades matemáticas (*M* 3.19, 37-50, 60-4, 77-91). Sexto parece embaralhar os níveis e o escopo das definições estoicas, mas, com isso, deixa entrever problemáticas relativas aos limites da ontologia estoica, limites estes que foram frequentemente explorados pelos adversários dos estoicos na antiguidade, e continuam a intrigar os estudiosos modernos. Ver também *M* 9. 359-439, *M* 11. 228ss.

³⁵ Os estoicos consideraram *ta lekta* incorpóreos. Portanto, se o que é ensinado deve ser algo exprimível/dizível, então é incorpóreo, e não corpo. Ao dizer que ‘dizíveis’ são ‘o que se ensina’, Sexto aponta para o *conteúdo* do ensino; na sequência, no entanto, parece ter em mente os *objetos* sobre os quais ocorre o ensino (*cf.* Bett, p. 234).

³⁶ ‘Sensíveis’: objetos dos sentidos, da percepção sensível; ‘inteligíveis’: objetos do intelecto. Ver DL 7. 51: “Eles [os estoicos] dividem as representações entre aquelas que são sensórias (*aisthetikai*) e aquelas que não são. As sensórias são obtidas através de um ou mais órgãos do sentido, as não-sensórias são aquelas obtidas através do pensamento (*dianoia*), tais como os incorpóreos e outras coisas adquiridas pela razão (*logoi*).” A divisão entre o que é percebido pelos sentidos e o que é percebido pelo intelecto é atribuída por Sexto aos peripatéticos em *M* 7. 217-26, concluindo: “a partir do que foi dito, *percepção sensória* (*aisthesis*) e intelecto (*nous*) são o primeiro critério para o conhecimento (*gnosis*) das coisas, aquela a modo de ferramenta, e este como um artesão (*tekhnites*).” Ver a discussão no *Teeteto* de Platão (184ss) para distinguir entre percepção e conhecimento: “Sóc. Então há coisas que todas as criaturas, homens e animais igualmente, são naturalmente capazes de perceber assim que nascem; ou seja, experiências que chegam à alma através do corpo. Mas considerações sobre existência e coisas úteis, quando surgem, são como o resultado de um longo e árduo desenvolvimento, envolvendo uma considerável quantidade de eventos, tempo e instrução.” (186c)

³⁷ Em *PH* 3. 47, Sexto afirma que os sentidos são ‘de sensação simples/única’ (*haplopathes*), argumento que remete à discussão no *Teeteto* de Platão (184ss), mas também a Crisipo (“os objetos da sensação, como corpos, são compostos, e os sentidos individuais percebem uma coisa definida, este a cor, outro o som... e em todos os casos do presente; nenhum sentido lembra o que é passado ou prevê o futuro. É função de reflexão interna e raciocínio entender a experiência de cada sentido, e inferir qual é o objeto, e aceitá-lo no presente, lembrá-lo quando ausente, e projetá-lo no futuro”. (*cf.* *SVF* ii. 879 - com base na interpretação de Blank, p. 97)). Ver a qualificação dada por Sexto: sentido simples (*haple*) e não-racional (*alogos*). Em *M* 9. 437, a argumentação é algo distinta, Sexto diz aí que ‘uma qualidade complexa percebida por combinação não é um sensível.’ O argumento de que os sensíveis não são ensináveis parece relacionar-se também ao argumento de que cada sentido percebe *seu próprio objeto* sem instrução, o que difere do argumento em *PH* 3.254 de que tudo que é evidente não é ensinado. (Ver Blank, p. 98)

³⁸ Aparentemente, deriva da noção de ‘dar de encontro com’ (*peripiptein*), foi usado por Galeno para referir-se a uma das principais formas de obter evidência dentro da escola empírica de medicina, uso atestado por Filodemo (*cf.* Blank, p. 99). Blank traduz por “*sensation*”. Dalimier opta normalmente por “*expérience sensorielle*”, mas, nesta passagem usa: “*affection accidentelle*”. *Periptosis* e *metabasis*, são discutidos por Sexto em *M* 8. 58-60: “Experiência sensória direta (*he dia tes aistheseos periptosis*) deve preceder toda concepção e por esta razão, se se anulam os sensíveis (*ta aistheta*), necessariamente anula-se toda concepção”; e em *M* 9. 390-402, *M* 11. 250-6 e *M* 3. 39-50: “Em geral, toda concepção se dá de duas formas: através de evidência perceptiva direta (*kata periptosin enarge*), ou através de

transferência a partir de uma evidência (*kata ten apo ton enargon metabasin*); esta última apresenta três modalidades: semelhança, composição e analogia.” Tais termos são usualmente estoicos, bem como grande parte daqueles implicados nas aporias de § 1-40: *cf.* DL 7. 53.

³⁹ *Cf.* PH 3. 49 e *Contra os Físicos* M 9. 286.

⁴⁰ Usado aqui como sinônimo, aparentemente, de *periptosis*: experiência direta.

⁴¹ Sobre contato físico ver *Contra os Físicos* M 9. 258.

⁴² *Cf.* M 3.39-50, Sexto explica o processo (estoico) de conhecimento por transferência: a) por semelhança (conceber Sócrates a partir de seu retrato, ou seja, pela experiência direta de seu retrato, concebe-se, em transferência, a própria pessoa de Sócrates); b) por composição (quando se concebe um centauro a partir do homem e do cavalo, pois há mistura de elementos, dos quais se tem experiência direta, em algo que imaginamos); e c) por analogia, de duas formas: por aumentarmos ou diminuirmos qualidades conhecidas. Assim, concebemos os pigmeus, um povo mítico para os gregos, por diminuição de algo que se oferece a nossa percepção: o homem. E, por aumentarmos o que conhecemos do homem, concebemos os Ciclopes. Sexto insiste que estes processos só ocorrem se houver algo que se experienciou diretamente e que seja, portanto, já conhecido. A noção de transferência aparece no contexto da filosofia epicurista e entre os médicos empíricos. Para os epicuristas, a transferência é uma relação que pode adquirir inúmeras formas: a) os epicuristas pensavam que a idéia de que os deuses são imortais e felizes advém aos homens ‘por transferência a partir da condição humana’, da mesma forma que a noção de Cíclope é concebida por extrapolarmos a imagem do homem ordinário (M 9. 45); b) a transferência indica um modo de formação de conceitos a partir da comparação de imagens semelhantes; c) a partir do II a.C. os epicuristas teriam utilizado a transferência naquilo que Filodemo chama de “método de similaridade”: se A e B são tais que não se pode conceber que uma propriedade essencial de A não esteja também presente em B, pode-se proceder ao seguinte raciocínio “se A é X, B é X”, no qual X é uma outra propriedade essencial de A. O exemplo de Filodemo é: “Se Platão é um homem, então Sócrates também é um homem” (*De signis*, col. 17 De Lacy). Na medicina empírica, o conhecimento dos fenômenos se dá, fundamentalmente, por constatação direta (*autopsia*), mas admite-se também a *historia*, ou seja, o recurso à observações de outros, quando estão expostas e documentadas devidamente, sem aparato ‘racionalista’. Outro procedimento aceito é a *metabasis*, a transferência: passar de um domínio a outro, sem justificação teórica (por associação, supomos, *epilogismos* e não *analogismos*, como explicamos na primeira parte desta tese), e quando as circunstâncias permitem. Convém atentar para o fato de que, se para Sexto não se apreende o corpo por transferência, é porque não há uma experiência sensória a partir da qual possa ocorrer a transferência, e não porque a transferência, ela mesma, fosse um modo ilegítimo. Conforme Pellegrin, 2002, p. 462-463.

⁴³ Esta referência, que repete a passagem de *M* 11. 226, provavelmente refere-se a *M* 9. 359ss e não a *PH* 3. 38ss., pelo uso de ‘mais detidamente/com mais precisão’, que Sexto em geral usa para qualificar *M* 7-11. Há referências a esta mesma obra, presume-se, em *M* 1.29, 33 e 282, *M* 2. 106 e *M* 6. 58.

⁴⁴ A precipitação é uma característica dogmática repetidamente enfatizada por Sexto: *PH* 3. 281, *PH* 1.20, entre outras passagens. Para o estoico, a ‘precipitação’ (*propeteia*) era considerada um empecilho no caminho do conhecimento e definida como: um vício de pensamento que faz assentir a representações não compreensivas. (cf. *SVF* iii. 548). Sexto denuncia com este termo a propensão ao julgamento. Tal inclinação é um traço comum a todas as escolas filosóficas classificadas como dogmáticas.

⁴⁵ A fórmula corresponde ao segundo verso do epitáfio de Midas, rei da Frígia. É citada por Sócrates no *Fedro* (264d) e por Diógenes Laércio na *Vida de Cleóbulo* (1. 89-90).

⁴⁶ “O mesmo tipo de referência é feita pouco acima § 29 e no *Contra os Retores* § 106, com o substantivo (*hupomnemata*) correspondente ao verbo aqui utilizado (*hupomnesamen*). Trata-se sem dúvida da longa demonstração do tratado *Contra os Físicos I* [*M* 9], e não da breve passagem de *PH* 1.259.” DALIMIER, *ad loc.* Para Blank, no entanto, esta referência remete à discussão sobre o critério de verdade no *Contra os Lógicos M* 7. 29-446.

⁴⁷ Como comenta Bett (2007, p. 240), em sua tradução do *Contra os Éticos*, provavelmente Sexto tem em mente que a verdade seja aporética no sentido de que, devido à falta de critério claro, não há como estabelecer sem controvérsia o que é verdadeiro e o que não é e, como ele expôs anteriormente, não há ensino do que está sob disputa, em § 28 e em *M* 11. 231. O argumento sobre ensinar-se o verdadeiro ou o falso é o primeiro da discussão em *PH* 3. 253.

⁴⁸ Este argumento parece uma versão, talvez mal colocada, da distinção entre aparente *x* não-evidente. As distinções entre *tekhnikos x atekhnos* são, no entanto, relevantes a seguir: o que se ensina é parte de uma arte (um preceito, supomos) ou não. Se não é parte de uma arte é porque é algo que não demanda ensino (*M* 2. 233). Se é parte de uma arte, está sujeito à divisão habitual entre aparente por si próprio *x* não-evidente: o aparente não demanda ensino (portanto é *atekhnos*), e o não-evidente, como foi dito antes, não se ensina. Bett (2007, p. 240-1) comenta o trecho equivalente a este em *M* 11. 233, considerando que Sexto refere-se a ‘arte’ como um corpo consistente de conhecimentos, ao invés de implicar simplesmente um conjunto de atividades, pois são *verdades*, ou seja, proposições, e não comportamentos, que são ditos serem ou ‘aparentes’ ou ‘não-evidentes’. Para os estoicos, arte (*tekhnē*) é um ‘sistema composto de apreensões (representações verdadeiras) organizadas em conjunto (ou co-exercitadas) (*sustema ek katalepseon suggegumnasmenon*) direcionadas a uma finalidade útil ([Galeno], *Def. med.* XIX. 350; *SVF* ii. 94), ou, alternativamente, um ‘sistema composto de teoremas (*theoremata*) organizados em conjunto’ (*Anecd. gr. Paris.* i. 171). A ‘arte de viver’, objeto dessa discussão em *Contra os Éticos*, é, pois, um corpo de conhecimentos sistemático e articulável que é voltado para o viver adequada ou efetivamente a vida em geral.

Neste sentido, ao afirmar que algo que não faz parte de uma arte não é ensinável, Sexto poderia indicar a interpretação de ‘objeto de ensino’ (*to didaskomenon pragma*) não como: *entidades* sobre as quais se ensina, mas: conjunto de *proposições* relativas a estas entidades. No capítulo IV da obra *Sobre as escolas de medicina*, de Galeno, os médicos dogmáticos censuram aos empíricos sua indefinição, vagueza e falta de método, pelo fato da ‘experiência’ que eles advogam como base de sua arte ser precisamente *atekhnon*, ‘sem arte’. (Manzano, 2002, p. 98. cf. 112ss). Se considerarmos que *to didaskomenon pragma* refira-se a um ‘conjunto de conhecimentos teóricos’, o entendimento das passagens em que Sexto conclui pela não-existência de *to didaskomenon pragma* teria, obviamente, uma interpretação mais específica.

⁴⁹ *ta tekhnika ton theorematon*: o termo *theoremata* pode ter, em grego, o sentido especializado que possui em português a palavra ‘teorema’: “proposição que pode ser demonstrada por meio de um processo lógico” (HOUAISS), ou seja, uma proposição demonstrada a partir de princípios anteriormente dados, que tenham sido ou não eles próprios demonstrados. Neste caso, seu uso está de certa forma limitado às ciências matemáticas ou altamente formalizadas. Mas este está longe de ser seu sentido principal. Seus usos, ainda que numerosos, guardam em comum o referir-se ao sentido do verbo originário: ‘ver’, ‘olhar’, ‘contemplar’; como os demais vocábulos etimologicamente relacionados. De forma que estaria, primeiramente, indicando algo que há sido ‘considerado’, ‘objeto de reflexão e/ou especulação’. Porém, de fato, Sexto o usa geralmente não para referir-se a uma simples observação ou reflexão, mas a uma proposição ou um conjunto de proposições que desempenham um papel de preceitos ou princípios. De forma que os *theoremata* de uma arte são, ao mesmo tempo, seus elementos essenciais e suas regras de funcionamento. Quando Sexto pretende atacar os *theoremata* da gramática, “aqueles sobre os quais ela fundamenta sua subsistência” (90), ele começa por se ater ao problema da divisão da gramática em partes, com a interessante comparação com a medicina (95). Para os estoicos, pelo menos depois de Crisipo, toda arte possui *theoremata*, que são as proposições que formam seu quadro. É esta posição estoica que o próprio Sexto parece expor quando escreve que “se não há *theoremata* próprio a uma arte, não se pode distinguir a ausência de arte da arte” (*M* 8. 280). Portanto, toda arte depende de seus *theoremata* próprios. Crisipo teria escrito um tratado *Sobre os theoremata com vistas a produção de silogismos*. Em *Do destino*, Cícero chama *theoremata* (*percepta*) da arte divinatória proposições como esta: “se alguém nasce durante a Canícula, não morrerá no mar”. Por fim, se a virtude é uma *tekhné* como pensam os estoicos, devem existir teoremas éticos, e Diógenes Laércio explica que, se as virtudes acompanham umas às outras, de forma que não se pode possuir uma sem que se possua também as outras, isso se deve ao fato de que seus *teoremas* são comuns. O emprego do termo *theoremata* pelos médicos empíricos é ainda mais interessante. Combina a definição estoica do teorema e as exigências epistemológicas dos empíricos. Para os empíricos, com efeito, não há conhecimento médico – e conhecimento em geral – a não ser o que está diretamente baseado em observação. Mas esta observação, repetindo-se, adquire um valor gnosiológico superior. Ela também pode ser fortalecida pelo recurso à observações dos outros – o que é chamado ‘*historia*’. Galeno atribui a um médico empírico, que expõe os princípios de sua doutrina, tais palavras: “dizemos que um teorema é o

conhecimento de uma coisa que se viu um certo número de vezes, ao mesmo tempo que envolve o conhecimento claro dos resultados em contrário” (*Subf. Emp. apud Frede*, 1985, p. 25). Da mesma forma, um dos outros grandes princípios da medicina empírica é a transferência (*metabasis*) de um resultado para fora de seu domínio de origem. Assim, os médicos empíricos aplicam na perna enferma um unguento que curou a mesma afecção no braço. Esta experiência é dita ‘imitativa’. Galeno, em seu tratado *De sectis* (*apud Frede*, 1985, p. 4), assim explica o que é um teorema para os empíricos: “é esta espécie de experiência [a saber a experiência imitativa] que mais contribuiu para sua arte. Pois, tendo eles imitado, não apenas duas ou três vezes, mas um grande número de vezes, o que revelou-se benéfico em ocasiões prévias, e descoberto que em condições análogas apresenta basicamente o mesmo efeito, eles chamam tal memória de *teorema*, acreditando que seja, portanto, confiável e faça parte da arte.” Nota escrita com base em Pellegrin, 2002, p. 460-462.

⁵⁰ O argumento sextiano implica conceber o ‘entendido’ como alguém que possui um conhecimento fechado, não compartilhado e ao qual não se acrescenta nada. Tal concepção teria como pano de fundo a definição estoica de *tekhne*: “sistema de apreensões\cognições co-exercitado em direção a algum fim útil para a vida (*SVF* i. 73, ii. 93-7; *M* 2. 10; *I*. 75, 7. 373, 11. 182, *PH* 3. 188, 241, 251, 261), com o acréscimo de que cada cognição dentro deste ‘sistema’ teria que estar simultaneamente presente nele para que fosse dito de alguém que domina determinada ‘arte’. Portanto, não haveria parte da ‘arte’ fora do sistema, ou seja, que fosse desconhecida para o ‘entendido’. Esta abordagem desconsidera a distinção estoica entre *tekhne* e *episteme*, observa Blank (1998, p. 103), pois é a esta última que se referem como um todo autônomo, um sistema em que as cognições são mutuamente dependentes. Sexto, por exemplo, afirma que os estoicos consideraram virtudes como *tekhnai* (*PH* 3.188), quando, na verdade, elas seriam mais propriamente *epistemai* (*SVF* iii. 104). E assim ele justifica dispensar a toda *tekhne* o tratamento que os estoicos deram à virtude: se você a tem, então todas suas partes estão simultaneamente presentes e mutuamente vinculadas; mas se você não a possui, então nenhuma das cognições individuais que você possa ter adquirido possuem, na verdade, qualquer característica de *tekhne*, nem foram percebidas enquanto *tekhnikai*. Desse entendimento proviria a comparação com o cego de nascimento, que não possui qualquer noção das cores; o leigo, por sua vez, não possuiria qualquer noção das proposições de uma ‘arte’ (Blank, p. 104). Por outro lado, a própria flutuação terminológica e opiniões distintas sustentadas por diferentes estoicos em épocas também distintas, é motivo suficiente para Sexto considerá-las incoerentes.

⁵¹ *Contra os Éticos* *M* 11. 168-215: argumentos contra a ‘arte de viver’, através da demolição de seus teoremas. *Cf. PH* 3. 259.

⁵² O argumento aparece melhor exposto em *PH* 3. 260-5, fazendo uso de paradoxos como os mencionados acima (§ 30-35) e aproximando-se do paradoxo de sorites, com a conclusão de que não existem nem o que ensina nem o que é ensinado.

⁵³ A discussão sobre mudança e passividade desenvolve-se em *M* 9. 195-329, na passagem ‘Sobre causa e o passivo’; o vir-a-ser e o perecer foram abordados em *M* 10. 310-50.

⁵⁴ *Enargeia* (‘claridade’, aqui ‘evidência sensória’) foi comumente utilizado para definir um estilo de escrita ‘vivaz’. Como termo filosófico é um sinônimo epicurista para a ‘representação’ (*phantasia*), ou seja, a evidência dos sentidos que é sempre verdadeira, oposta a uma opinião falível (*M* 7. 210). Seguimos a leitura de Blank (p. 106-7), que identificou a interposição sextiana de *to deikton*, ‘o que pode ser apontado’, entre os termos epicuristas sinônimos: *enargeia* e *phainomenon*, como uma tentativa de evitar que a discussão fosse considerada especificamente epicurista, chamando a atenção para a contraposição com o discurso (*logos*).

⁵⁵ Esta primeira opção é sempre descartada por Sexto com referência à mútua ininteligibilidade das línguas (cf. *M* 1. 145 e *PH* 2. 214), com a implicação de que a ‘natureza’ é a mesma para todos em qualquer parte. Cf. Bett, 1997, p. xiv ss, acerca do que chama de ‘a exigência de universalidade’: ser *F* por natureza, em Sexto, implica ser intrinsecamente *F*, e por isso invariável.

⁵⁶ Cf. a passagem de *PH* 3.268-269, damos a tradução em inglês: “[...] *But if you need to learn the things which you do not already know and if you have not got knowledge of the things to which the words are assigned, then you will not get a grasp of anything. Hence the method of learning cannot subsist.*” E, na sequência, o argumento baseado na impossibilidade da apreensão que não está presente nem em *M* 1 nem em *M* 11: “*Again, the teacher ought to instil in the learner an apprehension of the theorems of the expertise being taught, so that the learner will in this way apprehend the compound of these and become expert. But, as we suggested above [PH 3. 241], there is no such thing as apprehension. This method of teaching, then, cannot subsist either.*” Trad. Annas; Barnes, 2000. Que o discurso signifique por convenção, ou seja, por terem sido ‘convencionados’ os nomes, não é algo que Sexto diretamente rejeite, a objeção que levanta faz uso da ambiguidade que Blank (1998, p. 106) compara àquela da passagem do *Eutidemo* de Platão (277a) entre conhecer (compreender) o meio de comunicação versus compreender seu conteúdo. A terminologia de que Sexto se apropria nesta passagem seria epicurista, informa-nos Blank (*ibidem*), remetendo à ligação epistemológica estabelecida por Epicuro entre experiência direta das coisas (*enargeia*) → preconcepção (*prolepsis*) → palavra. Ou seja, se os nomes não significam por natureza, não são imediatamente relacionados à coisa que designam, portanto, a experiência direta com as coisas é imprescindível para associá-la ao nome, porque é ela que gera a ‘preconcepção’. O argumento epicurista parece servir ao propósito sextiano por ter imposto esta etapa.

⁵⁷ O foco recairá sobre o que cada disciplina propõe, seu *epaggelma* (39) (termo usado por Platão (*Protágoras* 319a, *Eutidemo* 274a) para referir-se ao que os sofistas prometiam ser possível alcançar através de seus ensinamentos). Para atingir tais disciplinas de maneira efetiva, Sexto dispõe-se a demolir princípios (*arkhai*), métodos gerais (*hai katholikai methodoi*) ou finalidades (*ta tele*). Destruir a estrutura dos sistemas dogmáticos é como Sexto

normalmente caracteriza o ataque cético, em oposição à argumentação em moldes dogmáticos, cf. *M* 9. 1-3, *M* 5 e *M* 6. No entanto, poderia ser dito que a refutação aqui subsequente percorre as duas vias, fazendo uso de argumentos epicuristas.

⁵⁸ Comparar, a partir de § 9, com a introdução à parte final do *Contra os Éticos*: “Junto com o fato de que não existe a ‘arte de viver’ (*he peri ton bion tekhnē*), ficou também demonstrado que não é ensinável. [...] Mesmo assim, vamos supor que exista e ensinar (*didaskomen*) que é não-enšinável. Há uma longa e variada discussão entre os filósofos a respeito do ensino, mas nós, de nossa parte, vamos selecionar e expor os pontos principais, dentre os quais o mais geral é usado pelos céticos para mostrar que não existe o ensino, e os demais são ditos específicos contra a sabedoria prática (*phronesis*). Primeiro, por ordem, trataremos das objeções mais gerais. (*M* 11. 216-17).” E, na sequência (*M* 11. 217-56), expõem-se argumentos contra a possibilidade do ensino tais como os encontrados em *M I*. 9-38. Assim, a argumentação presente na *Introdução do Contra os Professores* (*M* 1. 9-38) compõe-se de um conjunto de elementos recorrentes na argumentação cética, usados em outros dois momentos por Sexto contra a ‘arte de viver’ (*he peri ton bion tekhnē*): na passagem de que tiramos o excerto citado, *M* 11. 168-256, e em *PH* 3. 250-270. “Este é o único caso nos escritos de Sexto em que suas três obras contém longas passagens cobrindo o mesmo assunto.” (BETT, p. 225). A versão da argumentação cética contra o ‘ensino’ relatada por Diógenes Laércio (9. 100) restringe-se à destruição de ‘o que se ensina’: “Eles costumavam também negar a possibilidade do ensino (*mathesis*). Se algo é ensinado, eles dizem, ou o que existe é ensinado, por existir ou o que não existe, por não existir. Mas nem o que existe é ensinado por existir – pois a natureza das coisas que existem aparece para todos e é conhecida (*gignosketai*); nem o que não existe não é ensinado por não existir, pois ao que não existe, nada se atribui, assim tampouco o ser ensinado.” Para possibilitar uma análise contextualizada da argumentação de Sexto, apresentaremos um resumo das outras duas passagens em que desenvolve seu ataque contra o ‘que se ensina’, tal como mencionamos acima: ao final do livro 3 das *Hipotiposes Pirrônicas* e na parte final do *Contra os Éticos*. Nosso resumo está baseado na análise de Blank (1998, p. 87-90), mas traduzimos os termos e acrescentamos elementos conforme nossa própria análise geral.

PH 3. 253-8:

A) (253) O que se ensina (*to didaskomenon*) ou é verdadeiro ou é falso:

- a) o falso é inexistente (*anuparktos*), e não haveria instrução (*didaskalia*) do que não tem existência;
- b) o verdadeiro também é inexistente, como foi demonstrado com referência ao critério de verdade;

logo nada é ensinado (*ouden didasketai*).

B) (254) A coisa que se ensina ou é aparente (*phainomenos*) ou é não-evidente (*adelos*):

- a) o que é aparente para todos não precisa ser ensinado;
- b) o que é não-evidente é objeto de permanente desacordo e assim não pode ser ensinado (*didakton*), já que o que não pode ser compreendido (*katalambanei*) não pode ser ensinado (*didaskēin*) nem aprendido (*manthanein*);

logo nada é ensinado.

C) (255) O que se ensina ou é corpóreo ou é incorpóreo: ambos estão sujeitos à divisão anterior entre aparente e invisível;

logo não é ensinado nada (*ouk ara didasketai ti*).

D) (256-8) Ou é ensinado o que existe ou o que não existe:

- a) os ensinamentos (*hai didaskaliai*) são próprios das coisas verdadeiras, assim, se algo que não existe é ensinado, torna-se verdadeiro e terá existência (*huparksei*), pois ‘eles’ dizem que esta é a definição de verdadeiro, mas é absurdo dizer que o que não existe tem existência (*huparkhei*);

logo não é ensinado o que não existe.

- b) *O que existe* tem que ser ensinado ou porque é algo que existe (*katho on estin*) ou porque é outra coisa (*kat'allo ti*):

b1) se é ensinado porque é algo que existe, então de tudo que existe nada é não-ensinável (*all'ei men katho on esti didakton, ton onton éstai ouden adidakton*), e, por isso, também não será ensinável (*dia de touto oude didakton*), porque o ensino tem início com base no que há acordo e é não-ensinável (*tas gar didaskalias ek tinon homologoumenon kai adidakton ginesthai prosekei*), (texto grego conforme as correções de Blank, 1998, p. 92);

logo *o que existe* não é ensinado porque é algo que existe.

b2) *o que existe* não possui qualquer atributo (*sumbebekos*) que seja algo que não existe, assim se não é ensinado porque é algo que existe não será ensinado porque é outra coisa.

- c) Além disso, já que *o que existe* e *o que não existe* devem ser ou aparentes ou não-evidentes, voltamos à aporia mencionada em B, e não são ensinados nem um nem outro;

- logo nada é o que se ensina (*ouden estin to didaskomenon*).

M 9. 219-33:

I) Se alguma coisa é ensinada (*ei didasketai ti pragma*), ou é *ensinado o que existe* ou *o que não existe*:

A)

- i) (219) *o que não existe* não possui qualquer atributo (*symbebeke*), portanto nem o de ser ensinado;
- ii) se o que não existe é ensinado, será verdadeiro, pois o ensino é próprio das coisas verdadeiras, mas se for verdadeiro, terá existência, já que esta é a definição estoica de verdade (*cf. M 5.III, 6-10*, e abaixo), mas é absurdo que *o que não existe* exista;

logo não é ensinado o que não existe.

- iii) O que se ensina (*to didaskomenon*) é ensinado através da representação mental que nos provoca (*kinoun phantasian*), e o que não existe não pode provocar uma representação mental;

logo *o que não existe* não é ensinável (*didakton*).

- iv) (221) se *o que não existe* é ensinado, nada verdadeiro é ensinado, pois a verdade é própria das coisas que são e existem (*ton onton kai huparkhonton*), e então tudo que se ensina é falso, o que é absurdo;

logo *o que não existe* não é ensinado.

- v) se o que não existe é ensinado, ou é ensinado porque é algo que não existe (*katho me on esti*), ou porque é alguma outra coisa; mas se é ensinado porque é algo que não existe, estará sendo ensinado como sendo nada (*ouden on didakthesetai*), o que é absurdo. E não é ensinado porque é alguma outra coisa, pois alguma coisa é algo, mas o que não existe não é.
- B) (222) Se o que existe é ensinado, então ou é ensinado porque é algo que existe ou porque é alguma outra coisa;
- i) se é ensinado porque é algo que existe, então não existirá nada não-ensinável (*ouden éstai adidakton*), tampouco existirá algo a ensinar (*oude ge éstai ti didaskomenon*), porque é preciso que exista algo não ensinável para com base nisso ocorrer o ensino (*dei gar adidakton ti einai, hina ek toutou mathesis genetai*), logo não seria ensinado o que existe porque é algo que existe.
- ii) (223) E qualquer atributo do que existe é algo que existe, assim se não é ensinado porque é algo que existe, tampouco será ensinado por ser alguma outra coisa.
- Logo nenhuma coisa das que existem é ensinada (*ouden ton onton didasketai*).

Assim, a versão de *M 1* aproxima-se de *M 11* por começar com a divisão entre *o que existe* e *o que não existe*, por incluir o argumento: *o que não existe* não pode provocar uma representação, e por dar a divisão entre corpóreo e incorpóreo após aquela primeira. Por outro lado, a expressão ‘porque é algo que existe’ (*kata ou katho*) presente tanto em *M 11. 222* quanto em *PH 3. 257*, é substituída, em *M 1. 10* (e em Diógenes Laércio (9.100)), por um dativo de causa (*toi einai*): ‘por existir’. Resulta, pois, difícil estabelecer qual a relação precisa entre estas passagens. Blank (p. 89-90) acredita que Sexto modificou seus argumentos anteriores para remover a referência direta à teoria estoica (*M 11. 219*) e, assim, torná-los aplicáveis a qualquer divisão filosófica entre *o que existe* e *o que não existe*. De fato, esta é a divisão fundamental para platônicos, peripatéticos e epicuristas. Contudo, tal movimento teria prejudicado a argumentação de *M 1*, pois, sem a referência à teoria estoica, e, de fato, sem qualquer referência anterior à verdade, primeiríssimo argumento em *PH 3*, o argumento de Sexto em *M 1. 12* e *13* parece mal formulado e um tanto breve. Assim, pois, Blank considera interpolações as passagens que buscam *consertar* o argumento.

⁵⁹ Kaster (1997, p. 42ss, 447ss, *passim*) mostrou que as ocorrências mais antigas de *grammatikos* indicam exclusivamente alguém que aprendeu as letras, ou seja, que pode ler e escrever, em oposição a um ‘iletrado’, ou analfabeto (*agrammatos*). A partir do final do século IV a.C., o termo *grammatistes* foi utilizado para o professor de leitura e escrita. E, em algum momento a partir do século III a.C. e já regularmente no século II a.C., *grammatikos* passou a descrever o professor de ‘literatura’, também como um título profissional, embora o sentido original tenha persistido em uso. O uso técnico de *grammatikos* como o que se dedica à *grammatike*, ou seja, à crítica textual e literária, está, evidentemente, relacionado ao surgimento desta arte no fim do século III a.C. no ambiente histórico da Alexandria de Ptolomeu.

⁶⁰ Que a gramática seja a primeira e ponto de partida para o ensino das outras disciplinas parece relacionar-se, evidentemente, ao letramento. No entanto, como Sexto expõe adiante, a parte da gramática que trata *apenas* da alfabetização não será alvo de seu ataque. São alvo de seu ataque as reivindicações que defendem o conhecimento da gramática em termos abertamente pretensiosos, vinculando diversas habilidades intelectuais ao seu estudo. Entre estas, por exemplo, as de Fílon de Alexandria (*De Cong.*), que apresenta a própria deusa ‘Sabedoria’ a recomendar o estudo das artes ‘liberais’ como preparação para os que desejam associarem-se a ela, e menciona primeiro a gramática, o que é comum nestas listas, mas acrescenta: a gramática ensina o conhecimento compartilhado (*historia*) em poetas e prosadores, nos dá inteligência e polimatia e nos ensina a desprezar idéias tolas ao revelar os infortúnios de semi-deuses e heróis celebrados na literatura. Também houve declarações que vincularam a gramática à capacidade de reconhecer, e conseqüentemente discernir, termos ambíguos ou polissêmicos. Cf. Blank, p. 109-110.

⁶¹ Aulo Gélíio (16,8,15-17) refere-se ao estudo da *dialética* como sendo tão encantador quanto as Sereias.

⁶² “O que geralmente se entende por gramática alexandrina é um conjunto de expedientes doutrinários aplicados na análise, na fixação e na edição de textos literários clássicos. O trabalho dessa gramática é fundamentalmente o de crítica textual [...]” (Chapanski, 2003, p. 3). Neste sentido, crítica textual refere-se tanto ao conjunto das ‘lições’ ou ‘leituras’ (*anagnoseis*) propostas pelos gramáticos em suas edições dos textos, quanto ao ‘reconhecimento’ de características dos textos implicadas em sua ‘leitura *em voz alta*’: “O gramático antigo entende que, para ler bem, é necessário conhecer a demanda de cada gênero do texto, o tipo de vocalização que lhe é adequada, a entonação caracterizadora de cada tipo de poema. [...] além de tudo era necessário resgatar a suposta pronúncia clássica e, com ela, o ritmo dos poemas, oriundo da alteração quantitativa das sílabas.” (Chapanski, *op. cit.*, p. 80-81)

⁶³ *Contra os Astrólogos* (M 5) e *Contra os Músicos* (M 6) também apresentam distinções similares apontando as características das disciplinas que serão atacadas e aquelas que são consideradas úteis. Para a astronomia são apresentados três sentidos (M 5. 1-2): astronomia matemática, que Sexto teria destruído ao atacar a aritmética e a geometria; astronomia de observação de fenômenos, que pode ser útil por prever pragas e catástrofes naturais; e aquela que lida com horóscopos, praticada pelos caldeus, essa sim um ‘atraso de vida’. Também a música pode ser entendida em três sentidos: o estudo de melodias, notas, e ritmos, como praticado por Aristóxeno (alvo de Sexto); a habilidade prática de tocar um instrumento; e, também, no sentido ‘impróprio’ de algo que esteja harmoniosamente disposto. (cf. Blank, p. 116-7). Interessante comparar a distinção de Sexto com a descrição que Proclo (c. 411-85) apresenta dos inimigos dos matemáticos: “Há, não obstante, aqueles indivíduos combativos que se empenham em eliminar o valor desta ciência, alguns negando sua beleza e excelência pelo fato de seus discursos não tratarem destes temas [filosofia e outras artes e ciências],

outros afirmando que as ciências empíricas que se voltam aos objetos sensíveis são mais úteis que os teoremas gerais da matemática. A mensuração da terra, eles dizem, é mais útil que a geometria; a aritmética popular mais útil que a teoria dos números; e a navegação mais útil que astronomia geral. Pois não nos tornamos ricos por saber o que é a riqueza, mas por nos apropriarmos dela, nem somos mais felizes por saber o que é a felicidade, mas por viver uma vida feliz. Deveríamos pois concordar, dizem eles, que as ciências empíricas, e não as teorias dos matemáticos, contribuem mais para a vida humana. Aqueles que ignoram os princípios, mas praticaram resolvendo problemas particulares são muito superiores em satisfazer as necessidades humanas que aqueles que gastaram seu tempo nas escolas estudando teoria apenas.” (*Comentários ao Primeiro Livro dos Elementos de Euclides*, 25-26) (MORROW, 1970, p. 22).

⁶⁴ Aqui, tal como em § 132-140, optamos pela tradução ‘partes da sentença’, pois o ataque de Sexto se constrói com base na relação parte-todo, ele não discutirá propriamente o conceito de ‘partes da oração’ no sentido de classes de palavras, ainda que discuta o que se fala sobre o ‘nome’, certamente tendo-o considerado, de fato, neste sentido.

⁶⁵ Comparar com as outras passagens no *Contra os Professores* em que Sexto isola o alvo de seus ataques: *M* 3. 6, 5. 1, 6. 3. Convém enfatizar que a gramatística não deixa de ser dita uma *tekhne*.

⁶⁶ Esta passagem parece importante para caracterizar a visão do próprio Sexto. Acima, ele afirma ser favorável ao estudo das letras, para aprender a ler e escrever. Portanto, a gramatística não seria um *estudo especializado*, no sentido que quisemos imprimir a este termo, apenas a gramática completa o seria. Aqui, ele afirma que o *telos* (‘propósito’, ‘fim’, ‘objetivo’, ‘finalidade’) de toda *tekhne* (arte) é útil. A gramatística, portanto, é uma arte. Bem como a medicina e a navegação, a seguir. Sexto introduz o termo *tekhne* em um sentido ‘técnico’ somente quando separa a gramática útil da inútil. Mais à frente § 54, ele caracteriza a gramatística como a que transmite os elementos por observação, elementos que são úteis para a condução da vida. As coisas da gramática completa é que são inúteis.

⁶⁷ A introdução do alfabeto fenício na Grécia era tradicionalmente atribuída a Cadmo, herói fundador de Tebas, casado com Harmonia. *Cf.* Sch. DThr. *GG* I 3, p. 33-35.

⁶⁸ As definições de Gramática na Antiguidade, até o séc. II a.C., são analisadas no trabalho de Seppänen, 2013.

⁶⁹ A ‘inconsistência’ é normalmente o resultado da argumentação aporética acerca de itens que ou são constituídos de partes ou fazem parte de um sistema estruturado, tal como qualquer *tekhne* racionalista. A ‘consistência’ (‘coerência’ ou ‘constituição’) (*sustasis*) de uma *tekhne* deriva de seus teoremas, e a consistência de cada teorema resulta de uma formulação clara e não-contraditória cuja prova se dá por meio de outros teoremas e por meio dos princípios da *tekhne* (*cf.* *M* 3. 21, 4. 3-4, 5. 49, 6. 61). *Cf.* Blank, p. 128.

⁷⁰ Sexto parece referir-se ao texto de Dionísio Trácio pelo título de *Paraggelmata* (Preceitos). Ao tratado atribuído a Dionísio Trácio, tal como o possuímos, dá-se tradicionalmente o título de *Tekhne Grammatike* (Arte Gramatical). De nossa parte, nos referimos a ele como *DThr.*

⁷¹ Comparar com a passagem na *DThr.*: “Gramática é o conhecimento empírico do comumente dito <nas obras> dos poetas e prosadores.” (Trad. Chapanski, 2003, p. 21) *Grammatike estin empeiria ton para poietais te kai suggrapheusin hos epi to polu legomenon.* Tentamos reter a ambiguidade da expressão utilizada por Sexto: *hos epi to pleiston*, ‘na maior parte’, pois pode referir-se tanto à gramática: ‘a gramática é em sua maior parte ...’, quanto ao objeto da gramática: ‘a maior parte do que dizem poetas e escritores’. Estas duas interpretações farão parte da argumentação sextiana à frente. O uso de *pleiston* (‘a maior parte’) como superlativo de *polu* (‘grande parte’) poderia sugerir uma tendência universalista à formulação de Sexto. No entanto, no escólio de *DThr.*, quando os comentadores discutem a questão da universalidade ou particularidade da gramática, as duas expressões são intercambiáveis. *cf.* Blank, p. 129. Há certa polêmica acerca de qual seria a versão ‘original’ de Dionísio. Sluiter (2011, p. 310), no entanto, acredita que as duas versões, de *DThr.* e Sexto, são simplesmente sinônimas.

⁷² Nas discussões sobre as *tekhnai*, uma das exigências correntes é a de terem uma tarefa que lhes seja própria, especializada, não compartilhada com outras *tekhnai*.

⁷³ ἤδη pode ter um sentido temporal e significar ‘agora’, implicando que comentários a obras filosóficas tivessem aparecido mais tardiamente. *Cf.* Dalimier, *ad loc.* Talvez a fonte epicurista tenha pretendido apontar esta distinção, mas, de qualquer forma, aqui não parece haver ênfase nesta possível oposição.

⁷⁴ Tucídides, VI 4-5.

⁷⁵ Devido a ausência deste termo no *corpus* conhecido da obra de Tucídides e nos lexicógrafos da Antiguidade, a tradutora francesa propõe a seguinte interpretação: “O verbo *torneuo* ‘tornear’ aparece em Platão (*Timeu* 33b, 69c, 73e; *Crítias* 113d) e aplica-se a uma criação perfeita, conforme à regra e à medida (*analogia kai summetra*) e que remove as irregularidades (*anomalotes*). Aristóteles recupera a imagem no *Tratado sobre o Céu*, 287b15 (o mundo é *entornos* ‘bem torneado’). Pode-se, portanto, compreender a frase deste modo: ‘espera-se deles que, ao *torneá-las*, digam o que significam de maneira regular...’. *Torneuontes*, neste caso, não seria uma palavra usada como exemplo, mas aplicar-se-ia ao comentário dos gramáticos, assimilada por força da metáfora com a criação analógica divina.” Dalimier, *ad loc.*

⁷⁶ Demóstenes, *Sobre a coroa*, 122; o termo é usado como alusão às injúrias que se lançam durante um desfile ritualizado.

⁷⁷ A escrita tradicional não continha nenhuma marcação diacrítica de acentos ou aspirações, e tampouco se separavam as palavras. Providenciar as marcações adequadas à leitura oral era trabalho do gramático. *ΗΛΟΣ* como uma só palavra é um termo homérico eólico que significa ‘prazer’ (*edos*). Em Platão, é uma fórmula fixa constituída de três palavras (verbo-partícula-pronome, ἦ δ' ὅς (*e d'hos*): equivalente a ‘disse ele’, que permite introduzir a réplica de um personagem. Cf. Dalimier, *ad loc.*

⁷⁸ Personagem mal identificado. Muitos gramáticos alexandrinos chamaram-se Ptolomeu. Provavelmente teria atuado pouco depois do próprio Dionísio. Pagani, 2011, p. 19. A mesma crítica aparece no *Sch. DThr*, sem autoria especificada (*Sch. DThr.* 165, 16-166, 12).

⁷⁹ Tratado desconhecido, pode ser o mesmo a que Sexto se refere como *Tratados Médicos em Contra os Lógicos M 7.* 262.

⁸⁰ *ho bios*, literalmente ‘a vida’: expressão frequentemente utilizada ao longo do texto neste sentido de ‘língua viva’, ‘linguagem corrente’.

⁸¹ Metrodoro de Lâmpsaco, amigo e discípulo de Epicuro.

⁸² A tradutora francesa aponta para o uso técnico de *kathistemi*: ‘encontrar regularmente’, entre os gramáticos, por exemplo em Apolônio Díscolo, *Sobre as conjunções* 232, 12-20. Cf. Dalimier, *ad loc.*

⁸³ Objeção que se apoia na primeira interpretação da fórmula *hos epi to pleiston*: aplicada à gramática.

⁸⁴ *To hellenikon, ho hellenismos*: o helenismo aplicado à língua é o critério ideal pelo qual se julga sua pureza e correção. Como termo técnico, parece estar vinculado ao trabalho de edição dos textos antigos durante o período helenístico. Parte importante deste trabalho era ‘julgar’ a qualidade do material disponível e apontar correções. Os ‘editores’ deveriam seguir, portanto, uma norma pela qual identificavam as corrupções do texto. Este ‘padrão’, no entanto, não era único, consideravam-se as variedades dialetais ‘literárias’ do grego. O helenismo foi mesmo definido como o uso correto de *todos os dialetos* (Ps. –Herodiano, *De barb. et sol.* 311, 9). Esta atividade acaba integrada à dinâmica da variação linguística entre cultos e iletrados, no mundo antigo. Expressar-se bem é uma das virtudes mais louváveis desde Homero, e fator de sucesso social extremamente relevante durante a democracia grega. As habilidades linguísticas combinavam-se ao estudo da música e da ginástica e parecem ter sido vistas como resultado de uma educação moralizante. Contudo, rapidamente ocorre um processo de conscientização acerca da maleabilidade do discurso e da manipulação de seu efeito pela manipulação de sua ‘composição’. Ou seja, a partir da aquisição de habilidades específicas, não mais necessariamente vinculadas à formação do caráter do sujeito como um todo. A retórica, aponte-se, já é um tema de longa tradição no período helenístico. Parece ter havido, no entanto, uma confluência destas tendências: moralizantes, específicas e retóricas, com o

trabalho erudito dos ‘editores’, e os critérios que valoravam as obras literárias teriam passado a exercer uma autoridade coerciva sobre a expressão do homem comum e uma autoridade mediadora do contato do ‘homem livre’ com a ‘alta’ cultura. Na tradução, para este termo, aparecem as expressões: ‘falar grego corretamente’, ‘usar a língua grega corretamente’, ‘o grego correto’, ou apenas o adjetivo ‘correto(a)’. Ver nota na seção sobre a correção (‘helenismo’) § 176-247 mais à frente.

⁸⁵ Aqui, ao invés de retomar a expressão *hos epi to pleiston*, na sua segunda interpretação, Sexto utiliza *kata to pleiston*, aplicada à expressão participial: ‘o que dizem poetas e escritores’.

⁸⁶ *poieomai ton horon*: ‘dar uma definição’ ou ‘estabelecer limites’.

⁸⁷ Ou seja, *ars longa, vita brevis*. A versão hipocrática continua: ‘a vida é curta, a arte é longa, a oportunidade é fugaz, o experimento é incerto, e o julgamento, difícil’ (*ho bios brakhus, he de tekhnē makre, ho de kairos oksus, he de peira sphalere, he de krisis khalepe*) (*Aph.*, 1.1).

⁸⁸ Cáres provavelmente deve ser identificado com Cairis (*Khairis*), ativo no séc. I a.C. e citado pelo *Sch. DThr.* (118. 9-10) como autor desta mesma definição. Cf. Blank, p. 137-138; Dalimier, *ad loc*; Pagani, 2011, p. 19.

⁸⁹ Também Eratóstenes (276 a.C.-194 a.C.), um dos mais renomados eruditos alexandrinos, teria definido a gramática como uma *heksis*: ‘a gramática é uma habilidade [ou mestria] completa nas letras, em que letras se refere a composições’ (*grammatike estin heksis panteles en grammasi, grammata kalon ta suggramata*) (*Sch. DThr.* 160. 10-11). Aliás, fora a definição presente no texto hipocrático, esta parece ser a mais antiga definição de gramática que possuímos. Sobre a definição de Eratóstenes e sobre *heksis*, ver o valioso artigo de Matthaios, 2010: “Com sua definição de ‘gramática’, Eratóstenes marcou a passagem do período pré-teórico para o período científico da disciplina filológica. Como a erudição estava se afastando da responsabilidade do filósofo e da profissão dos poetas, Eratóstenes, um filósofo erudito, emprestou-lhe suas roupas epistemológicas, definindo sua terminologia e conteúdos.” (*ibidem*, p. 85).

⁹⁰ *mathematike*: cf. *Contra os Astrólogos* 1.

⁹¹ Forma eólica atestada em numerosas passagens homéricas.

⁹² Cf. *Iliada* 22. 190.

⁹³ Desconhecido, talvez segunda metade do séc. I a.C. Ver Seppänen, 2013, p. 87ss.

⁹⁴ Blank (1998, p. 147) nos informa que nos comentários a *DThr.* encontram-se, principalmente, divisões quadripartites. Usener (editor dos fragmentos epicuristas) teria

apontado como origem delas a divisão de Tirânio, gramático grego ativo em Roma por volta do séc. I a.C.: leitura oral, interpretação, crítica textual, julgamento. Os comentários indicam ainda que esta divisão refletia o desenvolvimento de uma aula: “o estudante lia a passagem escolhida oralmente, então o professor ofereceria uma explicação de cada palavra no texto e, logo, da passagem toda, seguida por correções ao texto, que eram então coroadas pelo julgamento ou crítica da passagem.” Blank, *ibidem*.

⁹⁵ *Historia* aqui tem o sentido que, originado na filosofia jônica do séc. VI a.C., remete à investigação, inquirição, busca de informações. No período helenístico, referia-se, principalmente, à busca realizada em livros, ou seja, à pesquisa. Usa-se tanto para a atividade de investigação quanto para o produto desta investigação, i.e., para os dados levantados e dispostos em coletâneas. Na medicina, designava um dos modos de obter conhecimento admitidos pelos empíricos: a *historia* era a consulta às ‘anotações’ de outros médicos relativas a um caso semelhante. Portanto, pode carregar também o sentido de ‘conhecimento compartilhado’.

⁹⁶ Apesar de entre os romanos ter se tornado mais comum uma divisão dupla, remetendo a regras da língua e análise de obras literárias, por exemplo: ‘a arte de falar corretamente e a explicação de poetas’ (Quintiliano I. 4. 2), em Sêneca (*Ep.* 88) encontramos uma divisão muito parecida à de Sexto: “O gramático se encarrega do cuidado com a língua, e se ele quer ir além, com histórias (*historiae*), e, finalmente, se ele deseja demarcar um território amplo, com a poesia.”

⁹⁷ Cf. Quintiliano I. 4. 3: “tanto as regras da escrita se combinam com as do falar, como uma leitura correta precede a explicação, e um juízo crítico permeia a ambas” (Trad. Pereira, 2000).

⁹⁸ Se Sexto houvesse continuado o argumento anterior e calculado para as cinco vogais breves as cinco marcas prosódicas, e o mesmo com as cinco vogais longas, calculando suas seis variações, ele teria chegado ao número cinquenta e cinco, no total.

⁹⁹ Esses cálculos são ainda mais irônicos se considerarmos que houve uma tendência a oferecer explicações racionais acerca do número e ordem de quaisquer elementos. Sobre tais discussões, há uma anedota em Plutarco (*Moralia – Quaest. Conv.* 738c ss), citada por Blank (*ibidem*): após ouvir os outros convivas exporem analogias e numerologias para explicar o número das letras, o *grammatistes* Zopyrus, rindo muito, afirmou que o número das letras é aleatório, uma questão de coincidência e não razão.

¹⁰⁰ Isso foi dito por Crísipo 1.142,2-6 (LS 50A).

¹⁰¹ Este termo parece ser uma invenção estoica e é mencionado por Sexto em *PH* 3. 108, em relação à mudança; em *M* 10.176, sobre o tempo; em *M* 10. 64, sobre o movimento; em *M* 7. 279, acerca do ‘homem’ conceitual; e na aporia da parte *versus* o todo em *M* 9. 352. Na última passagem, ele argumenta que: se ‘parte’ existe apenas na mente de alguém por ‘memória

conjunta’, então o homem pode existir externamente; mas se ‘parte’ do homem, tal como seu pescoço, está na nossa mente – o que seria desconfortável (sic) – ou, se ambos, parte e todo, estão em nossa mente, permanece o problema sobre o todo ser (concebido como) algo além de suas partes.

¹⁰² Argumento que parece envolver as dificuldades enfrentadas pelos estoicos acerca da incorporalidade do tempo e o *status* de passado, presente e futuro em sua ontologia: cf. Plutarco (*Comm. not.* 1081C-1082A (LS 51C)), que expõe os paradoxos das opiniões de Crísipo sobre o assunto.

¹⁰³ As afirmações de filósofos, gramáticos e retóricos referindo-se à partes da sentença (*logou*) e partes da expressão (*lexeos*) são antecedentes das listas de classes de palavras. Mas, em geral, estas partes parecem ter sido entendidas como elementos ‘lógicos’, necessariamente ou potencialmente, relacionados às outras partes. A tradução por ‘partes da sentença’ nos pareceu algo mais neutra e adequada à discussão sextiana, que ataca as partes da sentença apenas pela relação partes-todo.

¹⁰⁴ Crísipo e Diógenes da Babilônia teriam distinguido cinco partes, ou elementos, da sentença: nome próprio, nome genérico (*prosegoria*), verbo, conjunção e artigo. Antípater de Tarso teria adicionado o ‘meio’ (*mesotes*, talvez o advérbio) (DL 7. 57). Os gramáticos iriam distinguir, em geral, oito partes: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção. Seu tratamento destas partes evolui para o tratamento efetivamente como classes de palavra conforme o trabalho com o critério analógico e a construção de paradigmas ou *kanones*. Parecem ter havido, no entanto, diversas listas de partes da oração em circulação na antiguidade. Inclusive Apolônio Díscolo afirma que Dionísio usou a divisão estoica entre nome e nome genérico, e não aquela que temos em *DThr.*, e o próprio Sexto usa esta terminologia.

¹⁰⁵ Cf. Filon de Alexandria (*Congress. Erud. Grat.* 146-148): “Quando eles [os gramáticos] explicam as partes do discurso, por acaso não roubam as descobertas da filosofia e fazem-nas trabalhar para eles? Pois é tarefa da filosofia investigar o que é uma conjunção, ou um nome, ou um verbo, ou o nome comum e o nome próprio, ou o que é inadequado ou satisfatório no discurso, o que é declarativo, o que é uma pergunta, uma questão, ou uma expressão compreensiva, um pedido ou um impropério.”

¹⁰⁶ Para este parágrafo e os seguintes, sobre o todo e suas partes, bastante confusos, ver a argumentação, muito mais completa e contextualizada, do *Contra os Físicos* M 9.331-358. Nela, Sexto repassa as opiniões sobre os termos vinculados às discussões cosmológicas do período helenístico: o universo como o todo, o *status* de suas partes e a relação entre todo-partes, partes-partes. Após levantar as aporias concernentes a tais conceitos, Sexto afirma que qualquer coisa chamada todo-partes estará sujeita às mesmas aporias, tal como as partes da sentença e o demonstra com o mesmo exemplo de *Iliada* I. 1 (350-351). Portanto, toda a argumentação desta parte dos *Contra os Gramáticos* pode ter sido extraída e adaptada a partir do contexto do *Contra os Físicos*. As ambiguidades em jogo são semelhantes, mas, naquele

contexto, a argumentação aporética é mais detalhada, e o argumento de Sexto aqui parece fazer uso do artifício de ora considerar o todo como a sentença ora como o verso.

¹⁰⁷ Este seria um exemplo de que cada parte tem seu próprio lugar em separado: são todas partes de algo, mas não partes umas das outras.

¹⁰⁸ ‘Anomalia’ no sentido usado por Crísipo, portanto.

¹⁰⁹ Cf. DL 7. 57 acerca da opinião dos estoicos: “Voz (*phone*) e dicção (*lexis*) diferem, pois voz é som (*echos*), mas somente a dicção é articulada (*enarthron*). E a dicção difere da linguagem (*logos*) porque a linguagem é sempre significante (*semantikos*), mas a dicção pode não ter significado (*asemos*), por exemplo *blituri*, mas a linguagem nunca (*oudamos*). Além disso, falar (*to legein*) difere de proferir (*propheresthai*); pois sons vocais (*phonai*) são proferidos, mas coisas (*pragmata*) são ditas (*legetai*), são, então, de fato dizíveis (*lekta*).” E o próprio Sexto em M 8. 11-12: “o que significa é a voz, por exemplo ‘Dion’, o que é significado é a coisa ela mesma (*auto to pragma*) revelada (*deloumenon*) por ela [a voz], que nós apreendemos (*antilambanometha*) subsistindo à parte (*parhuphistamenou*) de nosso pensamento (*dianoia*); mas estrangeiros não entendem (*epaiousi*), embora eles ouçam a voz; e o ‘referente’ é o objeto externo (*to ektos hupokeimenon*), por exemplo ‘Dion’ ele mesmo. Destes, dois são corpóreos, a voz e o ‘referente’, e um é incorpóreo, a coisa (*pragma*) significada, i.e., o que é dito (*lekton*), que é verdadeiro ou falso.” No entanto, provavelmente o exemplo estoico seria algo como ‘Dion caminha’. *Pragma* geralmente supõe uma ‘interação’ para os estoicos, um ‘feito’, não um objeto simples, objeto que não pode ser um dizível, tampouco verdadeiro ou falso.

¹¹⁰ As polêmicas sobre ‘corpo’ e ‘vazio’ envolveram atomistas como Leucipo e Demócrito, Epicuro (ver § 23) e Lucrécio, e os estoicos, e mesmo Enesidemo. Ver Harven, 2012, p. 23ss para uma discussão acerca do ‘vazio’ ser, na teoria estoica, *inteiramente* dependente do ‘corpo’ como uma condição *sine qua non* (p. 32). Nessa passagem, Sexto parece supor que um dizível, sendo incorpóreo, deveria ser ‘vazio’. Sobre a polêmica atual acerca da coerência da concepção de *lekton* como incorpóreo ver Harven, 2012, p. 51 ss e bibliografia citada.

¹¹¹ *Merismos* é um termo que aparece com distintas conotações técnicas em vários contextos, geralmente é traduzido por ‘divisão’. Pareceu-nos que o termo ‘análise’ pudesse ser mais amplo, já que estão envolvidos no processo diferentes tipos de ‘divisão’. Devemos visualizar as tarefas descritas por Sexto em relação ao verso em escrita contínua e sem sinais diacríticos e apenas em maiúsculas, por exemplo: ΜΗΝΙΝΑΕΙΔΕΘΕΑΠΗΛΗΙΑΔΕΩΣΑΧΙΛΗΟΣ.

¹¹² *Diairesis* e *merismos* são métodos distintos de ‘definição’ para a lógica estoica. Sexto os discute, mas não parece diferenciá-los, em PH 2. 213 ss.

¹¹³ A divisão usual seria em uma cesura próxima ao meio do verso, haveria, portanto, muito mais proporcionalidade entre os dois hemístiquios: *menin aeide thea* e *Peleiadeo Akhileos*. As aporias aqui concernem números, quantidades e proporções.

¹¹⁴ As aporias sobre a parte e o todo aparecem em: *PH* 3. 98-101 e *M* 9.331-358; aquelas sobre adição e subtração em *PH* 3. 85-96 e *M* 9. 277-328, e reaparecem em *M* 4. 24-6.

¹¹⁵ Como comentamos na primeira parte deste trabalho, conforme chamou a atenção Blank, a noção de ‘utilidade’, ausente desde § 56, volta a ser usada e aparece onze vezes no tratamento da ortografia e do helenismo.

¹¹⁶ Ou seja, com mais ou menos letras. Não se pronunciava mais o iota subscrito desde ao menos a segunda metade do séc. II a.C. A grafia do /i/ longo como *ei* difundiu-se a partir do século I a.C. Em geral, os tratados ortográficos versavam sobre distinções que já haviam se perdido na língua falada. *Cf.* Blank, p. 197-198.

¹¹⁷ Assim como a quantidade discute ‘quantas letras’, qualidade versa sobre ‘quais letras’.

¹¹⁸ Esta organização lembra o *De Lingua Latina* de Varrão, que aborda o conflito: os argumentos a favor e contra a ‘disciplina’ em questão, e então a análise de suas ‘aplicações’, seus resultados.

¹¹⁹ Optamos por traduzir *hellenismos* (‘helenismo’) por ‘correção’, e acreditamos que este termo pode mesmo assumir os diferentes vieses que o termo grego teria, menos, obviamente, a de referir-se especificamente à(s) língua(s) grega(s). Junto com a ortografia, a correção foi a parte da gramática antiga que mais se aproximou do caráter normativo ou prescritivo. Dos relatos antigos podem ser apontadas, em geral, duas tarefas principais da correção: correspondência entre a forma da palavra e o que ela nomeia no mundo e restauração da forma ‘original’ das palavras. Para guiar estas tarefas, alguns critérios são constantes: comparação com outras palavras (analogia), etimologia e adequação ao uso comum ou ‘exemplar’ (tradição literária: a partir da autoridade dos grandes escritores). A produção de tratados nesta área provavelmente foi considerável, contudo, restam apenas fragmentos deles. Acerca do helenismo, as únicas contribuições que possuímos completas são passagens em obras com assuntos mais gerais: esta passagem de Sexto, Quintiliano I. 6, e uma passagem do *Sch. DThr.* (446.6-447.28) - onde são tratadas, sobre a forma da palavra, questões de ortografia, prosódia (quantidade, aspiração e acentos), fonética, flexão, distribuição dialetal e derivação; e, sobre o significado, mudanças no tempo e parasinônimos. Em sua *Retórica* (1407a 19-20), Aristóteles diz que o helenismo é o princípio da ‘expressão’ (*leksis*) e aponta sua virtude (1404b 1-2): clareza. Seu pupilo Teofrasto teria distinguido o helenismo como uma das quatro virtudes: helenismo, clareza, propriedade e ornamento. A mais antiga definição de ‘helenismo’ é a do estoico Diogenes da Babilônia, que lista as cinco ‘virtudes do discurso’ como: ‘helenismo’, clareza, concisão, propriedade e ornamento, definindo ‘helenismo’ como: ‘fraseado sem erro de acordo com [um uso] técnico e não algum uso

aleatório’. Tal ‘uso técnico’, que não está definido em parte alguma do sistema estoico, provavelmente referir-se-ia a critérios tais como os que apontamos antes e talvez marque a posição estoica em defesa da necessidade da ‘correção’ *técnica*. Ver Frede, 1987, p. 310 ss. Por outro lado, parece que os estoicos atribuíram uma grande importância ao uso comum na determinação da correção. Ver agora, Pagani, 2014, p. 360.

¹²⁰ A expressão de Sexto é *tas dialektous* que, a par de significar os ‘dialetos’ do grego, também pode significar ‘línguas’, em geral (cf. Aristóteles, *Retórica* 3. 2, 1404b24). Por isso, entendemos como: qualquer que seja a língua que se fale é preciso algum cuidado com a correção.

¹²¹ Sexto dá imunidade à correção com base na observação não-técnica do uso comum, ou seja, o critério prático. E descreve como procedimentos *técnicos* os critérios da analogia, da etimologia, e da autoridade. Em Quintiliano (I. 6. 1), os critérios são: razão, antiguidade, autoridade e uso, ao qual se denomina ‘um mestre confiável’.

¹²² Provavelmente a partir da retórica, supomos. *Phrazein* aparece somente aqui.

¹²³ Os futuros, irregulares, correspondentes deveriam ser: *fero:oiso* (‘trazer’); *blepo:blepsomai* (‘ver’).

¹²⁴ Tal como apontou Dalimier (*ad loc.*), essa frase é provavelmente uma conclusão irônica de Sexto, ou de sua fonte, e não parte da citação de Pindário, já que Sexto afirma mais à frente, em § 206, que Pindário não disse nada sobre qual uso deveríamos seguir. Além disso, como afirmou Blank (1998, p. 228), Pindário parece ter proposto a poesia homérica como *corpus* de referência para o trabalho do gramático, o que faz muito mais sentido que a proposta de ‘reviver’ o grego homérico como língua falada.

¹²⁵ No ático, as terminações seriam em *-thasi*.

¹²⁶ Os editores costumam corrigir o *τράπεζα* (‘trapeza’) dos MSS por *τράπεσα* (‘trapesa’), pois aquela não é uma forma verbal. Contudo, tampouco esta sugestão parece resolver a questão, pois, além de não ser atestada, é bastante improvável que fosse uma variante ou erro de qualquer forma de aoristo do verbo *τρέπω*. Cf. Blank, p. 238. A tradutora francesa sugere a possibilidade de ser um desvio relacionado ao verbo **trapezao*, derivado do nome *trapeza* (‘mesa’). O verbo *trapezoo* (‘pôr sobre a mesa’, ‘fazer uma oferenda’) está atestado. Cf. Dalimier, *ad loc.*

¹²⁷ O participio está mal empregado na frase grega: concorda com o sujeito lógico (‘eu’), e não com o sujeito gramatical ou com o genitivo possessivo. Blank (1998, p. 238) afirma que deveria concordar com o genitivo. Casos semelhantes a estes e aos da seção seguinte são tratados como peculiaridades sintáticas sob o nome de *idiomata* ou *skhemata* (lit. ‘poses’), ou

seja, *figuras*, divididas em gramaticais e retóricas, na tradição retórica, por exemplo, por Quintiliano, *Inst.* 9.1.14. Cf. Lausberg, 1998, p. 233ss.

¹²⁸ Formas de futuro inexistentes, ver acima § 195.

¹²⁹ Cf. acima, § 49 e 55, a gramática completa investiga a natureza de seus objetos.

¹³⁰ Aqui sim anomalia está para irregularidade gramatical.

¹³¹ *Etimologia* não deve, obviamente, ser tomada em seu sentido moderno. Embora, de modo geral, os dois processos possam ser descritos como a busca pela origem da palavra, eles são distintos. A etimologia grega foi descrita no *Sch. DThr.* (ver *GG* I III p. 14-15, 20-29, 169) como uma ‘abertura’ (*anaptuksis*) da palavra que desvenda o ‘verdadeiro’. As descrições, no entanto, não parecem captar muito bem a diferença entre a ‘expectativa’ moderna e a antiga, porém, os exemplos em § 243 e 244 deixam entrever o abismo. A etimologia, tal como Sexto a apresenta aqui, teria sido considerada um dos modos de autenticar vocábulos como legítimas expressões do grego correto, através da prova de sua ligação ‘verdadeira’ com a coisa nomeada. A autenticidade deste vocábulo é explicitada frequentemente na descoberta de um sintagma que, contendo elementos sonoros ou gráficos semelhantes, expressa, no entanto, o conteúdo conceitual relacionado à palavra, portanto, tal sintagma ‘explicaria’, ‘desvendaria’ a palavra. Tal explicação contém, frequentemente, um verbo que desenvolve a relação. Ver a diferença com a ‘palavra pronunciada espontaneamente’, i.e., sem ligação ‘atestada’ com a coisa que nomeia. A etimologia parece ter sido usada não só como um argumento de autoridade, vinculado à erudição, pois descobrir uma etimologia adequada poderia demandar grandes piruetas intelectuais (que, do nosso ponto de vista, são inclusive bastante curiosas), mas também como um processo de aquisição e memorização de vocabulário e, por extensão, de conhecimento. Em relação ao papel na aquisição de conhecimento (um tópico muito caro aos gregos), é que foi defendida por alguns pensadores e desprezada por outros. Por outro lado, é preciso ter em mente que conferir um determinado conteúdo para os nomes envolve necessariamente uma interpretação de sua relação com o que ele nomeia e revela, portanto, uma visão de mundo. Assim, pois, a etimologia parece já conter o pressuposto de uma ligação não-aleatória entre nome e coisa, aliás o contrário disso: uma ligação em que o nome é como um presságio da verdadeira natureza da coisa, um presságio ligado à sabedoria dos primeiros homens e à natureza do real, demandando interpretação e revelação. Contudo, o critério de admissão das modificações e associações possíveis, para além de ser aparentemente obrigatório guardar alguma semelhança fonética, parece ser apenas a relação entre a criatividade do intérprete e o gosto de seu público. Mesmo assim, entre um e outro, muito poderia ainda ser dito acerca do pensamento antigo sobre a linguagem e sobre a percepção que tinham de sua própria língua, também no nível fonético. Ver a discussão da origem da linguagem no *Crátilo* de Platão em que os exemplos de etimologia antiga abundam e são alvos da ironia socrática. Os estoicos, no entanto, parecem ter compreendido que Platão defendia a etimologia. A etimologia parece ter sido vista como uma importante ferramenta da investigação filosófica pelos estoicos, foi mesmo considerada característica desta escola (*cf.*

Cicero *ND* III 62ss, *De off.* I 23). Crisipo (*SVF* ii.896), por exemplo, teria derivado *kardia* ('coração') de *kratesis* ('poder') e *kuria* ('autoridade'), assim, o coração, compreendido como 'sede da parte dominante da alma', foi nomeado a partir daquelas duas palavras, cuja transformação resultou em sua forma atual, portanto, a etimologia revelou um fato acerca da 'entidade' em questão a partir da 'reversão' do processo de formação (corrupção) da linguagem. Supostamente, isso está relacionado à conexão que os estoicos estabeleceram entre racionalidade e linguagem. Havia mesmo uma tentativa de colocar em paralelo processos de formação de conceitos e formação de palavras como análogos. Eles teriam tentado, portanto, explicar e definir os processos transformativos das palavras. Ver Tieleman, 1996, p. 196ss. Na argumentação de Sexto, percebe-se uma tensão entre as palavras cuja etimologia se descobre e as que foram naturalmente (*phusikos*) pronunciadas: para os estoicos, as primeiras palavras estariam todas naturalmente adequadas ao que nomeam, elas seriam assim 'corretas por natureza', lembrando que existe, neste estágio primordial, aquele que sabiamente nomeia as coisas conforme sua natureza. O processo da etimologia tenta chegar a estas palavras primordiais. Mas, para os estoicos, a 'correção' está relacionada à, digamos, harmonia do mundo, e não confinada ao padrão do helenismo. A função da etimologia no estoicismo, portanto, não é a de 'autenticar' que um vocábulo é grego. Para os gramáticos, no entanto, para carimbar uma expressão como grego correto, não deveria poder bastar, como parece ser o argumento de Sexto, que se apontasse apenas a correção da expressão analisada, mas seria necessário também que o fizessem com todas aquelas que compõem a explicação desta, pois todas deveriam ser julgadas pelo critério do grego correto: o etimológico. Não pode haver o *a priori* estoico de que são 'corretas' por natureza. Assim, ou há o regresso ao infinito, ou o processo aponta algumas palavras *naturalmente* pronunciadas e as aceita, sem fazer sua etimologia, mas, então, teriam admitido a correção pelo critério do uso, e não da etimologia, provando sua inutilidade.

¹³² “*Prothesis* é usado para referir-se à ‘prefixação’ somente por Apolônio Díscolo (*Pron.* 58. 16; *Synt.* 311.1), enquanto em Dionísio Trácio (*DThr.* 18) e Dionísio de Halicarnasso significa ‘preposição’.” Janko, 1995, p. 226.

¹³³ Este exemplo é interessante: a origem da palavra composta de *pros* e *kephale* é um sintagma que explica o que é o objeto nomeado, no desdobramento, o verbo é o elemento agregador principal. Contudo, Sexto afirma, não se descobriu nem a etimologia de *pros* nem de *kephale*.

¹³⁴ Semelhante a *proskephalaion*, provavelmente seria algo como *tou podiou hupotithesthai* ('pôr embaixo do pé').

¹³⁵ A etimologia é a última parte da parte *técnica* da gramática analisada por Sexto. Acerca dos artifícios retóricos tipicamente céticos que tornam possíveis as conclusões sextianas, haveria muito o que dizer, mas acredito que a maior parte deles fale por si. Algumas considerações ao final desta parte parecem ser interessantes: o ataque às fundações da gramática, por um lado, por mirar nas partes 'mal edificadas' de sua estrutura, poderia sugerir

que, se melhor construída, poderia ser mais resistente –, no entanto, por outro lado, por fazer uma escolha dos pontos que quer atacar, entendendo o papel de cada um na estrutura a seu modo, não é como se os gramáticos tivessem uma chance. Seu ataque, portanto, é genérico nestes dois sentidos: ele visa à totalidade da gramática ‘completa’, mas ele não lhe concede o benefício da exatidão. Portanto, acabamos por almejar um argumento também genérico que desse conta da clareza com que Sexto Empírico parece ter visto seu empreendimento. Por isso é digno de nota que uma proposição positiva tenha acompanhado reiteradamente sua trajetória: a de que, na linguagem, basta seguir o uso comum. E esta não é uma proposta, aparentemente, apenas para que o homem comum continue simplesmente sendo comum, mas para convencer o *filósofo* a voltar sua atenção e prática à observação da vida comum.

¹³⁶ O termo *historia* tem uma longa tradição na antiguidade: desde o uso como ‘investigação’ da natureza, no contexto do movimento intelectual jônico, até sua concepção como ‘gênero textual’ no período helenístico. Com relação ao termo moderno derivado, ‘história’, o ponto de contato seria aquele das ‘histórias’. Traçou-se, inclusive, para enfatizar a não-convergência entre os conceitos, a distinção entre a concepção antiga do tempo como circular, e aquela moderna, que lhe imputa um objetivo. *cf.* Press, 1982. Nos interessa, no momento, que o leitor tenha em mente a peculiaridade do uso do termo no contexto da gramática. A parte ‘histórica’ da gramática é onde se ‘historiam’ as histórias: em que historiar tem o duplo sentido da atividade e do produto dela, assim, ela tanto ‘pesquisa’ quanto ‘compila’ os ‘dados’ relativos a: personagens, lugares e datas (fictícios ou reais) presentes nas obras literárias, bem como, em algumas definições, provê dados que possibilitem o entendimento de termos insólitos. Além disso, neste sentido, também se chamam ‘histórias’ às compilações destes dados publicadas em livros, que serão, então, novo material para a ‘história’. Esta produção resultou em vastas coleções produzidas, principalmente por Alexandrinos, dedicadas à tipos particulares de informações, bem como comentários à obras literárias individuais (*cf.* Blank, p. 257-259). Por isso, pode ser dito que *historia* no período helenístico configura-se um gênero textual. Importante ter em mente que não se trata *necessariamente* do conhecimento do material produzido pelos ‘historiadores’, mas de qualquer material que fornecesse informação acerca do conteúdo da obra literária (*cf.* Press, 1982, p. 38). ‘Retomar as tradições’ foi como traduzimos *paradidomi* em § 93 em referência à tarefa da parte ‘histórica’. Essa atividade implica, portanto, erudição. A tradução manteve entre aspas simples as ocorrências do termo neste sentido explicitado e, onde, se tratam de estórias como ‘relatos’ em geral, o termo não contém aspas. Sexto em sua argumentação foca principalmente a falta de método propositivo da atividade, a partir da característica assistemática de seu objeto. A *historia* foi objeto da crítica de Aristóteles na *Poética*, e foi exaltada por Políbio em suas *Historiae*. *Historia* aparece também em Sexto com um sentido semelhante ao de ‘conhecimento compartilhado’: o levantamento das opiniões anteriores sobre algum assunto, próximo ao uso de *historia* no contexto da medicina empírica: os relatos de outros médicos. Mais informações em Press, 1982 e Fornara, 1983.

¹³⁷ *Plasma* e *kharakter* são normalmente encontrados como sinônimos para a teoria dos ‘tipos de discurso’ - ‘tipos de estilo’ (*genera dicendi*): *cf.* bibliografia em Blank, p. 260ss.

¹³⁸ O material desorganizado que foi ‘organizado’ pelo poeta/escritor, ou seja, o ‘conteúdo’ da obra literária em seu formato preexistente à obra, isto é, tal como teria sido dado pela tradição. Portanto, a parte ‘histórica’ procede ao ‘levantamento’ das informações às quais a obra faz referência, tais como: mitos, estórias, pessoas, lugares, coisas e fatos. Por isto é dito deste material que é assistemático ou desorganizado (*amethodos*).

¹³⁹ Como afirmou Blank (1998, p. 261), parece estranho que Taurisco tenha atribuído o estudo da dicção e figuras gramaticais à parte racional (*logikon*) enquanto o de dialetos e estilos à prática (*tribikon*). Estes termos aparecem na tradição de discussão das escolas empírica e racionalista. O primeiro relativo ao método racionalista, obviamente, e o segundo referindo-se ao ‘exercício prático da experiência’, conforme Galeno (*Subf. Emp.* 48. 25 Deichgräber *apud* Blank, *ibidem*). Talvez ele estivesse diferenciando a parte relativa às regras ou definições dispostas racionalmente da parte que aplicava estas regras na prática à textos particulares.

¹⁴⁰ Nosso texto de *DThr.* difere apenas na terceira parte, onde se lê: ‘pronta (*prokheiros*) explicação de palavras inusuais (*glossai*) e histórias’. Mas também contém um adendo à última parte, a crítica dos poemas: ‘a mais bela de todas as partes da arte’ (*ho de kalliston esti panton ton en tei tekhnei*). Cf. Chapanski, 2003.

¹⁴¹ Essencialmente a mesma divisão adotada por Sexto em § 91-5, com a sugestão semelhante de que estão em ‘contato’, enfatizando a posição ‘agregadora’ da parte ‘gramatical’, tal como fez em § 95.

¹⁴² Considerando que, tal como Sexto nos informa em § 47-48, Asclepiades deriva ‘gramática’ de *gramma* no sentido das ‘composições’, i.e., das ‘obras’, faz sentido que ele possa usar o termo livremente para a parte antes mencionada como ‘específica’. “Sua parte ‘gramatical’ bate de frente com a *kritike* superior de Taurisco, como se dissesse que a ciência da literatura, tal como se prova etimologicamente, é a gramática, e a parte da gramática que julga criticamente a literatura é sua parte especificamente gramatical. Sua técnica de divisão é digna de nota: o gênero da gramática, *tekhne*, aparece em sua primeira parte, presumivelmente como a parte cuja tecnicidade garante a tecnicidade do todo; o termo da ‘espécie’ – ‘gramática’, aparece na terceira parte. Assim, as partes que estudam a linguagem e as coisas às quais se refere contribuem para o estudo do que as obras significam, e todas as três combinadas formam o estudo das obras, i.e., a gramática.” BLANK, p. 265.

¹⁴³ Reparar em como se qualificam as histórias ditas ‘verdadeiras’. Talvez este exame pudesse acrescentar à análise desenvolvida por Cassin, 1990 acerca do uso do advérbio *historikos* por Sexto, em *PH* 1. 4, para qualificar o modo como o cético fala.

¹⁴⁴ *Kreguon* é um hapax homérico (*Iliada* 1. 106) que não está claro no contexto.

¹⁴⁵ Todos foram apontados acima § 253 como ‘conteúdos’ da parte da ‘história’ que trata do relato verdadeiro.

¹⁴⁶ Entendemos *historoumenoi* (‘relatos’), tal como em § 256, como o material de base da parte ‘histórica’, aquele que está sendo ‘historiado’; desta forma, verdadeiro, falso ou verossímilante são características aplicadas propriamente a esses ‘relatos’, e não à pesquisa.

¹⁴⁷ Neste caso, supomos que o sentido seja algo como: ‘o relato propriamente dito’ e, assim, na sequência teríamos: ‘o relato propriamente dito’ é a exposição de acontecimentos verdadeiros.

¹⁴⁸ De acordo com Heliodoro (*Sch. DThr.* (Lond.) 449. 11-14 *apud* Blank, p. 266): ‘História é o relato claro de coisas que aconteceram ou que são possíveis. Mito é a narração de coisas estranhas ou arcaicas, ou a introdução de coisas impossíveis. Ficção é o que pode acontecer, mas não acontece.’

¹⁴⁹ Sexto ataca a existência de uma história verdadeira pela inexistência do critério de verdade logo a frente em § 267.

¹⁵⁰ Ou seja, seria tarefa da parte ‘histórica’ o julgamento das informações levantadas.

¹⁵¹ Sexto igualou, com este argumento, a parte ‘verdadeira’ às partes acerca de mitos e ficções, logo também aqui o objeto é falso e inexistente.

¹⁵² Os argumentos gerais da ‘parte da gramática que trata de poetas e escritores’ analisados por Sexto na sequência não estão relacionados às práticas anteriormente vinculadas a esta parte: leitura, exegese e julgamento de poemas (§251), em que julgamento de poemas referia-se à interpretação das passagens obscuras, julgamento do que está correto e do que não, e distinção do genuíno e do espúrio (§ 93). Antes, voltam-se à reivindicação da gramática quanto ao seu papel central na educação do homem através da literatura. Blank, p. 281-287, tal como discutimos na primeira parte deste trabalho, vincula toda esta passagem: exposição dos argumentos dos oponentes (§ 270–276) e refutação (§ 277–298), a uma provável fonte epicurista e traça diversos paralelos principalmente com os escritos de Filodemo. Embora as raízes dessas questões retrocedam, no mínimo, a discussões platônicas no *Protágoras*, *Eutífron*, *Ion* e *República*, Blank reconhece um ataque epicurista contra Asclepiades, e o pensamento gramatical representado por ele, que parece ter defendido a primazia da poesia sobre a filosofia. Contudo, o alvo dos epicuristas seria os estoicos e sua sabedoria calcada em citações poéticas. Sexto afirma em § 299 que os argumentos contra a poesia foram tomados principalmente dos epicuristas e em §278 faz um adendo para apontar que o argumento não é contra a poesia e coincide com seu ponto de vista, provavelmente um argumento de origem pirrônica como o que aparece em §319, *cf. nota ad loc.* O ataque propriamente sextiano visa à gramática e não à poesia.

¹⁵³ Fragmento de um peça desconhecida de Eurípides. Aulo Gélio (*Noc. Att.* VI 16) diz que Crísipo costumava citá-la.

¹⁵⁴ A justaposição de acusações contra Epicuro e Pirro/Tímon aconteceu também em § 49-55. Note que não se fazem acusações a Pirro acerca do roubo de ‘doutrinas’ aos poetas.

¹⁵⁵ Epicarmo é um poeta cômico siciliano do séc. V a.C. Diógenes Laércio (3. 9) diz que Platão utilizou muitas expressões que eram na verdade de Epicarmo.

¹⁵⁶ A mesma passagem é atribuída a Sófron (autor de mimos, posterior a Epicarmo) em § 284.

¹⁵⁷ *cf.* Epicuro, *Carta a Meneceu*, 124: “a morte é a ausência de sensação”.

¹⁵⁸ A passagem é citada mais à frente §287 com uma pequena modificação: *touphemeron* por *kath’hemeran* (‘dia após dia’).

¹⁵⁹ Este argumento parece ter sido um lugar-comum nos discursos de exaltação às artes. *Cf.* *M* 2. 26.

¹⁶⁰ Caso este seja propriamente um argumento sextiano, pode haver um julgamento de valor entre a poesia útil: clara e direta; e a inútil: enigmática e estranha.

¹⁶¹ *Mataioteti*: ver o uso do adjetivo *mataios* (‘fútil’) em § 170 e 174.

¹⁶² Um argumento semelhante aparece em § 157 e 188 acima, mas, naquele ponto, tanto a prova quanto a asserção levam a consequências inaceitáveis. Nesta passagem, a recomendação explícita de que a filosofia forneça as provas da correção da poesia gnômica dificilmente seria um argumento pirrônico, lembraria mais a posição epicurista, ver Filodemo, *De Rhetorica* 5. A distinção entre prova e asserção, à maneira epicurista, aparece novamente em § 284 e 280. Ver Blank, p. 297-298.

¹⁶³ Como aponta Blank, p. 305, a fonte epicurista aqui poderia atingir os sofistas, mas seu alvo principal eram os próprios estoicos, célebres por exagerarem em citações poéticas.

¹⁶⁴ Os epicuristas aprovavam a utilidade da poesia para o entretenimento (*cf.* Filodemo, *De Mus.* 4, *De Poem.*)

¹⁶⁵ Obra perdida. *Cf.* *Contra os Músicos* *M* 3. 58.

¹⁶⁶ Ver a citação homérica em § 289.

¹⁶⁷ Em § 273 ele havia mencionado Epicarmo como autor deste pensamento.

¹⁶⁸ Cf. *Carta a Meneceu*, 124.

¹⁶⁹ Os exemplos contradizem a ausência de sensações após a morte: a alma alimenta-se e sofre. Comparar estas passagens, e também *M* 9. 67-8, com a argumentação de Lucrécio em 3. 894ss.

¹⁷⁰ Há uma párrafraze deste provérbio em Plutarco, *De sera num. vind.* 549d.

¹⁷¹ Trímetros iâmbicos e hexâmetro dactílico, respectivamente.

¹⁷² Denominação comum de Eurípides, aparece, por exemplo, em Ateneu e Clemente de Alexandria.

¹⁷³ Cf. Platão, *Eutífron*, 5e-6a, onde Eutífron aponta a inconsistência entre estas histórias e os sentimentos populares em relação, por exemplo, à justiça divina. Filodemo (1609, 4. 8 e 1088, 8. 22) também tratou de desarmar o conceito de que a vida fosse feliz no tempo de Crono.

¹⁷⁴ A mesma anedota aparece em Libânio, *Discurso LXIV (Pro saltatoribus)*, 119, contudo, sem o nome do bailarino. Ainda que a dança seja a moeda de troca do bailarino, não foi ela, propriamente, que salvou a cidade, mas sua presença de espírito e eloquência, isto, portanto, poderia ser dito acerca de qualquer arte, mesmo uma considerada inferior à gramática, como a dança.

¹⁷⁵ DL (4. 9) conta a mesma anedota em relação a Xenócrates.

¹⁷⁶ Sexto abandona, portanto, o ataque à poesia e volta-se para o ataque à gramática como *tekhne*, fechando a discussão com um argumento mais afim a sua orientação filosófica. Os argumentos epicuristas visavam principalmente mostrar que a poesia era menos útil que a filosofia e que a poesia, para não causar prejuízos, precisaria passar pelo crivo do filósofo. A possibilidade de que os gramáticos pudessem preparar o terreno para o filósofo, arcando com o trabalho preliminar sobre a linguagem e outros problemas de forma a apresentar ao filósofo as máximas que ele deveria julgar, não foi afetada por estes argumentos. Também havia ficado em aberto a questão a respeito da prosa. Portanto, Sexto deve mostrar a inutilidade plena da gramática de forma a minar também estas possibilidades. (BLANK, p. 327)

¹⁷⁷ O ‘conhecimento de todas as coisas’ foi um dos tópicos discutidos em relação às competências linguísticas, principalmente acerca da retórica, mas estendendo-se também à gramática, e mesmo a arquitetura. Ver, por exemplo, Vitruvius, *De Architectura* I. 3, Quintiliano I. 4. 4, Cícero, *De Oratore*, 2. 2, Aristóteles, *De Rhetorica* I. 2, 1355b26-35. É tópico recorrente, portanto, nas divergências que implicavam o movimento sofista, ver Prezotto, 2009.

¹⁷⁸ A obscuridade dos escritos de Heráclito foi célebre. DL 9. 15 apresenta uma lista dos intérpretes de sua obra.

¹⁷⁹ Esta passagem e a sentença seguinte são comentadas por Plutarco em seu tratado *De animae procreatione in Timaeo*.

¹⁸⁰ Sexto cita Empédocles também em *M* 7. 115-25.

¹⁸¹ O fragmento 112, 4-5, foi também citado pelo historiador Timeu de Tauromenion (DL 8. 66) para exemplificar sua declaração de que o modo de vida de Empédocles contradizia sua poesia, já que ele parece ter levado uma vida moderada e respeitável, enquanto em seu poema soa como um egoísta pretensioso. Este é exatamente o tipo de interpretação que Sexto diz que um ‘gramático ou homem comum’ iriam supor. Ver Blank, p. 335.

¹⁸² Sobre a purificação da alma no intuito de torná-la como ‘deus’ e apta a apreender as ‘Formas’, ver, por exemplo o *Fédon* 79dss e *Teeteto* 176ss de Platão.

¹⁸³ Sexto omite o verso seguinte: ‘chama-se círculo zodiacal’. Hiparco (I, 1004A Mass) afirma que a interpretação de Arato é simples mas não o entendimento das *questões* astronômicas, que convém a um astrônomo. O escólio ao poema astronômico de Arato cita alterações equivocadas propostas por ‘gramáticos’, opondo-as às corretas explicações dos ‘matemáticos’, i.e., astrônomos. Cf. Blank, p. 330-331.

¹⁸⁴ A ‘prova’ está em Euclides, *Elementa*, 4. 15: cada lado de um hexágono regular inscrito em um círculo é igual ao raio do círculo.

¹⁸⁵ Dalimier, seguindo Bekker, propõe ἐλῶν (*‘helon’*: ‘tendo tomado à força’ – ‘tendo em seu poder’) ao invés de ἐλόν (*‘elon’*: conduzindo), na segunda linha do verso.

¹⁸⁶ Estes dois adjetivos são aplicados por Agamêmnon ao vale do rio Esopo. Não foi encontrada nenhuma passagem antiga que explique a relação pretendida por Sexto a partir da semente do junco. Cf. Blank, p. 339-340 e Dalimier, *ad loc.*

¹⁸⁷ O poeta Calímaco (c. 305-240 a.C.) foi também gramático em Alexandria. Segundo DL 2.111, Diodoro Crono frequentou a corte de Ptolomeu Sóter, que se declarou rei do Egito em 304 a.C.

¹⁸⁸ Diodoro Crono, um filósofo jônico que ensinou primeiro em Atenas, onde influenciou os fundadores das principais escolas helenísticas de filosofia, como Arcesilau, Zenão e seus contemporâneos, e depois foi para Alexandria, parece ter morrido ao redor de 285-282 a.C. Ver Sedley, 1977 e 2013.

¹⁸⁹ *Lit.* ‘conexão’ (*to sunemmenon*): uma ‘proposição conectada’ (‘se...então...’) faz parte dos enunciados complexos da lógica estóica. Considerando a exposição de Sexto acerca da controvérsia entre Diodoro e Fílon de Megara em *PH* 2.110, *M* 8.112ss, fica claro que discutem acerca da validade de proposições que chamamos ‘condicionais’. O critério de Diodoro para uma condicional válida é: ela não admite, nem nunca admitiu, a possibilidade de ter um antecedente verdadeiro e um conseqüente falso. (*Cf.* Cícero, *De Fato*, 9.17). Ver Manetti, 1993, p. 104 ss.

¹⁹⁰ *Cf.* *PH* 2. 110, 242; *M* 7. 112ss.

¹⁹¹ Paradoxos acerca do movimento são utilizados por Sexto em outras passagens: em *PH* 2. 242 e *PH* 1. 312 estão conectados às aporias sobre causa ativa e passiva e ao argumento contra a morte. E, de maneira detalhada, em relação a Diodoro Crono e seus opositores em: *PH* 3. 71ss, *M* 10. 85ss. Ver Kneale e Kneale, 1962, p. 128-138; Frede, 1974, p. 73; Sorabji, 1980, p. 70ss, 104ss. Acerca do ‘nascermos de novo’, Blank (p. 344) conecta a teoria atomista de Diodoro implicada nos paradoxos do movimento com a possível consequência de que algo em movimento desaparece em um tempo e reaparece em outro. De forma que nossa existência poderia ser interpretada como uma sequência contínua de desaparecimentos em um tempo e ‘(re)nascimentos’ em outros. Ver Denyer, 1981 (sobre o chamado argumento ‘dominador’) e Sorabji, 1983, p. 19, 347.

¹⁹² Assim como se descobre o significado de palavras estrangeiras por ‘perguntar’ à pessoa certa, também as palavras inusuais são explicadas a partir de uma busca adequada, neste caso, provavelmente em livros, não existe *técnica* em nenhum dos dois procedimentos, tal como o ‘levantamento histórico’ não pressupõe *técnica*, ou seja, não pressupõe um sistema de proposições teóricas.

¹⁹³ Este exemplo pretende fazer uso da figura retórica da *metalepsis* (‘substituição’): i.e., usar, pela palavra pretendida, o sinônimo de seu homônimo: siringe (um tipo de flauta) tem como homônimo siringe (um tipo de fermento) cujo sinônimo (ferida) é usado no lugar da primeira. Nos outros casos, no entanto, Sexto usa ‘homônimos’ cujas características prosódicas são distintas. *Cf.* Blank, p. 347-348.

¹⁹⁴ Alguns dos termos mais ‘famosos’ da filosofia até hoje.

¹⁹⁵ *Cf.* *PH* 1. 188-191. Sexto explica que alguns céticos usam a expressão no sentido interrogativo (‘Por que isto mais que aquilo?’), e que é normal usar interrogativas por declaratórias e vice-versa e, ainda, que a expressão indica o sentimento (*pathos*) ou modo de sentir (em oposição ao objeto externo (*cf.* *PH* 1.15)).

¹⁹⁶ Admitimos que tal poema, composto com termos tais, realmente, após vasculhado muitas vezes, não foi mesmo compreendido.

¹⁹⁷ *Kurios* é o que qualifica um nome próprio, e também a expressão ‘comum’, ‘corrente’, em oposição a uma rara (*glossa*), estrangeira, ou usada metaforicamente. Poderia, portanto, por extensão de sentido, referir-se a palavras usadas em um contexto familiar, considerando a argumentação anterior, no contexto de uma determinada área do conhecimento. Blank (p. 349-350) sugere, seguindo a leitura de Blomqvist, p. 13-18, que o próprio Sexto tenha composto estes dísticos elegíacos com termos do seu domínio, ou seja, da medicina, a tradução que ele propõe, em nota, e que mantemos em inglês, é esta: “*Would that both your small toes beneath your metacarpals Might wither away and put that part in lowest place, The bones which move in the capped joint of the knee-hollow Become crooked up to the highest process of the femur, While the dark psoas-muscles from their bottom up to their loose Insertion at the spinal canal are contracted.*”

¹⁹⁸ Que o objeto de uma arte seja algo ‘ruim’, portanto inútil, compromete imediatamente a utilidade dessa arte. Compare-se, no entanto, com o argumento em § 278 cuja afinidade com o pirronismo Sexto faz questão de ressaltar. O argumento envolve, então, provavelmente, o paralelo entre claro = evidente, obscuro = não-evidente, conectado, desta forma, ao argumento seguinte do ‘desacordo’. Ver também a argumentação contra a utilidade da arte ortográfica em § 170-4.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Textos antigos:

ARNIN, Ioannes AB. (Ed.) *Stoicorum Veterum Fragmenta* (SVF). 2 vols. Stuttgart: Teubner, 1964.

HILGARD, Alfredus. (Ed.) *Scholia in Dionisium Thracis Artem Grammaticam* (Sch. DThr). Leipzig: Teubner, 1901 (= *Grammatici Graeci* I 3).

DIELS, H.; KRANZ, W. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. 2 vols. Berlin: Weidmannsche Verlagsbuchhandlung, 1960.

MAU, J.; MUTSCHMANN, H. (Eds.) *Sexti Empirici opera*. vol. 3, Leipzig: Teubner, 1961 (2ª edição)

BEKKER, I. (Ed.) *Sextus Empiricus*. 1842.

Philodemus (Filodemo). *Περὶ εὐσεβείας (pars i)* (P. Herc. 229, 247 242, 437 452, 1077, 1098, 1610, 1788). In: TLG.

Thesaurus Linguae Graecae (TLG). Compilação de todos os textos gregos, em prosa ou verso, dos sécs. VIII a.C. até VI d.C. (vários editores). In: <http://www.tlg.uci.edu/>.

Traduções:

ANNAS, Julia; BARNES, Jonathan. (Eds. e Trans.) *Sextus Empiricus: Outlines of Scepticism*. Cambridge: CUP, 2000.

BARNES, Jonathan. (Ed.) *Aristotle: complete works*. 2 vol. Princeton: Princeton University Press, 1984.

BETT, Richard. (Trad.) *Sextus Empiricus: Against the Ethicists*. With an introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press, 1997.

BETT, Richard. (Ed. e Trad.) *Sextus Empiricus: Against the Logicians*. Cambridge: CUP, 2005.

BETT, Richard. (Ed. e Trad.) *Sextus Empiricus: Against the Physicists*. Cambridge: CUP, 2012.

BLANK, David L. (Trad.) *Sextus Empiricus: Against the Grammarians (Adversus Mathematicos I)*. With an introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press, 1998.

- BRITO, Rodrigo; HUGUENIN, Rafael. (Trads.) *Sexto Empírico: Contra os Retóricos*. Tradução, apresentação e comentários. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BRITAIN, Charles. *Cicero: On Academic Scepticism*. With introduction and notes. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2006.
- BROGGIATO, Maria. *Cratete di Mallo: I frammenti*. Edited with introduction and commentary. La Spezia: 2000.
- BURY, R. G. (Ed. e Trad.) *Sextus Empiricus*. 4 vol. (Loeb). Cambridge: Harvard University Press, 1939 – 1949.
- BUTLER, H.E. (Ed. e Trad.) *The Institutio Oratoria of Quintilian*. 4 vols. London: Heinemann, 1933.
- CAVERO, Jorge Bergua. (Trad.) *Sexto Empírico: Contra los Profesores*. Libros I-VI. Introducción, Traducción y Notas. Madrid: Editorial Gredos, 1997.
- CHAPANSKI, Gissele. (Trad.) *Uma tradução da Tekhné Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2003. (190 pgs.)
- COOPER, John M. (Ed.) *Plato: complete works*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1997.
- DALIMIER, Catherine (Trad.). Contre les grammairiens. In: PELLEGRIN, Pierre. *Sextus Empiricus: Contre les professeurs*. Paris: Éditions du Seuil, 2002. p. 67-245.
- DAY, Jane M. (Ed. e Trad.) *Plato's Meno in Focus*. New York: Routledge, 1994.
- FREDE, Michael. (Trad.) *Galen: Three treatises on the nature of science - On the Sects for Beginners, an Outline of Empiricism, on Medical Experience*. With introduction and commentary. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1985.
- GALLEGUO CAO, Antonio; MUÑOZ DIEGO, Teresa. (Trads.) *Sexto Empírico: Esbozos Pirrónicos*. Introducción, Traducción y Notas. Madrid: Editorial Gredos, 2008.
- HANKINSON, R. J. (Ed. e Trad.) *Galen: On Antecedent Causes*. Cambridge: CUP, 2004.
- HICKS, R.D. (Trad.) *Diogenes Laertius: Lives of eminent philosophers*. 2 vol. London: Heinemann, 1945.
- INWOOD, Brad; GERSON Lloyd P. *The Stoics Reader*. Selected Writings and Testimonia
- LONG, A. A.; SEDLEY, D.N. (Eds.) *The Hellenistic Philosophers*. 2 vols., Cambridge 1987. (LS)

- MANZANO, Teresa Martínez. (Trad.) *Galeno: Tratados Filosóficos y autobiográficos*. Introducciones, traducción y notas. Madrid: Editorial Gredos, 2002.
- MARCONDES, Danilo. (Trad.) *Sexto Empírico: Hipotiposes Pirrônicas*. Livro I. Revista O que nos faz pensar, n.12, 1997. p. 115-122.
- MARTANO, A.; MATELLI, E.; MIRHADY D.C. (Eds.) *Praxiphanes of Mytilene and Chamaeleon of Heraclea: Text, Translation, and discussion*. New Jersey: Transaction Publishers, 2012.
- MATES, Benson. (Ed. e Trad.) *The Skeptic Way: Sextus Empiricus' Outlines of Pyrrhonism*. With an introduction and commentary. New York: Oxford University Press, 1996.
- MORROW, Glenn. (Trad.) *Proclus: A commentary on the first book of Euclid's Elements*. Princeton: PUP, 1970.
- NORLIN, George. (Trad.) *Isocrates*. 2 vols. Loeb Editions: 1929.
- PAGANI, Lara. (Ed.) *Asclepiades di Mirlea: I frammenti degli scritti omerici*. Roma: Edizioni di storia e letteratura, 2007.
- PREZOTTO, Joseane. (Trad.) *Dissoi Logoi: Sofística e Linguagem*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2009. (115 pgs.)
- ROEDER, Sarah. *O Contra os Músicos de Sexto Empírico: Introdução, Tradução e Comentários*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2013. (131 pgs.)
- SCHIEFSKY, Mark J. *Hippocrates: On Ancient Medicine*. Translated with Introduction and Commentary. Leiden, Boston: Brill, 2005.
- SEABRA, José. (Trad.) *Cícero: Acadêmicas*. São Paulo: Edições Nova Acrópole, 2013
- VALENZA, Giovanna. (Trad.) *De Lingua Latina, de Marco Terêncio Varrão: Tradução dos Livros VIII, IX e X*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2010. (166 pgs.)
- YONGE, C.D. (Trad.) *The works of Philo*. David Scholer (Publisher): 1995.
- YONGE, C.D. (Trad.) *Cicero: De Inventione*. 1888.

Obras críticas:

- ALLAN, Keith. Aristotle's footprints in the linguistic garden. In: *Language Sciences*. vol. 26, n. 4, 2004. p. 317-342.
- ALLEN, J. *Inferences from Signs: Ancient Debates About the Nature of Evidence*. Oxford: OUP, 2001.
- ALLEN, J. The Stoics on the Origin of Language and the Foundations of Etymology. In: FREDE, Dorothea; INWOOD, Brad. (Eds.) *Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age*. Cambridge: CUP, 2005. p. 14-35.
- ANNAS, Julia; BARNES, Jonathan. *The Modes of scepticism*. Oxford: OUP, 1985.
- ATHERTON, Catherine. *The Stoics on Ambiguity*. Cambridge: CUP, 1993.
- ATHERTON, Catherine; BLANK, David. The Stoic Contribution to Traditional Grammar. In: INWOOD, Brad. *The Cambridge Companion to the Stoics*. Cambridge: CUP, 2003. p. 310-327.
- ATHERTON, Catherine; BLANK, David. From Plato to Priscian: Philosophy's legacy to grammar. In: ALLEN, Keith. *Oxford Handbook of the History of Linguistics*. Oxford: OUP, 2013. p. 283-340.
- BARNES, Jonathan. The Beliefs of a Pyrrhonist. In: *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, n. 28, 1982. p. 1-29.
- BARNES, Jonathan. Scepticism and Arts. In: HANKINSON, R. J. (Ed.). *Method, Metaphysics and Medicine: Studies in the Philosophy of Ancient Medicine*, Edmonton: Academic Printing and Publishing, 1988. p. 53-77.
- BARNES, Jonathan. *The Toils of Scepticism*. Cambridge: CUP, 1990.
- BARNES, Jonathan. Pyrrhonism, Belief and Causation: Observations on the Scepticism of Sextus Empiricus. In: *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt II*, n. 36, v. 6, 1990. p. 2608-95.
- BARNES, Jonathan. Review of ALLEN, J. *Inferences from Signs: Ancient Debates About the Nature of Evidence*. Oxford: OUP, 2001. In: *Classical Review*, n. 52, p. 375.
- BARNES, J.; SCHENKEVELD, D.M. Language. In: ALGRA, K.; BARNES, J.; MANSFELD, J.; SCHOFIELD, M. *The Cambridge History of Hellenistic Philosophy*. Cambridge: CUP, 2005.

- BARNEY, R. Impressions and Appearances. In: *Phronesis*, v. 37, n. 3, 1992. p. 283-313.
- BETT, Richard. (Ed.) *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: CUP, 2010.
- BETT, Richard. The Pyrrhonist's Dilemma: What to Write if you Have Nothing to Say. In: ERLER, M.; HESSLER, J.K. (Eds.) *Argument and Literarischer Form in antiker Philosophie*. Akten des 3. Kongresses der Gesellschaft für antike Philosophie. Berlin: De Gruyter, 2013. p. 389-410.
- BLANK, David. Analogy, Anomaly and Apollonius Dyscolus. In: EVERSON, Stephen. (Ed.) *Language. Companions to Ancient Thought 3*. Cambridge: CUP, 1994. p. 149-165.
- BLANK, David. Philodemus on the Technicity of Rhetoric. In: OBBINK, Dirk. (Ed.) *Philodemus and Poetry: Poetic theory and practice in Lucretius, Philodemus, and Horace*. Oxford: OUP, 1995.
- BLANK, David. The Organisation of Grammar in Ancient Greece. In: AUROUX, Sylvain; KOERNER, E.F.K. *History of Language Sciences/Geschichte der Sprachwissenschaften. Vol. 1: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin: De Gruyter, 2000. p. 400-417.
- BLANK, David. Varro's anti-analogist. In: FREDE, Dorothea; INWOOD, Brad. (Eds.) *Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age*. Cambridge: CUP, 2005. p. 210-238.
- BLANK, David. Varro and the epistemological status of etymology. *Histoire Épistémologie Langage*, n. 30, vol. 1, 2008, p. 49-73.
- BLANK, David. Varro and Antiochus. In: SEDLEY, David. (Ed.) *The philosophy of Antiochus*. Cambridge: CUP, 2012. p. 250-289.
- BLOMQVIST, J. Textkritisches zu Sextus Empiricus. In: *Eranos*, n. 66, 1968, p. 73-100
- BOBZIEN, Susanne. Stoic Logic. In: INWOOD, Brad. *The Cambridge Companion to Stoics*. Cambridge: CUP, 2003.
- BOBZIEN, Susanne. The Stoics on the fallacies of Equivocation. FREDE, Dorothea; INWOOD, Brad. (Eds.) *Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age*. Cambridge: CUP, 2005.
- BOLZANI, Roberto. Acadêmicos versus Pirrônicos. In: *Sképsis*, ano IV, v. 7, 2011. p. 5-55.
- BRUNDSCHWIG, J. Sextus Empiricus on the *kriterion*: the sceptic as conceptual legatee. In: DILLON, J.; LONG, A. (Eds.) *The Question of 'Eclecticism': Studies in Later Greek Philosophy*. Berkeley: UCP, 1988. p. 145-175.

- BURNYEAT, Can the sceptic live his scepticism? In: SCHOFIELD, M.; BURNYEAT, M.; BARNES, J. (Eds.) *Doubt and Dogmatism: Studies in Hellenistic Epistemology*. Oxford: OUP, 1980. p. 20-53.
- BURNYEAT, M.; FREDE, M. (Eds.) *The Original Sceptics*. Indianapolis: Hackett, 1997
- CASSIN, Barbara. L'Histoire chez Sextus Empiricus. In: VOELKE, André-Jean. (Eds.) *Le Scepticisme Antique*. Lausanne, 1990. p. 123-38
- CASTON, Victor. Something and nothing: the Stoics on concepts and universals. In: *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, n. 17. 1999. p. 145-213
- CASTAGNOLI, Lucas. *Ancient Self-Refutation: The Logic and History of the Self-Refutation Argument from Democritus to Augustine*. Cambridge: CUP, 2010.
- CLARKE, M. L. *Higher Education in Ancient World*. London: Routledge, 2012. (1ª edição: 1971)
- CORTI, Luciano. *Scepticisme et Langage*. Paris: J. Vrin, 2009
- COUSSIN, Pierre. L'origine et l'évolution de l'époche. In: *Revue des Études Grecques*, n. 42, 1929. p. 373-397.
- CRIBIORE, Rafaella. *Gymnastics of the Mind: Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. Princeton: PUP, 2001.
- DECLEVA CAIZZI, Fernanda. Prolegomena ad una raccolta delle fonti relative a Pirrone di Elide. In: GIANNANTONIO, G. (Ed.) *Lo scetticismo antico*. 2 vols. Nápoles: Elenchos, 1981.
- DECLEVA CAIZZI, Fernanda. *Pirrone: Testemonianze*. Nápoles: Elenchos, 1981.
- DECLEVA CAIZZI, Fernanda. *Sesto e gli scettici*. In: *Elenchos*, ano XIII, v. 1-2. 1992. p. 279-327.
- DENYER, Nicholas. Time and modality in Diodorus Cronus. In: *Theoria*, v. 47, n. 1, 1981. p. 31-53.
- DOMARADZKI, Mikolaj. Theagenes of Rhegium and the Rise of Allegorical Interpretation. *Elenchos*, n. 32, vol. 2, 2011. p.205-227
- DUMONT, J.-P. *Le scepticisme et le phénomène*. Paris: Vrin, 1972.
- EDELSTEIN, Ludwig. *Ancient Medicine*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1967.

- EVERSON, Stephen. (Ed.) *Epistemology: Companions to Ancient Thought I*. Cambridge: CUP, 1990.
- FORD, A. *The Origins of Criticism: Literary Culture and Poetic Theory in Classical Greece*. Princeton: PUP, 2002.
- FORNARA, Charles. *The Nature of History in Ancient Greece and Rome*. Berkeley: UCP, 1983.
- FLORIDI, The rediscovery and posthumous influence of scepticism. In: BETT, Richard. (Ed.) *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: CUP, 2010. p. 267-287.
- FREDE, Michael. *Die Stoische Logik*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1974.
- FREDE, Michael. *Essays in ancient philosophy*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1987.
- FREDE, Michael. An Empiricist View of Knowledge: Memorism. In: EVERSON, Stephen. (Ed.) *Epistemology: Companions to Ancient Thought I*. Cambridge: CUP, 1990. p. 225-250.
- FREDE, Dorothea; INWOOD, Brad. (Eds.) *Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age*. Cambridge: CUP, 2005.
- GERSON, L. P. *Ancient Epistemology*. Cambridge: CUP, 2009.
- GIUSTA, M. Review of Mau. In: *Riv. di Filologia e d'Istruzione Classica*, n. 40, 1962. p. 425-432.
- GLIDDEN, David. Skeptic Semiotics. In: *Phronesis*, vo. 28, n. 3, 1983, pp. 213-255
- GUTZWILLER, Kathryn. Literary Criticism. In: CLAUSS, J.; CUYPERS, M. *Blackwell Companion to Hellenistic Literature*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. p. 337-365.
- GOLDSCHMIDT, Victor. *Huparchein* and *huphistanai* dans la philosophie stoïcienne. In: *Revue des Etudes Grecques*, 95, 1972, p. 331-344
- HANKINSON, R.J. *The Sceptics*. New York: Routledge, 1995.
- HANKINSON, R.J. Stoic Epistemology. In: INWOOD, Brad. *The Cambridge Companion to Stoics*. Cambridge: CUP, 2003. p. 59-84.
- HANKINSON, R.J. Art and Experience: Greek Philosophy and the Status of Medicine. In: *Quaestio*, n. 4, 2004. p. 3-24.
- HADOT, Ilsetraut. *Arts libéraux et philosophie dans la pensée antique*. Contribution à l'histoire de l'éducation et de la culture dans l'Antiquité. Paris: J. Vrin, 2005.

- HARVEN, Vanessa de. *The coherence of Stoic Ontology*. PhD Thesis. University of California, Berkeley: Spring 2012. 97 pgs.
- HEYTING, Frieda; MULDER, Ernst. Educating the Sceptic: Sextus Empiricus and Education. In: *Paedagogia Historica*, vol. 35, n. 2, 1999. p. 359-378.
- HOUSE, D. K. The life of Sextus Empiricus. In: *The Classical Quarterly*, vol. 30, n.1. Cambridge: CUP, 1980. p. 227-238.
- HUNTER, R. Plato's Ion and the Origins of Scholarship. In: MATTHAIOS, S.; MONTANARI, F.; RENGAKOS, A. (Eds.) *Ancient Scholarship and Grammar: Archetypes, Concepts and Contexts. Trends in classics - supplementary volumes, 8*. Berlin; New York: De Gruyter, 2011.
- JANÁČEK, Karl. *Sextus Empiricus' Sceptical Methods*. Praha: Universita Karlova, 1972.
- JANKO, Richard. Crates of Mallos, Dionysius Thrax and the Tradition of Stoic Grammatical Theory. In: AYRES, Lewis. *The Passionate Intellect. Essays on Transformation of Classical Tradition*. New Jersey: Rutgers University, 1995. p. 213-234.
- JONGE, Casper de. *Between Grammar and Rhetoric: Dionysius of Halicarnassus on Language, Linguistics and Literature*. Leiden: Brill, 2008.
- KASTER, Robert. *Guardians of Language: The Grammarian and Society in Late Antiquity*. Berkeley: UCP, 1997.
- KNEALE, Martha; KNEALE, William. *The Development of Logic*. Oxford: OUP, 1962.
- LAMBERTON, Robert; KEANEY, John. *Homer's Ancient Readers: The Hermeneutics of Greek Epic's Earliest Exegetes*. Princeton: PUP, 1992.
- LAW, Vivien; SLUITER, Ineke. (Eds.) *Dionysius Thrax and the Techne grammatike*. Münster: Nodus Publikationen, 1995.
- LONG, A.A. *Stoic Studies*. Berkeley: UCP, 1996.
- LONG, A.A. Stoic linguistics, Plato's *Cratylus*, and Augustine's *De dialectica*. In: FREDE, Dorothea; INWOOD, Brad. (Eds.) *Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age*. Cambridge: CUP, 2005. p. 36-55.
- LUHTALA, Anneli. On the origin of syntactical description in Stoic logic. In: *The Henry Sweet Society Studies in the History of Linguistics*, n. 7, Münster: Nodus Publikationen, 2000.
- LUHTALA, Anneli. Grammar as a Liberal Art in Antiquity. In: KIBBEE, A. (et al.) (Eds.). *History of Linguistics 2005: Selected papers from the ICHoLS X*. 2005. p. 67-79.

- LUHTALA, Anneli. Imposition of Names in Ancient Grammar and Philosophy. In: MATTHAIOS, S.; MONTANARI, F.; RENGAKOS, A. (Eds.) *Ancient Scholarship and Grammar: Archetypes, Concepts and Contexts. Trends in classics - supplementary volumes*, 8. Berlin; New York: De Gruyter, 2011.
- MANETTI, Giovanni. *Theories of the Sign in Classical Antiquity*. Indiana: IUP, 1993.
- MANSFELD, Jaap. *Techne: A New Fragment of Chrysippus*. In: *Greek, Roman and Byzantine Studies*, n. 24, vol. 1, 1983, p. 57-65.
- MARROU, Henri-Irenée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1971.
- NANAJIVAKO, Bhikku. The Indian Origin of Pyrrho's Philosophy of *Epoche*. In: *Indian Philosophical Quarterly*, v. 12, n.4, 1985. p. 319-340.
- OBBINK, Dirk; WAERDT, Paul. Diogenes of Babylon: The Stoic Sage in the City of Fools. In: *Greek, Roman and Byzantine Studies*, n. 32, vol. 4, 1991. p. 355 – 296.
- OBBINK, Dirk. (Ed.) *Philodemus and Poetry: Poetic theory and practice in Lucretius, Philodemus, and Horace*. Oxford: OUP, 1995.
- PAGANI, Lara. Pioneers of Grammar. Hellenistic Scholarship and the Study of Language. In: MONTANARI, Franco; PAGANI, Lara.(Eds.) *From Scholars to Scholia: Chapters in the History of Ancient Greek Scholarship. Trends in Classics – Supplementary Volumes 9*. Berlin; New York: De Gruyter, 2011. p. 17-64.
- PAGANI, Lara. Linguistic Correctness (*hellenismos*), Ancient Theories of. In: GIANNAKIS, Georgios. (Ed. Geral). *Encyclopedia of Ancient Greek language and Linguistics. Vol. 2 G-O*. Leiden: Brill, 2014.
- PELLEGRIN, Pierre. (Ed.) *Sextus Empiricus: Contre les professeurs*. Introduction, glossaire et index. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- PELLEGRIN, Pierre. Sextus Empiricus. In: BETT, Richard. (Ed.) *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: CUP, 2010. p. 120-142.
- PINBORG, Jan. Classical Antiquity: Greece. In: *Current Trends in Linguistic Theory*, n. 13. 1975. p. 69-126.
- PORRO, P. Il Sextus Latinus i l'immagine dello scetticismo antico nel medioevo. In: *Elenchos*, n. 14, p. 229-53, 1994.
- PORTER, James. Hermeneutic Lines and Circles: Aristarchus and Crates on the Exegesis of Homer. In: LAMBERTON, Robert; KEANEY, John. *Homer's Ancient Readers: The Hermeneutics of Greek Epic's Earliest Exegetes*. Princeton: PUP, 1992.

- PRESS, Gerald. *Development of the Idea of History in Antiquity*. Montreal: McGill-Queen's UP, 1982.
- SCHENKEVELD, Dirk M. Studies in the history of ancient linguistics III: The Stoic ΤΕΧΝΗ ΠΕΡΙ ΦΩΝΗΣ. In: *Mnemosyne*, n. 43, 1990a. p. 86-108.
- SCHENKEVELD, Dirk M. Studies in the history of ancient linguistics IV: Development in the study of ancient linguistics. In: *Mnemosyne*, n. 43, 1990b. p. 289-306.
- SCHENKEVELD, Dirk M. The Impact of Language Studies on Greek Society and Education. In: AUROUX, Sylvain; KOERNER, E.F.K. *History of Language Sciences/Geschichte der Sprachwissenschaften. Vol. 1: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin: De Gruyter, 2000. p. 430-438.
- SEDLEY, David. The protagonists. In: SCHOFIELD, M. et al. (Eds.) *Doubt and Dogmatism*. Oxford: OUP, 1980. p. 1-19.
- SEDLEY, David. Diodorus Cronus and Hellenistic Philosophy. In: *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 203 NS 23, Cambridge: CUP, 1977. p. 74-120.
- SEDLEY, David. 'Epicurus and his professional rivals'. In: *Études sur l'Épicurisme antique*, Cahiers de philologie 1, Lille: J. Bollack and A. Laks, 1976. p. 119-59.
- SEDLEY, David. Diodorus Cronus. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy Online*. <<http://plato.stanford.edu/entries/diodorus-cronus/>> Acesso em: 25/10/2014. Publicado em 2013.
- SEPPÄNEN, Minna. *Defining the art of grammar: Ancient perceptions of γραμματική and grammatica*. PhD Thesis. University of Turku. 2014 (265 pgs.)
- SLUITER, Ineke. Language and Thought in Stoic Philosophy. In: AUROUX, Sylvain; KOERNER, E.F.K. *History of Language Sciences/Geschichte der Sprachwissenschaften. Vol. 1: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin: De Gruyter, 2000. p. 375-384.
- SLUITER, Ineke. A Champion of analogy: Herodian's On lexical singularity. In: MATTHAIOS, S.; MONTANARI, F.; RENGAKOS, A. (Eds.) *Ancient Scholarship and Grammar: Archetypes, Concepts and Contexts. Trends in classics - supplementary volumes, 8*. Berlin; New York: De Gruyter, 2011. p. 291-310.
- SORABJI, Richard. *Necessity, Cause and Blame*. Perspectives on Aristotle's Theories. Chicago: UCP, 1980.
- SORABJI, Richard. *Time, Creation and Continuum*. Theories in Antiquity and Early Middle Ages. Chicago: UCP, 1983.

- STRIKER, Gisela. Following Nature: A study in Stoic ethics. In: *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, n. 9, 1991. p. 1-73.
- SWIGGERS, Pierre; WOUTERS, Alfons. (Eds.) Grammatical Theory and Philosophy of Language in Antiquity. In: *Orbis Supplementa*, n. 19, Leuven: Peeters, 2002.
- TAYLOR, Daniel. Rethinking the History of Language Science in Classical Antiquity. In: TAYLOR, Daniel. (Ed.) *The History of Linguistics in the Classical Period*. Amsterdam: John Benjamin Publishing Company, 1987. p. 1-16.
- TAYLOR, Daniel. Classical Linguistics: An Overview. In: KOERNER, E.F.K.; ASHER, R.E. (Eds.) *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: CUP, 1995.
- TIELEMAN, Teun. *Galen & Chrisippus on the Soul*. Argument and Refutation in *De Placitis* II-III. Leiden: Brill, 1996.
- VERLINSKY, Alexander. Epicurus and his Predecessors on the Origin of Language. In: FREDE, Dorothea; INWOOD, Brad. (Eds.) *Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age*. Cambridge: CUP, 2005. p. 56-100.
- VOELKE, André-Jean. Soigner par le logos: La thérapeutique de Sextus Empiricus. In: VOELKE, André-Jean. (Eds.) *Le Scepticisme Antique: perspectives historiques et systématiques*. Lausanne, 1990.
- VOELKE, André-Jean. (Eds.) *Le Scepticisme Antique: perspectives historiques et systématiques*. Lausanne, 1990.
- VOGT, Katja. Scepticism and Action. In: BETT, Richard. (Ed.) *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: CUP, 2010. p. 165-179.
- VOGT, Katja. The Aims of Sceptical Investigation. In: MACHUCA, Diego. (Ed.) *Pyrrhonism in Ancient, Modern, and Contemporary Philosophy*. Netherlands: Springer, 2011. p. 33-50.
- VOGT, Katja. Appearances and Assent: Skeptical Belief Reconsidered. In: *Classical Quarterly*, n. 62, 2012, p. 648-663.
- VOGT, Katja. Ancient Skepticism. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy Online*. < <http://plato.stanford.edu/entries/skepticism-ancient/>> Acesso em: 25/10/2014. Publicado em 2014.
- WARREN, James. *Epicurus and Democritean Ethics: An Archaeology of Ataraxia*. Cambridge: CUP, 2002.
- WOODRUFF, Paul. The Pyrrhonian Modes. In: BETT, Richard. (Ed.) *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: CUP, 2010. p. 208-331.

ZIEMIŃSKA, Renata. *Historia sceptycyzmu. W poszukiwaniu spójności*. (History of Skepticism: in Search of Consistency). 2013. (Tradução da primeira parte disponível In: <<http://goo.gl/WZ6IuU>> Acesso em: 14/12/2014.